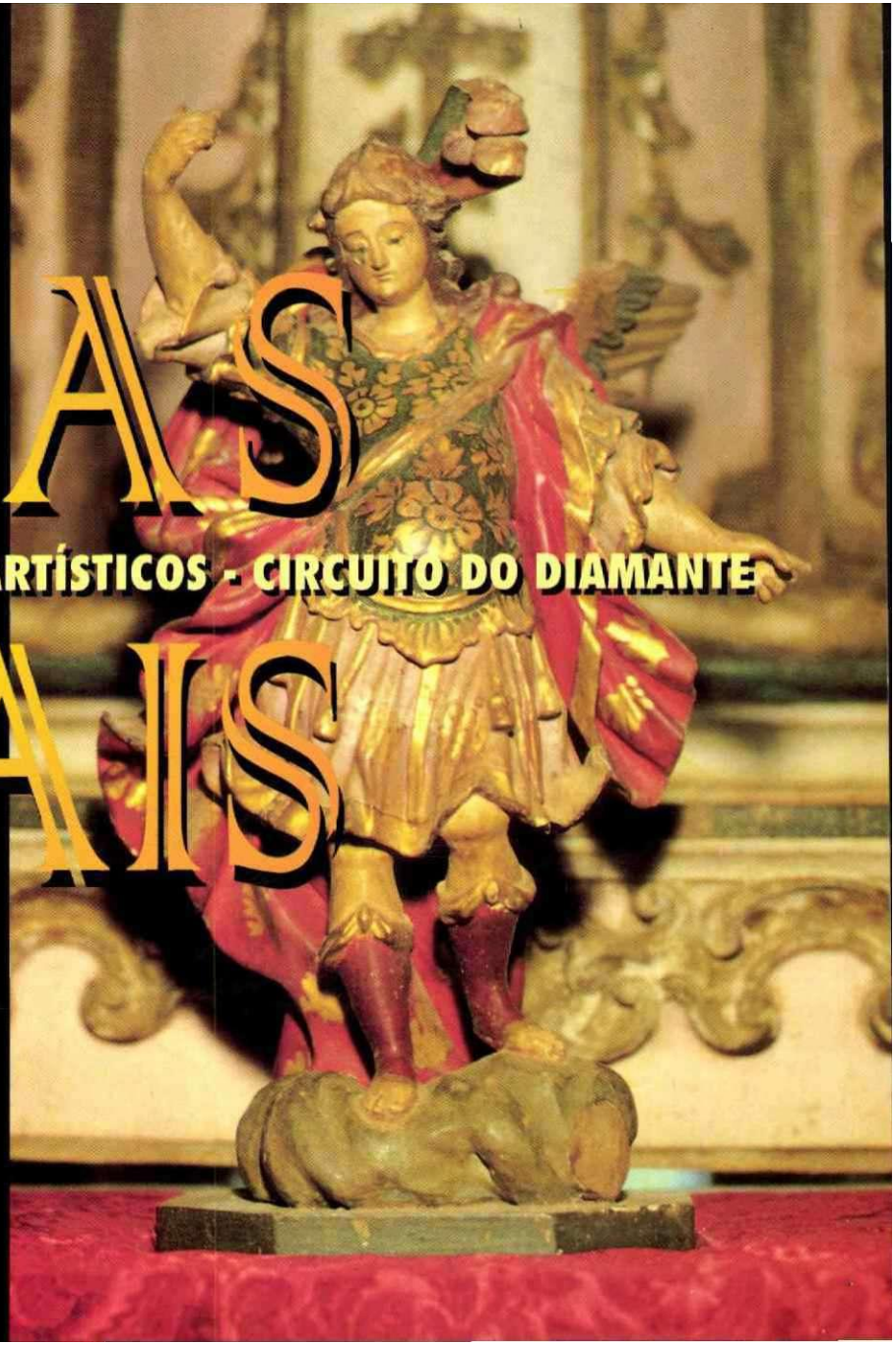
BARROCO 16

MINAS GERAIS

MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS - CIRCUITO DO DIAMANTE



Coleção MINEIRIANA
Série Municípios e Regiões

Fundação João Pinheiro
Sistema Estadual de Planejamento

BARROCO
16

Coleção
MINEIRIANA
Série Municípios e Regiões

BARROCO
16

MINAS GERAIS
MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS
Circuito do Diamante

SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

BELO HORIZONTE
1994

GOVERNADOR
HÉLIO GARCIA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PAULO PAIVA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
LUIS AURELIANO GAMA DE ANDRADE

DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS
ELEONORA SANTA ROSA

Diretor AFFONSO ÁVILA
Secretário HÉLIO GRAVATÁ

16

BARROCO

ANOS 1994/5

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Minas Gerais / Monumentos Históricos e Artísticos - Circuito do Diamante

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO DEFINITIVA
Affonso Ávila
LEVANTAMENTOS, PESQUISA E REDAÇÃO PRELIMINAR
Affonso Ávila e Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (história/análise artística); Bernardo Novais da Matta Machado, Jussara Frizzera da Cunha, Maria Juscelina de Faria Barroso (historiadores); Eduardo Roberto Tagliaferri, Galileu Reis, João Marcos Machado Gontijo, Reinaldo Guedes Machado (arquitetos); Tarcísio Bruzzi de Andrade (geógrafo); Hélio Gravatá (bibliógrafo); Celso Messias Machado (técnico de turismo); Maria Eunice Cardozo, Walter Aparecido Florêncio (desenhistas); Cristina Corrêa de Araujo Ávila, Maria Inês Cândido e Mônica de Fátima Massara (estagiárias).
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
João Cláudio Santa Rosa e Lincoln Continentino Filho.

A publicação deste número comemorativo dos 25 anos da revista **BARROCO** tornou-se possível através do apoio das seguintes instituições:

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MINAS GERAIS

CREDIREAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT

MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundo Nacional de Cultura - FNC

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

COMPANHIA MINERADORA DE MINAS GERAIS - COMIG

BARROCO 16

Coordenação Editorial e Produção
ELEONORA SANTA ROSA

Planejamento Gráfico
SÉRGIO LUS

Pesquisa Adicional
IZABEL DE CARVALHO PEREIRA

Revisão
MARIA DE LOURDES COSTA QUEIROZ

Reproduções Fotográficas
FRED CARVALHO

Fotos capa/contracapa
ARQUIVO IEPHA/MG

Digitação
ELEN JACQUELINE M. PARREIRAS

Apoio Operacional
CELMILO R. E. GUSMÃO
ROSELI RAQUEL AGUIAR F. DOS SANTOS

O estudo ora publicado foi elaborado pela equipe da Fundação João Pinheiro, no período de 1978 a 1981, no âmbito do projeto Circuito do Diamante. As fotos que ilustram o trabalho datam dessa época, tendo sido parcialmente recuperadas para este número especial da revista **BARROCO**.

Para a presente edição, o Centro de Estudos Históricos e Culturais da FJP procedeu à atualização dos dados demográficos das localidades pesquisadas. Essas informações foram obtidas através da sinopse preliminar do Censo Demográfico de Minas Gerais, elaborado pelo IBGE a partir de dados coletados em 1991.

BARROCO 16

MINAS GERAIS / MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS
CIRCUITO DO DIAMANTE

Apresentação 23

I - CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

O Município 35

Bens Culturais: Características Arquitetônicas e Artísticas 37

Festas, Folclore e Artesanato 41

A Cidade 44
Formação e Evolução Urbana 44

Acervo Histórico e Artístico 49

Edificações Religiosas 49
Matriz de Nossa Senhora da Conceição 49
Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos 56
Capela de Sant'Ana 59
Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos 61

Edificações Civis 66
Sobrado da Prefeitura e Câmara Municipal 66
Antiga Casa de Câmara e Cadeia 66

Colégio São Joaquim 68
Chafariz da Praça Dom Joaquim 71

Outras Edificações 74

Distrito de Córregos 75
Matriz de Nossa Senhora Aparecida 75
Capela do Senhor dos Passos 80

Distrito de Costa Sena 82
Matriz de São Francisco de Assis 82

Distrito de Itacolomi 88
Capela de São José 91
Sobrado no Largo da Capela 91

Distrito de São Sebastião do Bonsucesso 92
Capela de São Sebastião 92

Distrito de Santo Antônio do Norte 95
Igreja de Santo Antônio 97
Capela de Sant'Ana 102

Bibliografia 105
Documentação Arquivística 107

II - ÁREA ADJACENTE A CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Congonhas do Norte 111
O Município 111
Matriz de Sant'Ana 113

Ferros 121
O Município 121
Acervo Histórico e Artístico da Cidade 123
Capela de Nossa Senhora do Rosário 123
Capela de São José 125
Sobrado do Fórum 127

Morro do Pilar 128
O Município 128
Ruínas da Real Fábrica de Ferro 130

Bibliografia 132
Documentação Arquivística 133

III - SERRO

O Município 139

Bens Culturais: Características Arquitetônicas e Artísticas 144

Festas, Folclore e Artesanato 149

A Cidade 153
Formação e Evolução Urbana 153

Acervo Histórico e Artístico 157

Edificações Religiosas 157
Matriz de Nossa Senhora da Conceição 157
Igreja de Nossa Senhora do Carmo 165
Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos 171
Capela de Nossa Senhora do Rosário 179
Capela de Santa Rita 184

Edificações Civis 189
Casa dos Ottoni 189
Casa de João Pinheiro 191
Casa de Pedro Lessa 193
Chácara do Barão do Serro 194
Casa do Barão de Diamantina (Atual Escola Estadual Ministro Edmundo Lins) 197
Sobrado da Prefeitura Municipal 198

Outras Edificações 200

Distrito de Deputado Augusto Clementino 203

Distrito de Milho Verde 205
Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres 207
Capela de Nossa Senhora do Rosário 211
Capela de São Geraldo - Três Barras 211

Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras 214
Matriz de São Gonçalo 216
Capela de Nossa Senhora do Rosário 219

Bibliografia 222
Documentação Arquivística 224

IV - ÁREA ADJACENTE AO SERRO

Alvorada de Minas 229
O Município 229

Acervo Histórico e Artístico da Cidade 229
Matriz de Santo Antônio 229
Capela de Nossa Senhora do Rosário 234

Distrito de Itapanhoacanga 234
Acervo Histórico e Artístico da Localidade 235
Igreja de São José 235
Capela de Nossa Senhora do Rosário 240

Rio Vermelho 242
O Município 242
Capela de Nossa Senhora do Rosário 245

Santo Antônio do Itambé 246
O Município 246
Matriz de Santo Antônio 246

Serra Azul de Minas 249
O Município 249
Acervo Histórico e Artístico da Cidade 249
Capela do Senhor Bom Jesus 249
Capela de Nossa Senhora do Amparo 252

Bibliografia 254
Documentação Arquivística 254

V - DIAMANTINA

O Município 259

Bens Culturais: Características Arquitetônicas e Artísticas 266

Festas, Folclore e Artesanato 274

A Cidade 278

Formação e Evolução Urbana 278

Acervo Histórico e Artístico 288
Edificações Religiosas 288
Igreja de Nossa Senhora do Carmo 288
Igreja de São Francisco de Assis 298
Igreja de Nossa Senhora do Rosário 305
Igreja de Nossa Senhora das Mercês 313
Capela de Nossa Senhora do Amparo 318
Capela de Nosso Senhor do Bonfim 324
Capela de Nossa Senhora da Luz 328
Catedral de Santo Antônio 330

Edificações Civis 334
Antiga Casa da Intendência (Atual Prefeitura Municipal) 334
Antiga Casa do Contrato (Atual Palácio Arquiepiscopal) 336
Edifício do Fórum 338
Casa da Glória (Atual Colégio Nossa Senhora das Dores) 340
Casa do Muxarabi (ou Muxarabiê) 343
Casa de Chica da Silva 346
Casa do Inconfidente Padre Rolim (Atual Museu do Diamante) 348
Casa Atribuída ao Intendente Câmara 351
Santa Casa de Caridade 352
Mercado Municipal 354

Outras Edificações 357

Distrito de Inhaí 362
Igreja de Sant'Ana 362

Distrito de Mendanha 368
Igreja de Nossa Senhora das Mercês 368

Distrito de São João da Chapada 370
Capela de Nosso Senhor do Bonfim 370

Distrito de Sopa 372
Capela de Santa Rita 374

Conjunto de Biribiri 375

Bibliografia 378
Documentação Arquivística 382

VI - ÁREA ADJACENTE A DIAMANTINA

Couto de Magalhães de Minas 387

O Município 387

Acervo Histórico e Artístico da Cidade 389
Matriz de Nossa Senhora da Conceição 389
Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos 394

Datas 400
O Município 400
Acervo Histórico e Artístico da Cidade 402
Matriz do Divino Espírito Santo 402
Capela de Santa Cruz 404
Sobrado da Praça Divino Espírito Santo, 25 406

Felisberto Caldeira 408
O Município 408
Matriz de São Gonçalo 410
Capela do Senhor Bom Jesus 410

Gouvêa 412
O Município 412
Capela de Nossa Senhora das Dores 414

Senador Modestino Gonçalves 415
O Município 415

Acervo Histórico e Artístico da Cidade 417
Igreja de Nossa Senhora das Mercês 417

Capela do Senhor Bom Jesus 418

Bibliografia 420
Documentação Arquivística 421

VII - MINAS NOVAS E ÁREA ADJACENTE

Área de Minas Novas 427

O Patrimônio Cultural 427

Minas Novas 437
O Município 437

Acervo Histórico e Artístico da Cidade 441

Edificações Religiosas 441
Matriz de São Francisco de Assis 441
Capela de São José 448
Igreja de Nossa Senhora do Amparo 453
Igreja de Nossa Senhora do Rosário 456
Capela de São Gonçalo 460

Edificações Civis 463
Edifício do Antigo Fórum (Sobradão) 463

Sobrado da Rua São José, n. 7 465
Casa da Família Badaró 467
Outras Edificações 467

Berilo 468
O Município 468
Acervo Histórico e Artístico da Cidade 470
Matriz de Nossa Senhora da Conceição 470
Capela de Nossa Senhora do Rosário 474
Casa do Inconfidente Abreu Vieira 476

Carbonita 478
O Município 478
Matriz do Sagrado Coração de Jesus 478

Edificações Civis 481

Chapada do Norte 482
O Município 482
Acervo Histórico e Artístico da Cidade 484
Matriz da Santa Cruz 484
Capela de Nossa Senhora do Rosário 491
Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa 495
Capela de Nossa Senhora da Saúde 498
Sobrado da Casa Paroquial 501

Itamarandiba 502
O Município 502

Acervo Histórico e Artístico da Cidade 504

Edificações Religiosas 504
Matriz de São João Batista 504
Capela de Nossa Senhora do Rosário 508

Edificações Civis 510

Turmalina 511
O Município 511
Edificações Religiosas 513
Edificações Civis 513

Virgem da Lapa 516
O Município 516
Santuário de Nossa Senhora da Lapa 518

Bibliografia 520
Documentação Arquivística 522

Apresentação

O estudo do barroco no Brasil não é, em registro datável, um fato cultural ou vetor intelectual recente, já que as primeiras manifestações em nível de pesquisa ou mesmo de incipientes análises estilísticas e críticas remontam a quase um século. Pode-se dizer que, após a hibernação a que a omissão do nervo sensível e o preconceito submeteram as criações do estilo, ou a ele ligadas, a um desinteresse generalizado, mas de certa forma compreensível, por todo o século XIX, pela grande expressão de nossa idade inaugural, ou seja, da pré-nacionalidade colonial, a tomada de consciência diante da importância singular e remarcante do barroco se verificaria entre nós virtualmente de modo simultâneo à redescoberta e revisão das matrizes européias da superior e revolucionária arte dos anos seiscentos/setecentos. E cabe dizer desafeição e distanciamento compreensíveis até certo ponto na centúria oitocentista porque, ao espelho do que ocorria na órbita dos países padronizadores do pensamento crítico e das inclinações estéticas, também o Brasil acompanhava a tendência estabilizadora e amaciadora do gosto acadêmico do século XIX, cambiando a sua recepção artística aos tiques neoclássicos e românticos de um ecletismo diluidor do fácil e digestivo, do estuque e do papel de parede.

Mas ao surgirem aqui as abordagens iniciais e de degelo especulativo em torno do fenômeno barroquista, até então relegado ao limbo do beletrismo dito erudito, fenômeno porém bem visível e ainda parcial e contudo solidamente perdurado como memória material - aprazado aos céus! - em acervo de caráter específico notável e incontestável, o que se pesquisava a respeito tinha sentido ao mais das vezes curioso, biografista, timidamente preso ao factual e ufanista, muito ao sabor, aliás, da historiografia nacional do tempo. Aos poucos, todavia, essa pesquisa se organizaria em metodologia mais rigorosa e profissional, notadamente em decorrência da institucionalização do órgão de patrimônio histórico e artístico no País, que passaria, além do exercício da ação pragmática nos setores de conservação e restauração, a sumariar e difundir o estudo e conhecimento da herança barroco-rococó num periódico de alto padrão e em publicações avulsas de igual teor, aprofundando a investigação arquivística e fomentando a pesquisa de campo. Entretanto, esse esforço reverificador de valores e conceitos, liderado com lucidez por Rodrigo Melo Franco de Andrade, padeceria das limitações setorialistas, atendo-se a uma visão compartimentada do fenômeno barroco brasileiro, enrijecendo-se na consideração unilateralista, arquitetônica e plasticista de um fato de cultura que fora e continuava sendo, em suas ressonâncias, bem mais amplo, bem mais global, bem mais interdisciplinar e universalizante, conformador e fundante mesmo de uma estrutura de mentalidade.

*
* *

A criação da revista **BARROCO**, cujo número inicial foi lançado em 1969, constituiu um desdobramento natural de preocupações de um novo grupo de intelectuais, brasileiros ou não, voltado naquele momento para o imperativo de retomada de balanço crítico das artes e literatura do seiscentos-setecentos. Constatava-se também então que o estilo e suas desinências, do mesmo modo que se identificavam em essência e raiz com a cultura transplantada e reducionada à peculiaridade tropical brasileira, assinalavam em igual fenômeno cultural as fontes, matrizes e respostas

histórico-ideológicas de todo o continente latino-americano. Autores como Lezama Lima, Alejo Carpentier, Octavio Paz, Severo Sarduy e outros, concomitantemente ao repensamento do problema entre nós, acendiam em seus países interesse investigador semelhante, a par do surgimento simultâneo de uma escrita literária nova que retomava como pêndulo e estímulo as inerências barroquistas, proporcionando, principalmente na ficção, o **boom** impactante de uma linguagem neobarroca, conquanto vigorosa e de função renovadora.

Quis a revista **BARROCO**, desde o primeiro número e dentro de tal espírito ampliador de horizontes, enfatizar uma presença e atuação pluralistas, preconizando com isso uma visão nova do extenso espectro do fenômeno e do espaço-tempo de cultura que se propôs e se propõe interpretar. Entretanto, ao criticar e colocar em questão a persistência e cristalização, mais particularmente no Brasil, de uma linha setorial ao seu tanto rígida e excludente, a revista evitou sempre cair no equívoco da mesma distorção de ótica, e, embora propugnando como diretriz principal o estudo integrador de um barroco ecumênico, interdisciplinar e intersemiótico, não deixou de acolher e até estimular a pesquisa voltada a aspectos singularizados e nem por isso menores do universo barroquista. Os trabalhos divulgados ao longo de seus vinte e cinco anos de circulação têm, pois, a gama de um sumário rico e diversificado, contemplando as áreas da história do estilo e manifestações limítrofes ou desinenciais, de suas fontes e influências, de seu auctotonismo quando verificado, de sua ideologia religiosa e de vida e comportamento social contextual, da poesia, da prosa, do sermão, do teatro, da festa, da crônica factual, do urbanismo, das arquiteturas tectônica e do efêmero, da escultura, da talha, da pintura, da iconografia e iluminura, da precursora interação texto-imagem, da música e das danças..., fazendo, todavia, permear toda essa multiplicidade de abordagens de uma idéia diretiva e fundamentadora: a de que o enfoque crítico do barroco, modernamente, só poderá alcançar a sua compreensão dilucidadora se buscar firmar-se na percepção, na heurística e na preceptiva de uma história da mentalidade.

Tornou-se a revista, desde o lançamento e fundação, um instrumento não só de impulso à pesquisa, como ainda de nucleamento e coesão do trabalho de especialistas

não apenas brasileiros, como de outras nacionalidades, o que conferiu à publicação, a **BARROCO**, *por muitos anos, o caráter de veículo único da espécie na bibliografia* mundial. Durante o quarto século que ora se conta de sua criação, a revista atraiu, acolheu e divulgou ensaios e análises de colaboradores de quinze países das Américas e da Europa, dentre eles nomes da envergadura de Germain Bazin, Michel Serres, Riccardo Averini, Santiago Sebastián, Francisco Curt Lange, Maria de Lourdes Belchior Pontes, Graziano Gasparini, Flávio Gonçalves, Jorge Alberto Manrique, Cesáreo Bandera, Susanna Peters, Vitor Serrão, Marco Díaz, Francisco Stastny, Maurice Pianzola, Damián Bayón, Margo Glantz..., para citar-se alguns estrangeiros, ao lado de estudiosos brasileiros do porte de Benedito Nunes, Sylvio de Vasconcellos, Augusto Carlos da Silva Telles, Affonso Ávila, Silviano Santiago, Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos, Aracy Amaral, Francisco Iglésias, Régis Duprat, Lygia Martins Costa, Hélio Gravatá, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Mário

Barata...-, todos em espírito de integração com uma nova geração, também do Brasil ou do Exterior, ensejando inúmeras revelações de pesquisadores e analistas, que hoje levam adiante, com brilhantismo e competência, a facha olímpica da paixão erudita, científica e universitária da chamada barrocologia.

Foram, nestes vinte e cinco anos da revista **BARROCO**, dezesseis números, alguns do nível de **monumenta**, com duzentos e trinta e cinco trabalhos publicados, em duas mil, trezentas e quarenta e oito páginas de texto e duas mil, cento e sessenta e quatro ilustrações fora do texto. Desempenho que, nessa estatística, revela empreendimento de alto custo, a princípio apoiado pela Universidade Federal de Minas Gerais, depois assumido e bancado pelo seu fundador e diretor, Affonso Ávila, com os próprios e sacrificados recursos pessoais ou agenciados no setor privado com a cooperação devotada de jovens colaboradores, aglutinados no operoso Centro de Pesquisas do Barroco Mineiro.

*

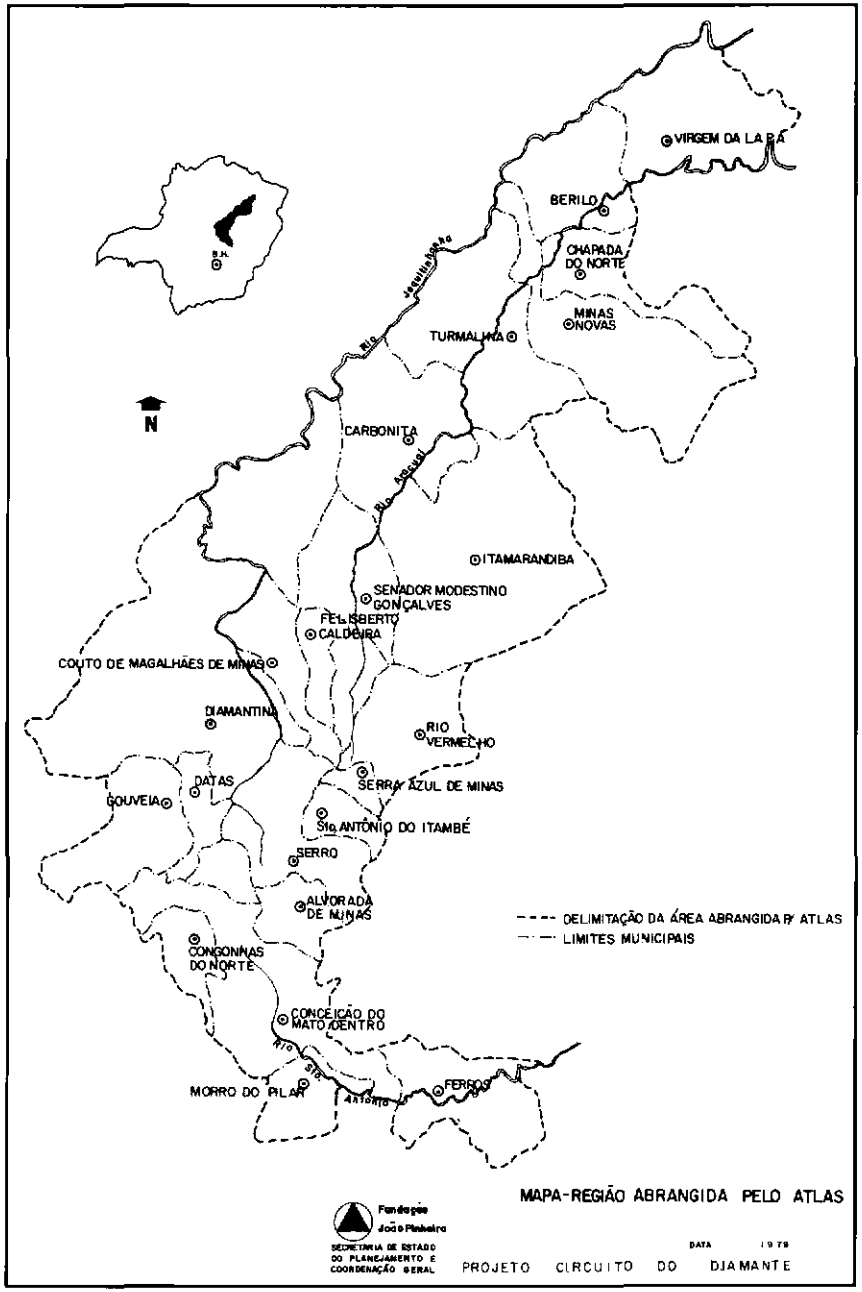
* *

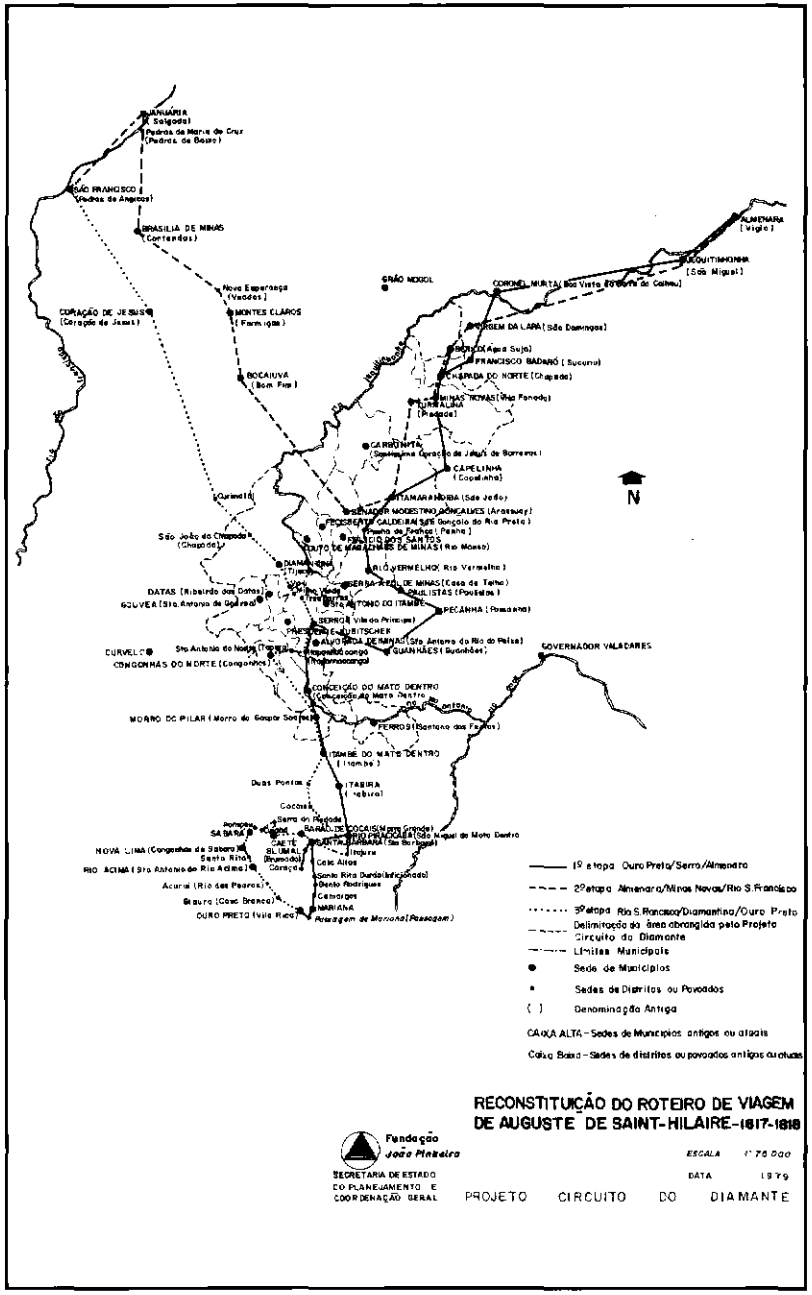
A trajetória do Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro está muito de perto ligada à própria história da revista **BARROCO**, porquanto foi a partir da contratação, em 1973, de um grupo de competentes especialistas vinculados àquela importante publicação – Affonso Ávila, Francisco Iglésias, Hélio Gravatá e Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira que se formou na entidade o núcleo inicial dedicado à pesquisa na área, imprescindível aos projetos de desenvolvimento regional e urbano, notadamente aos relativos às chamadas Cidades Históricas ou regiões de vocação turística. O projeto Circuito do Diamante, abrangendo parte expressiva do Alto e Médio Jequitinhonha, compreendida por cidades e distritos de 22 municípios, polarizados por Conceição do Mato Dentro – esta ainda no Vale contíguo do rio Santo Antônio –, Serro, Diamantina e Minas Novas, representou sem dúvida um dos principais trabalhos levados a efeito nessa esfera de atuação da Fundação João Pinheiro.

Região estudada sempre principalmente em razão de suas peculiaridades sociais e econômicas, como um dos bolsões de pobreza não só de Minas Gerais mas de todo o País, pouco se conhecia, a não ser em casos isolados como as cidades de Serro e Diamantina, da extensa, original e mesmo notável herança que na hoje marginalizada zona mineira nos ficou de época mais feliz, em que ali prosperou e ganhou realce a exploração do ouro e do diamante: o seu acervo histórico-artístico dos séculos XVIII e XIX. Coordenada por Affonso Ávila, uma equipe interdisciplinar e de alto nível, tendo por bússola orientadora a memorável viagem procedida na região, em princípios do século XIX, pelo grande naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, realizou, entre 1978 e 1981, demorada e pormenorizada incursão de estudo e levantamento regional, da qual resultaram produtos técnicos de excepcional importância, como planos de conservação, valorização e desenvolvimento para as cidades-pólo da região e, sobretudo, o cadastramento, análise, descrição e documentação dos chamados bens culturais dos 22 municípios envolvidos no projeto. Esse "atlas", que a princípio assim se denominou, não logrou, todavia, por motivos institucionais adversos, a divulgação global e compatível que a ele se impunha, carência que se procura resgatar agora através de uma edição ao nível do pioneirismo e excelência do trabalho. Embora com uma defasagem editorial de cerca de dez anos, ele é aqui apresentado em sua integri-

dade original, por dever científico de fidelidade à memória então levantada, observando-se apenas algumas atualizações de ordem demográfica e institucional. As fotos que o ilustram e o documentam são as mesmas feitas, no decorrer do projeto, pelos fotógrafos João Cláudio Santa Rosa e Lincoln Continentino Filho.

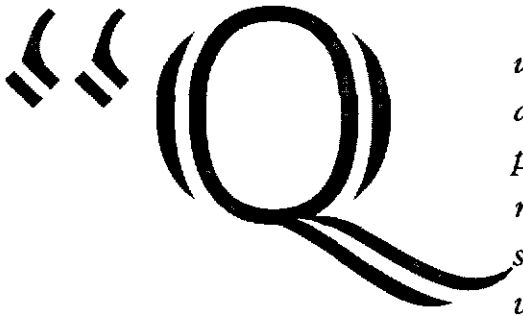
A Fundação João Pinheiro, ao editar a obra **Minas Gerais / Monumentos Históricos e Artísticos - Circuito do Diamante**, através de sua **Coleção Mineiriana - Série Municípios e Regiões**, que tem como objetivo a publicação de textos representativos da memória e da cultura regional, busca não só divulgar um de seus mais relevantes estudos, como também assinalar os 25 anos de presença dessa importante revista especializada **BARROCO** – a cujo número 16 corresponde concomitante e em co-edição o presente volume – nos desígnios da vida cultural brasileira de nossos dias.


VIRGEM DA LAPA
BERILO
CHAPADA DO NORTE
MINAS NOVAS
TURMALINA
Rio Jequitinhonha
B.H.
N
CARBONITA
Rio Araçuaí
ITAMARANDIBA
SENADOR MODESTINO GONÇALVES
FELISBERTO CALDEIRA
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS
DIAMANTINA
RIO VERMELHO
SERRA AZUL DE MINAS
DATAS
GOUVEIA
Stº ANTÔNIO DO ITAMBÉ
SERRO
ALVORADA DE MINAS
CORONNAS DO NORTE
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
Rio Stº Antônio
MORRO DO PILAR
FERROS
DELIMITAÇÃO DA ÁREA ABRANGIDA P/ ATLAS
LIMITES MUNICIPAIS
MAPA-REGIÃO ABRANGIDA PELO ATLAS
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
DATA 1978
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE


JANUÁRIA (Salgado)
Pedras de Maria da Cruz (Pedras de Basto)
SÃO FRANCISCO (Pedras de Angicos)
BRASÍLIA DE MINAS (Contendas)
Nova Esperança (Vivaldes)
MONTES CLAROS (Formigas)
CORAÇÃO DE JESUS (Coração de Jesus)
BOCAIÚVA (Bom Fim)
GRÃO MOGOL
CORONEL MURTA (Boa Vista do Rio de Calheu)
ALMENARA (Vigia)
AGUITINGUINHA (São Miguel)
ORIGEM DA LAPA (São Domingos)
FRANCISCO BADARÓ (Sucuru)
JANAÚBA (Água Suja)
JANAÚBA DO NORTE (Chapada)
MINAS NOVAS (Rio Fanado)
CARBONITA (Santíssima Coração de Jesus de Borrozos)
CAPELINHA (Capelinha)
ITAMARANDIBA (São João)
SENADOR MODESTINO GONÇALVES (Araçuaí)
PEDRO LEOPOLDO SANTOS
DIAMANTINA (Tijuco)
RIO VERMELHO (Rio Vermelho)
SERRA AZUL DE MINAS (Casa de Telha)
PAULISTAS (Pouso Alto)
DATAS (Ribeirão das Datas)
GOUVEA (São Antonio de Guaraciaba)
SÃO ANTONIO DO ITAMBÉ
PEÇANHA (Pomarana)
SERRO (Vila do Príncipe)
PRESIDENTE KUBITSCHEK
AUGUSTO DE LIMA (São Antonio do Rio do Peixe)
GUANHÃES (Sumidouro)
CURVELO
CONGONHAS DO NORTE (Congonhas)
GOVERNADOR VALADARES
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (Conceição do Mato Dentro)
MORRO DO PILAR (Morro do Gaspar Soares)
FERROS (Santana dos Ferros)
ITAMBÉ DO MATO DENTRO (Itambé)
Duas Pontas
ITABIRA (Itabirinha)
Cocais
Serra do Navio
SABARÁ
SANTA LUZIA (Santa Luzia)
CAETÉ
BELO HORIZONTE
NOVA LIMA (Congonhas de Sabará)
Santa Rita
RIO ACIMA (São Antonio do Rio Acima)
Acuruí (Rio das Pedras)
Itaúra (Casa Branca)
OURO PRETO (Vila Rica)
Paisagem de Morro (Paisagem)
Cocais Altos
Santa Rita Durão (Cocais)
Bento Rodrigues
Camargos
MARIANA
1ª etapa Ouro Preto/Serro/Almenara
2ª etapa Almenara/Minas Novas/Rio S. Francisco
3ª etapa Rio S. Francisco/Diamantina/Ouro Preto
Delimitação da área abrangida pelo Projeto
Circuito do Diamante
Limites Municipais
Sede de Municípios
Sedes de Distritos ou Povoados
( ) Denominação Antiga
CAIXA ALTA – Sedes de Municípios antigos ou atuais
Caixa Baixa – Sedes de distritos ou povoados antigos ou atuais
N
RECONSTITUIÇÃO DO ROTEIRO DE VIAGEM DE AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE-1817-1818
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
ESCALA 1:750.000
DATA 1979
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

I

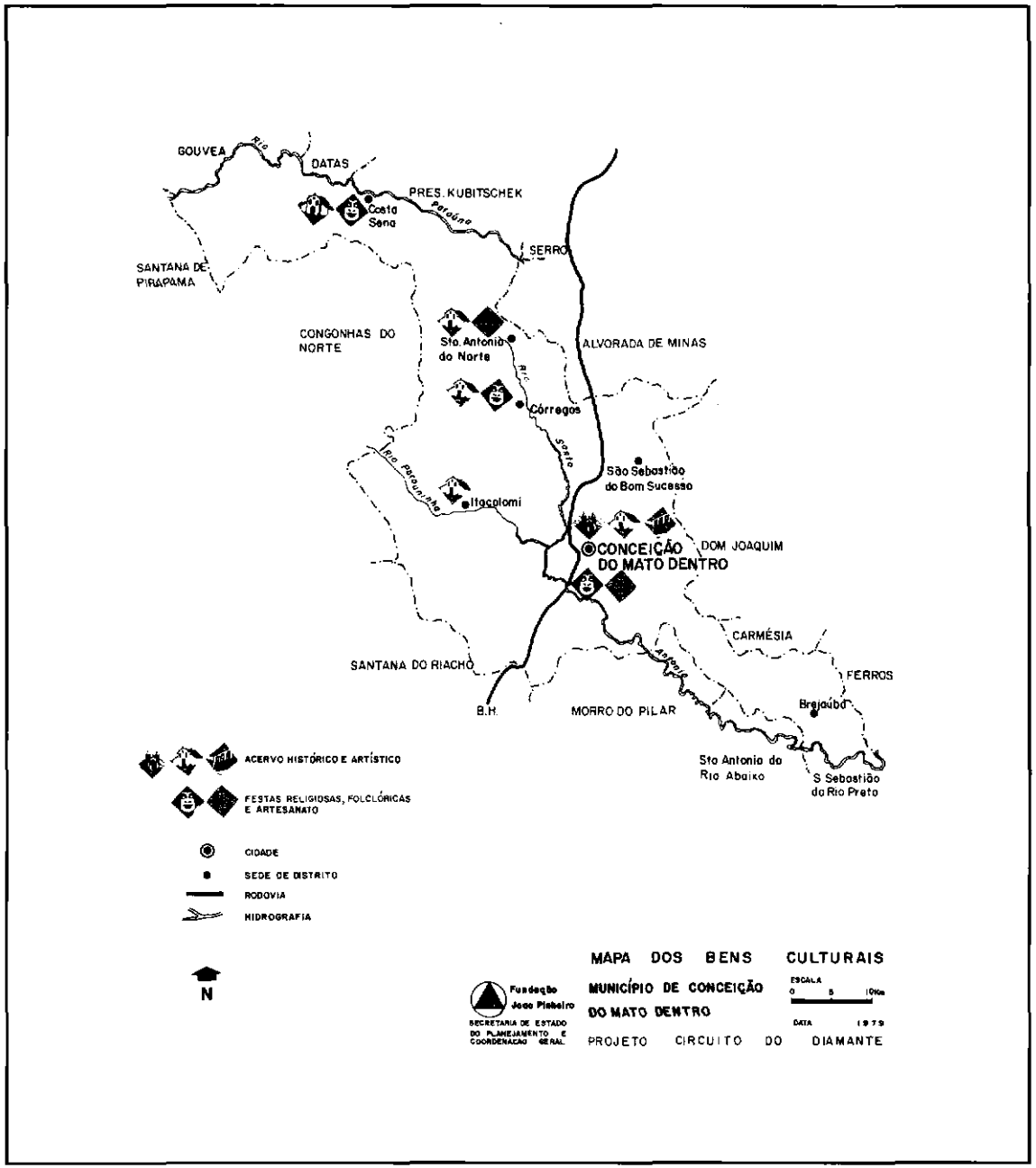
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO



uando se ganha o alto do morro, depois de alguns minutos de subida, em certos pontos penosa, uma grande alegria nos reconforta o espírito: a cidade estende-se preguiçosamente ao longe, toda envolta em véus de bruma, como uma sertaneja que desperta aos poucos, distendendo, com lentidão tranqüila, as linhas flexíveis do seu corpo moreno.

É belíssimo o panorama que surge diante dos nossos olhos: os montes de um verde tão claro, que nos parecem vistos através da transparência de uma esmeralda; - os campos de tão variegados matizes, as touças de árvores viridentes que coroam os outeiros, os ramalhetes de flores silvestres, que se erguem em meio dos campos, tudo que nos cerca empresta à cidade a paz bucólica das silenciosas povoações mineiras, alcandoradas por sobre as serras".

Alphonsus de Guimaraens
Conceição, 1904


GOUVEA
Rio
DATAS
PRES. KUBITSCHEK
Costa Sena
Paraúna
SERRO
SANTANA DE PIRAPAMA
CONGONHAS DO NORTE
Sto. Antonio do Norte
ALVORADA DE MINAS
Rio
Córregos
Rio Paraúna
Rio Santo
São Sebastião do Bom Sucesso
Itacolomi
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
DOM JOAQUIM
CARMÉSIA
SANTANA DO RIACHO
FERROS
B.H.
MORRO DO PILAR
Braúna
Sto Antonio do Rio Abaixo
S Sebastião do Rio Preto
ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E ARTESANATO
CIDADE
SEDE DE DISTRITO
RODOVIA
HIDROGRAFIA
N
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
MAPA DOS BENS CULTURAIS
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
ESCALA
0 5 10Km
DATA 1979
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

Conceição do Mato Dentro

O MUNICÍPIO

Assentado sobre a borda oriental da Serra do Espinhaço, o município de Conceição do Mato Dentro, que já foi um dos mais extensos de Minas Gerais, ocupa atualmente uma área de 1.618 km2, compreendendo, além do distrito-sede, os de Brejaúba, Córregos, Costa Sena, Itacolomi, Santo Antônio do Norte e São Sebastião do Bonsucesso. Embora classificado na microrregião homogênea denominada Siderúrgica, apresenta características geográficas bem semelhantes às que definem a Região Mineradora de Diamantina. Dentro de seus limites, mostra o município paisagens bastante diversificadas, que variam de serras a vales fluviais pouco ondulados, com a Serra do Cipó dominando a oeste o panorama natural. De suas ramificações rochosas partem diversos riachos que convergem para o rio Santo Antônio, nascido mais ao norte, na serra do mesmo nome e afluente do rio Doce. Muitos dos cursos de água que cortam o município constituíram no passado ricos depósitos auríferos, tendo ocorrido também em alguns deles eventuais explorações de diamante. Mas se a área foi no século XVIII predominantemente mineradora, ela acabou, em decorrência do esgotamento das lavras, assumindo feição francamente agropecuária, com a lavoura de subsistência vencendo aos poucos a aridez do terreno, ao lado de uma pecuária extensiva que hoje abrange a maior parte dos campos naturais e glebas desmatadas. Nas manchas de pastagens que se intercalam entre encostas de serras, capoeiras e as suaves colinas do vale do rio Santo Antônio, a presença dos rebanhos bovinos empresta à paisagem uma atmosfera de amena tranqüilidade, que em nada faz lembrar a atividade febril certamente desenvolvida na região ao tempo da mineração do ouro.

Pouco se sabe sobre os povos indígenas que teriam habitado as terras do atual município de Conceição do Mato Dentro anteriormente à chegada ali das primeiras bandeiras de exploração e colonização. Curiosas pinturas a tinta vermelha encontradas no alto do Passa Cinco, nas cercanias da cidade, indicariam a remota existência na região de alguma tribo com incipiente intuição de uma linguagem simbólica. Esses primitivos habitantes seriam bem anteriores aos botocudos que, havendo se internado nos sertões além do rio Doce, opuseram dura resistência à penetração dos exploradores pioneiros. Registra a história que um grupo de bandeirantes, partindo de Sabará em janeiro de 1701, sob a chefia do Coronel Antônio Soares Ferreira, atingiu ao fim da jornada a região conhecida como Ivituruí ou Serro Frio, aí descobrindo ouro. Alguns desses sertanistas, entre eles Gaspar Soares, Manuel Corrêa de Paiva e Gabriel Ponce de Leon, resolveram, no entanto, prosseguir a marcha em rumo sul, ultrapassando a Serra do Itapanhoacanga até alcançar as margens do ribeirão Santo Antônio, onde também encontraram ouro. Erigindo no local uma capela sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida, marcaram com ela a fundação do arraial de Córregos. Não satisfeitos com a nova descoberta, Corrêa de Paiva e Ponce de Leon continuaram a caminhada na direção sul, quando foram surpreendidos por um ataque dos botocudos. Entrincheirando-se entre os morros depois conhecidos como da Ferrugem, Campo Grande e Cotocori, logram porém escapar ao cerco dos selvagens. Afastado o perigo, os sertanistas empreendem o reconhecimento das paragens em torno, com as habituais prospecções em córregos e morros. Constatada abundante ocorrência de ouro, decidem fixar-se, dando início ao povoado que viria a ser depois a cidade de Conceição do Mato Dentro.

Estabelecido com sua gente junto a essas novas lavras em 1702, Gabriel Ponce de Leon tomou a si a iniciativa de erguer, no mesmo ano, uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Foi em torno do primitivo templo que o arraial começou a desenvolver-se, passando a constituir o núcleo mais populoso de uma série de pequenos pontos de mineração, que logo se disseminariam por todo o território do atual município e áreas circunvizinhas, hoje dele desmembradas. A quantidade de ouro produzida na região propiciaria a seus habitantes meios para construir, ao longo

do século XVIII, nos vários arraiais, igrejas e capelas ornamentadas no melhor gosto artístico, que documentariam para a posteridade a relativa riqueza econômica local à época da mineração. A importância de um povoado se media então pela imponência de seu templo principal e pela respectiva posição na hierarquia administrativa eclesiástica. A matriz de Conceição obteve desde 1709 o privilégio de ser provida de vigário encomendado, embora subordinada à freguesia do Serro até 1752, quando efetivamente se tornou paróquia autônoma. Entretanto, com o declínio da atividade mineradora e a estagnação econômica do arraial, este permaneceria, na esfera político-administrativa, na condição de distrito do Serro até 1840, ano em que, após longa expectativa de seus habitantes, manifestada já desde fins do século XVIII, criou-se afinal a vila e município de Conceição. A elevação da vila à categoria de cidade se deu pela Lei n. 553, de 10 de outubro de 1851, com a denominação de Conceição do Serro, nome alterado para simplesmente Conceição em 1925 e Conceição do Mato Dentro em 1943. Seu território viria a sofrer vários desmembramentos no correr do tempo, com a formação de novos municípios na região. Isolado dos maiores centros da província e depois estado, Conceição experimentou lento processo de desenvolvimento até 1930, quando a ligação rodoviária com Belo Horizonte viria abrir outras perspectivas para o município. Os reflexos logo se fizeram sentir no comércio e na produção agropecuária, bem como no crescimento da cidade, que a partir de então começa a expandir-se em novos bairros e a equipar-se de melhores recursos urbanos. Segundo o Censo demográfico de 1991, o município contava com uma população de 18.279 habitantes, dos quais 9.105 residentes na cidade.

BENS CULTURAIS: CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS E ARTÍSTICAS

O legado em arte e arquitetura religiosas vindo do período colonial e ainda existente no município de Conceição do Mato Dentro está entre os mais valiosos e importantes da região. Se suas igrejas e capelas, algumas das quais remarcadas por alterações sofridas ao longo do tempo, não chegam a impressionar à primeira vista

por qualquer lance de maior arrojo arquitetônico, chama sempre atenção o cuidado ornamental dos interiores nos principais monumentos, como que a compensar a simplicidade das soluções de fachadas e plantas. Estruturados em taipa ou adobe, com quase nenhuma presença de elementos de alvenaria de pedra, os templos maiores ou menores do município vinculam-se pelo material ao sistema construtivo da região do Diamante, embora os partidos arquitetônicos ainda se conservem presos a modelos mais comuns à região do Ouro. Edificação de maior vulto entre as igrejas de Conceição, a matriz da cidade se filia ao partido tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, apresentando como única peculiaridade regional, observada também no Serro, a de trazer as torres destacadas lateralmente em relação ao corpo da nave. É o único templo colonial do município que possui duas torres sineiras, porquanto as demais edificações religiosas de interesse são ali do tipo capela, algumas com uma só torre central (capelas do Rosário e de Sant'Ana na cidade, matriz de Nossa Senhora Aparecida e capela do Senhor dos Passos em Córregos, capela de São José em Itacolomi e igreja de Santo Antônio em Santo Antônio do Norte) e outras destituídas de torre e mostrando frontispícios bastante simplificados. Linhas de arquitetura relativamente mais movimentadas podem, entretanto, ser vistas na capela do Rosário da cidade e na matriz de Córregos, com seus frontispícios chanfrados à maneira da capela do Ó de Sabará, ou na igreja de Santo Antônio em Santo Antônio do Norte, com a torre central em avanço, e na matriz de São Francisco em Costa Sena, onde a planta curiosa faz ressaltar dois pequenos anexos laterais à nave. No traçado das plantas baixas, ocorrem vários esquemas desde exemplos tradicionais, como o da matriz de Nossa Senhora da Conceição na cidade e alguns outros templos menores, com a divisão em nave, capela-mor e duas sacristias laterais, até o exemplo mais evoluído da matriz de Nossa Senhora Aparecida de Córregos, em que surgem os corredores laterais e a sacristia ao fundo, numa disposição semelhante à das principais igrejas mineiras da segunda metade do século XVIII.

O conjunto de retábulos das várias igrejas de Conceição do Mato Dentro, seja na cidade ou na área rural, documenta de modo expressivo a mesma evolução por que passou a arte da talha nas diversas regiões mineiras durante o século XVIII e princípi-

os do XIX. Exemplares do barroco mais antigo, ainda característico do chamado estilo nacional português, com sua estrutura em colunas torsas e coroamento em arquivoltas concêntricas, são encontrados no arco-cruzeiro das matrizes de Córregos e Costa Sena, embora se trate de altares bem simples em seu acabamento. De elaboração mais complexa é o belo altar-mor em talha dourada da matriz da cidade, cujas linhas já marcam uma evolução para a segunda fase do barroco em Minas, ou estilo Dom João V, notando-se, ao lado de elementos tradicionais, como as colunas torsas apoiadas em esculturas de aves, o remate em dossel estilizado, com a presença de anjos entre ornatos de ramos e flores. É ainda o dossel joanino, típico dos altares mineiros do período 1730/1760, que arremata os retábulos do arco-cruzeiro da mesma igreja matriz, bem assim o modesto retábulo único da capela de Sant'Ana em Santo Antônio do Norte, no qual a simplificação de estrutura e decoração prenuncia, porém, a tendência rococó. Este novo estilo, que domina a talha mineira de fins do século XVIII através do trabalho de artistas excepcionais como o Aleijadinho, Francisco Vieira Servas e outros, também se manifesta na área de Conceição com alguns exemplares de superior qualidade, tais como o altar-mor da matriz de São Francisco de Assis, em Costa Sena, e os três retábulos remanescentes da antiga igreja do Bom Jesus de Matozinhos, conservados no novo santuário construído na década de 1930. A capela do Rosário dos Pretos, na cidade, oferece, nos seus três altares, uma síntese das diferentes fases da talha em Minas Gerais, com a intercorrência de elementos que vão desde o acentuado ornato barroco até o despojamento neoclássico, passando pelo rococó definido nas rocailles e seu desenho assimétrico. Bons artistas entalhadores, da própria região ou advindos de outras partes da capitania, terão atuado por certo em Conceição do Mato Dentro no período colonial, mas a escassez de documentos e a natureza geralmente anônima do trabalho profissional na época têm dificultado até agora os esforços de identificação de autoria.

Como ocorre em toda a região da antiga Comarca do Serro Frio, é a pintura que constitui, mais do que a arquitetura e a talha, o aspecto de maior significado do acervo de arte religiosa setecentista do município de Conceição. Os tetos pintados ou painéis de parede de suas igrejas e capelas, alguns deles lamentavelmente prejudicados pela

ação do tempo, são obras quase sempre de alto nível de realização, que os especialistas consideram referências de importância na evolução da pintura colonial mineira, particularmente na da área diamantina. Correspondem a um primeiro estágio estilístico, em índole ainda tributária do barroco, as composições representadas pelo forro da capela-mor da igreja de Santo Antônio do Norte, de autoria desconhecida e influência porém da primeira fase do guarda-mor José Soares de Araújo, e pelos painéis parietais da sacristia da matriz da cidade, sobre cuja autoria divergem os estudiosos, mas que pertenceriam à primeira fase do pintor da região Silvestre de Almeida Lopes. Na pintura do teto de Santo Antônio do Norte, o quadro central, figurando uma visão do Santo padroeiro, é enquadrado por densa trama em perspectiva arquitetônica, notando-se bem o contraste das cores claras e escuras. Esta reminiscência barroquista já estará francamente superada na pintura de caráter alegre e colorista do forro da capela-mor do Rosário, na cidade, obra de 1774 e também de autoria desconhecida, na qual Carlos Del Negro vê uma renovadora "mensagem do rococó francês", capaz de ter exercido influência sobre outros pintores da região, inclusive a segunda fase do guarda-mor José Soares de Araújo, caracterizada no exemplo da capela-mor da igreja de São Francisco de Diamantina. O mesmo espírito inaugurado na capela do Rosário se afirma com maior desenvoltura no forro da sacristia da matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde a delicadeza do desenho, o gosto galante das figuras, o colorido alegre e a "extrema liberdade das formas" fazem dessa obra igualmente anônima "uma das pinturas de teto mais encantadoras" do País, na opinião de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esse estilo de pintura gracioso e descontraído não se limitou em Conceição à ornamentação de igrejas e capelas, tendo existido na cidade algumas residências com trabalhos decorativos no gênero, a exemplo do remanescente teto pintado do atual Colégio São Joaquim, presumivelmente de 1790, com cenas da história do Filho Pródigo em que aparecem figuras galantemente vestidas à moda da época.

Outros aspectos de interesse ornamental podem ser observados nos templos do município, no que tange ao mobiliário, à imaginária e a diferentes peças de equipamento litúrgico. A matriz da cidade possui excelentes trabalhos em jacarandá, como as balaustradas torneadas do coro e da nave e o belo arcaz da sacristia, onde se vê

igualmente um valioso oratório do Senhor do Bonfim em talha dourada, que remonta a 1746. No coro da matriz de Nossa Senhora Aparecida de Córregos, ainda se encontra, como testemunho do antigo cultivo da música sacra também na área de Conceição, a estrutura remanescente de um velho órgão, todo em cedro, cujo autor poderia ter sido o mesmo do existente na igreja do Carmo de Diamantina. Restam, na maioria das igrejas e capelas da cidade e dos distritos, imagens em madeira de grande antiguidade, destacando-se o conjunto de imaginária barroca da matriz de São Francisco de Assis, em Costa Sena. Todas essas peças, de maior ou menor vulto, complementam, ao lado dos primorosos retábulos e painéis, o importante acervo de arte religiosa do município de Conceição do Mato Dentro.

FESTAS, FOLCLORE E ARTESANATO

Conceição do Mato Dentro conserva, ainda bem vivas, tradições religiosas e folclóricas que remontam ao tempo da mineração e do surgimento das primeiras capelas. A forte religiosidade dos habitantes pioneiros, que trouxeram consigo velhas devoções já de há muito arraigadas na alma portuguesa, ali encontrou campo propício para desenvolver-se, transmitida de geração a geração. Por outro lado, o grande contingente negro, formado em razão do trabalho escravo nas lavras de ouro (em 1818, para uma população total de 12.920 habitantes, havia na paróquia de Conceição 5.693 pardos e 5.204 pretos), também trouxe para a região suas formas culturais próprias, traduzidas em crenças, danças e ritmos africanos. Muitos desses elementos primitivos acabariam sendo associados às tradições da igreja católica, assimiladas pelos negros, gerando com isso manifestações de fundo ao mesmo tempo religioso e folclórico que ainda se preservam até os nossos dias. Estão neste caso os números típicos da Festa do Rosário, promovida anualmente em sua capela pela histórica irmandade dos pretos, quando cerimônias de igreja, como procissões, bençãos e missas solenes, são acompanhadas de animadas e coloridas danças de congado ou marujada, de candomblé ou catopé, ao som dos "tocadores de pipiruí", com seus pífanos e tambores. A Festa do Reisado, assim também chamada por ser presidida pelo rei e a rainha Congos

eleitos entre membros da irmandade do Rosário, constitui um interessante espetáculo coreográfico e musical, em que ainda se ouvem cantos impregnados de curioso linguajar africano. Sua realização, iniciada sempre no dia 1º de janeiro, é uma das promoções mais concorridas do calendário festivo da cidade.

Outra festa religiosa e popular tradicional em Conceição do Mato Dentro é a do Divino, que, ao contrário da Festa do Rosário, é promovida por brancos e se realiza em junho na igreja-matriz, em dia consagrado ao Espírito Santo. Tem programa bem mais simples, em que predominam cerimônias de sentido religioso, embora as solenidades sejam também presididas por um imperador e uma imperatriz, coroados anualmente e escolhidos para a função de festeiros. A festa consiste no levantamento do mastro do Divino, feito na véspera, e na realização de procissão com o préstito do Império, missa solene e bênção do Santíssimo Sacramento, abrilhantadas por banda de música e fogos de artifício. No mesmo mês de junho, a Festa do Divino é precedida por outra de maior duração, que vai do dia 14 a 24, e que não tem caráter apenas local, pois a ela acorrem forasteiros provenientes de várias partes do País. É o famoso Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos, que se realiza desde fins do século XVIII, quando foi instituído por Breve Pontifical do Papa Pio VI, datado de 1787. Por ocasião do importante acontecimento religioso, a cidade chega a receber milhares de romeiros, que ali vão em pagamento de promessas ou em busca de graças especiais. As cerimônias do Jubileu se concentram no Santuário do Bom Jesus, localizado em aprazível colina, e consistem de missas solenes, bênçãos, sermões e procissões de Nossa Senhora Mãe dos Homens e de São João. A cada ano, os habitantes da cidade assumem a responsabilidade da chamada "festa do tacho", mantendo suas casas permanentemente abertas a todos os romeiros, aos quais são graciosamente oferecidos doces e outras iguarias. Deve ainda ser referida a Festa de São Sebastião, levada a efeito a 20 de janeiro na capela do Rosário e antecedida de uma novena, complementando-se com a apresentação de grupos folclóricos e banda de música, fogos de artifício e leilões. Também nos distritos são realizadas tradicionais festas religiosas, destacando-se o Jubileu de São Francisco, celebrado a 4 de outubro em Costa Sena, e as festividades de Nossa Senhora Aparecida, em Córregos, no dia 12 do mesmo mês.

As tradições musicais de Conceição do Mato Dentro não se resumem às manifestações folclóricas de origem negra, registrando-se desde época bem remota o cultivo da música erudita ou popular, com a atividade regular de bandas de música e o costume até hoje mantido das serenatas e modinhas. Outro aspecto cultural a ser assinalado é o do artesanato, que, embora carecendo de maior incremento, mostra peças de madeira, couro, barro e bambu, sendo de iniciativa recente a produção artesanal de tapetes do tipo Arraiolo e peças de pano em bordado.

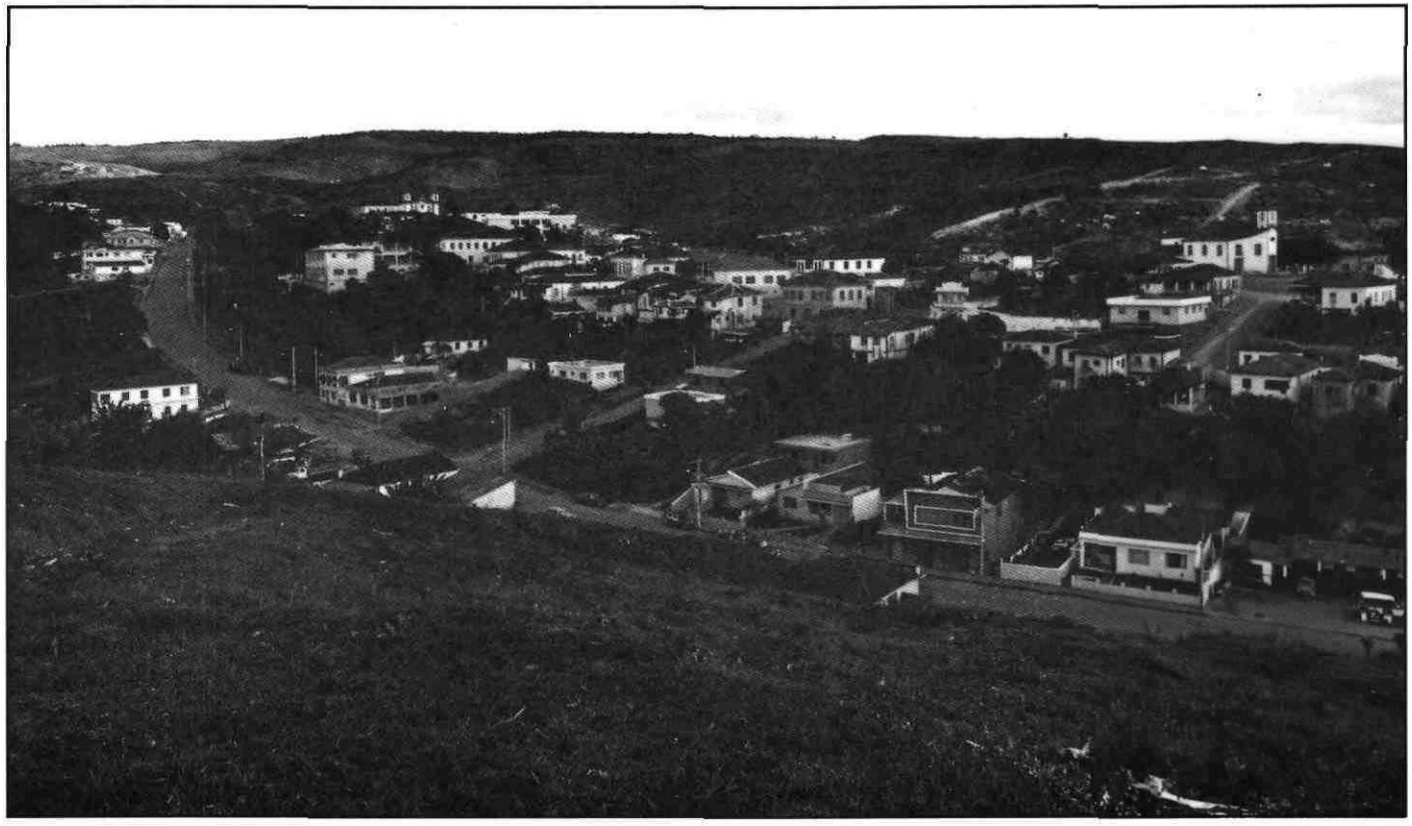


Conceição do Mato Dentro - Confecção de tapetes tipo Arraiolo.

A CIDADE

Formação e Evolução Urbana

A formação urbana de Conceição do Mato Dentro, como a da maioria dos mais antigos núcleos coloniais de Minas, decorreu diretamente dos moldes de ocupação do solo determinados pela atividade de extração do ouro. Os agrupamentos pioneiros, constituídos de simples choças de madeira e capim, surgiram em pontos estratégicos, não muito distantes das principais lavras, localizadas junto aos pequenos cursos de água que banham a cidade, em trechos então mais favoráveis ao trabalho minerador. Quando, em 1702, Gabriel Ponce de Leon e seus companheiros se fixam na área, as explorações têm início ao oeste da atual malha urbana, no córrego do Cuiabá, ao sul, no córrego do Vintém, e ao norte, no córrego da Conceição, próximo à planície da Bandeirinha. É a partir desses locais que o povoado se desenvolve e organiza, tendo porém como ponto central de referência e maior polarização o largo da primitiva capela, erguida no próprio ano de 1702 e mais tarde ali substituída pelo edifício definitivo da igreja matriz. Construído em ponto relativamente elevado, é possível que à sua frente se desdobrasse ampla área na direção norte, com o templo a balizar a concentração do casario, distribuído inicialmente à direita e à esquerda da extensa esplanada. Só depois é que outras edificações teriam ocupado a faixa fronteira à igreja matriz, interrompendo a seqüência espacial antes aberta e definindo as faixas laterais como ruas independentes: a rua Direita (atual Daniel de Carvalho) e a rua de Trás (atual Raul Soares). Esse preenchimento do antigo espaço vazio teria determinado também o aparecimento dos pequenos largos e travessas que hoje se entrecruzam na área. A Praça Dom Joaquim, com o belo chafariz que em 1825 substituiu o chamado pelourinho erguido em 1719, constitui urbanisticamente o logradouro principal da área. É nesse perímetro delimitado pelas antigas ruas Direita e de Trás que ainda se centraliza o movimento urbano, conservando ao mesmo tempo o conjunto certa atmosfera tradicional, acentuada pela presença dominante da matriz e de alguns sobrados e casas térreas remanescentes da velha arquitetura de linhas coloniais.

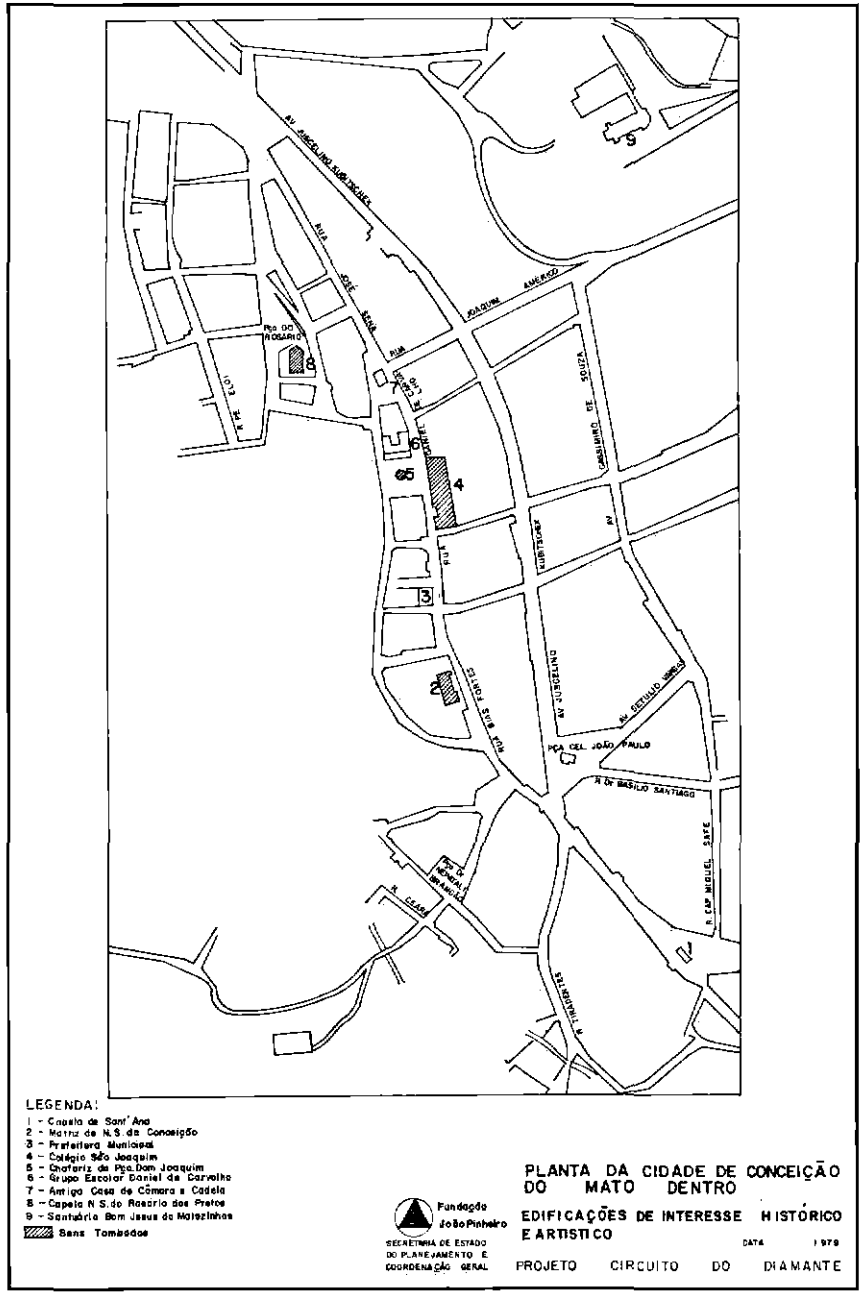


Conceição do Mato Dentro - Vista geral da cidade.

Contemporâneo do núcleo central, o bairro do Vintém, situado em parte alta ao sul da cidade, já deveria estar definitivamente habitado por mineradores que exploravam o córrego do mesmo nome, quando se deu começo à construção da primitiva capela de Sant'Ana, inaugurada em 1744. Mas a iniciativa de edificação do pequeno templo, exigindo trabalhos de melhor arranjo do local e do espaço em torno, terá certamente atraído novos moradores para a área, consolidando o adensamento urbano na direção do núcleo central. À esquerda do largo e rua de Sant'Ana, estaria também definida ou em formação na época outra parte antiga da cidade, compreendida pela praça da Saudade, pela rua do Gambá (atual Tiradentes) e pelo bairro do Maranhão. Foi esta uma área de função por longo tempo marcante na vida de Conceição, porquanto ali ficavam os ranchos dos tropeiros que demandavam a localidade, na sua incessante rota de comercialização entre o centro e o norte de Minas Gerais. Ao fim da esplanada que se desdobra da igreja matriz, havia tomado corpo pelo mesmo período o bairro do Rosário, cujo adensamento terá igualmente se seguido à construção da capela dos pretos, iniciada por volta de 1728. Mais além, transposta a antiga ponte do Lava-Pés, no córrego da Conceição, o bairro da Bandeirinha, também originário das primeiras explorações de ouro, terminava o desenho longitudinal do tecido urbano como devia apresentar-se já nas alturas de 1750. Por esta época se iniciava, numa colina a leste do arraial, a construção da primitiva capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, mas ela pouca influência exerceria de imediato na expansão do povoado, conservando-se até muito mais tarde como ponto isolado em relação às áreas habitadas. Na segunda metade do século XVIII, com o declínio da atividade mineradora, a vida urbana da povoação sofreu conseqüente colapso, acabando por estagnar-se. Visitando-a em 1817, o naturalista francês Saint-Hilaire dela registraria uma impressão de decadência e abandono, com muitos moradores deixando o arraial em busca de melhores terras para a lavoura. No quadro urbano de cerca de duzentas casas, distribuídas por duas ruas paralelas (certamente as ruas Direita e de Trás com seus naturais seguimentos) e algumas dessas casas aparentando ruína, apenas a boa qualidade arquitetônica das edificações fazia supor ao viajante um passado de maior abastança dos antigos habitantes, na fase mais intensa da mineração.

O aspecto de estagnação ainda perdurou por muito tempo, chegando mesmo a obstar os esforços que a população desenvolvia visando à emancipação administrativa do arraial. Dois outros viajantes estrangeiros - João Emanuel Pohl e George Gardner - confirmariam as observações de Saint-Hilaire sobre o estado desolador do lugar e a quase penúria dos habitantes, que passavam a ver na incipiente agricultura e pecuária e no pequeno comércio as suas alternativas de sobrevivência. Com a elevação do povoado à condição de vila (1840) e depois à de cidade (1851), a vida local experimentou certo alento, sendo dessa época (1841) a construção do antigo prédio da Casa da Câmara e Cadeia. Até fins do século XIX, segundo levantamento de 1899, a cidade apresentará um conjunto de trezentas casas, ocupando oito ruas e quatro praças, contará com seis chafarizes para distribuição de água à população e terá bem conservadas as suas igrejas e capelas, uma delas em reconstrução. Entrado o século XX, começa a patentear-se um desejo maior de modernização urbana, com melhores recursos em equipamento e serviços. Entre 1901 e 1920, promove-se a construção do cemitério público, urbaniza-se o bairro do Brejo, com a abertura da rua Casimiro de Souza na direção do Santuário do Bom Jesus, e outras vias são alargadas ou recebem calçamento. A cidade prossegue em ritmo regular de crescimento e nas alturas de 1925 o número de edificações é estimado em quinhentos e oitenta, já se notando então uma tendência generalizada para novos padrões construtivos.

As transformações por que foi passando a cidade levaram-na a uma gradativa perda da antiga fisionomia colonial, notadamente quanto ao aspecto geral do velho casario, de que hoje restam poucos exemplares. Segundo o historiador Joaquim Ribeiro Costa, até 1920 as casas ainda tinham suas portas e janelas geralmente pintadas de azul ou verde, renovando-se anualmente a pintura branca das paredes por ocasião do Jubileu do Bom Jesus. Depois de 1930, a cidade começa a expandir-se com maior intensidade para o lado leste, surgindo loteamentos, ruas e construções por longa extensão, que vai do alto do Cruzeiro até além do Santuário de Matozinhos. Essa direção do crescimento urbano seria determinada pelas naturais condições topográficas, que impediam qualquer nova expansão para a parte oeste, circunscrita pelo córrego Cuiabá e por terrenos de conformação desfavorável. Em 1950, o número de



LEGENDA:

1 - Capela de Sant'Ana
2 - Matriz de N.S. da Conceição
3 - Prefeitura Municipal
4 - Colégio São Joaquim
5 - Chafariz da Pça. Dom Joaquim
6 - Grupo Escolar Daniel de Carvalho
7 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia
8 - Capela N.S.do Rosario dos Pretos
9 - Santuário Bom Jesus do Matozinhos
▨ Sans Tombados

Fundação João Pinheiro

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PLANTA DA CIDADE DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

EDIFICAÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTISTICO

DATA 1979

PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

edificações existentes na cidade atinge quase oitocentas unidades, para 3.108 habitantes, elevando-se a cerca de mil, trezentas e sessenta, para 5.306 habitantes, em 1974. As casas construídas nos novos bairros acentuariam, porém, nesses últimos anos, a descaracterização arquitetônica que já vinha ocorrendo, com reflexos no próprio conjunto do núcleo histórico central. Faltou à cidade, em seu conjunto, uma orientação de desenvolvimento capaz de conciliar as imposições do progresso e a preservação mais abrangente de seu antigo acervo. Ainda assim conservou-se no centro histórico o primitivo e espontâneo desenho urbano, peculiaridade que representa, ao lado dos monumentos religiosos e das festas de tradição local, um dos atrativos de Conceição do Mato Dentro.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Edificações Religiosas

Matriz de Nossa Senhora da Conceição

HISTÓRIA

A primitiva capela foi erguida nos primeiros anos do século XVIII, por iniciativa de Gabriel Ponce de Leon, que mandou vir de Itu, em 1703, a imagem da padroeira. Contribuiu ele também de modo decisivo, com doações, para a construção da igreja definitiva, já em andamento em 1715, ano em que aparece, no livro de Registro de Quintos da Vila do Princípe, referência a escravos do capitão Francisco Moreira Carneiro que trabalhavam nas respectivas obras. Segundo documento datado de 18 de agosto de 1719 e mencionado pelo historiador Geraldo Dutra de Morais, a autoria do projeto coube ao mesmo arquiteto-construtor da desaparecida igreja da Purificação do Serro, cujo nome não consta, porém, da documentação pesquisada.

Em 1722, a capela-mor já se encontrava concluída e "com muita decência para o culto", como acentuava então o parecer do visitador pastoral padre Antônio da Silva Prado. Foram construídos em seguida o consistório e a sacristia com o pequeno altar do Senhor do Bonfim, inaugurado em 1746. As demais obras se estenderam, todavia, com certa lentidão, por todo o século XVIII. Em 1754, faltando recursos para "acabar o Corpo da Igreja, as duas Torres, pintar o Coro e mais cousas...", encaminhou-se uma

"súplica" ao rei Dom José I, solicitando sua ajuda. O auxílio real só foi concedido em 1772, dando-se com isso prosseguimento às obras, que viriam enfim a ser concluídas a 6 de novembro de 1802, quando a igreja recebeu a bênção inaugural. Um de seus sinos foi adquirido em 1743, datando de 1818 o relógio da torre esquerda.

A igreja tem sido objeto, ao longo do tempo, de vários trabalhos de reparo ou restauração. Conforme se lê em relatório do presidente da Província, datado de 1862, o governo mineiro aplicou, entre 1850 e 1860, quatro contos de réis em obras de reforma na matriz de Conceição. Em 1883, a Câmara Municipal solicitaria, para o mesmo fim, nova quota de dois contos e seiscentos mil réis. De 1905 a 1906, realizaram-se, com recursos municipais, reparos gerais no templo, com a colocação também de um pára-raio e quatro vitrais. Em 1948/1949 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN levou a efeito trabalhos substanciais de restauração, inclusive na cobertura e em forros, cimalhas e assoalhos. Mais recentemente, o mesmo órgão efetuou novas obras de restauração e pintura geral.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrições n. 318 - Livro de Belas Artes, fls. 67 - e n. 252 - Livro de História, fls. 43, datadas de 19 de novembro de 1948.

ARQUITETURA

A planta é composta de nave, capela-mor e duas sacristias laterais ao longo das paredes da capela-mor. Filia-se ao partido tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, apresentando as torres salientes em relação ao corpo da igreja, solução peculiar à arquitetura religiosa da região. A fachada reflete o mesmo espírito tradicional: torres de secção quadrada cobertas de telhados de quatro águas, frontão triangular decorado com telhas de bica, do mesmo modo que a cimalha em arco acima do óculo de formato caprichoso, duas janelas à altura do coro e porta principal almofadada. A estrutura é em madeira, com paredes parte em alvenaria de pedra, parte em adobe, cunhais de madeira, cobertura em duas águas e beirais em cimalha. Internamente, possui piso em tabuado largo, forros em abóbada na capela-mor e sacristia, arco-cruzeiro de madeira pintada e balaustradas de jacarandá na nave e no coro. Os antigos púlpitos, em talha dourada, foram retirados em princípios deste século.



Conceição do Mato Dentro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

ORNAMENTAÇÃO

É bem rica a ornamentação interior da igreja, especialmente quanto ao programa decorativo da capela-mor e da sacristia do lado direito. O conjunto de talha dourada mostra três retábulos, de autoria desconhecida, que parecem datar de meados do século XVIII e cuja qualidade é visível, apesar das repinturas. O retábulo da capela-mor, de trabalho mais apurado, é presumivelmente de maior antiguidade, porquanto *ainda inclui colunas torsas em sua estrutura. Estas colunas têm como suporte* interessantes esculturas de anjos e aves Fênix, repetindo-se as figuras angélicas também no belo coroamento do altar, onde aparecem empunhando trombetas e ornatos de ramos e flores. Os retábulos do arco-cruzeiro, delimitados por pilastras em forma de mísulas e igualmente movimentados pela presença de aves e anjos, apresentam remate em dossel, característico do estilo Dom João V.

A sacristia do lado direito exibe magnífico conjunto de pinturas, constituído pelo painel do forro, de autoria desconhecida, e por uma série de painéis emoldurados na parede acima do arcaz, atribuídos por Rodrigo Mello Franco de Andrade ao pintor Silvestre de Almeida Lopes, um dos mais importantes artistas da região do Serro e Diamantina. Nesses painéis, que outros pesquisadores, apoiados em documento existente, dão ao contrário como de autoria de Manuel da Costa Ataíde, estão representadas cenas relativas à Paixão do Cristo - Flagelação, Coroação de Espinhos, Caminho para o Calvário e Crucificação. A iconografia da pintura do forro se submete também ao tema da Paixão, organizando-se em torno do medalhão central com a Santa Face estampada no véu da Verônica.

É ainda Rodrigo Mello Franco de Andrade quem chama atenção para o talento do autor anônimo desse painel do forro da sacristia, que ele considera "uma das pinturas de teto mais encantadoras e delicadas do patrimônio de arte religiosa do país". "Sua composição - acrescenta o eminente especialista - assinala-se pela extrema liberdade das formas que a constituem e pela predominância da tonalidade rosa no colorido, a contrastar vivamente com a representação do Santo Sudário que lhe serve de assunto principal, ao centro do forro, em cuja periferia o artista pintou uma varanda abalaustrada e florida, sobre a qual assentou apenas figuras femininas à moda Luís XV, simbolizando a fé, a esperança, a caridade, a temperança e os cinco sentidos".



Conceição do Mato Dentro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
Interior: Altares do arco-cruzeiro e da capela-mor.



Conceição do Mato Dentro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Arcaz e painéis da sacristia.



Conceição do Mato Dentro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Detalhe do painel do forro da sacristia.

Ainda merecem referência, no aspecto ornamental da igreja, a balaustrada torneada de jacarandá do coro e, na sacristia, primoroso arcaz também trabalhado em jacarandá e o oratório do Senhor do Bonfim. A imaginária em madeira inclui peças de evidente antiguidade.

Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

HISTÓRIA

Coube aos escravos e pretos forros a iniciativa da construção da capela, depois de um incidente entre negros e brancos ocorrido na matriz, no ano de 1727, durante festejos pela visita pastoral de Dom Frei Antônio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro. Proibidos então de entrar "...por dentro da cerca da igreja, principalmente nas ocasiões de missa e festejos", os negros, que desde 1722 já se achavam agrupados na sua Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, passaram a cuidar da edificação de uma capela própria. As obras tiveram início a 28 de março de 1728, mas nada consta na documentação pesquisada sobre a autoria do projeto e dos trabalhos de construção. Sabe-se apenas que o corpo da capela foi construído com o auxílio da negra Jacinta de Barros, mulher do capitão Manuel Corrêa de Paiva, e com doação feita em testamento por Gabriel Ponce de Leon.

A 6 de janeiro de 1730, com a transferência da imagem da padroeira para a nova capela, recebia esta a sua bênção inaugural, estando apenas concluído o prédio, sem qualquer trabalho de ornamentação. As primeiras obras de talha, douramento e pintura de altares foram contratadas em 1745, enquanto as pinturas decorativas, inclusive do teto, decorreram de ajuste feito pela Irmandade em 1744, no valor de 48 oitavas de ouro, excluído o material empregado. Entretanto, são desconhecidos, por falta de referência documental, os artistas responsáveis pela realização das obras ornamentais da capela.

Em 1940, encontrando-se a capela em deplorável estado de conservação, realizaram-se trabalhos de reforma sob orientação de João Rodrigues do Carmo e Souza, membro da Irmandade do Rosário. Por iniciativa do IPHAN, o prédio voltou a ser restaurado em 1954.

Numa tradição que vem de princípios do século XVIII, a capela centraliza as



Conceição do Mato Dentro - Capela de Nossa Senhora do Rosário - Interior.

concorridas festas de Nossa Senhora do Rosário, que têm início anualmente no dia 1º de janeiro, com missas, procissões, congado, reisado e outras danças que ainda conservam a tipicidade dos antigos tempos.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme inscrições n. 253 - Livro de História, fls. 43, e n. 319 - Livro de Belas Artes, fls. 67, datadas de 19 de novembro de 1948.

ARQUITETURA

Apesar de constituída das mesmas secções que em geral compõem as construções religiosas da região - nave, capela-mor e sacristias laterais -, a planta da capela do Rosário se singulariza pelo frontispício chanfrado, de aspecto poligonal, mas com chanfros em ligeira curvatura. A parte mais saliente da fachada se resume à porta principal, encimada por um óculo e pela torre única, de modelo tradicional, com cobertura de telhas. Nos dois chanfros laterais, estão duas outras portas e quatro janelas, providas de balaústres entalados. Toda esta fachada parece, porém, resultar de alteração havida no século XIX, o que leva a crer fosse desprovido de torre o primitivo edifício da capela.

O templo se situa no bairro do Rosário, tendo como entorno adro pavimentado de pedras, com arrimo hoje em alvenaria de cimento. A estrutura da construção é em taipa e madeira, a cobertura em duas águas e beiradas em cachorros. Internamente, mostra como peculiaridade a presença de lambrequins no coro, tribunas da nave e arcos de separação dos cômodos laterais à capela-mor, que apresentam forro de esteira em dois planos.

ORNAMENTAÇÃO

A capela possui três retábulos de boa talha, apesar da diversidade de estilos. Um dos altares do arco-cruzeiro, atualmente sob a invocação de São Francisco de Assis, é certamente o mais antigo, uma vez que não inclui ainda elementos do vocabulário rococó em sua ornamentação. A disparidade de suas proporções, avantajadas demais para o espaço ocupado no templo, sugere destinação originária diferente, tratando-se talvez do primitivo altar-mor. De dimensões mais modestas é o retábulo dedicado a São Sebastião, que evidencia as linhas do estilo rococó. Quanto ao altar-mor, apesar de pertencer à índole geral do mesmo estilo, já parece tender ao neoclássico pelas proporções esguias das colunas e o forte entablamento.

O forro da capela-mor conserva, parcialmente desgastada, a pintura primitiva, datada de 1774. Apesar do processo de esmaecimento das tintas, são identificáveis as figuras de Nossa Senhora do Rosário e São Domingos, ao centro, e de alguns santos pretos, entre os quais Santo Antônio e São Benedito, sob as arcadas que arrematam lateralmente a composição. Referindo-se a esse painel de forro da capela do Rosário, Carlos Del Negro nele assinalou o caráter colorista, a leveza e despreocupação de efeitos e a "alegria irreprimível dos anjos e querubins", para concluir que seu desconhecido autor "trazia-nos uma mensagem do rococó francês", com possíveis influências sobre outros pintores da região. A policromia do altar-mor é do mesmo estilo rococó, merecendo destaque a parte que se situa na abóbada da tribuna do trono, com a representação do Sagrado Coração rodeado de anjos e nuvens.

Capela de Sant'Ana

HISTÓRIA

Pouco se sabe sobre a época e iniciativa de construção da primitiva capela, constando apenas que foi construída no arraial do Vintém, em terreno doado por Gabriel Ponce de Leon, e que recebeu a benção inaugural a 14 de julho de 1744.

Com a decadência local da mineração, a capela ficou praticamente abandonada, ruindo quase totalmente. Por iniciativa do doutor Joaquim Bento de Oliveira, veio a ser reconstruída entre 1880 e 1886, de acordo com projeto do mestre José Corrêa de Lacerda, cabendo a responsabilidade das obras aos mestres Luiz Cruz da Costa (pedreiro), Pio Teixeira Camargos (carpinteiro) e Ernesto da Costa Fonseca (pintor).

A capela se encontrava bastante estragada em 1955, sendo então realizados trabalhos de restauração. Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Apesar de reconstruída em fins do século XIX, a capela merece referência pela situação de proeminência no tecido urbano, em meio a uma praça localizada num dos pontos altos da cidade. É constituída de um compartimento único e apresenta na fachada a decoração do frontão com telhas em bica, bem característica da região de Diamantina. Acima do mesmo se eleva pequena torre em forma de octógono irregular, com cobertura de telhas.



Conceição do Mato Dentro - Capela de Sant'Ana - Imagem da padroeira.

A reforma de 1880/1886 atingiu todo o sistema de vãos e decoração interna e externa, conservando-se do período colonial apenas o arcabouço do edifício. Todos os elementos decorativos são de gosto neoclássico: frisos denticulados na cimalha e no pequeno ornato triangular da sobreporta, cunhais ornados de caneluras e com simulacros de capitéis, portas e janelas com chanfros laterais, etc.

ORNAMENTAÇÃO

Também o interior da capela foi inteiramente reformulado em fins do século XIX. No altar-mor são visíveis os mesmos elementos decorativos presentes no exterior do edifício, a exemplo dos frisos denticulados. Da primitiva capela restam, porém, as imagens de Sant'Ana e São Benedito, bem como o sino da época de sua ereção.

Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

HISTÓRIA

A idéia da construção da primitiva capela partiu inicialmente de Dom Frei João da Cruz, bispo do Rio de Janeiro, por ocasião de sua visita pastoral ao então arraial de Conceição, em 16 de junho de 1745. Sugeriu ele que se erguesse um pequeno templo para a imagem do Cristo Crucificado, ali existente e tida como milagrosa. Alguns anos depois, a 25 de maio de 1750, a capela, bastante modesta, recebeu a bênção inaugural, embora a provisão definitiva só viesse a ser concedida a 21 de abril de 1770.

Organizada em 1759 a Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, decidiu-se, no ano seguinte, a construção de nova igreja, com aproveitamento porém da primitiva capela, que passaria a servir de capela-mor. Em 1773 o novo prédio já estava quase concluído, faltando apenas os arremates das torres. Cinco anos depois, os próprios moradores se encarregariam de construir uma calçada rústica de acesso à capela.

O douramento e as pinturas do teto, da capela-mor, do arco-cruzeiro e dos retábulos, trabalhos iniciados em fins de 1805 e terminados em 1811, couberam ao mestre Joaquim Pintor, que se inspirou, ao que consta, em cenas bíblicas de estampas reproduzidas em algum missal do século XVIII. As obras de talha, comprrendendo três altares, foram concluídas no primeiro quartel do século XIX, não constando, entretanto, o nome do artista executor. O conjunto de balaustradas de jacarandá - das arcadas, da nave, do coro e das laterais - foi adquirido pela Irmandade a 11 de janeiro de 1807.



Conceição do Mato Dentro - Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos - Vista posterior do novo templo.

Em 1931/1934, encontrando-se a igreja em péssimo estado de conservação, foi totalmente demolida e substituída por um outro edifício, de gosto moderno. Conservaram-se apenas as obras de talha, que vieram a ser tombadas pelo IPHAN, conforme inscrição n. 469 - Livro de Belas Artes, fls. 80, em data de 3 de outubro de 1962.

ARQUITETURA

Embora se trate de edificação recente, sem propriamente significado artístico-arquitetônico, o atual santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos merece menção não só por substituir um dos mais antigos monumentos religiosos locais, como também por ser centro de romaria que se realiza anualmente pelas festas do Jubileu, entre 14 e 24 de junho, desde os tempos coloniais. A decisão de construir-se a igreja hoje existente foi tomada pela Irmandade em reunião de 14 de março de 1931, lançando-se depois sua pedra fundamental a 8 de novembro. O projeto é de autoria do arquiteto Mário Moreira, tendo sido responsáveis pela construção o mestre de obras Antonio Bossi, o engenheiro Eurico Catenacci e o construtor Vito Vitarelli. As linhas arquitetônicas do sólido edifício são bastante ecléticas, variando do mourisco ao neogótico. A entronização da imagem do Bom Jesus no novo santuário se deu a 12 de maio de 1934.

ORNAMENTAÇÃO

O conjunto de talha, remanescente da antiga igreja, compõe-se de três retábulos em estilo rococó, correspondentes a altares da capela-mor e do arco-cruzeiro. O retábulo principal, de mais cuidado acabamento, possui arremate em dossel e quatro colunas, sendo as de enquadramento com terço inferior em desenho torso e fuste estriado ou em caneluras e as duas outras, de posição reentrante, inteiramente retas. Entre as colunas, a cada lado do camarim, localizam-se pequenos nichos para imagens. Os dois retábulos do arco-cruzeiro, de estrutura bastante simplificada, estão inseridos em vãos de pequenas capelas e mostram o detalhe curioso de colunas lisas que se estreitam da base para o capitel. A reambientação desses altares na nova igreja é complementada pela presença de pinturas figurativas em quadros apostos ou pintados diretamente nas paredes da capela-mor. Constituem, na maioria, cenas representativas da Paixão de Cristo. Apesar de pinturas recentes, feitas à época da construção do atual santuário, não são destituídas de interesse, porquanto se harmonizam bem na organização decorativa da capela-mor.



Conceição do Mato Dentro - Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos.
Capela-mor com retábulo da antiga igreja e painéis de pintura recente.



Conceição do Mato Dentro - Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos.
Lavabo antigo em pedra no refeitório do convento anexo ao templo.

Edificações civis

Sobrado da Prefeitura e Câmara Municipal

Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época precisa e iniciativa da construção do prédio, originariamente de destinação residencial. Sabe-se apenas que é uma edificação de fins do século XVIII, constando por tradição ter servido para hospedar o governador da Capitania Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas, quando de sua estada no então arraial de Conceição, em 1801. Adquirido a 7 de abril de 1892 para instalação do Paço Municipal, passou alguns anos depois, em 1905, por reformas, a fim de adaptar-se à nova função.

Foi nessas obras de adaptação do prédio que, segundo o historiador Joaquim Ribeiro Costa, se empregou pela primeira vez na cidade a alvenaria de tijolos. É provável que a introdução do novo material tenha se dado na construção das paredes de reforço erguidas no primeiro pavimento. Conforme relatório do IPHAN, datado de 1955, o sobrado, que se achava nessa época em estado de iminente ruína, já apresentava vários elementos externos e internos de modificação. Posteriormente, foi submetido a trabalhos de restauração, sem, porém, novas alterações substanciais.

A atual sede dos poderes municipais - Prefeitura e Câmara -, situada à rua Daniel de Carvalho n. 161, é dos poucos sobrados de feição colonial que ainda restam no panorama arquitetônico da cidade. Apesar do desgracioso revestimento de reforço do primeiro pavimento, o prédio ainda conserva parte da antiga dignidade construtiva, especialmente no aspecto geral do andar superior. Nele se destacam, além da cobertura em telhado de quatro águas e beiradas em cimalhas de madeira, o harmonioso conjunto de sete sacadas isoladas e trabalhadas em ferro batido, com portas almofadadas, e o desenho alteado das vergas.

Não é amparado por medida legal de tombamento.

Antiga Casa de Câmara e Cadeia

Em 1840, com a elevação de Conceição do Mato Dentro à categoria de vila, a população local se quotizou para a construção de um prédio destinado à Câmara Municipal. Dois anos depois, a 11 de março de 1842, era ele inaugurado na solenidade



Conceição do Mato Dentro. Sobrado da Prefeitura Municipal.



Conceição do Mato Dentro. Antiga Casa de Câmara e Cadeia (1841).

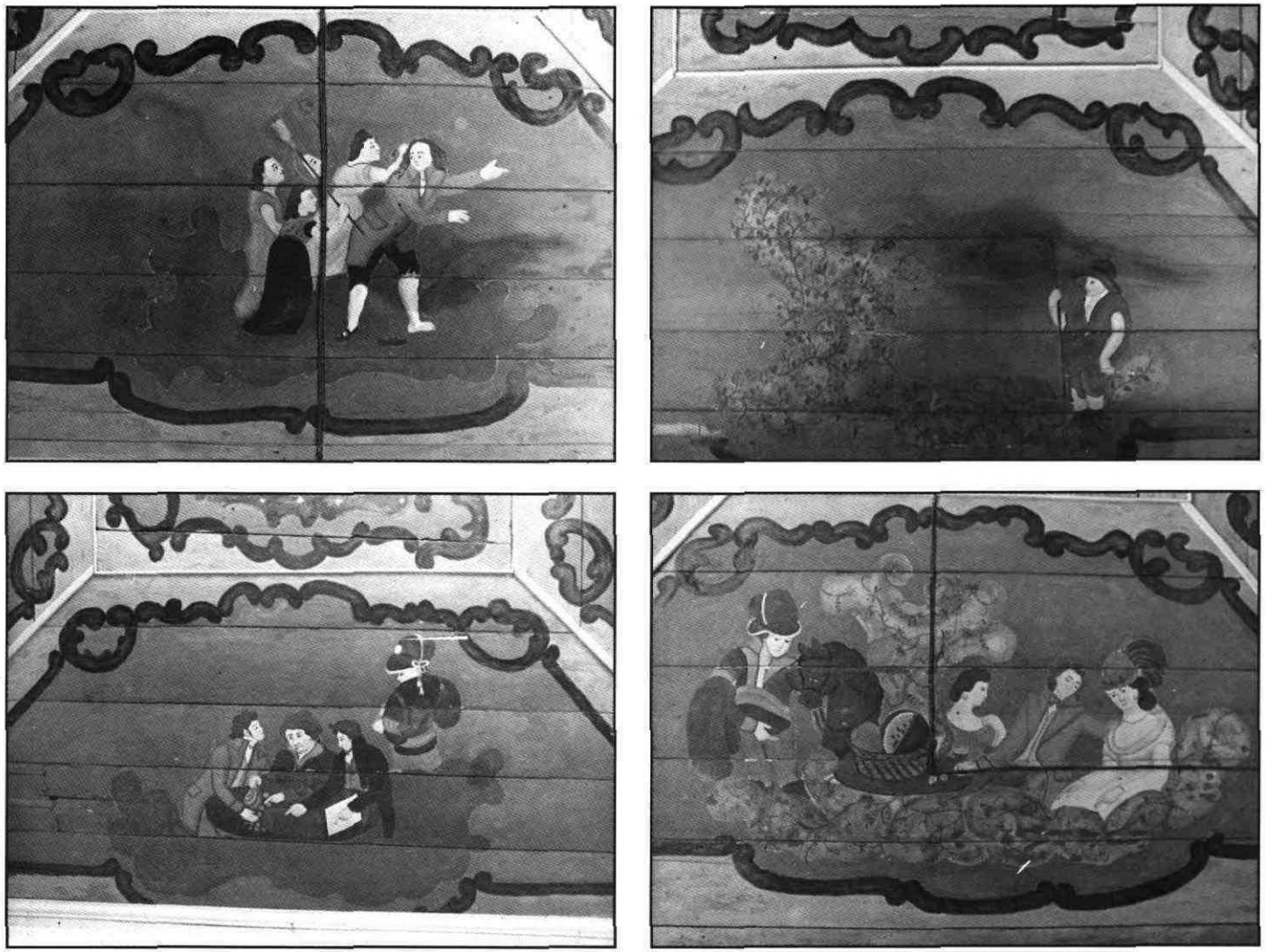
de instalação do município e posse do seu primeiro governo autônomo. Durante o século XIX, o sobrado serviu de sede não só para a Câmara, mas também para o Fórum e a Cadeia Pública, esta funcionando no andar térreo. Com a transferência em 1905 da Prefeitura e da Câmara para outro local, o prédio continuou a abrigar o Fórum e a Cadeia até 1975, quando foram igualmente transferidos. Atualmente, o velho sobrado é utilizado como sede de repartições de ensino.

Situado em espaço delimitado por quatro ruas, com entrada pela rua Daniel de Carvalho n. 379, o sobrado, de construção em adobe e madeira, tem planta quadrangular e apresenta cobertura em quatro águas e tacaniça, com beirais de cimalha de madeira. Na fachada principal, possui escada externa com balaustrada, que dá acesso à porta do andar superior, protegida por pequena cobertura, sugerindo modificação posterior à primitiva construção. As janelas desse andar são do tipo guilhotina, com vergas ligeiramente alteadas, enquanto as do térreo possuem gradeado de ferro, de acordo com a função de cadeia que teve por muito tempo a parte baixa do prédio. Internamente, o pavimento superior mostra pisos de tabuado largo e forros apainelados e em gamela. Em suas linhas gerais, o sobrado da antiga Casa de Câmara e Cadeia marca certa evolução, se comparado a construções de feição mais tradicional.

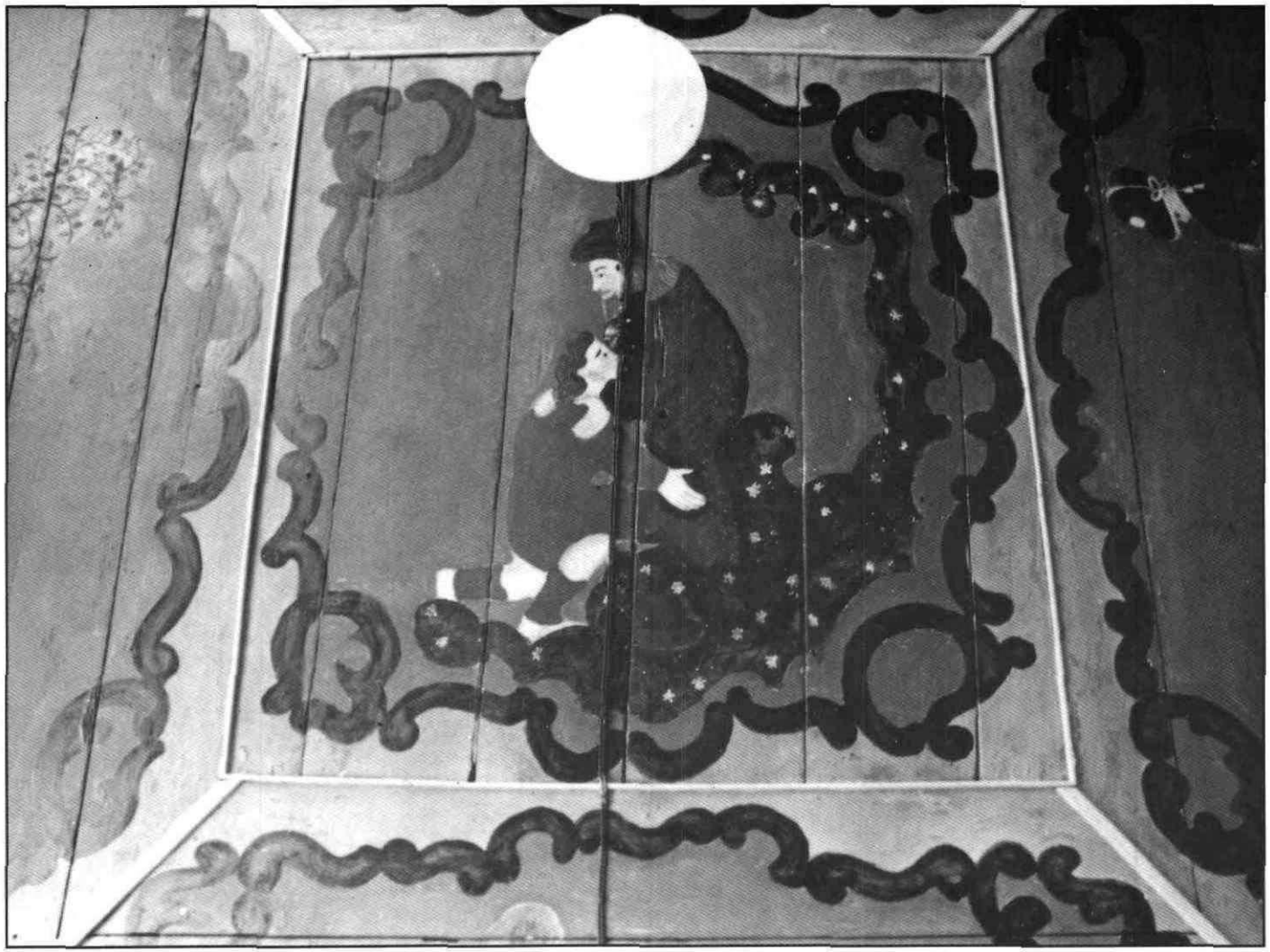
Não é amparado por medida legal de tombamento.

Colégio São Joaquim

Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época precisa e a iniciativa da construção do prédio, que, composto pela adaptação de dois sobrados geminados, teve originariamente destinação residencial. Pelas características construtivas, é evidente a sua antiguidade, denunciada igualmente pela pintura decorativa de um dos tetos. Em 1905, foi o conjunto adquirido para funcionamento de um colégio feminino, criado por iniciativa de dom Joaquim Silvério de Souza, bispo de Diamantina. O estabelecimento inaugurou-se a 1º. de dezembro de 1910, sob a denominação de Asilo ou Instituto São Joaquim e a direção de um grupo de religiosas italianas. Três anos depois, recebeu por lei equiparação à condição de Escola Normal, sendo atualmente administrado pela Congregação das Clarissas.



Conceição do Mato Dentro - Colégio São Joaquim - detalhes do painel de forro.
(pintura de 1790, presumivelmente).



Conceição do Mato Dentro - Colégio São Joaquim - Painel de forro.
(pintura de 1790, presumivelmente).

O prédio, situado na Praça Dom Joaquim, foi objeto de várias reformas e adaptações, mas sua fachada principal ainda conserva elementos bem característicos da arquitetura de feição colonial. Nela se destaca, no andar superior, a série de onze sacadas isoladas, elegantemente protegidas por parapeitos de ferro trabalhado e com os vãos encimados por vergas alteadas e em ressalto. A estrutura primitiva da construção é em madeira e taipa de sebe, com cobertura em telhado de quatro águas e beiradas guarnecidas de madeira. No seu interior, bastante modificado, a nota de maior interesse é a existência, num dos cômodos térreos, de um teto pintado em painéis, representando a história do Filho Pródigo. Executados presumivelmente em 1790, mostram as figuras humanas curiosamente trajadas à moda da época.

É tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 320 - Livro de Belas Artes, fls. 67, datada de 19 de novembro de 1948.

Chafariz da Praça Dom Joaquim

Construído por iniciativa do cônego Bento Alves Gondim e do comendador Joaquim Bento Ferreira Carneiro, o interessante chafariz em pedra-sabão foi inaugurado a 22 de abril de 1825 - "quarto ano da independência" -, como se lê em inscrição gravada na sua base, vindo a substituir no local velho pelourinho que ali existia desde 1719. O projeto e a execução da escultura couberam ao mestre José Caetano, e os serviços de assentamento e canalização, ao mestre Carlos José da Silva. Até as alturas de 1942, o tanque quadrilátero do chafariz apresentava, segundo descrição do historiador Geraldo Dutra de Morais, quatro assentos na parte inferior "para descanso dos recipientes, todos chapeados com gatos de ferro ligados com chumbo", tendo o centro forrado "com pedras lavadas de modo a não permitir minar água". Atualmente, o tanque se acha modificado e revestido externamente por pedras à vista.

A estrutura escultórica do chafariz se constitui de uma coluna com cerca de 3,30 m de altura, torneada em duas partes. Na inferior, estão quatro carrancas em figura de vulto, sustentando com as costas o pedestal onde se assenta um "guerreiro guarani". As carrancas, medindo cada uma 0,57m, são figuras nuas, suspensas no ar e escancarando a boca com ambas as mãos por onde jorra água. O guerreiro, no alto,

mede 0,80m. Com as mãos na cintura, olhar para o alto, está vestido com pequeno saiote e manto que rasteja até os pés, e adornado com colar, brincos de argola e cocar de plumas.

O chafariz, por seu feitio e originalidade, é um dos mais belos exemplares do gênero existentes em Minas Gerais.

É tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 454 - Livro de Belas Artes, fls. 84, datada de 9 de março de 1960.



Conceição do Mato Dentro - Chafariz da praça Dom Joaquim - Detalhe.



Conceição do Mato Dentro.
Chafariz da praça
Dom Joaquim - Detalhe.

Outras Edificações

A par dos exemplares de arquitetura religiosa do período colonial e das edificações civis mencionadas em destaque, várias outras unidades merecem citação por configurarem conjuntos e ambientes urbanos de aspecto característico ou representarem valores especiais. Estão neste caso o conjunto de casas da rua Coletor Bento Silva e praça do Rosário, que complementam o ambiente onde se insere a capela do mesmo nome; o conjunto de casas da rua Raul Soares, que somadas ao edifício dos Correios e Telégrafos, à Prefeitura Municipal e ao Fórum atual definem um grupo de ruelas e becos em planos variados, aprazível ao convívio dos usuários dos serviços aí localizados; e o conjunto de casas da ladeira de Sant'Ana, no trecho compreendido entre a capela e a praça Coronel João Paulo.

Como ficou acentuado, unidades arquitetônicas de períodos mais recentes se disseminam por toda a cidade, atestando a continuidade do seu desenvolvimento. As novas construções edificadas entre fins do século passado e as alturas de 1930 adotaram quase sempre o chamado estilo eclético, então em voga no País. O mais importante exemplar desse período é, sem dúvida, o prédio do Grupo Escolar Daniel de Carvalho, inaugurado em 1926. O partido arquitetônico nele adotado é marcado pela busca de simetria, tanto em planta como em fachadas, as quais são fartamente impregnadas de ressaltos e reentrâncias executados em massa de reboco sobre alvenaria de tijolos. Na fachada posterior, a platibanda por três vezes se alteia em linha quebrada, assinalando os eixos de simetria principal e secundários. A cimalha, que circunda todo o edifício, arqueia-se sobre a entrada, de modo a destacá-la. Os vãos se distribuem alternando, aos pares, vergas em arco pleno e retas, estas concordando porém com as ombreiras por meio de pequenos arcos. As fachadas laterais, embora mais simples, dispõem abaixo de cada janela um painel retangular, com tratamento gráfico, por incisão, desenhando pares de espirais de interessante efeito. Coroa cada painel, em arco pleno, uma pequena máscara de fina execução. Falsas pilastras subdividem os planos de fachada e visualmente apóiam a linha horizontal da cimalha.

DISTRITO DE CÓRREGOS

O velho povoado de Nossa Senhora Aparecida de Córregos é considerado o mais antigo do município. Fundado por bandeirantes em 1702, foi núcleo ativo de mineração, tendo seus primeiros habitantes explorado com sucesso, nos cursos de água locais, tanto o ouro, quanto mais tarde o diamante. Para desviarem o rio Santo Antônio, na sua faina mineradora, usavam curioso processo de desmonte, empregando o fogo de lenha para aquecimento das rochas, que depois de bem aquecidas recebiam o impacto da água represada, abrindo-se então, com o súbito resfriamento, fundos sulcos entre as pedras. Dessa prática primitiva restam escavações a pique, que um observador chegou a comparar a **canyons** artificiais.

A localidade se situa num vale e seu casario, distribuído por pequena praça e duas ruas, forma um conjunto harmonioso, que guarda a tipicidade colonial. São casas térreas e algumas assobradadas, de construção simples mas de características bem antigas, entre as quais se destaca interessante sobrado da praça da matriz. A população se mantém hoje da atividade agrícola, principalmente do cultivo de cereais. Seus hábitos e costumes são bem tradicionais, conservando-se um calendário festivo de fundo religioso em que se sobressaem as festas do Divino, de São Sebastião (20 de janeiro), Nossa Senhora do Rosário (14 de setembro) e a da padroeira Nossa Senhora Aparecida, que se realiza a 12 de outubro.

O distrito foi criado pela Lei provincial n. 902, de 8 de junho de 1858. A simplificação do nome para Córregos vem de 1911.

Matriz de Nossa Senhora Aparecida

HISTÓRIA

Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época, iniciativa e autoria do projeto e das obras de construção e ornamentação da igreja. Os mais antigos livros de registros conhecidos da primitiva capela - batizados, casamentos e óbitos - datam de 1745/1748, conforme levantamento constante do arquivo do IPHAN. Visitando o Arraial dos Córregos, o então bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei João da Cruz, referia, em 1745, à necessidade de se "fazer nova capela", em substituição à "velha", que se



Distrito de Córregos - Vista geral.

achava "muito arruinada e falta de paramentos". Em documento datado de 1823 e divulgado pelo historiador cônego Raimundo Trindade, a igreja era citada como ainda capela filial da freguesia de Conceição do Mato Dentro. Numa comunicação feita ao Presidente da Província no ano de 1854, mencionava-se que até essa data a capela não possuía patrimônio próprio, tendo apenas "os ornamentos e alfaias necessários para celebração de missa". A elevação a paróquia se deu mediante a Lei n. 2.420, de 5 de novembro de 1877.

Na fachada estão gravadas, acima da porta, as datas de 1872 e 1956, possivelmente se referindo à época de construção ou reconstrução dessa parte do edifício e a reformas realizadas.

A igreja sofreu, recentemente, nova restauração da parte arquitetônica.

O monumento é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 24.323, de 22 de março de 1985.

ARQUITETURA

A igreja se situa em ponto central da localidade, conservando ainda velho muro de pedras que delimita o espaço do adro. A estrutura da construção é em adobe e madeira, compondo-se de nave, capela-mor e corredores laterais, continuados na parte posterior pela sacristia. Apresenta fachada chanfrada, com uma única torre central, fachada esta que se supõe de data mais recente que o restante da construção. Interiormente, mostra pisos em tabuado largo, forros abobadados e coro com balaustrada de madeira torneada, em jacarandá. O arco-cruzeiro é também de madeira, revestida de pintura decorativa.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja possui um conjunto de talha que, embora de concepção simples, revela boa qualidade. Os dois altares do arco-cruzeiro, compostos de colunas torsas continuadas por arquivoltas concêntricas, parecem mais antigos do que o altar-mor, de tábua lisa, e são recobertos de pintura branca, com leves aplicações de ornatos dourados e floridos.

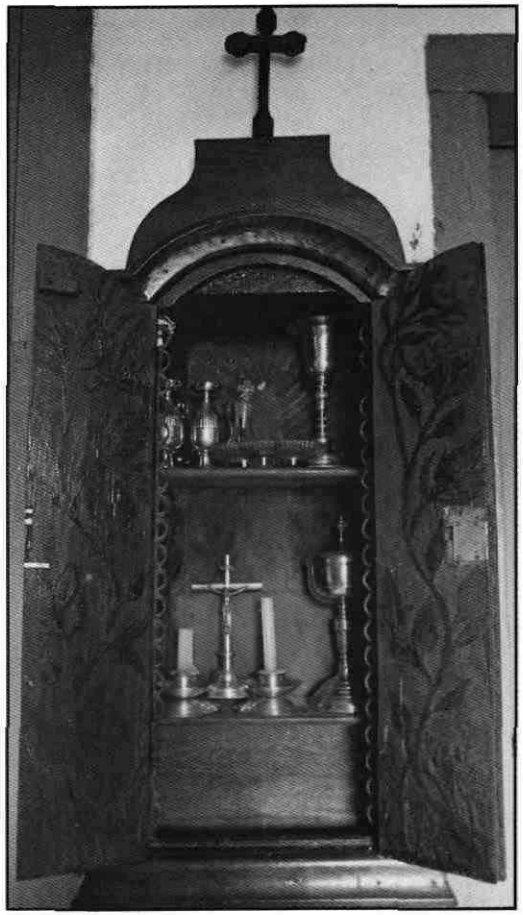
No forro da capela-mor, vê-se, meio desgastada, uma pintura decorativa, figuran-



Córregos - Matriz de Nossa Senhora Aparecida.



Córregos - Matriz de Nossa Senhora Aparecida - Capela-mor.



Córregos - Matriz de Nossa Senhora Aparecida. Pequeno armário da sacristia.

do a Assunção da Virgem. Trata-se de composição em que predominam as cores rosa, azul, sépia, vermelho e amarelo, trabalho de fatura popular e autoria ignorada, mas bem realizado.

No centro da grade do coro, encontra-se velho órgão, há muito tempo fora de uso, todo em cedro, com tubos de madeira e chumbo, cujo autor poderia ser o mesmo do órgão existente na igreja do Carmo de Diamantina. Merecem também referência o chafariz em pedra da sacristia e algumas peças de imaginária do altar-mor: Nossa Senhora, São João e São Sebastião.

Capela do Senhor dos Passos

Nada se apurou, na documentação pesquisada, sobre a história da instituição e construção desta modesta capela. Entretanto, as características construtivas denunciam sua presumível antiguidade. Situada em meio ao cemitério local, parece destinar-se principalmente a depósito e encomendação dos mortos.

HISTÓRIA

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 24.329, de 22 de março de 1985.

ARQUITETURA

A planta se compõe apenas de nave e corredores laterais, que apresentam a particularidade de terem as paredes internas abertas a meia altura. A fachada é bastante singela, com uma única torre central, graciosa cimalha em telhas, duas janelas ladeando pequeno óculo de madeira em desenho caprichoso e a porta principal em almofadas. Estruturada em adobe, com cunhais de madeira, tem cobertura de telhas curvas e beiradas em cachorros. Seu interior é desprovido de forro, mostrando telhado aparente.

ORNAMENTAÇÃO

A capela nada possui que a distinga sob o aspecto ornamental. Entretanto, está valorizada pela situação no alto de uma colina, de onde se descortina bela vista da localidade e da paisagem circundante. É cercada de muros de pedras e tem amplo adro fronteiro, no qual se encontra o cemitério e se vê também um rústico cruzeiro.



Córregos - Capela do Senhor dos Passos com amurada.

DISTRITO DE COSTA SENA

São Francisco de Paraúna (ou simplesmente Paraúna) era o primitivo nome da atual localidade de Costa Sena, cujo surgimento se deu em inícios do século XVIII. Seus fundadores foram atraídos pela ocorrência do ouro no rio Paraúna e pequenos afluentes, mas o arraial experimentou maior florescimento depois da descoberta de diamantes nas redondezas e a instalação ali de um quartel e postos de vigia para combate ao contrabando. O mais antigo documento sobre a existência do povoado talvez seja um quadro de ex-voto, datado de 27 de julho de 1715, em que Luiz Antônio Gonçalves Leitão agradecia a São Vicente Ferrer o milagre de salvá-lo de um atentado de morte.

Em 1899 ainda se explorava algum ouro e diamante nas vizinhanças da localidade, que, situada à margem esquerda do rio Paraúna, constituía então pequeno aglomerado de *sessenta casas e apenas três ruas sem alinhamento: dos Quartéis*, dos Forros e dos Machados. Este aspecto pouco se alterou até hoje, sobressaindo entre o casario a igreja de São Francisco de Assis, cuja ornamentação interna testemunha a fase de relativa riqueza alcançada no passado pelo velho arraial. Hoje a população do atual distrito de Costa Sena vive basicamente da pequena lavoura e pecuária, conservando costumes simples e arraigadas tradições, dentre elas o espírito religioso manifestado em festas como as de Nossa Senhora da Conceição, comemorada a 6 de julho, e do jubileu de São Francisco, celebrado a 4 de outubro.

A atual denominação do distrito lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938.

Matriz de São Francisco de Assis

HISTÓRIA

A primitiva capela que deu origem à igreja de São Francisco foi erguida na primeira metade do século XVIII, pois seus mais antigos livros conhecidos de registros datam de 1738 e 1748, como consta em levantamento existente no arquivo do IPHAN. Conforme se lê em termo de visita pastoral feita em 1748 pelo visitador da comarca da Vila do Príncipe, padre Alexandre Nunes Cardoso, a capela já possuía tribuna e altares colaterais, mas necessitava de frontais, assoalhamento e portas internas, bem como de



Distrito de Costa Sena - Vista parcial.



Costa Sena - Matriz de São Francisco de Assis.

vedação do adro. Não foram, todavia, localizados elementos documentais precisos sobre a época do atual edifício e a autoria das respectivas obras de construção e ornamentação. Pelos diferentes estilos dos retábulos, vê-se que os trabalhos de talha se realizaram em duas etapas, pertencendo os altares do arco-cruzeiro ainda à primeira fase do barroco em Minas, enquanto o altar-mor, em linhas rococó, corresponde talvez ao último quartel do século XVIII. A então capela recebeu concessão de pia batismal em 1765, por provisão de 16 de julho. Permaneceu por mais de um século subordinada à matriz de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro e depois à de Gouvêa, como capela filial, só logrando elevação definitiva a paróquia mediante a Lei provincial n. 1.881, de 15 de julho de 1872. O sino traz inscrita a data de 1823.

Em fins do século XIX, a igreja se encontrava em bom estado geral de conservação, como se deduz de informação da **Revista do Arquivo Público Mineiro** do ano de 1899. Em 1950, foram realizados trabalhos de restauração patrocinados pelo IPHAN.

O monumento é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, conforme o Decreto-Estadual n. 24.326, de 22 de março de 1985.

ARQUITETURA

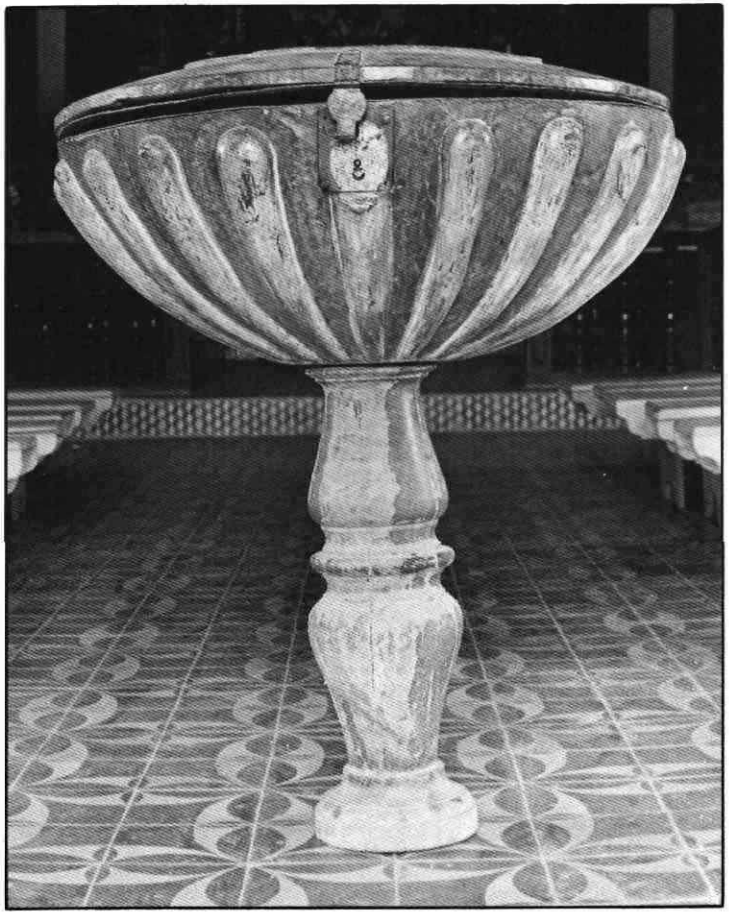
A igreja, aparentemente modesta por suas proporções e pela ausência de torres, se destaca, porém, em razão da originalidade das soluções arquitetônicas. Sua planta, além dos três corpos principais - nave, capela-mor e sacristia lateral -, apresenta dois pequenos anexos às paredes da nave, de dimensões desiguais. Um deles, cuja única função é o alargamento do espaço interno para colocação de retábulo, quase não se acusa exteriormente em termos de volume. O do lado oposto, entretanto, que à mesma função conjuga a de conter a sineira e o acesso ao púlpito, tem dimensões maiores e volume externo inusitado, com dois pisos diferentes, o segundo dos quais sustentado por um pilar de madeira. A estrutura é em adobe e madeira, com cobertura em duas águas, beiradas em cachorros e enquadramento dos vãos em madeira, com vergas retas. A fachada é simples, apresentando cunhais de madeira, duas janelas com parapeito entalado e pequeno vão à altura do coro e a porta principal almofadada. Internamente, possui interessante pia batismal em madeira, bem como balaustradas na



Costa Sena - Matriz de São Francisco de Assis - Altar-mor.



Costa Sena - Matriz de São Francisco de Assis. Um dos altares do arco-cruzeiro.



Costa Sena - Matriz de São Francisco de Assis.
Pia batismal.



Costa Sena - Matriz de São Francisco de Assis.
Imagem de Nossa Senhora da Piedade.

nave e no coro, igualmente em madeira trabalhada. A igreja se situa em ampla área de gramado natural.

ORNAMENTAÇÃO

Outro aspecto de destaque da igreja é a beleza e qualidade de sua decoração interna, no que concerne à talha e imaginária. Possui conjunto de talha de excelente fatura, constituído de cinco retábulos: altar-mor, dois altares do arco-cruzeiro e dois da nave. O altar-mor é a melhor peça, apresentando talha rococó de grande pureza de estilo, com pintura e douramento originais e a inserção de anjos no coroamento do retábulo. Os altares do arco-cruzeiro, denunciando maior antiguidade, são compostos de colunas torsas e arquivoltas concêntricas e revestidos de bela pintura em tons suaves e motivos delicados. Já os retábulos da nave são de estrutura simples, com colunas retas e arco de tábuas ajustadas, mas conservando a pintura orginal de rocalhas e motivos florais sobre fundo branco.

Em todos os altares figuram excelentes peças de imaginária barroca, dentre as quais se salientam o grupo de São Francisco junto ao Crucificado, no altar-mor, e as imagens de São Domingos, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, nos demais altares.

DISTRITO DE ITACOLOMI

A localidade deve possivelmente sua origem à atividade mineradora que se desenvolveu nas vizinhanças. No Livro **Pluto Brasiliensis**, o Barão Von Eschwege se *refere a algumas lavras de ouro que em 1814 ainda eram exploradas no rio Parauninha*, que passa junto ao velho povoado.

Cercada de morros e algumas manchas de matas, Itacolomi conserva as características de um pequeno arraial do período colonial. A maioria das casas existentes ao longo da rua única e em terra parece bastante antiga. São quase todas casas baixas, com portas e janelas de verga reta, nas quais a simplicidade é a tônica geral. Três sobrados com pequenas varandas laterais destacam-se no conjunto, sendo o mais



Distrito de Itacolomi - Vista parcial.



Itacolomi - Capela de São José em restauração.

interessante o do largo da capela, com janelas superiores de verga em ponta.

Situada a cerca de 15 km da cidade de Conceição do Mato Dentro, a localidade foi por longo tempo simples povoado do distrito-sede do município. A criação do distrito de Itacolomi se deu pela Lei n. 336, de 27 de dezembro de 1948.

Capela de São José

HISTÓRIA

Nada se apurou, na documentação pesquisada, sobre a época precisa de construção e instituição da capela, cujas características fazem supor tratar-se de edificação ainda do período colonial.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Situada numa esplanada de gramado natural, em largo fronteiro à única rua da localidade, a capela é de grande simplicidade, mas com proporções harmoniosas. É composta de nave, capela-mor, duas sacristias laterais e uma torre central na fachada. A estrutura é de taipa e madeira, com cobertura em telhado de duas águas, recentemente refeito. Na fachada vêem-se a porta principal e duas janelas e pequeno óculo à altura do coro.

ORNAMENTAÇÃO

O aspecto interno da capela é bem despojado, porém interessante com seu teto em telhado aparente na nave, o coro rústico e, como nota de maior apuro, o arco-cruzeiro de madeira com pintura policromada.

Sobrado no Largo da Capela

Estruturado em taipa de sebe e alvenaria de adobe, com enquadramento dos vãos e cunhais de madeira, o sobrado obedece a linhas tradicionais de construção que evidenciam sua antiguidade. São interessantes as quatro janelas em verga de ponta do segundo pavimento e a pequena varanda lateral apoiada em pilares de madeira. A cobertura é de telhas curvas, em quatro águas, com os beirais em cachorros. Embora simples em sua aparência arquitetônica, tem presença marcante e graciosa no reduzido conjunto urbano local.

Não é amparado por medida legal de tombamento.

DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO DO BONSUCESSO

Como as demais velhas localidades do município, o antigo arraial do Sapo deve ter sua história ligada aos trabalhos de exploração do ouro no período colonial. Em 1899 era ainda uma povoação diminuta, com pequena capela, cemitério e vinte ou trinta casas. Este aspecto se mantém até nossos dias, sem maiores alterações. Seus habitantes vivem principalmente da pecuária de leite e da agricultura de subsistência.

O distrito de São Sebastião do Bonsucesso foi criado pela Lei n. 2.764, de 30 de dezembro de 1962, com território desmembrado do distrito da cidade de Conceição do Mato Dentro, da qual dista cerca de 18 km.

Capela de São Sebastião

HISTÓRIA

Não foram localizados elementos documentais sobre a edificação da capela. Pelas características de construção e da talha de seu altar, o pequeno templo é de presumível antiguidade, podendo remontar ainda ao período colonial.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Trata-se de construção bastante simples, em adobe e madeira, situada em ponto alto da localidade, tendo como entorno uma praça natural em piso de terra, com singelo cruzeiro. A planta, de reduzidas proporções, compõe-se de duas peças - nave e, ao fundo, a sacristia. A fachada apresenta cunhais de madeira, porta simples, em calha, e duas janelas com balaústres de madeira recortada. A cobertura é em duas águas, com beiradas em cachorros.

ORNAMENTAÇÃO

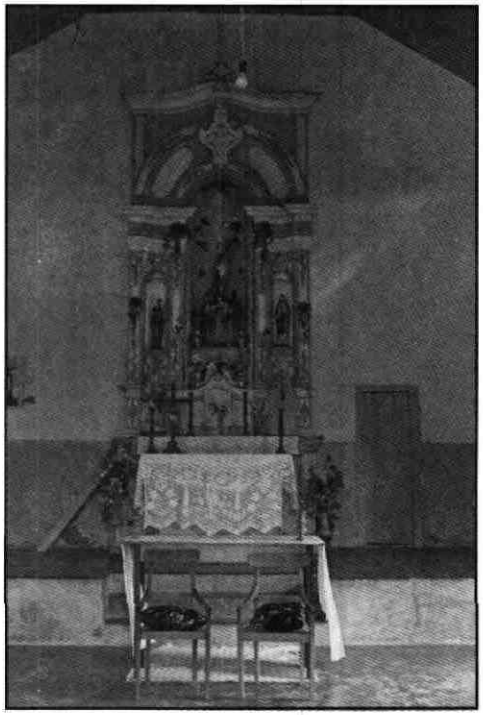
O único retábulo é em talha rococó de interpretação provinciana, apresentando repintura. No despojado interior da capela, ainda se destacam interessante pia batismal, de boa confecção em pedra, e modesto coro em balaustrada.



Distrito de São Sebastião do Bonsucesso - Vista parcial.



São Sebastião do Bonsucesso.
Capela de São Sebastião.



São Sebastião do Bonsucesso.
Capela de São Sebastião - Interior.

DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO NORTE

"Tapera, dependência da paróquia de Conceição, fica situada em um grande vale, limitado por colinas, recobertas umas de mata-virgem, outras de gramíneas. Ao redor da aldeia o vale não oferece senão traços do trabalho dos mineradores. Uma só rua, à extremidade da qual fica a igreja, constitui a aldeia. As casas que a compõem são em número de 70, quase todas cobertas de telhas e muito bonitas, mas várias entre elas estão abandonadas e em muito mau estado".

Esta descrição do antigo povoado de Tapera, hoje distrito de Santo Antônio do Norte, feita em 1817 pelo naturalista francês Saint-Hilaire, parece de nossos dias: a localidade mantém não só a beleza paisagística de seu sítio, como também preserva, em decorrência da estagnação econômica, as suas características do período colonial. O aglomerado urbano ainda se limita praticamente a uma única rua, porém bastante harmoniosa e homogênea. Na arquitetura civil, resta uma sucessão de casas baixas, de taipa, caiadas de branco; na arquitetura religiosa, a igreja de Santo Antônio e a capela de Sant'Ana.

A formação do antigo arraial de Tapera remonta ao século XVIII e seus primeiros habitantes se empregavam na mineração do ouro, cuja exploração se fazia no leito do rio Santo Antônio e seus pequenos afluentes ou nas encostas dos morros vizinhos. Esgotados os veios do metal precioso, os moradores passaram por muito tempo a dedicar-se à fabricação de tecidos e chapéus de algodão como alternativa de sobrevivência econômica, pois o solo não se prestava ali a uma atividade agrícola em condições rentáveis. Esses produtos de algodão, inclusive colchas, lençóis e toalhas em desenhos coloridos, tinham grande aceitação, chegando mesmo a ser exportados para o Rio de Janeiro.

O nome atual da localidade lhe foi atribuído pelo Decreto-Lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938.



Distrito de Santo Antônio do Norte - Vista geral.

Igreja de Santo Antônio

HISTÓRIA

Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época de ereção da igreja ou a autoria de seu projeto e das interessantes obras de decoração em pintura. Mas a construção do primitivo templo deve ter ocorrido nas primeiras décadas do século XVIII, pois os mais antigos livros de registros conhecidos da capela de Santo Antônio da Tapera - batizados, testamentos e óbitos - datam de 1745, conforme levantamento existente no arquivo do IPHAN. No ano de 1748, recebia a visita do padre Alexandre Nunes Cardoso, visitador pastoral da Vila do Príncipe, que nomeou como fabriqueiro da capela a André Francisco de Carvalho. Mais de um século depois, em relatório do presidente da Província de Minas Gerais, concernente ao ano de 1854, a até então capela filial da freguesia de Conceição do Mato Dentro era referida como não tendo ainda patrimônio e só possuindo "os ornamentos e alfaias necessários para celebração de missa". A criação da freguesia só viria a efetivar-se por lei de 8 de junho de 1858. Anos mais tarde, já na condição de matriz, o templo deve ter sido objeto de reconstrução ou obras substanciais de reforma, porquanto, a 10 de novembro de 1866, a comissão incumbida dos trabalhos era autorizada pelo governo da Província a despender os recursos para esse fim consignados pela Lei n. 1.267.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 24.330, de 22 de março de 1985.

ARQUITETURA

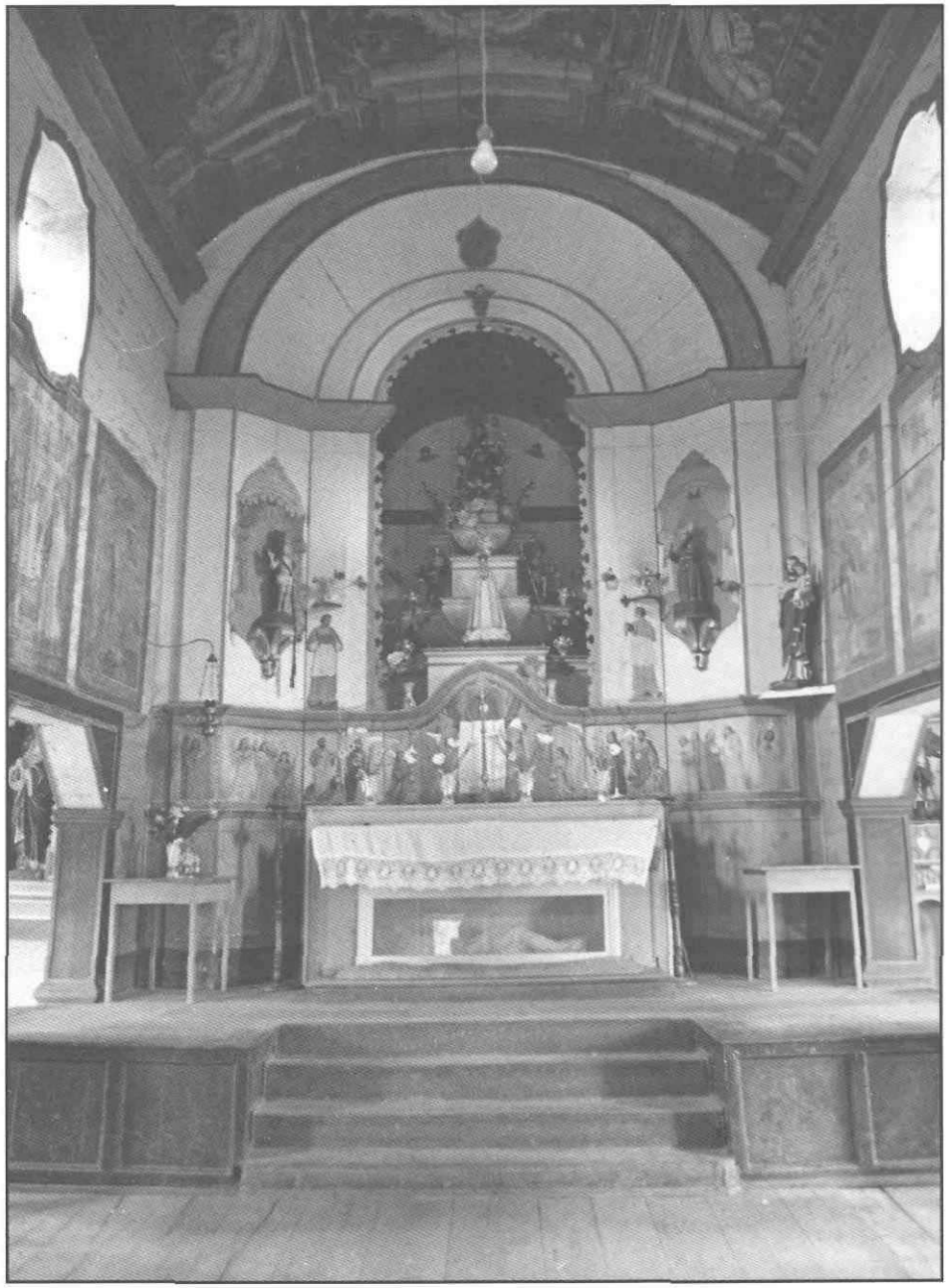
A igreja obedece a planta simples, composta de nave, capela-mor e duas sacristias laterais. Parece bastante alterada em relação ao presumível aspecto original pela anexação de uma torre central em posição de avanço sobre a fachada. Isso não prejudicou, no entanto, o espaço de ambientação do singelo templo, situado em ampla praça com gramado natural. A estrutura da construção é em madeira e adobe, com cobertura em telhado de duas águas e presença de beiradas em cachorros. Internamente, os pisos são em campas e tabuado largo e em forma de abóbada os forros da nave e da capela-mor, as quais se separam por pequenas balaustradas de madeira torneada.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja possui três retábulos de talha simples, sendo o altar-mor em tábuas lisas e os do arco-cruzeiro com colunas de fuste reto e arquivoltas. A imaginária é, porém,



Santo Antônio do Norte - Igreja de Santo Antônio.



Santo Antônio do Norte - Igreja de Santo Antônio - Capela-mor.

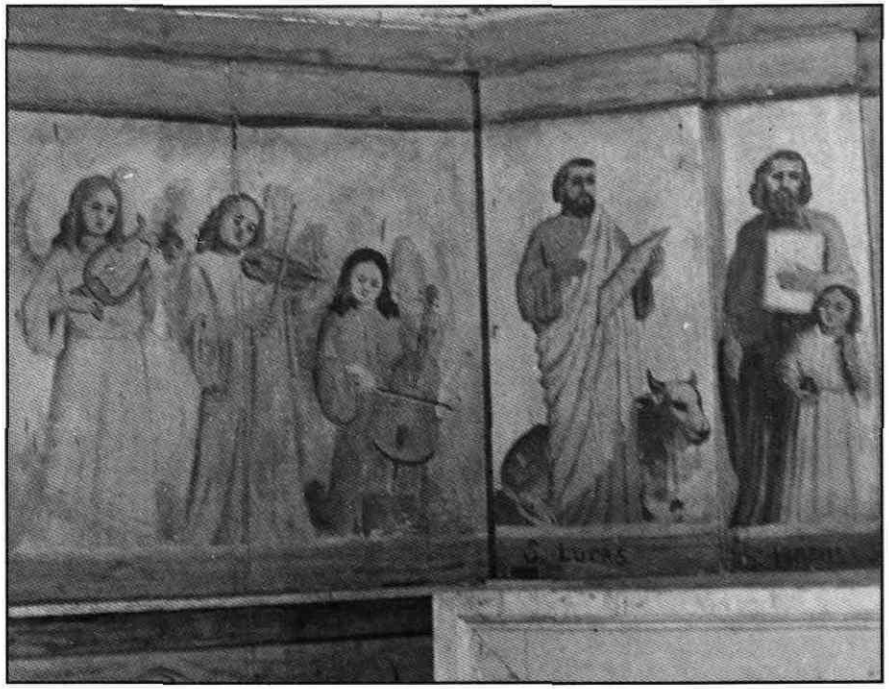


Santo Antônio do Norte - Igreja de Santo Antônio - Painel do forro da capela-mor.

de excelente qualidade, destacando-se as imagens de Santo Antônio, do altar-mor, e as de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia.

Reside na pintura o ponto realmente importante da ornamentação da igreja. No forro da capela-mor, encontra-se magnífico trabalho de autoria desconhecida, mas que se filia pelo estilo à escola do guarda-mor José Soares de Araújo. O quadro central figura a visão de Santo Antônio, representado com o Menino Jesus e anjos agrupados em redor do sacrário. Em torno, desenvolve-se densa perspectiva arquitetônica com maciços pilares, entablamentos, balcões e balaústres. As cores predominantes são o azul-claro e o marrom terroso. Esta pintura, pela sua qualidade, mereceu uma análise de Carlos Del Negro, em seu estudo intitulado **Dois Mestres de Minas: José Soares de Araujo e Manuel da Costa Ataíde.**

Há ainda pinturas de sabor popular nas paredes laterais da mesma capela-mor, distribuídas em seis quadros, que ilustram invocações da oração "Ave Maria" e parecem de fatura recente.



Santo Antônio do Norte. Igreja de Santo Antônio. Detalhe da pintura do friso do altar-mor.

Capela de Sant'Ana

HISTÓRIA

Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época, iniciativa da construção ou autoria do projeto e das obras em talha da capela. Entretanto, o historiador cônego Raimundo Trindade alude a uma capela de Sant'Ana da Tapera, erigida por provisão de 8 de maio de 1770 e que, ao que tudo indica, poderá ser este pequeno templo do atual distrito de Santo Antônio do Norte. As características de época do retábulo existente na capela fazem confirmar esta suposição.

A capela não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

A capela de Sant'Ana, situada no alto de um morro, é de grande simplicidade arquitetônica. Compõe-se de nave, capela-mor e uma única sacristia lateral à esquerda, com ausência de torres ou sineiras. A estrutura da construção é em adobe, com cunhais em madeira, cobertura em duas águas e beiradas em cachorros. A fachada apresenta porta principal e duas janelas com verga em arco abatido e pequeno óculo em losango, sendo o enquadramento dos vãos em madeira. Os forros da nave da capela-mor são abobadados, ocorrendo a presença de coro, púlpito e duas balaustradas simples.

O grande valor da capela é integrar o conjunto paisagístico e arquitetônico da pequena povoação remanescente da época colonial e mineradora. Seu entorno, em gramado natural, é precedido de velho muro de pedras de canga. Do local se descortina amplo domínio da paisagem que o envolve.

Em 1975 a capela foi restaurada.

ORNAMENTAÇÃO

A capela possui um único retábulo, de linhas despojadas mas em boa talha, com colunas de fuste reto, coroamento em dossel, e dois nichos laterais à tribuna do trono, apresentando a policromia original parcialmente encoberta por repinturas. O arco-cruzeiro, em madeira, mostra molduras e policromia também simples. As imagens se acham igualmente repintadas, sendo a mais interessante a da padroeira, Sant'Ana.



Santo Antônio do Norte - Capela de Sant'Ana.



Santo Antônio do Norte.
Capela de Sant'Ana.
Arco-cruzeiro e capela-mor.

Bibliografia

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio. In: DEL NEGRO, Carlos. **Contribuição ao estudo da pintura mineira**. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1958, n. 20, p. 7-15.

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Direção de Nelson de Senna. Bello Horizonte, anno 2, 1907, p. 184-188; anno 3, 1909, p. 385-393; anno 5, 1913, p. 375-81; anno 6, 1918, t. 1, p. 494-500.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1948, v. 8, t. 2, p. 105.

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado e MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro** - Glossário de arquitetura e ornamentação. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1971, p. 83, 130-131, 148, 149, 226, 443, 476.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Conceição do Mato Dentro** - Fonte da Saudade. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

DEL NEGRO, Carlos. Dois mestres de Minas: José Soares de Araujo e Manuel da Costa Ataíde. **Universitas** - Revista de Cultura da Universidade da Bahia, Salvador, janeiro/abril 1969, v. 2, p. 79-101.

DISTRICTO de S. Francisco do Parauna. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. anno 4, fascículos 3 e 4, julho a dezembro de 1899, p. 679-682.

DISTRICTO de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, anno 4, fascículos 3 e 4, julho a dezembro de 1899, p. 664-669.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1958, v. 26, p. 472-480.

ESCHWEGE, W. L. von. **Pluto brasiliensis**. Trad. Rodolpho Jacob. Collectanea de scientistas extrangeiros. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922, v. 1, p. 441-442.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil... durante os anos de 1836-1841**. São Paulo: Nacional, 1942. Coleção Brasiliana, v. 223, p. 398-399.

LAGE, Epaminondas da Costa. O Valle do Rio Doce. O Rio Santo Antonio. II. **Minas Geraes**. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 1930.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 27, 1974, 2 v.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil, particularmente aos Distritos do ouro e do diamante, em 1809-1810.** Trad. Dermeval Lessa. Collectanea de scientistas extrangeiros (assumptos mineiros). Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922, p. 74-76.

MENEZES, Ivo Porto de. Documentação referente a Minas Gerais existente nos arquivos portugueses. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XXVI, Belo Horizonte, p. 266, maio de 1975.

MENEZES, Ivo Porto de. **Manoel da Costa Ataíde.** Belo Horizonte: Edições Arquitetura, 1965, p. 47-48 e 72.

MORAIS, Geraldo Dutra de. **História de Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

MORAIS, Geraldo Dutra de. Igreja do Rosário dos Pretos. **Folha de Minas**. Belo Horizonte, 3 de agosto de 1941.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. Belo Horizonte, 1964, p. 102-104.

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, v. 2, p. 366.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938, Coleção Brasiliana, v. 126, t. 1, p. 265-267.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1941. Coleção Brasiliana, v. 210, p. 74-76.

Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Atlas Chorographico Municipal**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, v. 1, p. 193-196.

SILVEIRA, Victor. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 840-844.

TRINDADE, Raimundo. **Instituições de Igrejas no bispado de Mariana.** Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945, n. 13, p. 94-95, 215, 311, 353.

VASCONCELLOS, Salomão de. **Ataíde, pintor mineiro do século XVIII**. Belo Horizonte, Livraria Paulo Bluhm, 1941, p. 26 e 39-40.

Documentação Arquivística

ARQUIVO da Casa da Baronesa. Ouro Preto. Documentação do IPHAN sobre obras de restauração em Conceição do Mato Dentro.

ARQUIVO Eclesiástico da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro. 1º Catálogo. 1722-1900. Pertencente ao Arquivo do IPHAN. Rio de Janeiro.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Belo Horizonte. Documentação relativa a Conceição do Mato Dentro.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro. Documentação relativa a Conceição do Mato Dentro.

ARQUIVO dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados sobre Conceição do Mato Dentro - 1974.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.073. Secretaria do Governo Provincial. 1864/1867. Registro. Ofícios e mais actos do governo sobre matrizes e igrejas.

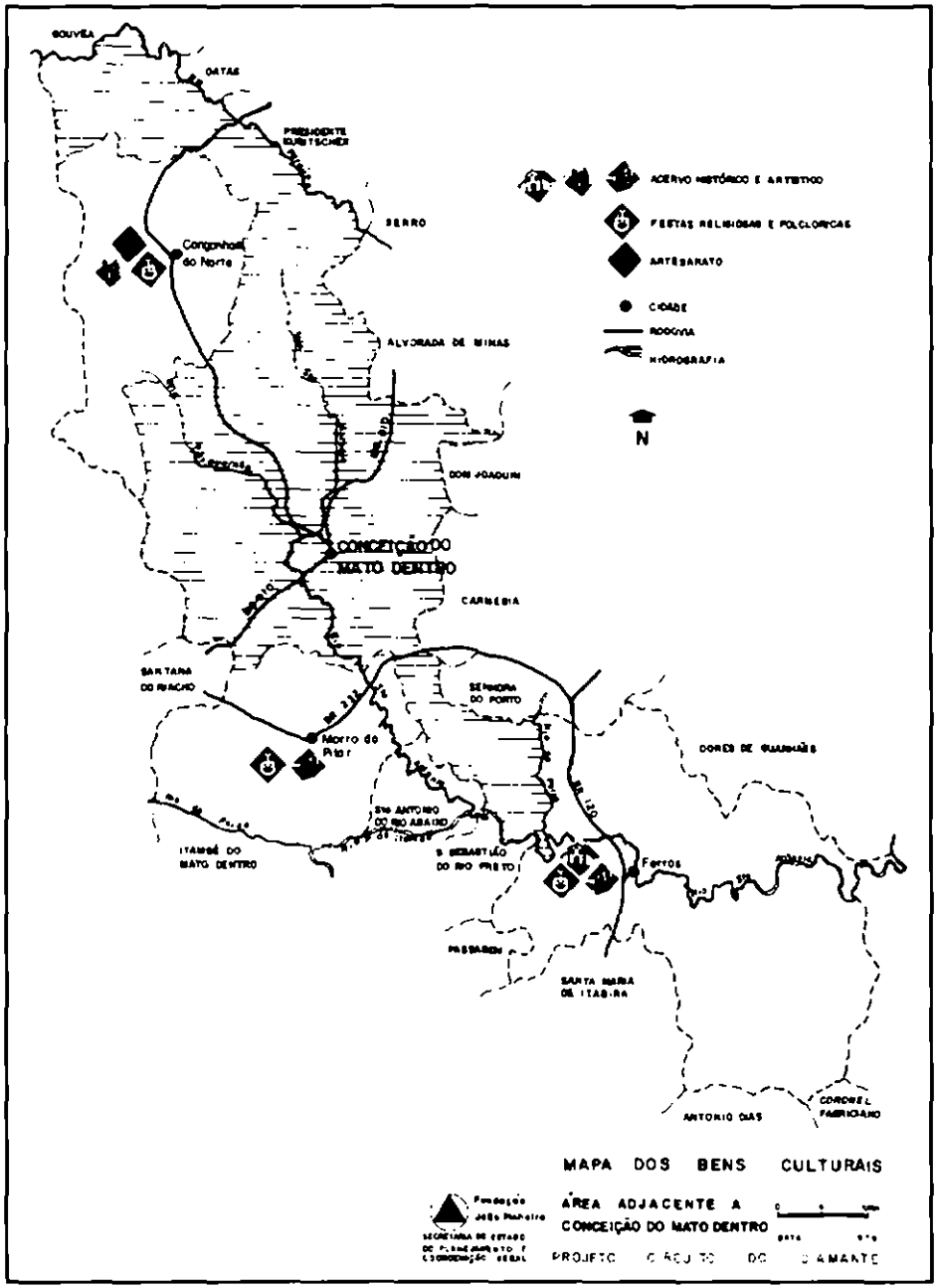
ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Protocolo de ofícios sobre obras de matrizes e capelas de diversas comarcas. 1851/1858.

ARQUIVO Público Mineiro. Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais. Anos de 1856/1857, 1862, 1882, 1883, 1885. Belo Horizonte.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade, 1821/1826. MS.

II

Área Adjacente a Conceição do Mato Dentro


SOUVEA
DATAS
PRESIDENTE KUBITSCHEK
SERRO
Congonhas do Norte
ALVORADA DE MINAS
DOM JOAQUIM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
CARMESIA
SANTANA DO RIACHO
SENHORA DO PORTO
Morro do Pilar
DORES DE GUANHÃES
STO ANTONIO DO RIO ABAIXO
ITAMBÉ DO MATO DENTRO
S. SEBASTIÃO DO RIO PRETO
Ferros
PASSABEM
SANTA MARIA DE ITABIRA
ANTONIO DIAS
CORONEL FABRICIANO
ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS
ARTESANATO
CIDADE
RODOVIA
HIDROGRAFIA
N
MAPA DOS BENS CULTURAIS
ÁREA ADJACENTE A
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

Congonhas do Norte

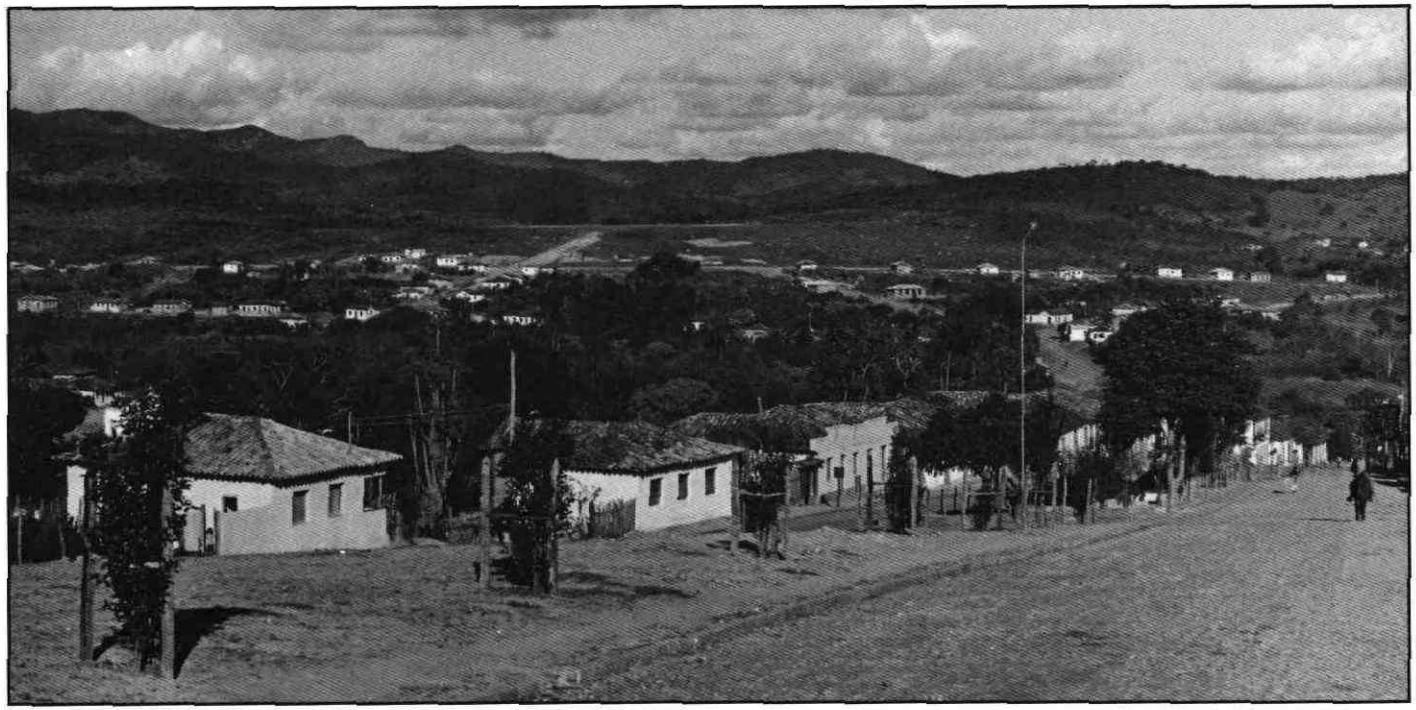
O MUNICÍPIO

Localizado em meio a uma paisagem dominada por vegetação de cerrado, o antigo povoado das Congonhas surgiu em princípios do século XVIII, em decorrência indireta do fenômeno econômico da descoberta e mineração do ouro, representando local de passagem e comércio das tropas em demanda dos centros mineradores próximos. Entretanto, foi a lavoura o fator de fixação dos primeiros colonos.

Sua origem é anterior a 1722, época em que há referência documental acerca do precário estado da primeira capela de Sant'Ana das Congonhas. Um século depois, segundo o naturalista francês Saint-Hilaire, que ali esteve em 1817, a localidade ainda contava porém com pouco mais de 60 casas, sendo dele esta observação: "**o que mantém a população dessa aldeia é a passagem das caravanas que vão de Sabará, e principalmente de Santa Luzia, ao Tijuco**".

Em 1820, a capela de Sant'Ana das Congonhas era já mencionada como uma das capelas filiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, pertencendo porém o distrito à Vila do Príncipe. Em 1836 foi o distrito suprimido, vindo a ser restaurado, posteriormente, em 1857, com subordinação ao município de Conceição do Mato Dentro. Em fins do século XIX, pouco ou quase nada se desenvolvera o distrito de Congonhas, constituindo a pequena lavoura e a pecuária, como ainda hoje, as atividades econômicas predominantes da população local.

A criação do município autônomo ocorreu em 1962, com uma área de 375 km2, hoje reduzida a 324 km2. Conforme dados de 1991, contava a localidade um total de 4.534 habitantes, dos quais 1.229 na área urbana.



Congonhas do Norte - Vista parcial da cidade.

Congonhas do Norte conserva, além de algumas casas ainda de linhas coloniais, importante exemplar de arquitetura religiosa do século XVIII - a igreja matriz de Sant'Ana. Sua população é tradicionalmente religiosa, sendo bastante populares suas festas de igreja, dentre elas a do Divino, do Rosário e, principalmente, da padroeira Sant'Ana, comemorada a 26 de julho com variados atrativos de feitio folclórico, a exemplo de desfiles alegóricos de carros de bois, fogueiras, dança do bumba-meu-boi, etc. O artesanato local consiste na confecção de chapéus, peneiras, cestas e esteiras para forros.

Matriz de Sant'Ana

HISTÓRIA

Nada se apurou, na documentação pesquisada, sobre a época precisa, iniciativa e autoria do projeto e das obras de construção e ornamentação da atual igreja, excepcional monumento religioso, que figura entre os principais de toda a região do Circuito do Diamante. Sabe-se que existiu no antigo arraial uma primeira capela, cuja precariedade motivou, em 1722, uma admoestação do visitador padre Antônio da Silva Prado no sentido de que os moradores do lugar reedificassem esse primitivo templo ou construíssem uma "nova Capela". Vinte e seis anos depois, ou seja, em 1748, um outro visitador da Comarca da Vila do Príncipe, o padre doutor Alexandre Nunes Cardoso, faria novas observações sobre as deficiências verificadas no templo do povoado das Congonhas, mas dessa feita se restringindo à falta de paramentos compatíveis para os serviços litúrgicos. É provável que, por essa época, já estivesse em construção o edifício definitivo da igreja, hipótese reforçada pelas características de retábulos nela existentes, em estilo Dom João V, que devem datar de meados do século XVIII. Segundo documento referido pelo historiador cônego Raimundo Trindade, em seu livro **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**, a capela de Sant'Ana das Congonhas incluía-se em 1821 entre as filiais da matriz de Conceição do Mato Dentro, tendo então como capelão próprio o padre Vicente Pinheiro Dornelas.

O monumento é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 24.325, de 22 de março de 1985.



Congonhas do Norte - Matriz de Sant'Ana.



Congonhas do Norte - Matriz de Sant'Ana - Fachada lateral.

ARQUITETURA

A matriz está situada numa esplanada, tendo como entorno um grande gramado e uma área com calçamento em pedras correspondente ao adro, tudo isto compondo uma praça bem ampla. Em suas linhas externas, reproduz com fidelidade o padrão arquitetônico tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII: divisão em nave, capela-mor e sacristia aos fundos, com corredores ao longo da nave e capela-mor. O partido se desenvolve dentro de uma forma retangular perfeita, mostrando, de uma perspectiva lateral, um belo jogo de volumes acarretado pelos diferentes pés-direitos dos vários espaços da construção. As duas torres, de secção quadrada e delimitando a fachada, têm cobertura de telhas em forma piramidal e são coroadas por um pináculo. As paredes são constituídas de alvenaria de adobe e os cunhais e enquadramentos dos vãos em madeira. A cobertura do corpo principal da igreja é de duas águas e toda guarnecida por beirais em cachorros.



Congonhas do Norte - Matriz de Sant'Ana - Capela-mor.



Congonhas do Norte - Matriz de Sant'Ana.
Retábulo do arco-cruzeiro, lado da Epístola.

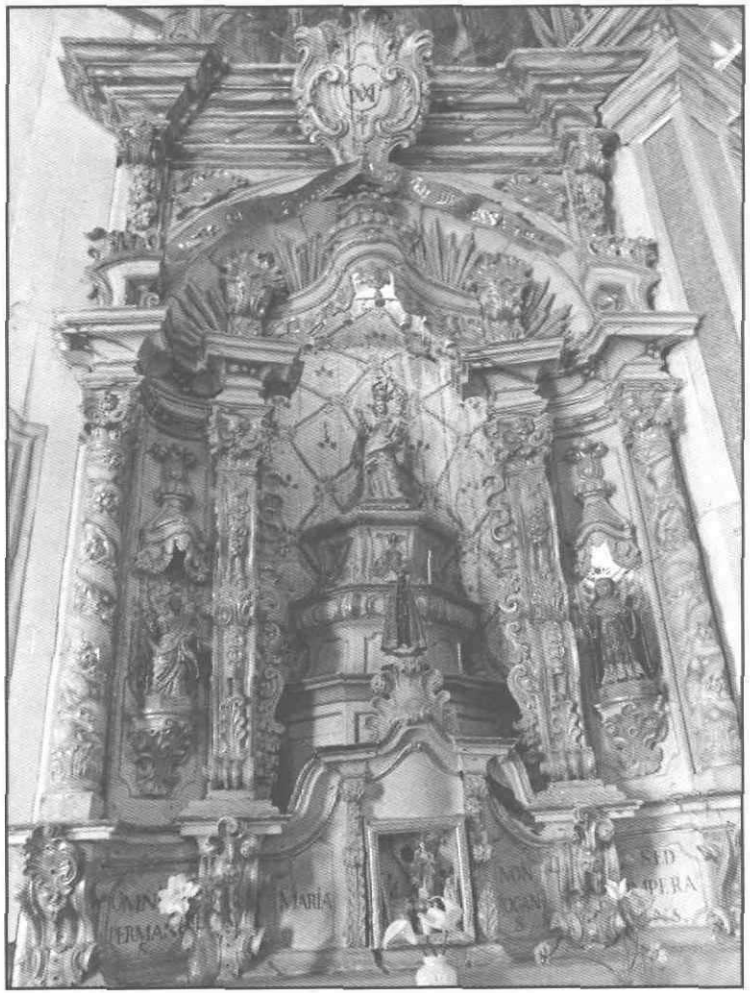
O frontispício pode ser dividido em três áreas, duas das quais, à esquerda e à direita, correspondem aos flancos das torres, compondo-se de uma parede cega até a altura da cimalha no prosseguimento da cornija do frontão e, daí em diante, de prolongamentos que contêm as torres propriamente ditas, com uma janela sineira de vedação tipo calha. Na área central, fica a porta principal de acesso, ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas janelas rasgadas por inteiro, com guarda-corpo entalado de madeira recortada. Essa área do centro é coroada por um frontão reto, vazado por um óculo circular, que se sobrepõe a outro de formato losangular. As fachadas laterais mostram, por sua vez, vãos guarnecidos de caixilhos fixos de vidro ou folhas do tipo calha, tendo todos eles vergas em arco abatido. Para a capela-mor, abrem-se ainda, lateralmente, óculos de forma elíptica.

Internamente, os corredores foram transformados em naves laterais, acarretando uma completa reformulação desse espaço interno. O piso é em tabuado largo e campas, que foram substituídos em alguns cômodos por ladrilhos cerâmicos, o forro da nave em abóbada facetada, sendo o da capela-mor também abobadado e ostentando uma belíssima pintura decorativa.

ORNAMENTAÇÃO

Na decoração interior, chamam a atenção primeiramente os dois magníficos retábulos do arco-cruzeiro, ambos de estilo Dom João V e datando provavelmente de meados do século XVIII. Na estrutura desses altares, destacam-se os elementos de suporte (colunas torsas nas extremidades e quartelões na parte interna) em talha vigorosa, assim como o dossel do coroamento, valorizado pelos relevos em forma de raios ao fundo do arco. O altar-mor, apesar de ser do mesmo estilo, parece mais recente, uma vez que as colunas torsas e quartelões são substituídos por colunas de fuste reto e a rocalha aparece na decoração das superfícies inferiores. Há ainda um púlpito móvel, cuja talha - rococó - poderia datar do mesmo período do altar-mor.

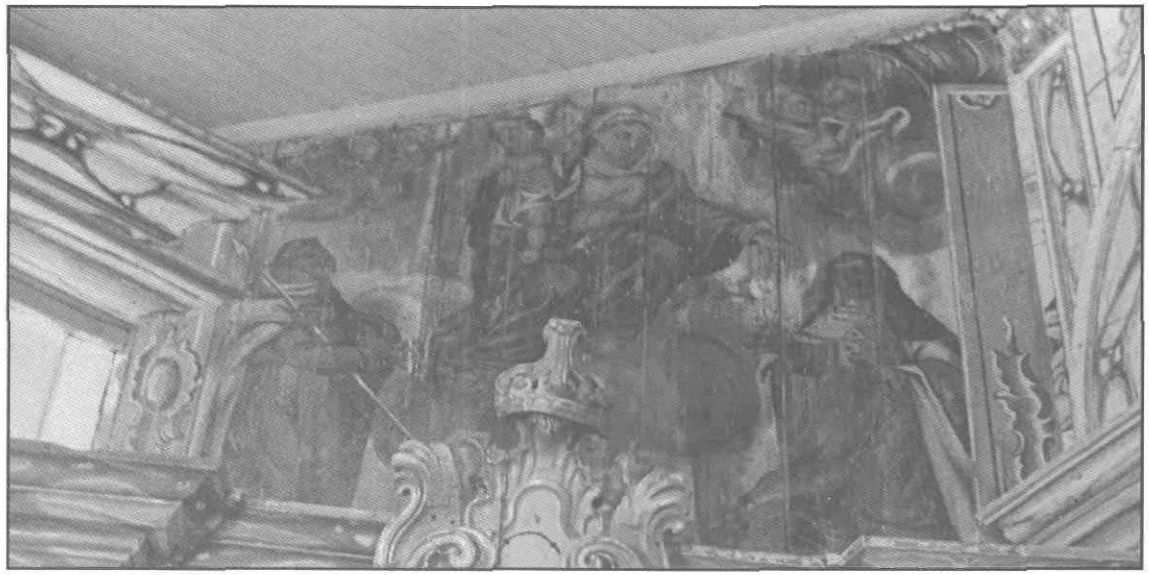
O forro da capela-mor conserva interessante pintura de estilo rococó, que constitui uma espécie de interpretação provinciana do esquema ornamental do forro da capela-mor da igreja do Carmo da cidade do Serro, na linha das composições de Manoel da Costa Ataíde. Quatro colunas de fuste reto, providas de pedestal e com



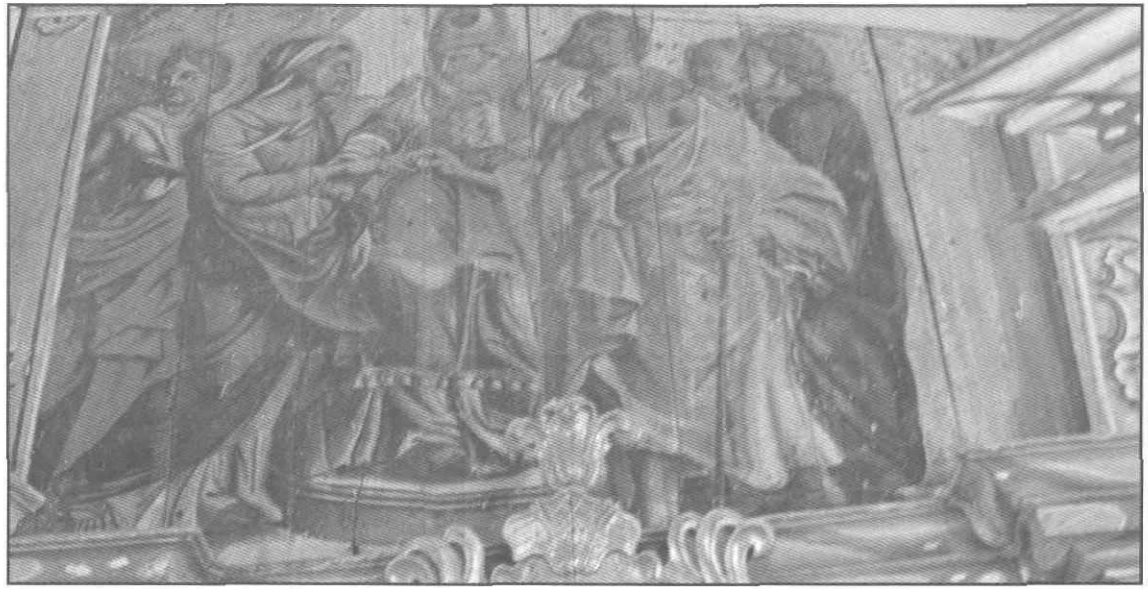
Congonhas do Norte - Matriz de Sant'Ana.
Retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.



Congonhas do Norte - Matriz de Sant'Ana.
Imagem de Nossa Senhora do Rosário.



Congonhas do Norte. Matriz de Sant'Ana. Pintura acima do retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.



Congonhas do Norte. Matriz de Sant'Ana. Pintura acima do retábulo do arco-cruzeiro, lado da Epístola.

minúsculos atlantes adossados, sustentam um medalhão central, emoldurado de rocalhas e guirlandas de flores. Neste medalhão estão representados São Joaquim, Sant'Ana e Nossa Senhora menina, numa cena de interior, vendo-se através do vão central dois anjinhos com uma coroa de flores, provavelmente destinada à santa padroeira. Apesar da precariedade do desenho e incorreções da projeção perspectivista (os entablamentos das colunas parecem oscilar sob o peso dos ornatos da moldura), o efeito decorativo é razoavelmente bom.

De qualidade técnica superior são as pinturas que preenchem os espaços situados acima da cimalha dos retábulos do arco-cruzeiro, as quais poderiam datar do mesmo período de confecção dos ditos retábulos, sendo neste caso anteriores à pintura do forro da capela-mor. À esquerda, acima do retábulo de São José, está representada a cena dos "Esponsais da Virgem e São José", que inclui, além das figuras dos nubentes e do sacerdote, quatro personagens secundários que preenchem os espaços laterais. Do outro lado, em concordância iconográfica com a invocação principal do altar (Nossa Senhora do Rosário), figura a cena celestial da Virgem do Rosário em colóquio espiritual com os santos pretos Benedito (à esquerda) e Efigênia (à direita).

A igreja conserva também um bom número de imagens dos séculos XVIII e XIX, algumas extremamente interessantes, como os dois santos dos nichos laterais do altar-mor - Santo Antônio e São Bento - e as imagens de São José, Nossa Senhora do Rosário, Santa Rita e Santa Eufêmia (?) dos altares do cruzeiro. Restam ainda a mencionar, no altar-mor, um belo crucifixo de marfim e a imagem da padroeira, Sant'Ana, bastante repintada, o que dificulta sua correta avaliação.

Ferros

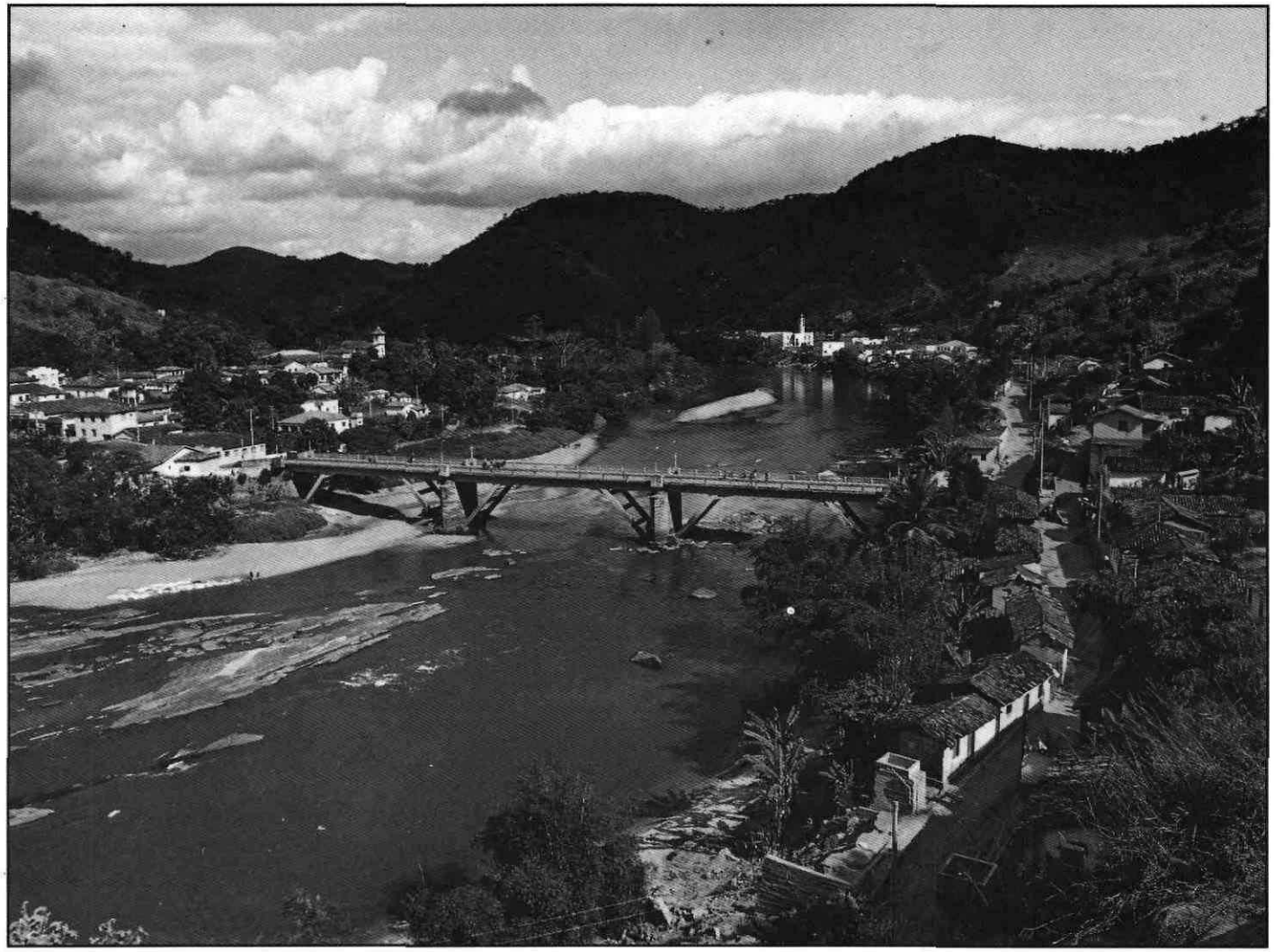
O MUNICÍPIO

Sob a denominação de Sant'Ana de Ferros, surgiu a localidade em função das explorações auríferas desenvolvidas às margens do rio Santo Antônio, no último quartel do século XVIII. Segundo o historiador Cônego Raimundo Trindade, seus fundadores foram Pedro Fernandes Alves e José Ferreira Santiago, que ali teriam se fixado com o intuito de minerar.

Em fins do século XIX, tendo alcançado certo desenvolvimento, em razão do incremento das atividades de lavoura e pecuária, foi o arraial elevado a vila, com a criação, por lei de 1884, do município, desmembrado do município de Itabira. A elevação da vila à categoria de cidade ocorreu dois anos depois. A denominação atual tem a data de 1923 e o topônimo decorre do processo de mineração ali antigamente adotado, que, para retirada do cascalho aurífero do fundo do caudaloso rio Santo Antônio, compreendia o emprego de ganchos especiais de ferro.

Ao longo do tempo, Ferros teve incorporado a seu território grande número de distritos, tendo também perdido vários outros. Atualmente o município, com uma área de 1.162 km2, possui, além da sede, seis distritos: Sete Cachoeiras, Borba Gato (antigo São Sebastião dos Ferreiros), Santa Rita do Rio do Peixe, Cubas, Santo Antônio da Fortaleza e Esmeraldas de Ferros. Em 1991, a população do município girava em torno de 14.027 habitantes, sendo 4.211 moradores na sede.

A cidade de Ferros conserva alguns prédios remanescentes de seus primeiros tempos, como as capelas de São José e Nossa Senhora do Rosário e o sobrado da Praça Monsenhor Alípio, que funcionou como Casa de Câmara e Cadeia, passando depois a Fórum e Coletoria. Merecem ainda referência duas capelinhas de Passos das



Ferros - Vista parcial da cidade.

cinco que ali existiram e, como obra moderna, um mural de autoria da pintora mineira Yara Tupinambá, que compõe o altar-mor da igreja recentemente construída em lugar da antiga matriz de Sant'Ana.

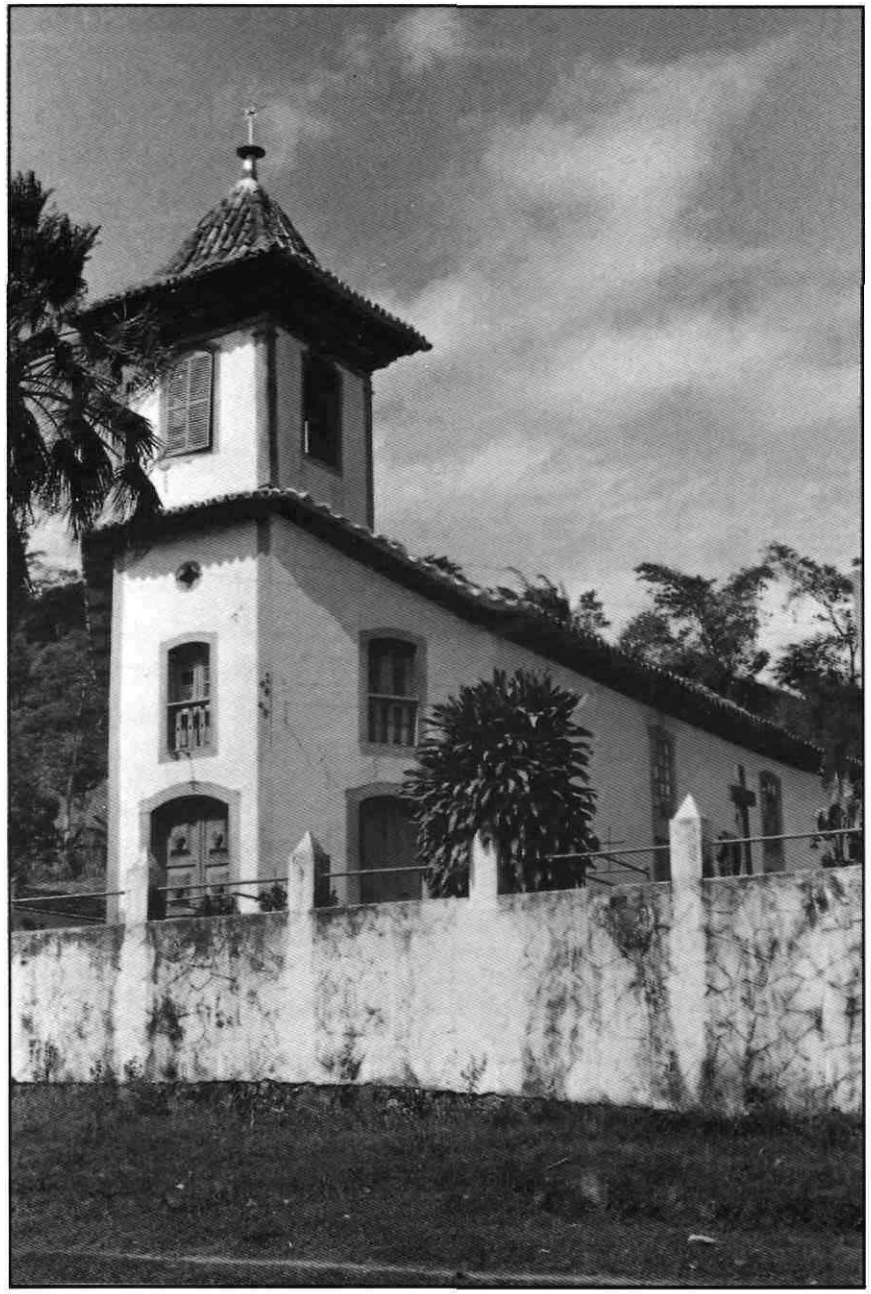
Entre as celebrações de tradição religiosa locais, destacam-se a comemoração do dia da padroeira, Sant'Ana, e a Festa do Rosário, de cunho tanto litúrgico quanto folclórico, que mantém ainda hoje grande fidelidade às formas tradicionais, com a presença de congados, marujadas, cortejos, batuques e outras danças.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Capela de Nossa Senhora do Rosário

Não foram localizados elementos documentais sobre a época precisa de edificação deste pequeno templo, mas as suas características arquitetônicas e o sistema construtivo adotado levam a crer tratar-se de capela bem antiga, cuja primitiva construção poderá datar de fins do século XVIII ou princípios do XIX. É, com efeito, nesse período que prepondera em Minas o gosto pelas fachadas chanfradas, a exemplo da capela de Nossa Senhora do Ó, de Sabará, partido a que também se filia o frontispício desta graciosa igrejinha de Ferros, sobre a qual há já uma referência de Pizarro e Araujo, nas suas **Memórias Históricas**, datada de 1820. Quanto à iniciativa da respectiva construção, pode ela certamente ser creditada aos homens negros do arraial de Sant'Ana, pois era a Virgem do Rosário a padroeira principal das irmandades de pretos livres ou escravos.

Situada na parte da cidade que fica à margem esquerda do rio Santo Antônio, a igreja está implantada numa área bem arborizada, com jardins e cemitério ao lado. Tem o partido simples, com nave e capela-mor, esta de menor largura, separadas pelo arco-cruzeiro e desenvolvidas dentro de dois retângulos. A construção é de taipa de sebe, com cobertura de duas águas guarnecida por beirais em cachorros. Os cunhais e esteios aflorados, compondo uma estrutura autônoma, são de madeira, assim como o enquadramento de todos os vãos. A única torre, quadrada e central na frente do corpo da igreja, tem a cobertura de forma piramidal e os beirais em cimalha, possuindo quatro janelas sineiras com vedação em veneziana.



Ferros - Capela de Nossa Senhora do Rosário.
(Foto: acervo IEPHA/MG)

A fachada principal, chanfrada, mostra uma belíssima porta central com vedação almofadada e duas outras nos chanfros laterais, sobreposta cada qual por uma janela rasgada por inteiro, com guarda-corpo entalado de madeira recortada, correspondente ao coro. As janelas laterais correspondentes à nave são de grande altura, sendo a sua vedação externa dividida em duas partes: uma inferior de veneziana e outra superior de caixilho fixo de vidro. A capela conserva no seu interior um conjunto de interessantes imagens que pertenceram a alguns Passos da cidade já demolidos.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

Capela de São José

A capela, construída presumivelmente em fins do século XVIII ou princípios do XIX, está situada no sopé de um morro, com ampla área descampada em sua volta e um cemitério nas laterais. Obedece a partido bem simples: dois retângulos, onde se desenvolvem a nave e, de menor largura, a capela-mor, separadas pelo arco-cruzeiro, observando-se a ausência de torres. A construção, também muito simples, é de estrutura autônoma e tem as vedações de taipa de sebe, os cunhais e as duas madres da fachada principal em madeira, assim como o enquadramento de todos os vãos. A cobertura de duas águas apóia-se em armação de sustentação feita por linhas cruzadas e é guarnecida por beirais em cachorros.

Pode-se dividir o plano da fachada principal em três áreas sobrepostas: a primeira, inferior, que contém a porta de acesso com vedação almofadada, a segunda com três janelas rasgadas por inteiro, em vedação tipo calha e guarda-corpo entalado de madeira recortada, apoiadas na madre à altura do coro, e a terceira, superior, correspondente à empena lisa sobre uma outra madre. Na fachada lateral, aparecem janelas de caixilho fixo de vidro e uma outra porta com o mesmo desenho da porta principal em almofadas. Todos estes vãos possuem vergas alteadas, com exceção de uma janela secundária com verga reta. Quanto ao interior, a capela é bastante despojada, nada oferecendo de maior interesse ornamental.

Não é amparada por medida legal de tombamento.



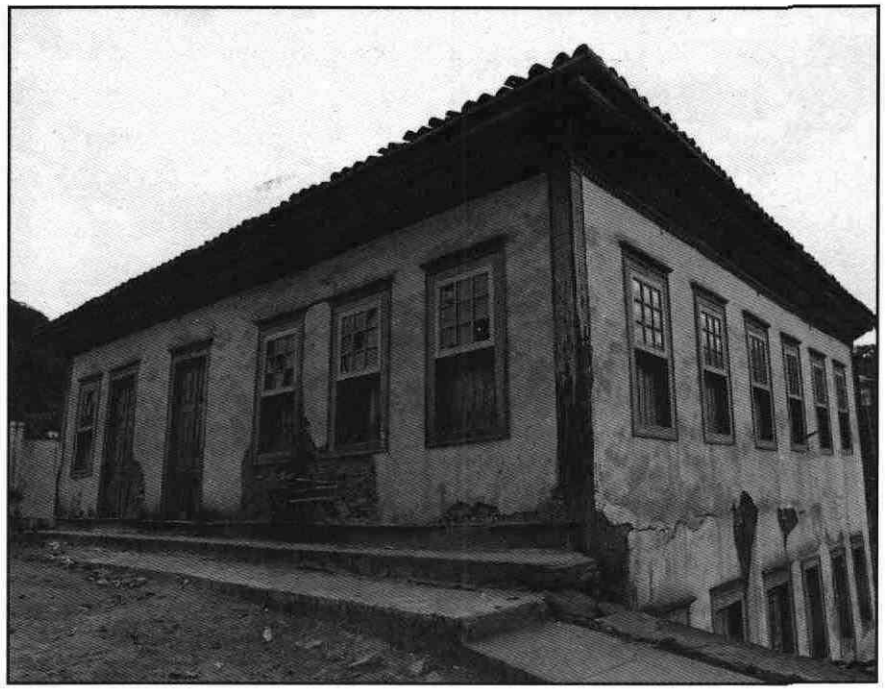
Ferros - Capela de São José.

Sobrado do Fórum

Situado na praça Monsenhor Alípio, o sobrado desfruta de uma implantação curiosa: a fachada que dá para a praça tem dois andares e a fachada oposta a esta, com apenas um, tem a aparência de casa térrea, com acesso direto pela rua de trás.

O partido é de forma geométrica retangular e a cobertura de quatro águas, guarnecida por cimalha de madeira arrematada por uma moldura trabalhada em dentículos. Os cunhais são também de madeira, assim como o enquadramento de todos os vãos. As paredes são de taipa de sebe, aparecendo, porém, o sistema de taipa de pilão em paredes do pavimento inferior.

A distribuição dos vãos, todos de vergas retas com uma moldura saliente na parte superior das mesmas, é homogênea e regular. O segundo pavimento mostra portas almofadadas e janelas de guilhotina, com uma segunda vedação em calha, enquanto o pavimento inferior possui todas as vedações no tipo calha. Internamente, os pisos são em tabuado largo e os forros em tabuado liso.



Ferros.
Sobrado do Fórum.

Morro do Pilar

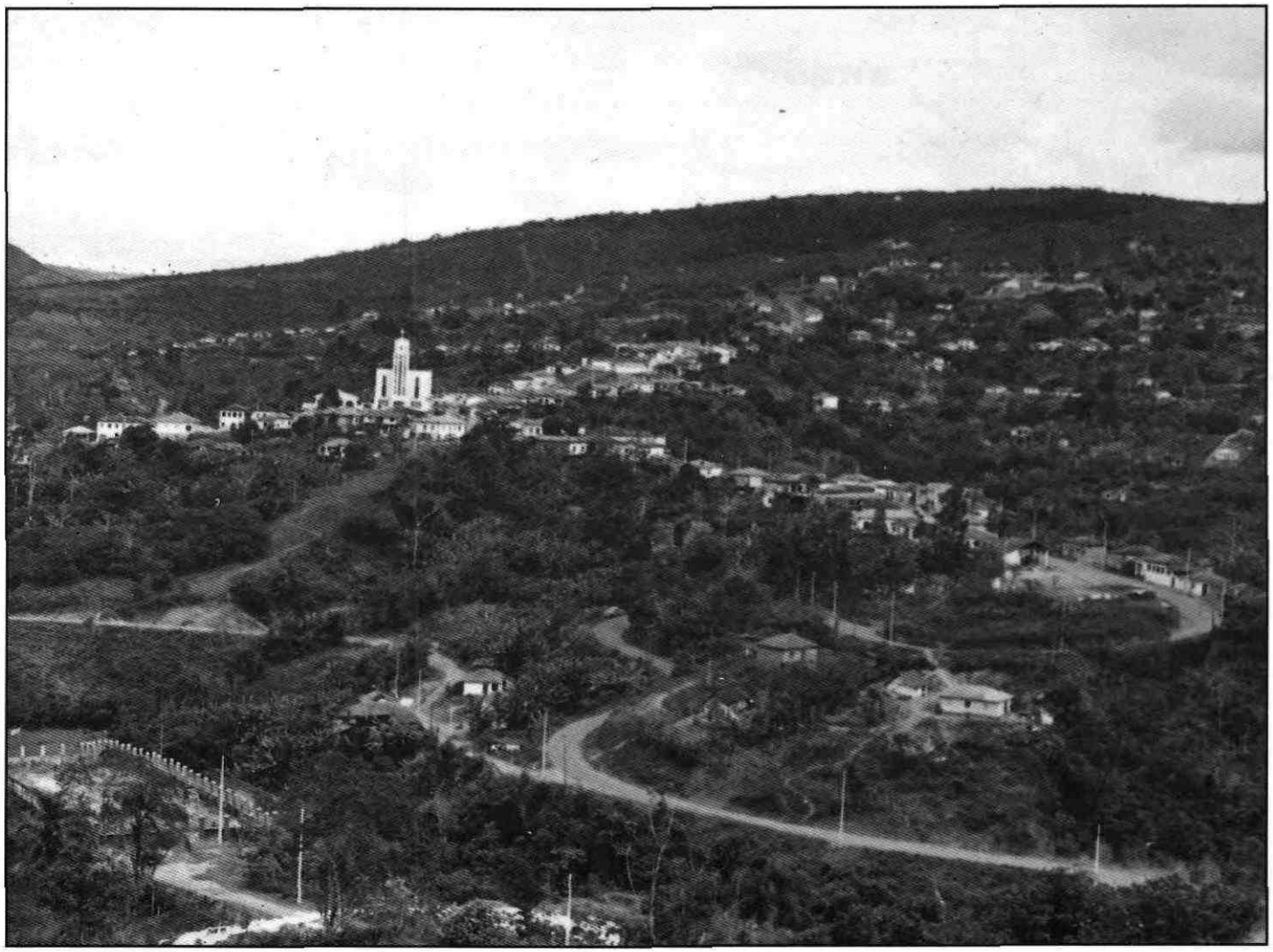
O MUNICÍPIO

Primitivamente denominada Morro de Gaspar Soares, foi a atual cidade de Morro do Pilar fundada em cerca de 1704 por bandeirantes paulistas chefiados por Antônio Soares, sendo o antigo topônimo alusivo a um seu parente e sucessor. Formada a povoação, em função da exploração de ouro, erigiu-se a primitiva capelinha sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde substituída por um segundo templo que recebeu a bênção por provisão de 1789.

A mineração do ouro, fator de origem e desenvolvimento do arraial, já estaria praticamente abandonada em princípios do século XIX, não mais prevalecendo como exploração regular e de significado econômico. Quando ali esteve em 1817, registrava Saint-Hilaire o estado de decadência da localidade, assinalando, porém, ser abundante a ocorrência local do minério de ferro. Em razão disso, desde 1809 fora ali instalado um estabelecimento de fundição desse metal - a "Real Fábrica de Ferro" -, sob administração do intendente dos diamantes Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt. A pioneira fábrica funcionou, em regime de produção mais ou menos regular, de 1814 a cerca de 1830, época em que encerrou as suas atividades.

Permanecendo como distrito subordinado a Conceição do Mato Dentro até 1953, quando, pela Lei n. 1.039, de 12 de dezembro, adquiriu a condição de município autônomo, Morro do Pilar vive hoje basicamente das atividades agrícolas e pastoris. Contando a área de 421 km2, possui, de acordo com a sinopse preliminar do Censo demográfico de Minas Gerais de 1991, uma população de 3.873 habitantes, dos quais 2.228 residiam na sede municipal.

A arraigada religiosidade da população de Morro do Pilar é uma das mais vivas



Morro do Pilar - Vista parcial da cidade.

heranças culturais recebidas de seus antepassados. Conservam-se ainda hoje, com o mesmo antigo fervor, várias festividades tradicionais de igreja, entre elas a Semana Santa, a festa da padroeira Nossa Senhora do Pilar, celebrada a 15 de agosto, e as festas de São Benedito, do Divino e do Rosário, estas duas últimas associando ao culto litúrgico manifestações de cunho folclórico.

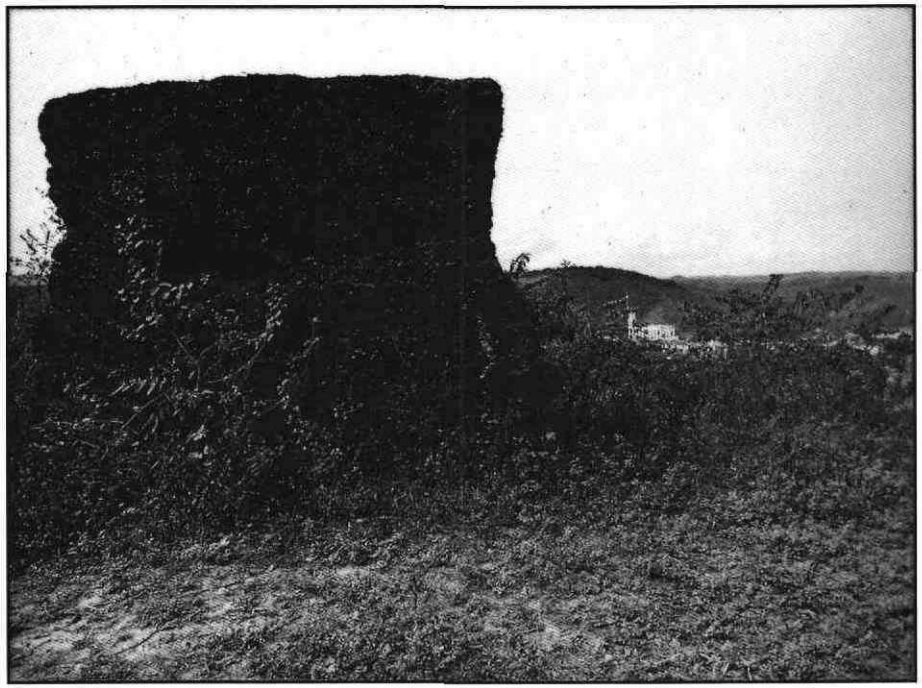
Ruínas da Real Fábrica de Ferro

O antigo arraial de Morro de Gaspar Soares não passava, no século XVIII, de uma diminuta povoação, como tantas de Minas Gerais da época, sem outro fator de eventual estímulo econômico que o efêmero trabalho de exploração do ouro nas suas cercanias. Em princípios do século XIX, os depósitos auríferos já se encontrariam completamente esgotados e o lugar em estado de quase abandono. Daí a importância que teve para Morro de Gaspar Soares a iniciativa, por esse tempo, de se construir ali um alto-forno para fundição do minério de ferro, de que também era rica a região. A presença da Real Fábrica de Ferro constituiu um instrumento de reanimação do decadente arraial, cujo aspecto urbano então também se modificou com a construção de várias novas edificações ligadas à indústria implantada pelo Intendente Câmara.

A impressão recolhida pelo viajante austríaco Johann Emanuel Pohl, por ocasião de sua passagem por Morro do Pilar, oferece uma imagem bem nítida do aspecto paisagístico e urbano desse primeiro núcleo siderúrgico de Minas nas alturas de 1820: "O próprio arraial é pequeno e conta cerca de sessenta casas e duas igrejas pequenas, ficando situado numa encosta da serra calva que se estende de oeste para leste, na confluência de dois riachos auríferos, o ribeirão Picão e o córrego Caldeirão. Notável é ali, na mesma encosta, a Real Fábrica de Ferro e os pequenos edifícios dispersos da mineração, que ficam muito acima do arraial, e o edifício do capitão-mor, situado em plano ainda mais alto, com os seus edifícios anexos, que dominam toda a região. Esse panorama é particularmente belo, visto do rancho, de onde se apresentam encantadoras essas construções dispostas em anfiteatro sobre a serra".

Da época da estada de Pohl na hoje cidade de Morro do Pilar, quase nada sobreviveu, em testemunho arquitetônico, às transformações do tempo. A antiga matriz,

que possuía talha dourada e belo forro pintado, cedeu lugar recentemente a uma igreja de linhas modernas, enquanto das velhas construções de partido colonial restam poucos exemplares, assim mesmo bastante alterados em suas características. Apenas as remanescentes ruínas, também ameaçadas de desaparecer, da Real Fábrica de Ferro ainda documentam de modo expressivo o passado arrojado de um projeto de industrialização que não se malogrou de todo, pois seu exemplo viria a frutificar-se mais tarde em outros empreendimentos siderúrgicos de melhor destino em Minas Gerais. Os enegrecidos paredões de pedra, que subsistem em meio à vegetação crescida no local do antigo alto-forno, representam assim um marco a ser preservado da difícil fase em que os mineiros, impactados pela dura realidade da exaustão do ouro, procuravam novos rumos para a sua combalida economia.



Morro do Pilar.
Ruínas da fábrica de ferro
do Intendente Câmara.

Bibliografia

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1907, v. 2, p. 186-187 e 194-196.

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1909, v. 3, p. 388, 391 e 457-467.

ANNUARIO DE MINAS GERAIS. Bello Horizonte, 1918, v. 6, p. 671-673.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional/IML, v. 8, t. 2, p. 105.

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado, MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro** - Glossário de arquitetura e ornamentação. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971, p. 82, 135-136, 190, 302, 430, 439 e 495-496.

COELHO, Valmar. **Uma cidade perdida no sertão**. Belo Horizonte: Guarany, 1939.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970, p. 207, 234-235 e 298.

DISTRICTO DE CONGONHAS DO NORTE. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Bello Horizonte, v. 4, p. 690-693, 1899.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958, v. 25, p. 130-135.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959, v. 26, p. 153-156.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Intendente Câmara.** São Paulo: Nacional, 1958, p. 187 a 219, Coleção Brasiliana, v. 301.

MORAIS, Geraldo Dutra de. **História de Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942, p. 86-89 e 102-104.

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1951, v. 2, p. 368-370.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938, t. 1, p. 256-263, Coleção Brasiliana, 126.

SAINT-HILAIRE, Auguste de **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 48.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do distrito diamantino**. 3 ed., Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956, p. 287-297.

TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no bispado de Mariana.** Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945, n. 13, p. 94, 105-106, 208 209, 264-265, 306 e 353.

Documentação Arquivística

ARQUIVO Colonial do Museu do Ouro - Sabará. Comarca do Rio das Velhas. Livro de Registro de Provimentos, n. 8, 1808, p. 115-116. Capela de Sant'Ana dos Ferros, 7 de março de 1817.

ARQUIVO de Informações Básicas dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Belo Horizonte. Dados sobre Congonhas do Norte, Ferros e Morro do Pilar. 1974.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Belo Horizonte. Documentação relativa a Morro do Pilar.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro. Documentação relativa a Ferros.

ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Protocolo de ofícios sobre obras de matrizes e capelas de diversas comarcas. 1815/1858.

ARQUIVO Público Mineiro. Relatório do Vigário José Xavier de Castro, em resposta à circular do presidente da Província José Ildefonso de Souza Ramos. Morro do Pilar, 21 de maio de 1849.

ARQUIVO Público Mineiro. Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais. Anos de 1845/1850, 1854, 1868/1872, 1874 e 1885.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade. 1821/1826. Ms.

III

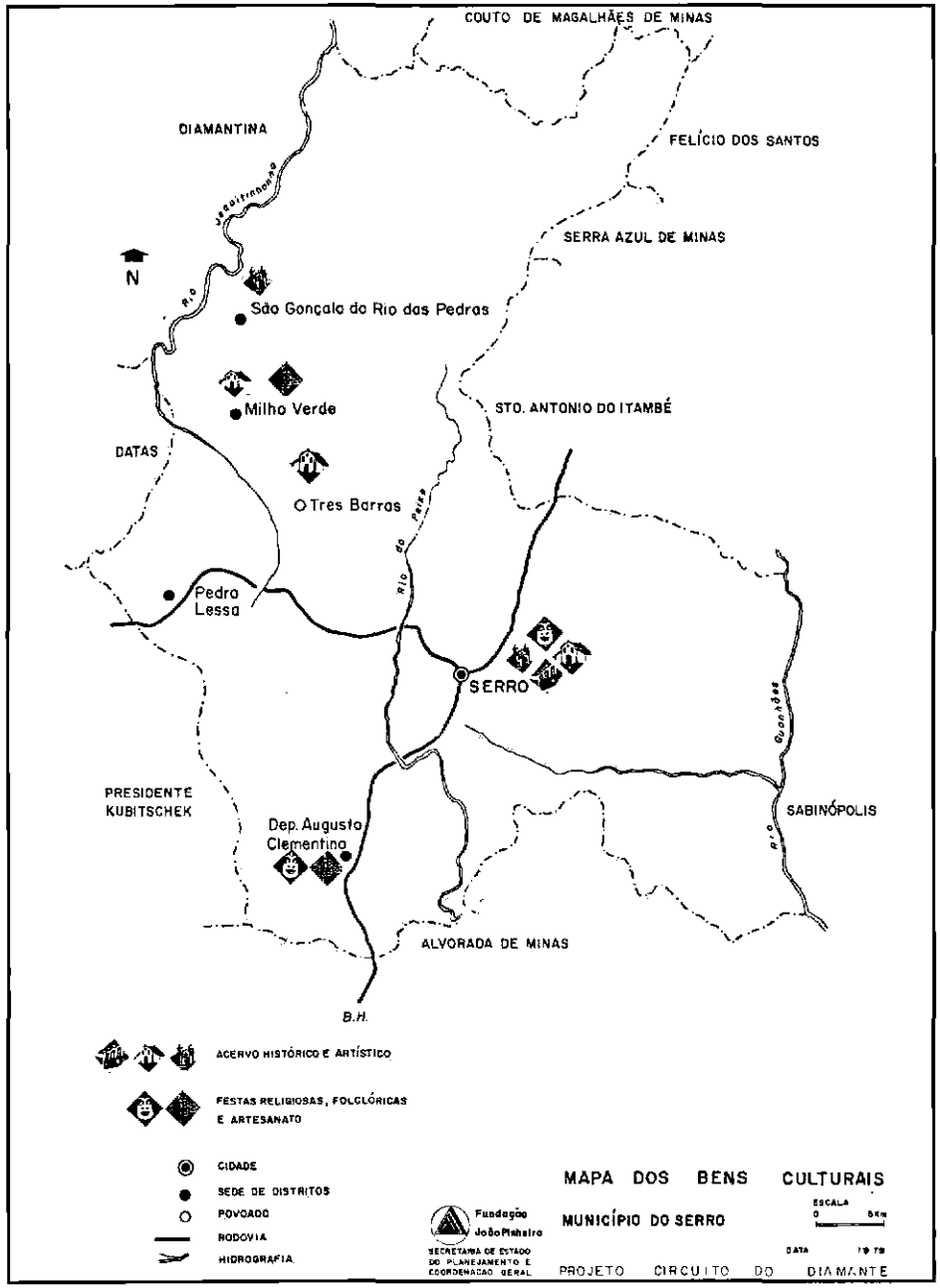
Serro

"Esta vila está edificada sobre a encosta de um morro alongado; e suas casas dispostas em anfiteatro, os jardins que entre elas se vêem, suas igrejas disseminadas formam um conjunto de aspecto muito agradável, visto das elevações próximas.

(...)

Das janelas que se abrem para o campo goza-se de agradável panorama: avistam-se as casas próximas entremeadas de massas espessas de verdura formada pelo arvoredo dos jardins; mais além descortina-se o vale estreito que se estende ao pé da cidade e em cujo fundo corre o Quatro Vinténs; do outro lado do vale o olhar repousa em alturas quase que completamente cobertas da mais linda relva; finalmente, nos planos mais distantes, algumas moitas de arvoredo se avistam entre os morros".

Auguste de Saint-Hilaire
1817


COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS
DIAMANTINA
FELÍCIO DOS SANTOS
SERRA AZUL DE MINAS
N
São Gonçalo do Rio das Pedras
Milho Verde
STO. ANTONIO DO ITAMBÉ
DATAS
Tres Barras
Pedra Lessa
SERRO
PRESIDENTE KUBITSCHEK
Dep. Augusto Clementino
SABINÓPOLIS
ALVORADA DE MINAS
B.H.
ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E ARTESANATO
CIDADE
SEDE DE DISTRITOS
POVOADO
RODOVIA
HIDROGRAFIA
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
MAPA DOS BENS CULTURAIS
MUNICÍPIO DO SERRO
ESCALA
0 5Km
DATA 1979
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

Serro

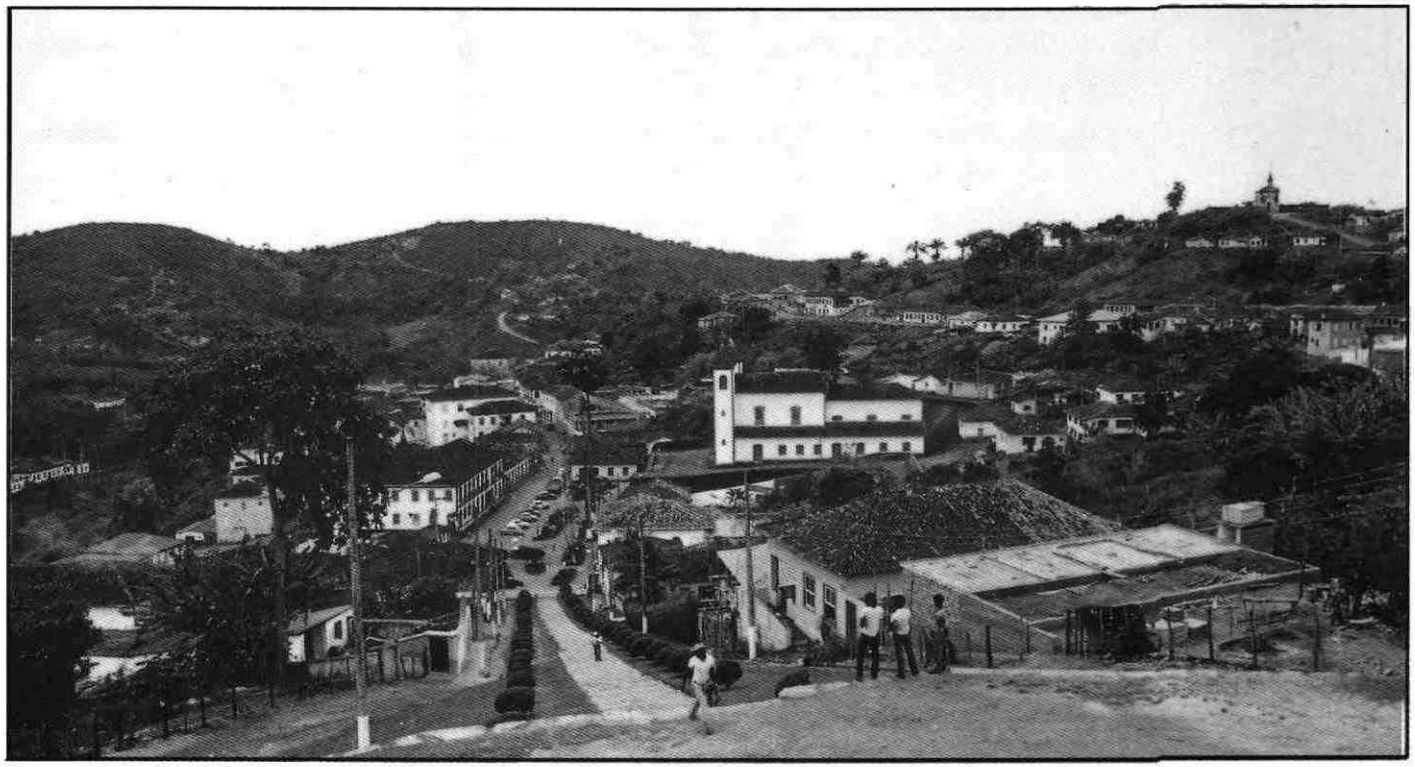
O Município

Marcado pela presença de rios e serras que determinam sua peculiar topografia, o município, com a extensa área de 1.113 km², apresenta formato bastante irregular, o que leva seu território a estender divisas naturais com nada menos que nove outros municípios confinantes. Constituindo-se do distrito-sede e dos distritos de Deputado Augusto Clementino, Milho Verde, Pedro Lessa e São Gonçalo do Rio das Pedras, além de povoados de certa expressão demográfica como Capivari e Três Barras, o Serro está inserido na microrregião Mineradora de Diamantina, ao mesmo tempo em que se inclui também, pela situação geográfica, na chamada região do Alto Jequitinhonha. O antigo nome de Serro Frio ou Serro do Frio define bem o clima típico de montanha ali predominante, caracterizado pela ocorrência de verões suaves e, em algumas épocas do ano, do fenômeno conhecido como "corrubiana", no dizer de Álvaro da Silveira uma espécie de "nevoeiro denso que invade a parte alta da serra acarretando grande baixa de temperatura e sendo acompanhado de vento mais ou menos forte e constante". Atravessando quase todo o município em linha de elevação longitudinal, a Serra do Espinhaço desempenha o papel de grande dispersor regional de águas, comportando as nascentes do rio Jequitinhonha, que toma a direção norte, e dos rios Guanhães e do Peixe, que descem em rumo sul como tributários da margem esquerda do rio Santo Antônio, por sua vez afluente do Doce a leste. Enquanto o Jequitinhonha e o do Peixe têm seu leito em meio aos quartzitos e filitos da Serra do Espinhaço, o rio Guanhães corre em terrenos cristalinos. O resultado desse quadro na paisagem é expressivo, com as áreas de quartzito apresentando um relevo assinalado pelos afloramentos rochosos, onde são

comuns os morros parcialmente aplainados, os patamares e os pontões. Num solo pouco desenvolvido, devido à sua base rochosa, os diversos cursos de água correm diretamente sobre as rochas e, quando encontram eles uma ruptura de declive, ocorrem então as freqüentes cachoeiras.

Foi nos depósitos aluvionais às margens de rios e córregos que o ouro aflorou em abundância nas explorações de inícios do século XVIII na região do Serro, como viria também a ser no leito do Jequitinhonha e seus afluentes que, um pouco mais tarde, se dariam as lavras de diamantes das proximidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras. Se a natureza do terreno propiciou no passado rica atividade mineradora, o mesmo não aconteceu com relação à atividade agrícola, que ainda hoje encontra condições favoráveis em apenas parte do município. Mais ao norte, predominam os campos, quer de pastagem, quer de vegetação baixa, em meio à qual a colheita da sempre-viva chega a representar fonte de renda para os habitantes mais pobres. A criação de gado leiteiro é ali, no entanto, a base econômica de maior expressão, com o leite se destinando principalmente ao fabrico do famoso queijo do Serro, um dos principais produtos locais. As melhores terras se situam ao sul do município, notadamente às margens do rio Guanhães, área onde tem florescido com relativo êxito, ao lado de outras culturas, a lavoura do café.

A região, antes habitat de tribos indígenas que dominavam aqueles sertões, já teria sido pioneiramente penetrada pelas expedições ou bandeiras de Sebastião Fernandes Tourinho, Fernão Dias ou Antônio Dias Adorno, quando, nas alturas de 1701/1702, um grupo de exploradores, chefiado pelo paulista Antônio Soares Ferreira, descobriu as minas de ouro do Ivituruí, que significa Serro Frio. As cabeceiras do rio Jequitinhonha e seus afluentes manifestaram-se de uma considerável riqueza e logo surgiram, às suas margens, os ranchos de que se originariam os primeiros povoados. Durante a década inicial do século XVIII, os trabalhos se desenvolviam ainda de forma desordenada, registrando-se constantes choques entre mineradores e aventureiros que para ali afluíam em grande número. Esse clima de inquietação e desordens levou as autoridades da capitania à criação, em fevereiro de 1711, do cargo de superintendente das minas de ouro da região, para o qual foi nomeado o sargento-mor Lourenço



Serro - Vista geral da cidade.

Carlos Mascarenhas, com a função de manter a ordem e a justiça. Por essa época, o Arraial das Lavras Velhas do Ivituruí, primitivo nome da atual cidade do Serro, já se constituíra no principal núcleo minerador de toda a área, com os aglomerados de ranchos tomando corpo próximo aos córregos do Lucas e dos Quatro Vinténs, nos quais era intensa a atividade de extração aurífera, e se destacando entre o casario provisório a primeira capelinha, erguida sob a invocação de Santo Antônio como marco de religiosidade dos povoadores. A abundância do ouro continuava a atrair novas levas de gente, provocando o constante crescimento do arraial, que em 1714 seria elevado à categoria de vila, começando por certo, a essa altura, a ganhar as condições mínimas para uma vida urbana regular.

A necessidade de dar-se organização mais efetiva ao sistema judicial na região, de modo a propiciar melhor administração da justiça e resguardar os interesses fiscais e arrecadadores da Coroa portuguesa, determinaria seis anos depois, ou seja, em 1720, a instituição da Comarca do Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe, denominação que vinha desde a emancipação do antigo arraial. Vila do Príncipe se torna, assim, não mais apenas um núcleo minerador de forte vitalidade, mas também importante centro de decisões jurídico-administrativas, exercendo o ouvidor da nova comarca jurisdição sobre um amplo território que abrangia quase todo o norte-nordeste da capitania. Como reflexo natural dessa hegemonia e do aumento da população, a matriz local adquire, por carta régia de 26 de fevereiro de 1724, a qualidade de paróquia colativa. Não obstante as restrições impostas à mineração do ouro em partes da região do Serro Frio após a descoberta dos diamantes, instala-se, em 1751, na Vila do Príncipe uma Casa de Fundição, para a qual passa a encaminhar-se toda a produção aurífera da extensa comarca. A construção de vários templos, ricamente ornamentados, e de imponentes sobrados residenciais também assinalaria, por sua vez, a fase de preponderância econômica e social alcançada pelo Serro no período colonial.

Em princípios do século XIX, já era franca a decadência da mineração na região do Serro, fato que se aceleraria com o correr dos anos. Visitando a Vila do Príncipe em 1800, o mineralogista José Vieira Couto fixaria impressões bastante desalentadoras sobre o aspecto geral da localidade e a imagem de declínio econômico por ele cons-

tatada na área. A vila, que continuava a desempenhar papel administrativo de relevo regional como sede de grande comarca, contando uma população estimada em 3.000 habitantes, nem por isso escondia os efeitos da queda de produção do ouro e do diamante. Mantinha-se ainda, é certo, alguma atividade de mineração, encorajada pelo governo, mas a ela só se dedicavam àquela altura mineradores de mais posse, que podiam arcar com o alto custo dos serviços de extração, enquanto a maioria dos habitantes passava a empregar-se de preferência na lavoura de subsistência. O mesmo quadro, agravado pelo indiscriminado desmatamento de florestas vizinhas e pelas más condições das estradas de comunicação com outros centros, chamaria a atenção também do naturalista Saint-Hilaire, quando ali esteve em 1817.

Alguns esforços pela estabilização da vida econômica seriam porém desenvolvidos, principalmente após a independência do País, com a instalação de pequenas fábricas de ferro e a maior ativação comercial da vila, que viria a adquirir os foros de cidade, com a denominação de Serro, pela Lei provincial n. 93, de 6 de março de 1838. Por essa época, a antiga Vila do Príncipe, confirmando a tradicional hegemonia na região, assumiria posição política de destaque, com reflexos na vida da província e do império. Foi notável a participação exercida em grande eventos nacionais por alguns de seus filhos mais ilustres, a exemplo de Teófilo Otoni, fundador em 1830 do primeiro jornal local, o **Sentinela do Serro**, de ponderável influência na opinião pública mineira do tempo, e líder da Revolução Liberal de 1842. Entretanto, ao iniciar-se a era republicana, vários fatores, dentre eles o isolamento da cidade em referência aos novos centros de maior progresso do Estado, acentuariam a estagnação social e econômica do Serro, cuja imagem urbana e arquitetônica chegaria até nossos dias quase intocada em relação à fisionomia característica dos séculos XVIII e XIX. Conjunto que ainda documenta de modo expressivo o apogeu de seu passado, bem como as linhas marcantes da nossa arte e arquitetura do período colonial, a cidade do Serro teve o seu acervo urbano-paisagístico tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938. Segundo os dados demográficos de 1991, o município possuía uma população de 19.443 habitantes, dos quais 9.859 residentes na sede. Com a construção de acesso por rodovia asfaltada e a programação de um

plano especial de preservação do acervo histórico local, o turismo cultural surge hoje como nova e importante perspectiva para a cidade do Serro.

BENS CULTURAIS: CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS E ARTÍSTICAS

O acervo de arquitetura religiosa colonial do município do Serro está entre os mais significativos do Circuito do Diamante, tanto pela homogeneidade do conjunto, assegurada pela fidelidade a determinados partidos próprios da região, quanto pelo alto nível de qualidade alcançado na ornamentação interna dos templos, sobretudo no que diz respeito à pintura em perspectiva dos forros.

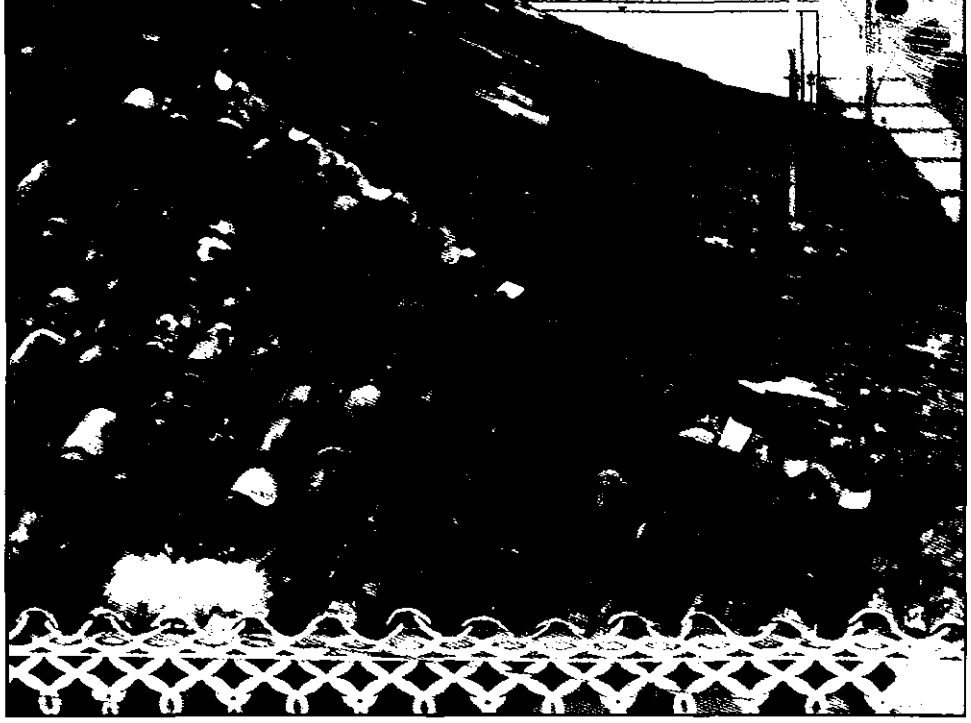
A conservação dos sistemas construtivos dos primórdios da época da mineração - madeira e taipa - é uma constante que pode ser observada na totalidade das igrejas e capelas do município, apesar de construídas na segunda metade ou mesmo pelos fins do século XVIII, época em que estas técnicas rudimentares já haviam sido substituídas pela alvenaria de pedra na região de Ouro Preto e outras integrantes do Circuito do Ouro.

Em conseqüência, manteve-se a arquitetura religiosa do Serro e adjacências fiel aos partidos tradicionais das capelas e matrizes mineiras das primeiras décadas do Setecentos: plantas retangulares, frontispícios retos, torres de secção quadrada com cobertura de telhas, em suma, uma tendência subordinada ao domínio da linha reta e de suas formas rudes e funcionais. A esses elementos vêm somar-se entretanto peculiaridades regionais, como os óculos de formatos caprichosos abaixo da empena, ou a presença de anexos laterais funcionando como sacristias, salas de reunião ou depósitos, circundando inteiramente as fachadas laterais (Nossa Senhora do Carmo e Bom Jesus de Matozinhos) ou restringindo-se à capela-mor (Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras). Muitas vezes incorporadas tardiamente ao edifício, como se pode observar pela estruturação diferente dos vãos ou avanço dos telhados contra as janelas da nave ou capela-mor, a adjunção desses anexos suscitou em alguns casos soluções inusitadas em termos de planta baixa. A insinuação de paredes curvas na nave e o

forte destaque das torres da Matriz da Conceição resultam da interrupção dos corpos laterais antes de alcançarem as torres, talvez pela necessidade de preservarem-se as entradas laterais com acesso direto à nave. Da mesma forma, o arqueamento externo das paredes laterais da igreja do Bom Jesus de Matozinhos é função exclusiva da estruturação, provavelmente incorreta, dos anexos laterais.

Todas as igrejas citadas até agora filiam-se ao partido tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, apresentando o característico frontispício terminado em empena (ou frontão reto) e ladeado por duas torres de secção quadrada, com os ângulos reforçados por pilastras, que sustentam entablamentos de forte modinatura. A rigidez do conjunto é atenuada apenas pelo encurvamento, à moda chinesa, dos quatro ângulos dos telhadinhos das torres, com arremates em forma de lanceta, à exceção da Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras, que teve a cobertura de suas torres refeita recentemente em outro material.

Os demais monumentos religiosos da cidade e município do Serro enquadram-se nos diferentes partidos de capelas tradicionalmente adotados em Minas Gerais. No que diz respeito aos frontispícios, o partido mais interessante é o da frente chanfrada com uma única torre central, adotado nas capelas de Santa Rita da cidade do Serro e Nossa Senhora do Rosário de Milho Verde. A torre única e central, mas incorporada ao frontispício plano, figura nas capelas do Rosário de São Gonçalo do Rio das Pedras e São Geraldo de Três Barras, podendo, entretanto, resultar de acréscimos posteriores. O partido da torre única e lateral, típico das igrejas de Diamantina, parece ter sido o originalmente adotado na construção da Capela do Rosário, na cidade do Serro, aspecto com o qual figura em quadro a óleo datado de 1932, conservado no museu local. Atualmente desprovida de torre ou sineira, a referida capela tem seu único sino simplesmente dependurado na primeira janela da fachada lateral do lado esquerdo. A ausência de torres verifica-se também na fachada da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Milho Verde, que possui, entretanto, curioso sistema de sineira em varanda de madeira suspensa, anexa à fachada lateral esquerda. Todas estas capelas são constituídas de nave, capela-mor e sacristias laterais aos muros da capela-mor, prolongadas também aos muros da nave na capela de Santa Rita.



Serro - Vista parcial, destacando-se a capela de Santa Rita.

A simplicidade das linhas arquitetônicas e o total despojamento decorativo caracterizam portanto o aspecto exterior das construções religiosas da cidade do Serro e seu município, onde apenas a variação da forma dos óculos abaixo da empena vem quebrar a severidade repetitiva das fachadas. A tarja esculpida em madeira e policromada, inserida entre as janelas do frontispício da igreja do Carmo (cidade do Serro) constitui a única exceção à regra geral de severidade.

Toda a ênfase ornamental é reservada para o interior dos templos, onde a talha dourada e policromada dos retábulos é às vezes complementada por pinturas de forros em perspectiva de qualidade excepcional. Contrariamente à arquitetura, que se conservou fiel a padrões retardatários, a decoração interna das igrejas e capelas do município do Serro revela se atualizada com relação aos modelos artísticos adotados no período em outras regiões da capitania, ou seja, os do rococó, introduzidos em Minas Gerais a partir da sexta década do século XVIII.

Relativamente à talha, os melhores conjuntos são os das igrejas do Carmo e Bom Jesus de Matozinhos, ambas na cidade do Serro. Os retábulos do arco-cruzeiro da igreja do Carmo, cuja autoria se desconhece, têm estrutura análoga à dos retábulos laterais das igrejas do Carmo de Sabará e Ouro Preto: colunas retas estriadas e quartelões na parte interna como suportes, remate superior formando composição de volutas inseridas em arco pleno, e sanefa com lambrequins. O altar mor da mesma igreja, de estrutura menos elaborada, já denota um certo gosto por linhas estruturais mais simples, prenunciadoras do neoclássico. Na igreja do Bom Jesus de Matozinhos é o contrário que se verifica: os retábulos laterais são de estrutura simples, com tratamento inteiriço, sem destaque dos suportes e relevos aplicados, ao passo que o altar-mor tem estrutura mais elaborada, incluindo requintado coroamento em dossel, e suportes constituídos por colunas e quartelões, sustentando bela e complexa arquitrave, prolongada nas paredes laterais da capela-mor à maneira de cimalhas como nas igrejas de Diamantina. Esse prolongamento da arquitrave pode também ser observado nas igrejas do Carmo e Matriz de Nossa Senhora da Conceição. O altar-mor dessa última igreja, ajustado em 1792 com o entalhador Bartolomeu Pereira Diniz, merece também referência especial por revelar acentuada influência do retábulo maior da igreja de São

Francisco de Assis de Ouro Preto, de autoria do Aleijadinho. Trata-se de uma reinterpretação provinciana dos mesmos temas ornamentais, especialmente visível no tratamento do remate superior em forma de arco pleno com o grupo da Santíssima Trindade e anjos laterais em postura de adoração. Os demais altares da Matriz da Conceição, de estrutura simplificada, são do mesmo estilo, mas desconhecem o motivo do coroamento.

Como já ficou entretanto assinalado, é sobretudo no campo da pintura, e particularmente no que diz respeito à pintura em perspectiva de forros de igrejas, que a arte religiosa do município do Serro alcança níveis de altíssima qualidade, que a colocam em posição de destaque com relação a produções similares do resto da antiga capitania das Minas no mesmo período. Deve-se o fato, antes de mais nada, à presença, na cidade do Serro, nos últimos anos do século XVIII, de um artista excepcional, Silvestre de Almeida Lopes, identificado já há algum tempo por Rodrigo Melo Franco de Andrade como o principal pintor da antiga Vila do Príncipe, mas sobre o qual, ainda hoje, quase nada se sabe, pela falta de pesquisas aprofundadas no setor. Embora tenha realizado alguns trabalhos em Diamantina, entre os quais se salientam as pinturas da sacristia de São Francisco de Assis e nave de Nossa Senhora do Amparo, é na cidade do Serro que se encontra sua mais importante obra: a pintura do forro e painéis laterais da capela-mor da igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, estes últimos, infelizmente, mutilados na parte inferior para a abertura de arcadas. O episódio lendário do achamento da imagem do Bom Jesus, na praia de Matozinhos em Portugal, tema central da composição, ocupa o medalhão, cuja moldura é pretexto para ampla composição ornamental, de recorte fortemente acentuado, incluindo quatro figuras de anjos e grande número de motivos florais. As laterais da abóbada são ocupadas pela pintura em perspectiva de uma espécie de balaustrada sinuosa, em cujo parapeito alternam-se figuras de anjos e composições florais em cerrada trama decorativa e de colorido vibrante, predominando as tonalidades azul, vermelho, rosa e verde-chumbo. Pelas características assinaladas, pertence esse forro ao partido mineiro de pinturas em perspectiva, no qual a traina arquitetônica é substituída por muro-parapeito contínuo, desenvolvido principalmente nas zonas de Sabará, Santa Luzia e rota do

Serro. Nas pinturas murais estão representadas as cenas da Adoração dos pastores e Adoração dos Reis Magos, enquadradas por molduras providas de flores e fitas e tendo de cada lado a figura de um Evangelista.

Ainda na cidade do Serro, merece referência a pintura da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Carmo, de autoria desconhecida e que adota partido diferente, bastante próximo das composições de Manuel da Costa Ataíde, nas regiões de Ouro Preto e Santa Bárbara. Em torno de um quadro central com a representação do tema carmelitano da entrega dos escapulários a São Simão Stock, desenvolve-se trama arquitetônica, incluindo ordens dispostas transversalmente às paredes da capela-mor, e balcões com os Evangelistas São João e São Mateus.

Finalmente, a pintura do forro da capela-mor da Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras liga-se ao partido elaborado pelo guarda-mor José Soares de Araújo na região de Diamantina: *perspectiva arquitetônica em volumes cerrados e compactos*, ausência de fundos brancos e predominância de tonalidades sombrias. O quadro central e os quatro cantos da abóbada são ocupados por personagens: São Gonçalo no centro e os quatro Evangelistas nas laterais.

Na arte religiosa do município do Serro, ocupa ainda lugar de destaque o acervo de imaginária, espalhado pelas igrejas mencionadas e museu da Casa dos Ottoni, onde foram recolhidas as imagens da extinta igreja de Nossa Senhora da Purificação. As igrejas do Rosário, Carmo e Bom Jesus de Matozinhos possuem as melhores coleções de imagens, merecendo referência especial a magnífica Nossa Senhora das Mercês dessa última igreja, peça altamente erudita e datando provavelmente de fins do século XVIII.

FESTAS, FOLCLORE E ARTESANATO

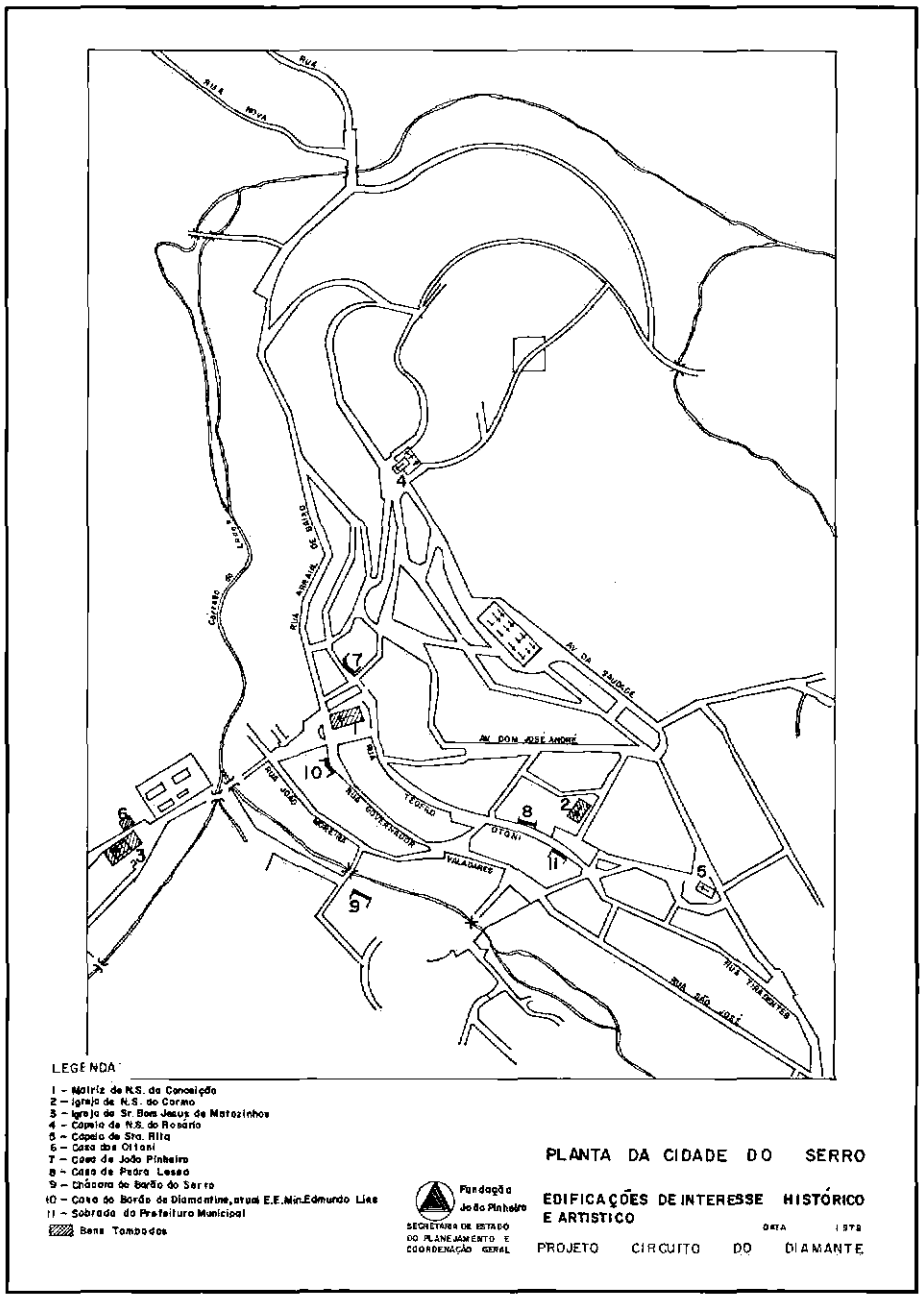
Ao lado de seu acervo histórico-arquitetônico, representado pelos belos monumentos religiosos e o notável conjunto de sobrados, o Serro logrou preservar também, até os nossos dias, outro importante aspecto de sua riqueza cultural do passado, que são as tradições folclóricas e as festas de igreja. Resistindo às transformações naturais

do tempo, essas manifestações do culto cristão e das formas criativas populares, quase sempre interligadas umas e outras num mesmo evento de expansão festiva, mostram ainda hoje uma autenticidade de expressão que atrai e comove. Documentos de meados do século XVIII já se referiam a grandes festividades realizadas na antiga Vila do Príncipe, cujas programações e execução eram dirigidas pelo próprio Senado da Câmara, incluindo geralmente, além das cerimônias religiosas, as danças, cavalhadas, touradas, queima de fogos, exibições musicais, etc. O naturalista francês Saint-Hilaire, sempre atento à observação dos costumes de nossa gente, no curso das longas viagens pelo interior mineiro empreendidas em princípios do século XIX, não deixaria, por sua vez, de registrar alguns acontecimentos festivos que em 1817 teve ocasião de presenciar na atual cidade do Serro. Viu com admiração solenidades da Semana Santa como a grave procissão de penitentes da irmandade de São Francisco, no Domingo de Ramos, e a cerimônia da Quinta-Feira Santa na Matriz, assistida em traje de gala pelos principais moradores e acompanhada de música "perfeitamente executada", que considerou superior às missas cantadas de igrejas do norte da França. Saint-Hilaire testemunhou também, na sua passagem pela Vila do Príncipe, as animadas comemorações ali realizadas em regozijo pela coroação no Rio de Janeiro do rei Dom João VI. Coincidiam essas festas, para as quais a vila se engalanou à noite de luminárias em todas as casas, com a celebração da Páscoa e Aleluia, então tradicionalmente feita nas velhas localidades mineiras como uma espécie de pequeno carnaval, com desfiles de mascarados, batuques na rua, danças de negros, etc., espetáculo que no Serro chegou a impressionar o viajante francês.

Se as solenidades da Semana Santa, realizadas com muito aparato no passado, já se encontram hoje relativamente simplificadas em sua tradicional pompa, o mesmo não ocorre com as festas mais populares da cidade do Serro, que são as do Rosário e do Divino. A primeira, promovida anualmente, de 28 a 30 de junho, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário fundada pelos negros no século XVIII, tem cunho ao mesmo tempo religioso e folclórico, apresentando, ao lado de novenas, missas e procissões, um conjunto de danças de forte colorido coreográfico e musical. A festa do Rosário do Serro, embora obedecendo aos moldes gerais de festas congêneres de

outras localidades da região e do Estado, se reveste de especial animação, com vários grupos e desfiles de marujada, catopês e caboclos e seus figurantes vestidos a caráter e entoando canções de reminiscência africana. A dança dos marujos, em que os integrantes, trajados de marinheiros, misturam tradições portuguesas e ritmos negros, é um dos pontos altos da promoção, que culmina com a eleição do rei e da rainha do Rosário ou o chamado "reinado". Outra festa bastante concorrida do Serro é a do Divino, levada a efeito no mês de maio e que se compõe de uma parte religiosa, com missa solene e procissão, acompanhada de manifestações folclóricas como a dança do Bumba-meu-boi,a subida do pau-de-sebo e a disputa do quebra-pote. Apesar de seu sentido mais local e estritamente religioso, a comemoração do dia da padroeira Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro, constitui também festividade de velha tradição local, havendo referência à sua realização já no remoto ano de 1744. Diversas outras festas de igreja se realizam todos os anos na cidade e nos distritos, destacando-se o jubileu de Nossa Senhora das Dores, que se celebra em julho, com numerosa afluência de romeiros, na localidade de Deputado Augusto Clementino, antigo povoado de Mato Grosso.

O artesanato do Serro, conquanto pouco divulgado, mostra relativa variedade de produtos simples e que atendem principalmente à demanda local. São artigos de cerâmica, como vasos, panelas e potes de argila, cestas e peneiras em vime e palha, peças diversas em madeira, objetos em couro, etc., além de trabalhos femininos em bordado, tricô e crochê. Interessante é também o processo de fabricação até hoje mantido de tetos de esteira, ainda muito empregados nas construções mais modestas. Os principais artesãos residem na cidade e nos distritos de Deputado Augusto Clementino e Milho Verde, mas a atividade carece em geral de maior apoio e promoção para que possa vir a tornar-se um meio efetivo de subsistência econômica.



LEGENDA

1 – Matriz de N.S. da Conceição
2 – Igreja de N.S. do Carmo
3 – Igreja do Sr. Bom Jesus de Matozinhos
4 – Capela de N.S. do Rosário
5 – Capela de Sta. Rita
6 – Casa dos Otoni
7 – Casa de João Pinheiro
8 – Casa de Pedro Lessa
9 – Chácara do Barão do Serro
10 – Casa do Barão de Diamantina, atual E.E. Min. Edmundo Lins
11 – Sobrado da Prefeitura Municipal

Bens Tombados

Fundação João Pinheiro

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PLANTA DA CIDADE DO SERRO

EDIFICAÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO

DATA 1978

PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

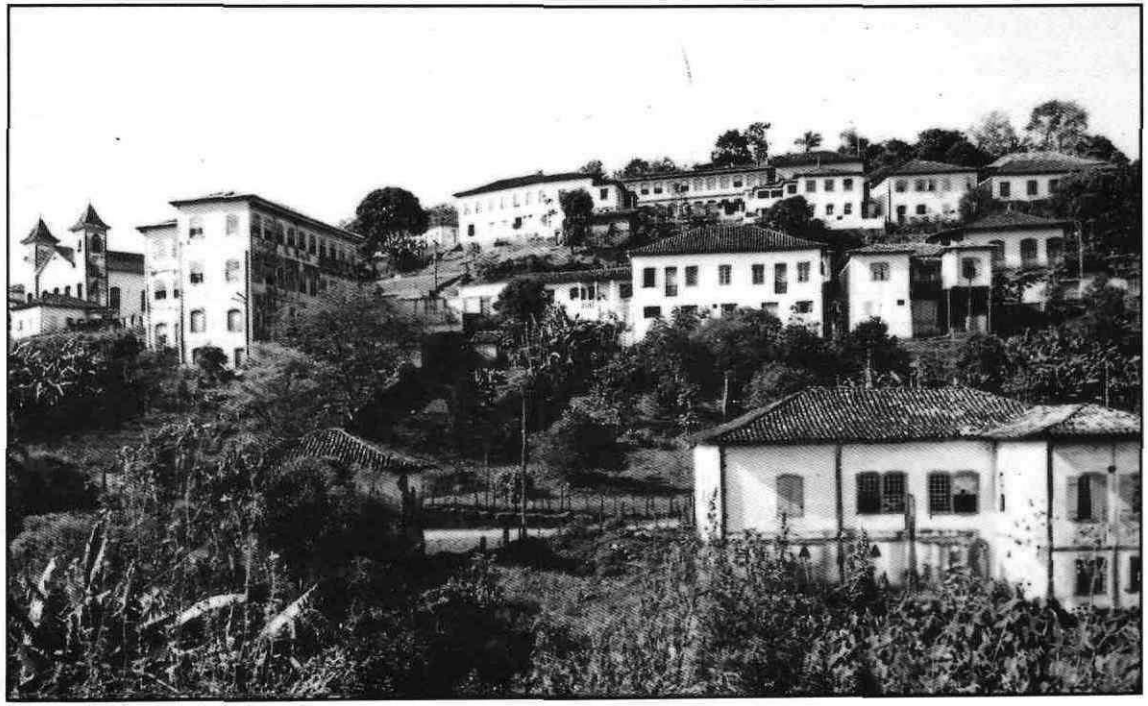
A CIDADE

Formação e Evolução Urbana

A atual cidade do Serro conserva um traçado básico que deve remontar presumivelmente à metade do século XVIII, quando a então Vila do Príncipe já se encontraria urbanisticamente definida, com seus aglomerados de casas ocupando um espaço acidentado entre as margens dos ribeirões auríferos e as encostas de pequenos morros. O nascimento do povoado, em inícios daquele século, se deu junto aos córregos dos Quatro Vinténs e do Lucas, nos locais onde se arrancharam, por conveniência da maior proximidade com as lavras do ouro, os primeiros mineradores. Surgiram, a pouca distância um do outro, os arraiais chamados de Baixo e de Cima, que em breve no entanto se aglutinariam num só arraial devido à afluência constante de novos exploradores e a ocupação com novos ranchos ou casas rústicas das glebas que intermediavam os dois núcleos pioneiros. Em razão por certo das condições do terreno, o crescimento do arraial e depois vila obedeceria a uma tendência mais ou menos longitudinal, na direção leste-oeste, assinalada pela presença dominante de duas longas vias principais, que corresponderiam hoje às ruas São José e Teófilo Ottoni com seus naturais seguimentos e denominações parciais. Embora já elevada à condição de vila desde 1714, a primeira referência ao aspecto urbano local, feita em carta de 1731 dirigida ao rei pelo ouvidor Antônio Pereira do Valle e Mello, seria bastante desfavorável, informando o magistrado que a Vila do Príncipe possuía então apenas sessenta casas, "poucas cobertas de telhas, as mais de palha", acrescentando com pessimismo que a povoação nunca teria maior desenvolvimento "pela ruim paragem dela". O certo, porém, é que a vila experimentaria relativa expansão ainda na primeira metade do século XVIII, expansão esta seguramente forçada pelo afluxo de gente que para ali se prolongou por muito tempo. Documentos do período, mencionados pelo historiador Dario A.F. da Silva, aludem a várias ruas à época de função viária principal, entre elas a das Flores, que ligava os antigos arraiais de Baixo e de Cima, prosseguindo até o Gambá, abrangendo, portanto, desde a atual rua Nelson de Senna até a rua São

José; a rua de Cima ou de Trás, que tinha início nos fundos da matriz; a rua de Baixo ou da Cadeia e a Direita, que se encontravam nas alturas da antiga rua Cruz Machado, para alcançar, depois, o largo da Carreira ou da Cavalhada, atual Praça João Pinheiro, que constituía, em 1738, o limite da vila pelo lado oeste. Em 1756, a igreja matriz já representaria não só o ponto mais importante de convergência da vida da comunidade mineradora, mas também o próprio eixo central urbano da vila, segundo o mesmo historiador.

A construção de várias igrejas no curso do século XVIII viria atuar como fator de maior adensamento urbano da vila, porquanto a edificação de cada templo propiciava sempre o agenciamento do local onde se erguia e dos respectivos entornos, com o natural surgimento de novos logradouros e novas casas. Além da igreja matriz, cujo primeiro edifício na atual localização já deveria existir entre 1720 e 1730, seriam construídas capelas de maior ou menor vulto em diferentes pontos da vila, atraindo moradores para as suas proximidades, num processo de ocupação do solo que concorreria para a fixação de uma trama urbana mais coesa, tal como chegou até nossos dias. No período de 1740 a 1780, fase de estabilização social e econômica da população, surgem por iniciativa de irmandades religiosas as capelas de Nossa Senhora da Purificação (m/m 1742, hoje desaparecida), Santa Rita (m/m 1745), Rosário (m/m 1758), Carmo (m/m 1768) e Bom Jesus de Matozinhos (m/m 1781/1785). O Senado da Câmara cuidava, por sua vez, do bom aspecto da vila, promovendo obras de arruamento, calçamento e limpeza. Em 1737, iniciava-se o calçamento de algumas vias, como a rua do Pelourinho ou ladeira da Matriz e partes das ruas de Cima e Direita. No ano seguinte, é feita a urbanização do então chamado largo da Carreira que, segundo documento da época, deveria ser transformado em praça pública "para recreio e passeio dos moradores, exercício de soldados ou paisanos, festejos, etc.", passando o local a ser conhecido como largo da Cavalhada (atual Praça João Pinheiro), certamente por ali se realizarem espetáculos desse gênero, bastante apreciados no período colonial mineiro. Até fins do século XVIII, novos trabalhos de melhoramento urbano são levados a efeito, destacando-se o calçamento de vários trechos da vila, principalmente os que ligavam os largos da Matriz e da Cavalhada a outros



Serro - Vista parcial da cidade.

pontos já então povoados. Esse cuidado com a boa aparência urbana impressionaria bem o naturalista francês Saint-Hilaire, em sua visita à vila em 1817, quando a descreve como um aglomerado de "cerca de 700 casas e uma população de 2.500 a 3.000 indivíduos" acrescentando: "as ruas são pouco numerosas, e, na maioria, calçadas. As principais estendem-se de leste a oeste, paralelamente à base do morro; e cada uma delas acha-se assim traçada em todo o comprimento, quase no mesmo plano. Só as ruas transversais seguem o declive do morro; têm, porém pequena extensão".

Com o acelerado declínio da mineração do ouro, acentuado no último quartel do século XVIII, a Vila do Príncipe sofreria naturalmente relativo esvaziamento de sua vida social e econômica. Esse processo só não se agravou, entretanto, de imediato, porque a vila e depois cidade (1838) continuaria por algum tempo centralizando, na qualidade de sede da extensa comarca do Serro Frio, os interesses jurídico-administrativos de toda uma ampla região. Por outro lado, a situação geográfica, em meio a estradas de comunicação com núcleos mais remotos do nordeste mineiro, inclusive Diamantina e Minas Novas, favorecia a sua condição de centro de comércio regional, posição de que desfrutaria até a implantação, já em nosso século, da ferrovia construída em direção ao antigo arraial do Tijuco. Essa função de pólo comercial e também político emprestaria certo ritmo de vitalidade urbana à cidade do Serro, que no curso do século XIX ainda receberia estímulo suficiente para a construção de bom número de edificações de importância, entre as quais alguns de seus mais imponentes sobrados. A Câmara local, mantendo a tradição de zelo urbano vinda do período colonial, procurava com seus limitados recursos assegurar o bom aspecto da cidade, executando novas obras ou reparos de calçamento, constantemente prejudicado pelo movimento de tropas e carros-de-boi, e instalando chafarizes e fontes para abastecimento de água, bem como a iluminação de vias públicas a querosene e depois a gás acetileno. Entrado, porém, o século atual, a cidade do Serro pouco ou nada mais se desenvolveu, até chegar a nossos dias como simples imagem urbana e arquitetônica de um passado de prosperidade. O número de prédios existentes, que em 1812, conforme lançamento predial tributário então procedido pelo Senado da Câmara, era de 546, não passará de 913 em 1954, cerca portanto de século e meio depois, só vindo a atingir o total de 1.101 no ano de 1977. Esta cifra revela um certo crescimento urbano nos últimos vinte anos, mas se trata de expansão verificada principalmente nas periferias da cidade, com a construção de habitações bastante modestas. Grande parte da população continua condensada no núcleo histórico, que, com seus templos e casario típico, ainda preserva autêntica a fisionomia do Serro dos séculos passados.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Edificações Religiosas

Matriz de Nossa Senhora da Conceição

HISTÓRIA

A antiga Vila do Príncipe teve, nos primórdios da povoação, uma capela dedicada a Santo Antônio e coberta de palha, que serviu como primeira matriz do arraial. Não se sabe, porém, se continuava ainda a existir com essas mesmas funções e invocação em 1713, quando ali assistia o padre Antônio de Mendanha Sotto Maior, confirmado dois anos depois pelo bispo do Rio de Janeiro, dom Francisco de São Jerônimo, no posto de vigário encomendado. Tudo faz crer que naquela altura já estivesse em construção uma nova matriz, fato que viria justificar por certo a elevação, alguns anos depois, da paróquia à categoria de colativa, o que se deu mediante carta régia de 26 de fevereiro de 1724. A existência dessa segunda matriz, precedida de adro como diziam os documentos, era já seguramente referida entre os anos de 1725 e 1737.

O atual edifício, terceiro portanto, teve sua construção iniciada em época posterior a 1776, ano em que o vigário Simão Pacheco deixa em testamento tudo o que lhe era devido em côngruas para "se fazer uma matriz nova". Anotações constantes de Livro de Despesa da Irmandade do Santíssimo, ainda existente no Arquivo do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina, aludem a pagamentos feitos aos pedreiros João Simoens e Ignácio, em 1773/1774, respectivamente pela caiação da igreja e por trabalhos de revestimento da torre e retelhamento do consistório, o que leva a supor que, antes da mencionada doação, cuidava-se simplesmente da restauração do segundo edifício da matriz. As obras efetivas da atual igreja devem ter-se iniciado muitos anos mais tarde, porquanto, em mesa de 14 de julho de 1796, os irmãos do Santíssimo Sacramento falavam na necessidade de reedificação da capela-mor, então em estado de ruína, o que ocorria também com o corpo do templo. Os primeiros registros sob título de despesas de construção da nova matriz aparecem entre 1796 e 1797, com a aquisição de materiais diversos e a conclusão dos esteios e dos tabuados. Uma relação de "ofertas que se deram para a obra da nova matriz", consignadas de 1796 a 1799 em Livro de

Receita da citada Irmandade, assim como uma série de pagamentos não especificados a Manuel Fernandes Leão atestam o prosseguimento das obras.

Simultaneamente às obras de construção, tratava-se também da decoração interna do templo. Em Termo de Concordata da Irmandade do Santíssimo, datado de 16 de dezembro de 1792, já figurava ajuste com o artífice Bartolomeu Pereira Diniz, para a confecção do retábulo da capela-mor, trabalho que a 27 de dezembro de 1795 ainda se acharia por concluir. O Livro de Despesas da confraria registrava também, nos anos de 1799 e 1800, pagamentos feitos ao mestre torneiro Joaquim Gonçalves de Aguiar, "por tornear as colunas para o retábulo novo da Igreja Matriz", aos entalhadores Bento André Pires e Francisco Pereira Diniz, e ao pintor e dourador Manuel Fernandes Leão. Este seria mais tarde (1807/1808) encarregado da pintura do cofre de exposição do Senhor no Trono e do Sudário e Verônica, bem como do risco para modelo das portas da igreja. Vários outros serviços de acabamento interno ou externo foram ajustados a partir de 1801, dentre eles a "fatura do campamento" em tábuas de cedro por Luiz Martins, entelhamento pelo pedreiro Álvares Mariano e confecção de tabuado por José Luiz da Mata e Antônio José Dias. Entrementes, em 1802, o Santíssimo Sacramento, depositado provisoriamente na hoje demolida Igreja da Purificação, era trasladado para a "Matriz Nova", prova de que o edifício já se encontrava em condições de servir ao culto.

Muito faltava, porém, para a conclusão definitiva da igreja, cujo estado, vinte anos mais tarde, seria considerado longe de parecer satisfatório pelo bispo de Mariana, dom frei José da Santíssima Trindade, como deixou registrado em seu livro de Visitas Pastorais de 1821/1826, existente no Arquivo da Cúria marianense. Em visita de 27 de agosto de 1821, notou aquele prelado que, apesar de "grande e com cinco altares", a matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe se encontrava "desprovida de tudo", com todos os retábulos por terminar e apenas uma imagem, a da padroeira, no trono do altar-mor, sendo que os demais altares tinham as imagens dos oragos pintadas em tábuas lisas. Quatro anos depois, segundo observação constante do mesmo livro, já se trabalhava na conclusão dos retábulos, mas o corpo da igreja estava ainda "por forrar", o assoalho e campas em condições precárias e o arranjo do entorno - adro e cemitério - por fazer.



Serro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



Serro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Interior.



Serro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Capela-mor.



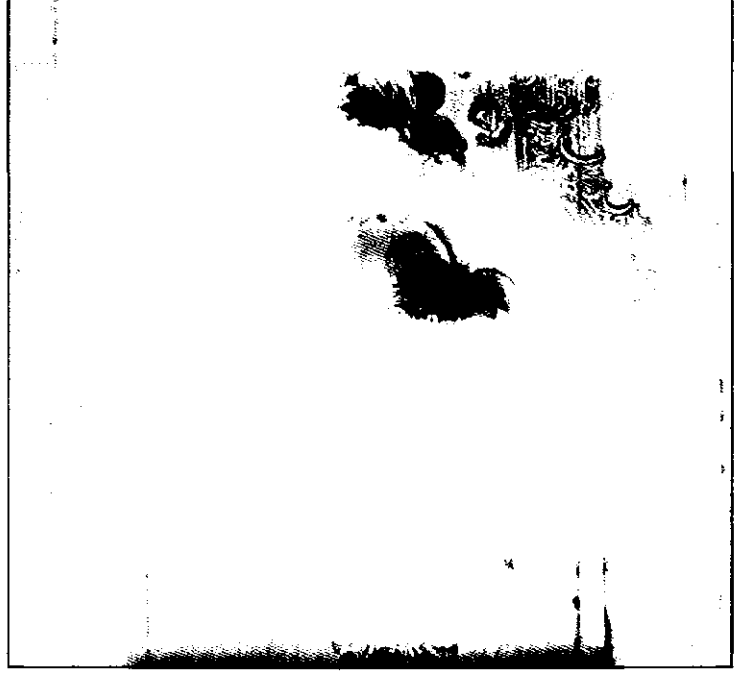
Serro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
Retábulo de Sant'Ana.

Em 1836, voltava-se a falar, em reunião da Irmandade, no imperativo de "reedificar-se" a igreja, o que finalmente ficaria decidido em Termo de Concordata de 6 de março de 1843, em razão do qual se contratou com o empreiteiro Severo Sebastião de Gouveia a restauração do frontispício e torres, segundo plano e risco do arquiteto João Jorge Mayer. Entretanto, em 1850 o estado geral de conservação do edifício continuava a inspirar sérios cuidados. Em relatório daquele ano, do presidente da Província José Ricardo de Sá Rego, a matriz do Serro era considerada sob "ameaça de grande ruína", necessitando todo o prédio de reparos urgentes, com exceção da capela-mor, que se supunha "erigida mais recentemente" e, portanto, se achava "melhor conservada". A reforma definitiva parece ter sido realizada nos anos de 1872 a 1877, datas inscritas em placas de bronze em cada lado da porta principal. Diversos consertos foram, todavia, registrados em livros da Irmandade entre 1883 e 1920. Já sob proteção do IPHAN, importantes trabalhos de restauração se efetuaram de maio de 1956 a fevereiro de 1959, compreendendo escoramento de paredes com estruturas de cimento armado, reformas no telhado e assoalho, limpeza dos retábulos, etc.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 233 - Livro de Belas Artes, fls. 52, datada de 22 de julho de 1941.

ARQUITETURA

Apesar de construída no último quartel do século XVIII, a matriz do Serro filia-se ao partido tradicional das matrizes mineiras da primeira metade daquele século, com duas particularidades entretanto, ambas relacionadas com a arquitetura religiosa da segunda metade do Setecentos: as torres destacadas em relação ao corpo da igreja e a insinuação de paredes curvas nos anexos laterais ao longo da nave. Esses anexos, que são uma constante no Vale do Jequitinhonha, funcionavam principalmente como salas de reunião ou depósito, além de permitirem o acesso aos púlpitos. Há também dependências laterais ao longo da capela-mor e abrindo-se para esta por três arcos. Tais dependências são chamadas de sacristias na região, reservando-se ao cômodo transversal nos fundos da igreja a designação de consistório. A estrutura da construção é em madeira e taipa, com reforços em alvenaria de tijolos e cimento, cunhais e enquadramento dos vãos em madeira, vergas em arco abatido e cobertura em duas



Serro - Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
Pintura do forro da nave.

águas. A fachada, restaurada em meados do século XIX com a construção de alicerces em pedra, é de grande simplicidade: torres quadrangulares, cobertas com telhado de quatro águas, e empena lisa, incluindo óculo de formato caprichoso. No frontispício existem três portas-sacadas com parapeitos de ferro batido e duas outras inseridas nos flancos das torres. Internamente, possui pisos em campas e tabuado largo, forros abobadados em tabuado liso com pinturas decorativas, coro com balaustrada trabalhada, cimalhas e arco-cruzeiro de madeira com ornatos e dois púlpitos em talha de belo desenho ornamental, além de balaústres de madeira torneada separando os altares laterais do corpo central da nave e também na divisória entre esta e a capela-mor.

ORNAMENTAÇÃO

O altar-mor apresenta talha rococó de boa qualidade, com colunas retas de terço inferior levemente espiralado e capitéis compósitos, remate superior em forma de arco pleno, com o grupo da Santíssima Trindade e anjos laterais em postura de adoração. Mostrando este retábulo, como se deduz de seu partido estrutural e ornamental, acentuada influência do retábulo-mor da igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, da autoria do Aleijadinho, impõe-se como natural a conclusão de que os irmãos Bartolomeu e Francisco Pereira Diniz, vulgo Chico Entalhador, seus autores, tenham estado talvez na antiga Vila Rica antes da confecção do altar principal da matriz do Serro. Quanto aos altares laterais, em número de quatro e também em estilo rococó, são eles de realização menos elaborada e estão sob a invocação de Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Ecce Homo e Sant'Ana, tratando-se esta última de imagem de excelente qualidade, assim como os Santos Joaquim e Isabel dos nichos laterais. É também digna de menção a imagem de Nossa Senhora da Conceição do altar-mor, a única existente na igreja em 1821, como ficou assinalado. No que se refere à pintura, deve-se destacar a composição do forro da nave, datada de 1888 e atribuída a Manuel Antônio da Fonseca. Finalmente, dentre o mobiliário, há que se notar, na sacristia, belo arcaz de jacarandá, com nove gavetas e dois armários laterais, e, na capela-mor, dois consolos provavelmente de meados do século XVIII.

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

HISTÓRIA

A iniciativa da construção do templo coube à Ordem Terceira do Carmo local que, desmembrada da irmandade carmelita do arraial do Tijuco, se erigiu autonomamente na Vila do Príncipe em 1761. Sete anos mais tarde, obtinha do Senado da Câmara, sem aforamentos, "os chãos que medeiam entre as casas do guarda-mor João Baptista de Oliveira e sargento-mor Vicente P. de M. e Castro, na rua Direita da Cavalhada, com destino de erigir uma Capella", segundo documento referido pelo historiador local Dario A. F. da Silva. As obras, iniciadas posteriormente a 1768, ainda prosseguiam em 1780, quando se trabalhava na fachada com a execução das torres, ajustada em junho do mesmo ano com o mestre José da Silva Ribeiro. A 20 de julho do ano seguinte, ocorria a bênção do templo pelo vigário da Vara, Nicolau Silva e Brito, indício de que a edificação já estava praticamente concluída nessa data. Cedo, entretanto, começaram os consertos e restaurações, em conseqüência certamente da fragilidade dos materiais empregados - a taipa e a madeira -, registrando-se em 1798 a confecção de nova porta e em 1805 a reforma da torre direita. A construção das sacristias laterais teve início em 1809, mediante ajuste com o mestre Manuel João Alves, decidindo-se em setembro de 1815 a "reedificação da Capela e Casa de Consistório", em cômodo nos fundos da igreja, obra contratada com o mestre José Antônio da Silva Guimarães. Cerca de um ano depois, a 20 de junho de 1816, a irmandade ajustava com o mesmo empreiteiro a reconstrução da torre do lado direito, novamente ameaçada de ruína. Nesse mesmo ano, eram confiadas aos irmãos da Ordem João Nepomuceno de Almeida e Manuel Fernandes Leão, respectivamente, a "fatura do sino" e a "encarnação da nova imagem de N. S. do Carmo".

No curso do século XIX, a conservação da igreja exigiu vários outros trabalhos de reforma. Entre os anos de 1860 e 1864, o governo da Província consignou à mesa administrativa da Ordem do Carmo do Serro seguidos auxílios financeiros para obras de reparo. Por volta de 1888, estando em restauração a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a igreja do Carmo passou a exercer temporariamente as atribuições de matriz da cidade. Em 1892/1893, o templo carmelita voltou a ser objeto de reformas, que incluíram pintura e consertos de paredes, telhado e torres.

Como se depreende de fotografia datada de 1920 e existente no arquivo do IPHAN,



Serro - Igreja do Carmo.

a igreja possuía até essa época interessante fachada, posteriormente modificada e simplificada com o fechamento de duas entradas, substituição de portas-sacadas das torres por janelas com peitoril de massa e descaracterização da portada, dentre outras alterações. Mais tarde, viriam a ocorrer novas modificações e também restaurações, como a de 1954, já sob responsabilidade do IPHAN. Entre 1968 e 1970, esteve a igreja ameaçada de desabamento, com o teto, altar-mor e assoalho também carecendo de reparos, o que provocou a sua interdição pelo vigário local. Em 1975, porém, foram realizadas as restaurações necessárias. Posteriormente, em 1985 nova restauração foi realizada.

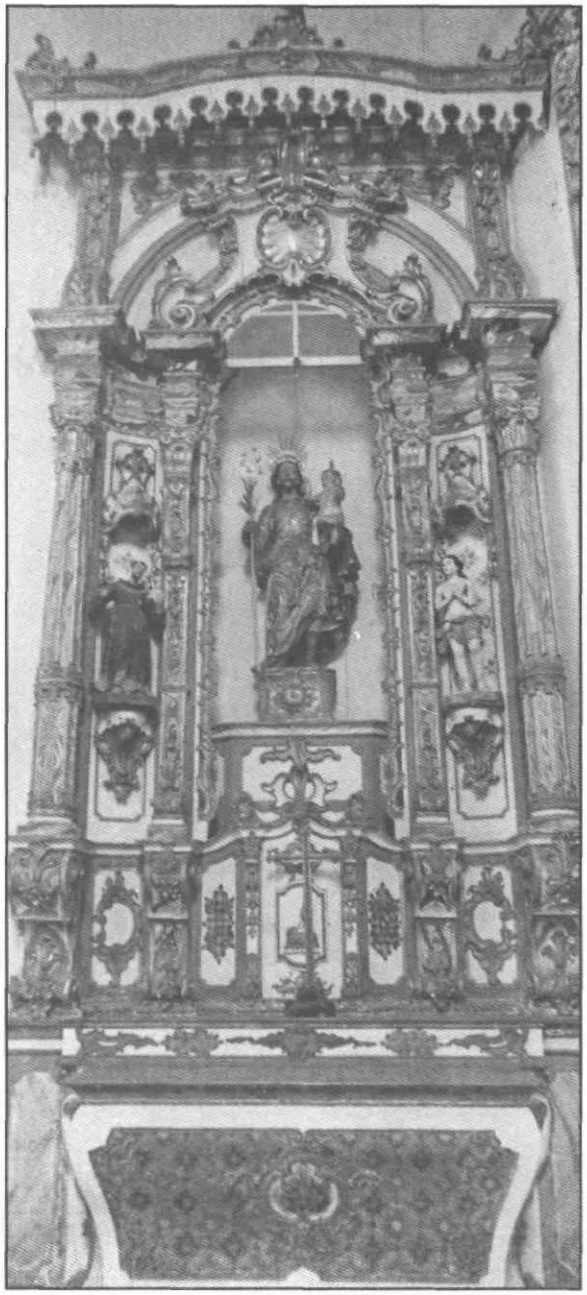
O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 262 - Livro de História, fls. 45, datada de 24 de novembro de 1949.

ARQUITETURA

A igreja se situa em ponto relativamente alto, no antigo Largo da Cavalhada ou do Carmo, e ao seu adro, protegido por arrimos de pedra, se tem acesso por dois lanços de escadaria. Possuindo estrutura autônoma e cunhais de madeira, paredes de taipa e cobertura em duas águas, obedece, em decorrência das técnicas construtivas empregadas, a planta de caráter tradicional e retardatário, próprio das edificações religiosas da região. A um núcleo original, composto de nave, capela-mor (englobando o consistório ao fundo) e torres quadrangulares destacadas do corpo da construção, foram acrescentados posteriormente dois anexos laterais, correspondentes às sacristias. A fachada atual resulta de uma restauração desfiguradora, que descaracterizou o primitivo aspecto dessa parte da igreja, como acima se mencionou. Carlos Del Negro observa que, no antigo frontispício, a tarja talhada em madeira policromada ligava-se harmoniosamente à porta "por enrolamentos que tangenciavam os coruchéus das pilastras", ao oposto do atualmente verificado, em que os diversos elementos se inserem, sem unidade, num frontispício inexpressivo, composto em linhas retas. No relevo central da tarja está representada a figura de Nossa Senhora do Carmo, com o Menino nos braços, entregando os escapulários a São Simão Stock, ajoelhado à esquerda, e, logo abaixo, em pequeno medalhão cercado de volutas e outros ornatos, as insígnias da Ordem Carmelita. Internamente, a igreja apresenta piso em campas, for-



Serro - Igreja do Carmo - Capela-mor.



Um dos altares do arco-cruzeiro.



Serro - Igreja do Carmo - Pintura do forro da capela-mor.

ros do tipo abóbada em tabuado, arco-cruzeiro de madeira com pintura à imitação de mármore e coro em balaustrada de madeira torneada.

ORNAMENTAÇÃO

A decoração interna da igreja, embora sem qualquer lance excepcional, é agradavelmente harmoniosa na combinação de seus elementos de talha e pintura. Visitando-o em princípios do século XIX, o naturalista francês Saint-Hilaire achou o templo "lindo e bem arejado", acentuando ser o seu interior "bastante claro e ornado de dourados e pinturas", que, não obstante "longe de se poderem considerar obras-primas", lhe pareceram superiores à ornamentação de muitas igrejas da França. Esta opinião não terá sido gratuita ou generosa se levado em conta o bom aspecto decorativo geral da nave e da capela-mor, tal como ainda se apresenta em nossos dias. Os trabalhos de talha, de autoria desconhecida, se concentram num conjunto de três retábulos, dois púlpitos e ornatos em relevo do arco-cruzeiro. Os altares do arco-cruzeiro, em estilo rococó representativo de fins do século XVIII, parecem mais antigos e mostram linhas de mais elaborado acabamento do que o altar-mor, de estrutura relativamente simples, que denuncia já certa transição para o neoclássico. O arco-cruzeiro, em pintura marmorizada, apóia-se em pilastras sobre as quais se realçam algumas molduras de talha dourada, em nada destoantes das que ocorrem nos retábulos e nos púlpitos. Maior destaque merece, porém, no partido ornamental da igreja, o painel em pintura do forro da capela-mor, cujo autor, também ignorado, teria pretendido aí, segundo Carlos Del Negro, uma espécie de adaptação simplificada da pintura do teto da capela-mor da matriz de Santa Bárbara, executada por Manuel da Costa Ataíde por volta de 1806. A composição da Carmo do Serro, enquadrada por uma trama arquitetônica, onde se vêem balcões com os evangelistas São João e São Mateus, mostra a cena da entrega dos escapulários a São Simão Stock, o mesmo tema da tarja da fachada, mas a presença de repinturas impede uma correta avaliação da obra. Há também pinturas nas paredes laterais da capela-mor, de qualidade inferior e provavelmente executadas em época recente. No teto, debaixo do coro, havia outra pintura, representando o batismo de Jesus no Jordão, hoje recoberta de óleo. A igreja possui boas peças de imaginária, salientando-se a imagem de Nossa Senhora do Carmo, no altar-mor, encarnada em 1816, como já foi referido.

Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

HISTÓRIA

É escassa a documentação sobre os primeiros tempos desta igreja, ignorando-se a época precisa de sua edificação e a autoria das obras de construção e ornamentação. Segundo o historiador cônego Raimundo Trindade, seu fundador foi o tenente José Ferreira de Vila Nova Ivo, que, em 1781, justificou judicialmente a respectiva instituição. Por sua vez, em relatório de pesquisa realizada em 1941 para o IPHAN, afirma Aires da Mata Machado ter encontrado alusão à capela de Matozinhos do Serro num *livro de assentamento datado de 1785. Mais concreta, porém, para história do templo* no século XVIII, é a data de 1797 inscrita em medalhão da pintura do forro da capela-mor, atestando o estágio já então bastante evoluído das obras de acabamento pelo menos dessa parte do edifício, uma vez que se refere a trabalho de decoração interna.

Não se sabe até que ponto a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e São Benedito, que mais tarde veio a funcionar na igreja de Matozinhos, teria participado da construção do templo. Como informa Dario A. F. da Silva nas suas **Memórias sobre o Serro Antigo**, os devotos de São Benedito chegaram a requerer, em 1784, provisão para erguer, em terreno doado pelos irmãos Ávila "junto da Real Intendência da Fundição e Residência dos Ouvidores", a sua capela própria para a imagem de Nossa Senhora das Mercês, mas esta não logrou ser construída. Supõe-se que os confrades das Mercês, agrupados na sua associação desde 1735 e que por muito tempo se reuniram na capela do Rosário, ao desistirem do projeto de uma igreja particular para a Irmandade, tenham passado a colaborar na construção da capela de Matozinhos sob condição de ali se instalarem definitivamente. E isso vem realmente a acontecer, como indicam os livros da Irmandade ainda existentes no Arquivo do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina, com registro das principais despesas relativas à igreja no século XIX, quando já se acha então sob a tutela explícita dos irmãos de São Benedito e Nossa Senhora das Mercês.

Se a capela-mor certamente se encontrava terminada em fins do século XVIII, é provável que o mesmo não se tenha dado com outras partes do edifício, só depois concluídas. Já, porém, em 1830 a mesa da referida confraria denunciava a ameaça de "muita ruína" que pesava sobre a edificação. As anotações constantes da documentação da Irmandade relacionam, entre 1830 e 1845, uma série de obras executadas no

período, compreendendo principalmente pintura, assoalhamento e assentamento dos altares da nave (1835), construção da sacristia do lado do Evangelho (1843) e reconstrução da do lado da Epístola (1845), trabalhos estes dois últimos ajustados com o pedreiro Manuel Borges de Souza, conforme plano por ele apresentado. Cerca de trinta anos mais tarde, voltava a igreja a exigir reparos gerais, sendo enviados ao Governo da Província, em 1874 e 1877, orçamento e projeto das reformas a serem então feitas com auxílio oficial, entre as quais "o conserto da torre, que era obra muito urgente, visto o estado de quase ruína em que ela se achava". Decorridos alguns anos, uma notícia de jornal da época (1886) dava conta de que o templo se encontrava em "reconstrução" às expensas do doutor Joaquim Vieira de Andrade, o que faz supor que as verbas recebidas dos cofres provinciais haviam sido insuficientes para todas as obras requeridas ou que novos estragos de vulto vieram a ocorrer. A necessidade de realizar outra vez consertos indispensáveis à conservação da igreja levou lamentavelmente os irmãos de São Benedito à venda, em 1907, de ornamentos e imagens do respectivo acervo, fato registrado no Livro de Inventário da confraria. Entre 1918 e 1924, houve sucessivas reformas das torres e dos telhados, sendo efetuadas mais recentemente, nos anos de 1962/1963 e 1971/1972, restaurações externas e internas a cargo do IPHAN.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrições n. 229 - Livro de História, fls. 38, e n. 296 - Livro de Belas Artes, fls. 62, datadas de 14 de janeiro de 1944.

ARQUITETURA

Erguida numa suave encosta na confluência das ruas General Pedra e Matozinhos, com adro protegido por arrimo e acesso em escadaria de pedra, a igreja tem planta em partido de extrema simplicidade, dividindo-se em nave, capela-mor e, ao longo das suas paredes, os anexos laterais correspondentes às sacristias em corredor. O conjunto forma um retângulo de desenho irregular, constatando-se ligeiro arqueamento das paredes externas das sacristias entre as torres e o arco-cruzeiro. Na construção ou reconstrução dessas sacristias no século XIX não se obedeceu estritamente a ordenação geral do edifício, notando-se, além da estruturação diferente dos vãos, o avanço



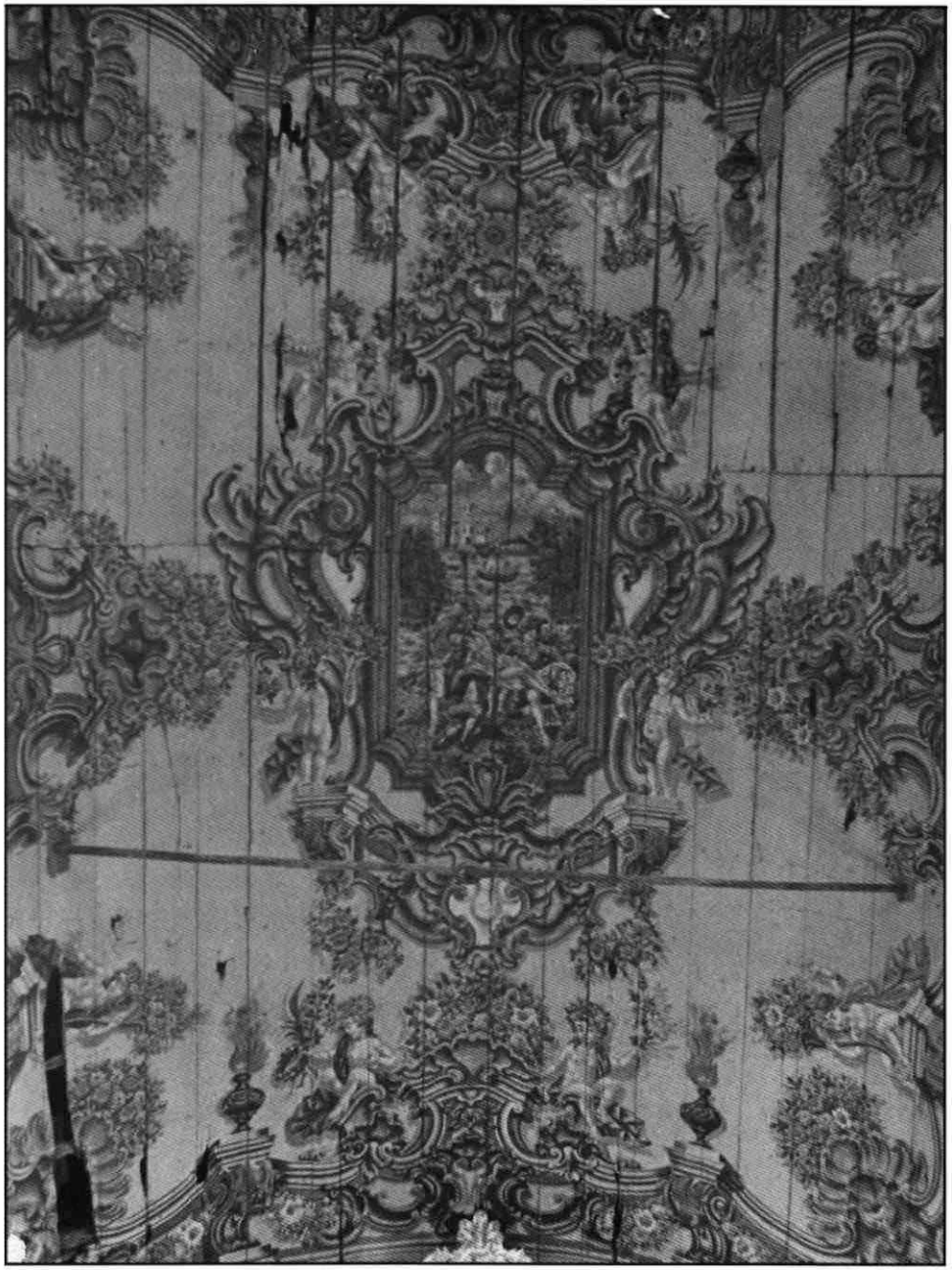
Serro - Igreja do Bom Jesus de Matozinhos.



Serro - Igreja do Bom Jesus de Matozinhos - Interior.



Serro - Igreja do Bom Jesus de Matozinhos - Capela-mor.



Serro - Igreja do Bom Jesus de Matozinhos - Pintura do forro da capela-mor.
(Silvestre de Almeida Lopes).



Serro - Igreja do Bom Jesus de Matozinhos - Capela-mor. - Pintura mural representando a Adoração dos Pastores.

dos respectivos telhados contra as janelas da nave e os óculos da capela-mor. Construída em taipa e madeira, possui cobertura em duas águas e beiradas laterais em cachorros, sendo em madeira os cunhais e as guarnições dos vãos. A fachada apresenta torres de secção quadrada com telhados arqueados por galbo do contrafeito, frontão simples com óculo redondo envidraçado e quatro janelas rasgadas por inteiro com parapeito entalado em balaústres de madeira, sendo duas nos flancos das torres. Na parte interna, mostra pisos em campa e tabuado largo, forros abobadados em tabuado liso, com pintura decorativa na secção da capela-mor, cimalhas de madeira e coro simples com balaustrada em madeira torneada. As sacristias-corredores laterais se ligam por arcadas à nave e à capela-mor. Esta última apresenta pinturas decorativas nas paredes acima dos arcos, abertos ao que tudo indica por ocasião de alguma reforma, pois suas voltas interferem nas bases de painéis e figuras, seccionando-os parcialmente.

ORNAMENTAÇÃO

A organização decorativa da igreja é de depurada mas harmoniosa elegância, bem ao gosto rococó, que define as linhas de sua talha e de sua pintura. Os trabalhos em talha incluem o altar-mor e dois altares inseridos de viés entre as paredes da nave e do arco-cruzeiro, todos de autoria não identificada, porém datando provavelmente de fins do século XVIII. O retábulo principal, de apurado acabamento em delicada policromia, apresenta como particularidades o amplo e alto camarim, com a bela composição em pintura e relevo do pano de fundo, e o complexo entablamento que se prolonga pelas paredes da capela-mor, à maneira de cimalhas. Vê-se igualmente na capela-mor um conjunto de pinturas de excepcional qualidade, constituído pelos painéis e figuras do forro e paredes laterais. Sua autoria é atribuída por Rodrigo Melo Franco de Andrade a Silvestre de Almeida Lopes, o mais importante pintor da antiga Vila do Príncipe na segunda metade do século XVIII e autor também de trabalhos documentados em igrejas do arraial do Tijuco, hoje Diamantina. No painel do forro, o medalhão central representa a lendária cena do achamento, na praia de Matozinhos, em Portugal, da imagem do Bom Jesus, recolhida por um grupo de pescadores, que a têm apoiada nos braços e colos, junto à rede de pesca, numa atitude cênica que fez Rodrigo Melo Franco de Andrade tomar o quadro como reprodução da clássica

iconografia da "Deposição no túmulo". A exemplo de outras composições alusivas ao episódio da lenda de Matozinhos, a pintura serrana mostra como fundo uma paisagem marinha, podendo tratar-se de cópia de gravura portuguesa. Em volta do medalhão e ao longo da secção inferior da abóbada se desenvolve ampla decoração rococó, numa notável trama de figuras de anjos, guirlandas de flores, rocailles, etc. O colorido é vibrante, predominando as tonalidades azul, vermelho, rosa e verde-chumbo. Nas pinturas murais, estão cenas da Adoração dos Pastores e Adoração dos Reis Magos, ladeadas pelas figuras dos quatro Evangelistas - Lucas, João, Mateus e Marcos. Uma das cenas - a Adoração dos Pastores - foi identificada por Luís Jardim como baseada em gravura de um Missal editado em Antuérpia em 1744, embora observando que o artista do Serro "não se entregou passivamente à cópia", imprimindo, ao contrário, "às figuras copiadas um gosto pessoal pelos olhos alongados e por outros traços que indicam uma orientação própria". Complementa a decoração pictórica da igreja a glória de anjos estampada no pano de fundo do camarim do altar-mor, ali admiravelmente harmonizada com uma escultura em meio relevo apresentando a Santíssima Trindade, grupo no qual se insere a imagem do Crucificado (Bom Jesus de Matozinhos) em tamanho próprio do natural. A imaginária antiga inclui outros exemplares de boa qualidade, entre os quais, no altar do lado do Evangelho, magnífica imagem de Nossa Senhora das Mercês, principal peça do acervo, e ainda, distribuídas pelos três retábulos, as figuras de Santa Efigênia, São Roque, São Benedito, São Brás, São Crispim e Santo Antônio Catagerona.

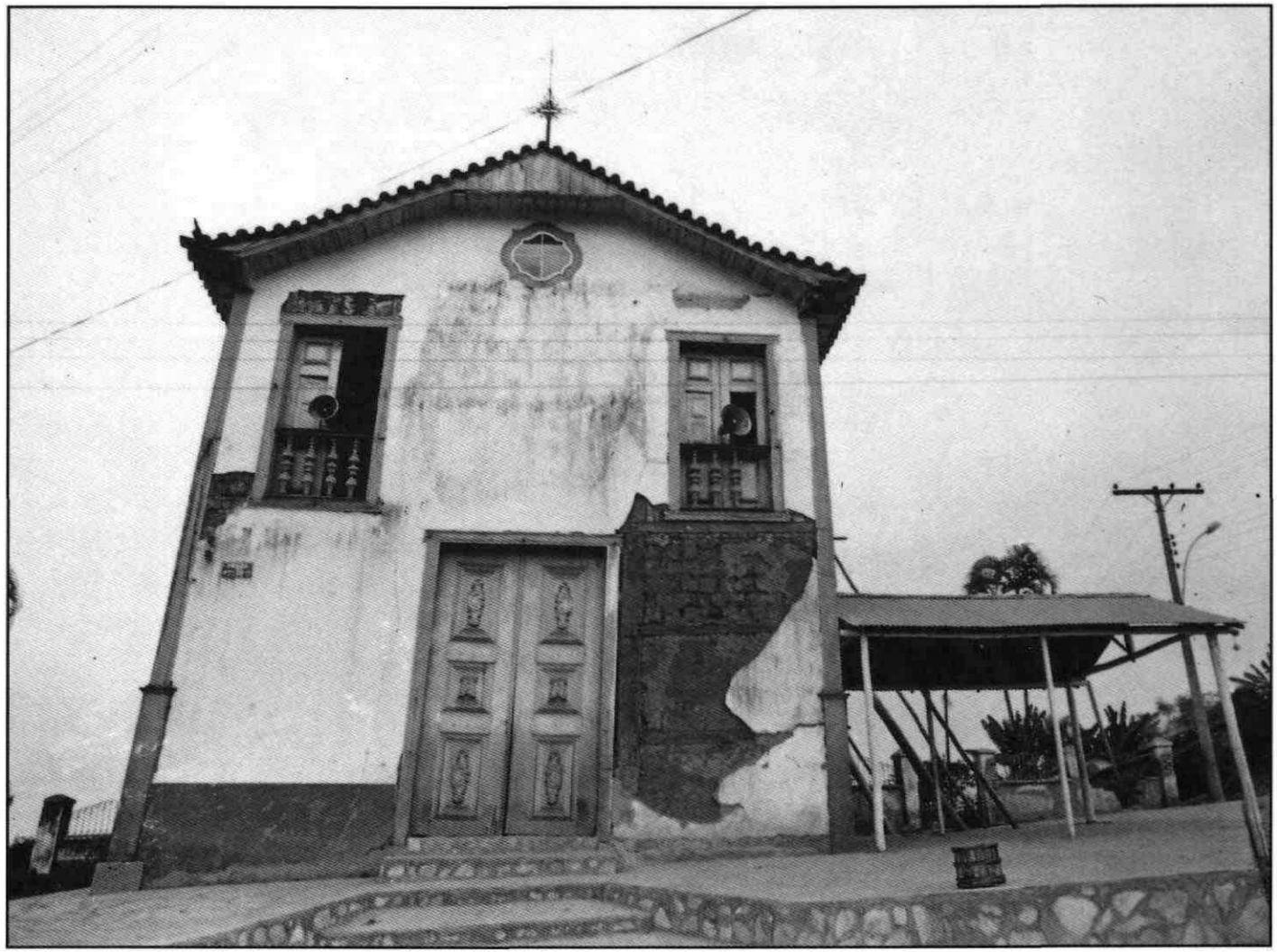
Capela de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

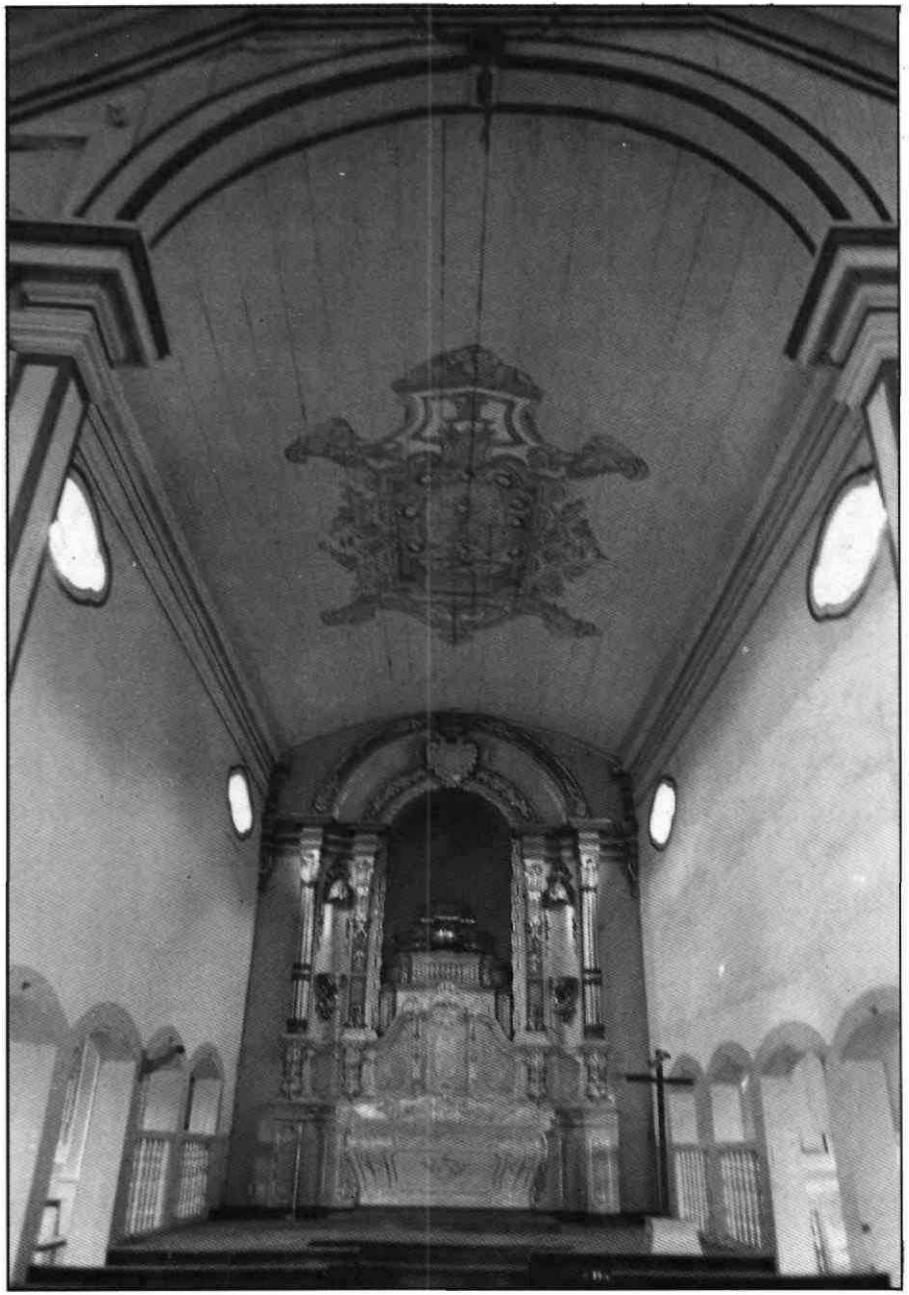
A Irmandade do Rosário dos Pretos da Vila do Príncipe já existia em 1728, data inscrita em seu livro de **Compromisso**, tendo funcionado na igreja-matriz até cerca de 1758. Em mesa de 15 de outubro desse mesmo ano, a confraria dá como pronta a sua capela própria, que se achava "em termos de se poder benzer para nela se celebrarem os ofícios divinos", faltando então apenas a constituição do necessário patrimônio. Este e outros assentamentos, constantes de livros de Registros de Concordatas da Irmandade do Rosário do Serro, recolhidos ao arquivo do Palácio Arquiepiscopal

de Diamantina e referentes ao período de 1749 a 1874, embora nada informando quanto à autoria do respectivo projeto e obras de construção, fornecem circunstanciados elementos para a história do modesto mas tradicional templo dos negros. Sabe-se, por exemplo, que em 1759 os irmãos do Rosário já se reúnem na sua igreja recém-construída, para a qual elegem como capelão o padre João Ramos da Silva. No mês de setembro do mesmo ano, a capela recebe a inspeção do visitador geral do bispado de Mariana, padre José dos Santos, que a achou "com a decência e paramentos necessários para o culto Divino". Entretanto, quatro anos depois ainda eram requeridos alguns serviços complementares, decidindo a mesa, em data de 7 de julho de 1763, mandar pintar a capela "do arco para dentro e as portas e janelas do coro". No ano seguinte, seria ela objeto de nova inspeção, dessa feita pelo "visitador ordinário da Comarca de Vila Real de Sabará, Serro do Frio e Pitangui", cônego Vicente Gonçalves Jorge de Almeida, que também a considerou "decentemente paramentada e ornada com as alfaias precisas". Outras vistorias, registradas em 1777 e 1784, fazem igualmente referência aos cuidados e asseio com que a Irmandade conservava o seu pequeno templo. Este não deveria, porém, encontrar-se em bom estado em fins do século XVIII, pois os irmãos, reunidos a 7 de julho de 1799, concordavam "uniformemente em que o Procurador mandasse fazer as obras e consertos necessários na dita capela de N. Sra. do Rosário".

A primeira restauração ocorrida no século XIX, de que se tem registro, data de 1830, quando, a 7 de março, decidiram os confrades do Rosário reparar internamente a capela, contratando com os pintores Anacleto Gomes Pereira e Liberato Fernandes Leão, entre outros serviços, o douramento do trono e "preparação do retábulo para o futuro oratório dourado", "pintura do Altar" e branqueamento da capela-mor e respectiva cimalha. Em 1867, diante de sinais de abatimento da fachada, foram colocados "dois pés de esteio" e desviadas águas pluviais que ameaçavam a estabilidade da construção. Seis anos mais tarde, desmanchou-se a primitiva torre, que viria a ser refeita nas alturas de 1885, no curso de obras de reforma só concluídas em 1888. Esta torre estaria em posição lateral, como se deduz de quadro a óleo datado de 1932 e existente no Museu da Casa dos Ottoni. Tendo a mesma ruído em época posterior, foi



Serro - Capela do Rosário.



Serro - Capela do Rosário - Capela-mor.

substituída por uma pequena torre de madeira, demolida afinal em 1961 pelo IPHAN, por ocasião de uma restauração geral da capela. Em 1975, realizaram-se novas obras de reparo, incluindo calçamento do adro.

Não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.

ARQUITETURA

Situada em pequena esplanada, tendo ao lado um cemitério murado, a capela apresenta planta tradicional, seguindo o partido retangular, com divisão em nave, capela-mor e sacristias laterais. Estas últimas, anexas às paredes da capela-mor e despassando o volume da nave, são de construção presumivelmente posterior, como nas demais igrejas do Serro, e se abrem para a capela-mor por meio de arcadas. A estrutura e paredes são em madeira e taipa, com cobertura em duas águas e beiradas em cachorros. A graciosa fachada mostra um telhadinho em forma de chalé acima do óculo, duas portas-sacadas em balaustrada de madeira e porta almofadada com ornatos esculpidos. Desprovida hoje de torre, a capela possui simplesmente um sino pendente em janela lateral, à altura do coro. O interior é bastante despojado, com pisos em tabuado largo, forros abobadados em tabuado liso e coro rústico, protegido por balaústres em madeira recortada.

ORNAMENTAÇÃO

A capela possui um conjunto de talha simples, integrado pelo altar-mor e dois altares laterais, destacando-se o primeiro pela antiguidade e razoável qualidade de acabamento, em linhas que evidenciam uma evolução de gosto do rococó para o neoclássico. Estes singelos retábulos são valorizados, porém, pela presença de interessantes peças de imaginária em madeira, dentre as quais se salienta, no altar lateral direito, uma belíssima Santa Luzia, provavelmente de fins do século XVIII, trabalhada em esvoaçante panejamento e lembrando na postura uma atitude de dança. A capela desfruta ainda hoje de grande prestígio religioso e popular, pois ali se realiza anualmente, no mês de junho, a concorrida Festa do Rosário, que, ao lado de cerimônias litúrgicas, inclui o tradicional espetáculo da congada e outras danças do folclore negro.

Capela de Santa Rita

HISTÓRIA

Deve-se ao historiador Dario A. F. da Silva, em seu livro de 1928 **Memória sobre o Serro Antigo**, a referência ao mais remoto documento alusivo à capela. Trata-se de uma "Vereação", datada de 1º de novembro de 1745, em que o "procurador da Irmandade de Santa Rita pediu ao Senado uma esmola para os ornamentos" do templo, auxílio este concedido na importância de vinte oitavas de ouro. Conclui-se, daí, que a respectiva construção é anterior àquela data, devendo-se provavelmente a sua iniciativa à mencionada confraria. Não foram, porém, localizadas informações a respeito da autoria do projeto e das obras de edificação e ornamentação da capela, que, até cerca de 1780, também serviu de sede provisória da Ordem Terceira do Carmo, enquanto a mesma aguardava a conclusão de sua igreja própria. Há outras referências eventuais à capela nos testamentos de Tomás de Almeida Cabral e do padre Antônio Soares da Costa, datados de 1776 e 1778, merecendo igualmente menção a existência de um quadro votivo com o seguinte registro: "Milagre que fez Sta. Rita a Manuel de... que apanhando uma queda entrou a botar sangue pela boca e apegando-se com a dita Senhora logo ficou bom no ano de 1778".

A capela foi objeto no curso do tempo de várias reformas ou restaurações, sendo provável que em decorrência das mesmas tenha havido substanciais alterações externas e internas, inclusive a retirada dos pisos de tribunas laterais que existiriam originalmente e dos quais ainda restam vestígios. Ao início do século atual, realizaram-se diversas obras de conserto, que abrangeram o período de 1916 a 1918. Bem mais tarde, entre os anos de 1954 e 1956, o IPHAN promoveu trabalhos de restauração externa, durante os quais se retiraram os ornatos de madeira rendilhada, em lambrequins, que havia nos beirais do frontispício, possivelmente datados do século XIX. A capela voltou a ser restaurada externamente em 1975, com renovação do revestimento e outros reparos complementares.

Não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.



Serro - Capela de Santa Rita.



Serro - Capela de Santa Rita - Interior.



Serro - Capela de Santa Rita.
Um dos altares da nave.

ARQUITETURA

Localizada em sítio dos mais elevados da cidade, de onde se descortina privilegiada vista panorâmica, o acesso à capela é feito por longa escadaria, a partir da Praça João Pinheiro. Estruturado em taipa de sebe, com cunhais de madeira, cobertura em duas águas e beiradas em cachorros, o edifício, na sua forma atual, faz supor seja fruto de alguma remodelação do século XIX, embora não se tenha identificado documentação a respeito. A uma planta primitiva, integrada de nave e capela-mor, teriam sido acrescentadas as sacristias laterais e a fachada poligonal, de inusitada composição, com sua torre central. Esta se eleva acima do frontão delimitado dos três lados por graciosa decoração de telhas de bica, solução muito comum nas igrejas da região do Circuito do Diamante. É coroada por uma cúpula em forma de bulbo, recoberta de folhas de zinco e emergindo sobre uma cimalha em forte saliência, inexistente em outras partes do edifício. Na fachada, a parte frontal do polígono mostra a porta principal, três janelas com parapeito entalado em madeira torneada e óculo ao meio do frontão, enquanto cada lado das faces esquinadas se compõe de porta e janela do mesmo tipo das centrais.

ORNAMENTAÇÃO

Internamente, a capela apresenta interessante decoração do século XIX, com divisão em nave central e naves-corredores, separadas por meio de arcadas e simulacros de tribunas no andar superior. O recinto é revestido de bela pintura de marmorizados e motivos florais, à maneira dos interiores civis da época. Há dois retábulos na nave central, trabalhados em talha de boa qualidade, datando provavelmente de meados do século passado. O altar-mor, entretanto, parece mais recente, em acabamento bastante simplificado. É estimável o conjunto de imagens antigas em madeira existente na capela, vendo-se, no altar-mor, a padroeira Santa Rita, Nossa Senhora Auxiliadora, Santa Quitéria, Santa Bárbara, São Januário, Santo Antônio e São Sebastião, e, nos altares laterais, Nossa Senhora da Piedade e do Patrocínio, São Gonçalo e Santo Antônio, todas elas peças de boa confecção.

Edificações Civis

Casa dos Ottoni

Construção de aparência simples, lembrando pelas linhas arquitetônicas os velhos solares rurais mineiros, foi provavelmente edificada ainda no século XVIII. É valorizada pela tradição histórica por ter pertencido à família dos Ottoni, ilustre clã de ascendência ao mesmo tempo italiana e bandeirante, esta através de um ramo dos legendários Paes Leme. O fundador da família no Serro foi o oficial da Casa de Fundição da antiga Vila do Príncipe - Manuel Vieira Ottoni -, neto de um genovês refugiado em Portugal nos princípios do século XVIII por motivos políticos. Dos descendentes de Manuel Ottoni, ganharam notoriedade nas letras, na vida pública ou na medicina seu filho José Eloy Ottoni (1764-1851), poeta e latinista, e os netos Teófilo (1807-1869), líder político e revolucionário, Cristiano (1811-1896), engenheiro e um dos primeiros diretores da antiga Estrada de Ferro Pedro II, depois Central do Brasil, e Ernesto e Eloy Benedito, médicos, todos naturais do Serro. Teófilo Ottoni foi uma das mais notáveis figuras políticas do império, destacando-se pelos ideais democráticos e pela ação parlamentar, bem como pela atuação à frente da Revolução Liberal de 1842. Homem voltado para o futuro, dedicou-se também a arrojadas iniciativas no campo econômico, tendo sido o fundador da Cia. do Mucuri, empresa cujos objetivos incluíam a colonização de parte do nordeste de Minas, a imigração de agricultores alemães e a navegação fluvial entre aquela região mineira e o litoral da Bahia. Foi o fundador da cidade de Filadélfia, hoje Teófilo Otoni. A casa onde nasceu no Serro, conhecida como Casa dos Ottoni e doada pela família em princípios deste século para instalação de um Patronato Agrícola, pertence atualmente ao IPHAN, abrigando ali a sua 14ª subregional.

Situada à rua General Pedra, próximo à igreja de Matozinhos, com extensa área de terreno aos fundos, a casa apresenta, em razão do aclive da rua, forma parcialmente assobradada, com acesso por um primeiro piso ou porão. A fachada principal possui três portas bastante simples, sendo uma de acesso ao jardim lateral, e, na parte superior, três pares de janelas do tipo guilhotina e pequena abertura envidraçada para iluminação, sendo todos os vãos enquadrados em madeira, com vergas retas, e as folhas de



Serro - Casa dos Ottoni.

vedação do tipo calha. A estrutura da construção é em madeira e taipa de sebe, a cobertura em quatro águas, com tacaniça, e os beirais em cachorros, prolongando-se lateralmente o telhado sobre uma comprida e aprazível varanda em estilo afazendado, com balaustrada e piso em madeira e forro de esteira. Internamente, são os cômodos assoalhados em tabuado largo e os tetos recobertos parte em esteira, parte em madeira no formato saia-e-camisa. Restaurada pelo IPHAN, a Casa dos Ottoni se encontra bem conservada, estando recolhido em suas dependências o acervo inicial do projetado Museu, constituído principalmente de peças de imaginária. Entre estas se acham as imagens de roca que saíam na Procissão de Cinzas, hoje não mais realizada, e as imagens que pertenceram à demolida igreja de Nossa Senhora da Purificação. Também se encontra depositado no histórico prédio precioso arquivo de documentação antiga da Câmara do Serro, com papéis que remontam a 1714, época da criação da Vila do Príncipe.

A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 270 - Livro de História, fls, 46, datada de 28 de abril de 1950.

Casa de João Pinheiro

Sobrado residencial, construído presumivelmente em meados do século XIX, de estilo arquitetônico simples, mas em linhas ainda coloniais, destaca-se sobretudo por seu valor histórico. Nele nasceu em 1860 João Pinheiro da Silva, um dos mais notáveis homens públicos de Minas Gerais, que se projetou no cenário nacional pela atuação política nos primórdios da República. Era filho do imigrante italiano José Pignataro, que, abrasileirando seu sobrenome, transmitiu-o assim traduzido aos descendentes. João Pinheiro realizou seus preparatórios para o curso superior no Seminário de Mariana, matriculando-se depois na Escola de Minas de Ouro Preto, cujo curso abandonou para seguir o de direito em São Paulo, onde se diplomou em 1887. Foi ativo propagandista das idéias republicanas e, após a vitória do movimento, ocupou vários postos de relevo na administração e no parlamento nacional. Exercia o mandato de Presidente do Estado, quando veio a falecer em Belo Horizonte, no ano de 1908. O velho sobrado onde nasceu foi doado pela família à Prefeitura Municipal do Serro, que o destinou por lei para sede da Casa de Cultura local.

Construído em madeira e taipa de sebe, sobre embasamento de pedra, o sobrado é constituído de duas dependências. Tendo caído em estado de quase completa ruína, foi recentemente restaurado dentro das primitivas feições de sua parte principal. A fachada se compõe de sete janelas do tipo guilhotina no andar superior, sendo esses vãos e os de portas e janelas do térreo com enquadramento em madeira e vergas alteadas. As beiradas são em madeira, com cachorros, servindo de apoio ao prolongamento da cobertura em telhas curvas. O acesso interno se faz através de porta que dá para uma escada de madeira. O prédio tem afixada uma placa comemorativa do centenário de nascimento de João Pinheiro, datada de 16 de dezembro de 1960 e colocada por iniciativa da Prefeitura Municipal.

Não é amparado por medida de tombamento direto, mas está compreendido no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.



Serro - Casa de João Pinheiro.

Casa de Pedro Lessa

É um dos mais interessantes sobrados senhoriais ainda existentes na cidade, destacando-se no conjunto artístico-arquietônico local pelo vulto e elegância na construção. Datando presumivelmente da metade do século XIX, serviu de residência ao depois ministro Pedro Lessa, renomado jurisconsulto e magistrado brasileiro. Nascido no Serro a 25 de setembro de 1859, filho do coronel José Pedro Lessa e Francisca Amélia Carneiro Lessa, realizou ele seus estudos de humanidades na própria cidade natal, seguindo dali para São Paulo, onde se diplomou pela Faculdade de Direito em 1883. Exerceu o magistério superior nessa mesma escola, tendo sido também deputado ao Congresso Constituinte paulista. Nomeado em 1907 ministro do Supremo Tribunal Federal, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu a 25 de julho de 1921. Notável cultor das ciências jurídicas, Pedro Lessa imprimiu nova orientação ao estudo da filosofia do direito no País, tendo pertencido à Academia Brasileira de Letras.

O imponente sobrado, que se tornou conhecido como Casa de Pedro Lessa, está



Serro - Casa de Pedro Lessa.

situado à rua Antônio Honório Pires. Construído em madeira e taipa de sebe, apresenta no andar térreo dez portas de loja, com enquadramento em madeira, vergas curvas alteadas e vedação do tipo calha. No andar superior, vêem-se em igual número belas sacadas isoladas, de ferro batido, cada qual ornada por duas pinhas de metal e ainda guarnecida por dois suportes para lampião em vistosos trabalhos também de ferro batido. As portas-janelas do segundo piso, igualmente em vergas curvas alteadas, abrem-se para as sacadas por folhas almofadadas e envidraçadas. As janelas laterais do prédio têm vergas idênticas às da fachada principal, com vedação dos tipos calha e guilhotina. O telhado é arrematado por graciosa combinação de cimalha e cachorros aparentes, sustentando o beiral.

A edificação foi recentemente submetida a restauração geral, estando previsto o seu aproveitamento como pousada. Não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.

Chácara do Barão do Serro

Edificação da segunda metade do século XIX, foi construída para residência de José Joaquim Ferreira Rabelo, agraciado pelo imperador Pedro II com o título de Barão do Serro por decreto de 19 de julho de 1879. Nascido nessa cidade em 1832, formou-se em direito, passando a exercer o cargo de promotor público na terra natal. Ingressando na vida política, filiou-se ao Partido Liberal, tendo, com a proclamação da República, sido eleito deputado à Assembléia Constituinte de 1891. Autêntica figura de líder político municipal, faleceu no Serro em 1910. A casa de sua propriedade, que ficou conhecida como Chácara do Barão do Serro, está situada dentro do perímetro da cidade, no bairro dos Quatro Vinténs, em ampla área de terreno de mais de 9.000 m². O imóvel foi adquirido em 1975 pelo IEPHA/MG.

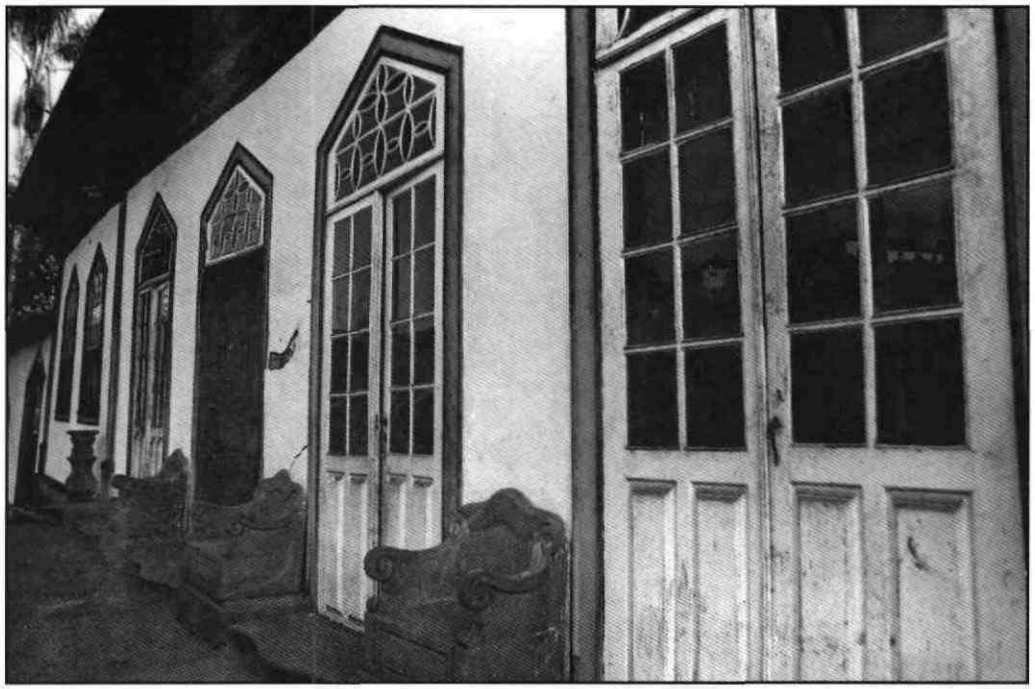
A casa, construída em madeira e taipa de sebe, possui estilo curioso e requintado, ao gosto da época, destacando-se pela singularidade no conjunto artístico-arquitetônico da cidade. O acesso é feito através de um patamar com duas escadas laterais e



Serro - Chácara do Barão do Serro.

delimitado por gradil de ferro apoiado em pilastras de cantaria. Nesse patamar, acham-se fixados três bancos tipo poltrona, também em cantaria. Compõe-se a fachada principal de quatro portas, com vedação envidraçada e almofadada e vergas em ângulo, ladeadas por dois pares de janelas de vergas igualmente em ângulo e folhas em guilhotina. Anexo ao prédio, há, de cada lado, um "puxado", acompanhando o estilo geral da fachada e provavelmente com a destinação original de estrebaria e depósito. No jardim interno, para o qual estão voltadas as janelas do salão e do quarto, acha-se um chafariz em cantaria, hoje danificado e destituído de ornamento e bicas. A cozinha ainda conserva o fogão e a pia, em granito macio e pitoresco formato.

A casa e seu entorno foram restaurados pelo IEPHA/MG. O imóvel não é amparado por medida de tombamento direto, mas está compreendido no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.

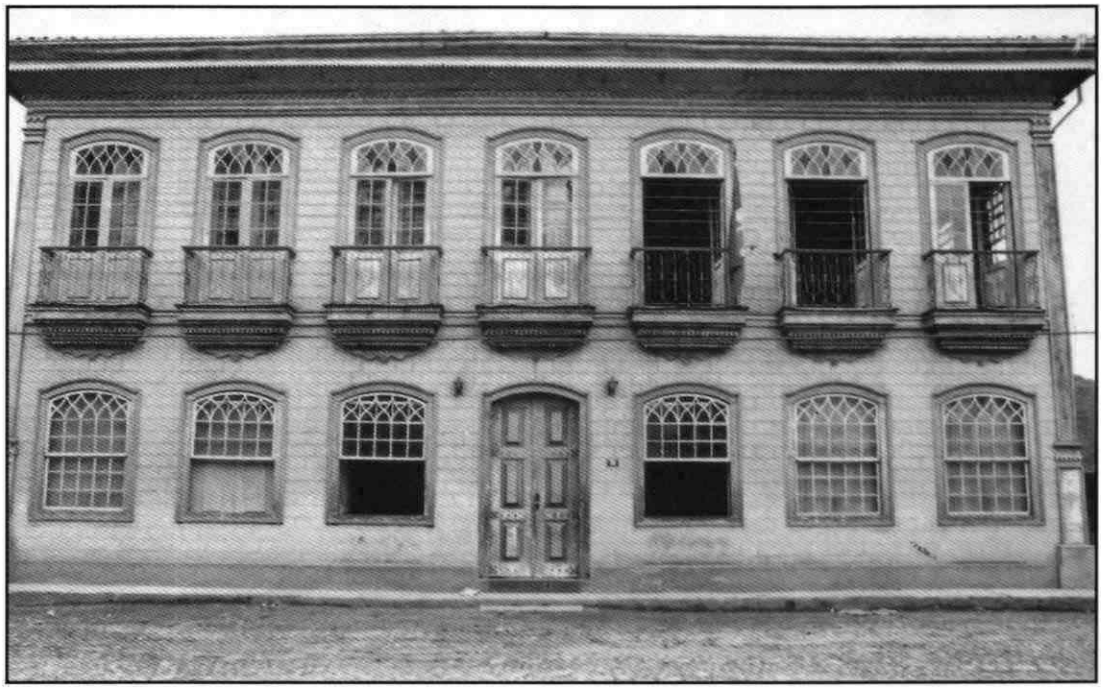


Serro - Chácara do Barão do Serro - Patamar com poltronas de pedra.

Casa do Barão de Diamantina (Atual Escola Estadual Ministro Edmundo Lins)

Imponente sobrado de fins residenciais, construído - conforme consta - na segunda metade do século XIX. Pertenceu a Francisco José de Vasconcellos Lessa, bacharel em direito, agraciado com os títulos de Barão de Diamantina, por decreto de 2 de dezembro de 1854, e Comendador da Imperial Ordem de Cristo. Vasconcellos Lessa, que faleceu em 1862, dividia suas atividades entre o município do Serro, onde possuía fazenda, e o de Diamantina, para cuja primeira Câmara, eleita a 28 de maio de 1832, foi escolhido vereador. Na casa de sua antiga propriedade no Serro já em 1914 funcionava o Colégio Nossa Senhora da Conceição, educandário feminino fundado por iniciativa de monsenhor João Moreira e instalado oficialmente em dezembro de 1913. Ali veio a funcionar também, em 1918, o setor de artes e letras do Patronato Agrícola Casa dos Ottoni, então criado. O velho sobrado serve atualmente de sede à Escola Estadual Ministro Edmundo Lins, tendo sido restaurado em 1985 pela CARPE.

O prédio, situado na Praça Presidente Vargas, próximo à matriz de Nossa Senhora



Serro - Casa do Barão de Diamantina, atual Escola Estadual Ministro Edmundo Lins.

da Conceição, acha-se construído numa inclinação de terreno, em área de onde se divisa a parte baixa da cidade. Estruturado em madeira e taipa de sebe, com reforços de alvenaria de tijolos introduzidos em recentes restaurações, possui dois pavimentos na frente e três pelo lado dos fundos. A fachada principal é composta, no térreo, por seis janelas com vedação em guilhotina e uma porta almofadada, sendo todos os vãos encimados por vergas alteadas, e, no andar superior, sete sacadas isoladas em ferro batido, com portas-janelas envidraçadas, almofadadas e de bandeiras fixas no alto. Lateralmente, as janelas são idênticas às da frente, aparecendo na fachada lateral direita mais quatro sacadas. Todos os guarda-corpos das sacadas se apóiam em consolos elegantemente trabalhados, como o são também as beiradas em cimalha e os cunhais de madeira. Na parte interna, sofreu o prédio diversas modificações para sua adaptação às funções de estabelecimento de ensino. Por volta de 1953/1954, encontrava-se em mau estado de conservação, sendo submetido depois a trabalhos gerais de restauração.

O imóvel não é amparado por medida de tombamento direto, mas está compreendido no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.

Sobrado da Prefeitura Municipal

Construção do último quartel do século XIX, de fins residenciais, o sobrado está situado à Praça João Pinheiro. Segundo tradição local, teria sido construído para hospedar o imperador Pedro II por ocasião de visita ao Serro, que não chegou a efetivar-se. Daí a peculiaridade existente na sua fachada de dez sacadas, onde o espaço maior entre a sétima e a oitava delas se justificaria por destinar-se à colocação do emblema do Império. Entretanto, isso também não se deu, pois consta que, estando a obra por concluir-se, ocorreu a proclamação da República. Utilizado provavelmente durante algum tempo como residência particular, o prédio passou, por volta de 1914, a ter destinação pública, com o funcionamento da Câmara Municipal no andar superior e de um grupo escolar no térreo. Atualmente, é sede da Prefeitura e do Fórum, estando a parte térrea ocupada por um cartório e outras repartições oficiais.

A estrutura da construção é em madeira e taipa de sebe, com cobertura em quatro



Serro - Sobrado da Prefeitura Municipal.

águas e tacaniça e beiradas em cimalha de madeira. A fachada principal compõe-se, na parte térrea, de nove portas e duas janelas, com vedação em calha e vergas alteadas ou de arco abatido, ornamentadas no alto por arabescos em massa, colocados mais recentemente numa das últimas restaurações. No andar superior, há um conjunto de dez sacadas em ferro batido, cujas janelas rasgadas por inteiro mostram vergas também alteadas e folhas de vedação em calha. As janelas laterais do prédio são do tipo guilhotina. O cômodo onde se acha instalado o cartório possui um bonito armário embutido, que forma conjunto com duas portas de acesso e traz folhas de abertura parte almofadadas, parte envidraçadas.

O imóvel não é amparado por medida legal de tombamento direto, mas está compreendido no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 25 - Livro de Belas Artes, datada de 8 de abril de 1938.

Outras edificações

Inúmeras outras edificações de interesse histórico-arquitetônico integram ainda o homogêneo conjunto de sobrados e casas térreas do Serro, compondo a peculiar fisionomia urbana da cidade. Todas elas apresentam elementos construtivos tradicionais, algumas com elegantes sacadas em ferro batido, beirais em cachorros ou cimalhas e vergas em arco pleno ou abatido, como os da Praça João Pinheiro 32/36 e da rua Fernando de Vasconcelos 13/17 e 91. Na rua Nelson de Senna, vê-se um harmônico lanço de nove casas, com suas fachadas em linhas coloniais e entre as quais se destaca o sobrado de n. 98. Pelo seu significado na tradição histórica local, merecem referência também antigas residências de personalidades serranas, a exemplo do casarão do General Carneiro, na Praça Presidente Vargas 108, e das casas que pertenceram ao Visconde do Serro Frio, a José Eloi Ottoni, Cristiano Ottoni, guarda-mor João Baptista de Oliveira, o prédio onde nasceu o historiador Nelson de Senna, o da família do inconfidente Padre Rolim, a chamada Casa da Arca, etc. Importantes igualmente pela presença no conjunto arquitetônico e paisagístico são ainda o edifício da Casa de Caridade Santa Teresa, instituição edificada no local da antiga Casa de Fundição e que já completou 120 anos de criação, e a capela de São Miguel, mandada construir em



Serro - Sobrado da rua Fernando de Vasconcelos 13/17.

princípios deste século, em estilo neogótico, pelo bispo nascido no Serro, dom Epaminondas de Ávila e Silva. Situada em ponto elevado da cidade, junto ao velho muro de pedras do cemitério, a capela domina ampla perspectiva em que sobressai ao longe o pico do Itambé.



Serro - Casa do General Carneiro.

DISTRITO DE DEPUTADO AUGUSTO CLEMENTINO

O antigo povoado de Mato Grosso foi elevado à categoria de distrito do município de Alvorada de Minas pela Lei estadual n. 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Posteriormente, as Prefeituras de Alvorada de Minas e do Serro, com autorização da Assembléia Legislativa e aprovação das Câmaras Municipais respectivas, realizaram um acordo modificando os limites entre os dois municípios. Por esse acordo, passou o distrito a integrar o município do Serro, constituindo o topônimo homenagem ao médico serrano Augusto Clementino, que representou a região na Assembléia Legislativa do Estado.

Situada a cerca de 17 km da cidade do Serro, a localidade se divide em dois pequenos aglomerados de casas, reunidas em morros fronteiros um ao outro e em torno de duas modestas capelas: a de São Sebastião e a de Nossa Senhora das Dores. Embora aparentando certa antiguidade, ambos os templos se acham bastante descaracterizados, nada apresentando sob o aspecto artístico-histórico. O maior interesse dessas capelas reside nas festas religiosas nelas anualmente realizadas e que fazem convergir para a localidade grande número de fiéis. Na capela de São Sebastião, há em abril a festa do padroeiro e, em setembro, a de Nossa Senhora do Rosário. A festa que se realiza na capela de Nossa Senhora das Dores é, no entanto, bem mais concorrida, com elevado afluxo de romeiros que, durante duas semanas de jubileu no mês de julho, ocupam as dezenas de casinhas localizadas próximo à igreja. Esta, em posição de eminência sobre escarpado morro de pedra, domina uma ampla paisagem, deixando ver desde longa distância em torno a silhueta de suas duas torres.

Estudando o artesanato da região do Serro, o pesquisador Saul Martins registra a ocorrência, até as alturas de 1964, de interessante atividade artesanal no distrito de Deputado Augusto Clementino, com a produção de objetos de fibra - peneiras, esteiras e forros de casa -, artefatos de couro e manufatura de velas de cera.



Distrito de Dep. Augusto Clementino. Detalhe da torre da Capela de São Sebastião. (Foto: acervo IEPHA/MG)



Distrito de Dep. Augusto Clementino. Detalhe da fachada da Capela de São Sebastião. (Foto: acervo IEPHA/MG)

DISTRITO DE MILHO VERDE

O arraial de Milho Verde surgiu em decorrência das atividades de mineração do ouro desenvolvidas na região do Serro Frio em princípios do século XVIII. Com a descoberta dos diamantes nas alturas da terceira década daquele século, as prospecções alcançaram também a zona de Milho Verde, o que levou a Coroa portuguesa a fazer incidir sobre a população local as mesmas e drásticas normas de fiscalização adotadas para a chamada Demarcação Diamantina. O mais antigo documento conhecido que se refere à povoação é exatamente uma alegação dirigida ao governador dom Lourenço de Almeida pelo ouvidor geral do Serro Frio, Antônio Ferreira do Valle e Mello, e datada de 2 de fevereiro de 1732, em que esta autoridade ponderava os inconvenientes de se estenderem também aos habitantes de Milho Verde e outros velhos arraiais das vizinhanças as ordens relativas ao despejo sumário de mineradores que ocupavam terras diamantíferas. As alegações do ouvidor pouco efeito surtiram, porquanto logo depois eram fixados os limites da faixa proibida, incluindo glebas das proximidades de Milho Verde, onde se instalam um quartel e posto fiscal com a finalidade de coibir *extravio de diamantes*.

As restrições impostas pelos governantes portugueses concorreram certamente para a estagnação do arraial, que, em 1801, quando foi visitado pelo mineralogista José Vieira Couto, ainda não passava de um "lugarejo pequeno, mal arranjado, e com muitas casas palhoças", vivendo "os seus pobres habitantes de uma pequena e insignificante cultura", já que continuavam impedidos de minerar até mesmo o ouro acaso existente entre os depósitos naturais do diamante. Dois outros ilustres viajantes, o inglês John Mawe e o francês Saint-Hilaire, que estiveram no povoado respectivamente em 1809 e 1817, confirmariam essa imagem de abandono e decadência de Milho Verde, acentuando o segundo deles que o arraial se situava "em uma região árida que não possibilitava nenhum gênero de plantação", compondo-se a localidade "de uma dúzia de casas e uma igreja". Até a metade do século XIX, liberada que fora afinal a área, ainda se mineravam o ouro e o diamante na região de Milho Verde, conforme anotava em seu relatório em 1846 o então presidente da província de Minas Gerais



Distrito de Milho Verde - Vista parcial.

Quintiliano José da Silva. O povoado veio a ser elevado à categoria de distrito do município de Serro pela Lei n. 1.475, de 9 de julho de 1868. A localidade, sem maiores atrativos ou riqueza, se destaca no entanto pela beleza do quadro natural, de grande força paisagística, e pela presença do modesto casario ao lado da velha igreja matriz e da humilde capela do Rosário.

Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres

HISTÓRIA

O arraial de Milho Verde, de origem mineradora, é anterior a 1732, o que faz supor tenha de início sido erigida ali, pelos povoadores pioneiros, uma capelinha provisória, como acontecia geralmente em todos os núcleos de mineração. Entretanto, informa o historiador cônego Raimundo Trindade que foi por provisão de 8 de outubro de 1781, a pedido do capitão José de Moura e Oliveira, que veio a ser instituída no lugar, como filial da freguesia da Vila do Príncipe, uma capela sob a invocação de São José. A denominação da igreja como de Nossa Senhora dos Prazeres pode ter ocorrido em razão de simples mudança de orago ou então em decorrência da construção de um novo templo. Sobre isso não se localizou documentação esclarecedora, sabendo-se apenas que, por ocasião de sua visita a Milho Verde no ano de 1817, o naturalista francês Saint-Hilaire se referiu à existência de apenas uma igreja na localidade. A primeira alusão conhecida a esse templo com o título de Nossa Senhora dos Prazeres data de 1821 e se deve ao então bispo de Mariana, dom frei José da Santíssima Trindade, que assim o registrou em seu livro de Visitas Pastorais. Foi por algum tempo capela filial também de São Gonçalo do Rio Preto, atual Felisberto Caldeira, tendo obtido sua elevação à condição de paróquia somente em 1857. Por volta de 1866, estando a já então matriz de Nossa Senhora dos Prazeres em mau estado de conservação, o governo da Província determinou a sua reforma com recursos oficiais. Mais tarde, entre 1885 e 1887, o carpinteiro José Felix de Souza executou novos reparos na igreja, conforme recibo registrado no Livro da Fábrica da matriz de Milho Verde, existente no Arquivo do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Outras restaurações vieram a ser realizadas no curso do tempo, especialmente em 1909 e após 1961, quando o vigário local denunciava ao IPHAN o "lastimável estado" da igreja, hoje razoavelmente conservada.



Milho Verde - Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres.



Milho Verde - Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres - Interior.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 20.581, de 26 de março de 1980.

ARQUITETURA

A edificação, estruturada em adobe e madeira, é de grande simplicidade de linhas, sendo sua planta composta de nave, capela-mor e duas sacristias laterais opostas às paredes da capela-mor. A ausência de torres é rusticamente compensada por curioso sistema de sineira anexa à fachada lateral esquerda, formando pequena varanda de madeira suspensa em pilares e com coberta de telhas para proteção dos sinos. O singelo frontíspicio é integrado de porta central, almofadada, e duas janelas a ela diagonais, com parapeitos entalados de madeira, aparecendo sob o frontão pequena abertura à maneira de óculo. As vergas dos vãos são em arco abatido, a cobertura do tipo duas águas e os beirais em cachorros. Apesar do aspecto geral de despojamento, o interior desta igreja é um dos mais interessantes da região por conservar quase intactas, como as próprias linhas gerais do edifício, as características da época da construção, inclusive pisos em campas, maciços bancos de madeira muito antigos, púlpitos com escada de acesso aparente, confessionários conjugados às balaustradas da nave, etc.

ORNAMENTAÇÃO

Os trabalhos em talha são igualmente simples, mas de boa qualidade, abrangendo, além dos altares, os balaústres de madeira torneada e os púlpitos e arco-cruzeiro policromados. Possui um conjunto de três retábulos, sendo que os do arco-cruzeiro, provavelmente mais antigos do que o altar-mor, conservam ainda a policromia original. Esta policromia, sobretudo no retábulo do lado esquerdo, tem propósito evidente de suplementar a carência da talha, aparecendo as pilastras e o arco de tabuado liso inteiramente recobertos de delicados motivos de repertório formal barroco-rococó. No que tange à imaginária, cumpre destacar as imagens de Nossa Senhora dos Prazeres, de São Miguel e uma curiosa Pietá inacabada, além de outras interessantes peças.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

Nada se conhece sobre a história desta pequena capela, erigida, presumivelmente, por devoção de negros livres ou escravos, no curso do século XIX, como indicam algumas de suas características construtivas, a exemplo do frontispício chanfrado e da presença de vergas em ponta nas janelas laterais, solução tardiamente introduzida na arquitetura mineira.

A capela não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

A construção é estruturada em barro e madeira, com cobertura em duas águas. Compõe-se de um só compartimento, apresentando humilde mas graciosa fachada chanfrada, onde a torre central e única se eleva em ligeira posição de recuo em relação à borda de telhado que a circunda à maneira de cimalha. Possui na face frontal a porta de entrada encimada por uma janela rasgada por inteiro e protegida por balaústres entalados em madeira, elementos estes que se repetem também em cada uma das secções superiores dos dois chanfros laterais. A presença simultânea, nos diversos vãos, de vergas retas, curvas e em ponta indica possíveis reformas ocorridas no curso do tempo.

ORNAMENTAÇÃO

A capela nada possui que a distinga sob o aspecto ornamental. Entretanto, está valorizada pela inserção em magnífica paisagem, no topo de uma colina com amplíssima vista para o vale e serras que integram o maciço do Pico do Itambé.

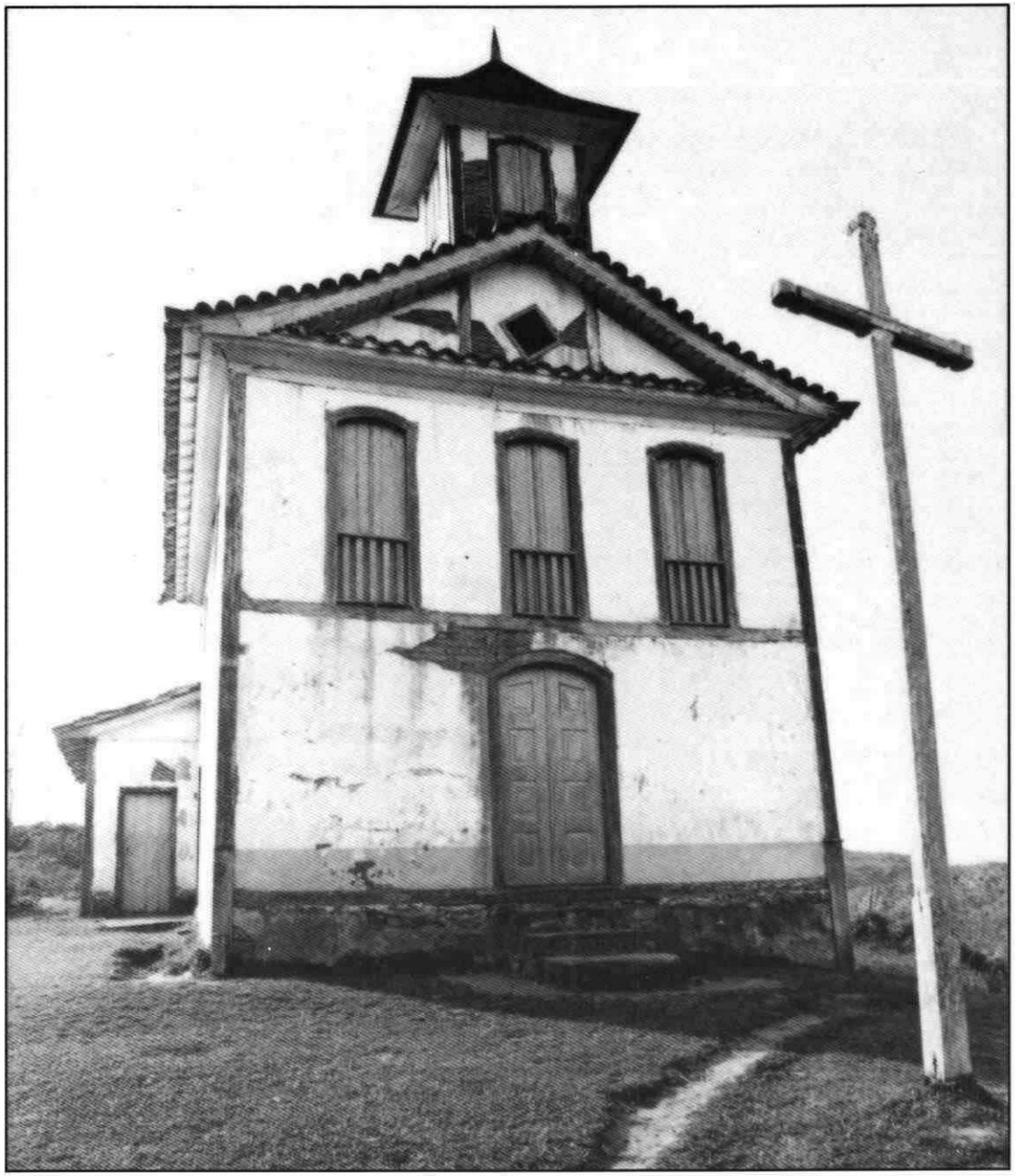
Capela de São Geraldo

Três Barras

Três Barras é um pequeno povoado pertencente ao distrito de Milho Verde, situado ao sopé de uma bela serra que compõe um dos mais agradáveis panoramas naturais da região do Serro. O caminho de acesso à localidade, desdobrando-se entre pedreiras, se integra bem à sugestividade da paisagem. A origem do povoado deve remontar ao período da mineração e a ele já se referia o viajante francês Saint-Hilaire, que ali esteve em 1817. Como documento expressivo dessa antiguidade, Três Barras ainda conserva a Capela de São Geraldo, templo modesto mas que se destaca entre o rarefeito casario local. Nada se apurou nas pesquisas sobre a época de sua construção,



Milho Verde - Capela de Nossa Senhora do Rosário.



Três Barras - Capela de São Geraldo.

porém as linhas gerais do edifício e os materiais empregados fazem supor ser a capela contemporânea de outras que se erigiram na região ainda na época colonial, embora o historiador serrano Aluizio Ribeiro Miranda afirme tratar-se de edificação bem mais recente. A fachada é bastante singela, com sua torre única e central salientada pela cobertura em telhadinho de quatro águas, numa feição tipicamente mineira. A estrutura é em barro e madeira, obedecendo a planta a partido também tradicional em Minas para construções religiosas do seu porte, com a divisão em nave, capela-mor e, anexas a esta, duas pequenas sacristias laterais. Embora sem nada que a distinga especialmente, a Capela de São Geraldo comove pelo despojamento e simplicidade.

DISTRITO DE SÃO GONÇALO DO RIO DAS PEDRAS

Como o de Milho Verde, o arraial de São Gonçalo teve sua origem nos trabalhos de exploração do ouro, que, em inícios ainda do século XVIII, se tornaram intensos em toda a região do Serro Frio. Por volta de 1732, quando em seus arredores foi registrada a ocorrência também de diamantes, ali já habitavam "bastante pessoas com casas de vivenda, roças, e engenho", conforme relata documento de 2 de fevereiro daquele ano, subscrito pelo ouvidor-geral da comarca. É possível que, com esse descobrimento da nova riqueza, o arraial, em vez de experimentar maior progresso, tenha entrado, ao contrário, em estado de estagnação, porquanto a rígida legislação portuguesa para as áreas diamantíferas desestimulava o afluxo de novos moradores e mesmo a permanência de muitos daqueles que se dedicavam à extração do ouro. São Gonçalo chegou a ter um intendente dos diamantes, que ali residia ainda por volta de 1809, ano em que John Mawe visitou o arraial. Anotava, entretanto, o viajante inglês que a exploração local de diamantes, empregando então apenas cerca de duzentos negros, entrara "há algum tempo em declínio". Apesar disso, a mineração do ouro e do diamante ainda perduraria por muito tempo como atividade básica dos moradores, sendo nesse sentido mencionada em relatórios de presidentes da província nos anos de 1846 e 1853.

Em princípios do século XX, São Gonçalo se converteria em centro comercial de



Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras - Vista parcial.

relativa importância, por ali transitando grande número de tropas que conduziam gêneros alimentícios provenientes da mata de Peçanha, de Guanhães e do Serro, quase sempre em demanda do mercado de Diamantina. Por volta de 1918, chegou-se a tentar a produção industrial de vinho no arraial, organizando-se para isso a Cia. Viticultora São Gonçalo. A população do distrito vive hoje em função geralmente da faiscagem de diamante e da atividade agrícola, mantendo seu principal vínculo comercial com a cidade de Diamantina. O antigo arraial minerador desfruta de uma das mais belas situações topográficas da região e seu casario e igrejas ainda guardam a feição típica dos velhos tempos, constituindo-se mesmo num dos acervos mais bem conservados das pequenas localidades de origem colonial do interior mineiro.

Elevada à categoria de paróquia em 1857, mas depois vinculada administrativamente à freguesia de Milho Verde, a localidade de São Gonçalo do Rio das Pedras teve confirmada a sua condição de sede de um dos distritos do município do Serro pela Lei n. 1.859, de 12 de outubro de 1871.

Matriz de São Gonçalo

HISTÓRIA

Sendo o arraial de São Gonçalo de fundação anterior a 1732, é de supor-se tenha sido construída ali, ao início do povoado, uma primitiva capelinha que servisse ao culto religioso dos primeiros habitantes, como acontecia comumente nos arraiais pioneiros da época da mineração. Com o desenvolvimento da atividade mineradora, seria natural que os moradores cuidassem da ereção de uma igreja maior, capaz de atender aos reclamos de crescimento do lugar e, ao mesmo tempo, exprimir a relativa riqueza econômica alcançada. O edifício atual da matriz de São Gonçalo, sobre cuja data precisa de construção não foram encontrados elementos documentais, teve talvez sua conclusão no último quartel do século XVIII, pois na pintura do forro da capela-mor aparece inscrito o ano de 1787. Sobre a autoria do projeto da igreja bem como das obras de construção e ornamentação, também nada se apurou na documentação pesquisada. Sabe-se, todavia, que em 1821 tinha a condição de capela curada, figurando como uma das filiais da matriz do Serro. Sua elevação à categoria de sede da paróquia se deu mais tarde, através da Lei provincial n. 1.408, de 7 de dezembro de 1867.

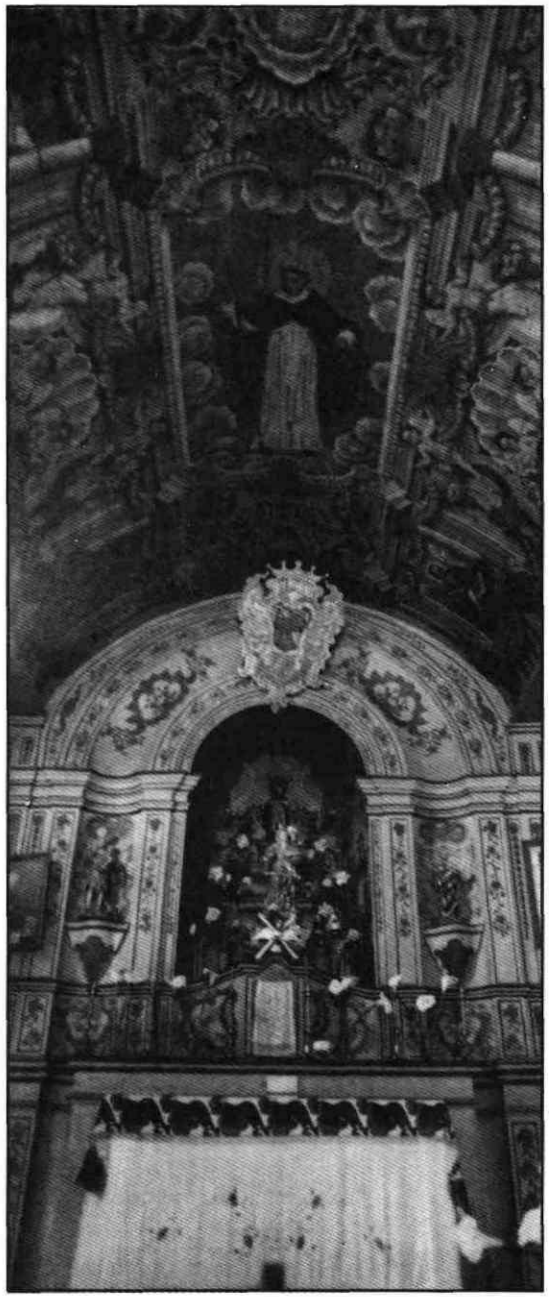
O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 20.581, de 26 de maio de 1980.

ARQUITETURA

A igreja segue, em sua planta, o padrão tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, padrão este mantido também na segunda metade do século para a região do Alto Jequitinhonha. É constituída de nave, capela-mor, sacristias laterais apostas às paredes da capela-mor e duas torres de secção quadrada na fachada. Nesta, vêem-se a porta principal, em almofadas, encimada por três janelas rasgadas por inteiro, com balaústres de madeira entalados, e, ao centro do frontão, um pequeno óculo. A estrutura da construção é em madeira e barro, apresentando cunhais de madeira trabalhados e cobertura em duas águas, com beiradas em cachorros. As vergas dos vãos são retas, com exceção das janelas sineiras que têm vergas curvas, e em cada fachada lateral há uma porta almofadada, no mesmo desenho da principal. Internamente, a igreja possui piso em tabuado largo e forros abobadados, sendo o da capela-mor com pintura ornamental policromada. Os púlpitos são almofadados e



São Gonçalo do Rio das Pedras - Matriz de São Gonçalo.



São Gonçalo do Rio das Pedras - Matriz de São Gonçalo. Capela-mor com forro pintado (1787).

policromados, ocorrendo a presença de balaustradas de madeira torneada no coro e na nave. A igreja, com seu entorno gramado e arborizado, se localiza no tópo de uma colina, com ampla vista panorâmica, destacando-se no conjunto urbano-arquitetônico que forma o pequeno povoado de São Gonçalo.

ORNAMENTAÇÃO

O interior apresenta conjunto de três retábulos em talha simples: o altar-mor, provavelmente de fins do século XVIII, com delicada policromia em motivos florais, e os dois retábulos do arco-cruzeiro, datados do século XIX e atualmente recobertos por repintura. O principal interesse no setor de ornamentação reside, entretanto, na pintura do forro da capela-mor, de presumível autoria de um discípulo do guarda-mor José Soares de Araújo. Esta pintura, que traz a data de 1787, organiza-se em torno de um quadro central, ocupado pela figura de São Gonçalo, de pé, tendo em uma das mãos o báculo e na outra o Evangelho. Quatro quadros de dimensões menores, com a representação dos Evangelistas, ocupam as extremidades. Entre esses motivos, desenvolve-se cerrada trama arquitetônica, onde aparecem figuras de anjos com festões de flores e vasos. O emprego de rocailles, inabitual nesse tipo de composição, situa essa pintura como obra de transição entre as fases barroco e rococó, o que para a região equivale dizer entre os estilos de José Soares de Araújo e Silvestre de Almeida Lopes, expoentes máximos das duas tendências. A qualidade do trabalho mereceu especial atenção do especialista Carlos Del Negro, em seu estudo **Dois Mestres de Minas**.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

Apesar das pesquisas realizadas, não foi localizada nenhuma referência documental sobre a construção ou história desse pequeno templo. Entretanto, as suas linhas construtivas fazem supor tratar-se de edificação ainda do período colonial.

A capela não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Composta de nave, capela-mor, duas pequenas sacristias laterais e uma única torre central na fachada, a capela é bem inserida no conjunto urbano, tendo área livre

na frente, com árvores e cruzeiro de madeira. A composição do frontispício é simples, mas harmônica, com cunhais de madeira, porta principal almofadada, três janelas rasgadas por inteiro com balaústres entalados em madeira torneada e pequeno óculo na empena, sendo esta encimada por beiral levemente saliente em relação à torre. As vergas dos vãos são retas, inclusive nas janelas sineiras com sua vedação em caixilhos envidraçada. A torre, arrematada por pequena cúpula, apresenta cunhais e cimalhas trabalhados. No interior, além dos retábulos, destacam-se o arco-cruzeiro de madeira policromada e uma singela grade de separação da nave.

ORNAMENTAÇÃO

Três retábulos de grandes dimensões, dois deles no arco-cruzeiro, ocupam a maior parte disponível da capela. São peças de talha bastante despojada, presumivelmente do século XIX, e que se encontram fortemente repintadas, nelas ressaltando a presença de colunas simples e motivos ornamentais em pintura ingênua. A imaginária, de pequeno porte, é de boa qualidade.



São Gonçalo do Rio das Pedras - Capela de Nossa Senhora do Rosário.



São Gonçalo do Rio das Pedras - Capela de Nossa Senhora do Rosário - Retábulos.

Bibliografia

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio. In: DEL NEGRO, Carlos. **Contribuição ao estudo da pintura mineira**. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1958, p. 7-15.

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Direção de Nelson de Senna. Bello Horizonte, anno 2, 1907, p. 302-315; anno 3, 1909, p. 1.021-1.028; anno 5, 1913, p. 826-829; anno 6, 1918, p. 1.440.

ANNUARIO DO MUSEU IMPERIAL. Petrópolis. Ministério da Educação e Cultura, 1954, v. 15, p. 199.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948, v. 8, t. 2, p. 98-119.

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado, MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro - Glossário de arquitetura e ornamentação**. Rio de Janeiro, Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1971, p. 159, 287-288, 354, 453-454 e 493-495.

BICENTENÁRIO do Serro. **Minas Geraes**, Belo Horizonte, 29 de janeiro de 1914, p. 9-12.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brazileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1893, p. 106-107; v. 4, 1898, p. 409-411; v. 7, 1902, p. 264-267.

CASAL, Aires do. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, t. 1, p. 3.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Belo Horizonte, ano 8, fascículos 1 e 2, p. 427-428, 1903.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da capitania de Minas Geraes (1801). **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Belo Horizonte, anno 10, 1905, p. 55-166.

DEL NEGRO, Carlos. Dois mestres de Minas: José Soares de Araújo e Manuel da Costa Ataíde. **Universitas** - Revista da Universidade da Bahia, n. 2, p. 79-101, Salvador, janeiro-abril 1969.

DEL NEGRO, Carlos. **Escultura ornamental barroca do Brasil. Portadas de igrejas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Edições Arquitetura, 1967, 2. v., p. 215-218.

DO DESCOBRIMENTO dos diamantes, e diferentes methodos que se tem practicado na sua extracção. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 80, 1960, Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1964.

ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1959, v. XXVII, p. 311-315.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1835-1841**. São Paulo: Nacional, 1942. Coleção Brasiliana, v. 223, p. 395-396.

JARDIM, Luís. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 63-102, 1939.

LAGO, Laurênio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Dados biográficos (1828-1939)**. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1940, p. 190-191 e 204-206.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco - Cidade Diamantina**. 2. ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957, p. 272-277.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, v. 2., n. 27.

MARTINS, Saul. **O artesanato no Serro (Pesquisa de Campo).** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964.

MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil, particularmente aos Districtos do Ouro e do Diamante, em 1809-1810.** Trad. Demerval Lessa. Collectanea de Scientistas Extrangeiros (assumptos mineiros) Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922, p. 78-79.

MENEZES, Ivo Porto de. Documentação referente a Minas Gerais existente nos Arquivos Portugueses. ***Revista do Arquivo Público Mineiro***, *ano 26, Belo Horizonte, maio de 1975, p. 296-299.*

MIRANDA, Aluizio Ribeiro. **Serro, três séculos de história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

MORAIS, Geraldo Dutra de. **História de Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942, p. 25-26.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. Belo Horizonte: 1964, p. 166-169 e 180-186.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais, XXV - Casa dos Otoni, no Serro. **O Diário**, Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 1959, p. 4.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais - XXVI - Residências de dois ilustres mineiros, no Serro. **O Diário**, Belo Horizonte, 6 de março de 1959.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais - XXVII - Residência de 2 titulados no Serro. **O Diário**. Belo Horizonte, 13 de março de 1959.

POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, v. 2, p. 362.

Publicação comemorativa do bicentenário do Serro - 1714/1914. Belo Horizonte, 1914.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938. Coleção Brasiliana, v. 126, t. 1, p. 275-285 e 294-298.

SENNA, Nelson Coelho de. Traços biographicos de serranos ilustres. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, v. 10, Bello Horizonte, 1905, p. 177-202.

SILVA, Dario A. F. da. **Memória sobre o Serro antigo.** Cidade do Serro, Typ. Serrana, 1928.

SILVEIRA, Álvaro da. **Memorias Chorographicas**. I. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1921, p. 19-20.

SILVEIRA, Victor. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 1.072-1.077.

TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945, n. 13, p. 207, 318-319 e 352-353.

VASCONCELLOS, Barão de - VASCONCELLOS, Barão Smith de **Archivo nobiliarchico brasileiro**. Lausanne (Suisse): Imprimerie La Concorde, 1918, p. 142.

Documentação Arquivística

ARQUIVO da Casa da Baronesa, Ouro Preto. Documentaçao do IPHAN sobre obras de restauração no Serro

ARQUIVO de Informações Básicas dos Municípios. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados sobre Serro, 1974.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Belo Horizonte. Documentação relativa ao Serro.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro. Documentação relativa ao Serro.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Compromisso da Confraria de Nossa Senhora das Mercês erecta na Capella do Senhor Bom Jesus de Mattozinhos da Freguezia do Serro, 1735/1848.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Registro de concordatas da Irmandade do Rosário - Serro, 1749/1874 (Códice n. 21).

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Terceiro Livro de Registros da Irmandade do Rosário - Sobre ereção de cemitério - Serro. 1760.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento (Serro). 1767 a 1820.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro Segundo de concordatas da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora das Mercês - Serro. (Códice n. 30). 4/10/1827 a 12/12/1880. 78 fls.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Inventário da Confraria do SS. Sacramento (Matriz-Serro). 1767 a 1851. 118 fls.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Receita da Arquiconfraria de São Francisco (Serro). 1844 a 1867 (inclui documentos datados desde 1839 e até 1879). 260 fls.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro da Irmandade do SS. Sacramento do Serro (Igreja Matriz). 1853 a 1856 (inclui também documentos datados de 1858 a 1874).

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Receita e Despesa da Igreja Matriz do Serro. 1871 a 1887.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Despesas da Igreja do Rosário - Serro. 1880 a 1892.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Milho Verde. Livro da Fábrica (Igreja Matriz). 1882 (inclui documentos datados até 1909).

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Segundo Livro de Registro de Receita e Despesa da Matriz do Serro. 1888 a 1896.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Igreja do Rosário. Pasta com diversos documentos denominada "Atas da Conferência de S. Vicente - Serro - 1907" (documentos de 1895 a 1905).

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Primeiro Livro Provisório da despesa da Fábrica da Matriz do Serro. 14 de agosto de 1896 a 25 de março de 1904.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Terceiro Livro Provisório de Despesas da Fábrica da Matriz (Serro). 1906 e 1907.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Inventário da Capela de Matozinhos da cidade do Serro. 1907 a 1924.

ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Protocolo de ofícios sobre obras de matrizes e capelas de diversas comarcas. 1851/1858.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.087. Secretaria do Governo. Registro de correspondência da Presidência da Província referente a obras e reparos em matrizes e capelas. 1860/1863.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.073. Secretaria do Governo Provincial. 1864/1867. Registro: Officios e mais Actas do Governo sobre Matrizes e Igrejas, p. 16-v.

ARQUIVO Público Mineiro. **Relatório do Vigário da Vara João da Silva Pereira, em resposta à circular do presidente da Província José Ildefonso de Souza Ramos**. Serro, 14 de junho de 1849.

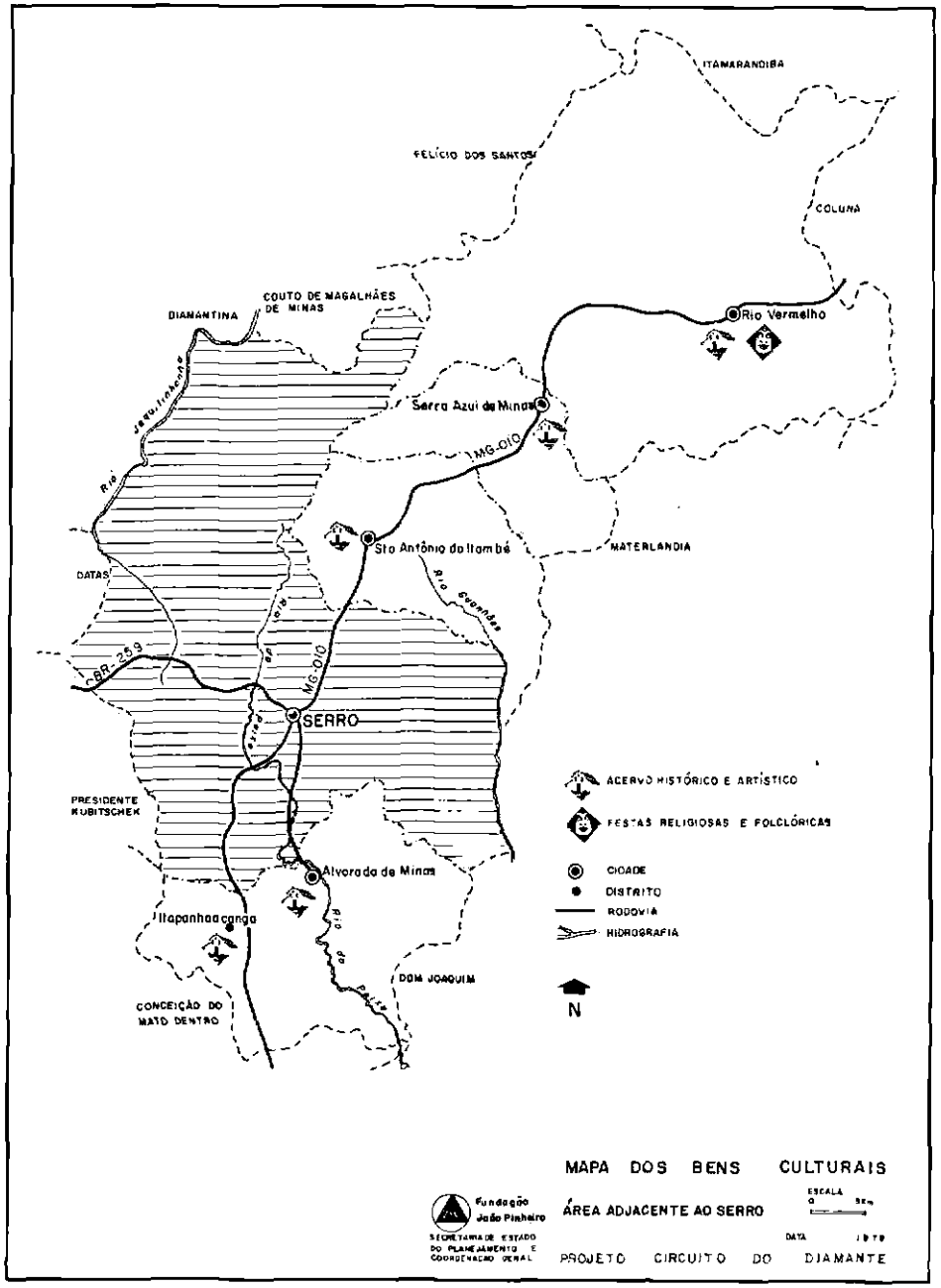
ARQUIVO Público Mineiro. **Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais**. Anos de 1856/1857, 1859, 1862, 1866, 1867, 1868, 1874 e 1883.

O Serro. 1890 a 1893. Jornal da coleção pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade. 1821-1826**. Ms.

IV

Área Adjacente ao Serro


ITAMARANDIBA
FELÍCIO DOS SANTOS
COLUNA
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS
DIAMANTINA
Rio Vermelho
Serra Azul de Minas
MG-010
Rio Jequitinhonha
Sto Antônio do Itambé
MATERLANDIA
DATAS
Rio Severiano
BR-259
MG-010
SERRO
PRESIDENTE KUBITSCHEK
Alvorada de Minas
Itapanhoacanga
Rio do Peixe
DOM JOAQUIM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS
CIDADE
DISTRITO
RODOVIA
HIDROGRAFIA
N
MAPA DOS BENS CULTURAIS
ÁREA ADJACENTE AO SERRO
ESCALA
DATA
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Alvorada de Minas

O MUNICÍPIO

As mais remotas referências à povoação denominada Santo Antônio do Rio do Peixe, ou simplesmente Rio do Peixe, datam dos primeiros anos do século XVIII, estando ligadas diretamente à atividade mineradora na região do Serro Frio. Vários documentos arquivísticos, manuseados pelo historiador serrano Dario A. F. Silva e mencionados em sua **Memória sobre o Serro antigo**, atestam a antiguidade da colonização do atual município de Alvorada de Minas. Dentre eles, está o livro fiscal denominado **Lançamento dos Dízimos do Serro Frio** (1711-1714), encontrado no Arquivo Público Mineiro, no qual consta registro de lançamento datado de 1712, relativo às minas de Rio do Peixe.

A antiga povoação de Rio do Peixe foi elevada a distrito, pertencente ao Serro, em 1836, só vindo a obter sua emancipação como cidade e município autônomo, com a denominação atual, em 1962. Segundo os dados de 1991, o município somava 3.895 habitantes, sendo 1.068 na cidade.

Alvorada de Minas conserva, na sede, duas edificações religiosas do período colonial - a matriz de Santo Antônio e a capela do Rosário, e mais duas outras igrejas de excepcional valor histórico e artístico, localizadas no distrito de Itapanhoacanga.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Matriz de Santo Antônio

HISTÓRIA

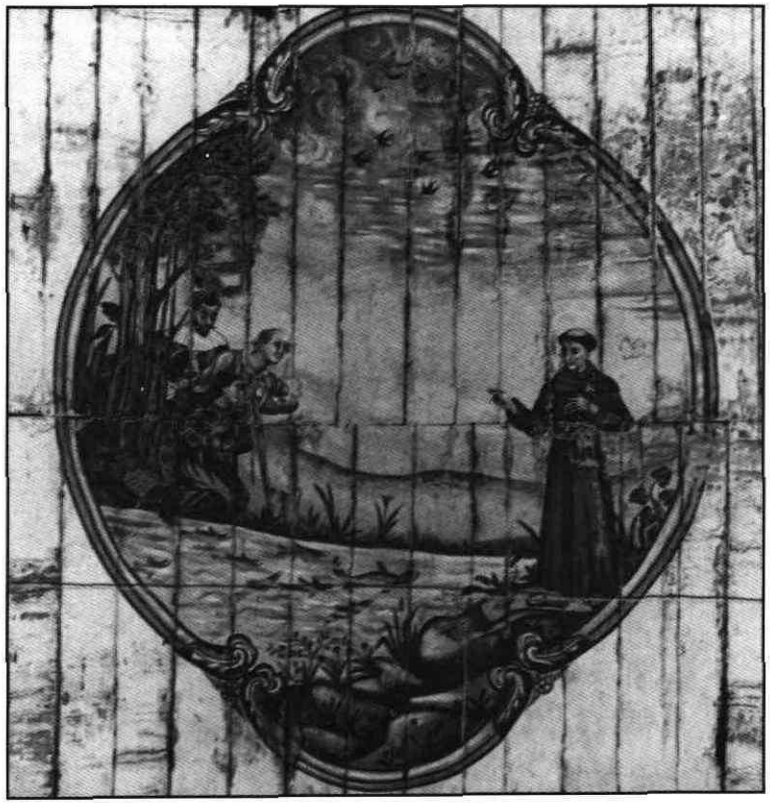
Trata-se de construção do período colonial, mas não foram localizados elementos documentais sobre sua época precisa nas pesquisas realizadas. A primeira referência publicada a respeito desta igreja deve-se ao historiador Pizarro e Araújo, nas suas **Memórias históricas**, escritas em 1820. Em documento datado de 1823, era mencio-



Alvorada de Minas - Vista parcial da cidade.



Alvorada de Minas - Matriz de Santo Antônio - Interior.



Alvorada de Minas - Matriz de Santo Antônio.
Pintura do forro da capela-mor.



Alvorada de Minas - Matriz de Santo Antônio.
Pintura do forro da sacristia.

nada como uma das capelas filiais da matriz do Serro. Foi elevada à condição de paróquia, por instituição canônica, no ano de 1841.

O edifício foi recentemente submetido a trabalhos de restauração.

O monumento não é amparado por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

A matriz de Santo Antônio, situada em ponto elevado, tem um partido simples, com nave e capela-mor de menor largura separadas pelo arco-cruzeiro e duas sacristias laterais, anexas à capela-mor. Possui uma torre única e central, em posição de avanço na fachada principal. Edificada em taipa de sebe, teve várias paredes substituídas por alvenaria de tijolos. Seus baldrames e burros são de madeira, assim como os cunhais da torre e da igreja propriamente dita. A cobertura de duas águas possui beirais em cachorros, sendo a da torre, de secção quadrada, em forma piramidal com os beirais em cimalha.

Embora a construção remonte ao período colonial, pode-se observar a adoção de alguns elementos neoclássicos na fachada, como o óculo central na torre, as sobrevergas das duas janelas laterais à torre, onde as cornijas formam um triângulo, e a folha destas mesmas janelas, tudo indicando alguma alteração posterior. Os vãos nas outras fachadas possuem vergas alteadas, apresentando vedações de caixilho de vidro em guilhotina e do tipo calha. As portas, principal e laterais, exibem vedação em almofadas. No interior, o forro abobadado da capela-mor traz pintura decorativa em policromia.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja conserva três retábulos de talha rococó, datando provavelmente já dos primeiros anos do século XIX, em virtude da simplificação geral do partido e redução da parte escultórica propriamente dita. O altar-mor, mais trabalhado do que os altares do cruzeiro, tem colunas retas de fuste estriado como elemento de suporte e coroamento em arco pleno, no centro do qual figura um brasão com o emblema do santo padroeiro. Como habitualmente na região, a cimalha tem continuação natural nas paredes da capela-mor, unindo-se à cimalha do arco-cruzeiro.

No forro da capela-mor, há uma pintura decorativa de forte sabor popular, ilustrando a cena do sermão de Santo Antônio aos peixes. A extrema simplicidade da

moldura e o tratamento dos personagens e paisagem sugerem obra já do século atual. Parece igualmente obra recente a pintura, na sacristia, do Menino Jesus deitado em um berço de palha, cuja moldura, apesar de elaborada em curvas e contracurvas sinuosas, denota total perda do espírito barroco-rococó, reduzindo-se a imitação rústica dos temas ornamentais do período anterior.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

A capela, bem modesta, acha-se implantada num sítio agradável, em meio a uma área gramada. Possui nave, capela-mor e a sacristia lateral, sendo construída em taipa de sebe, com cobertura de duas águas guarnecida por beirais em cachorros. A fachada principal mostra uma porta almofadada e, na altura do coro, três janelas com vedação tipo calha. Interferindo sobremaneira no aspecto geral da capela, observa-se uma torre central, posterior à construção do edifício, com cobertura em abóbada de barrete de clérigo.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

DISTRITO DE ITAPANHOACANGA

O antigo povoado denominado Tapanhoacanga foi opulento arraial, centro de mineração, no século XVIII. Entretanto, como quase todos os povoados que tiveram sua origem e desenvolvimento na atividade mineradora, com o esgotamento das jazidas entrou em processo de decadência. Segundo descrição do naturalista José Vieira Couto, que ali esteve em 1800, a localidade era constituída por cerca de "cinqüenta fogos, casas todas insignificantes, menos uma, que dava mostras de uma casa nobre", vivendo "seus habitantes de lavras e roças". Saint-Hilaire, pouco tempo depois, em 1817, reafirmaria o deplorável estado de abandono em que se achava o lugar.

Da época de prosperidade, Itapanhoacanga conserva a igreja de São José, tombada pelo IPHAN, interessante pelas proporções e requinte da sua decoração interna e externa, e a capela de Nossa Senhora do Rosário, cujo interesse principal reside na



Distrito de Itapanhoacanga - Vista parcial da localidade.

decoração pictórica que reveste os forros da nave, capela-mor e suas paredes laterais. São pinturas de estilo rococó, de fins do século XVIII.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA LOCALIDADE

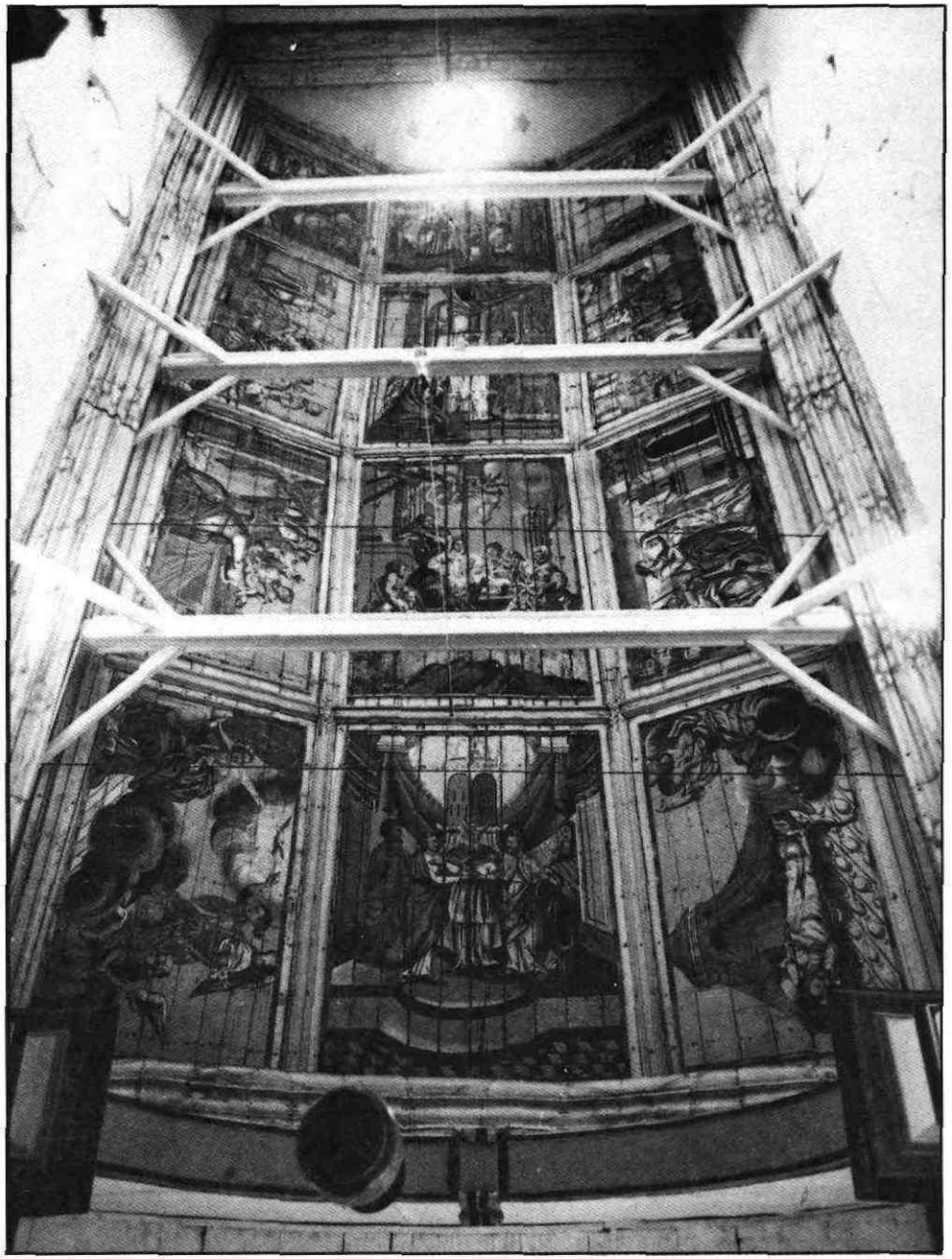
Igreja de São José

HISTÓRIA

É possível que tenha existido no antigo arraial de Tapanhoacanga uma primitiva capela, presumivelmente das primeiras décadas do século XVIII, mais tarde substituída pelo atual edifício. Segundo o historiador cônego Raimundo Trindade, a igreja de São José foi erigida, como capela filial da matriz da Vila do Príncipe, por provisão de 30 de maio de 1763, sendo seu patrimônio constituído alguns anos depois, mediante doação feita por Domingos Pereira Braga em escritura datada de 15 de março de 1771. Desconhece-se, todavia, a época precisa de sua construção, bem como a autoria dos



Itapanhoacanga.
Igreja de São José.



Itapanhoacanga.
Igreja de São José.
Pintura do forro da nave.

respectivos projeto e obras. Estas já deveriam estar concluídas por volta de 1785, porquanto data de 1787 a pintura em painéis executada no forro da nave por Manuel Antônio da Fonseca.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 498 - Livro de Belas Artes, fls. 91, datada de 28 de setembro de 1971.

ARQUITETURA

Localizada em ponto central do tecido urbano, conserva o antigo muro de pedras que delimita o adro. De partido simples, é desprovida de torres e composta de nave, capela-mor e, anexas às paredes desta, duas sacristias laterais. Construída em taipa de sebe, possui cobertura de duas águas, guarnecida por beirais em cachorros, cunhais e enquadramento dos vãos em madeira. A fachada principal, bem harmoniosa, obedece à distribuição tradicional dos vãos: porta central ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas janelas rasgadas por inteiro, com vedação tipo calha e guarda-corpo entalado de madeira recortada, e um óculo central elíptico na empena. De uma das janelas pendem os sinos.

É interessante notar o emprego dos vãos nas fachadas laterais: além de uma porta em cada lado, com vedação almofadada, e apenas uma janela rasgada por inteiro na lateral direita, ocorre a presença de vários óculos, que se compõem harmonicamente com as janelas e portas das sacristias. As três portas principais apresentam ombreiras, vergas e sobreportas decoradas com interessantes relevos de madeira, pintadas de azul. O piso interno da capela-mor e do prebistério é em campas, enquanto o forro da capela-mor tem forma abobadada, como também o da nave, este em abóbada facetada e apainelado, trazendo bela pintura decorativa em policromia.

ORNAMENTAÇÃO

O conjunto de retábulos é de boa qualidade, sendo os altares do cruzeiro mais trabalhados do que o altar-mor, de estrutura simplificada, dando a impressão de obra adaptada ou não concluída. Os altares do cruzeiro, com colunas retas, quartelões e coroamento em arco-pleno, sem dossel, já incorporam elementos decorativos do vocabulário neoclássico. Esses altares conservam ainda belas peças de imaginária do período colonial, merecendo especial destaque a imagem do padroeiro, São José, de



Itapanhoacanga - Igreja de São José - Porta lateral.

grandes dimensões e apresentando semelhanças estilísticas com as obras do atelier do Aleijadinho. Nos nichos laterais do altar-mor figuram os populares santos franciscanos, São Francisco de Assis e Santo Antônio de Pádua, também em grandes dimensões, e, nos altares do cruzeiro, Nossa Senhora do Carmo, à esquerda, e São Domingos, à direita.

É, entretanto, na vasta pintura do forro da nave que reside o principal interesse da ornamentação interna desta igreja. De autoria de Manuel Antônio da Fonseca e datada de 1787, a obra tem aspecto retardatário, uma vez que segue o modelo da pintura seccionada em painéis ou caixotões, em voga na capitania de Minas nas pri-

meiras décadas do século XVIII. Doze painéis de formato retangular, divididos em três registros de quatro, ocupam a totalidade do espaço, sendo cada um deles composto de forma individual, como nas histórias em quadrinhos, sem preocupação de ligação ou fusão plástica do conjunto. Para melhor visibilidade, entretanto, no registro central a composição das cenas pictóricas é concebida no sentido vertical, em contraposição aos registros laterais, de composição horizontal. Todas elas ilustram temas relativos à Vida de São José e ao ciclo da Infância do Cristo: Sonho de São José, Visitação, Fuga para o Egito e Jesus entre os doutores (registro da direita, a partir do arco-cruzeiro); Anunciação, Circunscisão, Adoração dos Reis Magos, Sonho de São José (?) (registro da esquerda, a partir do arco-cruzeiro); Esponsais da Virgem e São José, Adoração dos Pastores, Apresentação no templo e Sagrada Família (registro central). A gama cromática desenvolve-se em torno dos tons básicos azul/ vermelho/ amarelo/ marrom, com ausência total de verdes.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

Não foram localizados, nas pesquisas realizadas, elementos documentais capazes de subsidiar a reconstituição da história desta interessante capela. Embora não tenha sido mencionada por autores de inícios do século XIX, nem mesmo por Saint-Hilaire, que apenas se referiu à existência de uma igreja no arraial de Itapanhoacanga, provavelmente a igreja de São José, quando por ali passou em 1817, tudo faz crer que se trate de construção ainda do período colonial. As características de sua talha, já com indícios de gosto neoclássico, ao lado de uma pintura que se filia, porém, ao ciclo rococó, leva à suposição de que a edificação da capela tenha ocorrido numa fase de transição, talvez entre a última década do século XVIII e as duas primeiras do XIX.

O monumento não é amparado por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Um pouco afastada do centro do casario e situada em pequena elevação, com acesso por escadaria de pedras, a capela se assemelha à igreja de São José, tanto no aspecto arquitetônico e sistema construtivo, quanto na decoração interna. Sua planta, de partido simples, é composta de nave, capela-mor e duas sacristias laterais. O

frontispício, desprovido de torres, mostra a porta principal em almofadas, encimada por uma sobreporta trabalhada em curioso desenho de relevo em madeira, duas janelas à altura do coro, com parapeitos entalados e sobrevergas também em trabalho de relevo, e um pequeno óculo losangular no centro da empena. A construção é em barro e madeira, com cobertura em duas águas e beirais ligeiramente encurvados em cachorros.

ORNAMENTAÇÃO

Magnífica decoração pictórica, infelizmente em precário estado de conservação, reveste os forros da nave, capela-mor e paredes laterais desta última, constituindo, sem dúvida, o principal interesse da ornamentação interna desta pequena capela. O forro da nave pertence ao ciclo rococó da pintura perspectivista mineira e seu partido se aproxima do adotado por Manuel da Costa Ataíde na capela-mor da matriz de Santa Bárbara: a partir das laterais da abóbada, quatro pares de colunas estriadas com entablamentos transversais alçam um medalhão central ricamente emoldurado, com a "visão" da Virgem da Assunção entre nuvens e anjos. Nos balcões, situados logo acima da cimalha, figuram os doze apóstolos.

A pintura do forro da capela-mor é dedicada à Virgem do Rosário, representada com o Menino Jesus no colo, entregando o rosário a São Benedito e Santa Efigênia, padroeiros dos homens de cor. Os painéis laterais reproduzem cenas relativas à iconografia de São José. Originalmente em número de quatro, esses painéis acham-se reduzidos a apenas três, pelo total desgaste da pintura de um deles. Os temas representados são o Sonho de São José e a Fuga para o Egito, à esquerda, e a Oficina de São José, à direita. A qualidade do desenho, extremamente delicado e minucioso, aliada à leveza do colorido e erudição dos temas, situam esses painéis de Itapanhoacanga, de que todavia se desconhecem datação e autoria, entre as obras de primeira grandeza da pintura colonial mineira.

São ainda dignos de nota, nesta capela, o retábulo da capela-mor, de estilo rococó, mas já incorporando alguns elementos do vocabulário neoclássico, e, no setor de imaginária, um excelente São Norberto, de feição altamente erudita, e a imagem da padroeira, Nossa Senhora do Rosário.

Rio Vermelho

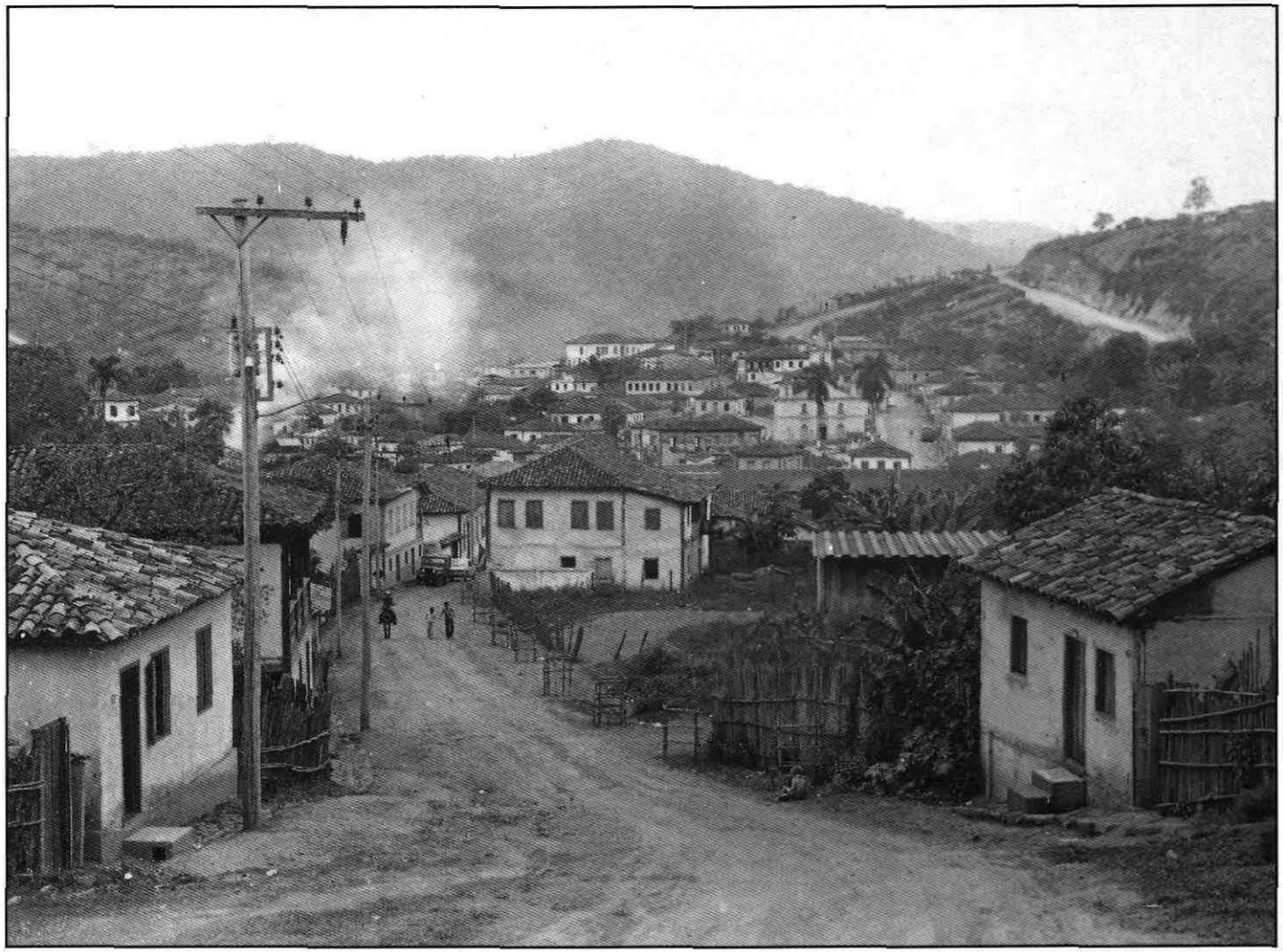
O MUNICÍPIO

A povoação denominada Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho surgiu presumivelmente na segunda metade do século XVIII, estando sua formação condicionada à atividade agrícola. O arraial representava local de passagem e comércio daqueles que buscavam as regiões auríferas, funcionando também como uma das fontes abastecedoras de algumas áreas mineradoras vizinhas, sobretudo do Tijuco.

Segundo afirmava Saint-Hilaire, em 1817, "parece que seus habitantes foram atraídos, não pelo intuito de procurar ouro, porém, pela fertilidade do terreno e pela vizinhança de Tijuco, onde os víveres se vendem por preços mais altos que noutros lugares". Acrescentava o viajante francês que a agricultura constituía "a ocupação de todos os habitantes da zona".

O município, com a denominação atual e uma área de 969 km², foi criado por decreto-lei de 1938, desmembrado do município de Serro. Conforme a sinopse preliminar do censo demográfico de Minas Gerais em 1991, a população era então de 15.871 habitantes, sendo 3.391 na sede municipal. Seus habitantes vivem principalmente da atividade agrícola e pecuária, salientando-se entre os produtos locais queijo, milho, feijão e arroz.

A cidade se desenvolve numa encosta, derivando para um vale, e mantém um conjunto de edificações bem homogêneo e harmonioso, com alguns sobrados antigos em meio a construções recentes. A edificação mais importante sob o ponto de vista histórico é a capela de Nossa Senhora do Rosário, situada no topo de um morro, de onde se tem uma bela vista da cidade. Destacando-se nessa paisagem, à direita, vê-se



Rio Vermelho - Vista parcial da cidade.



Rio Vermelho - Capela de Nossa Senhora do Rosário.

a matriz de Nossa Senhora da Pena, que foi totalmente reformulada em época recente, perdendo todas as características do período colonial.

Celebram-se, em Rio Vermelho, várias festividades tradicionais, entre elas as Festas do Divino e do Rosário, bem como da padroeira Nossa Senhora da Pena, comemorada a 15 de agosto.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

A capela de Nossa Senhora do Rosário vale principalmente pela inserção no sítio paisagístico - edificada no alto de uma colina, dominando toda a cidade abaixo. Construída ou reformada no século XIX, compõe-se de nave, capela-mor e duas sacristias laterais anexas à capela-mor. Tem a fachada principal chanfrada, com torre central de secção quadrada, cunhais decorados com caneluras e denticulados à maneira neoclássica. A cobertura é de duas águas, guarnecida por beirais em cachorros.

É interessante a diversidade dos vãos existentes na capela, podendo-se observar o emprego de quatro tipos diferentes de vergas. Na torre, as janelas sineiras têm vergas em arco pleno, bandeira de vidro e vedação em veneziana; na sacristia, uma janela de guilhotina e uma porta tipo calha, ambas com vergas de nível; dando para a nave, vê-se uma porta lateral com verga alteada. Predominam, no entanto, em toda a construção, os vãos com vergas ogivais; na fachada lateral, eles apresentam janelas de caixilho fixo de vidro; na fachada principal, a porta almofadada com bandeira de vidro e, na altura do coro, três janelas rasgadas por inteiro, com bandeira de vidro, vedação em veneziana e guarda-corpo entalado de madeira torneada. Observam-se ainda óculos com dois tipos de desenho - os que dão para a nave mais caprichosos e com vedação de caixilho fixo de vidro -, além de seteiras na fachada principal, com vedação em veneziana. Interiormente, são dignos de nota dois altares em rococó tardio.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

Santo Antônio do Itambé

O MUNICÍPIO

O atual município de Santo Antônio do Itambé, antigo centro de mineração, foi criado por lei de 1962, desmembrado do Serro. Situada em estreito vale, na confluência dos rios Branco e Madre, a maior parte do escasso casario da cidade espalha-se ao longo de suas margens, ladeando a encosta da montanha. Devido à forte inclinação do terreno, a maioria dessas casas tem a parte posterior apoiada em pilotis.

Em 1821, a capela de Santo Antônio do Itambé era mencionada como uma das filiais da freguesia de Vila do Príncipe. Segundo tradição local, a atual igreja matriz de Santo Antônio é uma das mais antigas da região.

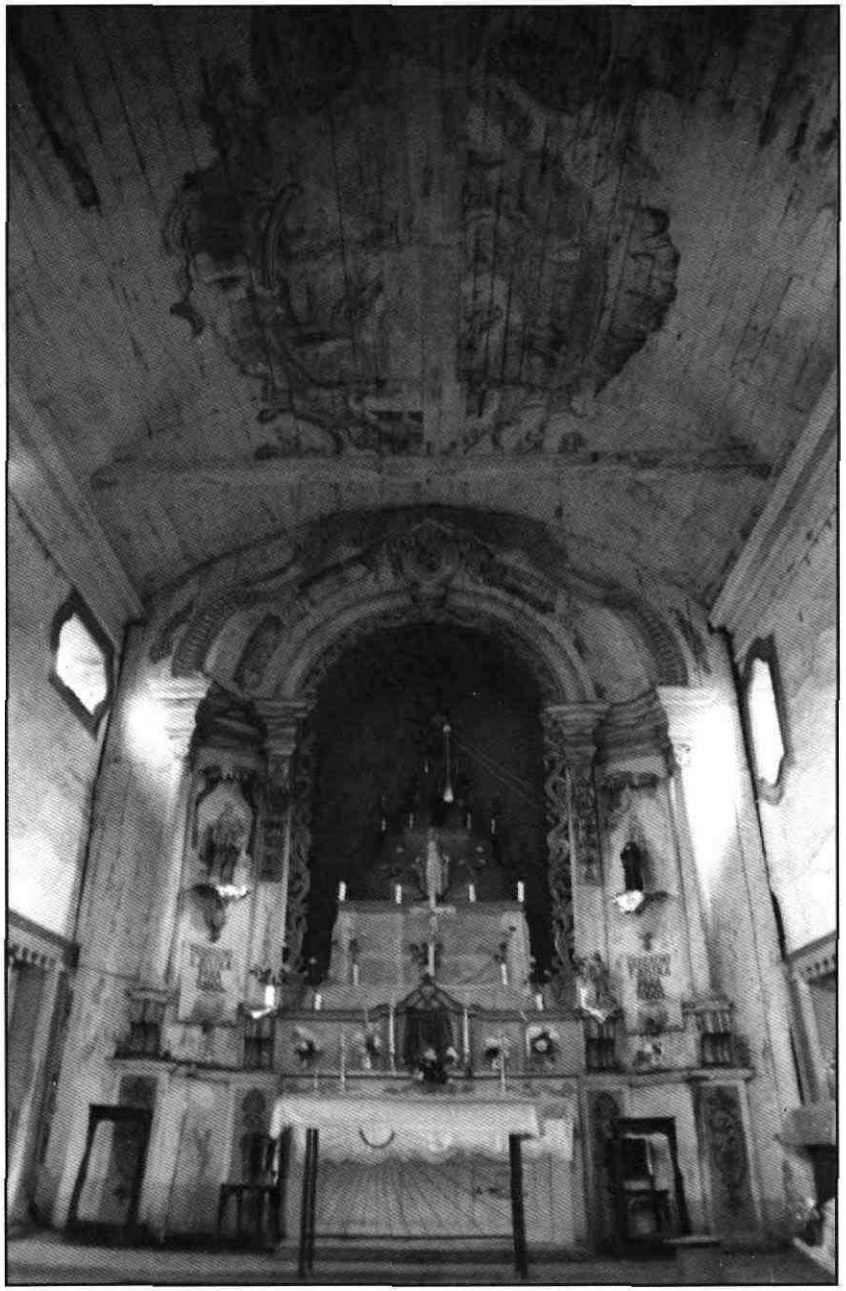
O município, com uma área de 304 km², possuía, de acordo com os dados preliminares do censo de 1991, 4.451 habitantes, sendo 839 na área urbana. A pecuária e a lavoura constituem as atividades econômicas básicas da população.

Matriz de Santo Antônio

HISTÓRIA

Esta igreja é considerada na região uma das mais antigas da área. Entretanto, nada consta, na documentação pesquisada, sobre a época, iniciativa e autoria das obras de sua construção. Sabe-se apenas que ela data do período colonial, pois em 1820 era já referida pelo historiador Pizarro e Araujo, nas suas **Memórias históricas**. Por outro lado, conforme documento datado de 1821 e citado pelo historiador cônego Raimundo Trindade, a então capela de Santo Antônio do Itambé incluía-se entre as filiais da matriz de Nossa Senhora da Conceição do Serro.

A igreja foi recentemente restaurada por iniciativa da população local.



Santo Antônio do Itambé.
Matriz de Santo Antônio.
Capela-mor, com forro pintado.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

A edificação, bem simples, compõe-se de nave, capela-mor, duas sacristias laterais e um anexo, de construção posterior, nos fundos. É desprovida de torres, tendo a cobertura de duas águas guarnecida por beirais em cachorros.

A fachada principal, muito singela, possui vãos distribuídos da maneira tradicional: a porta central almofadada, ladeada em diagonal na altura do coro por duas janelas rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado de madeira recortada, e, no centro da empena, um óculo losangular em caprichoso desenho. Os vãos mostram vergas em arco abatido, sendo os da sacristia com vergas de nível.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja conserva três retábulos de talha simples, mas de boa qualidade, sendo talvez mais antigo o retábulo da capela-mor, onde não aparecem ainda elementos decorativos do vocabulário rococó. Em um dos altares do cruzeiro (o da direita), a carência da talha é, entretanto, compensada por excelente pintura rococó, de grande delicadeza, havendo indícios de sua existência também no altar da esquerda, por baixo das repinturas que o revestem atualmente.

O forro da capela-mor possui restos de uma pintura de estilo rococó em forma de medalhão, cuja imagem central (Nossa Senhora?) encontra-se parcialmente destruída pela substituição das tábuas originais. No setor de imaginária, destacam-se duas Virgens do Rosário e uma excelente imagem de Nossa Senhora das Mercês.

Serra Azul de Minas

O MUNICÍPIO

A denominação primitiva da povoação que deu origem ao atual município de Serra Azul de Minas era Casa de Telha. O topônimo originou-se, ao que parece, da existência, no local, de um único casarão com cobertura de telhas, entre outras habitações cobertas apenas de capim ou palha. Com uma área de 132 Km², é um dos menores municípios da região do Alto Jequitinhonha. Pouco se conhece sobre a sua história, mas a antiguidade dos dois velhos templos que ainda conserva - as capelas do Bom Jesus e de Nossa Senhora do Amparo - comprova a origem do arraial em época relativamente remota.

O distrito de Casa de Telha, que permaneceu por muito tempo como simples povoação do município do Serro, foi instituído por decreto-lei de 1943, com território desmembrado dos distritos de Santo Antônio do Itambé e São Gonçalo do Rio das Pedras. A criação do município, com a denominação atual, ocorreu em 1962. Sua população, em 1991, era de 3.873 habitantes, dos quais 1.112 residiam na sede municipal. Entre as atividades econômicas de Serra Azul de Minas, destaca-se a produção de leite e queijos.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Capela do Senhor Bom Jesus

Ignora-se a época precisa da edificação desta capela, cujo partido construtivo guarda, no entanto, os padrões coloniais. É composta de nave, capela-mor, corredores laterais ao longo da capela-mor e sacristia ao fundo, com ausência de torres ou sineiras. Possui uma escadaria, reconstruída em cimento, ligando a porta principal de acesso ao



Serra Azul de Minas - Vista parcial da cidade.



Serra Azul de Minas - Capela do Senhor Bom Jesus.

adro lajeado de pedras. A construção, de estrutura autônoma com cunhais, esteios e madres de madeira aflorados, tem a cobertura em duas águas, com beirais em cachorros.

A fachada principal é bem simples, com a distribuição tradicional dos vãos: porta principal em calha, ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas janelas rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado de madeira recortada. A empena é vazada por um óculo central losangular e os vãos possuem vergas alteadas. Na parte interna, a capela acompanha a mesma simplicidade e despojamento de seu aspecto exterior.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

Capela de Nossa Senhora do Amparo

Também sobre esta capela não foram localizadas informações documentais. Sabe-se, todavia, que é de construção posterior à capela local do Bom Jesus, embora obedecendo, como ela, a padrões arquitetônicos do período colonial. Tendo à frente um adro de pedra e um alto cruzeiro simples de madeira, é composta de nave, capela-mor e anexos laterais a esta, com função de corredores ou sacristias. Possui fachada chanfrada, com torre central e única em secção quadrada, e enquadramentos de portas e janelas marcados pela presença de elementos ornamentais de gosto neoclássico.

Internamente, nada há a destacar, a não ser a existência de altares simples, de estilo eclético, com intervenção de elementos neoclássicos e neogóticos.

Não é amparada por medida legal de tombamento.



Serra Azul de Minas - Capela de Nossa Senhora do Amparo.

Bibliografia

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948, v. 8, t. 2, p. 104.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971, p. 33, 414, 442 e 489.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970, p. 155, 351, 370/1 e 402.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as minas da capitania de Minas Geraes; suas descripções, ensaios e domicilio proprio. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Bello Horizonte, v. 10, n. 1/2, p. 55-166, jan./jun. 1905.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas provinciais do Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938, t. 1, p. 268-269 e 272-273.

SILVA, Dario A. F. da. **Memória sobre o Serro antigo**. Serro: Typografia Serrana, 1928.

TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945, p. 280, 294 e 353.

Documentação Arquivística

ARQUIVO de Informações Básicas dos Municípios. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados sobre Alvorada de Minas, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.087, S.G. (Secretaria do Governo). Registro de correspondência da Presidência da Província referente a obras e reparos em matrizes e capelas. 1860/1863.

ANDRADE, Rodrigo M. F. **Estudo inédito sobre a pintura mineira**. Original pertencente ao Arquivo do IPHAN. Rio de Janeiro.

ARQUIVO Público Mineiro. **Relatório do Vigário Marcos Vas Mourão, em resposta à circular do presidente da província José Ildefonso de Souza Ramos**. Rio Vermelho, 17 de junho de 1849.

ARQUIVO Público Mineiro. **Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais**. Anos de 1845/1850, 1854 e 1875/1877.

V

Diamantina

Por esta forma o Tijuco foi se tornando importante. Todo o Burgalhau cobriu-se de colmados. Levantou-se um mais alto, mais bem construído, mais espaçoso, que se destinou para capela. Escolheu-se Santo Antônio para padroeiro, consagrou-se-lhe a capela e veio do arraial da Conceição um sacerdote, que, consta, tinha o nome de Paiva, e ficou servindo de cura. Assim o Tijuco constituía-se um arraial, tomando o nome do córrego, junto do qual fora fundado, e o morro tomou o nome de Morro de Santo Antônio.

É o que narra uma antiga tradição sobre a origem do Tijuco (...) Ainda ela diz, que em sua origem o arraial só ocupava o pequeno circuito que abrange as atuais Ruas da Beata, do Burgalhau e do Espírito Santo, além de um ou outro colmado mais distante. O Largo do Bonfim era uma pequena e verdejante campina, sombreada por uma copada gameleira, onde à tarde

costumavam se reunir os habitantes fatigados do trabalho do dia a espairecerem em uma inocente e folgazona palestra. A Rua Direita e o Largo de Santo Antônio, hoje aformoseados com ricos e elegantes edifícios, eram uma densa mata, onde os mineiros cortavam madeira para o lavor e construção de seus humildes tugúrios. Gigantescos toros de braúna e de peroba foram cortados em um torrão mais fértil, onde é o Arraial de Baixo, e que então era um covil de feras bravias. As Ruas do Macau, Chafariz, São Francisco e Cavalhada, descendo da Grupiara até o Rio Grande, eram um vasto tremedal, que no tempo das águas se alagava, tornando intransitável e servia como de barreira às feras, que, acossadas pelos índios, subiam pelo desfiladeiro apertado do Arraial de Baixo.

Continuadamente chegavam mais habitantes para o Tijuco, e se foram espalhando pelas terras ao redor em busca de novas lavras. Fizeram explorações, descobriram ricos serviços nos leitos do Jequitinhonha, do Ribeirão do Inferno, dos Caldeirões, nos Cristais, nas Datas, no Brumadinho e em outros lugares. Foram assim formando-se novas povoações nas circunvizinhanças do Tijuco, que era como o núcleo de que todas dependiam, não só por ser o mais importante, como por possuir a capela única, que então havia".

Joaquim Felício dos Santos
1864

Diamantina

O MUNICÍPIO

Diamantina, abrangendo uma área de 4.672 km², é o maior município da região do Alto Jequitinhonha. A característica formação geológica, marcada pelos afloramentos de quartzito e leitos rochosos dos cursos de água, em meio aos quais se deram no passado as grandes explorações de diamante, levou à sua classificação e do território em torno como zona fisiográfica ou microrregião homogênea denominada Mineradora de Diamantina. O município compreende, de maneira geral, um extenso planalto irregular, que serve de divisor de águas das bacias dos rios São Francisco e Jequitinhonha, ficando a maior parte da área municipal, inclusive a cidade de Diamantina, na borda oriental da serra do Espinhaço. É esta, com suas cristas às vezes agudamente serrilhadas, que determina o aspecto principal da paisagem, a ela emprestando formas de uma peculiar sugestividade. Em contraposição aos pontos elevados e eriçados da serra, surgem, no entanto, prolongadas faixas planas, por onde estendem seu traçado as estradas que cortam o município. Na transição do planalto para as partes deprimidas dos vales, são comuns, nos cursos de rios e ribeirões, as formações de cachoeiras com desníveis que podem ultrapassar a uma centena de metros. Devido à especificidade dos terrenos constituídos a partir do quartzito e filito, cuja combinação originou ali solos pobres e muito permeáveis, desenvolveu-se na região diamantina uma vegetação de campo rupestre, com predominância das gramíneas e da planta conhecida como sempre-viva, cuja exportação representa hoje ponderável fonte local de renda. Não obstante, pode-se ainda encontrar, nas encostas onde há maiores condições de fixação da água, vestígios de matas que existiram na área.

Dentro desse quadro natural é que ocorreu o grande surto minerador responsável

pela ocupação do território. A bandeira de Fernão Dias Paes Leme foi provavelmente a primeira a atingir e pesquisar o rio Jequitinhonha à procura de prata e esmeraldas, por volta de 1678. Entretanto, o descobrimento de riquezas minerais nessa região, denominada pelos indígenas de Ivituruí (montanhas frias) e rebatizada pelos aventureiros brancos de Serro Frio, só iria verificar-se anos mais tarde, já em princípios do século XVIII (1702), pelos bandeirantes Antônio Soares e Manuel Corrêa Arzão, responsáveis pela fundação de diversos povoados na área, entre eles as atuais cidades de Morro do Pilar e Serro. Acompanhando os maciços divisores das bacias dos rios Doce, Jequitinhonha e São Francisco, tendo sempre como referência o Pico do Itambé, as bandeiras posteriores, que se organizavam grandes e poderosas, iam se dividindo em outras menores, de forma a acompanhar e explorar todos os pequenos córregos afluentes das bacias principais, em busca de novos veios auríferos.

Foi um desses grupos, liderado por Jerônimo Gouvêa, que, no ano de 1713, lançou as bases do arraial do Tijuco. Partindo do Serro Frio em direção norte, a bandeira acompanhou o curso do rio Jequitinhonha desde suas cabeceiras até atingir a confluência do córrego Piruruca e rio Grande. Aí, entre as serras de Santo Antônio e São Francisco, nas encostas e nos cursos d'água, descobriu-se grande quantidade de ouro. No processo de exploração, constatou-se ser o vale do Tijuco, pequeno afluente do rio Grande, a área mais rica, ali se fixando então os primeiros povoadores, à margem direita, no lugar denominado Burgalhau.

Pequenas casas baixas, uma capela dedicada a Santo Antônio e uma população em grande parte flutuante, caracterizavam o arraial do Tijuco - ou Tejuco, numa primeira fase anterior ao diamante, época em que a comunidade ainda não se encontrava organizada. O povoado, apesar de surgido em decorrência da exploração do ouro, só tomaria um rumo maior de crescimento após a descoberta de diamantes nas suas proximidades, nos anos vinte do século XVIII. Transformado em centro do Distrito Diamantino, governado sob um regime especial e isolado dentro do conjunto da capitania de Minas Gerais, o arraial adquiriu formas que o diferenciavam bastante das demais vilas mineiras dessa época, tanto na sua organização social, como na organização econômica e política.

Os primeiros diamantes, encontrados junto às lavras do córrego de Morrinhos, afluente do rio Pinheiros, e do córrego Caeté-Mirim, entre os anos de 1719 e 1722, foram, por algum tempo, explorados e comercializados sem a participação e o controle da Coroa Portuguesa. As próprias autoridades locais, representantes do poder real na capitania durante todo esse período de exploração clandestina, se omitiram e simularam desconhecimento do fato, em razão de seus próprios interesses. Tornaram-se, todavia, insistentes os comunicados de vários mineradores, entre eles Bernardo da Fonseca Lobo, interessado provavelmente em disputar o reconhecimento real como descobridor dos diamantes. Diante, pois, da dificuldade de manter sigilo por mais tempo, foi em 1729 enviada a Portugal carta de D. Lourenço de Almeida, governador da Capitania, relatando a descoberta, quase dez anos após o aparecimento das primeiras pedras. Em resposta, a Coroa impôs as primeiras medidas de controle sobre a extração dos diamantes, através de Regimento datado de 26 de junho de 1730, com a instituição da cobrança do quinto, o lançamento da capitação sobre cada escravo empregado na mineração diamantífera, a anulação das concessões de datas e a proibição da exploração do ouro da região, precauções essas que visavam garantir o poder real sobre a nova riqueza.

A criação da Intendência dos Diamantes, em 1734, veio dar uma ordem à região diamantina, com o estabelecimento de um regime próprio e especial dentro da organização da colônia, altamente fiscalizador e rígido, exemplo maior da arbitrariedade e repressão a que atingiu a dominação portuguesa no Brasil. Com os limites bem definidos, abrangendo a única área permitida de exploração das jazidas diamantíferas e circundando o arraial do Tijuco, o distrito, controlado por um Intendente dotado de poderes absolutos, se achava impedido de um livre contacto com o restante da capitania. Mas ao "sistema de livre extração", com pagamento do quinto sobre a produção, vigente desde o início da exploração dos diamantes até aproximadamente 1740, logo se seguiria o "sistema de contrato", que permaneceu até 1771. Esse sistema de concessão privilegiada representou o período de apogeu e de maior produtividade da economia do diamante. A produção atingiu durante o período dos contratos, segundo as cifras oficiais das remessas legais, a soma de 1.666.569 quilates, em 31 anos.

A partir de 1771, encerrando-se o sistema de contrato, a Coroa passou a explorar o diamante por conta própria. Instalou-se a Real Extração, junta administrativa incumbida dos serviços e lavras diamantinas, também com poderes absolutos e com um único instrumento legal - o Regimento dos Terrenos Diamantinos, o **Livro de Capa Verde** -, cujas características deram continuidade e mesmo acentuaram a arbitrariedade e opressão da política dos tempos dos contratadores. A mineração do diamante, por essa época, já se encontrando em decadência, não mais alcançou, porém, os índices de produção anteriores. Durante a Real Extração, as cifras oficiais registraram 1.354.770 quilates de diamantes para um período que, abrangendo cerca de 73 anos, chegou até 1845, ano da sua extinção. Esta se deu através de decreto imperial de 24 de setembro, sendo que a partir do referido ano de 1845 tornou-se livre o arrendamento das jazidas, que ficaram sob a fiscalização da Inspetoria dos Terrenos Diamantinos, extinta por sua vez em 1906.

A elevação do arraial do Tijuco à categoria de vila, em 1831, com a nova denominação de Diamantina, contribuiu significativamente para o enfraquecimento do poder arbitrário e ilimitado dos intendentes, uma vez que se viu rompido o isolamento da região e determinou a presença de uma nova autoridade representada pela Câmara dos Vereadores. Um novo fluxo de crescimento da produção de diamantes ocorreu após o franqueamento das lavras, mas teve curta duração, caindo de novo consideravelmente em fins do século XIX, com o descobrimento de gemas na África do Sul (1867), que se tornou forte concorrente no mercado europeu. Apesar disso, vários serviços de lapidação de diamante se instalariam no antigo Tijuco na segunda metade daquele século XIX, quando também começariam a organizar-se as primeiras companhias estrangeiras de mineração mecanizada na área, as quais, embora de atuação apenas temporária, representaram um esforço de reerguimento da atividade. Mais modernamente, outras empresas têm se formado com o mesmo objetivo, persistindo, ao lado das mesmas, a presença tradicional dos garimpeiros, principalmente nas lavras superficiais, que dispensam técnica e maquinaria mais sofisticadas.

A partir de meados do século XIX, quando a mineração se encontrava em decadência, alguns distritos do município de Diamantina passaram a dedicar-se com maior

intensidade à atividade agrícola de subsistência, com o plantio de milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, legumes, etc. Já em fins do século, as plantações de algodão e a viticultura adquiririam maior importância, sendo toda a produção praticamente beneficiada no próprio município. Em 1918, registra o Anuário de Minas Gerais o funcionamento de várias unidades têxteis e de fabricação de vinho no município, destacando-se entre as primeiras a conhecida fábrica de tecidos de Biribiri. Atualmente, as indústrias extrativas, do diamante, do ouro e da sempre-viva, e a indústria têxtil, de tecidos de algodão cru, são consideradas as mais importantes para a economia local, representando, juntamente com as atividades do setor de serviços, a parcela mais significativa das fontes de renda do município.

No período colonial, as grandes fortunas acumuladas por aqueles que usufruíram do processo de extração do diamante favoreceram e criaram condições propícias ao desenvolvimento, no arraial do Tijuco, de um comércio rico e variado. Por outro lado, o isolamento imposto ao Arraial pela política repressora da Coroa contribuiu em grande parte para sua auto-suficiência comercial, na medida em que dificultou o acesso aos demais centros urbanos da capitania. No século XIX, o dinamismo do comércio e a opulência das lojas do Tijuco chamariam mesmo a atenção dos viajantes estrangeiros que o visitaram, merecendo este importante aspecto da vida local a seguinte observação do naturalista inglês George Gardner, que ali esteve por volta de 1840: "Muitas das lojas e armazéns são bem iguais no aspecto aos do Rio de Janeiro e sortidas mais ou menos dos mesmos artigos, cuja diferença de preços não excede a 20%. Todas as mercadorias européias, exceção feita de umas poucas da Bahia, trazem-se do Rio no lombo das mulas, que chegam quase diariamente em tropas, às vezes de 100 cabeças".

Além de pólo de comércio regional do Alto Jequitinhonha, Diamantina assumiu, no século XIX, a função de centro de prestação de serviços para toda a região, principalmente após sua elevação a cidade em 1838 e o fim da Real Extração em 1845, quando adquiriu maior autonomia político-administrativa e liberdade econômica. Entretanto, uma das maiores dificuldades apresentadas para o seu desenvolvimento social e comercial era a comunicação com outros centros da província, tendo-se em conta a precariedade dos caminhos e estradas. Este problema só viria a ter solução em

inícios deste século, com a construção do ramal Curralinho (atual Corinto) a Diamantina, da Estrada de Ferro Central do Brasil, concluído em 1914. Até sua desativação em 1973, por já ser considerado então antieconômico, o ramal de Diamantina representou importante meio de comunicação e transporte para toda a área do Alto Jequitinhonha. Entretanto, a cidade está hoje ligada aos principais centros do País por rodovia asfaltada.

Outro aspecto que sempre distinguiu Diamantina, desde a época do arraial do Tijuco, é o apuro de uma vida social, remarcada pelo refinamento dos costumes e os gostos e padrões de cultura de sua gente. A concentração de poder e riqueza em mãos de uma parcela privilegiada da população, aquela que exercia os altos postos da administração nos negócios do diamante, favoreceu a formação de uma elite altamente requintada, como não houve outra nos quadros da sociedade colonial mineira. Seus hábitos, que incluíam o cultivo da música, do teatro e o apreço pelos elementos de ilustração em geral, imitados da Europa, não deixariam, porém, de comunicar-se de alguma forma a outras camadas da população, daí se originando uma imagem social bem característica do diamantinense. Esta peculiaridade provocou a admiração de viajantes estrangeiros que conheceram o Tijuco em princípios do século XIX, entre eles o francês Saint-Hilaire, que afirmou ter encontrado ali "mais ilustração que em todo o restante do Brasil, mais gosto pela literatura, e um amor mais vivo pela instrução", acentuando ainda serem os hábitos e comportamentos locais bem avançados para a época, especialmente quanto às mulheres, afáveis e hospitaleiras, que não se furtavam ao convívio em sociedade com os homens. Tornaram-se famosos os bailes e festas do Tijuco, muitos deles relatados com entusiasmo por cronistas do tempo. Por outro lado, a atividade teatral, já presente na época dos contratadores com as encenações no palco da chácara de Chica da Silva, ganharia incentivo ainda maior no século XIX com a atuação do Teatro Santa Isabel, construído em 1841 e demolido em 1912.

O declínio da mineração do diamante não tolheu a índole culta, alegre e hospitaleira da gente local, que ainda conserva seu temperamento descontraído e sensível à arte e às coisas do espírito. Suas festividades religiosas e populares se revestem até nossos dias da mesma autenticidade e alegria do passado, constituindo permanente

motivo de atração para quantos visitam a cidade. Também não se perdeu a sua antiga tradição de cultura, que se mantém através da presença de vários institutos de ensino, quer de nível primário ou médio, quer mesmo de nível superior. Pode-se dizer que, ao lado de uma polarização regional de comércio e serviços, Diamantina continua a desempenhar um papel de liderança cultural em toda a região do Alto Jequitinhonha. Seu importante acervo de arte e história vindo do período colonial é, por outro lado, um dos mais bem conservados de todo o País, isso graças à conscientização dos habitantes em face do valor de seus monumentos religiosos e da beleza do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade. Por sua notável importância, este foi tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 66 - Livro de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.

O arraial do Tijuco, tardiamente emancipado em virtude da legislação especial por mais de um século imposta à área diamantífera do Jequitinhonha, alcançou sua autonomia em 1831, com a criação da vila e município sob a denominação de Diamantina. A elevação da vila à categoria de cidade se deu sete anos depois, pela Lei provincial n. 93, de 6 de março de 1838. A 6 de junho de 1854, através de bula do Papa Pio IX, a cidade foi escolhida sede do segundo bispado de Minas Gerais, somente instalado, porém, a 2 de fevereiro de 1864, sendo seu primeiro prelado Dom João Antônio dos Santos. Exercendo jurisdição eclesiástica sobre extenso território, parte do qual pertencera ao arcebispado da Bahia, a diocese diamantinense passou à condição de arquidiocese por resolução do Papa Bento XV, datada de 28 de julho de 1917. O município, do qual se foram desmembrando ao longo do tempo várias outras unidades administrativas, compõe-se hoje dos distritos da sede e de Conselheiro Mata, Desembargador Ottoni, Extração, Guinda, Mendanha, Planalto de Minas, São João da Chapada, Senador Mourão, Sopa e Inhaí. Alguns destes distritos surgiram, como a cidade, em decorrência das explorações do ouro e do diamante, ainda conservando em parte seus monumentos e casarios típicos do período colonial. Pelos dados do IBGE de 1991, o município contava uma população de 44.308 habitantes, dos quais 34.613 na cidade.

BENS CULTURAIS: CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS E ARTÍSTICAS

Uma série de características bem definidas individualiza o acervo de monumentos religiosos da cidade de Diamantina e seu município, dando-lhe o caráter de uma autêntica escola regional, no quadro mais amplo da arquitetura religiosa mineira do período colonial.

Como nas demais regiões do Circuito do Diamante, a fidelidade aos sistemas construtivos baseados no uso da madeira e taipa ou da alvenaria de adobes é a regra geral para todo o século XVIII e primeira metade do XIX. Conseqüentemente, prevalecem os partidos arquitetônicos tradicionais, subordinados ao domínio da linha reta, com suas plantas retangulares e torres de secção quadrada cobertas de telhadinhos de quatro águas. Destes elementos souberam, entretanto, tirar partido os arquitetos de Diamantina, estruturando um modelo de fachada sem precedentes em outras regiões do Estado e que constitui certamente um dos melhores exemplos nacionais de valorização estética dos recursos oferecidos pelas construções de madeira e barro. Nesse modelo, cujo protótipo foi a igreja do Carmo e ao qual se filiam as de São Francisco, Rosário e capela do Bonfim, os esteios e cunhais de madeira, pintados de cores vivas, afloram na superfície das paredes caiadas de branco, dividindo-as em segmentos verticais, que enquadram lateralmente os demais elementos constitutivos da fachada, como portas e janelas.

O segmento central, de maiores proporções, é ocupado pela porta principal, que nas igrejas do Carmo e São Francisco aparece encimada por sobreporta com relevos ornamentais de madeira pintada em conjugação harmoniosa com o óculo de contornos sinuosos situado abaixo da cimalha. Nos segmentos complementares, situam-se as portas laterais e, na altura do coro, portas-sacadas, protegidas por guarda-corpos de ferro em desenhos ornamentais.

A torre única posiciona-se, ora à esquerda (São Francisco e Bonfim), ora à direita da fachada (Rosário), ou mesmo, excepcionalmente, nos fundos do edifício (Carmo). Nos três casos citados de posição lateral da torre, é interessante notar que esta não

tangencia diretamente o corpo central da construção, separando-se, ao contrário, do mesmo por um segmento de parede que funciona como elemento de ligação entre as duas partes do edifício, solução esta típica da arquitetura de Diamantina.

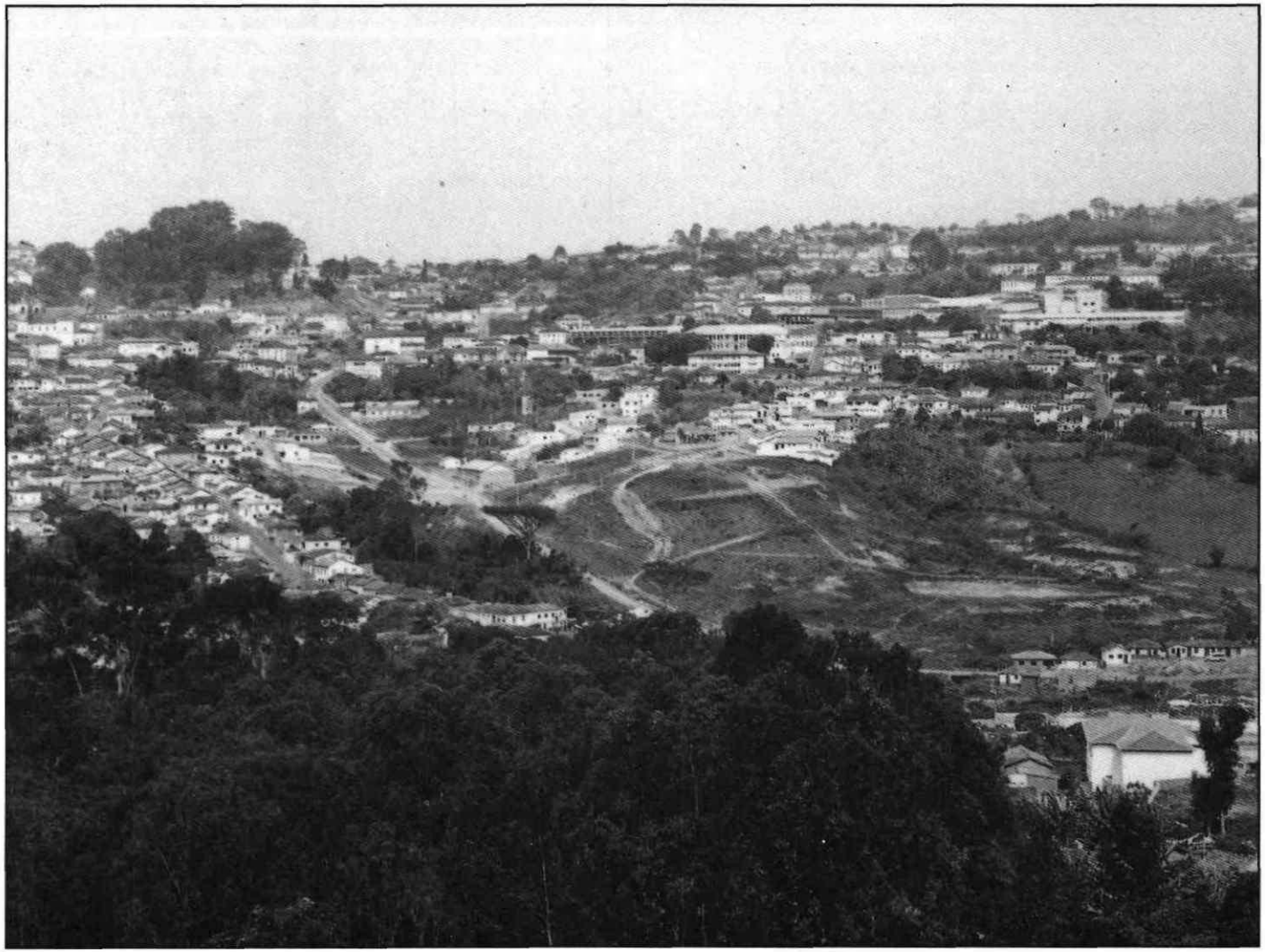
Excepcionais no contexto da arquitetura religiosa mineira do período são ainda os frontões estriados de madeira, ladeados por volutas alongadas, nos quais se situam os óculos envidraçados de formas variadas. Nas igrejas do Carmo e Rosário, são arrematados na parte superior por pequeno telhado, servindo de suporte à cruz do coroamento.

Paralelamente ao modelo descrito, desenvolveu-se ainda no município de Diamantina o partido de fachada de torre única em posição central, comum a outras regiões do Estado. Os melhores exemplos desse partido são as fachadas da igreja das Mercês e capela do Amparo, incluindo esta última pitorescos ornatos de madeira recortada pintados de cores vivas, à guisa de frontão. Pertencem também a esse partido as fachadas da matriz de Inhaí, capelas de Nossa Senhora da Luz e da Santa Casa, em Diamantina, e as do Bonfim em São João da Chapada e Santa Rita em Sopa.

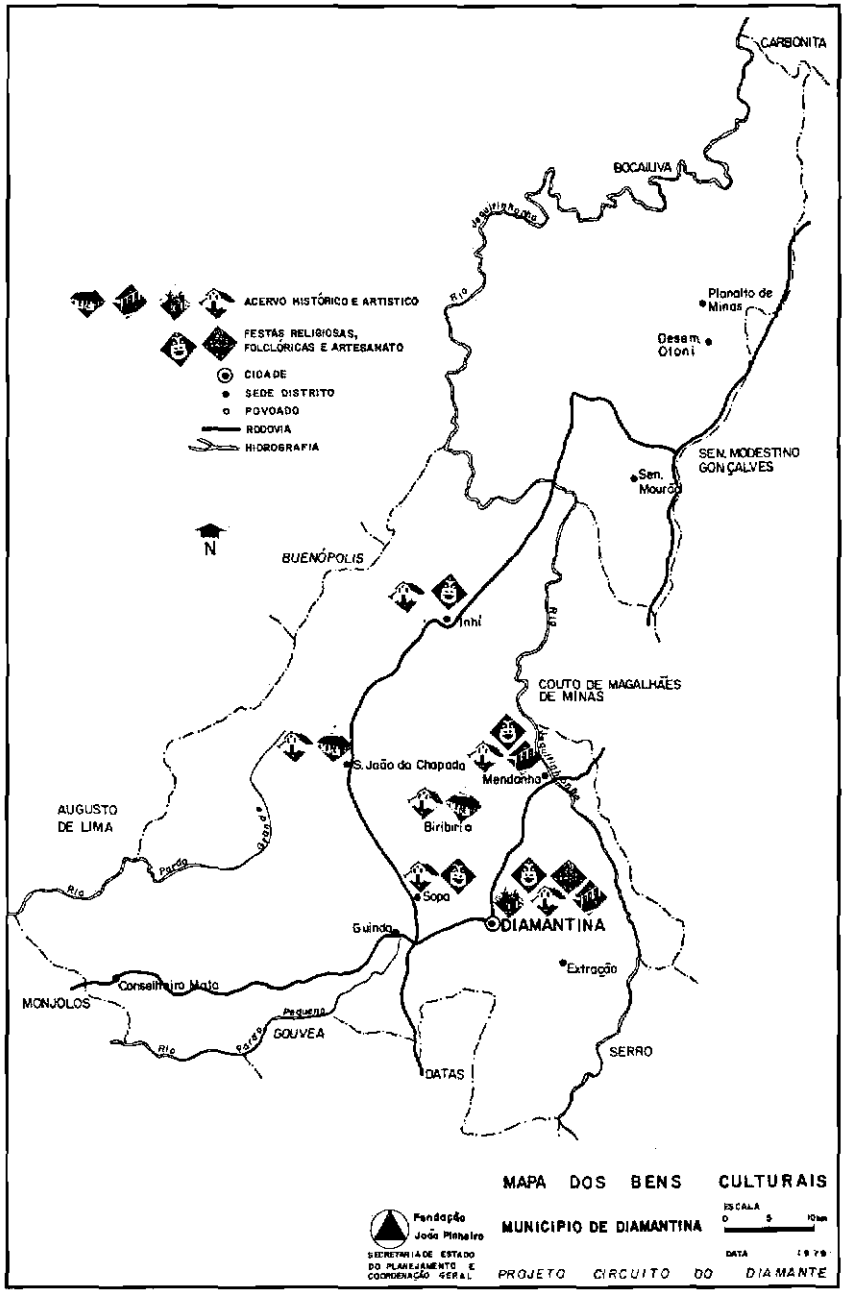
Com relação às plantas desses edifícios, observa-se grande variação, mesmo entre construções pertencentes a uma mesma linha evolutiva, como as igrejas do Carmo, São Francisco e Rosário. Apesar de todos eles apresentarem uma mesma estrutura básica, formada pela tradicional seqüência de nave e capela-mor ladeada de sacristias, a adjunção de outros anexos, às vezes atingindo dois pavimentos como nas igrejas do Rosário e Amparo, os faz divergir completamente no que diz respeito ao volume externo, sobretudo com relação às fachadas laterais e posteriores.

Também no setor de ornamentação interna, a arquitetura religiosa de Diamantina singulariza-se, no contexto mineiro do período setecentista, por uma série de características individualizadoras. Acrescente-se ainda que é neste setor, e mais particularmente no que tange à pintura em perspectiva dos forros de igrejas, que esta arte atinge altos níveis de realização formal, que a colocam em posição de primeiro plano no quadro da história artística mineira da época colonial.

A excepcional qualidade da decoração de igrejas como Carmo e Rosário, nas quais talha e pintura se ajustam em exemplares padrões de unidade estilística, pratica-



Diamantina - vista geral.


ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E ARTESANATO
CIDADE
SEDE DISTRITO
POVOADO
RODOVIA
HIDROGRAFIA
N
CARBONITA
BOCAIUVA
Planalto de Minas
Gesem. Otoni
SEN. MODESTINO GONÇALVES
Sen. Mourão
BUENÓPOLIS
Inhi
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS
S. João da Chapada
Mendanha
AUGUSTO DE LIMA
Biribiri
Sopa
DIAMANTINA
Guinda
Extração
Conselheiro Mata
MONJOLOS
GOUVEA
DATAS
SERRO
MAPA DOS BENS CULTURAIS
MUNICIPIO DE DIAMANTINA
ESCALA
DATA
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

mente não encontra equivalentes em outras regiões do Estado para o chamado período Dom João V, correspondente à segunda fase do barroco mineiro. Nestas duas igrejas, e também na de São Francisco, esta integração unitária é ainda acentuada pelo fato de ter sido o mesmo pintor, José Soares de Araújo, encarregado simultaneamente da pintura dos forros e douramento dos retábulos. Na pintura dos forros das capelas-mores do Carmo e Rosário, encontram-se mesmo os típicos ornatos recortados com aplicação de ouro, usados no douramento dos retábulos, provavelmente introduzidos na região pelo aludido pintor, e que constituem uma das peculiaridades da talha local.

Os retábulos joaninos de Diamantina distinguem-se dos retábulos da região de Ouro Preto pela adoção das colunas de fuste reto ao invés das tradicionais colunas salomônicas, e ausência da estatuária no coroamento e suportes. O motivo do dossel superior, engalanado com sanefas e lambrequins e desenvolvendo-se em coroamentos ondulados, é regra geral em todos eles, constituindo exceções apenas os retábulos das igrejas do Bonfim e Mercês, em que é substituído por uma tarja central.

O prolongamento da cimalha do retábulo-maior nas paredes laterais da capela-mor é outro elemento característico da decoração dos templos de Diamantina, e um dos principais fatores da já mencionada ambientação unitária do espaço interno desta parte do edifício, uma vez que, derivando diretamente da talha do retábulo, transforma-se subsidiariamente em moldura lateral para a pintura situada no forro.

Um único retábulo do estilo correspondente à primeira fase do barroco mineiro, no qual colunas torsas e pilastras são continuadas no remate por arquivoltas concêntricas, conserva-se na atual Catedral de Diamantina, proveniente da primitiva matriz, demolida na quarta década deste século. O segundo altar dessa antiga matriz, conservado no mesmo local, pertence ao estilo Dom João V, assim como todos os demais da talha religiosa diamantinense, que curiosamente não evoluiu para o rococó, passando diretamente do barroco ao neoclássico, já sugerido em fase transitória nos altares laterais da igreja de São Francisco, e que depois encontraria sua melhor expressão mineira na matriz da cidade vizinha de Datas. Exemplos de ambientação neoclássica de interpretação provinciana constituem ainda a nave da igreja das Mercês de Diamantina e a capela-mor da igreja do Sagrado Coração do povoado de Biribiri, situado no mesmo município.

Se tanto na arquitetura quanto na talha das igrejas e capelas de Diamantina é possível detectar um autêntico caráter de escola regional, como ficou patenteado, é preciso lembrar que esse mesmo caráter já é de longa data reconhecido para o setor de pintura em perspectiva dos forros. No prefácio à **Contribuição ao estudo da pintura mineira**, de autoria de Carlos del Negro, publicado em 1958, Rodrigo Melo Franco chama atenção para a importância do "acervo pictórico muito significativo e diferenciado" da região, apontando algumas peculiaridades da que seria posteriormente chamada de "Escola de Diamantina", pelo crítico Frederico Morais.

Esta escola, dominada pela figura do genial artista de origem portuguesa, guarda-mor José Soares de Araújo, caracteriza-se pelo tratamento barroquista das perspectivas arquitetônicas, na linhagem direta dos protótipos romanos do Padre Pozzo, e colorido predominantemente sombrio, sem grandes variações de tonalidade. Tem caráter um pouco retardatário para o contexto mineiro, uma vez que abrange as quatro últimas décadas do século XVIII, período que assistiu ao florescimento do rococó na região de Ouro Preto.

O forro da capela-mor da igreja do Carmo, iniciado em 1766, é provavelmente o mais antigo da série. Estruturado a partir de quatro possantes pilastras laterais unidas por arcos centrais, desenvolve temas ornamentais com extraordinária abundância de detalhes, marcando uma primeira etapa do estilo do guarda-mor, à qual pertence também o forro da capela-mor da matriz de Couto de Magalhães de Minas. Os forros da nave do Carmo e da capela-mor de Nossa Senhora do Rosário, realizados posteriormente, revelam nítida evolução do artista, que neles atinge pleno domínio da estruturação longitudinal das perspectivas arquitetônicas, um dos traços fundamentais do seu estilo. Se as "visões" representadas nos quadros centrais recebem tratamento plano, como em geral nas pinturas perspectivas do mundo luso-brasileiro, nos pequenos quadros centrais da nave do Carmo, com a representação de anjinhos esvoaçantes, percebe-se uma tentativa de abertura da perspectiva, com a elevação de um andar suplementar vazado para o espaço celeste.

A capela-mor da matriz de Inhaí poderia ser incluída nesta mesma linha evolutiva, apesar da organização diferente da trama arquitetônica, em função de um espaço

centralizante e não no sentido longitudinal como nos dois anteriores. A um discípulo sem dúvida do guarda-mor pertence o forro da capela-mor do Bonfim de Diamantina, desenvolvido segundo os mesmos esquemas composicionais do Carmo e Rosário, mas revelando um certo provincialismo que o aproxima da arte popular.

A uma etapa final da evolução estilística de José Soares de Araújo filiam-se os forros da capela-mor de São Francisco de Diamantina e nave da matriz de Inhaí. Neles o artista, provavelmente influenciado por novas tendências anunciadoras do rococó, reduz drasticamente a trama de perspectivas arquitetônicas a uma espécie de moldura constituída por pilastras continuadas por arcos centrais e interligadas por balaustradas (São Francisco) ou a suprime completamente (Inhaí). Tanto num como noutro caso, o tema fundamental é agora o motivo do medalhão com a figura do santo padroeiro, destacando-se no centro de um amplo espaço vazio uniformemente pintado de branco e suntuosamente emoldurado por conchóides, guirlandas, palmas e outros temas ornamentais.

Esse esquema de composição caracterizará os forros de tendência rococó, estilo introduzido em Diamantina a partir da última década do século XVIII. O primeiro forro do novo estilo foi provavelmente o da nave da capela de Nossa Senhora do Amparo, executado em 1790 pelo pintor Silvestre de Almeida Lopes, artista ao qual se devem as mais belas criações da pintura rococó na região. Na cidade de Diamantina, além do citado forro do Amparo, atualmente prejudicado por grosseiras repinturas, realizou o da sacristia da igreja de São Francisco, datado de 1795. A composição de ambos resume-se ao tema do quadro central emoldurado por motivos decorativos do vocabulário rococó, como as rocalhas de contorno acidentado e guirlandas de flores. No forro da sacristia de São Francisco, quatro graciosas figuras de anjos, coroados de flores, dominam os eixos laterais da composição, arrematada na parte superior pelo emblema da ordem franciscana.

Finalmente, o forro da capela-mor da igreja das Mercês, de autoria de Manuel Álvares Passos, pode também ser incluído na série rococó, apesar de revelar uma certa influência do estilo pessoal do guarda-mor José Soares de Araujo, no tratamento das figuras do quadro central e elementos ornamentais da moldura do mesmo, que tem

afinidades com as composições similares da capela-mor de São Francisco de Diamantina e nave da matriz de Inhaí. Entretanto, o amplo desenvolvimento da rocalha nesta moldura, assim como na decoração do muro-parapeito ao longo das paredes laterais, revela de maneira inconfundível a filiação de Manuel Álvares Passos ao mundo rococó.

Com relação ao setor de imaginária, praticamente todas as igrejas do município de Diamantina possuem excelentes acervos de peças datando da segunda metade do século XVIII, e particularmente das três últimas décadas, quando se completou a decoração interna da maioria dos templos. Merecem ser particularmente mencionados os conjuntos da igreja do Carmo, incluindo duas imagens de origem portuguesa, Santo Elias e Santa Teresa de Ávila, e a coleção de santos negros da igreja do Rosário, de excelente qualidade e conservando praticamente intacta a policromia original.

Ao lado da apreciação do patrimônio de arte religiosa, cabe uma referência especial à arquitetura civil da cidade, notável pela excepcional harmonia de seu conjunto. Apesar de não haver existido, no período colonial, muita diferenciação tipológica ou fortes particularidades regionais por todo o Brasil, o que também acontecia com a própria arquitetura civil portuguesa da época, é possível destacar em Diamantina alguns elementos comuns ao acervo local, que são observados com uma certa freqüência e regularidade. Isso torna a paisagem da cidade um todo harmonioso, tanto em escala, por causa dos partidos, como pela repetição de elementos construtivos e ornamentais.

Observa-se na área histórica a quase ausência de casas térreas, ficando em destaque os conjuntos de sobrados e construções assobradadas. Pode-se agrupar as edificações em dois tipos de partido mais usados: um transversal às ruas, em lotes mais estreitos, e o implantado em terrenos que se desenvolvem paralelamente a elas, tomando-se como exemplos a Casa do Muxarabi e a Casa do Contrato, respectivamente. Outra peculiaridade dos partidos é o uso dos pátios internos, muito bem aproveitados (ex.: Casa da Glória e Santa Casa de Caridade) na correção de níveis (a cidade se desenvolve numa encosta), bem como nas ambientações internas das edificações.

No sistema construtivo, o detalhe que desperta maior atenção é a ausência de trabalhos de cantaria, com a pedra apenas usada nos alicerces ou misturada ao barro

nas vedações, à maneira de concreto. É a chamada taipa de formigão, um processo com características próprias em Diamantina, onde as pedras eram recolhidas no próprio local da construção - o cascalho, que, na região, tem o nome de "cristal podre" ou "piruruca". Qutro elemento de caracterização local pode ser visto no arremate das coberturas: são os beirais elegantemente conjugados de cimalha e cachorros.

Em meio a esses aspectos singulares da fisionomia arquitetônica de Diamantina, salienta-se também o agradável colorido da pintura externa do casario. O largo emprego das cores vivas não só nas edificações religiosas, como também nas civis, a exemplo do pitoresco Mercado pintado em azul e vermelho, confere um tom alegre e singular à cidade. Incorporadas igualmente à paisagem urbana estão as inúmeras janelas de caixilho de vidro do tipo guilhotina e as rasgadas por inteiro com postigo sobreposto, que se abrem para sacadas de guarda-corpos formados por belos trabalhos de ferro batido. São ainda de significativa presença na paisagem diamantinense o interessante Passadiço da rua da Glória e os primorosos trabalhos de madeira em balcões, com o uso de treliças, a exemplo da vedação da varanda na Casa de Chica da Silva e do único e autêntico Muxarabi ainda existente em Minas Gerais, em casa da rua da Quitanda.

FESTAS, FOLCLORE E ARTESANATO

Além da sugestividade própria de cidade histórica, Diamantina ostenta a fisionomia de uma cidade alegre, uma cidade musical. Essa alegria, longe de ser simples reflexo de um traço psicológico fundamental em seus habitantes, é um elemento de tradição inarredável da cultura peculiar que ali se moldou ao longo dos séculos XVIII e XIX. Mas uma tal predisposição, ainda que marcante em todas as manifestações da vida social, não significa gratuidade e alheamento diante dos valores mais caros e elevados do espírito. A religião, por exemplo, constitui para o diamantinense um componente existencial tão arraigado e sincero como essencialmente o é para o mineiro das velhas cidades de formação colonial. Apenas a religiosidade local, fiel à tendência do temperamento popular, parece mais espontânea e descontraída, em que pese o grande fervor espiritual que a anima.

Tradição que impregnou desde cedo a alma do habitante do antigo Tijuco, a música pode ser ali compreendida como um elo cultural dos mais fortes, a unir num mesmo modo de expansão sensível tanto as melodias ligeiras das formas folclóricas quanto as composições solenes das promoções de igreja. Ao lado da música erudita, já notável no arraial em fins do século XVIII, quando atuava no órgão da igreja do Carmo o famoso compositor e organista José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, desenvolveu-se também o cultivo da música popular, da música dos bailes e serestas. Durante todo o século XIX e parte do atual, duas bandas tradicionais se emularam no abrilhantamento dos programas festivos, cívicos ou religiosos, da cidade. Tudo faz crer que os mesmos instrumentistas integrantes dessas corporações também compartilhassem, nos seus lazeres, dos encontros musicais de rua ou de salão em que, noite a fora, se expandia, como ainda hoje, a alegre gente de Diamantina. E há que lembrar igualmente a presença dos ritmos primitivos, aportados pelos escravos africanos que trabalhavam nas lavras do diamante, ritmos conservados vivos nas manifestações do folclore negro ou que foram assimilados pelas melodias mais amaneiradas de herança portuguesa.

Religião, música e alegria estão, portanto, bem identificadas no cerne das tradições festivas de Diamantina, sejam elas de cunho religioso, sejam de natureza folclórica ou profana. As comemorações da Semana Santa, por exemplo, fazem amenizar o recolhimento grave e piedoso da ocasião com o aspecto solene e colorido das encenações então realizadas, em que vários episódios da Paixão de Cristo são rememorados ao vivo dentro de uma imponência quase teatral. A música, às vezes velhos motetos executados desde o período colonial, compõe o fundo harmonizador das solenidades, revestindo-as de maior brilho. Muitas outras festas de igreja, se não tão importantes como a Semana Santa, pelo menos bastante caras à devoção popular, integravam ou ainda integram o calendário religioso do diamantinense. A escritora Helena Morley, no livro de memórias **Minha vida de menina**, alude a várias celebrações, novenas e procissões comuns no antigo Tijuco de fins do século XIX. De todas as festas mais tradicionais, porém, são as do Rosário e do Divino as que ainda hoje se comemoram dentro da antiga autenticidade, constituindo por isso promoções de forte atrativo turístico.

A festa do Rosário, realizada em setembro/outubro e promovida pela Irmandade do Rosário, compõe-se de duas partes - a litúrgica, de conteúdo católico, incluindo missa e outros ofícios religiosos, e a folclórica - o "reinado" ou "congado" - integrada por tradições como danças (marujada, catopés, caboclos, etc.), subida do mastro, espetáculos pirotécnicos e números musicais. Segundo a lenda, sua origem estaria ligada à figura de Chico Rei, um líder tribal africano, trazido como escravo para Vila Rica, no princípio do século XVIII, que conseguiu libertar seu filho, a si próprio e, pouco a pouco, o restante de sua tribo, chegando a formar um pequeno estado congo dentro da sociedade mineradora, nos moldes da organização africana. As festividades do "congado", vinculadas ao culto de Nossa Senhora do Rosário, apareceram então sob a forma de reprodução simbólica da história tribal, com a coroação dos reis do Congo, a representação das lutas entre as monarquias negras e contra o colono escravizador, as trocas de embaixadas, etc. De Vila Rica, a tradição festiva dos pretos se disseminou por todo o território das Minas Gerais. Na Festa do Rosário de Diamantina, chamam especial atenção a organização coreográfica, o colorido da indumentária dos figurantes e o ritmo bem cadenciado das músicas e danças.

A Festa do Divino, não obstante associar também elementos religiosos e folclóricos, é promovida tradicionalmente por grupos mais representativos da sociedade diamantinense, que elegem todos os anos um festeiro, o imperador, responsável pela sua realização, ocorrida geralmente no mês de julho. A programação compreende principalmente a chamada "folia", com número variável de integrantes (imperador, imperatriz, pajens, alferes da bandeira, etc.) e que desfila em procissão pomposa, da casa do festeiro até a Imperial Capela do Amparo, acompanhada no final por uma banda de música. Após a realização de missa solene, o cortejo do Divino retorna à casa do imperador, onde há outras comemorações e distribuição de doces, perdurando os festejos por dois ou três dias. A Festa do Divino Espírito Santo, velhíssima tradição ibérica, foi introduzida no Brasil, já no século XVI, pelo colonizador português, aqui sofrendo várias transformações. Conservou, contudo, como se verifica em Diamantina até nossos dias, algumas características essenciais, tais a coroação do imperador, a coleta de donativos, a distribuição de esmolas e comida, além da manuten-

ção dos principais símbolos: a bandeira, geralmente vermelha com uma pomba bordada e outra de madeira arrematando a haste, e a coroa e cetro distintivos do império.

No campo da música sentimental, de lazer, tão apreciada já no antigo Tijuco, segundo testemunho dos viajantes estrangeiros que o visitaram em inícios do século XIX, ou segundo também o depoimento sempre precioso do grande historiador local Joaquim Felício dos Santos, permanece, como expressão das mais típicas da alegria diamantinense, o costume boêmio e expansivo dos "coretos" e serestas. Não se conhece ao certo a origem do "coreto" - pequeno coro ou coral, canto mesclado de alegria, saudade e mesmo ironia, mas sua manifestação no Tijuco não deixou de receber talvez certa influência africana pela cadência langorosa, pelo acento nostálgico. Em épocas mais remotas, era quase que privativo de pequenas reuniões íntimas, em meio a jantares e aconchegantes rodas de bebidas. Com o tempo, "coretos" mais populares como "Peixe-vivo", "Zum...zum", "Tim...tim" e outros passaram a ser cantados também nas ruas, nas famosas serestas das noites de Diamantina, ao lado de famosas "modinhas" como "Elvira, escuta" e "A ti, flor do céu". A princípio, assim, formas folclóricas urbanas e locais, tanto os "coretos" quanto as "modinhas" diamantinenses, acabariam, porém, a ter grande divulgação em todo o país, graças à sua beleza melódica e ao tom afetivo das letras.

A uma cultura viva tão rica não poderia faltar outro traço importante do gosto e imaginação popular como é o artesanato. Entretanto, essa atividade só mais recentemente passou a representar no município uma função de relativa importância econômica, através da tecelagem dos chamados tapetes tipo Arraiolo. Apresentando padronagens e qualidade de confecção que nada ficam a dever aos modelos originais portugueses, a tapeçaria de Diamantina obteve imediata aceitação no mercado nacional de artesanato. Sua produção, organizada em moldes cooperativos, vem possibilitando o aproveitamento, com naturais reflexos sociais, da mão-de-obra feminina, antes ociosa. Mais tradicional é, no entanto, a produção familiar e rudimentar de outros objetos mais simples, a exemplo de artigos de ferro batido, cerâmica e algodão, além de jóias confeccionadas em coco e incrustadas de ouro.

A CIDADE

Formação e Evolução Urbana

Segundo Joaquim Felício dos Santos, foi a descoberta e exploração do ouro no vale do córrego do Tijuco que determinou não só a origem do Arraial do Tijuco, mas a sua própria conformação inicial, a partir da qual se desenvolveria. O núcleo pioneiro de povoamento corresponderia, hoje, ao triângulo formado pela rua do Burgalhau, rua do Espírito Santo e o Beco da Beata, área primitivamente denominada de Burgalhau e que acompanha o curso do referido córrego. Todo o espaço em torno era, à época da fundação do arraial, ocupado por matas (hoje, rua Direita, largo de Santo Antônio, Arraial de Baixo) ou brejais (rua Macau, rua São Francisco, rua do Chafariz, Cavalhada), trechos que foram sendo paulatinamente ocupados à medida que o arraial adquiria maior importância.

Em particularizado estudo sobre a formação urbana de Diamantina, vê, no entanto, Sylvio de Vasconcellos o surgimento do arraial como resultado da polarização de pequenos núcleos isolados, nascidos em torno de lavras de mineração do ouro. Para ele, a confluência dos caminhos de ligação entre esses núcleos acabou por delimitar "uma área triangular, cujo centro de gravidade seria o arraial do Tijuco, cujo vértice estaria no arraial de Baixo, e cuja base se assentava no curso do Tijuco..." Tais agrupamentos periféricos de mineração seriam, a princípio, três: o Arraial de Baixo, surgido das lavras, a sudeste, nas encostas voltadas para Palha; o Arraial do Rio Grande, a nordeste, a partir da exploração do ouro no vale do mesmo rio; e o Arraial de Cima, surgido da mineração nas grupiaras e no alto da Serra, a sudoeste. Mais tarde, com o aparecimento do Arraial dos Forros ou Macau, junto ao córrego da Caridade, a noroeste, transformou-se então a área central triangular em uma área quadrangular, em meio à qual se desenvolveria efetivamente o Arraial do Tijuco.

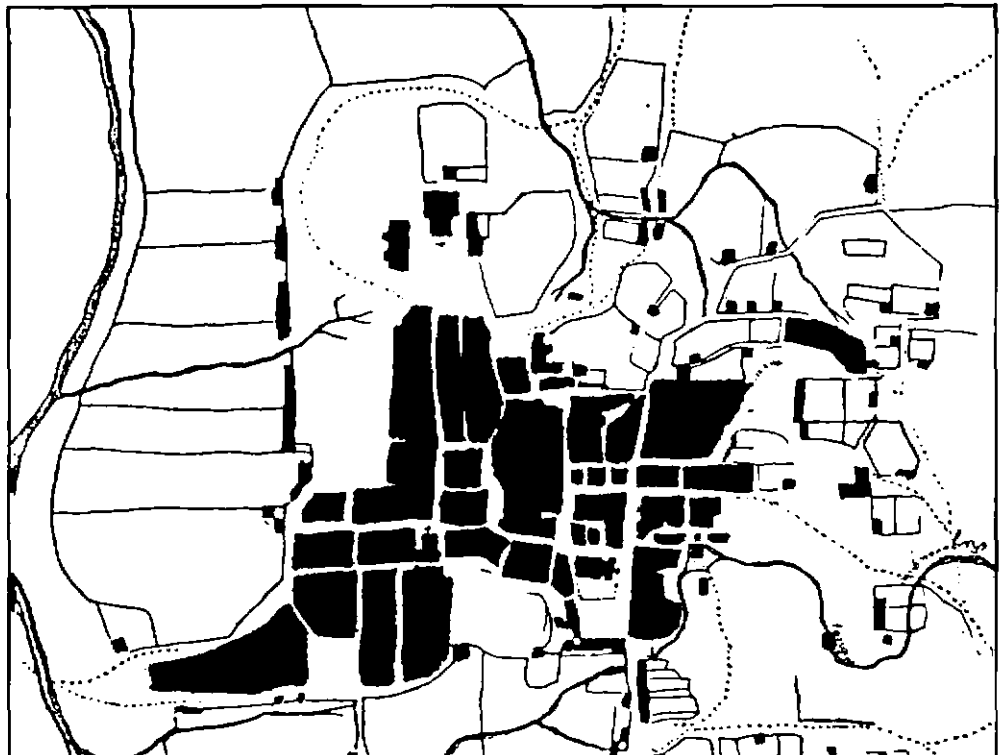
Ainda conforme o mesmo autor, esse remoto processo de formação urbana da atual cidade de Diamantina compreendeu três etapas. A primeira, em época da exploração do ouro e anterior à descoberta do diamante, caracterizou-se pelo povoamento

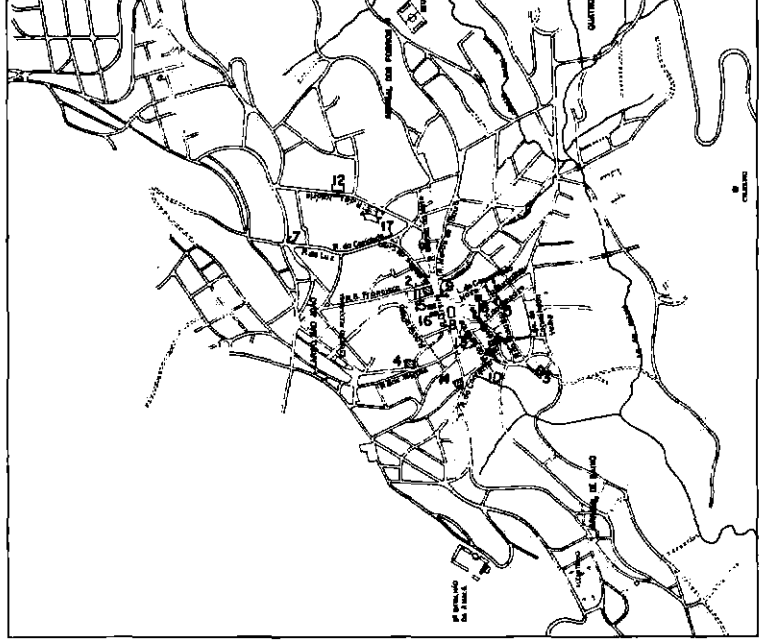
esparso na área e restrito a cada arraial, ainda isolados uns dos outros, ausente qualquer preocupação com arruamentos ou com construções definitivas e sem limitação precisa de seus contornos.

A polarização do povoamento e a formação da área central, com a definição dos caminhos de ligação entre os quatro arraiais e a multiplicação e subdivisão de novas saídas em ruas e becos, marcaram a segunda fase, compreendida entre os anos de 1720 a 1750, aproximadamente. O centro urbano do Tijuco adquiriu, nessa fase, uma configuração reticular, favorecida pela presença de uma administração rigorosa, que impunha algumas normas de ordenação urbana, e pelas condições topográficas que possibilitaram arruamentos transversais à encosta, de modo mais acentuado entre as atuais ruas do Rosário, do Contrato e Direita. Por sua vez, a urbanização periférica se fez espontaneamente, com o surgimento do casario ao longo de caminhos naturais e desordenados.

Após 1750, deu-se a última etapa de formação do Tijuco, com a consolidação do seu traçado urbano básico até meados do século XIX. Uma planta local, provavelmente elaborada em 1772, já registrava a existência de malha urbana central em reticulado, quase idêntica à atual, apenas com pequenas variações decorrentes da posterior abertura ou desvio de alguns becos e ruas. O velho arruamento principal permanece ainda hoje, marcado substancialmente pelas ruas paralelas do Rosário, do Bonfim, da Quitanda/Carmo e Direita. E também são as mesmas as vias transversais mais importantes, originadas dos antigos caminhos que ligavam os arraiais primitivos entre si - as ruas do Arraial de Baixo, Bonfim, a atual Campos Carvalho e Macau, entre o Arraial de Baixo e o Arraial dos Forros, e as ruas do Rio Grande, Amparo e Mercês, entre o Arraial do Rio Grande e o Arraial de Cima. Surgiram, é verdade, algumas novas áreas de expansão, como o bairro da Glória, resultado da polarização em torno da capela da Luz, construída em princípios do século XIX, e os bairros de Venda Nova e Curral, surgidos no decorrer do mesmo século, mas se conservou a estrutura fundamental do núcleo urbano central.

Esta periodização acompanha bem próximo o curso tomado pela economia diamantífera. Percebe-se que a polarização dos quatro núcleos, que geraram o Arraial





LEGENDA:

1 – Igreja do Carmo
2 – Igreja de S. Francisco de Assis
3 – Igreja do Rosário
4 – Igreja das Mercês
5 – Capela do Amparo
6 – Capela do Bonfim
7 – Capela da Luz
8 – Catedral
9 – Prefeitura
10 – Palácio Arquiepiscopal
11 – Forum
12 – Antiga Casa da Glória
13 – Casa do Muxarabi
14 – Casa de Chica da Silva
15 – Museu do Diamante
16 – Casa do Intendente Camara
17 – Santa Casa
18 – Mercado

▨ Bens Tombados

PLANTA DA CIDADE DE DIAMANTINA

Fundação João Pinheiro

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

EDIFICAÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO

DATA 1979

PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

do Tijuco, ocorreu com a dinamização do processo exploratório do diamante. A descoberta do diamante provocou a implantação pela Metrópole de um sistema político-administrativo especial para a região, com a criação em 1734 do Distrito Diamantino, que passou a exigir um centro administrativo organizado o bastante para conter e fazer funcionar o poderoso aparelho burocrático e fiscal montado. Dois edifícios fundamentais na vida social e política do Tijuco surgiram nessa época - a nova igreja matriz de Santo Antônio e a Casa da Intendência, já situados junto ao novo centro do arraial, transferido do núcleo primitivo do Burgalhau, no sopé da vertente, para a meia encosta, no Largo de Santo Antônio, conseqüência da imposição da rede viária e das condições topográficas mais favoráveis.

As décadas de 50, 60 e 70 dos Setecentos representaram a fase do apogeu da economia do diamante, quando sua produção atingiu os maiores índices, através da exploração pelo sistema de contrato. A dinamização do trabalho minerador resultou, conseqüentemente, em maiores investimentos no arraial, quando se ergueram, então, as principais igrejas e a maioria do casario residencial e público de maior porte. As obras de construção da igreja do Carmo começam por volta de 1761, a de São Francisco foi iniciada em 1766, a das Mercês em 1778, concluindo-se a edificação da capela do Amparo em 1776. Também desse período são a Casa de Chica da Silva, localizada no final da rua do Contrato, a Casa do Padre Rolim, na rua Direita, Casa do Muxarabiê, o atual Fórum, junto à igreja de São Francisco, dentre outras construções ainda hoje existentes.

A progressiva queda da produção do diamante, a partir do final do século XVIII, influiu para que não se alterasse muito o traçado urbano básico do Arraial do Tijuco. Sua economia quase estagnada não mais oferecia condições para grandes investimentos em novas construções ou em melhoramentos urbanos. Assim, o conjunto que corresponde ao núcleo histórico central permaneceu praticamente o mesmo por todo o século XIX, a ele se acrescentando, afora as construções mais modestas das periferias, apenas algumas edificações mais expressivas, como a capela de Nossa Senhora da Luz, de princípios do século XIX, o Teatro Santa Isabel, iniciado em 1841 e demolido em 1912 para dar lugar ao edifício da Cadeia Pública, o Mercado Municipal,



Diamantina - Vista parcial da cidade, a partir da capela do Amparo.

construído em 1889, no largo da Cavalhada Nova, o Seminário e a igreja do Sagrado Coração de Jesus, em estilo neogótico, datados do final do século passado. Em 1914, com a inauguração da Estação Ferroviária de Diamantina, construída na Praça São João, nos padrões arquitetônicos das estações inglesas, começou a desenvolver-se o novo bairro de Vila Romana, em torno da linha férrea. O processo de expansão urbana teve prosseguimento com a formação de novas áreas de habitação no Alto do Bom Jesus e nas vilas Operária e Santo Antônio, anteriormente a 1955, surgindo mais tarde os bairros de Fátima, Presidente e Bela Vista.

Alguns velhos documentos e os relatos de viajantes estrangeiros que visitaram o Tijuco trazem valiosas referências sobre o aspecto urbano e a vida social locais no período da colônia ou já depois da Independência. Por volta de 1772, o arraial possuía 567 casas, para uma população calculada em 4 mil habitantes, em sua maior parte concentrada no atual núcleo histórico. Quarenta e cinco anos depois, segundo estimativas feitas por Saint-Hilaire, o número de edificações somaria, no entanto, aproximadamente 800 unidades, elevando-se o total de habitantes a cerca de 6 mil pessoas. O naturalista francês alongou-se em minuciosa descrição das características principais do casario, de seus jardins e decoração interna, tal como se apresentavam em 1817: "As casas, construídas umas de barro e madeira, outras de adobe, são cobertas de telhas, brancas por fora e geralmente bem cuidadas. A cercadura das portas e das janelas é pintada de diferentes cores, segundo o gosto dos proprietários, e em muitas casas as janelas têm vidraças (...). As paredes das peças onde fui recebido estavam caiadas, os lambris e os rodapés pintados à imitação de mármore". Quanto aos jardins, estes lhe pareceram "geralmente melhor cuidados que os que havia visto em outros lugares".

Por sua vez, o inglês George Gardner, por ocasião de sua visita a Diamantina em 1836, referiu-se às ruas da cidade como muito irregulares, estreitas e mal calçadas, opinião de que compartilhava Saint-Hilaire, para quem as praças públicas locais eram tão pequenas, "que apenas mereciam o nome de encruzilhadas". A graça urbana do antigo Tijuco, que hoje tanto atrai exatamente por seu pitoresco e peculiaridade, não impressionou bem aos dois viajantes, certamente afeiçoados ao novo espírito urbanís-

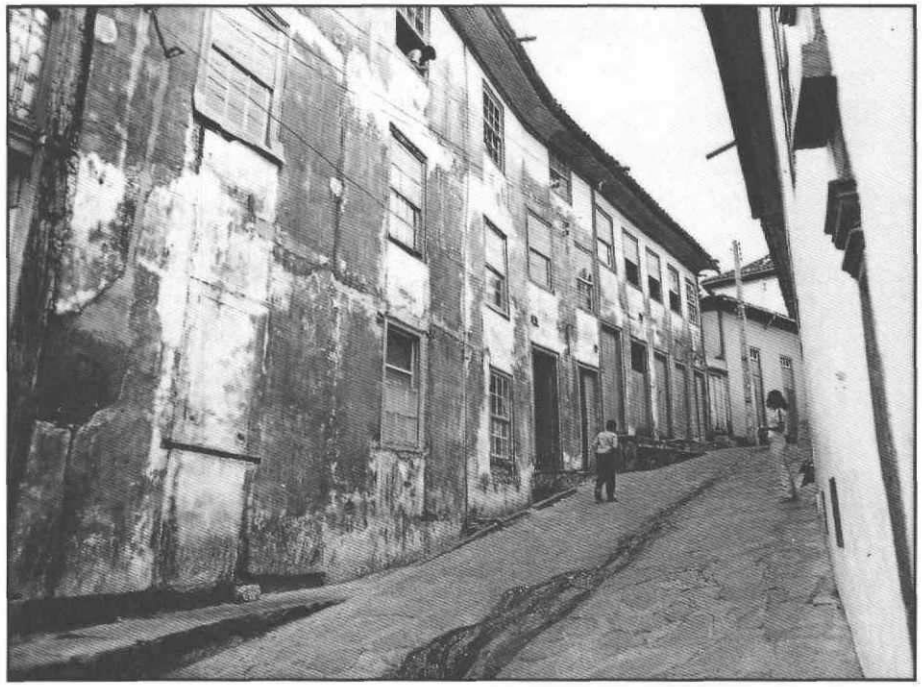
tico, marcado por um sentido mais amplo de espaço, e que em princípios do século XIX começava a transplantar-se da Europa para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro. Ainda assim as observações de ambos os naturalistas não deixaram de revestir-se, como ficou acentuado em outros tópicos, de simpatia e interesse pela vida da velha sede do Distrito Diamantino.

Deve-se precisamente a George Gardner um dos primeiros depoimentos acerca da qualidade e do sistema de águas com que, ao tempo de sua viagem, se abastecia a população: "A cidade é abundantemente provida de água excelente vinda das fontes que brotam das montanhas. Estas águas são canalizadas para muitas casas, suprindo as famílias com uma das maiores comodidades que se podem desfrutar em clima quente". Esse processo rudimentar de abastecimento de água, baseado principalmente num "rego público" construído em 1752 em continuidade ao córrego do Tijuco e do qual se alimentava a fonte da rua do Chafariz, permaneceria até inícios do século atual como o único meio local de fornecimento do líquido. Os jornais **Cidade de Diamantina** e **O Itambé** começaram, entre 1899 e 1902, uma campanha reivindicando melhoramentos de infra-estrutura urbana compatíveis com o desenvolvimento e importância da cidade, dentre os quais a modernização do abastecimento de água, a canalização de esgotos e a construção de um cemitério municipal.

Entretanto, estas conquistas não se fariam de imediato, só vindo a ser concretizadas em etapas, ao longo da primeira metade deste século, sendo a primeira obra efetivada a do cemitério, construído a partir de 1905. Seguiu-se a implantação dos sistemas de água e de esgotos, objeto de sucessivos trabalhos de ampliação e melhoria, bem como da rede elétrica, com a inauguração em 1910 da usina do ribeirão Santa Maria. Em 1954, para um total de 2.099 prédios existentes na cidade, 1.035 eram servidos por rede de água e 820 ligados à rede de esgotos. Vinte anos depois, para um crescimento urbano que alcançava um número de 4.185 prédios - o dobro, portanto, em relação a 1954 -, haveria já nada menos que cerca de 2.500 unidades beneficiadas simultaneamente por esses dois serviços básicos. Presentemente, procede-se ao remodelamento e novo acréscimo de ambas as redes, dentro de projeto que estenderá os recursos de água encanada e esgotos a toda a população local.



Diamantina - Vista parcial da cidade, vendo-se a capela do Bonfim.



Diamantina - Vista parcial da cidade - Beco da Pena.

Ainda com referência à infra-estrutura urbana, há que mencionar também o cuidado dispensado à pavimentação das vias públicas. A princípio, a preocupação maior consistia no empedramento de trechos de caminhos, urbanos ou de ligação entre os diferentes núcleos de povoamento, mais afetados pela erosão ou atoleiros, de modo a tornar mais permanente o trânsito de pedestres, cavaleiros e tropas. Só mais tarde se cuidaria do revestimento propriamente dito das vias públicas no núcleo principal do arraial. O uso de pedras irregulares ou seixos rolados, único material de que ali à época se dispunha, sem grandes exigências de técnica ou mão-de-obra, fazia às vezes penoso o trânsito por esses caminhos e ruas, daí as observações de alguns viajantes estrangeiros sobre o "mau calçamento" do Tijuco. O problema perduraria até fins do século XIX, quando, depois de 1877, se introduziram os passeios centrais de lajes mais regulares a que o povo denominou "capistranas", por dever-se a iniciativa do novo calçamento ao então presidente da província João Capistrano Bandeira de Melo. Esse interessante piso, tão bem integrado à tipicidade urbana de Diamantina, ainda hoje reveste as ruas do centro histórico, embora novas modalidades de pavimentação venham sendo utilizadas em áreas de mais recente expansão da cidade.

A função de pólo regional, tradicionalmente exercida por Diamantina, decorre em boa parte da diversificação e do bom desempenho dos serviços oferecidos, tanto no que se refere ao comércio quanto, sobretudo, no campo da saúde e da educação. Ao primeiro estabelecimento hospitalar - a Santa Casa de Caridade, fundada em 1790 e ainda em atividade - somam-se atualmente mais amplos e modernos recursos assistenciais na área, quer de caráter institucional, quer particular. Por sua vez, o equipamento educacional, implantado ainda na época da colônia com as pioneiras "aulas régias" locais de Primeiras Letras e Gramática Latina, ampliou-se consideravelmente a partir do século XIX, acompanhando naturalmente a crescente importância da cidade e o seu papel de liderança na região. Em 1852, fundou-se o Ateneu São Vicente de Paulo, primeiro estabelecimento local de ensino secundário, que funcionou por mais de dez anos, sendo substituído em 1866 pelo Seminário criado pelo bispo Dom João Antônio dos Santos. Além de várias escolas de primeiro e segundo graus, dentre elas o centenário Colégio Nossa Senhora das Dores, Diamantina possui presentemente

uma Faculdade de Filosofia, outra de Odontologia, o Instituto Eschwege, com cursos de pós-graduação em mineralogia, a Escola de Música e o tradicional Seminário Arquidiocesano, constituindo-se a cidade, portanto, em destacado centro de ensino superior e especializado.

Situando-se entre as mais importantes cidades históricas brasileiras pelo valor de seus monumentos artístico-religiosos e a homogeneidade do conjunto urbanístico e arquitetônico, Diamantina conjuga de modo admirável a representatividade como patrimônio singular do passado nacional e o seu papel de cidade viva e atualizada. Vencidas as antigas limitações do isolamento geográfico, ela se acha hoje perfeitamente integrada aos modernos sistemas de comunicação, seja através de asfalto, seja de canais telefônicos nacionais e internacionais. Essas conquistas do progresso, somadas aos fatores de atração de seu acervo histórico, das sugestivas tradições locais e da beleza paisagística da região, fazem do antigo Tijuco um dos principais centros de potencial turístico do país.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Edificações Religiosas

Igreja de Nossa Senhora do Carmo

HISTÓRIA

Data de 1758 a fundação da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo do Arraial do Tijuco, que teve a princípio sua sede provisória na igreja matriz de Santo Antônio. Confirmada no ano seguinte a sua instituição pelo Provincial do Rio de Janeiro, os irmãos carmelitas começaram a tratar da edificação de capela própria. Segundo o historiador Joaquim Felício dos Santos, teria havido divergência entre a maioria dos membros da irmandade e o primeiro prior eleito - desembargador João Fernandes de Oliveira, contratador dos Diamantes -, quanto à localização da capela, resolvendo ele assumir pessoalmente a responsabilidade e custeio da construção, de modo a prevalecer o seu ponto de vista de que o edifício fosse erguido em frente à Casa do Contrato, em local onde existia uma capelinha dedicada a São Francisco de Paula. O certo é que, obtida em 1760 autorização para ereção do templo, as obras se



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Carmo

iniciaram em seguida e em 1765 já se encontravam praticamente concluídas, faltando apenas os trabalhos de pintura e ornamentação. Nesse mesmo ano, por termo datado de 6 de julho, João Fernandes de Oliveira fazia à Ordem 3ª a doação da capela, "a qual fabricou à sua custa".

Não foram encontradas informações sobre a autoria do projeto e das obras de construção do prédio. Os primeiros registros do Livro de Despesas da irmandade datam de 1765 e se referem a pagamentos feitos ao guarda-mor José Soares de Araújo, por trabalhos de pintura e douramento do lavatório, flores do trono, castiçais, etc. Entre 1766 e 1778, novos ajustes para os demais trabalhos de pintura foram firmados com o mencionado artista, sobre quem os irmãos carmelitas do Tijuco deixariam consignado em seus assentamentos este expressivo e consagrador juízo: "he o mais perito na dita Arte que ha neste continente". Mediante contrato referido em termo de 3 de março de 1766, José Soares de Araújo assumiu então o encargo de pintar o templo do arco-cruzeiro para dentro da capela-mor, inclusive o respectivo teto, "tudo dourado e pintado na última perfeição", como estipulava em suas condições a Mesa da Ordem. Doze anos depois, a 30 de outubro de 1778, o guarda-mor voltaria a firmar outro ajuste de importância para o programa decorativo da igreja, desta feita abrangendo trabalhos de pintura a serem executados na nave, nas sacristias, no coro, no consistório e nos púlpitos. O termo de contrato especificava os principais detalhes técnicos exigidos para a obra: "..dourados os Dois Altares colaterais de ouro brunido comrespondendo a Capella Mor nos campos; A semalha do corpo da Igreja sera os frizoz dourados de brunido e pedra fingida com Alguas folhas de ouro; frestaz refendidos de ouro Portais collunas de coro tambem refendido de ouro, capiteis dourados tudo de brunido, de Baxo do coro sera Pintura de ornato em prespectiva; o tétto do corpo da Igreja todo fixado de Alquitetura com prespectiva com ornatos e figuras em os lugares competentes, no meyo santo Ellias dando a capa a Ellizeu: O pulpito todo de ornatos de ouro fornis em branco, ou perolla..." Interessante é a presença das expressões "pintura de ornato em perspectiva" e "arquitetura com perspectiva", que denotavam atualizada informação sobre aspectos teóricos e formais do estilo de pintura do tempo. José Soares de Araujo, português natural da cidade de Braga, era irmão da Ordem do



Diamantina .
Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
Interior.

Carmo e, nessa condição, foi sepultado a 18 de setembro de 1799 na própria capela em que deixou o legado principal de sua arte de pintor.

As obras de talha da tarja do arco-cruzeiro e da cruz da Ordem couberam ao entalhador Manoel Pinto e datam do ano de 1766. Os altares laterais foram contratados, em 1771, com Francisco Antônio Lisboa, ficando concluídos provavelmente em 1778, com os trabalhos de douramento ajustados naquele ano pelo guarda-mor José Soares de Araújo. Quanto ao órgão da igreja, que se encontra assentado no coro, trata-se de obra do artista local padre Manuel de Almeida Silva, que a executou a partir de 1782. Sete anos depois, a Ordem contratava os serviços de organista de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, cujo nome as recentes pesquisas sobre o passado musical mineiro vieram revelar como um dos mais notáveis compositores do século XVIII no Brasil.

No ano de 1803, deu-se a primeira modificação significativa no templo, quando a irmandade decidiu "fazer a reforma do paredam e demoliçam das escadas do adro", determinando "que não houvesse mais escadas, ficando com huma só entrada em frente, e vigorado o dito adro com paredam de pedra em torno do mesmo". Várias outras reformas foram realizadas no decorrer do século XIX, nos anos de 1819, 1830/2, 1837, 1859 e 1898. Num desses trabalhos, a torre única da igreja, originalmente construída na parte posterior do edifício, foi demolida e reconstruída na fachada, deformando sua feição primitiva. Em 1948/1949, o IPHAN efetuou importantes obras de restauração, compreendendo a recolocação da torre em sua antiga posição, bem como reparos gerais nas estruturas de madeira, telhados, forros e vãos.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 283 - Livro de Belas Artes, n. 3, fls. 49, datada de 4 de abril de 1940.

ARQUITETURA

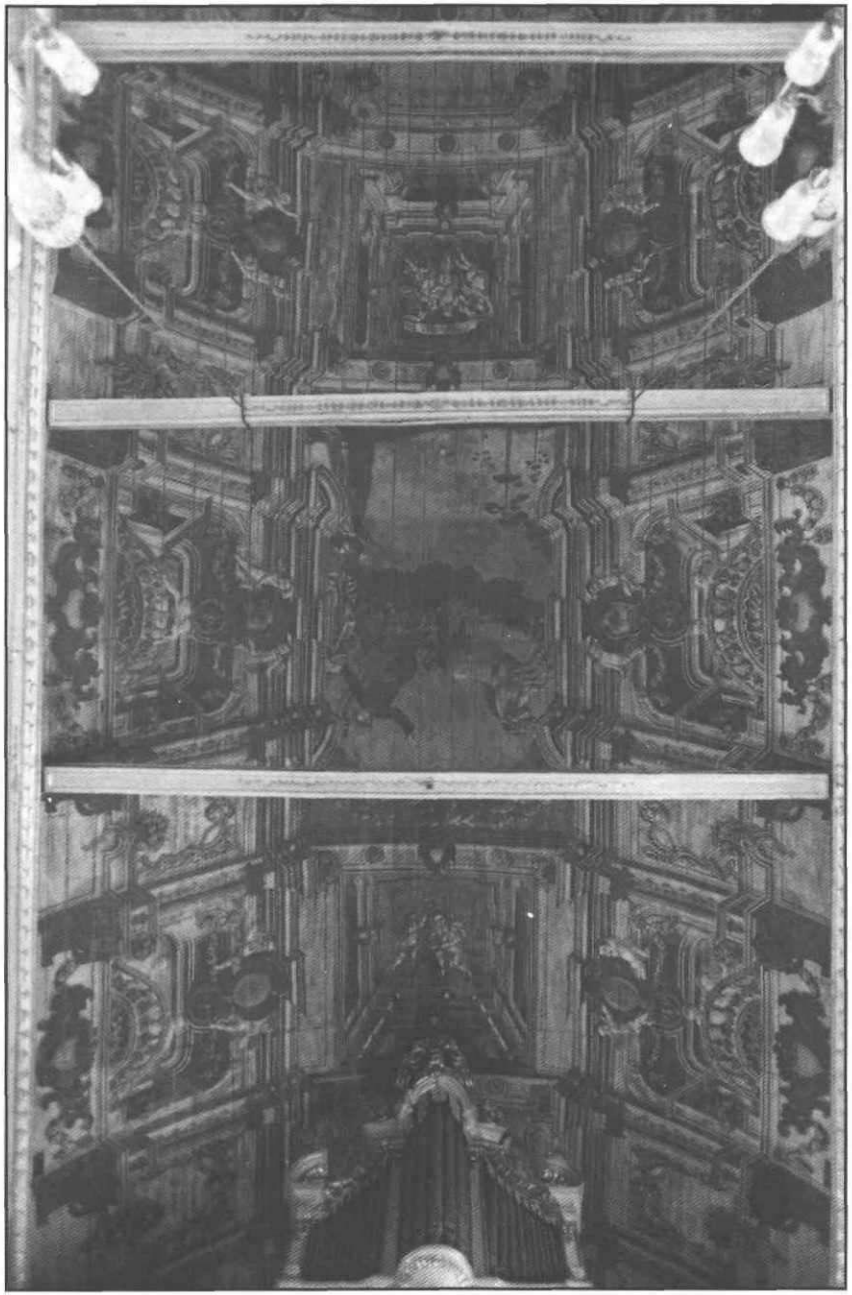
A igreja da Ordem 3a. do Carmo de Diamantina pode ser considerada, sem dúvida, a obra-prima da arquitetura religiosa da região do Circuito do Diamante, pela beleza das proporções, acabamento esmerado da ornamentação arquitetônica e requinte de sua decoração interna, na qual trabalharam artistas do porte do guarda-mor José Soares de Araújo e do entalhador Francisco Antônio Lisboa, quase homônimo do



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
Retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Órgão.



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Pintura do forro da nave (José Soares de Araujo).

Aleijadinho. É também uma das mais pitorescas, pela inusitada solução da torre única colocada na parte posterior da igreja, que alimenta lendas locais ligadas à figura da famosa Chica da Silva, amante do contratador João Fernandes de Oliveira, prior da irmandade e construtor da igreja.

Desenvolve-se a planta a partir da nave e capela-mor ladeada por duas sacristias e um consistório do lado direito, nos fundos do edifício, prolongado pelo cômodo da torre no eixo da capela-mor. Do lado esquerdo, entre a sacristia e a fachada, um espaço coberto abre-se para um pequeno jardim lateral, no qual se situa o cemitério de gavetas da Ordem. Essa espécie de varanda acusa-se na fachada principal da igreja por corpo lateral claramente destacado, possuindo entrada própria e arrematado por frontão triangular.

O gracioso frontispício é um dos melhores exemplares mineiros estruturados em madeira e adobe, sistema construtivo tradicional, mantido na arquitetura religiosa de Diamantina e região nordeste do Estado. Quatro pilastras de fuste apainelado ritmam verticalmente a composição, delimitando três panos de parede: o central, ocupado pela portada, e os laterais, por portas-sacadas. O acento horizontal é dado pela cimalha de forte saliência, encurvada sobre o óculo, como nas igrejas ouropretanas da segunda metade do século XVIII.

Acima da porta, e em composição harmoniosa com o óculo curvilíneo, insere-se o brasão de relevos em madeira, com as armas da ordem carmelita. O todo é coroado por belo frontão, cujo retângulo central é formado pelo prolongamento das pilastras centrais do frontispício, ladeado por duas volutas. Um pequeno frontão decorado de telhas em bica e encimado por uma cruz constitui o remate superior.

ORNAMENTAÇÃO

A beleza e suntuosidade da talha dos retábulos e imaginária neles existentes aliada ao alto nível das pinturas em perspectiva do guarda-mor José Soares de Araujo, que revestem os forros da nave e capela-mor, fazem do interior da igreja do Carmo de Diamantina um dos mais significativos exemplares de decoração religiosa mineira da segunda metade do século XVIII.

O conjunto de retábulos de talha D. João V é o melhor de toda a região do



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
Imagem de Santo Elias.



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
Imagem de Santa Teresa de Ávila.

Circuito do Diamante. Tanto o altar-mor quanto os da nave, inseridos de viés no ângulo formado pelas paredes do arco-cruzeiro e nave, possuem a mesma estrutura básica: quatro colunas de fuste liso, apoiadas em fortes consolos em forma de volutas e rematadas por capitéis de ordem compósita, sustentando complexa arquitrave, sobre a qual repousa o arco contendo os elementos ornamentais do coroamento. O principal desses elementos é o dossel com sanefa em lambrequins, característico do estilo Dom João V, motivo repetido em menores proporções no remate superior dos nichos situados entre as colunas.

Os altares laterais, de autoria do entalhador Francisco Antônio Lisboa, apresentam ainda relevos ornamentais na parte superior, delimitada pelo arco e cimalha. Na parte côncava desse mesmo arco, os habituais desenhos recortados e realçados em ouro, típicos da região de Diamantina, são substituídos por vigorosa talha de conchóides, integralmente dourada. Nesses retábulos, a pintura e o douramento foram executados pelo guarda-mor José Soares de Araújo, integrando-se portanto unitariamente à pintura em perspectiva dos forros, também de sua autoria.

Justamente considerados como as obras-primas da pintura religiosa da região, os forros da capela-mor e nave da igreja do Carmo, integralmente pintada em perspectiva ilusionista, completam magnificamente a decoração interna do templo, acentuando o aspecto de preciosismo e opulência já sugerido pelo douramento dos retábulos e imagens. Embora executados pelo mesmo artista, divergem esses forros na estrutura da composição, técnica pictural e tratamento dos detalhes, demonstrando assim facetas diferentes do talento criador de José Soares de Araújo.

No forro da capela-mor, ajustado com o artista no ano de 1766, a perspectiva arquitetônica, formada por quatro possantes pilastras laterais unidas por arcos centrais, parece servir apenas de suporte ao desenvolvimento dos temas ornamentais que preenchem compactamente todo o quadro central, deixando pouquíssimo espaço à representação figurativa da Virgem entregando os escapulários a São Simão Stock. Estes temas ornamentais, tratados com extraordinária abundância de detalhes, dão a impressão de obra de ourivesaria, reforçada ainda pelo predomínio da tonalidade cinza com realces de ouro distribuídos em pequenos toques em toda a composição.

Já no forro da nave, executado posteriormente, entre 1778 e 1784, primazia absoluta é dada à perspectiva arquitetônica, que subdivide toda a extensão da nave em compartimentos quadrangulares delimitados por pilastras com colunas adossadas e respectivos entablamentos. Como nas demais obras do guarda-mor, pouco espaço é deixado ao quadro central, aqui ocupado pela representação do episódio do arrebatamento ao céu do Profeta Elias num carro de fogo, no momento em que deixa cair o manto a Eliseu. A composição, estruturada no sentido longitudinal, divide o espaço do forro em três secções à maneira de frisos. Na secção central, além do quadro mencionado, duas aberturas em vertiginosa perspectiva dirigem-se para o céu, de onde irrompem grupos de anjinhos. As secções laterais são preenchidas pela perspectiva de um muro compacto, interrompido apenas, de cada lado, por janelas envidraçadas com balcões de balaústres atrás dos quais postam-se graciosas figurinhas de anjos. As cores, menos sombrias do que na capela-mor, são também mais variadas, introduzindo diversas tonalidades de vermelho e marrom sobre o habitual fundo cinza-azulado das perspectivas arquitetônicas. O esquema ornamental do templo é complementado por outras pinturas existentes no coro e na sacristia.

Magnífico conjunto de peças de imaginária distribui-se pelos nichos laterais e tronos centrais dos retábulos, merecendo destaque especial Santo Elias e Santa Teresa de Ávila dos altares laterais, pelo alto padrão erudito destas imagens de origem portuguesa e datando da segunda metade do século XVIII. Entre as peças menores, salientam-se ainda as imagens de Sant'Ana, Santa Quitéria e Santa Luzia do altar lateral direito.

Igreja de São Francisco de Assis

HISTÓRIA

A construção da igreja deve-se à iniciativa da Ordem Terceira de São Francisco, fundada no Tijuco em 1762. Foi mediante termo datado de 14 de fevereiro de 1766 que os irmãos franciscanos se obrigaram, por "suas pessoas e bens", ao pagamento das despesas de ereção do templo. Poucos anos depois, em 1772, era dada permissão, pelo governador do bispado de Mariana, cônego doutor Francisco Xavier da Rua, para celebração dos atos religiosos na igreja, pois esta já se encontrava praticamente concluída, "benta, ornada com paramentos convenientes para tão majestoso Sacrifício".



Diamantina.
Igreja de São Francisco de Assis.



Diamantina - Igreja de São Francisco de Assis - Interior.



Diamantina - Igreja de São Francisco de Assis - Altar-mor.



Diamantina - Igreja de São Francisco de Assis.
Retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.

As obras gerais de construção foram arrematadas em 1766 por Antônio Fernandes de Oliveira, que, a 20 de abril de 1768, ajustou com Francisco de Souza Matos "toda a obra que diz respeito ao officio de carapinteyro". A fachada principal só viria, porém, a ter acabamento bem mais tarde, com a fatura da torre e outros trabalhos não especificados, contratados em 1789 por Valério Fernandes Vilas Boas. Data igualmente desse mesmo ano a construção da sacristia.

Os trabalhos de pintura e douramento da capela-mor são de autoria do guarda-mor José Soares de Araújo, tendo sido realizados nos anos de 1782 e 1783, como consta de vários recibos desse período, a exemplo do seguinte: "Recebi do Irmão Sindico o Sr. Goarda Mor Fran^{co}. Pereyra Marinho vinte e sete oytavas e coarto e trez v^{s}. por conta de pintura que estou fazendo, da Capela Mor de s. Fran^{co}. e p^{a}. sua clareza pasey o prez^{te}. Tejuco a 25 de Junho de 1783". Alguns documentos da Ordem, datados de 1793 a 1798, indicam que José Soares de Araújo realizou também pinturas no corpo da igreja, não se sabendo, porém, se estas desapareceram posteriormente em conseqüência de trabalhos de modernização do templo. O painel do forro da sacristia, que traz a data de 1795, foi identificado pelos especialistas como de autoria do pintor Silvestre de Almeida Lopes, outro notável artista da região do Serro e Diamantina.

Na documentação de despesas da Ordem, referente ao período de 1838/1839, consta registro de pagamentos aos pintores Germano Ferreira de Miranda, "p^{a}. pintar a cruz, e massanetas do frontispicio da Capella", e Esperidião Roiz da Cunha, que executou nova pintura da capela-mor. Entre 1874 e 1880, verificaram-se trabalhos de douramento dos altares laterais, ajustados a princípio com Antônio José Duarte de Araújo Gondim, mas executados efetivamente por Agostinho Luiz de Miranda, em nome de quem há diversos recibos pelo serviço. Este último realizou também pinturas no frontispício da igreja, em 1894, e a de um oratório pertencente à Ordem, em 1896.

A 13 de maio de 1917, o templo, que se encontrava por algum tempo fechado *para reforma, foi reaberto ao público, depois de abrangentes trabalhos de restauração* de paredes, telhados, assoalho, etc., dos quais se encarregaram o carpinteiro Bernardino Felix da Silva e os pintores José Joaquim e José Jonas da Conceição. É possível que,

por ocasião dessa reforma, tenham ocorrido modificações no aspecto interior da igreja, notadamente quanto à decoração da nave. Trinta anos mais tarde, já sob responsabilidade do IPHAN, o edifício voltou a ser objeto de nova restauração geral, compreendendo retirada de material apodrecido, colocação de bases de cimento no porão, reconstrução da parede lateral direita, consertos de cunhais e baldrames, dentre outros serviços.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 335 - Livro de Belas Artes, fls. 70, datada de 6 de dezembro de 1949.

ARQUITETURA

A construção da igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Diamantina, iniciada no momento em que se concluía a igreja da Ordem Terceira do Carmo da mesma cidade, parece ter seguido de perto os padrões arquitetônicos adotados nesta última, da qual difere apenas em linhas gerais pela posição lateral da torre na fachada e menor riqueza de recursos. Desfruta de bela situação paisagística, localizando-se numa esquina, em plano mais elevado do que a rua e com amplo adro fronteiro, precedido por escadarias de pedra.

A planta, gerada a partir da nave e capela-mor de menor largura, apresenta sacristias laterais anexas às paredes da capela-mor e uma espécie de sala lateral no alinhamento da torre única, servindo de acesso ao púlpito. Esta torre, situada do lado esquerdo, é separada da nave por um elemento de ligação como na igreja do Rosário e serve também de acesso ao coro.

A composição da fachada obedece à mesma compartimentação vertical do espaço das igrejas do Carmo e Rosário. Quatro áreas principais e uma secundária, constituída pelo citado elemento de ligação, são delimitadas pelo afloramento na parede dos esteios e cunhais de madeira pintados de cores vivas. As secções laterais são ocupadas por portas-sacadas com guarda-corpos de ferro e a central, pela portada encimada por um óculo. Entre os ornatos de madeira pintada da sobreporta, salienta-se o brasão da Ordem, composto de duas cartelas, rematadas pela coroa de espinhos e os dois braços com as chagas.

Uma beirada em cimalha, de forte saliência, contorna todo o edifício. Acima

desta, eleva-se, na fachada, o frontão de madeira, com contornos de linhas quebradas, e um óculo de formas geométricas, sugerindo obra do século XIX, pela perda do espírito curvilíneo do barroco.

ORNAMENTAÇÃO

Com relação à ornamentação interna, como nas demais igrejas de Diamantina, à exceção da igreja do Carmo, o principal interesse reside na capela-mor, única parte do edifício que teve sua decoração inteiramente concluída no século XVIII, anexando em ambientação unitária as obras de talha e pintura em perspectiva do forro.

O retábulo de estilo Dom João V é constituído de quatro colunas de fuste reto providas de caneluras, repousando em consolos de excelente talha, e sustentando elaborada cimalha, acima da qual elevam-se os concheados que ladeiam o dossel do remate superior. Como habitualmente, a cimalha do retábulo é prolongada nas paredes laterais da capela-mor, constituindo moldura natural para a pintura do forro.

De autoria de José Soares de Araújo, que o pintou juntamente com o retábulo do altar-mor entre 1782 e 1783, o forro da capela-mor de São Francisco distingue-se, entretanto, das obras anteriores desse artista, executadas nas igrejas do Carmo e do Rosário, pela drástica redução da trama de perspectivas arquitetônicas a uma espécie de moldura circundando as quatro paredes da capela-mor. A perspectiva arquitetônica resume-se efetivamente aos quatro maciços pilares unidos por dois arcos centrais, acompanhando a curvatura da abóbada junto ao arco-cruzeiro e altar-mor, interligados por duas balaustradas decoradas com vasos de flores nas extremidades laterais. No centro do imenso espaço vazio deixado na parte central, uniformemente pintado de branco, figura um medalhão com a Virgem da Conceição, pisando em nuvens e rodeada de anjos. Este medalhão, suntuosamente emoldurado por conchóides, guirlandas e outros temas ornamentais, não tem equivalente nas obras anteriores do guarda-mor, inaugurando uma nova fase estilística do artista, que Carlos del Negro considera influenciada pelo rococó. A rocalha aparece efetivamente em alguns detalhes da ornamentação, cuja composição geral, entretanto, permanece fiel ao espírito barroco.

Já de índole claramente rococó é a pintura do forro da sacristia, executada em



Diamantina - Igreja de São Francisco de Assis.
Pintura do forro da capela-mor (José Soares de Araujo).



Diamantina - Igreja de São Francisco de Assis.
Pintura do forro da sacristia (Silvestre de Almeida Lopes).

1795 por Silvestre de Almeida Lopes, um ano antes da famosa pintura do forro da capela-mor do Bom Jesus de Matozinhos do Serro, obra-prima deste artista. Em torno de um quadro central, com a representação de São Francisco de Assis em mística conversação com o Cristo Crucificado, desenvolve-se profusa e ampla ornamentação. Esta tem por principais temas decorativos rocalhas de contorno fortemente acidentado, motivos florais e graciosas figuras de anjos, que em número de quatro dominam os eixos laterais da composição. Abaixo do quadro, estão inscritas as frases do diálogo místico:

"Que he isto? Ó bom Jesus, eu me confundo
Entre tanto favor, fineza tanta:
A virtude, Francisco, he que me encanta
Por ella do alto Empyreo desço ao mundo.
1795"

A decoração da nave, concluída no século XIX, compreende um púlpito e dois retábulos de sabor nitidamente neoclássico, apesar de incluírem temas ornamentais do barroco como os dosséis do remate superior, visando provavelmente harmonização com o retábulo joanino da capela-mor.

No setor de imaginária, apenas a salientar os crucificados do altar-mor e oratório da sacristia, este último possuindo interessante pintura. Os nichos laterais do altar-mor e os nichos centrais dos altares da nave são ocupados por imagens de roca de grandes dimensões.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

Segundo documento datado de 1756 e referido pelo historiador cônego Raymundo Trindade, a primitiva capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial do Tijuco foi ereta em 1731, por provisão do então bispo do Rio de Janeiro, dom Frei Antônio de Guadalupe, com patrimônio doado pelo sargento-mor Manuel da Fonseca e Silva. A princípio, seria certamente uma simples ermida, pois assim era ela mencionada num termo de "inventário de ornamentos" feito a 13 de janeiro de 1733 e transcrito por Aires da Mata Machado Filho em seu livro **Arraial do Tijuco Cidade**

Diamantina. Esses remotos documentos comprovam ser o templo da Irmandade dos Pretos uma das igrejas mais antigas de Diamantina.

Nada consta sobre as obras de construção da capela, em sua primeira fase. Presume-se que, até cerca de 1770, tenha conservado, sem maiores alterações, a primitiva forma. Foi a partir de resolução aprovada em 1771 que os irmãos do Rosário começaram a cuidar da "obra do Corpo da Igreja", vindo para isso a firmar contrato, a 22 de abril de 1772, com o mestre Manuel Gonçalves. As especificações constantes do ajuste fazem crer que se tratava de construção inteiramente nova dessa parte do edifício ou, pelo menos, de radical trabalho de ampliação ou reforma, incluindo frontispício, nave, coro e acréscimo da sacristia. Entretanto, não há no documento qualquer referência a modificações fundamentais na capela-mor, que, provavelmente, manteve intacta sua estrutura original. Para a execução das obras, a Irmandade estabeleceu onze condições obrigatórias, em meio às quais se recomendava a adoção, como modelo, de alguns detalhes e características das igrejas locais do Carmo e de São Francisco: "3ª. condição - será obrigado a fazer as portas novas de Almofadas a Saber a principal de Almofadas levantadas do feitio da do Carmo e da de S. Francisco e se puder desemcomtrar dos dois feitios que fique milhor o fará das duas portas tranilas do feitio das trancas do Carmo. E todos os portais de janelas e portas e frestas serão Refendidos. Seguirá com um acrecimo da Sancristia em té a porta tranillas com hua janella e hua porta. E este Acrecimo será asoalhado e será abriguado a por huas Simalhas na porta principal e tranillas e janelas do Coro do feitio da de S. Francco".

Os trabalhos de douramento do retábulo e de pintura da capela-mor, com seu belo painel do forro, foram realizados pelo grande pintor da região de Diamantina, guarda-mor José Soares de Araújo, então tesoureiro da Irmandade, entre os anos de 1779 e 1782, como consta de dois registros de despesas. As pinturas do teto da sacristia datam do ano de 1801, conforme inscrição em uma delas, não havendo, porém, referência à respectiva autoria.

De um relatório de visita pastoral de dom Frei José da Santíssima Trindade, bispo de Mariana, efetuada a Diamantina entre 1821 e 1826, infere-se que a igreja do Rosário se encontrava então em obras, com cuja conclusão esperava-se a melhoria geral do



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - fachada lateral.



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Interior.

templo. O documento não especificava, todavia, quais os trabalhos de reforma levados a efeito nessa época. Mais modernamente, a igreja tem sido objeto de restaurações de importância, dentre as quais a procedida em 1960 pelo atual IPHAN, compreendendo estabilização da estrutura e reconstrução da cobertura da torre, embocamento das paredes das sacristias e reconstituição das molduras dos cunhais, além de reparos no piso e janelas e serviços gerais de pintura e caiação.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 334 - Livro de Belas Artes, fls. 70, datada de 6 de dezembro de 1949.

ARQUITETURA

A igreja está localizada na Praça Dom Joaquim, antigo Largo do Rosário. Integram seu conjunto de ambientação o adro aberto em revestimento de pedra, um velho chafariz, alguns casarões do século XIX e a Cadeia Pública, erguida no lugar do antigo Teatro Santa Isabel. Em frente à igreja, uma gameleira que cresceu junto ao cruzeiro ali existente é a nota pitoresca do sítio.

Isolada, assim, no centro de ampla praça, fato excepcional em Diamantina, onde geralmente as construções religiosas se inserem diretamente no tecido urbano, ao plano da rua, a igreja do Rosário pode servir de referência para a análise das demais, uma vez que apresenta claramente destacados os diferentes elementos do partido adotado pela arquitetura religiosa local. Sua planta, estruturada a partir da clássica divisão em nave, capela-mor e sacristias laterais anexas às paredes laterais da capela-mor, incorpora, na fachada, a torre lateral separada do corpo central por um elemento de ligação, solução típica das igrejas de Diamantina. Do lado oposto, a ausência de torre é compensada por um bloco de dois pavimentos, com divisão em quatro salas, ocupando toda a extensão da nave. Sua construção parece, entretanto, bastante tardia, como o indica a estruturação diferente dos vãos nas fachadas.

Na fachada principal, três áreas podem ser definidas. Uma área central, correspondente ao corpo da igreja, com a porta principal almofadada, encimada lateralmente por duas portas-sacadas na altura do coro e coroada por um frontão curvo de madeira, vazado por um óculo elíptico. A área lateral direita inclui a torre e seu elemento de ligação, enquanto a esquerda corresponde ao citado anexo. Essas três



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Pintura do forro da capela-mor (José Soares de Araujo).



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Imagem de Nossa Senhora da Piedade.

áreas são bem definidas na fachada por esteios que afloram na parede, delimitando os panos que contêm os vãos e ritmando verticalmente a composição.

O sistema construtivo empregado é o da alvenaria de adobes recoberta por reboco e caiação branca, que contrasta com as cores vivas recobrindo cunhais, esteios, enquadramento dos vãos de madeira e outros elementos deste material, incluindo portas e janelas. A torre é coberta por telhadinho de quatro águas, complemento normal das construções religiosas estruturadas em madeira e barro. Na sua grimpa figura uma esfera armilar encimada por águia bicéfala.

ORNAMENTAÇÃO

É na capela-mor que se encontram as principais obras ornamentais do templo, em ambientação unitária formada pelo conjunto do retábulo, pintura do forro e arco-cruzeiro. Essa unidade é sem dúvida obra do guarda-mor José Soares de Araujo, autor simultâneo da pintura e douramento do retábulo e pintura do forro.

O retábulo, de colunas retas e com a parte inferior torsa, tem coroamento em arco pleno, arrematado na frente por um dossel. Entre as colunas e o arco, situa-se graciosa cimalha, continuada nas paredes da nave. As colunas são pintadas em marmorizados, e os demais elementos, em branco-pérola, destinado a realçar o douramento dos relevos ornamentais. No terço inferior e parte côncava do coroamento, aparecem desenhos recortados com aplicação de ouro e entalhes à feição de ourivesaria, decoração típica das igrejas de Diamantina.

O painel do forro, executado por José Soares de Araújo, pode ser considerado um dos pontos altos da pintura mineira colonial, pela beleza da composição e perfeição do acabamento. O partido adotado é o mesmo da igreja do Carmo que fica nas proximidades e data da mesma época. A composição estrutura-se no sentido longitudinal, sem preocupação de acabamento no sentido transversal, onde é interrompida apenas pelos arcos das paredes do retábulo e arco-cruzeiro. Três registros correm paralelos, sendo os laterais ocupados por perspectivas arquitetônicas em trama compacta, e o central pelo quadro com a Virgem do Rosário rodeada de anjos e nuvens em vagas circulares e sucessivas. O colorido é penumbrista, predominando os tons cinza-azulados nas perspectivas arquitetônicas e os sépias no quadro central. Alguns realces

de ouro, disseminados pela composição, introduzem notas claras.

A igreja do Rosário conserva também algumas pinturas na sacristia e importante acervo de imaginária, merecendo referência especial as imagens de santos negros, *padroeiros dos homens de cor, construtores da igreja: Santo Elesbão (altar-mor)* e Santos Benedito e Antônio Catagerona do altar lateral esquerdo, todas conservando a policromia original. No trono do altar-mor, há ainda boas imagens de Sant'Ana Mestra e Nossa Senhora do Rosário e, na sacristia, bela Pietá, talhada em um único bloco.

Igreja de Nossa Senhora das Mercês

HISTÓRIA

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, criada em 1772, teve sua origem numa divergência e conseqüente cisão entre membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Tijuco, da qual se desligaram os irmãos crioulos, com a resolução de constituírem uma nova confraria. Reunidos a princípio na igreja de Santo Antônio, onde conseguiram para seus serviços religiosos o altar dedicado ao Senhor dos Passos, e depois na capela do Senhor do Bonfim, os confrades crioulos das Mercês trataram, no entanto, de obter meios para construção de sua capela própria. Após demorada pendência, escolheu-se o local definitivo, situado acima de terreno pertencente a Thomaz de Aquino. As obras tiveram início mediante ajuste feito, a 16 de março de 1778, com o mestre carapina José Manuel Freire, para a construção da capela-mor. Em 1784, a igreja deveria estar pelo menos parcialmente concluída, porquanto era já realizada nesse ano, no domingo da Ressurreição, a festa da "nova colocação" da imagem da padroeira no templo da Irmandade, que ali, em seu consistório, também passava a reunir-se regularmente.

As obras de acabamento se estenderam até as primeiras décadas do século XIX. No mesmo ano de 1784, demarcou-se o adro, procedendo-se dois anos depois ao assoalhamento da nave. A fatura do "retablo forro da capella-mor e sua simalha e hua tarja no Arco que separa a capella-mor do Corpo da Igreja" foi ajustada, a 30 de novembro de 1787, com o mestre Manuel Pinto Bessa, que, tendo falecido antes do término do encargo, foi nele substituído por José da Silva. Os trabalhos de pintura da capela-mor, efetuados na conformidade de risco apresentado à Mesa da Irmandade



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora das Mercês - Interior.



Diamantina - Igreja de Nossa Senhora das Mercês - Pintura do forro da Capela-mor.

em 22 de julho de 1794, são de autoria do pintor Manuel Álvares Passos. Entre 1799 e 1800, o artista Caetano Luiz de Miranda confeccionou duas sibilas para ornamentação dos altares laterais. A pintura decorativa da nave data, por sua vez, de 1812, sendo assim especificada no termo de contrato assinado com o pintor e também membro da Irmandade Esperidão Roiz da Cunha: "...a pintura do forro da Igreja pello preso de cincoenta oitavas de oiro a saber o tecto cor de perrula as simalhas fingindo a pedras pulpitos e grades cor de perula as portas e frestas azul".

Alguns trabalhos de estrutura e divisão interna do edifício prosseguiram igualmente por mais tempo. Em 1805, determinou a Mesa da Irmandade, "pa. milhor comado da capella", fazer a sacristia na parte de cima. As tribunas foram executadas em 1820, pelo mestre Vicente de Deus Roiz, responsável também por outros serviços em andamento no templo pela mesma época. Em 1827, ainda em obras a parte de baixo da igreja, resolveu-se ampliar a nave, decidindo "fazer-se a Obra debaixo pella Altura do Couro, medindo o Coletral pa. o canto e Rompendo-se com hua Arcada por baicho do forro para Se puder milhor gozar do Altar mayor e igualarce da parte de ssima pella mesma forma do dita de baicho", como ficou registrado no Livro de Termos. Sofreu a igreja, ao longo do tempo, várias outras reformas e restaurações, sendo a mais importante a de 1911, quando foram realizadas obras de consertos gerais, do teto ao assoalho.

O monumento é tombado pelo antigo IPHAN, conforme Inscrição no Livro de Belas Artes, fls. 70, datada de 6 de dezembro de 1949.

ARQUITETURA

Situa-se a igreja no alto da rua das Mercês, fazendo esquina com a rua Silvério Lessa, no bairro do Arraial de Cima. Possui pequeno adro e escadaria em pedra e sua vizinhança é formada por casas residenciais, baixas e bem conservadas, que compõem um conjunto harmonioso e expressivo dentro do acervo histórico e artístico da cidade. Construído em fins do século XVIII, o templo teve, como ficou acentuado, sua nave reformada internamente na terceira década do século XIX, razão pela qual apresentam os ambientes da nave e capela-mor características bastante diversas. Exteriormente, trata-se de uma das igrejas mais homogêneas de Diamantina, tendo seus volumes encerrados em planta retangular uniforme, sem as costumeiras saliências constituídas pelos

anexos das sacristias e torre lateral. A esta simplicidade externa corresponde complexa disposição interna dos cômodos, distribuídos em dois pavimentos. No primeiro, além da nave e capela-mor, há naves laterais ao longo da principal e uma seqüência de cômodos envolvendo a capela-mor, dentre os quais a sacristia disposta nos fundos. No segundo andar, temos tribunas e o coro alto no espaço da nave e novamente uma série de cômodos de função mal definida envolvendo externamente a capela-mor.

Na fachada principal destaca-se a torre única, em posição central, numa composição unitária com o frontispício, uma vez que seus cunhais são naturalmente prolongados pelos esteios aparentes que ladeiam a porta principal e o óculo quadrilobado colocado acima. Da colocação desses esteios resulta ainda a divisão do frontispício em três secções verticais, solução típica da arquitetura religiosa de Diamantina, da mesma forma que o sistema de cobertura da torre em telhado de quatro águas e o arremate de telhas da empena. As duas secções laterais do frontispício têm porta-sacadas na altura das tribunas, possuindo a fachada principal acabamento das beiradas em cimalha, assim como a torre central. O sistema construtivo é, como nas demais igrejas da cidade, a alvenaria de adobes, recoberta por reboco e caiação, sendo a madeira utilizada para os elementos estruturais, enquadramentos dos vãos, cimalhas, portas e janelas.

ORNAMENTAÇÃO

A capela-mor, única parte da igreja que conserva seu aspecto primitivo, concentra naturalmente o interesse no que diz respeito a obras de decoração religiosa de caráter setecentista. Nela, retábulo e pintura do forro conjugados em síntese harmoniosa comandam a ambientação do espaço interno. A cimalha do retábulo, prolongada nas paredes laterais, realiza a junção do mesmo com o arco-cruzeiro, constituindo ao mesmo tempo moldura natural para a pintura do forro em seus segmentos laterais.

O retábulo tem colunas retas pintadas em marmorizados como elementos de suporte e magnífico coroamento com os habituais elementos do vocabulário decorativo da talha religiosa de Diamantina: volutas laterais, vasos e medalhão central. Na parte inferior estão presentes os típicos ornatos de pintura dourada e incisões gravadas à feição de ourivesaria. A adjunção de fortes sombras escuras lhes confere, a uma

certa distância, o aspecto de relevos. Esse sombreado, também utilizado na pintura do forro, é uma das constantes da escola de pintura religiosa da região.

Organiza-se a pintura do forro em torno do motivo central do medalhão, suntuosamente emoldurado de rocalhas e guirlandas de flores. No quadro, vê-se a imagem de Nossa Senhora das Mercês cercada de cabecinhas de anjos, intercedendo pelos cativos ajoelhados a seus pés. A influência do estilo do guarda-mor José Soares de Araújo é bastante nítida nas figuras, o que poderia justificar a hipótese de sua intervenção pessoal no acabamento desse forro de autoria de um de seus discípulos, Manuel Álvares Passos. Ao longo das paredes laterais corre um muro-parapeito nascendo diretamente acima da cimalha, com ressaltos encimados por vasos de flores nas extremidades e magnífico medalhão na parte central, com inscrições relativas à litania da Virgem. As cores dominantes são o vermelho e o verde nos ornatos e os tons sépias no quadro central como habitualmente nas pinturas de José Soares de Araújo.

A decoração da nave, realizada em fins da terceira década do século XIX, tem caráter e sabor neoclássico, apesar de incluir ainda alguns elementos do vocabulário decorativo barroco-rococó, como os brasões e ornatos de madeira recortada das tribunas. O arranjo geral lembra uma sala de teatro, com os pulpitos encaixados nas tribunas à guisa de camarotes. Os retábulos do arco-cruzeiro, de talha simplificada, possuem as mesmas características.

Capela de Nossa Senhora do Amparo

HISTÓRIA

Por provisão episcopal, datada de 17 de novembro de 1756, a Irmandade dos Pardos do Arraial do Tijuco, que então se reunia na igreja de Santo Antônio, foi autorizada a erigir uma capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo. As principais obras de construção do templo iriam estender-se presumivelmente até 1776, pois nesse ano, em mesa realizada a 22 de setembro, a Irmandade já se mostrava preocupada com a decoração da capela, fazendo constar do termo respectivo que "pa. bem da pintura da mesma capella hera perçizo nomearce hum Irmão pa. procurar e tirar suas ezmolas neste arrayal e por fora dele". A partir daí, vários trabalhos de acabamento e ornamentação seriam executados, com destacada participação do pintor Silvestre de Almeida Lopes,



Diamantina - Capela de Nossa Senhora do Amparo

também irmão e procurador da confraria dos Pardos do Amparo. Em 1780, propôs-se ele a realizar obras de pintura e douramento na capela, sem outros ônus a não ser a continuidade da cessão, pela Irmandade, da casa do consistório onde o artista mantinha seu atelier. Dez anos depois, firmou ajuste específico para a pintura do forro da nave, que "se asentou facerce pelo risco" apresentado pelo próprio pintor, "todo de branco, com hua tarja grande no meyo e nos cantos hua tarjazinha tambem sendo a semalha de pedra", trabalho este contratado por cento e setenta oitavas de ouro. Ainda de Silvestre de Almeida Lopes é a pintura, em 1796, dos dois altares do arco-cruzeiro, dedicados um ao Divino Espírito Santo e Senhora do Parto, outro a Sant'Ana, pelo que recebeu a importância de quatrocentos e cinquenta e seis oitavas de ouro. As obras da capela foram levadas a cabo com grande devotamento e mesmo sacrifício dos irmãos do Amparo, que em 1782, por exemplo, deixaram de promover a tradicional festa da padroeira, preferindo aplicar a verba respectiva na confecção do forro da sacristia.

O século XIX foi assinalado por vários trabalhos de complementação ou reforma do templo, a começar pela execução do forro do coro, ajustada com o carpinteiro Silvestre Gomes de Almeida a 4 de dezembro de 1803. Dez anos depois, demoliu-se a primitiva torre, que, por ser de pedra, estava causando danos à estrutura do edifício, vindo a ser reedificada somente em 1818. O termo para a fatura das catacumbas do cemitério, situado à direita da capela, data de 1833. Com as intervenções conseqüentes a reformas feitas em 1813, 1839 e 1869, a feição primitiva do templo veio a ser parcialmente modificada. Por sua vez, o painel do forro da nave sofreu repinturas desfiguradoras em 1866 e 1920, a primeira das quais executada por um artista identificado pelas iniciais N.M., conforme gravação no mesmo teto. Já em nosso século, novas reformas foram levadas a efeito, destacando-se recente restauração geral promovida pelo IPHAN. Na época do império, o templo dos irmãos Pardos de Diamantina adquiriu o título de Imperial Capela, passando a ostentar na portada um emblema com as armas imperiais. A capela do Amparo é palco anualmente de uma das mais tradicionais festividades religiosas locais - a Festa do Divino Espírito Santo, com solenidades propriamente de igreja e outras de sentido mais folclórico, a exemplo do cortejo, folia e coroação do Imperador do Divino.



Diamantina - Capela de Nossa Senhora do Amparo - Altar-mor.



Diamantina - Capela de Nossa Senhora do Amparo - Retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 331 - Livro de Belas Artes, fls. 69, datada de 6 de dezembro de 1949.

ARQUITETURA

Apresentando na fachada a torre única e em posição central, a capela do Amparo foge ao partido habitual das igrejas diamantinenses, mostrando em conseqüência um perfil esguio e com forte acentuação vertical, reforçado pela ausência de anexos laterais do lado esquerdo do edifício. Também a planta foge aos esquemas habituais, desenvolvendo-se amplamente no sentido longitudinal, pois no prosseguimento da nave e capela-mor situa-se ainda uma série de outros cômodos, de função mal definida, distribuídos em três pavimentos. O pavimento térreo dessa fachada posterior fica ao nível da rua pelo natural declive do terreno, tendo acesso independente. Na lateral direita da capela-mor localizam-se dois anexos, tendo o primeiro deles (sacristia) sido incorporado ao espaço interno da capela-mor pela abertura de arcadas.

A fachada principal reduz-se ao frontispício, delimitado lateralmente por cunhais de madeira pintados de cores vivas, sustentando cimalha de forte saliência que faz o contorno de todo o edifício. Acima desta, eleva-se a torre central, coroada por telhadinho de quatro águas, arrematado por graciosa grimpa, constituída por um galo pousado em uma esfera armilar. Ornatos de madeira recortada em forma de volutas preenchem os vazios dos ângulos formados pela horizontal da cimalha e vertical dos cunhais da torre, decorando a parte intermediária da mesma e dando ao todo a falsa impressão de frontão. Esses ornatos são provavelmente do século XIX, assim como o emblema de madeira pintada colocado acima da porta.

ORNAMENTAÇÃO

A impressão geral de sobriedade produzida pela decoração interna da igreja do Amparo é em parte função das pesadas repinturas que recobrem o douramento original dos retábulos, cimalhas, arco-cruzeiro e demais elementos estruturais. O conjunto de retábulos é de boa qualidade, sendo provavelmente mais antigos os do arco-cruzeiro, cuja policromia foi ajustada, como ficou dito, com Silvestre de Almeida Lopes no ano de 1796. Esses altares são de estilo Dom João V, possuindo colunas retas e no centro do arco côncavo do coroamento o dossel característico do estilo. Nos limites

laterais desse arco, dois fortes segmentos de volutas, nascendo diretamente da cimalha, alargam de forma inabitual a estrutura superior dos retábulos. Esses elementos inexistem na talha do altar-mor, que é embora do mesmo estilo e de estrutura bastante próxima.

No forro da nave, conserva-se ainda o medalhão central da pintura contratada com Silvestre de Almeida Lopes no ano de 1790. As pequenas tarjas dos cantos, previstas no ajuste, desapareceram ou não chegaram a ser executads. Completamente descaracterizado por repinturas sucessivas, o medalhão dá apenas uma idéia longínqua do estilo pessoal do pintor, sem dúvida o principal mestre do rococó na região. Apenas a figura da pomba do Espírito Santo no centro e talvez uma ou outra cabecinha de anjo conservam ainda o aspecto original. Nos ornatos da moldura, somente o acentuado recorte dos contornos e a presença das rocalhas e elementos florais identificam o estilo de Silvestre de Almeida Lopes.

A capela possui ainda excelente acervo de imaginária datado do período colonial, merecendo especial referência as imagens de Nossa Senhora do Amparo, do altar-mor, e Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Parto, Sant'Ana, Santa Bárbara, Santa Luzia e Santa Rita, dos altares colaterais. No altar da direita, há ainda um belíssimo presépio de fins do século XVIII, minucioso trabalho decorado com centenas de conchinhas das minas de salitre da região, doado à Irmandade em 1797 por frei Joaquim de N. S. de Nazaré e pintado por Caetano de Miranda.

Capela de Nosso Senhor do Bonfim

HISTÓRIA

Nas pesquisas até o momento realizadas, nada praticamente se encontrou sobre a história desta capela. Apesar, porém, da inexistência de documentação relativa à sua ereção, sabe-se, por tradição oral, que teriam partido da classe militar do Tijuco a iniciativa e o custeio da construção do templo, antigamente conhecido por capela do Senhor do Bonfim dos Militares. A edificação pode ser dada como anterior a 1771, ano em que, segundo Aires da Mata Machado Filho, aparece, em um livro de Termo da Irmandade do Rosário, pequena referência à capela do Bonfim, que serviu por algum tempo aos crioulos rosarianos dissidentes, depois agrupados na Irmandade das Mercês. Sobre a época precisa ou autoria dos trabalhos de talha e de pintura da capela-



Diamantina - Capela do Bonfim.

mor, também não se conhece qualquer registro documental. A data de 1865, gravada no arco-cruzeiro, diz provavelmente respeito a alguma reforma ou mesmo reconstrução do corpo do edifício. Entre os anos de 1956 e 1960, foram realizados trabalhos de restauração pelo IPHAN, compreendendo, dentre outros serviços, pintura interna e externa do templo, bem como consertos na torre.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 332 - Livro de Belas Artes, fls. 70, datada de 6 de dezembro de 1949.

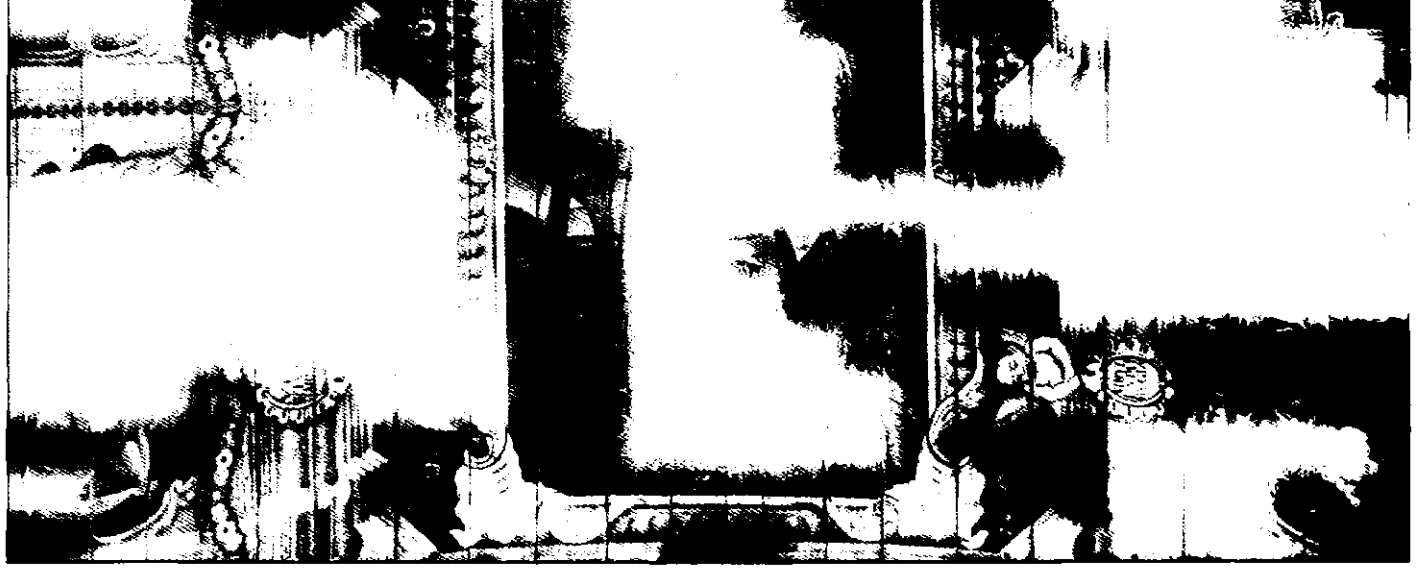
ARQUITETURA

Apesar de suas dimensões restritas, a capela do Senhor do Bonfim é uma das mais harmoniosas construções do conjunto de igrejas setecentistas de Diamantina, pela clareza e proporcionalidade do agrupamento de volumes arquitetônicos. Seu partido, de grande simplicidade, reduz-se à justaposição de três cômodos - nave, capela-mor e sacristia do lado esquerdo da capela-mor - e de uma única torre na fachada, em posição lateral e do mesmo lado da sacristia. Pela escadaria inserida no maciço da torre, ascende-se ao coro, e por uma escada externa ao púlpito, situado também do lado esquerdo.

Construída em madeira e barro (adobes e taipa), apresenta, como as demais igrejas de Diamantina, cunhais e esteios pintados de cores vivas aflorando à superfície do frontispício, ritmando verticalmente a composição e enquadrando áreas bem definidas. Na área principal, ficam a portada, com sobreporta simples de madeira trabalhada, e duas portas-sacadas, com guarda-corpos de ferro batido. Acima da cimalha, que existe apenas na fachada, eleva-se o frontão triangular, cercado de beiral de telhas curvas pelos três lados e tendo ao centro um óculo envidraçado.

ORNAMENTAÇÃO

A capela-mor concentra, como habitualmente em Diamantina, o principal interesse ornamental do templo. Nela está situado o único retábulo, que ocupa toda a parede do fundo, em composição harmoniosa com a pintura do forro, emoldurada lateralmente pela cimalha que nasce do próprio retábulo. O estilo do altar é indefinido, uma vez que apresenta simultaneamente elementos do Dom João V - nichos com dosséis e sanefas - e do rococó - presença de rocalhas ornamentais na parte interior e coroamento.



Diamantina - Capela do Bonfim - Pintura do forro da capela-mor.

Em vez das habituais colunas, tem quartelões como suportes, e, no centro do arco côncavo do coroamento, ao invés de dossel, um medalhão com a figura da Santa Face.

A pintura em perspectiva do forro, de autor desconhecido, aproxima-se do estilo do guarda-mor José Soares de Araujo, pelo tratamento compacto da trama arquitetônica e colorido sombrio. Revela, entretanto, um certo provincianismo que a aproxima da arte popular, resultando esta pintura em pitoresca "conjunção da ingenuidade da técnica do autor com o requinte de sua intenção decorativa", segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. A perspectiva arquitetônica é composta, de cada lado da abóbada, por uma série de três grossas pilastras, com cariátides na parte frontal, sustentando pesado entablamento, sendo que apenas as pilastras dos cantos são unidas por arcadas, interrompendo-se a do meio no vazio. Numa associação de elementos profanos ao religioso, os nichos entre as pilastras são ocupados por quadros com figuras das sibilas: Frígia e Tiburtina, do lado direito, e Délfica e Líbica, do lado esquerdo. No quadro central, está representada a cena do Descendimento da Cruz, pintada em tons sombrios, verificando-se curiosa desproporção entre as figuras da parte superior, no alto da cruz, e os minúsculos assistentes da parte inferior da composição. Como nas pinturas do Carmo e Rosário da mesma cidade, alguns detalhes decorativos são realçados em ouro, como as molduras do quadro central e os brasões com os nomes das sibilas.

No setor da imaginária, a única obra de interesse é a imagem do Senhor do Bonfim do altar-mor, de grandes dimensões e parecendo datar de fins do século XVIII. A igreja possui ainda belo candelabro de prata, datando provavelmente da primeira metade do século XIX.

Capela de Nossa Senhora da Luz

HISTÓRIA

Segundo a tradição, a capela de Nossa Senhora da Luz foi construída por iniciativa de dona Teresa de Jesus Perpétua Corte Real, portuguesa de nascimento, em cumprimento de promessa feita por ter-se salvado do terremoto de Lisboa, em 1755. Entretanto, a construção do pequeno templo é efetivamente de época bem posterior, porquanto só em 1803 obteve dona Teresa de Jesus parecer favorável ao requerimento por ela dirigido ao então regente dom João, pedindo autorização para "erigir huma

cappela, com o orago de Nossa Senhora da Luz, e fazerlhe hum decente Patrimonio para sustentação do Culto Divino". Em 1819 a mesma já deveria estar concluída, pois nesse ano ocorreu a transladação da Arquiconfraria do Glorioso Patriarca São Francisco, da capela do Amparo para a da Luz. Cinco anos mais tarde, dona Maria Teresa viria a fazer a doação definitiva da capela à referida Arquiconfraria. Enquanto o templo esteve sob responsabilidade da piedosa e lendária dama portuguesa, funcionou, anexo à capela, um recolhimento e educandário para meninas órfãs. Falecendo a 15 de julho de 1826, dona Teresa de Jesus foi sepultada à entrada do templo, sob o coro.

A capela da Luz passou, no curso dos anos, por várias reformas e alterações. Na principal delas, em época indeterminada, demoliu-se parte da frente do edifício, em razão de um novo alinhamento da rua, o que determinou substancial mudança do aspecto original da fachada. Há referência também a uma reconstrução da capela, iniciada por volta de 1868 sob a direção do padre Bartolomeu Francisco Xavier Sípolis, reforma porém por muito tempo interrompida, deixando o templo abandonado e em ruínas. Nova restauração foi encetada em 1899, por iniciativa dos padres Antônio de Souza Neves e José Pedro Lessa e recursos de contribuição pública, voltando a igrejinha a ser reaberta solenemente a 20 de maio de 1900. Por essa época, segundo se deduz de fotografia desse mesmo ano publicada no Almanaque da Estrella Polar, a capela da Luz ainda não possuía a torre central, seu frontão era em linhas curvas e vazado por uma pequena arcada, enquanto um óculo, situado abaixo da cimalha, ocupava o lugar da atual janela central. Do lado direito, havia ainda uma espécie de puxado, talvez base de uma torre que não chegara a ser concluída. A existência dessa foto de 1900 faz crer que terá sido levada a efeito, posteriormente a esse ano, uma nova e grande modificação da fachada.

ARQUITETURA

Quase nada subsiste da primitiva construção de princípios do século XIX. A atual fachada, construída provavelmente nos primeiros anos do presente século, ainda observou o aspecto característico das construções de fins do século XIX, com forte acentuação vertical, frontão reto, decorado de lambrequins à moda dos chalés da época, e torre central de proporções esguias, com janelas de verga em ponta e balaustrada

retilínea circundando o telhado de zinco do coroamento. Acima da porta principal, de verga reta e sem decoração, há um alinhamento de três portas-sacadas, com guarda-corpos de ferro batido. O partido arquitetônico é dos mais simples da arquitetura religiosa de Diamantina, sendo composto de nave, capela-mor de menor largura e uma única sacristia lateral anexa à parede direita da capela-mor. Do lado esquerdo, há ainda um pequeno cômodo de construção recente. O sistema construtivo é o da alvenaria de adobes, com exceção da torre que tem as paredes de tábua com o fundo de tijolos.

ORNAMENTAÇÃO

Não há praticamente nada a assinalar no setor ornamental, uma vez que esta pequena igreja, ao que tudo indica, não chegou a ser concluída na parte interna. A nave é dividida por altos pilares de madeira, situados no prolongamento dos eixos das paredes da capela-mor, e que delimitam espécies de naves laterais. Na capela-mor há um arranjo de tábuas de madeira, à guisa de retábulo. A capela conserva, entretanto, duas belas imagens, datando provavelmente de princípios do século XIX: a da padroeira Nossa Senhora da Luz, no nicho central do altar-mor, e, na sacristia, um São Francisco de grandes dimensões, em atitude de adoração.

Catedral de Santo Antônio

Construção recente, a atual catedral de Diamantina tem como principal interesse o fato de ter substituído, sob a mesma invocação, a antiga igreja de Santo Antônio, originária do período colonial e que serviu de matriz da freguesia e depois sé do bispado até a edificação do novo templo, iniciada em 1933 e concluída em 1940. Nos

HISTÓRIA

primeiros tempos do arraial do Tijuco, a primitiva capela dedicada a Santo Antônio foi erguida no bairro de Burgalhau, transferindo-se posteriormente para a parte central onde se polarizou e adensou o povoado, ou seja, a mesma praça em que se construiu a moderna catedral. Da velha igreja, submetida a várias reformas e descaracterizações antes de ser afinal demolida, restam apenas dois retábulos em talha barroca, hoje conservados no arco-cruzeiro da catedral, e algumas peças avulsas.

A igreja não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreen-



Diamantina - Catedral de Santo Antônio - Interior.

dida no acervo paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 66 - Livro de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.

ARQUITETURA

A catedral marca exatamente o centro principal de Diamantina, na praça Santo Antônio, possuindo à frente pequeno adro com escadaria ligada a um passeio de contorno, que faz integrar o edifício a toda a sua área de ambientação. Embora de construção recente, a planta da igreja se desenvolve num partido geométrico de forma retangular, apresentando duas naves laterais, sobrepostas por tribunas e separadas da nave principal por arcadas, um transepto bem definido e a capela-mor, de planta semicircular. O prédio, em alvenaria de tijolos, já mostra o uso do concreto, sendo em massa o enquadramento dos vãos e também a cimalha que compõe os beirais. O frontispício procura seguir o modelo de igrejas litorâneas brasileiras, principalmente da Bahia e Rio de Janeiro, resultando um bom exemplo de realização de arquitetura neocolonial. Divide-se em três secções, das quais as duas laterais correspondem às torres, de planta quadrada e cobertura em cúpula de alvenaria. A secção central é coroada por um frontão encurvado e ladeado de volutas, aparecendo logo abaixo, no segundo pavimento, três janelas à altura do coro e, no térreo, a portada principal enquadrada por duas colunas de capitel compósito, que sustentam um entablamento marcado em cada extremidade por uma voluta e um pináculo.

ORNAMENTAÇÃO

O interior da catedral mostra vários elementos ornamentais que buscam imitar, em cimento e areia, as igrejas dos séculos XVIII e XIX, como capitéis compósitos nas pilastras, entablamento e cimalhas em dentículos, pequenos ornatos nas aduelas dos arcos e um escudo na chave do arco-cruzeiro. As tribunas aparecem guarnecidas por balaústres de cimento, à imitação de torneados, enquanto são plenos todos os arcos que estruturam o interior do templo. O forro da nave tem o formato dos antigos tetos em gamela, com apainelados de moldura simples, e o da capela-mor obedece ao desenho de uma abóbada de berço, fechada por meia cúpula, com um óculo elíptico vazando em cada lado. Destaca-se, entretanto, na decoração interna, a presença, junto ao arco-cruzeiro, de dois velhos altares em talha, remanescentes da demolida igreja

colonial. O do lado esquerdo, com colunas salomônicas e arquivoltas concêntricas, pertence à primeira fase do barroco em Minas. O outro retábulo, datado provavelmente das alturas de 1740/1750, filia-se ao estilo Dom João V, mostrando coroamento em dossel e nichos entremeando quartelões e colunas laterais decoradas com guirlandas. Ainda da antiga igreja, conservam-se algumas imagens em madeira e dois lampadários, com magníficas lâmpadas de prata pendentes de águias trabalhadas em talha, presumivelmente do século XVIII.



Diamantina.
Catedral de Santo Antônio.
Retábulo do arco-cruzeiro,
lado do Evangelho.

Edificações Civis

Antiga Casa da Intendência (Atual Prefeitura Municipal)

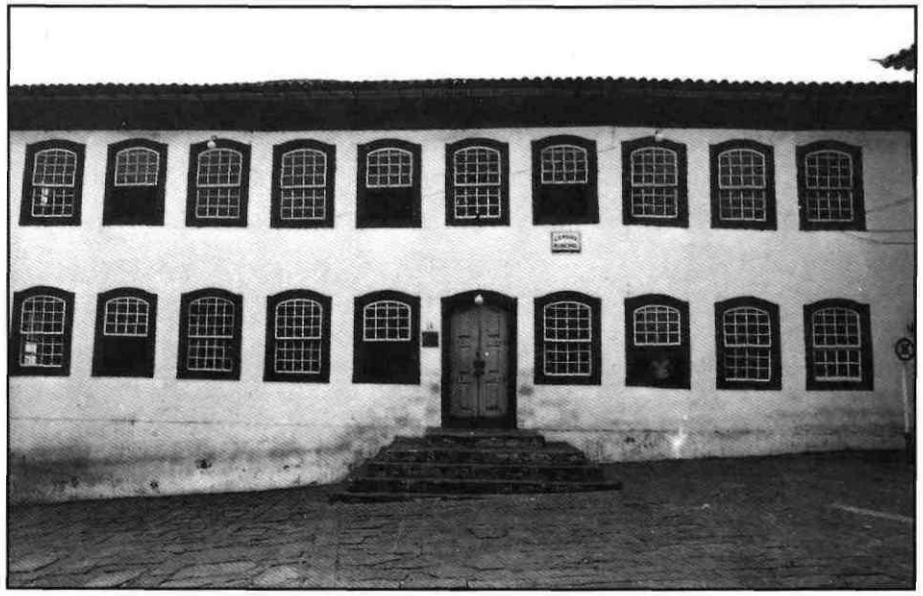
Construído nos primeiros tempos do Arraial do Tijuco, o prédio foi edificado por iniciativa do governo colonial, com a designação especial de sede da Intendência dos Diamantes. Datam de 1733/1735 as mais antigas referências à sua construção, em recibos de pagamentos feitos ao serralheiro Manuel Duarte, por serviços de "ferragens", e ao carpinteiro Manuel Antunes de Lima. Entre os anos de 1752 e 1761, passou por obras de reforma, em que trabalharam o pedreiro Manuel Alves e o pintor Vicente Ferreira Gomes. Por volta de 1817, quando da visita do naturalista francês Saint-Hilaire a Diamantina, o prédio se encontrava novamente em reforma

A partir da segunda metade do século XIX, a antiga Casa da Intendência passou a servir a atividades escolares, ali tendo funcionado em 1860 o Externato de Diamantina e, mais tarde, entre 1879 e 1896, a Escola Normal. Em 1907, instalou-se no velho sobrado um grupo escolar criado pelo então presidente do Estado, João Pinheiro. O prédio teve essa destinação até a década de 1950, quando foi objeto de uma grande restauração promovida pelo IPHAN, passando depois disso a sede da Prefeitura Municipal.

Integrando harmonioso conjunto, a edificação se localiza na praça Santo Antônio, com a fachada frontal voltada para os fundos da catedral e formando interessante ângulo com o vizinho prédio do Banco do Brasil. O acesso à porta principal é feito por escadaria de pedra que se desenvolve além do alinhamento da construção, a partir diretamente do piso da praça, toda pavimentada em lajes. Obedece o prédio a partido retangular e assobradado, com porão aproveitando o declive em direção à praça Juscelino Kubitschek. A planta original acha-se hoje parcialmente descaracterizada por acréscimos e remoções de paredes divisórias internas, bem como pela construção do bloco anexo discretamente escondido em projeção lateral. Os cunhais e os enquadramentos de vãos são todos em madeira, as paredes do primeiro pavimento em taipa de formigão e as do segundo em taipa de sebe, notando-se em ambos a substituição de algumas delas por paredes de alvenaria de tijolos. A cobertura de quatro águas é arrematada por uma cimalha em moldura, conjugada aos beirais em cachorros.

O grande número de vãos empresta excelente movimentação à fachada da frente, com uma distribuição de cheios e vazios bem equilibrada, harmonizando os claros e escuros. São dez janelas no andar superior e nove no térreo, todas com vedação em caixilhos de vidro tipo guilhotina e acompanhadas internamente de postigos em folhas almofadadas, sendo também em almofadas a porta principal e única desse lado do prédio. Os vãos, embora de menor número, repetem as mesmas características na fachada dos fundos e na voltada para a praça Juscelino Kubitschek, notando-se apenas que os vãos do porão possuem vergas de nível, ao contrário dos demais, que mostram vergas elegantemente alteadas. No interior do prédio, chama atenção o forro em gamela existente em salão do segundo pavimento. Nas demais dependências, os forros mais antigos são em saia-e-camisa e os modernizados do tipo friso, enquanto todos os pisos se conservam na forma original de tabuado largo.

A edificação não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 66 - Livro de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.



Diamantina. Antiga Casa da Intendência (atual Prefeitura Municipal).

Antiga Casa do Contrato (Atual Palácio Arquiepiscopal)

Construído no século XVIII, o edifício funcionou como Casa do Contrato dos Diamantes até 1771, quando se deu o fim do sistema de contratação. Serviu depois a outras destinações, como residência do Inspetor-Geral dos Terrenos Diamantinos e, a partir de 1853, sede do Ateneu São Vicente de Paulo. Imóvel de propriedade do Governo Imperial, foi em 1864 entregue ao Bispado de Diamantina, para instalação do Palácio e do Seminário Episcopal, tendo na ocasião a Fazenda da Província liberado uma verba de trinta e cinco contos de réis para aplicação em reforma e adaptação da casa, obras concluídas em 1872. Durante os séculos XIX e XX, o prédio sofreu inúmeros acréscimos e modificações descaracterizadores, perdendo parte de sua feição primitiva, inclusive com a retirada das originais sacadas de madeira, típicas do período colonial, substituídas pelas atuais em grades de ferro. Entre 1957 e 1958, em meio a trabalhos gerais de restauração, o IPHAN procedeu à eliminação de várias das superposições ocorridas, buscando reconstituir o quanto possível o primitivo aspecto da construção, consoante antiga fotografia do prédio.

O sobrado do Palácio Arquiepiscopal, situado na esquina da rua do Contrato com a rua Dom Joaquim, dá frente para um dos lados da igreja do Carmo, possuindo, aos fundos e à direita, um grande jardim. Sua planta, em partido de forma retangular, acha-se hoje bastante alterada em decorrência das sucessivas intervenções de ampliação. A construção original, com dois pavimentos e um porão aproveitando a declividade do terreno, recebeu um primeiro acréscimo, de igual altura e alcançando toda a extensão aos fundos do prédio, e mais tarde dois anexos na lateral direita, bem como uma ligação com sobrado vizinho na rua Dom Joaquim. Quanto à distribuição interna dos cômodos, foi ela igualmente alterada por acréscimos e demolições de paredes. A cobertura do edifício principal, em quatro águas, tem as inclinações mestras para a frente e fundos, com beirais em cimalhas, enquanto o bloco de trás possui cobertura de meia água, com beiradas em cachorros. As paredes externas se estruturam em madeira e adobe, as interiores e de fundos em pau-a-pique e taipa de pilão, aparecendo ainda a presença de alvenaria de tijolos nas partes restauradas.

Na fachada principal, onde o cunhal de madeira da esquina é trabalhado à maneira de duas pilastras superpostas, nota-se interessante movimentação de vãos, com



Diamantina - Antiga Casa do Contrato (atual Palácio Arquiepiscopal).

predominância porém dos cheios da parede, movimentação esta ressaltada não só pelo grande número de vãos, como também pela diversidade das vedações. Às três portas de acesso, com folhas almofadadas, se sobrepõem, no andar superior, janelas tipo guilhotina, ao passo que às oito janelas do térreo, com postigo e venezianas, correspondem em cima oito portas-sacadas com postigo sobreposto, abrindo quatro para sacadas isoladas e quatro outras, ao centro da fachada, para uma sacada corrida, que mostra, como as demais, guarda-corpo em ferro trabalhado. Todo o enquadramento dos vãos é em madeira e vergas de nível, o que também ocorre com relação à fachada voltada para a rua Dom Joaquim. No interior, muito marcado por modificações, os pisos e os forros do bloco original são, respectivamente, de tabuado largo e do tipo saia-e-camisa. Parte do flanco direito do segundo pavimento foi adaptado para funcionamento de uma sala-capela interna, na qual se vê interessante retábulo proveniente da demolida igreja de Nossa Senhora da Purificação do Serro.

A edificação não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 66 - Livro de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.

Edifício do Fórum

Edificação das mais imponentes do período colonial do antigo Tijuco, é presumível que tenha sido construída com a destinação original de residência particular. Em princípios do século XIX, pertencia a Vicente Ferreira Frois, na época personalidade atuante na vida política local. Vendido por ele ao coronel Duarte Henrique da Fonseca, o prédio seria transferido, porém, em 1837, ao tenente Modesto Antônio de Almeida, conforme escritura passada no cartório do 1º. Ofício da então vila de Diamantina, "pelo preço e quantia de seis contos de reis". Não foi localizada documentação sobre a posterior aquisição da casa pelo Poder Público, sabendo-se apenas que, em meados do século XIX, já servia de Câmara Municipal. Por essa época, as dependências inferiores se encontravam alugadas, vindo depois a serem ocupadas pelo Fórum, ao mesmo tempo em que nos porões se instalava a cadeia pública. Com a mudança da Câmara e

da cadeia para outros locais, o prédio tornou-se conhecido apenas pela sua utilização como Fórum. Nele foram realizados em 1960 serviços gerais de restauração pelo IPHAN, inclusive a retirada de grades de ferro que precediam a entrada principal, reconstituindo-se, com isso, o primitivo aspecto do entorno da edificação.

Situado na praça Juscelino Kubitschek, o sobrado tem sua fachada principal voltada para a rua São Francisco. As soluções externas e internas da construção revelam grande sensibilidade arquitetônica, quer no bom aproveitamento da topografia do terreno, resultando num partido de forma retangular com dois prolongamentos, um na fachada anterior e outro na posterior, quer na interessante maneira de implantação, com o afastamento do edifício do alinhamento da rua São Francisco, de forte aclive, gerando o amplo jardim de nível com os muros de arrimo em pedras. A planta do primeiro pavimento define-se em três áreas formadas por uma seqüência linear de cômodos a partir da entrada, ficando na área central o vestíbulo com a escadaria e os corredores, ladeado por uma sala e um pátio interno. No segundo pavimento, a mesma divisão em áreas pode ser também notada, mas num sentido transversal à do andar inferior, destacando-se uma primeira área paralela à fachada lateral voltada para a praça Juscelino Kubitschek, com dois amplos salões contíguos, separados por uma arcada. Quanto ao sistema construtivo, ocorre o uso simultâneo de diversas técnicas nas paredes de vedação, como o adobe e a taipa de formigão no primeiro pavimento e o emprego do pau-a-pique no superior. O embasamento de cunhais e esteios é de pedra aparelhada, de coloração esverdeada, sendo os baldrames igualmente de pedra. A cobertura, variando quatro e duas águas, é guarnecida por uma cimalha que contorna toda a construção, mostrando uma primeira moldura trabalhada em dentículos.

A fachada da praça Juscelino Kubitschek é dividida simetricamente por um esteio vertical e, horizontalmente, por uma madre de pequena espessura, que serve de apoio às quatro sacadas isoladas com bacias de madeira e parapeito de ferro trabalhado, sobrepostas às janelas de guilhotina do primeiro pavimento. Os cunhais em madeira dessa e da fachada principal imitam, até a madre, uma coluna dórica e, dali à cimalha, uma coluna jônica. Na fachada frontal, ou da rua São Francisco, aparecem o portal central e três janelas de guilhotina de cada lado, correspondendo no segundo andar a

sete portas-sacadas, também com parapeito em ferro trabalhado. O enquadramento dos vãos é em madeira e suas vergas alteadas, observando-se no pavimento superior a presença de bandeiras fixas de caixilho de vidro colorido, introduzidas talvez em época posterior à da construção do prédio. Internamente, os forros são todos do tipo saia-e-camisa, à exceção dos dois salões contíguos do segundo pavimento, que possuem tetos em gamela com cimalha pintada a óleo e frisos dourados, douramentos que aparecem também nas cartelas, elementos ornamentais aplicados sobre as portas-sacadas que dão para os referidos salões e na aduela do arco de separação entre os mesmos.

A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 349 - Livro de Belas Artes, fls. 75, datada de 9 de janeiro de 1950.

Casa da Glória (Atual Colégio Nossa Senhora das Dores)

O Colégio Nossa Senhora das Dores, centenário estabelecimento de ensino de Diamantina, ocupa, de modo bastante original, dois prédios fronteiros, de épocas e estilos diferentes, interligados por um passadiço de madeira sobre a rua da Glória. O mais antigo, de construção setecentista, pertenceu inicialmente à Coroa Portuguesa, tendo sido mais tarde adquirido por dona Josefa Maria da Glória, daí provindo a denominação de "Casa da Glória", como ficaria conhecido. Em 1813, quando propriedade já então da viúva e filhos de Manuel Viana, foi comprado pela Fazenda Real pela quantia de 2:000$000, para residência oficial dos intendentes do Distrito Diamantino, entre eles o naturalista Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, brasileiro de nascimento e pioneiro da siderurgia em Minas Gerais com a construção da fábrica de ferro de Morro do Pilar. A casa tornou-se famosa pelas grandes recepções e festas luxuosas de que foi palco, a exemplo dos festejos comemorativos da aclamação de Dom João VI, em 28 de maio de 1818. Por essa época, era, segundo o historiador Joaquim Felício dos Santos, "um rico, lindo e majestoso edifício (...), com amenos jardins, chafarizes, tanques, bosques artificiais, alamedados com graça, labirintos de roseiras entrelaçadas".

Alguns anos depois de criada a diocese de Diamantina, o prédio serviu de resi-



Diamantina - Passadiço da antiga Casa da Glória (atual Colégio Nossa Senhora das Dores).

dência ao primeiro bispo, dom João Antônio dos Santos. Com a chegada à cidade das irmãs de São Vicente de Paulo, em 1867, nele foi instalado o Educandário Feminino de Nossa Senhora das Dores, que ali ainda funciona como colégio e orfanato. Cerca de trinta anos mais tarde, visando à ampliação do estabelecimento, a congregação vicentina adquiriu o amplo sobrado da frente, datado de meados de século XIX e construído por iniciativa do coronel Rodrigo de Souza Reis, que nas obras aproveitou madeiras restantes das ruínas da chácara de Chica da Silva. Foi na época dessa aquisição que se construiu, no nível dos segundos pavimentos, o passadiço de ligação entre os dois prédios do colégio.

A Casa da Glória está implantada numa esquina, com bom aproveitamento do terreno e uma área bem grande que se estende nos fundos da edificação. Apesar da unidade construtiva do sobrado, pode-se, para efeito de análise do partido arquitetônico, dividi-lo em três partes. Duas delas se desenvolvem dentro de uma forma retangular simples, com amplo pátio interno central, diferenciadas principalmente na cobertura pelo contraste de altura das cumeeiras. Na terceira parte, a planta se resolve em "L", correspondendo ao prolongamento da fachada principal e mais a lateral esquerda. Sabe-se que, por volta de 1867 e 1868, foi o prédio original acrescido de um pavilhão de dois andares, na direção do antigo pomar, para melhor acomodação das alunas do educandário que então ali se instalava. Valendo-se da acentuada inclinação do terreno, existem três pátios com funções arquitetônicas bem definidas de correção de nível, o que resulta na melhor funcionalidade e ambientação agradável do interior. Duas escadas levam ao segundo pavimento, uma partindo do vestíbulo de acesso pela fachada principal, e a outra, secundária, de acesso pela fachada lateral direita.

Quanto ao sistema construtivo, as paredes do primeiro pavimento são constituídas de adobe, verificando-se no segundo o emprego do pau-a-pique. A cobertura compõe belo jogo com várias águas, apresentando cumeeiras de diferentes níveis e as beiradas em cimalha combinada com cachorros. Os cunhais são de madeira, assim como o enquadramento de todos os vãos e as pilastras que sustentam o passadiço, trabalhadas estas em moldura e bem ressaltadas da parede. Na fachada frontal, que dá para a rua da Glória, há uma superposição dos vãos do primeiro e segundo pavimen-

tos, todos com vergas alteadas, o mesmo ocorrendo com a porta principal, que aí se abre. As janelas do andar inferior têm vedação externa de gelosia em treliças, com bandeira de balaústres torneados, enquanto as do superior mostram caixilhos de vidro do tipo guilhotina. Em razão do aclive do terreno, a secção da fachada correspondente à parte mais alta da rua toma o aspecto de construção de um pavimento. Na fachada lateral direita, dividida naturalmente em duas secções definidas pela diferença de ponto do telhado, as vergas dos vãos também se diferem, passando de alteadas, na primeira, a de nível na outra secção. O interior do prédio, marcado por modificações, apresenta, na maioria, forros do tipo saia-e-camisa, podendo-se porém ver ainda alguns belos tetos de gamela no segundo pavimento. O piso é de tabuado largo e a pavimentação dos pátios internos em seixos rolados. Na sala que serve de capela, há belíssimo oratório embutido, com as portas pintadas internamente em policromia e douramento. Das várias obras de pedra que antigamente existiram na Casa da Glória, podem ser vistas ainda uma bem confeccionada mesa e uma fonte num dos pátios internos.

A edificação não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 66 - Livro de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.

Casa do Muxarabi (ou Muxarabiê)

Trata-se de uma das mais singulares construções do período colonial mineiro, por ser a única que ainda conserva, em sua forma original, um muxarabi. Este tipo de balcão, de procedência mourisca, inteiramente fechado em treliças de madeira, destinava-se principalmente ao uso feminino pela peculiaridade de deixar a pessoa ver a rua, sem o risco de ser vista. Nada se sabe sobre a época precisa de edificação do interessante sobrado, mas se presume que date da segunda metade do século XVIII, tendo sido construído para fins residenciais. Adquirido pelo IPHAN e por ele restaurado na década de 1950, passou a servir de escritório regional do órgão, bem como sede da Biblioteca Antônio Torres, que, subordinada à Biblioteca Nacional, reúne o



Diamantina. Casa do Muxarabi (atual Biblioteca Antônio Torres).

importante acervo em livros que pertenceu ao seu patrono, famoso escritor e jornalista diamantinense.

Situada na área central de Diamantina, a chamada "Casa do Muxarabi" corta em sentido transversal a quadra em que está localizada, dando frente para a rua da Quitanda. Apesar de bem integrada no lanço de casas de que é parte, ela nele se destaca no entanto pela insinuante presença das suas três sacadas em madeira torneada, correspondente a da esquerda ao muxarabi, e também por avançar o segundo pavimento em ligeiro balanço, com apoio de madeira, fazendo realçar a fachada principal. O sobrado, precedido de um pedral de grandes lajes que corrige o nível da rua, está implantado num terreno de pequena largura e comprimido entre as edificações vizinhas. O partido é de forma geométrica simples, quase retangular, e o desenvolvimento da planta, com maior largura do meio para os fundos do terreno, possibilitou a criação de pátio interno contornado por uma varanda e pequenos cômodos. Outro fator fundamental na caracterização do partido é a diferença de níveis das ruas da frente e de trás, o que define três blocos distintos no corpo da construção.

O prédio é estruturado em paredes de pau-a-pique, hoje em parte substituídas por alvenaria de tijolos, não mostrando cunhais aflorados. Conjugam-se nas beiradas os arremates em cachorros e cimalha, apresentando a fachada principal maior predominância de vazios sobre as partes cheias, com todos os vãos enquadrados em madeira e vergas alteadas. No primeiro pavimento, estão três portas com vedação do tipo calha e, sobrepostas a elas, no andar superior, as três sacadas isoladas já referidas. Internamente, vêem-se pisos em tabuado largo, sobressaindo entre os forros simples um exemplar do tipo gamela na sala principal. O guarda-corpo da varanda interna é em treliças e o pátio correspondente, pavimentado de lajes. A diferença de níveis dos blocos da construção cria uma aprazível ambientação no interior da casa, acentuada pela presença do pátio e da varanda, determinando também belo jogo de cobertura e volumes, visto de uma perspectiva interna.

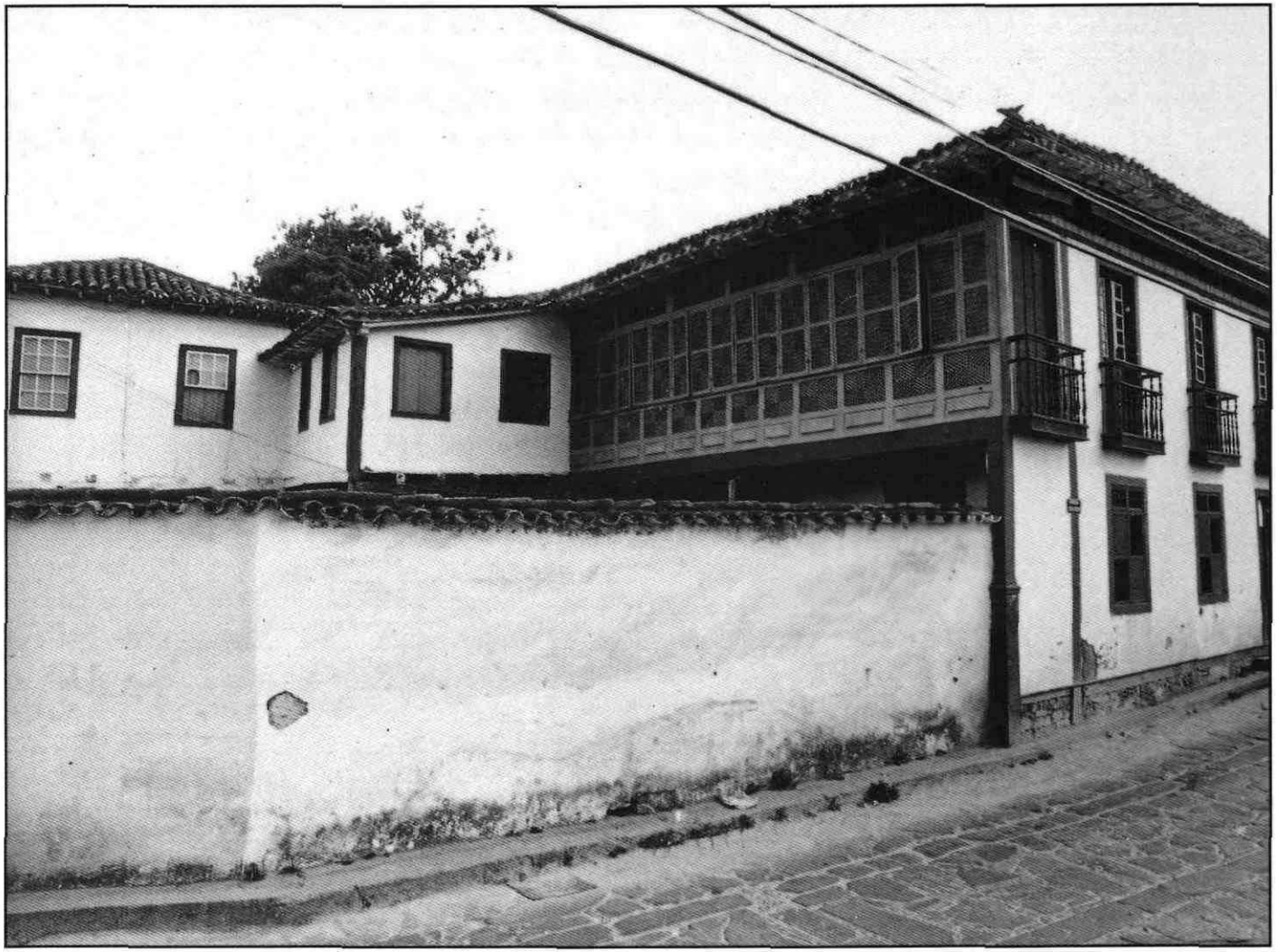
A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 382 - Livro de Belas Artes, fls. 75, datada de 28 de julho de 1950.

Casa de Chica da Silva

Valorizada a um só tempo pela singularidade arquitetônica e pela crônica que a vincula à própria história do Arraial do Tijuco na fase de maior fastígio da mineração do diamante, a chamada Casa de Chica da Silva figura entre os mais interessantes exemplares de edificação residencial do período colonial mineiro. À falta de documentação, desconhece-se, no entanto, a época precisa em que foi construída. Sabe-se apenas ter pertencido ao contratador João Fernandes de Oliveira, que nela viveu, em companhia da hoje lendária Chica da Silva, provavelmente entre os anos de 1763 e 1771, durante os quais esteve à frente dos negócios de exploração diamantífera. É presumível que, no curso do século XIX, tenha continuado a servir de residência particular a outros proprietários, até ser afinal adquirida por Augusto da Mata Machado, a cujos herdeiros atualmente pertence.

Anexa à lateral direita da casa, foi erigida, por provisão de 8 de fevereiro de 1771, uma pequena capela, sob invocação de Santa Quitéria, construída, segundo a tradição local, para uso privativo de Chica da Silva. Demolida em época não identificada, teve reconstruída apenas sua fachada em 1951, por iniciativa do IPHAN. Na mesma ocasião, foi restaurada a vedação em treliças da varanda lateral, efetuando-se também a recolocação de sacadas que haviam sido retiradas. Em 1966, o referido órgão realizou outros trabalhos de restauração, visando reconstituir o aspecto primitivo da casa. Tendo por base uma fotografia de princípios do século, procedeu-se à troca de posição da porta de acesso, que voltou então a seu antigo lugar, no terceiro vão inferior da fachada frontal. Em 1970, foram descobertos na sala principal vestígios de um teto pintado, recoberto porém por camada de reboco ainda não retirada.

A casa, em sobrado, está localizada na praça Lobo de Mesquita, em terreno que vai até a esquina da rua Romana, cercado de muros cobertos por uma fieira de telhas. Possui áreas nas duas laterais, projetando-se para a da esquerda, sobre pilares de madeira, na altura do segundo piso, a varanda com bela vedação em treliças. No seu terço inferior, correspondente ao parapeito, esse fechamento mostra folhas fixas, enquanto no terço médio aparecem janelas de gelosia e, na parte superior, um gradeado de madeira torneada. A construção é de partido geométrico formado de secções retangulares, com o corpo principal em quadrado, insinuando-se aos fundos um anexo que se prolonga



Diamantina - Casa de Chica da Silva.

perpendicularmente à fachada esquerda. Na lateral direita, também aos fundos, nasce um puxado transversal à construção e igualmente assobradado, que delimita o pátio ajardinado, de entrada independente. A estrutura é autônoma, em madeira, observando-se nas paredes o uso de duas técnicas diferentes: o adobe e a taipa de formigão.

A cobertura do sobrado, em quatro águas, exibe na beirada voltada para a fachada principal um curioso arremate, em tríplice combinação de beira-seveira, cachorros e cimalha, ao passo que predomina nas demais fachadas a solução mais simples dos balanços em cachorrada. Todos os vãos, frontais e laterais, têm enquadramento em madeira, com a presença de vergas retas, à exceção da porta reconstituída da demolida capela, que possui verga alteada. Na fachada da frente, os vãos se compõem harmoniosamente, ressaltando no segundo pavimento cinco sacadas isoladas com bacias e guarda-corpos de madeira, estes em balaústres torneados. Os balcões estão sobrepostos a três janelas de treliças, com bandeiras também de balaústres torneados e uma segunda vedação em almofadas, e a uma porta de folhas almofadadas no primeiro pavimento. As três portas-sacadas centrais do andar superior apresentam postigos sobrepostos, enquanto as duas laterais têm vedação tipo calha, solução que ocorre igualmente no anexo e no puxado, às vezes simultaneamente a caixilhos de vidro em guilhotina. As divisões internas são de pau-a-pique, os pisos em tabuado largo e os forros em esteira ou madeira, tipo saia-e-camisa.

A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 355 - Livro de Belas Artes, fls. 72, datada de 4 de abril de 1950.

Casa do Inconfidente Padre Rolim (Atual Museu do Diamante)

Construído no século XVIII, é este um dos prédios de maior significado histórico de Diamantina, por ali haver residido o inconfidente padre José de Oliveira e Silva Rolim, natural do antigo Arraial do Tijuco e um dos principais implicados na chamada Conjuração Mineira de 1789. Preso e enviado ao cárcere em Portugal, teve os seus bens confiscados pela Fazenda Real, dentre eles a casa hoje transformada em Museu do Diamante. A antiga propriedade do inconfidente foi levada em praça, sendo arrematada pelo doutor José Soares Pereira da Silva, que em 1809 a transferiu por venda

a dona Ana Clara Freyre. Libertado e regressando ao Brasil em princípios do século XIX, o padre Rolim, que faleceria em Diamantina no ano de 1835, logrou ser reembolsado da quantia de um conto de réis relativa à arrematação de sua casa, o que se fez por decisão do governo imperial, datada de 21 de maio de 1823. O imóvel continuou em mãos de particulares até 1945, quando, em decorrência do Decreto n. 5.764, veio a ser desapropriado pela União, que nele promoveu depois a instalação do Museu do Diamante. Entre 1951 e 1953, foi objeto de restauração geral pelo atual IPHAN, incluindo a recuperação da área do pomar aos fundos e da entrada de antigo túnel ali existente.

A antiga casa do Padre Rolim fica na parte baixa da rua Direita, no Largo da Matriz, possuindo, aos fundos, grande área onde corria o ribeirão do Tijuco e, na lateral direita, estreita faixa de terreno que dá passagem ao conduto de água que abastece o chafariz existente em ângulo com a edificação. O prédio, semi-assobradado, está num nível superior ao da rua, corrigido na esquerda da fachada principal por um pedral protegido por gradil de madeira recortada. Na direita, abrem-se três vãos para um pavimento inferior, no nível da rua, aproveitando a sua inclinação. A planta da construção se desenvolve dentro de partido retangular, com um "braço" que se prolonga na lateral direita e é formado por uma seqüência de cômodos e uma varanda interna que dá para um pátio lajeado. A solução da distribuição dos cômodos internos é bem simples, em continuidade linear. Em conseqüência de restaurações havidas, várias paredes originalmente em taipa de sebe e de formigão foram substituídas por alvenaria de tijolos.

O prédio tem cobertura de quatro águas, com as beiradas arrematadas, como em outras edificações coloniais de Diamantina, por uma combinação de cimalha e cachorros. Os cunhais são em madeira, assim como o enquadramento de todos os vãos, que externa e internamente apresentam vergas retas. A fachada principal, bem equilibrada quanto às partes cheias e os vãos, é simples e harmoniosa, mostrando seis janelas de caixilho de vidro em guilhotina, três das quais se superpõem às portas do pavimento inferior, que, como a principal, possuem vedação do tipo calha. O piso da casa é todo em tabuado largo, à exceção do vestíbulo e do pátio, com pavimentação em lajeado

de pedra, enquanto os forros se alternam entre os tipos esteira e saia-e-camisa. A varanda interna é, por sua vez, guarnecida de balaústres de madeira recortada.

A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 278 - Livro de Belas Artes, fls. 47, datada de 28 de junho de 1950.



Diamantina - Casa do Inconfidente Padre Rolim (atual Museu do Diamante).

Casa Atribuída ao Intendente Câmara

Sobrado que se inclui entre as mais significativas edificações de Diamantina, pela harmoniosa beleza de sua fachada e pelo requinte ornamental do interior, o prédio sito à rua Direita n. 32/36 teria sido, segundo tradição local, construído por iniciativa de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt, que por muito tempo exerceu as funções de intendente dos diamantes. Pertenceu depois ao comendador Vicente José da Trindade, falecido por volta de 1870, ao coronel Elias Gomes Ribeiro e ao industrial Francisco de Souza Maia, vindo a servir mais modernamente de sede ao Instituto Eschwege, importante entidade de pesquisa científica. Numa das restaurações realizadas, foram reconstituídos os primitivos guarda-corpos de madeira das sacadas.

Mostrando a fachada principal para a praça da Matriz e em situação quase vizinha ao Museu do Diamante, o sobrado tem sua planta desenvolvida em sentido longitudinal, num partido de forma retangular, seguindo-se grande área de terreno aos fundos. No primeiro pavimento, possui cômodos de abertura para a rua, à maneira de lojas, com um corredor na lateral, de onde parte a escada transversal que leva ao andar superior. Na estrutura e divisões, apresenta paredes de pau-a-pique, algumas já restauradas e substituídas por alvenaria de tijolos. A exemplo do que ocorre nas principais construções antigas de Diamantina, a cobertura é guarnecida por beirais em cimalha combinada com cachorros. Oito vãos, dotados de vergas alteadas e enquadramento em madeira, compõem o equilíbrio de cheios e vazios, da fachada frontal, delimitada por cunhais também em madeira. São quatro portas-sacadas, com postigos sobrepostos e vidros trabalhados, que se abrem para sacadas isoladas em guarda-corpos de madeira torneada, correspondendo a igual número de portas do piso inferior. Destacam-se, ao alto das portas-sacadas, interessantes sobrevergas trabalhadas à maneira de molduras. No interior do sobrado, chamam especial atenção os dois salões do segundo pavimento, ambos com tetos de gamela, um deles todo pintado em policromia, com motivos profanos. Trata-se de cinco painéis, provavelmente de fins do século XVIII ou princípios do XIX, trabalhados em cores suaves e tonalidades de pastel, mostrando cenas idílicas que têm em primeiro plano as figuras - um casal - enquadradas pela paisagem ao fundo. É pintura de excelente realização artística, ignorando-se, porém, a sua autoria.

A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 451 - Livro de Belas Artes, fls. 84, datada de 2 de setembro de 1959.

Santa Casa de Caridade

A construção do prédio original da Santa Casa de Caridade é de época anterior a 1790, pois nesse ano foi adquirido pelo padre Carlos da Silva e Oliveira Rolim e capitão Manoel Rodrigues de Carvalho para ser doado ao ermitão Manoel de Jesus Fortes, responsável pela fundação do hospital. No decorrer do século XIX, o estabelecimento passou por diversas crises, chegando mesmo a ser fechado por duas vezes. No relatório da presidência da província, relativo ao ano de 1857, lê-se a seguinte referência à então precária situação da Santa Casa de Diamantina: "O edifício em que acha-se estabelecido o hospital desta cidade, além de muito arruinado, não oferece acomodações adaptadas ao regular tratamento dos enfermos". Entretanto, várias reformas seriam realizadas entre 1866 e 1873, ano em que o governo provincial libera uma verba de dois contos de réis para atender ao pagamento de obras no prédio. Em 1888, construiu-se um pavilhão anexo, para internamento de alienados, sendo feitos também trabalhos de modificação e acréscimo, executados mediante subvenções governamentais e doações particulares. Com o objetivo de angariar maiores recursos para sua manutenção, a Santa Casa manteve por longo tempo, no local da atual Cadeia Pública, uma casa de espetáculos - o Teatro Santa Isabel, construído por volta de 1840 e demolido em 1912. Faz parte do conjunto do hospital uma pequena capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Saúde, cuja construção remonta ao período colonial, a ela já se referindo o historiador Pizarro e Araujo em 1820, quando ainda se denominava capela da Misericórdia.

Situada na rua da Caridade, a Santa Casa está implantada num terreno de relativa inclinação, tendo à frente um muro de arrimo e três escadas, todas de pedra, correspondendo às três portas de acesso. O partido, de forma geométrica, se desenvolve dentro de um quadrado, com um pátio central interno e vários cômodos distribuídos em seqüências irregulares, denotando sucessivas alterações. No sistema construtivo, observou-se o uso da taipa de sebe, hoje substituída por alvenaria de tijolos



Diamantina - Santa Casa de Caridade, com a Capela de Nossa Senhora da Saúde.

em muitas paredes, e talvez da taipa de pilão, presença sugerida pela maior espessura de paredes da capela. A cobertura compõe-se de várias águas, convergindo para o pátio e as fachadas, predominando os beirais guarnecidos em cimalha. O enquadramento dos vãos é todo em madeira, assim como os cunhais e os esteios que dividem a fachada principal em três secções bem definidas.

A secção central corresponde à capela da Saúde, com planta de partido simples, integrada pela capela-mor, de menor largura que a nave, dois cômodos laterais a esta e um coro que contorna a nave de um lado a outro do arco-cruzeiro. Em dois pavimentos, a capela possui torre central em madeira, de forma quadrada e cobertura piramidal em telhas encimada por uma esfera armilar, porta almofadada e duas portas-sacadas à altura do coro, com postigo sobreposto e parapeito entalado de ferro. As secções laterais da fachada, que se desenvolvem a partir da capela, são idênticas entre si, apresentando cada uma cinco vãos: uma porta central, de almofadas simples, entre dois pares de janelas de caixilhos de vidro. A distribuição equilibrada dos cheios e vazios e a simetria perfeita, em relação ao eixo vertical correspondente à torre da capela, tornam bem harmoniosa a fachada principal da Santa Casa.

A edificação não é amparada por medida de tombamento direto, mas está compreendida no acervo arquitetônico e paisagístico da cidade, tombado em conjunto pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 66 - Livro de Belas Artes, fls. 12, datada de 16 de maio de 1938.

Mercado Municipal

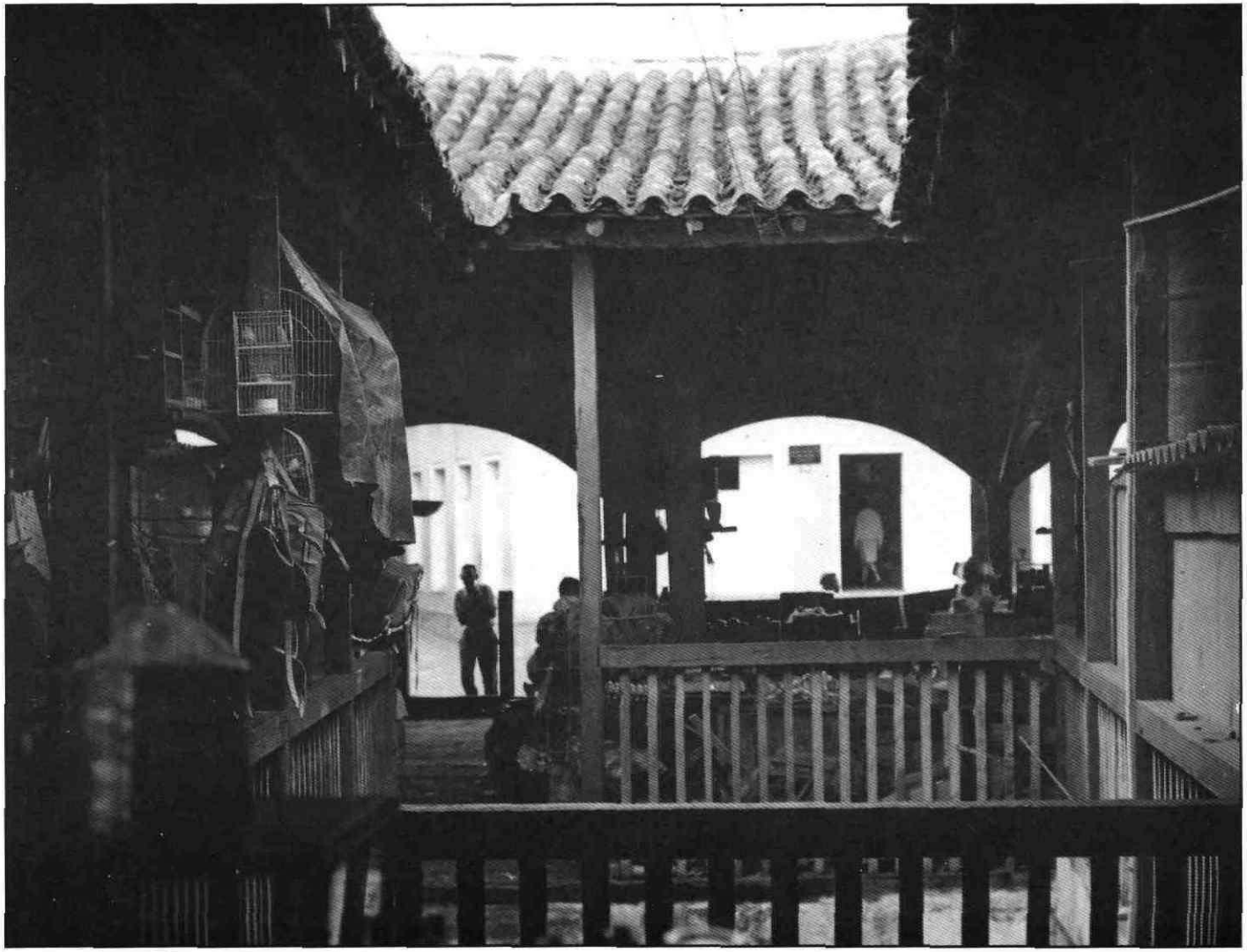
Em 1835, o tenente Joaquim Cassimiro Lages edificou um prédio de moradia e comércio no largo da Cavalhada Nova, atual praça Barão de Guaicuí. Ao lado, mandou igualmente construir um rancho de tropeiros ou "intendência", nome sob o qual eram também conhecidos em Diamantina os locais destinados ao descarregamento e comercialização de mercadorias vindas de outros lugares. Entre 1881 e 1884, tendo o tenente Lages desfeito seu comércio, desarticulou-se o rancho. Alguns anos depois, em 1889, a população encaminhava, porém, um pedido à Câmara Municipal no sentido de reativá-lo sob nova forma. Era proposta a construção, no local do antigo estabe-



Diamantina - Mercado Municipal.

lecimento, de um "barracão" ou mercado que centralizasse a distribuição de mercadorias, de modo a evitar-se o monopólio então exercido por algumas "intendências" existentes na cidade. Em atendimento, a municipalidade adquiriu o prédio e o rancho, das mãos dos herdeiros do tenente Lages, por sete contos de réis, iniciando a construção do atual Mercado Municipal.

O velho mercado se localiza num dos sítios mais agradáveis da cidade, estendendo-se à sua frente uma grande área pavimentada de pedras, contígua à praça Barão de Guaicuí. Nessa área os tropeiros amarram, em rústicos esteios de pau, os burrinhos que para ali transportam as mercadorias de abastecimento, o que empresta ao local um aspecto bem pitoresco. Compondo uma quadra, a edificação é circundada por mais três vias públicas, correspondentes às suas outras fachadas. O partido geral é



Diamantina - Mercado Municipal - Interior.

simples, de forma geométrica retangular, com a presença de um pátio interno mais ou menos central. Trata-se de construção de um pavimento, mas possuindo um porão que, aproveitando o declive das ruas, se acusa nas fachadas de trás e lateral esquerda. Esta última é fechada em alvenaria de tijolos, sendo o restante do edifício todo aberto, em arcadas de madeira, e pintado nas cores azul e vermelho.

O prédio é estruturado em madeira, com uma repetição interna do desenho das arcadas, no eixo central longitudinal, servindo de sustentação à armação do telhado. A cobertura divide-se em oito águas, quatro voltadas para o exterior e quatro para o interior, estas convergindo para o pátio. Constitui um interessante jogo de águas, solucionando o problema apresentado pela cumeeira da parte de trás, num nível mais baixo que as demais. O telhado, com seu prolongado balanço e beiradas em cachorros, é bem valorizado no topo da construção.

A fachada lateral esquerda, com cunhais e esteios aflorados de madeira, mostra vãos enquadrados também em madeira e vergas de nível, com vedações em calha. Para o interior do mercado, as portas desse bloco da lateral esquerda são de vergas alteadas. As outras fachadas, em arcadas, possuem uma vedação de tábuas justapostas que correm a meia altura, à maneira de parapeito. O piso interno é em lajes de pedra, à exceção da parte superior ao porão, que tem piso em tabuado largo. Não existe forro, o que deixa aparente o madeiramento do telhado, mostrando os caibros e as ripas, todos de paus roliços.

A edificação é tombada pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 387 - Livro de Belas Artes, fls. 76, datada de 31 de julho de 1950.

Outras Edificações

A cidade de Diamantina apresenta, além dos monumentos e edificações focalizados em destaque, vários outros conjuntos ou unidades isoladas de grande valor histórico-arquitetônico, que se concentram principalmente na área delimitada pelas ruas do Bonfim, Contrato, Lobo de Mesquita, continuando pela rua Direita e, fechando a área, as praças Santo Antônio, com a matriz, e Barão de Guaicuí, com o mercado. Convergindo para essa área, ainda aparecem eixos importantes como as ruas do



Diamantina.
Sobrado da Rua Direita, 120/122.

Burgalhau, do Amparo e Macau de Cima, sendo que para esta última convergem também a rua de São Francisco e a da Caridade.

No âmbito dessa área, dentre as construções civis de maior interesse, está um belo sobrado de três pavimentos, à rua Direita 120/122. O prédio, de pau-a-pique, mostra cinco sacadas isoladas e uma corrida na altura do segundo pavimento, com bacias de madeira e os guarda-corpos em belo trabalho de ferro batido, como podem ser vistos freqüentemente em Diamantina, onde não raro aparecem balcões ornados com pinhas ou outros trabalhos. Logo abaixo desse sobrado, na mesma rua, n. 100/110, observa-se outra edificação interessante, também assobradada, de esquina. Possuindo nos beirais cimalha combinada com cachorros, tipo de arremate de coberturas largamente usado em Diamantina, mostra, no segundo pavimento, seis portas-sacadas,

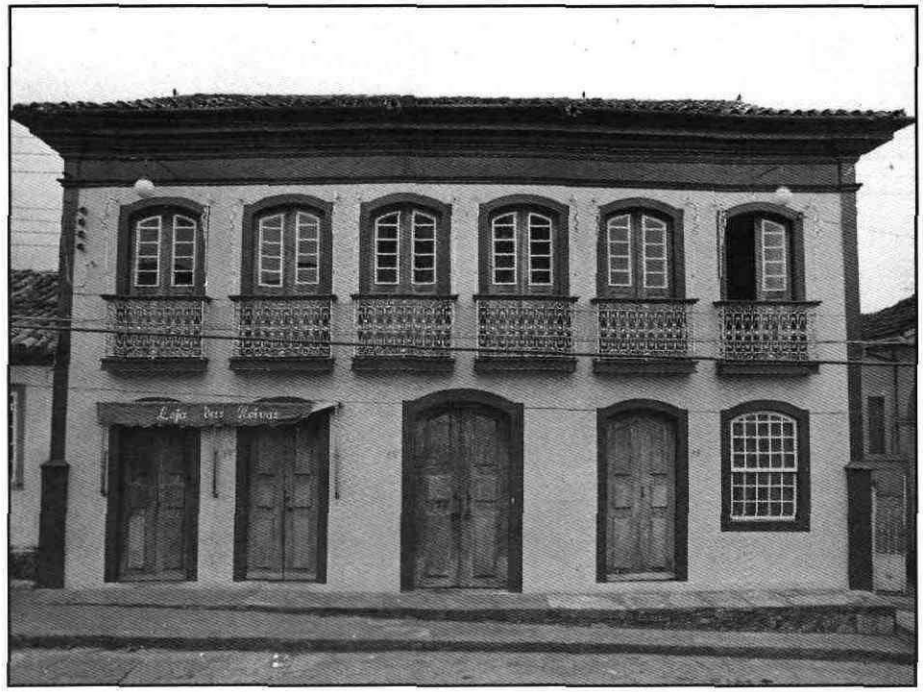


Diamantina.
Sobrado da Rua Direita,
esquina do Beco dos Brants.

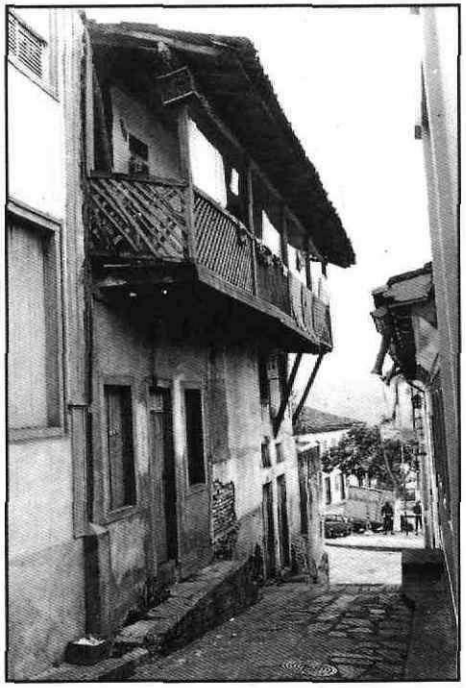
com postigo sobreposto, abrindo para sacadas com bacias de madeira e guarda-corpo de ferro trabalhado.

A chamada Casa do Balcão Corrido, que dá frente para a antiga rua de Trás da Sé, com sacadas de ferro e fundos para o beco da Tecla, é outro sobrado importante pelas suas originais características. Nele se destaca a fachada posterior, com seu balcão corrido de guarda-corpo em treliça indo de uma extremidade a outra desta mesma fachada e apresentando ainda uma composição bem curiosa dos vãos, agrupados e deixando uma grande área de parede cega. O balcão é todo em madeira como os cunhais e o enquadramento dos vãos, que possuem vergas retas.

A residência local do IPHAN, um sobrado ao lado da igreja do Bonfim, na praça Monsenhor Neves, também chama atenção por seu belo balcão corrido, com o guar-



Diamantina - Sobrado da Rua do Bonfim, 59.



Diamantina.
Sobrado com sacada corrida.
Rua Atrás da Sé.

da-corpo em gelosia e o terço inferior em almofadas, todo em madeira. Tem a fachada bem harmoniosa, com os três vãos do segundo pavimento se sobrepondo aos três vãos do primeiro, as janelas de caixilho de vidro em vedação do tipo guilhotina e portas tipo calha, todas possuindo vergas de nível. O partido desse sobrado lembra muito o da Casa do Muxarabi (Biblioteca Antônio Torres), inclusive a disposição dos vãos na fachada.

O sobrado da rua do Bonfim n. 59 é, por sua vez, uma sólida e bela construção. Dando frente para a igreja do Bonfim, possui no segundo pavimento seis portas-sacadas de postigo sobreposto abrindo para sacadas isoladas de bacia de madeira e guarda-corpo de ferro trabalhado. No primeiro pavimento, mostra quatro portas almofadadas e uma janela de guilhotina, sendo todos os vãos em vergas alteadas. Este imponente sobrado é enquadrado por cunhais de madeira e ostenta, guarnecendo os beirais, uma elegante cimalha. No seu interior, salientam-se os belos forros em gamela e uma belíssima escada com balaustrada de madeira recortada. Deve-se ressaltar ainda a presença da calha com as suas gárgulas se projetando para o meio da rua, elementos que aparecem em quase todas as edificações diamantinenses, geralmente cilíndricas e às vezes trabalhadas em ornatos.

Apesar de construída em fins do século XIX, merece referência, na arquitetura religiosa de Diamantina, a igreja do Sagrado Coração, que pertence ao conjunto do Seminário no antigo largo do Curral, hoje largo de Dom João. Em estilo neogótico, foi projetada pelo padre Júlio Clevelin, o mesmo que projetou a igreja do Caraça, e as obras tiveram início em 1885 sob a direção do mestre Antônio Luiz de Figueiredo. A igreja estava praticamente concluída em 1890, quando recebeu a sua consagração. É interessante também por ser a única igreja de Diamantina construída com pedras de cantaria da região: nas abóbadas cruzadas em diagonal, nas torres, etc. Deve-se observar que, apesar da abundância de pedra na região, as construções mais antigas da cidade não apresentam o uso da cantaria.

A arquitetura moderna está documentada em Diamantina por um dos maiores arquitetos brasileiros, Oscar Niemeyer, com duas obras: o Hotel Tijuco e o Grupo Escolar Júlia Kubitschek.

DISTRITO DE INHAÍ

Sant'Ana de Inhaí, como era primitivamente denominado o arraial, foi um dos núcleos iniciais de povoamento surgidos em decorrência da descoberta dos diamantes na área. Localizando-se à margem do rio Caethé-mirim, onde foram encontradas as primeiras pedras, a fundação do povoado remonta aos anos vinte do século XVIII, estando sua existência já registrada no "Mapa da Demarcação Diamantina", levantado em 1750. Inhaí teve um curto período de apogeu e crescimento, entrando em estagnação na segunda metade do século XVIII, com o declínio de produção da mineração diamantífera. No século XIX, a mineração do ouro e do diamante já representava uma atividade inexpressiva no distrito, com seus habitantes então se dedicando com maior intensidade à cultura dos cereais e à criação de gado.

O distrito foi criado em 1853, pela Lei n. 654, e a freguesia pela Lei n. 3.151, de 1883, tendo sempre pertencido ao município de Diamantina. Sua igreja, dedicada a Sant'Ana, relembra a época áurea do arraial, destacando-se principalmente pela sua ornamentação, com a bela pintura do forro da capela-mor de autoria de José Soares de Araujo, retratando a cena dos Esponsais da Virgem e de São José. A população local ainda mantém suas velhas tradições religiosas, sendo celebradas anualmente, dentre outras solenidades de igreja, a Festa da Paixão, na Semana Santa, a do Divino Espírito Santo, em maio, e a da padroeira Sant'Ana, a 2 de julho.

Igreja de Sant'Ana

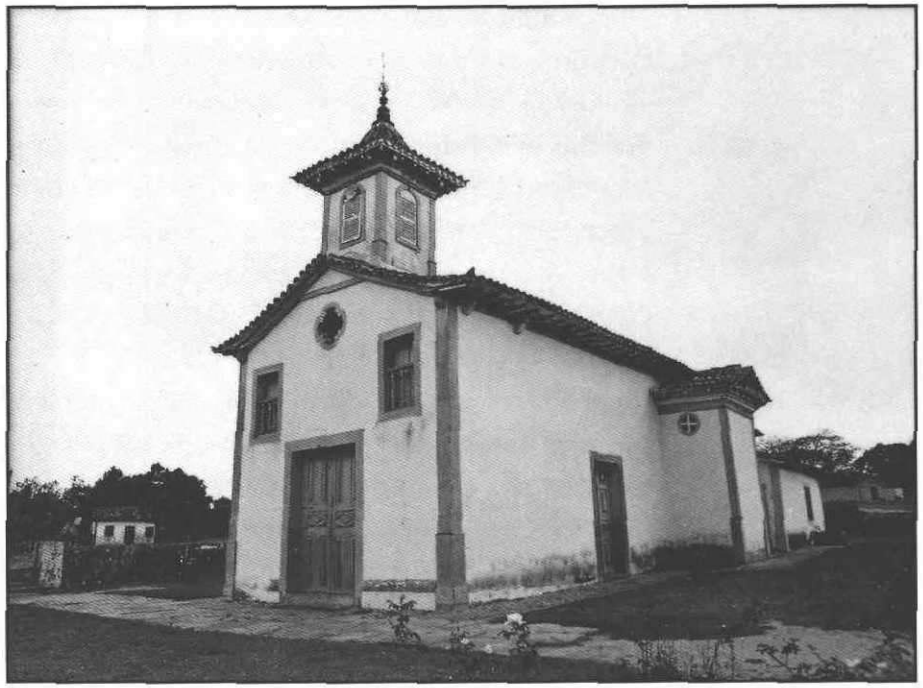
HISTÓRIA

Apesar das pesquisas realizadas, nada se apurou sobre a época precisa de ereção da igreja de Sant'Ana de Inhaí, que remonta seguramente ao período colonial, pois em 1821 já era citada como uma das capelas filiais de Santo Antônio do Tijuco. As pinturas dos forros do templo foram atribuídas pelos especialistas ao guarda-mor José Soares de Araújo, mas não há registro quanto ao ano de sua execução, datando provavelmente do final do século XVIII, época em que o artista trabalhou na região diamantina.

A igreja tem sido objeto, ao longo dos anos, de vários trabalhos de reforma ou restauração, já aparecendo, em 1886, no Relatório do governo provincial mineiro,



Distrito de Inhaí - Vista parcial.



Inhaí - Igreja de Sant'Ana.

referência à liberação de verba para atender a obras de reparo nela realizadas. Após o processo de tombamento levado a efeito pelo IPHAN, o templo sofreu, em 1954, serviços de restauração geral. Em 1968, novos consertos foram promovidos pelo mesmo órgão, principalmente na recuperação das paredes laterais, ameaçadas de cair.

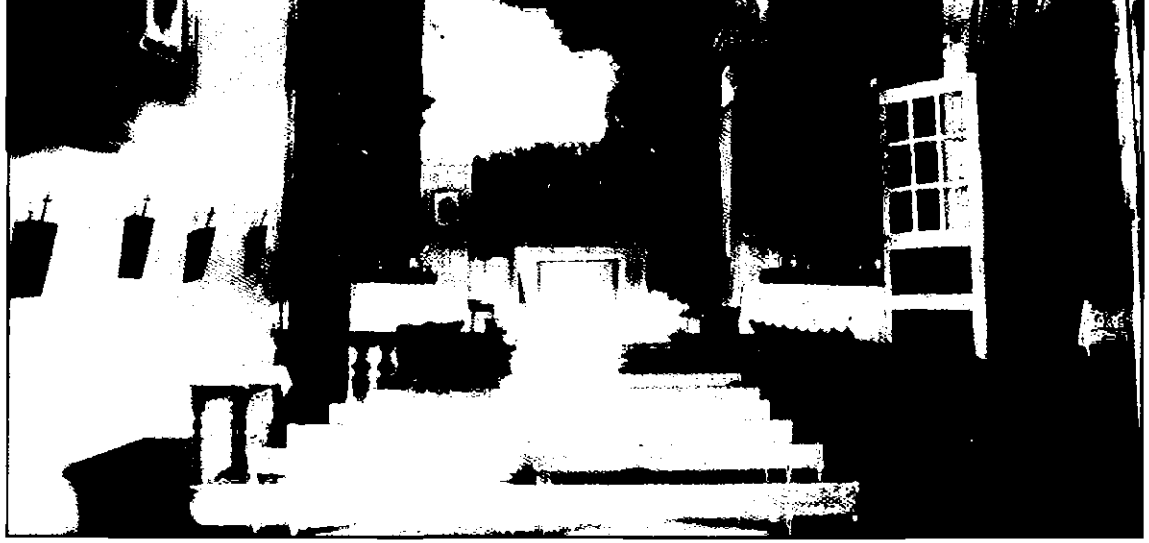
O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 298 - Livro de Belas Artes, fls. 50, datada de 16 de novembro de 1952.

ARQUITETURA

A igreja está situada no centro de ampla praça e é cercada por um muro baixo de alvenaria que delimita pequeno cemitério ajardinado, possuindo na parte fronteira um cruzeiro de madeira. Sua planta é composta de nave, capela-mor, duas sacristias laterais anexas às paredes da capela-mor, e uma pequena capela abrindo-se para a nave, do lado direito, que parece de construção mais recente, enquanto, do lado oposto, o púlpito tem acesso pelo exterior. As paredes são de alvenaria de adobe, com cunhais em madeira, e a cobertura de duas águas, com telhas de barro, é arrematada por beirais em cachorros. A fachada é simples mas extremamente harmoniosa, pela correta proporção de seus elementos constitutivos: grande porta almofadada, ladeada na altura do coro por duas portas-sacadas com balaústres de madeira torneada e encimada por um óculo de formato caprichoso. As vergas retas desses vãos contribuem para a impressão geral de simplicidade. Acima da empena e em ligeiro recuo, situa-se a torre única, com cobertura de telhas e grimpa constituída por uma esfera armilar e cruz de ferro. As janelas, com vergas de arco pleno e vedação em veneziana, denunciam construção posterior para essa parte do edifício.

ORNAMENTAÇÃO

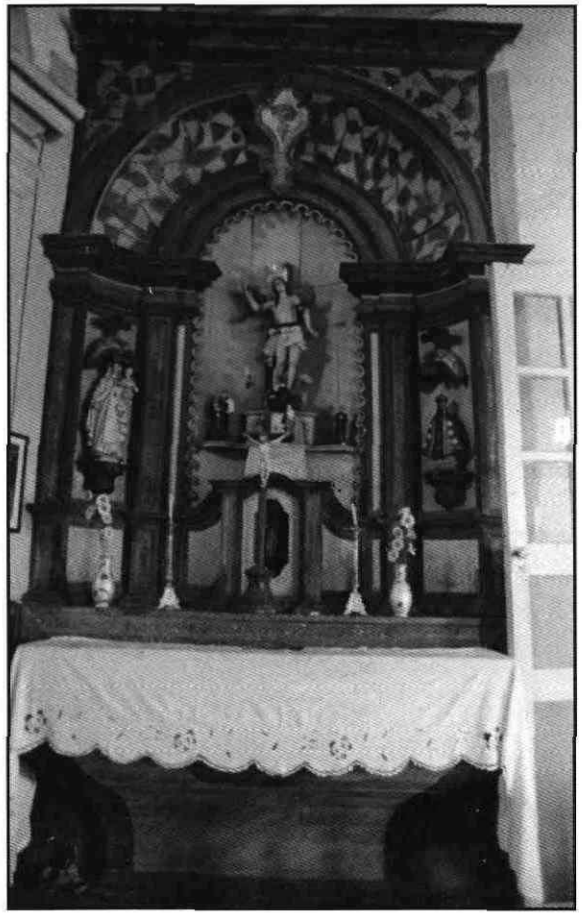
Quatro retábulos de talha simples, reduzida à estrutura básica dos suportes/pilastras encimados por um arco pleno, decoram internamente a matriz de Inhaí, sendo provavelmente mais antigos os do arco-cruzeiro, revestidos de ingênua policromia da época. Entre a imaginária ainda conservada, merece especial referência o conjunto do altar-mor, incluindo a imagem da padroeira, Sant'Ana, e, nos nichos laterais, São Joaquim e São José de Botas, ambas estas imagens de alto padrão erudito, apresentando curiosa analogia estilística com as do Aleijadinho e seus discípulos.



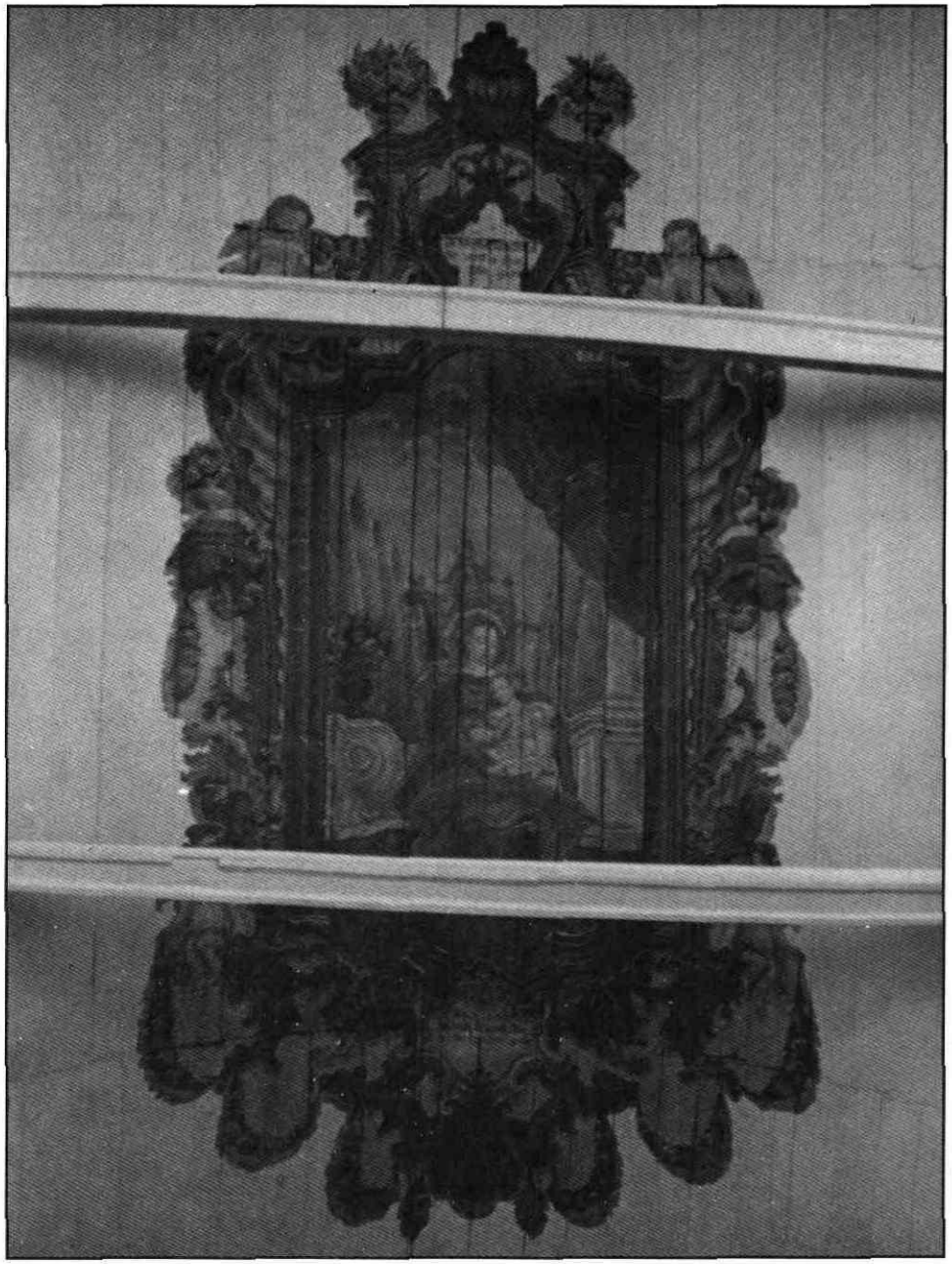
Inhaí - Igreja de Sant'Ana - Interior.

É, entretanto, no setor de pintura em perspectiva dos forros da nave e capela-mor que se situa o principal interesse da igreja, uma vez que ambos são atribuídos ao pintor máximo da região, o guarda-mor José Soares de Araujo. A pintura do forro da capela-mor compõe-se, segundo o estilo habitual do mestre, de densas perspectivas arquitetônicas, pintadas em grisalha azulada, com apenas alguns realces de vermelho rosado (guirlandas) e marrom. No medalhão central, figura a cena dos Esponsais da Virgem e São José, incluindo, além dos nubentes e do sacerdote, cinco personagens secundários, dispostos em planos paralelos. Já a pintura da nave adota partido de

composição diferente, restringindo-se à tarja central ricamente emoldurada com motivos do repertório ornamental barroco-rococó, a exemplo de rocalhas, guirlandas de flores, vasos, estruturas arquitetônicas e figuras de anjos. No quadro central está representada Sant'Ana Mestra, padroeira da igreja, sentada em imponente cadeira de estilo Dom José I e abraçando a figurinha da Virgem menina.



Inhaí - Igreja de Sant'Ana. Retábulo do arco-cruzeiro, lado da Epístola.



Inhaí - Igreja de Sant'Ana.
Pintura do forro da nave.
(José Soares de Araujo).

DISTRITO DE MENDANHA

Mendanha tem também sua origem ligada à exploração dos primeiros diamantes nos arredores, pois seu nome já consta do Mapa de Demarcação Diamantina, datado de 1750. Em princípios do século XIX, possuía ainda um dos maiores "serviços de extração" do Distrito Diamantino, onde trabalhavam cerca de mil escravos, segundo informação do viajante inglês John Mawe, que visitou a região entre os anos de 1809 e 1810.

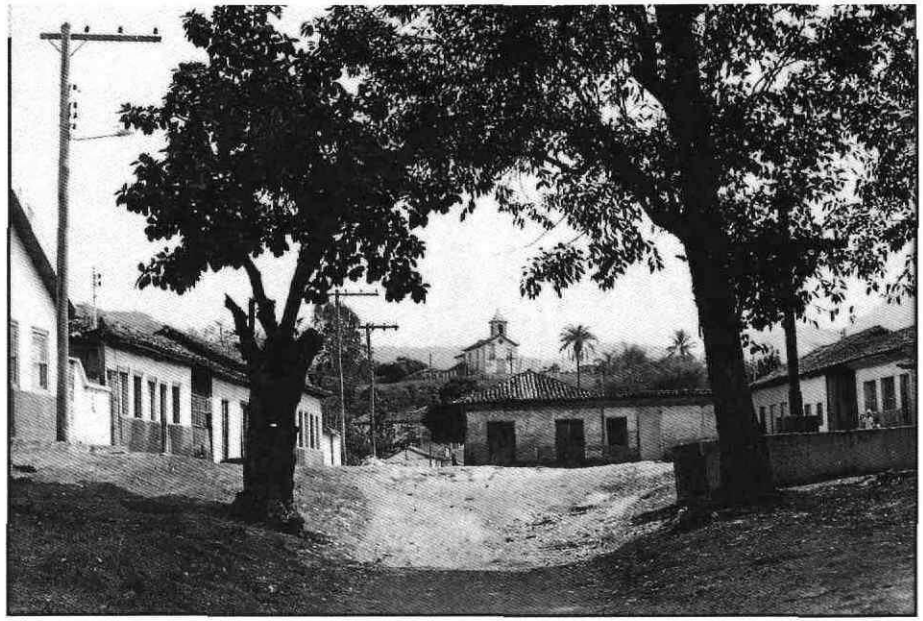
O arraial está situado no sopé da serra de Mendanha e é cortado pelo rio Jequitinhonha, sobre o qual existe uma antiga ponte de madeira. A paisagem local é bastante pitoresca, conservando-se interessante conjunto de casario colonial, onde se destacam três ou quatro sobrados de maior porte e uma pequena igreja dedicada a Nossa Senhora das Mercês. O distrito foi criado em 1865, pela Lei n. 1251, de 17 de novembro, sendo, depois de extinto por algum tempo, novamente instituído em 1938, pelo Decreto-Lei n. 148, de 17 de dezembro.

Igreja de Nossa Senhora das Mercês

Não se conhece documentação sobre a época precisa de edificação desta igreja, mas, pelas características construtivas, deve ela remontar ainda ao período colonial. Trata-se de templo bastante modesto, com a planta dividida em nave, capela-mor e, lateralmente a esta, duas sacristias à maneira de puxados. A fachada, extremamente singela, é marcada verticalmente por uma torre central e única, mostrando um jogo bem simples de vãos, com a porta principal, duas janelas a ela diagonais na altura do coro e pequeno óculo na empena. A cobertura do corpo da igreja e capela-mor é em duas águas e a das sacristias em meia água independente. Todos os vãos têm enquadramento em madeira e vergas retas. O maior interesse da igreja reside, sem dúvida, na sua antiguidade.

Celebra-se anualmente na igreja, no mês de junho, a festa dedicada à padroeira Nossa Senhora das Mercês.

Não é amparada por medida legal de tombamento.



Distrito de Mendanha - Vista parcial.



Mendanha.
Igreja de Nossa Senhora das Mercês.
Fachada lateral.

DISTRITO DE SÃO JOÃO DA CHAPADA

A localidade-sede do distrito de São João da Chapada foi fundada em cerca de 1833, quando surgiram as primeiras choupanas à margem esquerda do córrego São João, no alto de uma chapada a mais de 1.000m de altitude, em terrenos que foram antes propriedade do comendador João Fernandes de Oliveira e de Ana Pinto de Andrade. Sua origem se prende à descoberta da lavra diamantífera de Pratinha nas proximidades, que atraiu e fixou inúmeras pessoas na área.

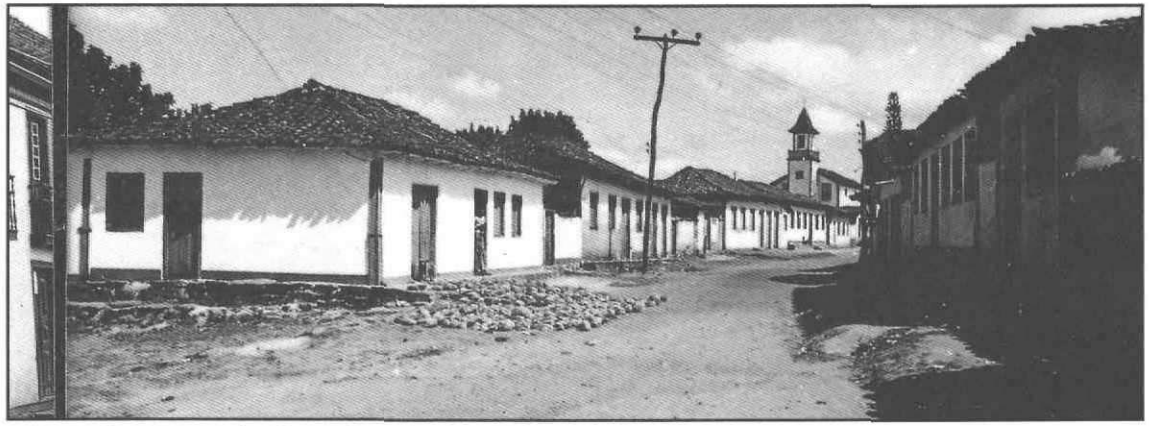
Em 1861, o antigo arraial da Chapada foi elevado a distrito pela Lei n. 1103, de 16 de setembro, e, nove anos depois, à condição de freguesia, passando então a ser denominado São João da Chapada.

Segundo consta de texto publicado na **Revista do Arquivo Público Mineiro**, em 1899, o arraial possuía naquele ano 150 casas térreas, "dividindo-se em 3 ruas longitudinais, 2 transversais ao entrar, 1 sinuosa ao sair, alguns becos, uma praça, ocupando tudo isso, inclusive a igreja, uma área de 500 metros sobre 200".

Pertence ao distrito um pequeno povoado também chamado Chapada, cuja origem remonta ao início do século XVIII, pois consta do Mapa da Demarcação Diamantina, datado de 1750. Já se encontrava, porém, totalmente estagnado em 1817, quando Saint-Hilaire o descreveu como um reduzido aglomerado de "cerca de trinta miseráveis choupanas, construídas desordenadamente...".

Capela de Nosso Senhor do Bonfim

Em meio ao casario simples e antigo, que ainda confere a São João da Chapada a tranqüila atmosfera dos velhos tempos da mineração do diamante, destaca-se a capela do Senhor do Bonfim. É um pequeno templo, com seu adro murado e alto cruzeiro de madeira na frente. Denunciando ao mesmo tempo a antiguidade de seu partido construtivo e a presença de elementos mais modernos de remodelação, a capela não esconde os aspectos rústicos mas graciosos do acabamento. A fachada, repetindo uma solução bem disseminada na região do Circuito do Diamante, mostra um flanco central com a torre única em avanço, no qual se inserem a porta principal em baixo, uma



Distrito de São João da Chapada - Vista parcial.



São João da Chapada.
Capela do Bonfim.

falsa janela de iluminação ao meio e, no topo, a sineira. Esta, arrematada por um telhadinho de quatro águas em abas, tem a guarnecê-la uma despretensiosa balaustrada de madeira. Recuadas em relação ao flanco saliente, aparecem duas janelas à altura do coro, com vedação em folhas de madeira e caixilhos de vidro, introduzidas por certo em alguma reconstrução recente.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

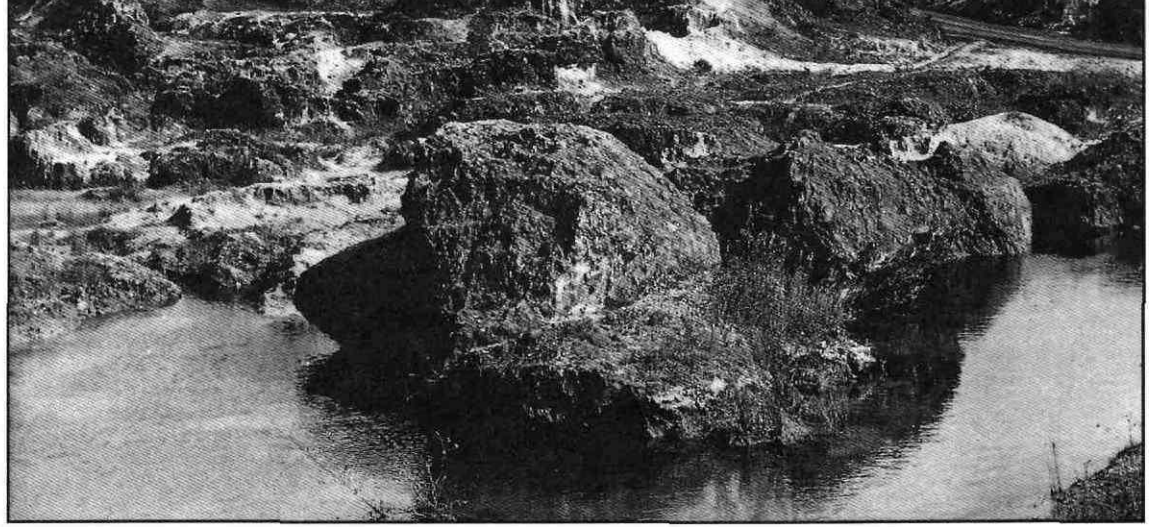
DISTRITO DE SOPA

O nome "sopa", na terminologia dos mineradores da região, referia-se a uma argila colorida onde era encontrada freqüentemente maior quantidade de diamantes. Supõe-se, assim, que o arraial de Sopa tenha surgido em decorrência da mineração diamantífera nas suas proximidades, em área com terreno de formação argilosa, justificando a denominação recebida. Esse pequeno povoado, situado em meio a uma sugestiva paisagem, remarcada pela presença de pedreiras, tem sua época de origem desconhecida, mas provavelmente datando de fins do século XVIII.

Até inícios do século atual, ainda se explorava o diamante na região em torno do arraial, onde chegou mesmo a funcionar uma fábrica destinada à lapidação das gemas. Os trabalhos principais de extração eram desenvolvidos por uma companhia americana de mineração - Sopa Diamond Mine Limited -, que, entretanto, pouco tempo permaneceu em atividade, encerrando suas pesquisas sob alegação de improdutividade das jazidas.

Sopa foi elevada à categoria de distrito pela Lei n. 2.764, de 30 de dezembro de 1962. O velho povoado quase nada conserva, porém, de sua feição do passado, restando como construção de interesse histórico-arquitetônico apenas a capela dedicada a Santa Rita. Entre as tradições religiosas locais, estão as festas anuais de São Sebastião, em janeiro, e a de Santa Rita, a 22 de maio.

O povoado de Biribiri, hoje pertencente ao distrito de Sopa, representou papel importante para a economia da área no final do século XIX e princípios do XX, com o



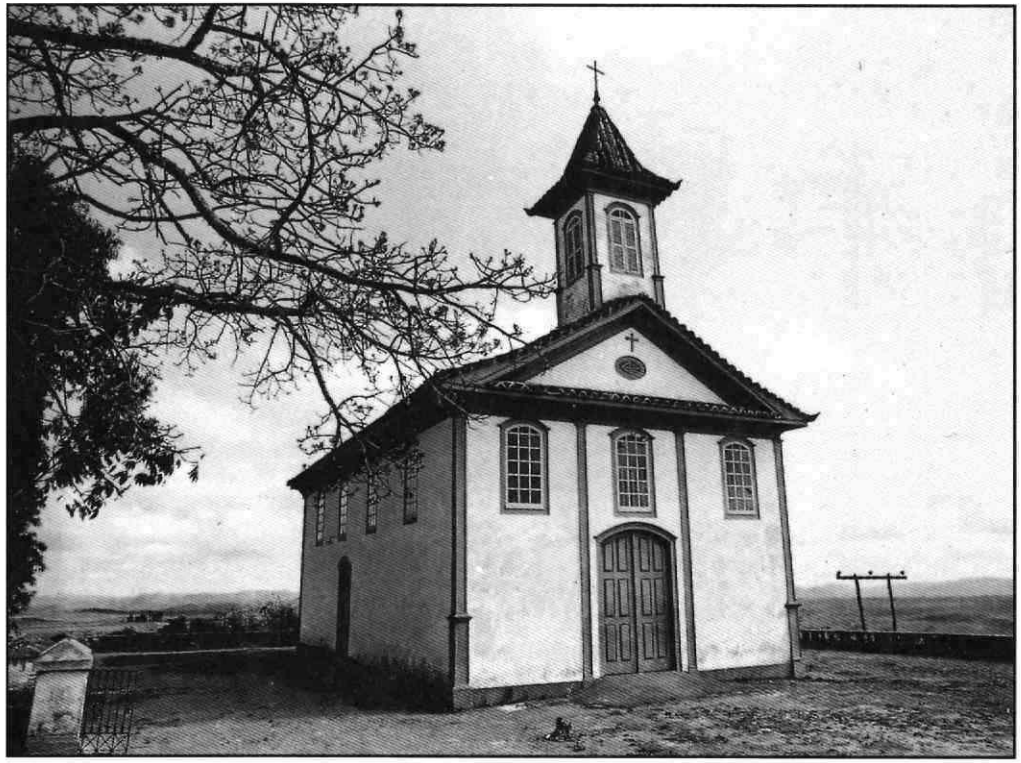
Distrito de Sopa - Vista parcial.

funcionamento de sua fábrica de tecidos e lapidação. Essa fábrica, fundada em 1876 por iniciativa do bispo diocesano Dom João Antônio dos Santos, possuía então "uma escola noturna de primeiras letras para os operários e seus filhos, uma capelinha para o culto espiritual e um teatrinho onde a comédia e o pequeno drama servem de recreio dos 120 operários em dias determinados", conforme acentuava em 1883 o Relatório do Governo Mineiro.

Capela de Santa Rita

A capela, cercada por muro de lajes caiado, está localizada em sítio privilegiado, de onde se descortina uma ampla e agradável perspectiva. Seu aspecto atual leva a supor tenha ocorrido uma reconstrução relativamente recente do templo. A fachada, de composição bastante harmoniosa, faz ressaltar a presença da torre central e única, com suas janelas sineiras em gelosia e a cobertura tradicional em telhadinho de quatro águas. A empena se resolve à maneira de um frontão reto, delimitado por cimalha e beiradas recobertas por fiadas de telhas. Os vãos, simetricamente distribuídos em secções verticais marcadas por cunhais e esteios de madeira, compreendem três janelas de caixilhos de vidro, à altura do coro, e a porta principal em almofadas, todos esses vãos encimados por vergas alteadas. Internamente, compensando a ausência de retábulos em talha, vê-se interessante altar-mor em delicado trabalho de gosto popular.

Não é amparada por medida legal de tombamento.



Sopa.
Capela de Santa Rita.

CONJUNTO DE BIRIBIRI

Na localidade de Biribiri construiu-se, no último quartel do século XIX, uma das primeiras comunidades fabris de Minas Gerais. Em torno de uma fábrica de tecidos, modernamente equipada para a época, surgiu um pequeno aglomerado urbano integrado por galpões industriais, prédios de depósito e administração, residências operárias, escola, teatro e uma igreja para o culto religioso dos trabalhadores. Desativada que foi a fábrica de tecidos há alguns anos, a localidade praticamente se esvaziou à falta de uma atividade econômica de base. Biribiri conserva, todavia, seu peculiar conjunto urbano e arquitetônico, que documenta admiravelmente uma fase do desenvolvimento de Minas Gerais caracterizada pela expansão da indústria têxtil.



Em meio ao conjunto de edificações de Biribiri, merece realce especial a igreja do Sagrado Coração de Jesus, um pequeno templo de cuidada construção, em estilo neoclássico. Circundada por um adro murado em balaustrada e arborizado com altas palmeiras, a igreja é um sólido e harmonioso edifício de alvenaria, cuja graciosa fachada revela o apuro de gosto de seus construtores. Essa frontaria compõe-se de três segmentos horizontais, ritmados por cimalhas e colunas simuladas, vendo-se, no primeiro, a porta principal entre dois óculos em rosáceas, na secção central, à altura do coro, três janelas rasgadas por inteiro, com parapeito entalado em ferro, e, finalmente, no segmento correspondente à empena, um relógio e pequeno frontão encurvado e ressaltado por ornatos, ao meio do qual nasce uma minúscula torre. Internamente, o arranjo ornamental é também de linha neoclássica, especialmente o altar-mor delimitado por duas colunas retas e estriadas, coroadas de capitéis compósitos.



Biribiri. Igreja do Sagrado Coração de Jesus.



Biribiri - Igreja do Sagrado Coração de Jesus - Interior.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Diamantina**. São Paulo: Martins, 1960.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio. In: DEL NEGRO, Carlos. **Contribuição ao estudo da pintura mineira**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1958, p. 7-15. (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 20).

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1907, v. 2, p. 189-190.

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1909, v. 3, p. 408-22.

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1913, v. 5, p. 400-401.

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1918, v. 6, p. 613-646.

ARAUJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional**. 2 ed., São Paulo: Melhoramentos, 1967, v. 1, p. 31-38.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizzarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948, v. 8, t. 2, p. 115-9.

ARNO, Ciro. **Memórias de um estudante**. 2. ed., 1885/1906, Belo Horizonte, 1949.

ÁVILA, Affonso. O teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Separata da revista **Barroco**. Belo Horizonte, UFMG, 9: 53-96, 1977.

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado e MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro - Glossário de arquitetura e ornamentação**. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971; p. 139, 160, 162-164, 184, 211, 221, 286, 372, 457, 485 e 503.

BAZIN, Germain. **L'architecture religieuse baroque au Brésil**. Paris: Plon, Editions d'Histoire et d'Art. 1958, t. 2, p. 70-71.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**. 2. ed., São Paulo: Nacional, 1969, p. 237 (Coleção Brasiliana, 341).

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**; notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo: Nacional, 1968, p. 156. (Coleção Brasiliana, 334).

CASAL, Aires do. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, t. 1, p. 398-402.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. São Paulo: Martins, 1956, p. 85.

100 ANOS - Memórias do Distrito Diamantino. **Minas Gerais** - Suplemento Literário, Belo Horizonte, 21 e 28 de dezembro de 1968.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, v. 8, p. 428, 1903

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**; com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970, p. 219-20.

COUTO, José Vieira. Memoria sobre as minas da capitania de Minas Geraes; suas descripções, ensaios e domicilio proprio. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Bello Horizonte, v. 10, p. 55-166, 1905.

COUTO, Sóter. **Vultos e fatos de Diamantina**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

DEL NEGRO, Carlos. Dois mestres de Minas: José Soares de Araújo e Manuel da Costa Ataíde. **Universitas**. Revista de cultura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 2, 79-101, jan./abril 1969.

DEL NEGRO, Carlos. **Escultura ornamental barroca do Brasil**; portadas de igrejas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Edições Arquitetura, 1967, v. 1, p. 207-209 e 211 212.

DIAS, Jayme Lopes. *A festa do Divino como elemento da área comum Luso Brasileira*. In: **Estudos e ensaios folclóricos em homenagem a Renato Almeida**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1962, p. 423 9.

DORNAS FILHO, João. **Achegas de etnografia e folclore**. Belo Horizonte: Imprensa Publicações, 1972, p. 115-164.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1968, p. 79-91.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos 1835-1841**. São Paulo: Nacional, 1942, p. 382-385, Coleção Brasiliana, v. 223.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958, v. 25, p. 21-37.

JARDIM, Luís. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 63-102, 1939.

JARDIM, Luís. A pintura do guarda-mor José Soares de Araujo em Diamantina. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 155-177, 1940.

LEFEVRE, Renée e VASCONCELLOS, Sylvio de. **Minas: cidades barrocas.** São Paulo: Nacional, 1968, p. 41-3.

LIMA JR., Augusto de. **História dos diamantes nas Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. 2. ed., São Paulo: Martins, 1957.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, v. 2. (Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 27)

MAWE, John. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e do diamante**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944, p. 237-240.

MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Atlas chorographico municipal**. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1927, v. 1, p. 213-216.

MORAIS FILHO, Mello. **Festas e tradições populares do Brazil**. Rio de Janeiro: Garnier - Livreiro, v. 2, 1901.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. 4. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **As igrejas setecentistas de Minas**. Belo Horizonte, 1964, p. 117-120, 121-124, 125-128, 172-173, 174 e 177-182.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **Guia do turista em Diamantina**. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais. XIX. A Casa do Contrato de Diamantina. **O Diário**. Belo Horizonte, p. 4, 16 de janeiro de 1959.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais. XX. A casa do Padre Rolim em Diamantina. **O Diário**. Belo Horizonte, p. 4, 23 de janeiro de 1959.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais. XXI. Casa e ruínas da chácara de Chica da Silva. **O Diário**. Belo Horizonte, 30 de janeiro de 1959, p. 4.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais. XXII. A "Casa da Glória" de Diamantina. **O Diário**. Belo Horizonte, 6 de fevereiro de 1959, p. 4.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. Monumentos históricos em Minas Gerais. XXIII. Casa do Fórum de Diamantina. **O Diário**. Belo Horizonte, 13 fevereiro. 1959, p. 4.

MUNICÍPIO de Diamantina - Distrito de S. João da Chapada. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, v. 4, p. 626-634, 1899.

NEVES, José Augusto. **Chorographia do município de Diamantina**. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio, 1899.

PIRES, Antônio Olyntho dos Santos. A mineração - riquezas minerais. Memória. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Bello Horizonte, v. 8, p. 881-1.016, 1903.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 14. ed., São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 169-185.

ROCHA, Severiano de Campos. **Memorias do Collegio e Orphanato de N. Senhora das Dores e do Hospital de N. S. da Saúde de Diamantina**. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1919.

RODRIGUES, José Wasth. A casa de moradia no Brasil antigo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 159-198, 1945.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1941, p. 32-42, Coleção Brasiliana, v. 210. Nova edição: Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 24-25.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do distrito diamantino**. 3. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1956.

SILVEIRA, Victor. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1926, p. 734-741.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, K. F. B. von. **Viagem pelo Brasil-1817/1820**. 2. ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d., v. 2, p. 27-30 e 46-49.

TRINDADE, Raimundo. **Instituições de igrejas no bispado de Mariana.** Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945, p. 44, 259, 285, 311-313 e 353-354.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Memória sobre a capitania de Minas Geraes (breve descripção geographica, physica e politica). **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Bello Horizonte, v. 6, p. 757-853, 1901.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação urbana do Arraial do Tijuco. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 14, p. 121-134, 1959.

Documentação Arquivística

ARQUIVO da Casa da Baronesa. Ouro Preto. Documentação do IPHAN sobre as obras de restauração em Diamantina.

ARQUIVO de Informações Básicas dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Belo Horizonte. Dados sobre Diamantina.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Belo Horizonte. Documentação relativa a Diamantina.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro. Documentação relativa a Diamantina.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Termos da Irmandade do Amparo. Data: 1779 a 1844.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 270 - S. G., maço 51. Capela de N. Sra. da Luz em Diamantina. Cópia pertencente ao Arquivo do IPHAN - Rio de Janeiro.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.073. Secretaria do Governo Provincial. 1864/1867. Registro: Officios e mais Actos do Governo sobre Matrizes e Igrejas.

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.087. Secretaria do Governo. Registro de correspondência da Presidência da Província referente a obras e reparos em matrizes e capelas, 1860/1863.

IGREJA de N. S. das Mercês - Diamantina - Documentos: Livros de Termos, Receita e Despesas, Tombos, extratos datados a partir de 1770. Cópias existentes no Arquivo do IPHAN. Rio de Janeiro.

IGREJA de São Francisco de Assis - Diamantina - Documentos avulsos, séculos XVIII e XIX. Cópias existentes no Arquivo do IPHAN. Rio de Janeiro.

IGREJA do Amparo - Diamantina - Documentos: Livro de Termos, extratos datados a partir de 28 de abril de 1773. Cópias existentes no Arquivo do IPHAN - Rio de Janeiro.

Jornal A Catedral. Suplemento do jornal **Estrela Polar**. 1935-1936. Coleção pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

Jornal **A Cidade de Diamantina** - 1890-1900. Coleção pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

Jornal **O Itambé** 1902-1905. Coleção pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

PINTURA da Igreja do Carmo - Diamantina - Documentos: Livro dos Termos pa. o Governo da V. Ord. 3ª.

do Carmo. 1774 a 1900. Cópia existente no Arquivo do IPHAN - Rio de Janeiro.

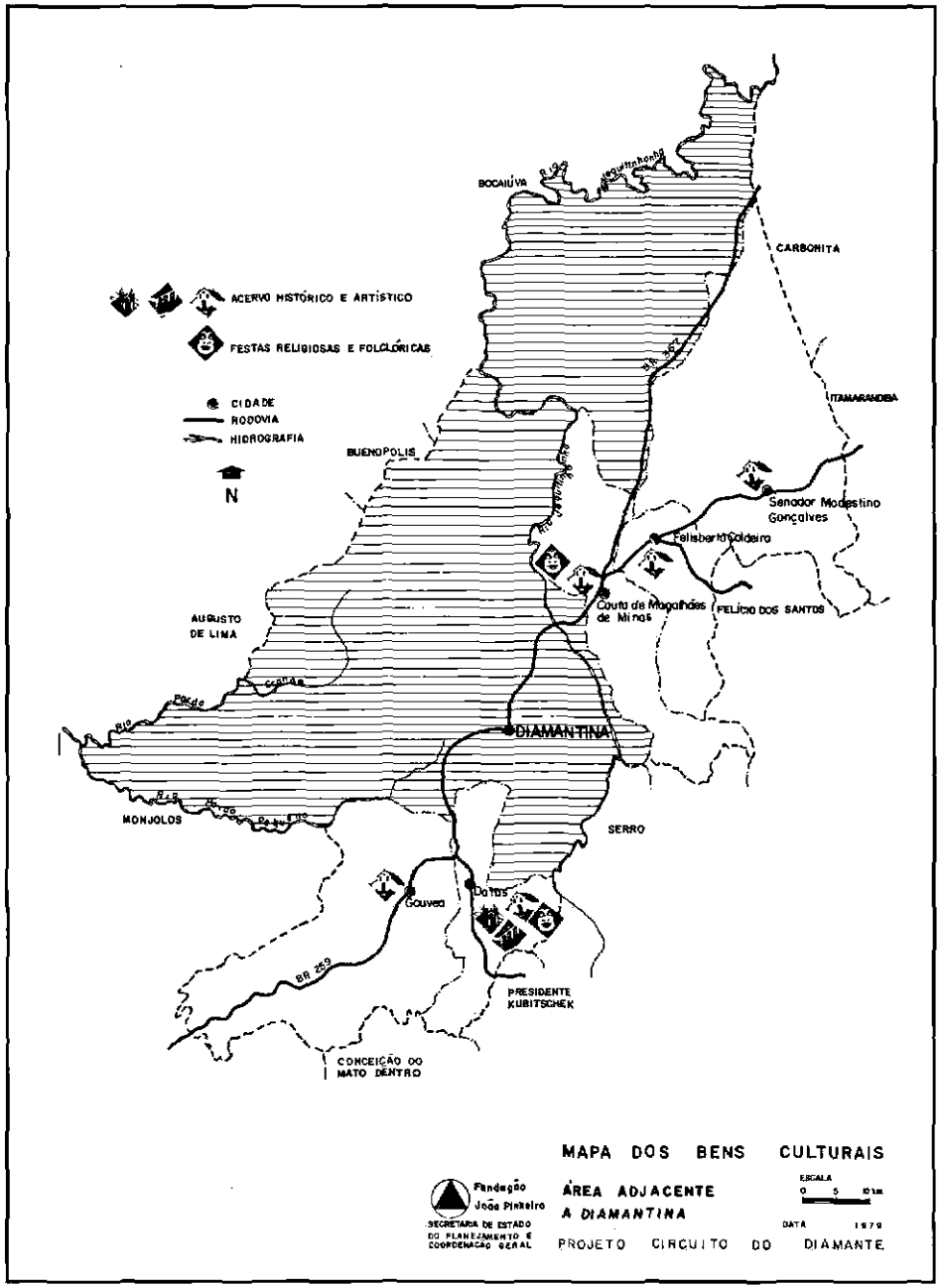
ARQUIVO Público Mineiro. Relatório do vigário João de Castro Bacellar, em resposta à circular do presidente da Província José Ildefonso de Souza Ramos. Diamantina, 22 de junho de 1849.

ARQUIVO Público Mineiro. **Relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais**. Anos de 1854, 1857, 1862, 1865, 1866, 1872, 1873, 1874, 1879, 1883, 1884, 1885 e 1886.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade. 1821-1826**. Ms.

VI

Área Adjacente a Diamantina


ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS
CIDADE
RODOVIA
HIDROGRAFIA
N
BOCAIÚVA
CARBONITA
ITAMARANDIBA
BUENÓPOLIS
Senador Modestino Gonçalves
Felisberto Caldeira
Couto de Magalhães de Minas
FELÍCIO DOS SANTOS
AUGUSTO DE LIMA
DIAMANTINA
MONJOLOS
SERRO
Gouvea
Datas
BR 259
PRESIDENTE KUBITSCHEK
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
MAPA DOS BENS CULTURAIS
ÁREA ADJACENTE A DIAMANTINA
ESCALA
0 5 10 km
DATA 1979
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE

Couto de Magalhães de Minas

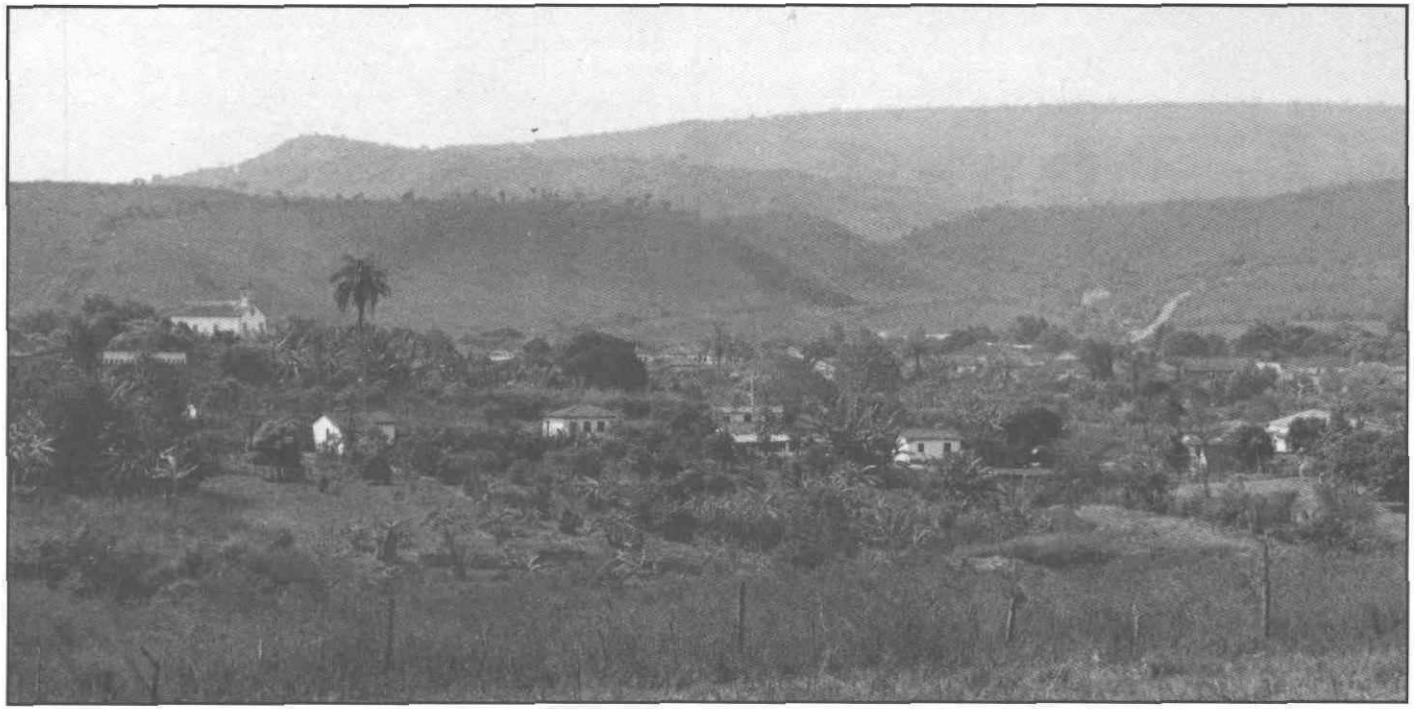
O MUNICÍPIO

Entre os núcleos pioneiros de povoamento surgidos na década de 20 do século XVIII, junto às primeiras lavras de diamante, estava o pequeno povoado de Rio Manso, que veio dar origem à atual cidade de Couto de Magalhães de Minas. Incluído na área do Distrito Diamantino após 1734, o arraial teve, durante todo o período colonial, seu crescimento contido pela rígida administração imposta na área e pelo monopólio real sobre os diamantes, que limitava a participação nos benefícios e lucros da sua extração.

Com a decadência da mineração, as terras férteis em torno do povoado passaram a ser melhor exploradas, principalmente com a plantação de frutas - laranjas, mangas, pêssegos, etc. -, cuja produção é importante até os nossos dias, ao lado de outros ramos da lavoura e também da pecuária.

Em 1839, foi o povoado elevado a distrito do município de Diamantina, sendo a freguesia criada em 1853. Teve sua denominação alterada para Couto de Magalhães, no ano de 1938, tornando-se município autônomo com a criação da cidade em 1962. A população municipal em 1991 somava 3.987 habitantes, destes residindo 3.157 na área urbana.

Da época do apogeu da exploração dos diamantes, restaram duas importantes igrejas coloniais na cidade: a matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, e a pequena capela do Bom Jesus de Matozinhos. Entre as festividades religiosas locais, destacam-se a celebração da Semana Santa e a Festa do Rosário.



Couto de Magalhães de Minas - Vista parcial da cidade.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Matriz de Nossa Senhora da Conceição

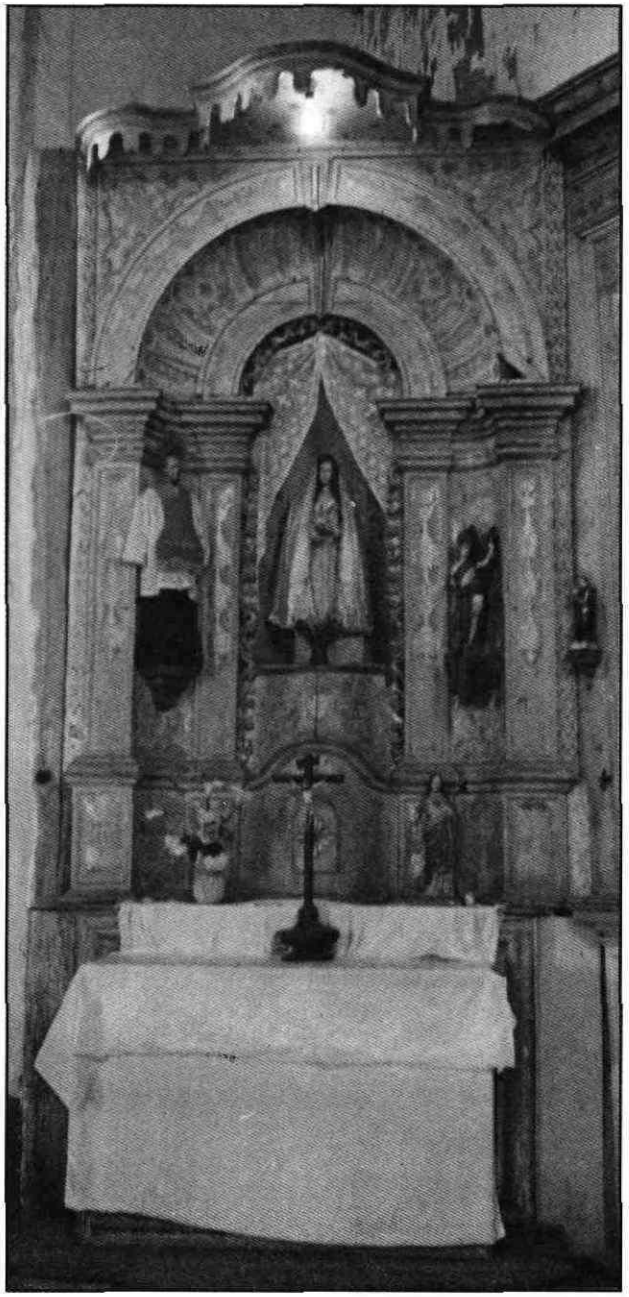
HISTÓRIA

Nada se apurou, na documentação pesquisada, sobre a época precisa de construção da igreja, que, ao que tudo indica, veio a substituir uma primitiva capela. Segundo J. Augusto Neves, na sua **Chorographia do Município de Diamantina**, publicada em 1899, o atual edifício é anterior a 1779. É provavelmente dessa época a pintura do forro, identificada como de autoria do guarda-mor José Soares de Araújo. No curso do século XIX, passou a igreja por várias reformas, tendo sido, a 17 de maio de 1857, designada pelo governo da Província uma comissão para dirigir obras então requeridas no templo. Outros trabalhos de reforma foram realizados ainda no século XIX, havendo referências de auxílios oficiais para esse fim em relatórios da presidência da Província relativos a 1872/1874 e 1886. No Livro de lançamento das despesas da matriz, aberto a 1º. de março de 1903 e hoje recolhido ao Arquivo do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina, existem, por outro lado, diversas anotações de pagamentos por serviços executados entre os anos de 1905 e 1936, quando, para atender ao custeio de consertos necessários, foram infelizmente vendidos objetos de ouro e prata do patrimônio da igreja. Mais recentemente, verificaram-se novas obras parciais de restauração.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme Decreto n. 18.531, de 2 de junho de 1977.

ARQUITETURA

A igreja está localizada numa esplanada, entre adro gramado e cercado por um muro de alvenaria de pedra, com uma passarela lajeada de acesso à porta frontal. O partido é formado por um corpo principal, com nave e capela-mor, separadas pelo arco-cruzeiro, de pé-direito duplo, e um outro nas laterais e fundos da capela-mor, com a sacristia e corredores laterais. Entrando-se na igreja, observa-se à esquerda um pequeno cômodo, provavelmente batistério, e, à direita, a escada de acesso ao coro. O edifício possui apenas uma torre central de secção quadrada, construída em madeira, com a cobertura em forma piramidal, de telhas de zinco, e janelas sineiras com vergas de arco pleno, torre esta provavelmente de construção posterior à da igreja. A cobertura de duas águas é guarnecida por beirais em cachorros, sendo as paredes

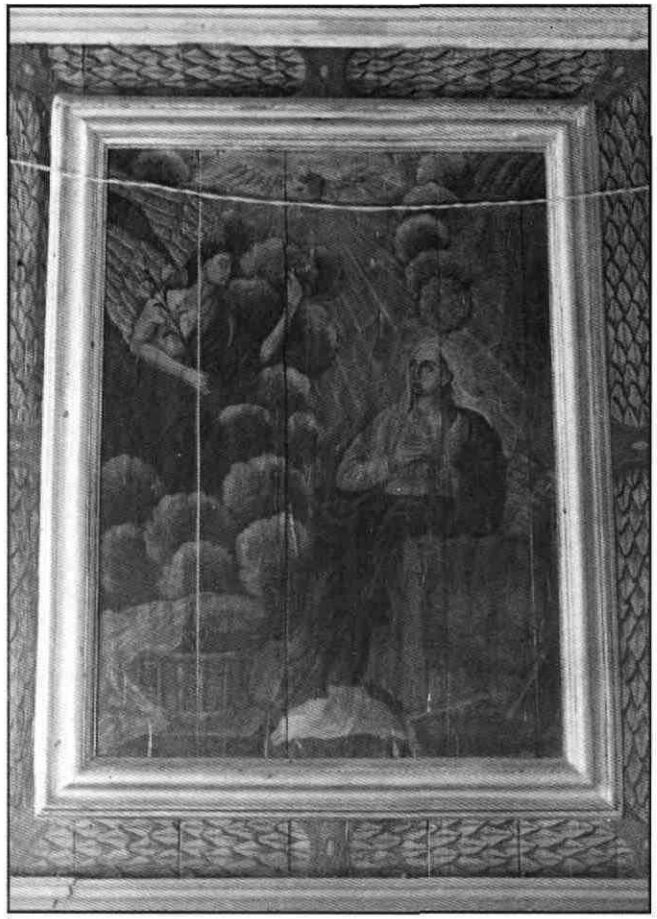


Couto de Magalhães de Minas. Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.



Couto de Magalhães de Minas - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Forro pintado da capela-mor.





Couto de Magalhães de Minas - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Um dos painéis de parede da sacristia.

Couto de Magalhães de Minas - Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Imagem de Sant'Ana Mestra.

construídas em taipa. Os cunhais são em madeira, assim como o enquadramento de todos os vãos.

A fachada principal, bem simples, assemelha-se à da capela do Bom Jesus de Matozinhos da mesma cidade, mostrando porta almofadada, ladeada em diagonal por duas janelas rasgadas por inteiro dando para sacadas isoladas com guarda-corpo de ferro. Acima da porta, aparece um óculo losangular e central na empena. As vergas destes vãos do frontispício são em ponta, contrastando com as vergas de nível dos outros vãos da igreja, que possuem vedação de caixilho fixo de vidro ou do tipo calha. Internamente, o piso da capela-mor é em tabuado largo, aparecendo outros tipos na nave e nos demais cômodos. O forro da nave, em tabuado liso, forma uma abóbada facetada com o madeiramento aparente do tipo guarda-pó, enquanto o da capela-mor é abobadado, recebendo uma bela pintura decorativa em douramentos.

ORNAMENTAÇÃO

O magnífico forro da capela-mor, de autoria do guarda-mor José Soares de Araujo, constitui sem dúvida o principal interesse da decoração interna desta igreja. Trata-se de obra da primeira fase estilística do pintor, elaborada nos mesmos padrões da pintura da capela-mor da igreja do Carmo de Diamantina, datada de 1766. Quatro possantes pilastras, unidas por arcos centrais, enquadram a composição nos limites transversais, isto é, do lado das paredes do retábulo e arco-cruzeiro. Nas áreas laterais, desenvolve-se a perspectiva de uma balaustrada sinuosa, tendo ao centro suntuosa tarja em forma de frontão, que se eleva até o fecho da arcada. O espaço central é ocupado pelo quadro, com a "visão" da Virgem da Conceição rodeada de nuvens e querubins em vagas circulares sucessivas, composição típica do guarda-mor, assim como as graciosas guirlandas de flores que ornam a parte superior das arcadas laterais.

Uma série de quadros parietais completa a decoração pictórica da capela-mor, formando harmonioso conjunto com a pintura do forro, apesar de executados por artista diferente. Estes painéis ilustram cenas da iconografia da Virgem, relacionada especificamente ao ciclo da Infância do Cristo: Anunciação, Visitação, Nascimento do Cristo, Adoração dos Reis Magos, Circuncisão e Fuga para o Egito.

O conjunto de retábulos (altar-mor e altares do arco-cruzeiro), de estrutura sim-

ples, apresenta a particularidade de serem eles recobertos de desenhos em grisalha com motivos do repertório ornamental barroco vistos em **trompe l'oeil**, isto é, com o propósito evidente de compensar ilusionisticamente a ausência da talha. Em alguns setores de destaque maior, como na parte frontal das pilastras e arcos, esses desenhos são realçados em ouro, como habitualmente na pintura da região.

A igreja conserva também algumas peças de imaginária do século XVIII, merecendo especial destaque uma excelente Sant'Ana Mestra, de procedência baiana ou portuguesa, no vidro central do altar lateral da direita.

Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

HISTÓRIA

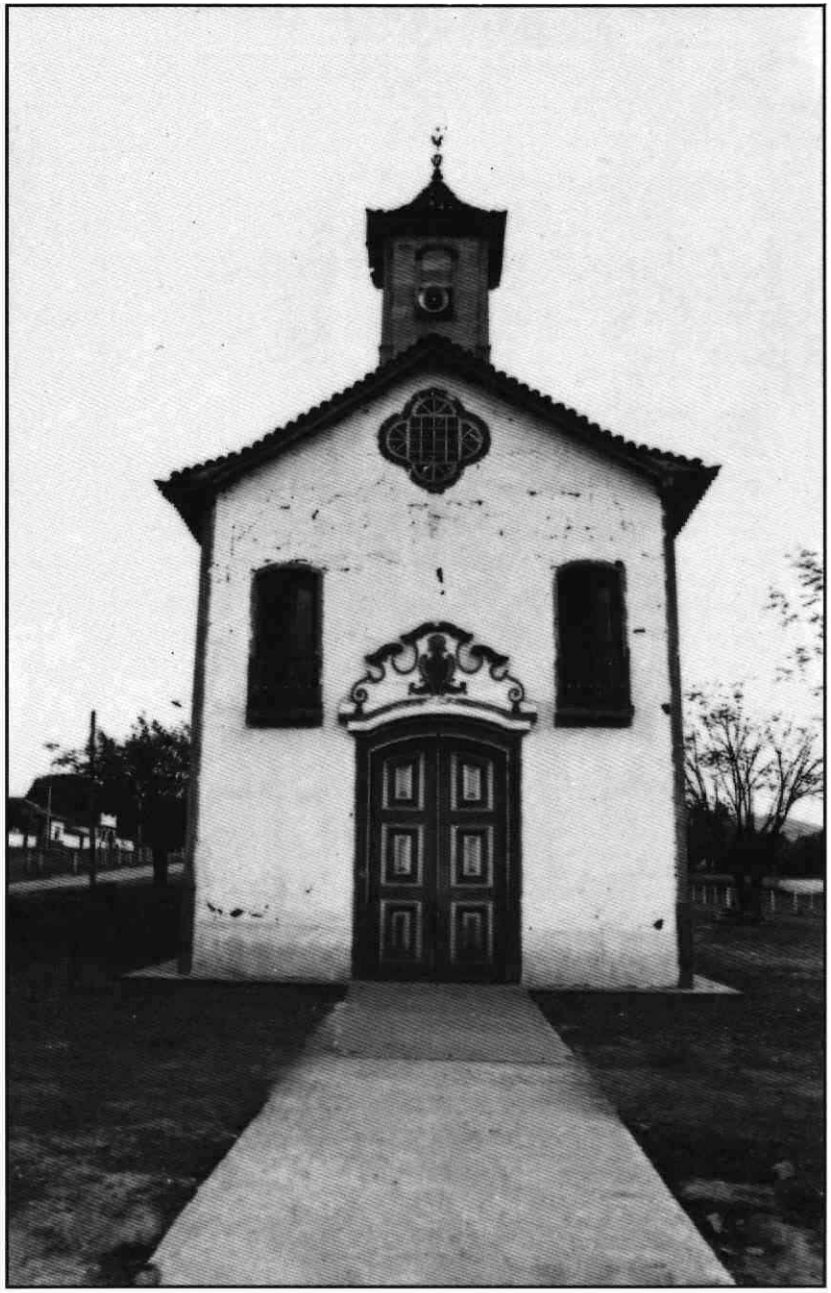
Não foram localizados, nas pesquisas procedidas, elementos documentais sobre a edificação desta capela. Entretanto, ao publicar em 1899 a **Chorographia do Município de Diamantina**, informava J. Augusto Neves que o pequeno templo do antigo arraial de Rio Manso dedicado ao Bom Jesus de Matozinhos datava de "90 anos pouco mais ou menos", o que leva a crer tenha sido construído por volta da última década do século XVIII ou primeira do XIX. Entre 1821 e 1826, a capela se encontrava entregue regularmente ao culto e ornada "com decência", como registrava em seu Livro de Visitas Pastorais o então bispo de Mariana, dom frei José da Santíssima Trindade.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme Decreto n. 18.531, de 2 de junho de 1977.

ARQUITETURA

A capela está situada no meio de uma praça toda gramada, plana, com dois renques de jacarandás paralelos às suas fachadas laterais. Tem o partido bem simples, com nave e capela-mor de menor largura separadas pelo arco-cruzeiro, sacristia nos fundos e o coro. A construção é em taipa, possui cunhais e enquadramento dos vãos em madeira e cobertura de duas águas guarnecida por beirais em cachorros. A torre única, de secção quadrada, é central e de madeira, tendo a cobertura em forma piramidal de telhas coroada por uma esfera armilar.

A fachada, com os vãos distribuídos da maneira tradicional, mostra portada com vedação almofadada e sobreporta trabalhada, com graciosa decoração de relevos em



Couto de Magalhães de Minas.
Capela do Bom Jesus de Matozinhos.



Couto de Magalhães de Minas.
Capela do Bom Jesus de Matozinhos.
Retábulo e forro pintado da capela-mor.



Couto de Magalhães de Minas.
Capela do Bom Jesus de Matozinhos.
Retábulo do arco-cruzeiro,
lado do Evangelho.

madeira policromada, no estilo das igrejas de Diamantina, e ladeada em diagonal, na altura do coro, por duas janelas rasgadas por inteiro de postigo sobreposto dando para sacadas isoladas com guarda-corpo de ferro batido. A empena é vazada no centro por um óculo quadrilobado, com vedação de caixilho fixo de vidro. As vergas são alteadas e nas fachadas laterais aparecem portas também almofadadas, janelas e seteiras com vedação de caixilho fixo de vidro. O forro da nave forma uma abóbada facetada, enquanto o da capela-mor, igualmente abobadado, exibe uma bela pintura decorativa em policromia.

ORNAMENTAÇÃO

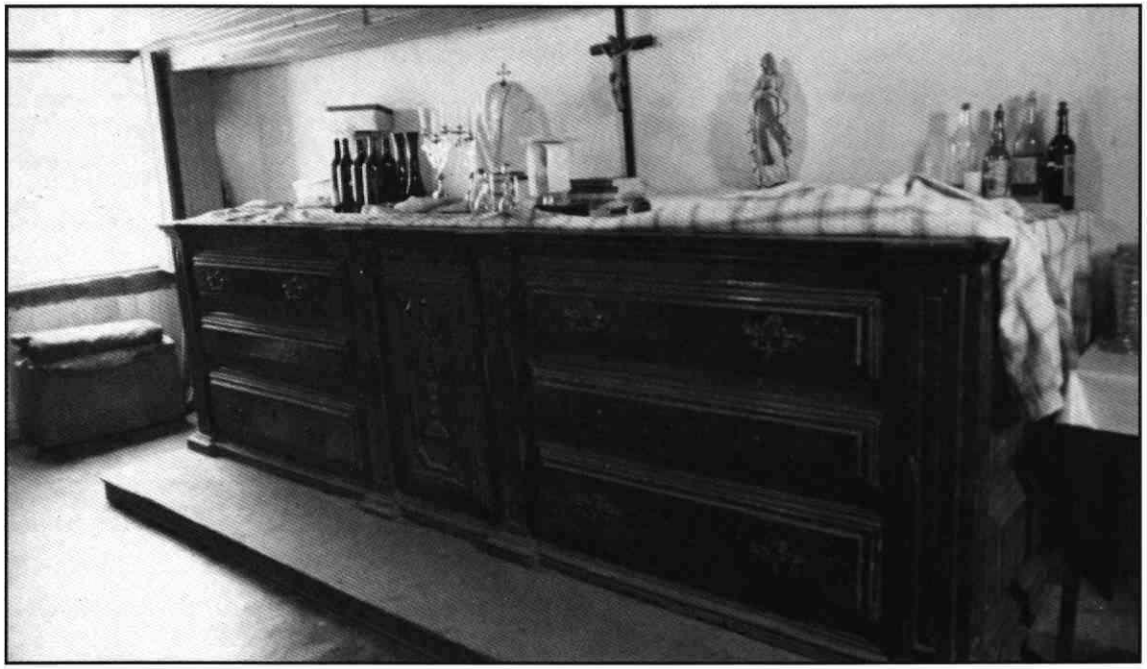
Como habitualmente na região de Diamantina, apenas a capela-mor teve completada sua decoração interna, congregando talha e pintura em ambientação unitária. O retábulo, de colunas retas e dossel, é simples mas de boa qualidade, podendo datar de fins do século XVIII. Sua cimalha prolonga-se nas paredes laterais da capela-mor, servindo de moldura natural à pintura do forro, como nas igrejas diamantinenses.

Esta pintura é bastante interessante, pois constitui um dos melhores exemplos mineiros de reinterpretação popular dos padrões eruditos de pintura perspectivista do ciclo rococó. Compõe-se de dois frisos correndo longitudinalmente ao longo das paredes da capela-mor e um medalhão ricamente emoldurado na parte central. No quadro figura a "visão" do coroamento da Virgem pela Santíssima Trindade e, nas molduras, querubins e anjos adultos integram a trama decorativa constituída por rocalhas, guirlandas de flores e outros temas ornamentais. Os frisos laterais são formados por muros-parapeitos contínuos, decorados de vasos e guirlandas de flores e pitorescos grupos de anjinhos em meio a um curioso composto de nuvens e palmas tropicais.

Na decoração da nave, merece referência apenas o retábulo da esquerda, que ocupa o ângulo formado pelas paredes da nave e arco-cruzeiro. Sem dúvida anterior ao altar-mor e de qualidade bem superior, pode ser considerado do estilo Dom João V, apesar de não incluir o dossel característico. Os relevos parecem aplicados e não entalhados no bloco de madeira. Conserva a maior parte da policromia e douramento originais, aparecendo nos fundos dos nichos graciosos motivos florais.

A capela conserva ainda algumas imagens antigas, como a do padroeiro, Bom

Jesus de Matozinhos (Cristo crucificado), de grandes dimensões, a de Nossa Senhora do Rosário (altar lateral à esquerda) e dois pequenos crucifixos de boa qualidade nos altares da nave. Também deve ser mencionado o arcaz de madeira trabalhada em almofadas, existente na sacristia.



Couto de Magalhães de Minas - Capela do Bom Jesus de Matozinhos - Arcaz da sacristia.

Datas

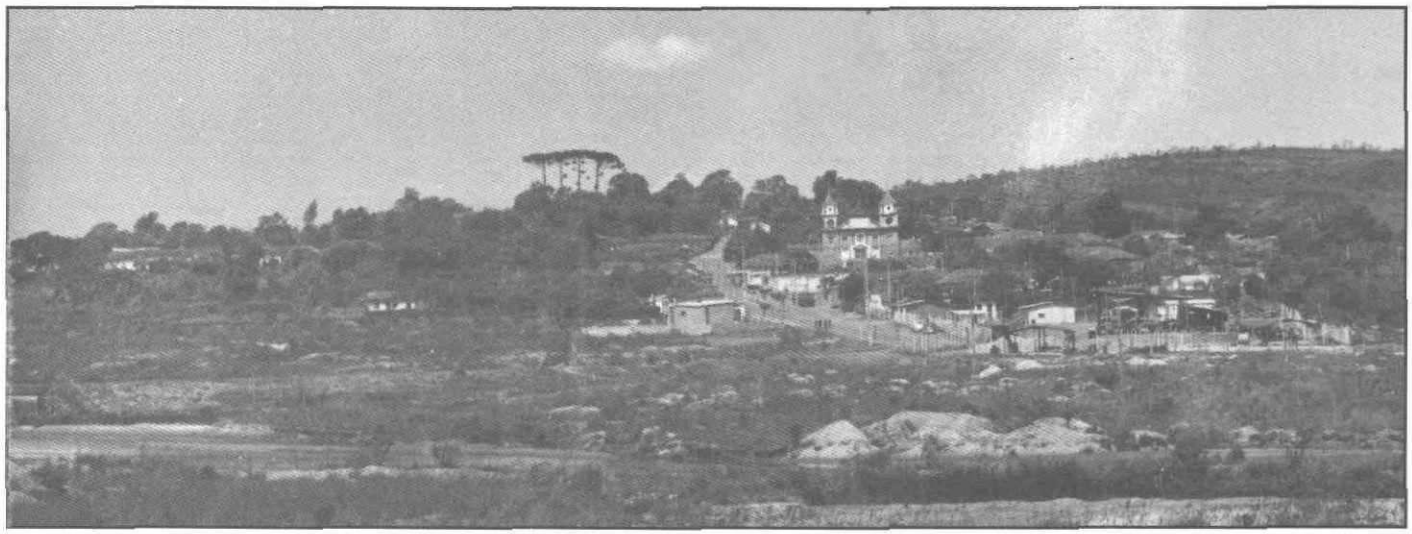
O MUNICÍPIO

A pequena cidade de Datas teve sua origem em princípios do século XIX, quando, por concessão da Coroa Portuguesa, foram distribuídas nas proximidades diversas lavras de mineração (então denominadas "datas"), que, atraindo grande número de pessoas, resultaram na formação da localidade.

Já em 1839 o arraial de Datas del-Rei se tornava distrito pela Lei n. 128, com o nome de Ribeirão das Datas e com área desmembrada de parte do distrito de Gouvêa, pertencendo ao município de Diamantina. No início do século XX, figura o distrito com o nome de Espírito Santo de Datas, mas por ocasião de sua elevação a cidade e município autônomo, em 1962, aparece com a denominação simplificada para Datas.

Compreendendo uma área de 321 km², o município tinha em 1991 uma população de 4.695 habitantes, entre eles 1.229 residentes na área urbana. A garimpagem do diamante, de pedras preciosas e do ouro ainda é uma das mais importantes atividades econômicas locais, ao lado da pecuária bovina e da coleta anual da sempre-viva. Em meio ao conjunto urbano de Datas, que em 1974 somava 346 prédios, destacavam-se, pelo interesse arquitetônico, alguns casarões antigos e duas igrejas do século XIX - a matriz do Divino Espírito Santo e a pequena capela de Santa Cruz.

As comemorações religiosas de maior afluência realizadas anualmente na cidade são a Festa do Divino Espírito Santo e o Jubileu já tradicionalmente celebrado na capela de Santa Cruz.



Datas - Vista parcial da cidade.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Matriz do Divino Espírito Santo

HISTÓRIA

Embora a concessão de lavras de diamante na localidade tenha ocorrido a partir de 1833, quando em conseqüência disso surgiu o arraial de Datas, a respectiva paróquia só viria a ser instituída em 1866, data porém em que já existia a Irmandade local do Divino Espírito Santo, cujo livro de compromisso remonta ao ano de 1854. É presumível que a atual igreja tenha substituído uma primitiva capela, porquanto no Livro de Fábrica da Matriz de Datas, recolhido ao Arquivo da Cúria de Diamantina, há referência a uma "conta corrente de receita e despesa da comissão diretora da **reedificação**" do templo, datada de 9 de janeiro de 1868. Segundo informações locais, a planta do atual edifício foi elaborada pelo arquiteto francês Félix Guizard, conservando-se ainda hoje os originais da mesma, em poder do escritório do IPHAN em Diamantina. Figurando, na parte posterior do altar-mor e em um dos púlpitos, a data de 1890 e a assinatura - Olímpio dos Anjos Tameirão, marceneiro que executou os trabalhos, acredita-se que a decoração interior da igreja tenha sido concluída por essa época. As obras de construção contaram com o apoio financeiro do governo mineiro, conforme consta de relatórios da presidência da Província do período 1870-1886.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Exemplar singular de arquitetura e talha neoclássica da região, e um dos raríssimos do Estado, a matriz está situada em ponto central da malha urbana, com uma praça à sua frente, de onde partem uma escada central de cantaria e duas laterais que servem de acesso. A planta, com nave e capela-mor separadas pelo arco-cruzeiro, mostra ainda corredores laterais ao longo das mesmas, não possuindo sacristia ao fundo. O templo tem passado por várias restaurações, algumas das quais alterando o partido da igreja projetada pelo arquiteto Félix Guizard, a exemplo do acrescentamento de um anexo na lateral esquerda, no alinhamento detrás da torre. As duas torres laterais e frontais em alvenaria de tijolos são de construção posterior ao corpo da igreja propriamente dito, desenvolvido entre cunhais de madeira e correspondente à nave, indicado por vários elementos como os beirais, os vãos, os baldrames, etc. Anote-se, ainda,



Datas - Matriz do Divino Espírito Santo.

entre as diversas restaurações deformantes, a substituição das paredes laterais de taipa por alvenaria de tijolos e a criação de saliências causadas por pilastras em total desacordo com a arquitetura original.

O estilo neoclássico está expresso não só no interior, como externamente, principalmente pelo frontão reto de madeira, o jogo de formas triangulares no mesmo e nas sobrevergas, os óculos circulares ao centro e nas torres, dentre outros detalhes. O enquadramento dos vãos é em madeira, com vergas de nível chanfradas nos cantos. Quanto às vedações, observa-se o uso do caixilho de vidro e, na porta principal, o emprego de almofadas trabalhadas, bem interessantes.

ORNAMENTAÇÃO

Internamente, o piso apresenta tabuado largo, enquanto o forro da nave, em saia-e-camisa e apainelado, forma uma abóbada facetada com pintura decorativa. O da capela-mor, também recebendo pintura decorativa, é de tabuado liso, formando uma abóbada de berço. A igreja guarda um excelente conjunto de talha neoclássica, incluindo, além do altar-mor e de dois altares laterais, um púlpito móvel e a decoração do forro apainelado da nave, com aplicação de talha decorativa nos tirantes das tesouras e cimalha e consolos em volutas. Esta decoração parece ter sido feita em duas etapas, a primeira compreendendo os três altares e a segunda, o púlpito e o forro da nave.

Capela de Santa Cruz

HISTÓRIA

Nas pesquisas realizadas, nada se apurou ao certo sobre a data precisa de edificação desta graciosa capelinha e seus construtores. O único indício no local, que pode servir à sua cronologia, é a inscrição do ano de 1886 gravada em dois túmulos ali existentes, o que faz supor que o pequenino templo já estivesse concluído nessa época. A prova de sua construção no século XIX é atestada também pela referência feita à capela em notícia sobre o então distrito de Datas na **Chorographia do Município de Diamantina**, de J. Augusto Neves, publicada em 1899.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Construção de extrema simplicidade e proporções exíguas, compõe-se de um



Datas - Capela de Santa Cruz.

único compartimento, em partido retangular, com paredes em taipa de sebe e cobertura em duas águas. Possui sineira anexa a um dos lados da fachada principal, consistindo apenas num esteio de madeira ligado ao cunhal da capela por duas traves, com dois sinos pendentes da superior. A empena e a cornija do frontão são decoradas com telhas de bica, como é típico na região, decoração esta completada por um rendilhado de lambrequins que acompanha elegantemente o beiral em todas as fachadas. O diminuto frontispício é dominado por uma porta almofadada, encimada por um óculo.

A capela está inserida em magnífico sítio, uma ampla esplanada retangular, delimitada por espessas moitas de bambus à maneira de um parque. No meio dessa esplanada, eleva-se bela "Cruz dos Martírios", devoção bem característica da região. Trata-se de uma cruz de madeira, de grandes proporções, com a representação dos instrumentos da Paixão de Cristo, desde o galo de São Pedro, geralmente na parte superior, aos cravos, martelo, lanterna, etc., pregados nos dois braços e haste da mesma.

ORNAMENTAÇÃO

Na parte interna, o piso é em tabuado largo e o forro do tipo saia-e-camisa, formando uma abóbada, aparecendo ainda o coro com balaustrada de madeira torneada. A capelinha possui um pequeno altar neoclássico de boas proporções e quatro imagens antigas, em madeira, de qualidade: Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Nossa Senhora das Dores e Senhor dos Passos, sendo as duas últimas figuras de roca.

Sobrado da Praça Divino Espírito Santo, 25

Trata-se de um dos poucos sobrados da cidade, composta na sua maioria por casas térreas, e está situado na praça central, a do Divino Espírito Santo. Possui estrutura de madeira com cunhais e madre aparentes e as paredes de taipa de sebe. A cobertura é de quatro águas, com tacaniça, e os beirais em cimalha. Todos os vãos mostram enquadramento de madeira e vergas retas. No pavimento superior, vêem-se quatro janelas rasgadas por inteiro, com postigo sobreposto, abrindo para quatro sacadas isoladas, com guarda-corpo de ferro batido e a bacia de madeira com trabalhos, na altura da madre. Apesar da fachada harmoniosa, os vãos deste pavimento não se

sobrepõem, exatamente, aos do pavimento térreo, que possui três janelas de caixilho de vidro do tipo guilhotina, entremeadas por uma porta com vedação tipo calha. No interior, o forro é do tipo saia-e-camisa, e, apesar de várias modificações internas, a casa conserva ainda em grande parte o piso em tabuado largo.



Datas - Sobrado da Praça Divino Espírito Santo.

Felisberto Caldeira

O MUNICÍPIO

Uma pequena capela dedicada a São Gonçalo, construída por iniciativa do sargento-mor Manoel Jacome Soeiro, no ano de 1769, foi o ponto de partida para o desenvolvimento de um pequeno povoado que viria a dar origem à atual cidade de Felisberto Caldeira. Por todo o final do século XVIII, esse povoado, então denominado São Gonçalo do Rio Preto, *pouco cresceu*, se limitando à capela e a algumas casas de pequeno porte. Somente a partir de inícios do século XIX, época em que se promoveu a reconstrução da capela (1808), por iniciativa do português Vitoriano da Rocha, o arraial conheceu algum progresso, dedicando-se principalmente à atividade agrícola, com a plantação de cereais e uvas, e ao fabrico de vinho e aguardente.

No final do século XIX, o lugar possuía "cerca de 70 casas de telhas... 7 ruas e 3 praças... uma igreja maltratada e uma capela de pouco construída", segundo informava a **Revista do Arquivo Público Mineiro** de 1899. Atualmente, não mais existe sua antiga igreja matriz de São Gonçalo, considerada por estudiosos como um dos melhores exemplares de matriz rural da região, infelizmente demolida em 1974. Resta apenas a pequena capela de Bom Jesus de Matozinhos, datada, segundo consta, de 1894.

O arraial de São Gonçalo do Rio Preto foi elevado a distrito em 1838, subordinado ao município de Diamantina. Sua denominação foi alterada para Felisberto Caldeira em 1923, elevando-se o distrito à condição de cidade em 1962, com a instalação do município autônomo, pela Lei n. 2.764, de 30 de dezembro. Ocupa uma área de 314 km² e sua população em 1991 era de 2.998 habitantes, dos quais 1.344 na área urbana.



Felisberto Caldeira - Vista parcial da cidade, com a Matriz de São Gonçalo.

Matriz de São Gonçalo

A cidade apresenta um casario bem simples, em sua maioria térreo. Destacam-se na arquitetura civil dois sobrados, um deles na praça da matriz, com vãos de vergas retas, beiral em cachorros e uma varanda lateral. A praça da matriz de São Gonçalo é bem ampla, ficando a igreja num plano elevado, com uma escadaria de acesso. A antiga matriz era construída em madeira e barro, conforme referência em documentos de 1849. Deve ter passado por várias reformas, até sua recente demolição, nada restando da ornamentação que possuía. A edificação atual tenta manter uma certa coerência com as matrizes mineiras da primeira fase: com duas torres laterais, cobertas por telhadinhos de forma piramidal, e portada central ladeada em diagonal por janelas rasgadas por inteiro na altura do coro.

Capela do Senhor Bom Jesus

A capela, de fins do século XIX, é bem simples, com partido de forma geométrica, constando da nave retangular, sacristia numa lateral e outro cômodo na outra, ambos abrindo para o altar-mor delimitado por um cancelo rústico, não havendo a separação nave/capela-mor e o arco-cruzeiro. A torre é de madeira e de secção quadrada, central e frontal, com cobertura em forma de pirâmide. A construção, em taipa de sebe, com os cunhais e enquadramentos dos vãos em madeira, tem a cobertura de duas águas com beirais em cachorros, sendo estes, na fachada principal e na torre, guarnecidos por lambrequins de madeira.

A fachada principal apresenta uma porta almofadada, ladeada em diagonal por duas janelas rasgadas por inteiro com guarda-corpo entalado de madeira recortada, a vedação em calha e as vergas retas como todos os outros vãos da capela, à exceção da porta principal, que mostra verga alteada. O seu interior é bem pobre.

Não é amparada por medida legal de tombamento.



Felisberto Caldeira - Capela do Senhor Bom Jesus - Interior.

Gouvêa

O MUNICÍPIO

Cercada por belas paisagens de montanhas e campo, a cidade de Gouvêa remonta aos primeiros anos do século XVIII, ao início da exploração do ouro na região, estando sua origem ligada à fixação dos mineradores nas lavras de propriedade de Francisca Gouvêa, de quem recebeu a denominação. Com o surgimento do diamante nas proximidades, o pequeno arraial foi inserido nos limites do Distrito Diamantino, criado em 1734, permanecendo subordinado à administração da "Real Intendência dos Diamantes" até sua extinção em 1845.

No século XIX, quando a mineração já se encontrava decadente, Gouvêa sobressaiu-se na região pelo maior dinamismo econômico, desempenhado pelas suas fábricas de tecidos e lapidação, hoje não mais em funcionamento.

Em 1873, pela Lei n. 1.994, o arraial foi elevado a vila, sendo então criado o município, que, por desinteresse da população, não chegou a ser instalado, permanecendo subordinado a Diamantina. Em 1953, pela Lei estadual n. 1.039, foi novamente criado o município e o distrito de Gouvêa elevado à categoria de cidade. Com uma área de 935 km², o município possuía em 1991 uma população de 11.459 habitantes, sendo 7.180 na sede. As atividades econômicas locais de maior expressão são a cultura do alho, a criação de gado bovino e a fiação e tecelagem de algodão cru.

A antiga igreja matriz de Santo Antônio do Gouvêa, instituída em 1765, foi demolida em 1965, sendo reconstruída outra no mesmo local com características bastante diferentes. Semelhante destino teve a pequena capela de Nossa Senhora do Rosário, erguida em princípios do século XIX e também demolida recentemente. Gouvêa conserva do seu período mais remoto apenas uma capelinha dedicada a Nossa Senhora



Gouvêa - Vista parcial da cidade.

das Dores, que, embora nada contendo de excepcional, desfruta pela localização e implantação grande força de presença no tecido urbano.

Capela de Nossa Senhora das Dores

A capela, cuja época precisa de construção se desconhece, está situada numa elevação, com adro cercado à sua frente e uma escada de acesso cimentada. O partido é simples, com nave de forma retangular e uma sacristia lateral, não apresentando capela-mor e o arco-cruzeiro. Possui cobertura de duas águas, com beiral em cachorros revestidos de frisos. A torre é central, com secção quadrada, coberta por um telhadinho de forma piramidal.

Em 1978, a capela passava por uma completa restauração, com as paredes descascadas mostrando sua alvenaria de pedras, sistema construtivo raramente empregado em igrejas deste porte na região. Procedia-se, na ocasião, a uma alteração do posicionamento da torre, antes colocada acima da igreja, com o respectivo deslocamento para uma situação ainda central, mas avançada do corpo da nave, modificando-se, assim, o antigo aspecto da fachada principal. Foram em conseqüência avançados os vãos centrais do frontispício: a porta almofadada, o óculo circular na altura do coro e duas janelas à maneira de seteiras na empena, suprimindo-se, porém, as janelas rasgadas por inteiro, com guarda-corpo entalado de madeira recortada, que em diagonal ladeavam a portada.

No que tange à ornamentação interna, a capela ainda possui um altar em talha antigo, com pinturas, e várias imagens de roca.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

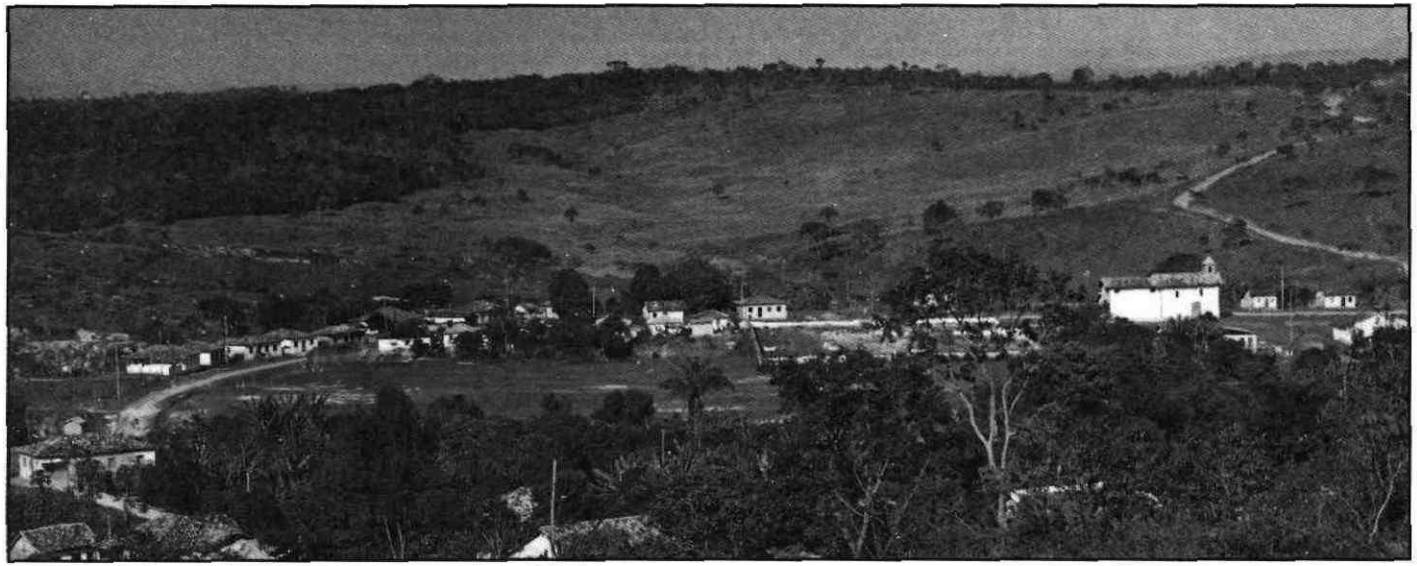
Senador Modestino Gonçalves

O MUNICÍPIO

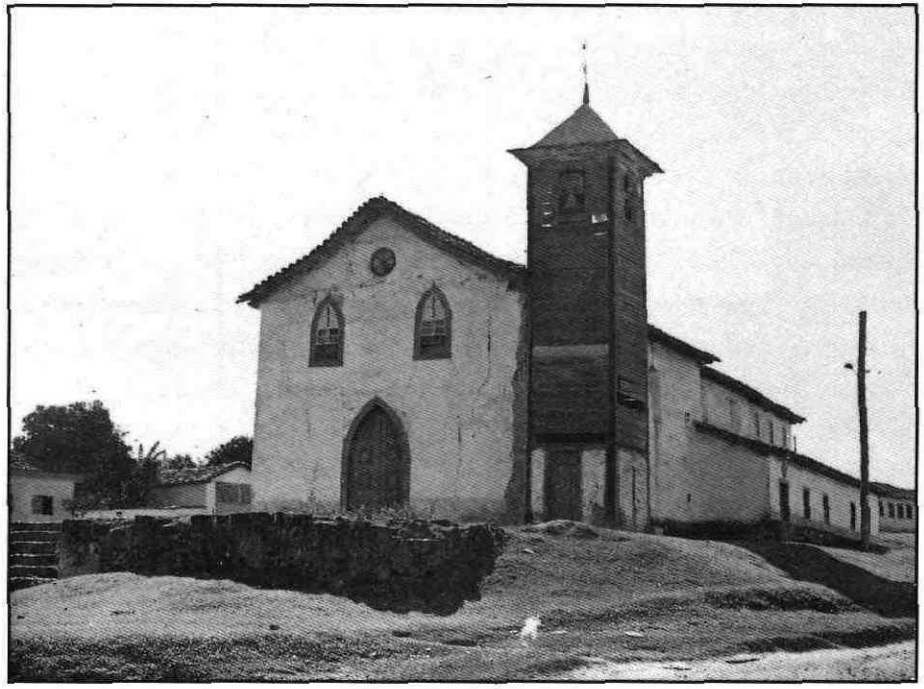
Coube a Antônio Magalhães de Barros, no ano de 1744, a descoberta do sítio à margem direita do rio Araçuaí, onde se desenvolveu o arraial de Mercês de Araçuaí, hoje cidade de Senador Modestino Gonçalves. Os habitantes, provavelmente em razão da grande fertilidade da terra, dedicaram-se, desde o início da formação do povoado, à agricultura de gêneros de primeira necessidade, para o abastecimento dos núcleos mineradores mais próximos, principalmente do Arraial do Tijuco. Confirma isso a observação feita por Saint-Hilaire em 1817: "Quase todas as casas de Mercês de Araçuaí pertencem a lavradores que aí só vêm aos domingos e dias de festa; e, durante os dias de trabalho, a povoação fica deserta".

Em 1843, foi o povoado elevado a freguesia, pela Lei n. 1.143, com o título de Nossa Senhora das Mercês do Araçuaí. Recebeu, mais tarde, em 1923, a denominação de Calabar, novamente alterada em 1939 para Mercês de Diamantina, ainda como distrito subordinado ao município de Diamantina. Tornou-se cidade e município autônomo em 1962, por Lei n. 2.764, de 30 de dezembro, ganhando então a denominação atual de Senador Modestino Gonçalves. A área municipal abrange 867 km², com uma população estimada em 1991 de 5.306 habitantes, dos quais 1.169 residentes na cidade. Como no passado, a agricultura e a pecuária constituem ainda as principais atividades econômicas do município.

Hoje, o conjunto histórico da cidade de Senador Modestino Gonçalves compreende, além de esparso casario de um único pavimento, duas edificações religiosas, cuja primitiva construção remonta ao período colonial: a igreja de Nossa Senhora das Mercês e a capela do Senhor Bom Jesus.



Senador Modestino Gonçalves - Vista geral da cidade.

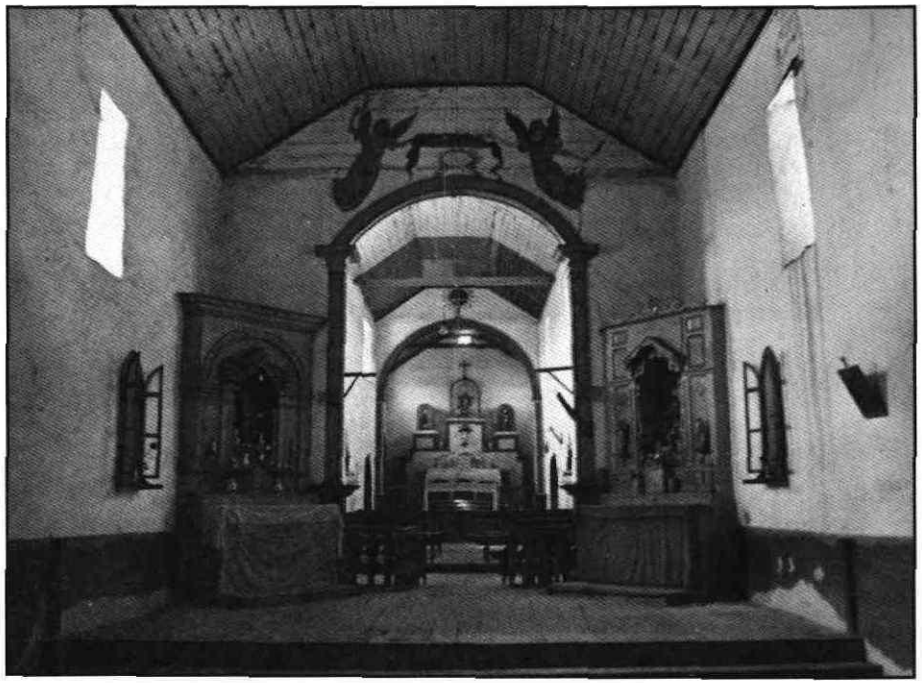


Senador Modestino Gonçalves.
Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Igreja de Nossa Senhora das Mercês

A igreja, de origem colonial mas substancialmente modificada no curso do tempo, está implantada numa ampla praça, com algumas casas térreas à volta, formando um conjunto de destaque na cidade. Possui um pequeno adro, separado da praça por um arrimo de pedras e uma escadaria de acesso à sua frente. O partido geral obedece aos esquemas tradicionais do norte de Minas, com nave e capela-mor separadas pelo arco-cruzeiro e a sacristia lateral. A construção da igreja parece ter-se processado em três etapas, seguindo esse partido geral. Numa etapa inicial, a construção da nave e capela-mor; em outra, o acréscimo de uma segunda capela-mor no prolongamento da primeira; e, na terceira, o acréscimo dos corredores laterais, separados por arcadas. Possui, na lateral esquerda, torre única de secção quadrada em madeira, só com a base em pau-a-pique, e apresentando telhado piramidal com telhas de zinco. A cober-



Senador Modestino Gonçalves. Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Interior.

tura é em duas águas, com beirais em cachorros, guarnecidos na fachada principal por lambrequins de madeira.

A igreja não mais ostenta sua primitiva fachada, reformulada, recentemente, com a introdução de vãos ogivais, de gosto neogótico. Entretanto, a distribuição desses vãos observa ainda a disposição tradicional: portada central almofadada, ladeada em diagonal por duas janelas de caixilho de vidro e veneziana, com a empena vazada no centro por um óculo circular de vedação em caixilho de vidro.

O interior bem pobre, com retábulos rústicos, apresenta, acima do arco-cruzeiro, um ornato em madeira, com desenho de dois anjos. Os forros da nave e capela-mor são em tabuado liso, formando abóbadas facetadas, enquanto o piso ainda se conserva em tabuado largo.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

Capela do Senhor Bom Jesus

Aparentando relativa antiguidade, esta capela, da mesma forma que a igreja das Mercês, está implantada numa esplanada com gramado natural, casas térreas à volta, formando também um conjunto bem agradável e amplo na cidade. O partido é simples, com nave e capela-mor separadas pelo arco-cruzeiro e sacristia lateral. Tem à frente a torre de madeira e secção quadrada, central e arrematada em forma de pirâmide, com telhas de zinco. A cobertura da capela é em telhado de duas águas, com beirais em cachorros, sendo os cunhais e enquadramentos dos vãos em madeira.

Na fachada principal, a distribuição dos vãos é feita da maneira tradicional, com a portada ladeada em diagonal por duas janelas rasgadas por inteiro, com guarda-corpo entalado, em madeira recortada e vedação almofadada. Ao meio da empena, aparece um óculo circular, com desenho também em recorte de madeira. Há que ressaltar, na bela porta principal, o cuidado trabalho em almofadas. As portas laterais, igualmente almofadadas, possuem vergas retas, assim como todos os outros vãos da capela.

O piso interior é todo em tabuado largo, ao passo que o forro em tabuado liso forma abóbadas facetadas na nave e na capela-mor. São estas separadas por um can-

celo em madeira recortada, trabalho que também aparece no coro. A talha, de fatura primitiva, é de extrema simplicidade, compreendendo dois retábulos no arco-cruzeiro e o altar-mor.

Não é amparada por medida legal de tombamento.



Senador Modestino Gonçalves - Capela do Senhor Bom Jesus - Interior.

Bibliografia

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Bello Horizonte, 1909, v. 3, p. 419/421, 425/428 e 431/433.

ARAUJO, *José de Souza Azevedo Pizarro e*. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948, v. 8, t. 2, p. 106/107 e 162/163.

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado e MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco mineiro - Glossário de arquitetura e ornamentação**. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/ Fundação Roberto Marinho, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971, p. 149, 159, 188/9, 203/4 e 484/5.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970, p. 213, 217, 233/234, 242 e 399/400.

DEL NEGRO, Carlos. Dois mestres de Minas: José Soares de Araújo e Manuel da Costa Ataíde. **Universitas**. Revista de cultura da Universidade da Bahia, v. 2, p. 79-101, jan./abr., 1969.

DISTRICTO de N. Senhora das Mercês do Arassuahy. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. v. 4, p. 643-649, 1899.

DISTRICTO *de São Gonçalo do Rio* Preto. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Bello Horizonte, v. 4, p. 640-643, 1899.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. *Rio de Janeiro, 1958, v. 25, p. 153/156.*

NEVES, J. Augusto. **Chorographia do Município de Diamantina**. Rio de Janeiro: Typ. *Jornal* do Commercio, 1899, p. 41/3 e 46/8.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938, t. 2, p. 234/235.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do distrito diamantino**. 3. ed., Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

TRINDADE, *Raimundo*. **Instituições de igrejas no bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945, p. 116, 252 e 353.

Documentação Arquivística

ARQUIVO de Informações Básicas dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Belo Horizonte. Dados sobre Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felisberto Caldeira, Gouvêa e Senador Modestino Gonçalves.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Belo Horizonte. Documentação relativa a Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felisberto Caldeira.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo, erecta na Capella da mesma invocação do Arrayal de Dattas. Freguezia de Gouveia - 1854.

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro de Fábrica da Matriz do Divino Espírito Santo de Datas, 9 de janeiro de 1868 (lançamentos de 1872 a 1887).

ARQUIVO do Palácio Arquiepiscopal de Diamantina. Livro para lançamento das despesas da Matriz de Rio Manso (Couto de Magalhães de Minas), 1 de março de 1903 (lançamentos de 1905 a 1936).

ARQUIVO Público Mineiro. Códice n. 1.115-SG (Secretaria do Governo). Livro sobre construção e pagamento de obras: estradas, pontes, prédios, etc. 1869-1873.

ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Protocolo de ofícios sobre obras de matrizes e capelas de diversas Comarcas. 1851-1858.

ARQUIVO Público Mineiro. Relatório do Vigário João Florianno dos Santos Correa, em resposta à circular do presidente da Província José Ildefonso de Souza Ramos. São Gonçalo do Rio Preto (Felisberto Caldeira), 3 de junho de 1849.

RELATÓRIOS dos Presidentes da Província de Minas Gerais. Anos de 1856/1857, 1868/1876 e 1886.

ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade**. 1821-1826. Ms.

VII

Minas Novas
e Áreas Adjacentes

"O termo de Minas Novas estende-se, ao norte, do distrito diamantífero propriamente dito da serra Itambé e vila do Príncipe até aos limites da capitania da Bahia, no rio das Contas; limita-se, a leste, com a capitania de Porto Seguro, pelas serras do Mar e seus ramos, as serras das Esmeraldas, dos Aimorés, Negra e Jacuí; a oeste com a jurisidição de Barra, pelas extensas serras Branca, das Almas e Gavião, bem como pelo rio Verde. Toda a região é montanhosa, especialmente ao norte; e os cumes das serras, em sua maioria, formam extensas chapadas ou tabuleiros. Os vales são geralmente cobertos de matas e freqüentemente cortados de rios e riachos, que tornam o solo limítrofe muito fértil e especialmente adequado à cultura do algodão (...). Cria-se gado em considerável extensão. O gado e os produtos das plantações alimentam atualmente os habitantes, que, desde que decresceu notavelmente a produção do

ouro, que aqui ocorria tão abundantemente nos rios, estão inteiramente empobrecidos. Muito rico era este termo, também, outrora em pedras preciosas; em crisólitos, águas marinhas ou berilos, topázios brancos, azulados e esverdeados, sendo os pequenos do tamanho de uma ervilha, denominados pingos d'água, granadas, inteiramente semelhantes aos piropos da Boêmia, e turmalinas, que são achadas nas brenhas, nove léguas a noroeste de São Domingos, em cuja vizinhança, depois da estação das chuvas, é achado à flor da terra um belo alúmen filamentoso que ocorre em variadas cores, mas absolutamente não é estimado. A pesquisa dessas pedras preciosas era também, antigamente, um ramo principal das atividades dos habitantes; as pedras eram levadas para o Rio de Janeiro e lá vendidas a enormes preços (...) A principal jazida de diamantes, neste termo, é, além de vários rios, a serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, comumente chamada serra Diamantina".

João Emanuel Pohl
1817/21

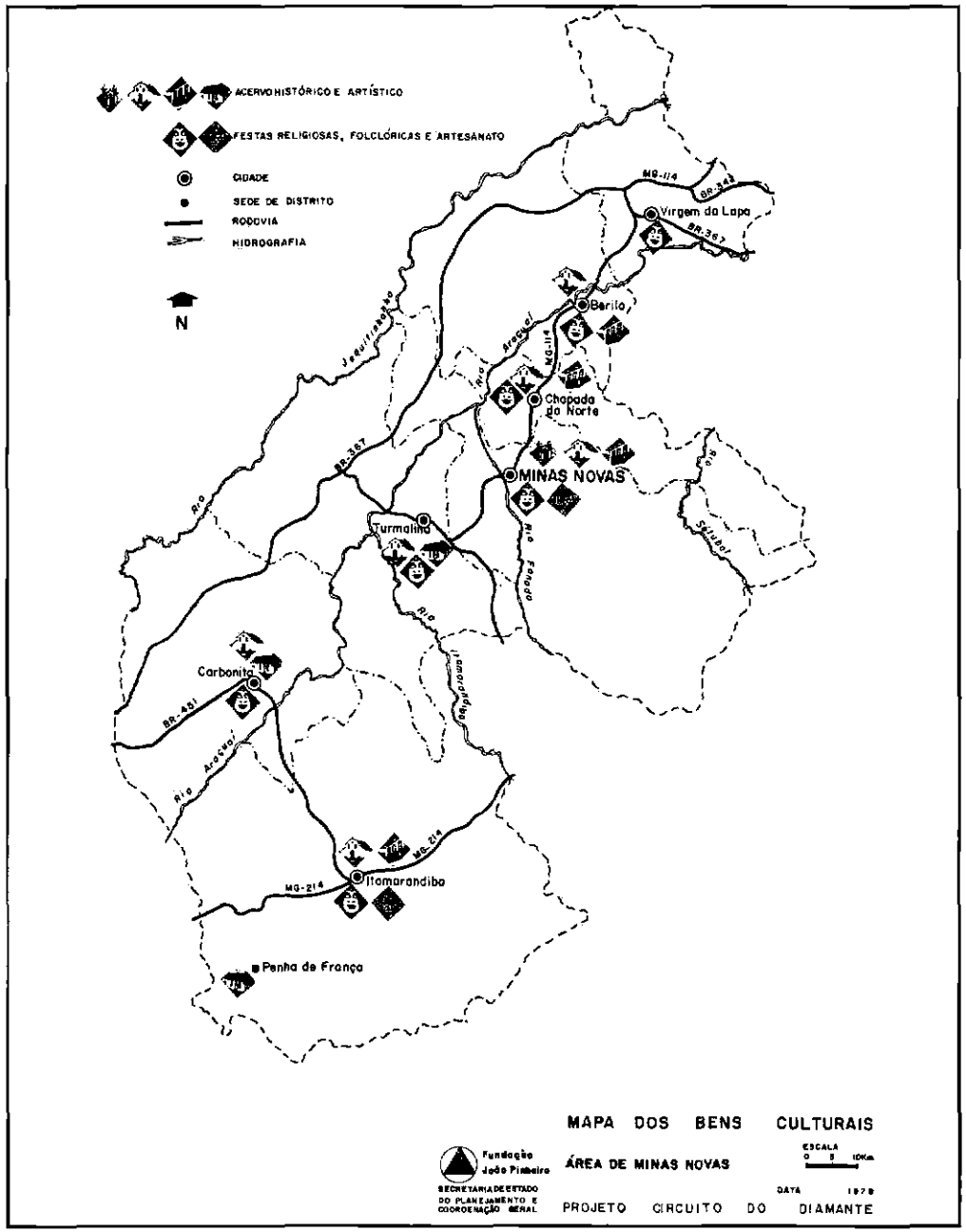
Área de Minas Novas

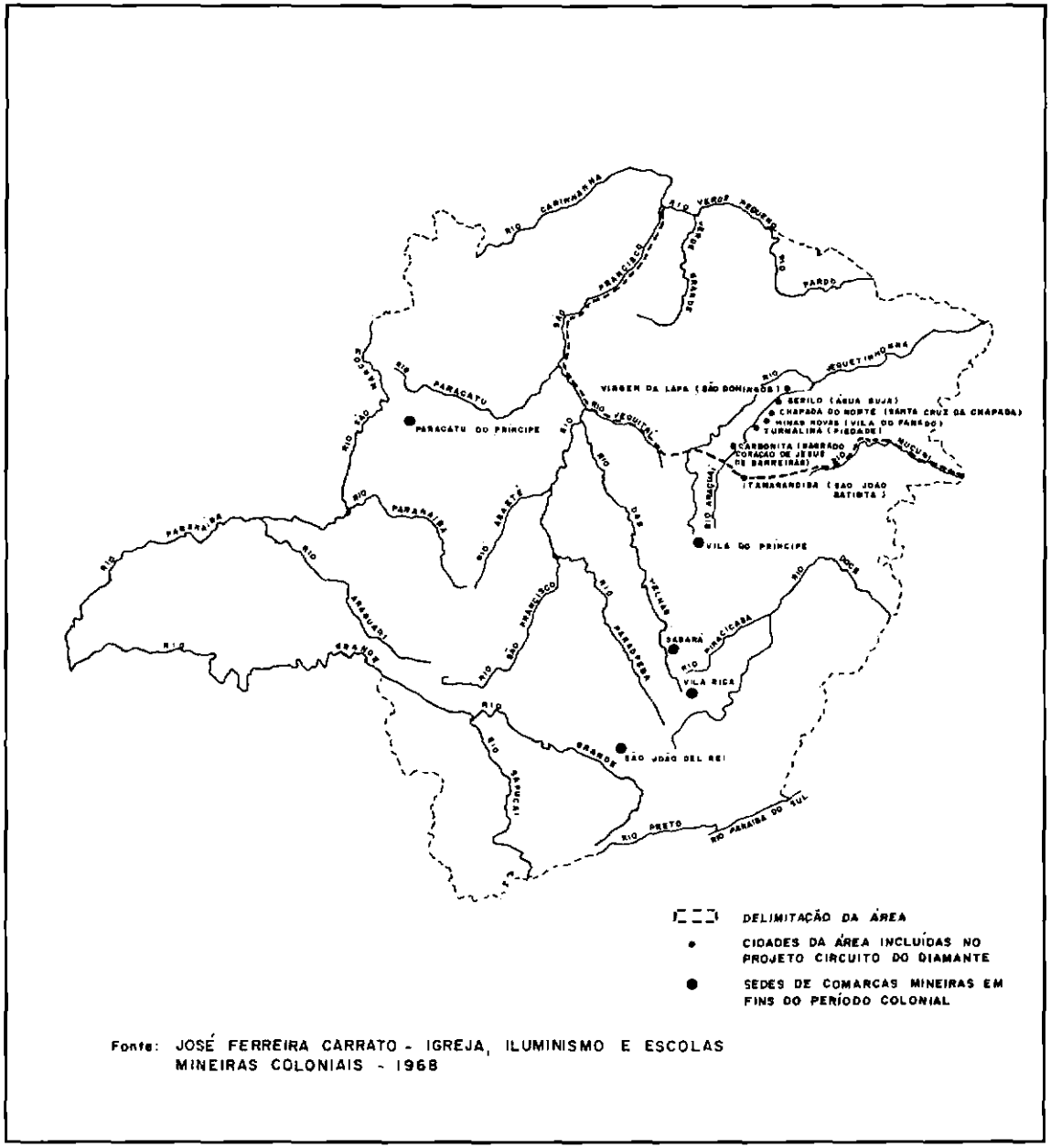
O PATRIMÔNIO CULTURAL

O extenso território do antigo termo da vila do Fanado, hoje Minas Novas, conheceu um processo de formação histórica bastante singular em relação ao das outras regiões de Minas Gerais onde também ocorreu o grande surto minerador do século XVIII. Enquanto nas áreas mais centrais da capitania o trabalho de extração do ouro já se intensificava ainda nos albores do século, com o conseqüente surgimento imediato de vários núcleos de povoação de rápido crescimento urbano e a instituição mesmo de algumas vilas a partir de 1711, as terras do norte-nordeste mineiro só viriam a ser efetivamente exploradas e ocupadas em fins da terceira década do Setecentos. As dificuldades de penetração no amplo território e a longa distância do centro de decisões administrativas da capitania condicionariam de modo diferente a ação colonizadora dos novos descobertos, retardando a sua própria integração a Minas Gerais. É que a Bahia, alegando estarem as glebas auríferas do sertão do Fanado dentro das suas presumíveis divisas, reivindicou a posse do território, retendo-o administrativamente até 1757 e, na jurisdição eclesiástica, até muito mais tarde.

Escassez de Documentação

Em decorrência dessa vinculação à Bahia, resultou bastante escassa a documentação dos arquivos mineiros sobre os primeiros tempos da formação social e cultural da região, especialmente no que tange à história religiosa e à edificação de igrejas e capelas. Exceto eventuais referências à instituição, nomenclatura e população de fre-


ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
FESTAS RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E ARTESANATO
CIDADE
SEDE DE DISTRITO
RODOVIA
HIDROGRAFIA
N
MG-114
BR-367
Virgem da Lapa
Berilo
Jequitinhonha
Rio Araçuaí
Chapada do Norte
MINAS NOVAS
Rio Fanado
Rio Setubal
Turmalina
Carbonita
BR-451
Rio Araçuaí
Rio Jequitinhonha
MG-214
Itamarandiba
Penha de França
MAPA DOS BENS CULTURAIS
ÁREA DE MINAS NOVAS
ESCALA
0 5 10Km
DATA 1978
PROJETO CIRCUITO DO DIAMANTE
Fundação João Pinheiro
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL



Fonte: JOSÉ FERREIRA CARRATO - IGREJA, ILUMINISMO E ESCOLAS MINEIRAS COLONIAIS - 1968

Área de Minas Gerais que esteve subordinada ao Governo e Arcebispado da Bahia.

guesias, feitas por autores do século XVIII e princípios do XIX, ignora-se praticamente a crônica mais remota dos velhos templos ainda existentes, o nome de seus construtores e dos artistas que nele trabalharam, a época precisa das obras mais notáveis de sua ornamentação. À falta de elementos documentais, não se pode, por outro lado, concluir com segurança se artífices de centros de maior evolução artística da capitania das Minas, a exemplo mesmo de núcleos como Serro ou Diamantina, mais próximos da região, nela chegaram a atuar ou se todas as obras aí se deveram exclusivamente a artistas locais. Certas peculiaridades que elas apresentam, caracterizando soluções bem originais e às vezes nítidas improvisações, levam a crer que prevaleceu quase sempre a última hipótese, embora modelos vigentes em outras partes da capitania tenham sido assimilados e adaptados às condições regionais. Não obstante a precariedade em muitos casos constatada da técnica construtiva e ornamental, as igrejas e mesmo a arquitetura civil da região não deixariam de merecer referência de ilustres viajantes estrangeiros que a visitaram em princípios do século XIX. Assim Auguste de Saint-Hilaire e João Emanuel Pohl, que, de resto, nos legaram importantes depoimentos sobre a realidade e a vida social do então chamado termo de Minas Novas.

Arquitetura

O acervo histórico da região tem sofrido sucessivos desfalques nos últimos tempos, com a demolição de alguns monumentos religiosos e civis, o arruinamento de outros e - o que é mais lamentável - a evasão de valiosas peças de arte. Ainda assim, o que sobrevive desse patrimônio é suficiente para testemunhar tanto a relativa riqueza alcançada no passado pelos mais antigos núcleos urbanos da zona do Araçuaí quanto o nível de cultura espiritual e material das populações isoladas naquela parte extrema de Minas Gerais. No que se refere à arquitetura religiosa, não se observou ali a mesma evolução de estilos tão bem definida nas construções do centro da capitania, isso em razão talvez da ausência de sistemas construtivos baseados em estruturas de pedra. Algumas igrejas, como a do Amparo e a do Rosário na cidade de Minas Novas, acompanharam o partido tradicional das matrizes mineiras da primeira fase, apresen-

tando uma divisão em nave, capela-mor e corredores-sacristias laterais e a fachada delimitada por duas torres. Outras adotaram plantas menos rígidas, sensivelmente alteradas no curso do tempo pelo progressivo acréscimo de novos compartimentos ou modificações de fachadas, a exemplo das atuais matrizes de Berilo e de Minas Novas, ambas com seus frontispícios desprovidos de torres, ou da matriz de Itamarandiba, hoje com uma única torre, central e em avanço. Em Chapada do Norte, a matriz de Santa Cruz, uma das mais interessantes e harmoniosas construções religiosas da região, mostra original planta em cruz, resultante da inserção de duas capelas, à maneira de transepto. Bastante comum nas igrejas do antigo termo de Minas Novas é a presença de arcadas internas, que, ligando em grandes vãos naves e capelas-mores aos corredores laterais, incorporam mais amplos espaços ao interior dos templos, como ocorre em exemplos de Minas Novas, Berilo, Chapada do Norte e Itamarandiba. Excepcional sob todos os aspectos, a Capela de São José de Minas Novas constitui o edifício religioso de mais alta erudição da região, pela singularidade do partido arquitetônico em traçado octogonal, único da espécie no período colonial brasileiro, valorizado igualmente pelo curioso vestíbulo em copiar e o forro da nave em bela cúpula também em octógono. Esse pequeno templo parece ter servido de modelo à capela de Nossa Senhora da Saúde, em partido hexagonal, na cidade de Chapada do Norte, onde ainda merece destaque a capela do Bom Jesus da Lapa, construção do século XIX, que retoma soluções de velhas igrejas jesuíticas.

Obras de Talha

Quanto à ornamentação de igrejas e capelas, observou-se na região a mesma simultânea ocorrência de variados modelos artísticos, às vezes remarcados também por soluções francamente locais. Tendo a maioria dos monumentos religiosos sofrido modificações e acréscimos com o decorrer dos anos, alterando-se igualmente em conseqüência parte da organização ornamental dos templos, torna-se difícil precisar uma datação das obras de talha em rigorosa consonância com a evolução tipológica dos altares válida para outras regiões de Minas Gerais. Em diversas igrejas e capelas convivem muitas

vezes retábulos de índole barroca e de índole rococó, sem que correspondam documentadamente a uma determinada época. Assim, numa apreciação geral dos principais trabalhos de talha do antigo termo de Minas Novas, deve-se apenas mencionar a existência ali de exemplares remanescentes dos diferentes estilos de talha predominantes no século XVIII e princípios do XIX. Entre os altares de maior antiguidade, estão talvez os três retábulos da matriz de Chapada do Norte e os dois do arco-cruzeiro da matriz de Berilo, todos de confecção rústica, mas que denunciam, quem sabe tardiamente, a estrutura típica da primeira fase do barroco em Minas, caracterizada pela presença de colunas torsas e arquivoltas concêntricas. Também do mesmo estilo, em interpretação provinciana, é o altar-mor da capela do Rosário de Chapada do Norte. Já o estilo Dom João V, que prevaleceu na capitania entre os anos de 1730 e 1760, acha-se representado pelo retábulo da capela do Santíssimo da matriz de Chapada do Norte, trabalho de padrão erudito, com belo coroamento em dossel. Filia-se, no entanto, ao gosto rococó a maior parte dos retábulos da região, trazendo como nota dominante elementos estruturais e decorativos de interpretação regional, como se verifica mesmo em exemplares de mais apurada elaboração, tais os pertencentes às capelas-mores das igrejas de São Francisco, Amparo e Rosário, em Minas Novas. Nas capelas mais modestas, dessa e de outras cidades, os altares são geralmente simplificados, em tábuas ajustadas, à imitação de talha, alguns mostrando reminiscências ornamentais de feição **rocaille**.

Pintura e Imaginária

Os trabalhos em pintura podem ser classificados em três níveis, segundo a qualidade artística de realização. Num primeiro grupo, situam-se determinadas composições de confecção mais erudita, a exemplo das pinturas que se vêem no arco-cruzeiro da capela do Rosário de Chapada do Norte, representando a Virgem do Rosário e os episódios da Fuga para o Egito e do Sacrifício de Abraão, e nas paredes da capela-mor do mesmo templo, com cenas alusivas à infância do Cristo: Adoração dos Reis Magos e dos Pastores, Circuncisão e Jesus entre os Doutores. De igual padrão são ainda as excelentes pinturas das ilhargas do retábulo único da capela de São José de Minas Novas, subordi-

nada à iconografia do padroeiro. Os painéis da capela-mor e da nave da capela do Rosário da mesma cidade, representando respectivamente a Virgem do Rosário e a Ressurreição de Cristo, ambos enquadrados por balaústres, figuras de anjos e flores, ainda que de acabamento inferior ao dos trabalhos mencionados, figuram entre as obras mais expressivas do gênero na região. Estas incluiriam também as pinturas remanescentes das igrejas de Nossa Senhora da Conceição e do Rosário de Berilo, infelizmente destruídas ou em parte prejudicadas na sua nitidez original pela ação danificadora do tempo. A um segundo grupo pertencem os painéis de forro em medalhões das capelas-mores da igreja do Amparo e capela de São Gonçalo, em Minas Novas, o primeiro datado de 1834 e o segundo remontando provavelmente ao século XVIII, mas traduzindo os dois concepção e técnica bastante simplificadas. O terceiro grupo reúne pinturas mais recentes e de sabor primitivo, estando nesse caso o painel do Sagrado Coração de Jesus do forro da nave da matriz de Chapada do Norte, datado de 1888, e um interessante quadro da Santa Ceia, hoje aposto, à maneira de frontal, no altar-mor da matriz de Minas Novas. Nas várias igrejas e capelas conservam-se ainda, apesar da evasão de muitas peças de valor, imagens em madeira policromada que nada ficam a dever aos melhores exemplares coloniais da espécie, destacando-se os conjuntos de imaginária de Minas Novas e Chapada do Norte. Notável é também o acervo de alfaias em prataria existente em Berilo e Minas Novas, sendo que parte das peças mais ricas desta última cidade se encontra recolhida na matriz local, em antigo e original armário, magnífica confecção de mobiliário de largas dimensões.

FESTAS, FOLCLORE E ARTESANATO

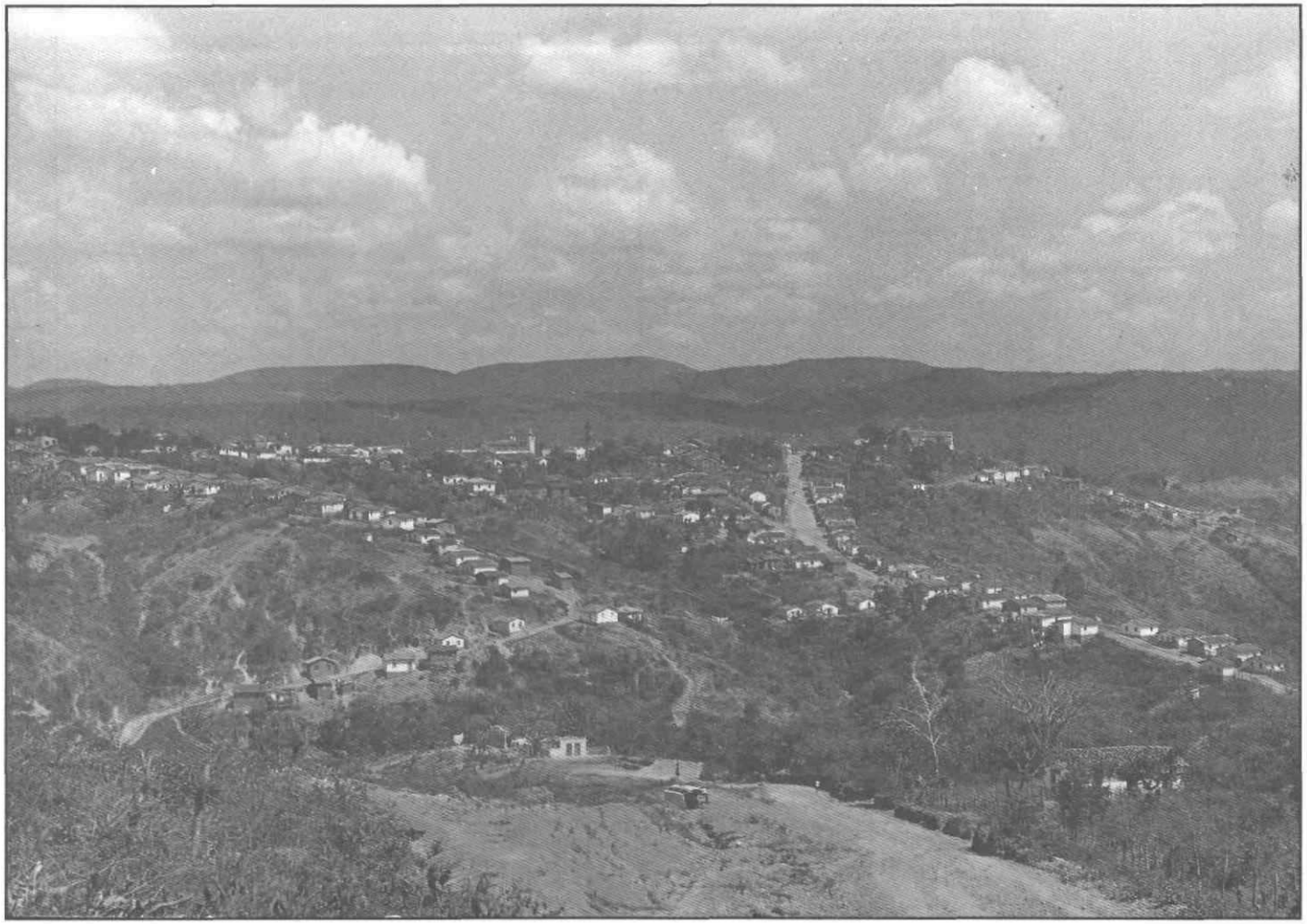
A par desse importante acervo artístico-histórico, a região do antigo termo de Minas Novas mantém vivas outras heranças culturais de seu período de prosperidade no passado, tais as tradições folclóricas e as festas religiosas, ainda hoje realizadas, se não com a mesma pompa, pelo menos com o mesmo fervor e animação dos velhos tempos. Entre essas celebrações, está a festa do Rosário, promoção de cunho religioso e popular. Impregnada de forte colorido, pela predominante presença do elemento

negro com seus ritmos e danças, constitui anualmente uma das festividades mais autênticas das populações simples de Minas Novas, Berilo, Chapada do Norte, Itamarandiba e Turmalina. Em algumas dessas cidades e também Carbonita, comemora-se igualmente todos os anos a Festa do Divino, que nelas obedece ao mesmo ritual das promoções congêneres de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro, incluídas entre as festas mais concorridas do calendário turístico mineiro. Numerosas são as solenidades mais propriamente de igreja, dedicadas a padroeiros das cidades ou a santos do devocionário popular, dentre as quais a de São Sebastião, a 20 de janeiro em Chapada do Norte e Carbonita, a da Santa Cruz, a 3 de maio em Chapada do Norte e a de Nossa Senhora dos Pobres, a 31 do mesmo mês em Berilo. Importante pelo grande significado religioso para a região é o Jubileu da Virgem da Lapa, levado a efeito em agosto na cidade do mesmo nome, com a concorrência de centenas de romeiros. Assim como as festas folclóricas e religiosas, de tradição tão arraigada na alma do povo, merece ser referida aqui outra manifestação de cultura popular dos habitantes do norte-nordeste mineiro, que é o seu artesanato. Na área de Minas Novas, a atividade artesanal acha-se bastante disseminada e abrange a produção de vários objetos de confecção típica, tanto de barro ou argila - a famosa e tão criativa cerâmica do vale do Jequitinhonha, quanto de bambu, palha e outros materiais. Começa também a ganhar expressão no setor a tapeçaria de Itamarandiba, ali incentivada pela criação de uma escola de artesanato.

Imperativo da Preservação do Patrimônio

O isolamento geográfico em relação ao centro do Estado e a situação de carência econômica da região de Minas Novas se, por um lado, têm sido até hoje fatores indiretos de preservação ali da autenticidade das formas tradicionais de cultura popular, têm concorrido por outro para a progressiva descaracterização e dilapidação do importante acervo artístico-histórico regional. Os levantamentos procedidos na área, como se verá da documentação fotográfica e das análises e descrições de monumentos religiosos e edificações civis que se seguem, põem em evidência o deplorável

estado de conservação e a condição de quase abandono em que se encontra o seu patrimônio de bens culturais. Existindo no extenso território apenas quatro monumentos tombados ao nível federal - dois em Berilo e dois em Minas Novas -, o trabalho de proteção oficial para o setor vem sendo eventual e limitado. A ausência de fiscalização permanente em diversas cidades e a falta de adequado esclarecimento das populações quanto ao valor dos respectivos acervos ensejaram, nos últimos anos, o desaparecimento ou alienação de várias obras de arte, inclusive retábulos e outras peças de vulto. A matriz de São Francisco de Minas Novas, por exemplo, alguns anos após perder o antigo e belo retábulo da sua desfeita capela do Santíssimo, viu-se desfalcada também dos dois altares do arco-cruzeiro. Em Berilo, um monumento hoje tombado - a capela de Nossa Senhora do Rosário - viu-se subtraída de nada menos que três retábulos e uma porta almofadada, achando-se agora o edifício em estado de iminente ruína, o que ocorre igualmente com a matriz local. Nessas duas igrejas de Berilo, bem como na chamada casa do inconfidente Abreu Vieira, na mesma cidade, velhos forros pintados estão sendo aceleradamente destruídos, poucos vestígios restando de painéis de excelente pintura. Vários templos e edificações civis foram indiscriminadamente modernizados ou mesmo demolidos, estando neste último caso a capela de Sant'Ana, do antigo convento de mulheres de Chapada do Norte, e o velho mercado de Itamarandiba, interessante construção nos moldes do mercado de Diamantina. O quadro aqui resumido torna, portanto, evidente a necessidade de adoção de um programa de emergência para a região, por parte dos órgãos federais e estaduais responsáveis pelo setor de patrimônio histórico, de modo a evitar-se a irrecuperável perda do que ali ainda subsiste. Impõe-se o tombamento imediato dos monumentos até agora não objeto dessa medida legal, especialmente quanto ao notável conjunto de igrejas de Chapada do Norte, bem como a restauração dos edifícios religiosos ou civis em iminência de ruína nas diferentes cidades da área. Dentro da mesma preocupação, urge ser concretizada a criação em Minas Novas, no chamado Sobradão, de um já preconizado Museu Regional, que poderá ter ao mesmo tempo a função de preservar as peças de imaginária e prataria esparsas do rico acervo da área e de reunir também exemplares de maior interesse do excepcional artesanato da região.



Minas Novas - Vista geral.

Minas Novas

O MUNICÍPIO

O município de Minas Novas situa-se na região do Alto Jequitinhonha e sua extensão atual é de 1.708 km². O território do antigo termo da vila do Fanado apresenta uma diversidade de paisagens, nele podendo-se distinguir aspectos naturais predominantes: uma área de matas, primitivo habitat de tribos indígenas; outra de carrasquenhos, mais elevada e fria, próxima à cidade de Minas Novas; uma terceira de caatinga, de clima quente e própria para a cultura do algodoeiro, que ali prosperou no século XIX; e uma região de campos, própria para a criação de gado. A ocupação desse território se deveu à mineração do ouro, do diamante e de outras pedras preciosas. A descoberta da riqueza aurífera na região central de Minas só fez incentivar a continuidade das expedições de pesquisa mineral, empreendidas principalmente por paulistas, que em busca de novas jazidas embrenhavam-se pelo sertão a dentro. Foi por volta de 1727 que um grupo de bandeirantes, chefiado por Sebastião Leme do Prado, localizou a ocorrência de ouro em um dos afluentes do rio Fanado, que por esse motivo recebeu o nome de Bom Sucesso. Em local situado entre o referido rio e o ribeirão do Bom Sucesso, formou-se o primitivo arraial de São Pedro do Fanado, cujo desenvolvimento iria processar-se celeremente, em virtude do intenso fluxo migratório atraído pela fama de riqueza das novas jazidas. Apenas dois anos depois, a 2 de outubro de 1730, recebia o arraial a categoria de vila, com o título de "Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí" ou "Vila do Bom Sucesso do Fanado de Minas Novas".

Detalhe interessante da história de Minas Novas é o fato de ter pertencido, até 1757, à capitania da Bahia. Embora Sebastião Leme do Prado, antes da partida de

sua bandeira, já estivesse comissionado pelo Governador de Minas como guarda-mor das terras minerais que fossem descobertas, foi convencido por seus primos Domingos Dias do Prado e Francisco Dias do Prado, cabeças do povo nas paragens de Itacambira, a manifestar o descoberto do Bom Sucesso ao governo da Bahia, juntamente com as minas de Itacambira. Não obstante os irmãos Dias do Prado alegassem serem as paragens recém-descobertas pertencentes àquela capitania, isso não era verdadeiro, pois desde 1722 as divisas entre Minas e Bahia estavam definidas pelo rio Verde, desde a foz até às nascentes. A interpretação de Diogo Vasconcelos, segundo a qual os descobridores paulistas estavam mais preocupados em sonegar os quintos que defender a jurisdição da Bahia, sobre a região parece a mais correta: "Minas já estava com o fisco aparelhado, e a Bahia sobre não o ter, era país de portas abertas para os extravios". O fato é que logo que o governador da Bahia e vice-rei do Brasil D. Vasco Fernandes recebeu o manifesto, apressou-se em se apoderar das novas terras minerais e comunicar sua atitude ao rei, que mandou estabelecer uma intendência na própria região, onde o ouro deveria ser quintado. Entretanto, a rápida prosperidade do distrito de Minas Novas provocou os reclamos da população por uma justiça mais próxima. Atendendo aos reclamos, o Conselho Ultramarino, por provisão de 4 de fevereiro de 1730, sujeitou a nova vila de N. S. do Bom Sucesso das Minas Novas à comarca do Serro, ficando assim vinculada judicialmente a Minas Gerais, mas permanecendo nos planos administrativo, militar e eclesiástico subordinada à Bahia, situação agravada em 1742, quando, com a criação da comarca de Jacobina no sul da Bahia, Minas Novas ficou temporariamente sob a sua jurisdição. Como bem observou ainda Diogo de Vasconcelos, tal situação "tornava-se inconveniente ao governo de Minas e Gomes Freyre de Andrade representou ao governo régio contra semelhante anomalia".

Às demais razões, acrescia - segundo as palavras do referido historiador - a existência do garimpo clandestino de diamantes, como também os descaminhos deles e do ouro a que dava lugar o deficiente policiamento do território de Minas Novas. O intendente-geral, residindo no Tijuco, quase nenhum meio tinha de reprimir esses abusos, visto como suas ordens, para serem executadas, deviam primeiro passar pelo

conhecimento do governo da Bahia, a duzentas léguas de distância, ao passo que poderia ter à mão as autoridades do Serro, a menos de quarenta, para o auxiliarem. Além disso, o distrito diamantino, em que se compreendiam as terras vedadas à extração e garantidas pelo contrato dos diamantes, estendia-se parte no termo de Minas Novas, então pertencente à Bahia, e parte na comarca do Serro, pertencente a Minas. Todos estes motivos - conclui-se com Diogo de Vasconcelos - somados à conveniência de se alargar o âmbito de Minas Gerais para os efeitos da derrama, na falta das cem arrobas exigidas pela lei do quinto, concorreriam para a Resolução Ultramarina de 13 de maio de 1757, que mandou afinal incorporar integralmente o território de Minas Novas à comarca do Serro e ao governo da capitania de Minas.

Assim como ocorreu com todos os núcleos mineradores da capitania, Minas Novas teve um período relativamente curto de prosperidade, entrando em declínio à medida que se esgotavam as reservas auríferas e as pedras preciosas. Operou-se um esvaziamento populacional do território, passando os habitantes a dedicar-se à lavoura de subsistência e à criação de gado. Entretanto, a decadência de Minas Novas foi retardada por mais algum tempo devido à cultura do algodão. Possuindo em seu território terras próprias para esse cultivo, a antiga vila do Fanado se converteu, em fins do século XVIII e inícios do XIX, em centro relativamente importante de exportação de algodão em rama e de cobertores e outras confecções de tecido grosso. Saint-Hilaire deixou referências elogiosas à qualidade do algodão de Minas Novas, cuja seda longa e macia era muito apreciada nos grandes mercados da Europa. O naturalista francês deixou também suas impressões sobre o aspecto geral da vila à época em que a visitou, ou seja, 1817. As ruas eram na maior parte calçadas e o casario, predominantemente de construções térreas, mostrava-se caiado de novo, destacando-se entre o verde dos jardins e pomares. Estimava-se então a população local em cerca de 2 mil habitantes.

Pela Lei provincial n. 163, de 9 de março de 1840, a vila passou à categoria de cidade, sob a denominação de Minas Novas. Em 1856, tendo em vista as dificuldades de administração daquelas vastas regiões isoladas no interior, chegou-se a propor ao parlamento do Império a instituição da província autônoma de Minas Novas, com a

cidade do mesmo nome como capital e abrangendo as comarcas de Porto Seguro e Caravelas, pertencentes à Bahia, e Jequitinhonha, pertencente a Minas Gerais. A nova província não logrou ser instituída, permanecendo a região completamente distanciada dos principais centros de decisão, o que acentuou sua estagnação. Uma alternativa de crescimento surgiria mais tarde, no final do século XIX, com a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que, partindo de Filadélfia (Teófilo Otoni), atingia o Porto de Caravelas na Bahia.

Entretanto, o planejado ramal de Filadélfia a Minas Novas não foi executado, ficando a região dependendo das estações de Teófilo Otoni e de Diamantina, esta da Estrada de Ferro Central do Brasil, para escoar seus produtos agropecuários, entre os quais se destacam os bovinos, o açúcar, o algodão, o toucinho e a aguardente. Recentemente, a retirada dos trilhos da Bahia-Minas veio agravar a situação da região, que apresenta precárias condições de transporte rodoviário.

Atualmente o município de Minas Novas conta com o distrito-sede e o de Leme do Prado. Vários distritos antes vinculados a seu território foram sendo desmembrados e formaram novos municípios. Assim os antigos distritos de Turmalina, Chapada do Norte, Berilo e Francisco Badaró, que, nascidos sob a influência de Minas Novas, são hoje unidades administrativas autônomas. A população do município alcançava em 1991 o número de 33.770 habitantes, dos quais 6.471 residentes na sede. Quanto ao panorama urbano, a cidade, embora marcada pela evolução verificada principalmente nos últimos anos, ainda faz transparecer, no conjunto de ruas, casario e monumentos religiosos, o período de prosperidade vivido no passado. Seu acervo arquitetônico e artístico, se devidamente conservado e valorizado, poderá vir a constituir-se, com melhores condições de acesso à região, em fator permanente de atração turística.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Edificações Religiosas

Matriz de São Francisco de Assis

HISTÓRIA

A freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado foi criada por alvará de 1728, tendo sido erguida a sua primeira igreja naquele mesmo ano, a qual tomou ainda em seus primórdios a invocação de São Pedro. Pertenceu por mais de um século à jurisdição do arcebispado de Salvador, sendo nessa condição mencionada pelos historiadores baianos José Antônio Caldas, em 1759, e Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, em 1843. Com a instituição do bispado de Diamantina no ano de 1854, a paróquia de Minas Novas passou a integrar a nova diocese mineira, vindo depois a subordinar-se ao bispado de Araçuaí, desde a respectiva instalação em 1914. A matriz de São Pedro subsistiu até 1923, quando foi demolida. Estava prevista a sua reconstrução, com a preservação da antiga capela-mor, como informava a publicação **Minas Geraes em 1925**: "Além deste edifício (o chamado Sobradão, na época Fórum local), e fronteira a elle, está situada a antiga egreja Matriz que vae ser reconstruida, estando conservada a capella-mór, em cujo throno existe um primor de architectura, ricos entalhos, obra prima de arte, pintados a pão de ouro finissimo, e que parece ainda fresco, tal o genero da materia que foi ali empregada e a maestria de quem a executou". Entretanto, a reconstrução não se efetivou, e as funções de matriz foram a partir de então definitivamente transferidas para a igreja de São Francisco.

A atual matriz, pertencente originariamente à Ordem 3ª de São Francisco de Assis de Minas Novas, teve sua construção presumivelmente na segunda metade do século XVIII. A talha de seu altar-mor, em estilo rococó tardio, parece datar de fins daquele século ou de princípios do XIX. Não foram, todavia, localizadas informações documentais sobre a época precisa de edificação da igreja ou a autoria das obras de construção e ornamentação. Mas existem referências à antiga capela franciscana de Minas Novas já em textos de inícios do século XIX, notadamente na **Corografia brasílica**, de Aires do Casal (1817), e nas **Memórias históricas**, de Pizarro e Araujo (alturas de 1820), nestas últimas figurando com o nome de capela da Conceição e

sendo expressamente mencionada como sede da Ordem 3ª de São Francisco da antiga vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

A igreja foi objeto de várias reformas e alterações ao longo do tempo. Segundo informações prestadas em 1854 ao governo da província de Minas Gerais pelo pároco de Minas Novas, a então capela de São Francisco se encontrava devidamente "reparada". Mais tarde, em 1872, as autoridades provinciais destinariam, no entanto, uma verba especial para obras no templo. Entre março e dezembro de 1955, nele se realizaram substanciais trabalhos de restauração, procedidos pelo atual IPHAN, incluindo a demolição da parede dos fundos, reconstruída em tijolos. Em reforma interna levada a efeito mais recentemente, suprimiram-se os dois altares do arco-cruzeiro, sendo também retirada a antiga grade de separação entre a nave e a capela-mor.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 20.557, de 13 de maio de 1980.

ARQUITETURA

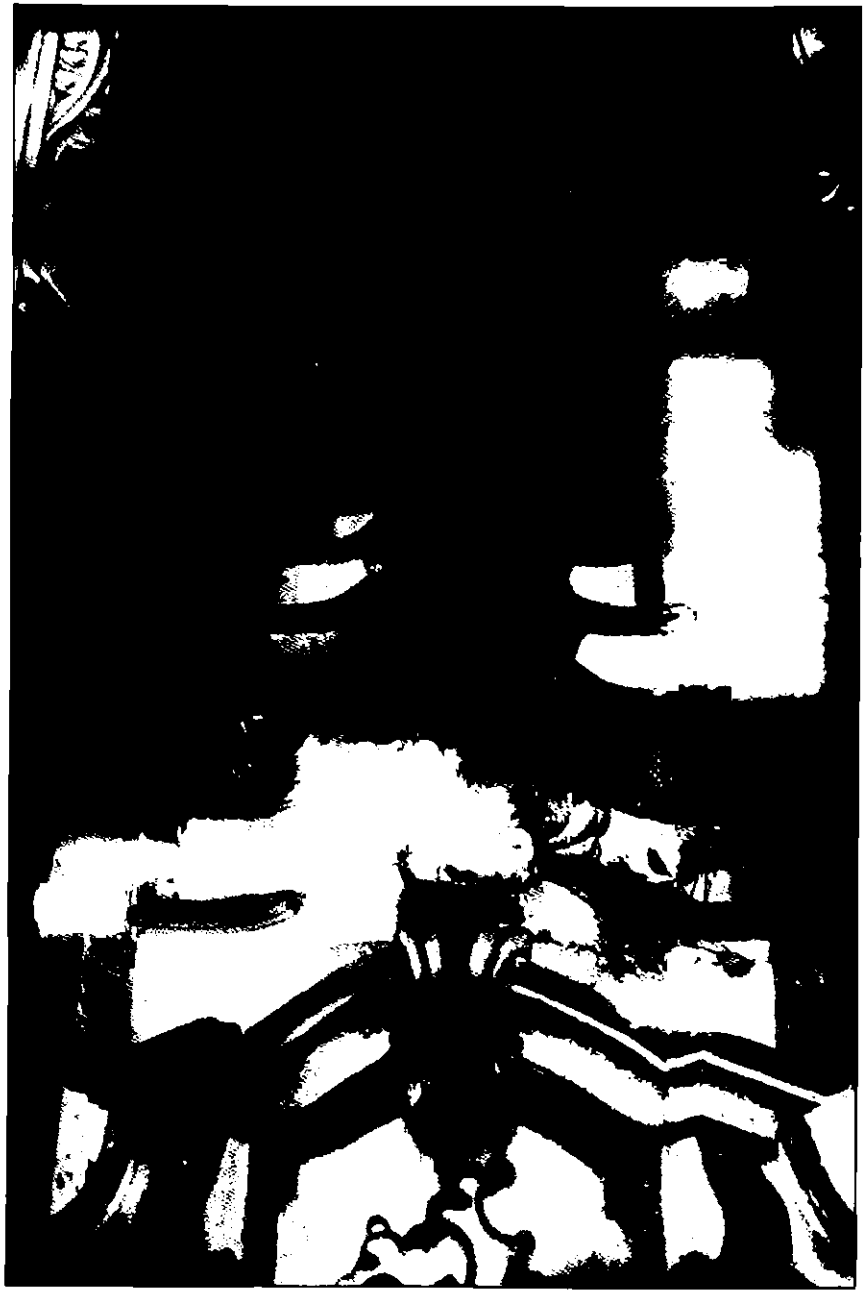
O edifício, estruturado originalmente em taipa e madeira, obedece a planta composta de nave, capela-mor e largos corredores-sacristias ao longo da nave e da capela-mor. No segundo pavimento, esses corredores possuem tribunas em toda a extensão, abrindo-se para o interior da igreja. A fachada principal, desprovida de torres, engloba, além do frontispício central, os muros dos corredores laterais sem aberturas. Esta ausência de vãos nas partes laterais da fachada, conferindo-lhe aspecto singular e inusitado, leva à suposição de uma provável intenção de construção de torres, que não chegou a concretizar-se. Todo o edifício, aliás, parece produto de uma evolução progressiva: a uma capela inicial teriam sido anexados, aos poucos, os outros compartimentos, sem plano definido. Na sua simplicidade, a fachada principal mostra porta única e três janelas rasgadas por inteiro, com balaústres entalados, à altura do coro, e um óculo ao meio da empena, abaixo do qual se abriu recentemente pequena sineira. Todas as portas e janelas, inclusive laterais, são trabalhadas em almofadas. A igreja apresenta internamente forro abobadado na capela-mor e telhado aparente na nave, onde se destacam os dois púlpitos em madeira almofadada.



Minas Novas.
Matriz de São Francisco de Assis.
Altar-mor.



Minas Novas.
Matriz de São Francisco de Assis.
Retábulo de Nossa Senhora da Conceição.



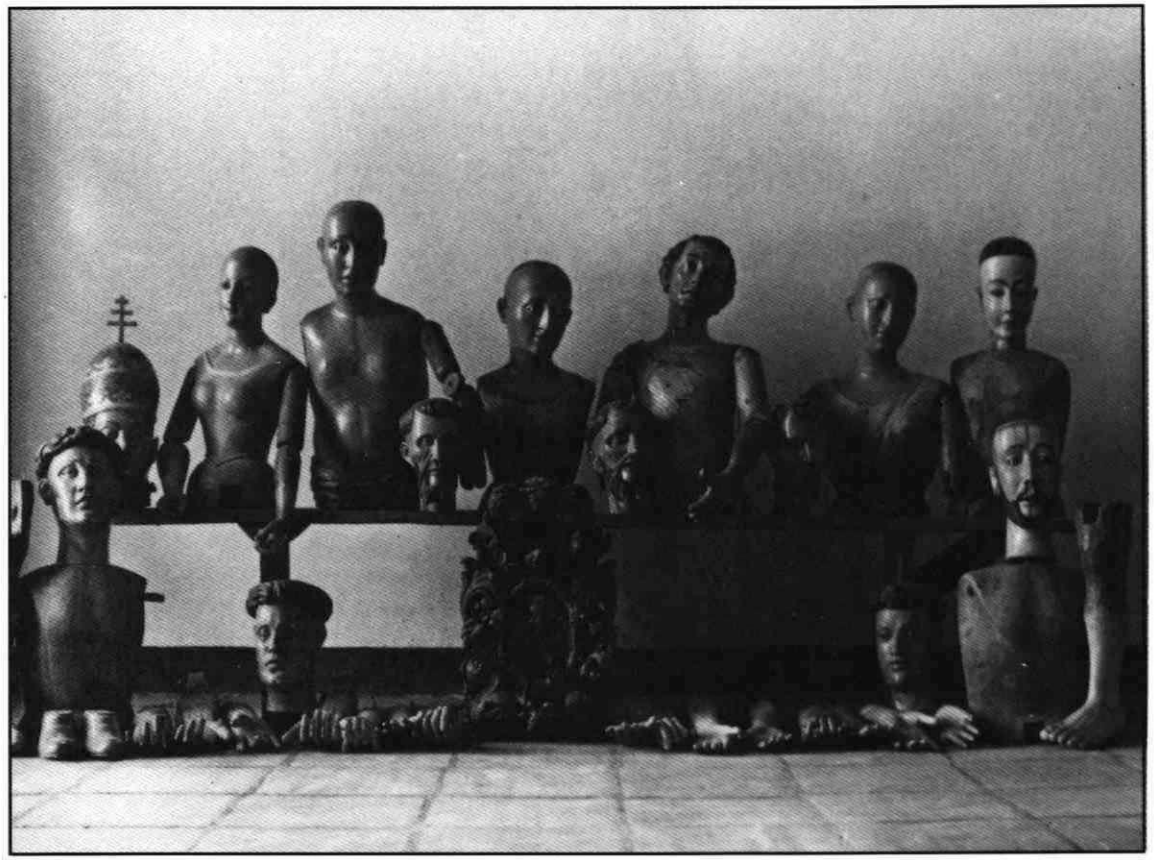
Minas Novas.
Matriz de São Francisco de Assis.
Trono do altar-mor, com imagens do padroeiro e de Nossa Senhora da Divina Providência.



Minas Novas - Matriz de São Francisco de Assis.
Imagem de São Miguel Arcanjo.



Minas Novas - Matriz de São Francisco de Assis.
Imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso.



Minas Novas - Matriz de São Francisco de Assis - Santos de roca.

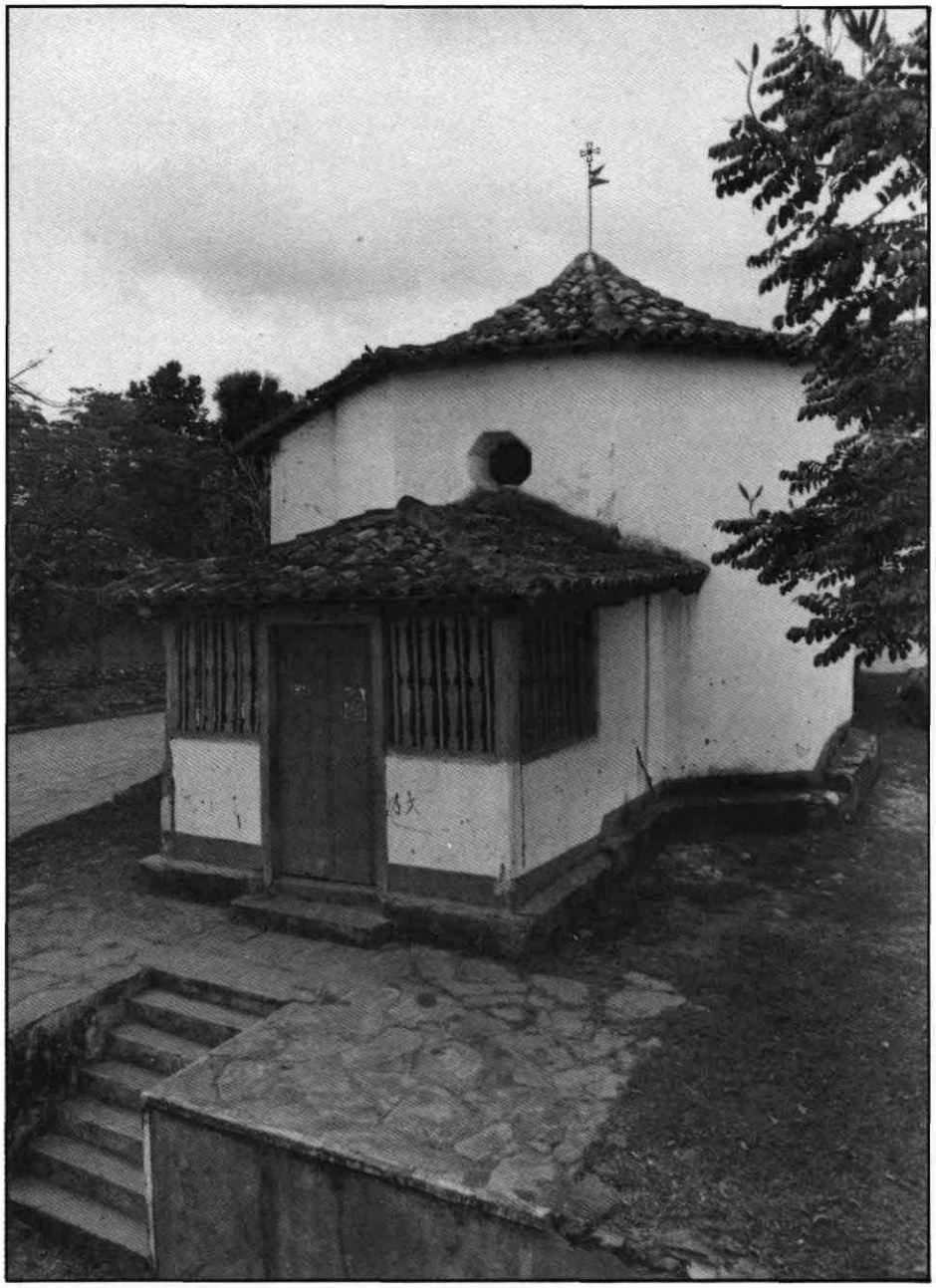
ORNAMENTAÇÃO

A igreja possuía bom conjunto de talha, do qual se acha hoje parcialmente desfalcada. Em recente restauração, foram retirados - como acima se referiu - os dois pequenos retábulos do arco-cruzeiro, de confecção aparentemente mais antiga que a do altar-mor, ainda conservado. Simplificado em suas linhas estruturais, com ausência de colunas e delimitado apenas por duas pilastras laterais, esse retábulo da capela-mor denuncia, em interpretação provinciana, as características do rococó tardio, embora seus elementos decorativos, de gosto **rocaille**, sejam de elaboração cuidada e elegante desenho. Na frente do altar, figura curiosa Santa Ceia em arte popular, pintada em painel de madeira e ali colocada recentemente à guisa de frontal. Outro trabalho de interesse em talha que ainda resta na igreja é um pequeno retábulo, todo em jacarandá, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e colocado numa das sacristias. Segundo documentação fotográfica existente no arquivo do IPHAN, em Belo Horizonte, havia também na atual matriz de Minas Novas uma capela dedicada ao Santíssimo, com belo retábulo, dotado de dossel e profusa decoração em motivos florais. Assim seguidamente subtraída em seu equipamento litúrgico e ornamental, a igreja logra conservar, no entanto, peças de seu antigo e valioso patrimônio em prataria e imaginária, em grande parte procedente da demolida matriz de São Pedro. A prataria pertencente à Irmandade do Santíssimo acha-se em armário original, magnífica peça de mobiliário de largas dimensões. Entre as imagens existentes, salientam-se a da primitiva Nossa Senhora do Bom Sucesso, padroeira da vila do Fanado, e as de Santa Luzia, Nossa Senhora das Dores, Senhor dos Passos, Santo Ivo, Santa Madalena, Santa Rosa, Santa Margarida, São Miguel e São Francisco de Assis. Consta que as peças de maior valor se encontram hoje recolhidas a um cofre na Casa Paroquial.

Capela de São José

HISTÓRIA

Nada se apurou, na documentação consultada, sobre a época exata de construção desta capela, considerada pelos especialistas como uma das mais interessantes e originais, sob o ponto de vista arquitetônico, do período colonial mineiro. O ano de 1728 inscrito no sino, juntamente com os dizeres "Factum Alexandro Ferreira Rocha - Bahia", parece indicar uma data bastante recuada para tomar-se como a de sua edifi-



Minas Novas.
Capela de São José.



Minas Novas - Capela de São José - Altar-mor.



Minas Novas.
Capela de São José.
Imagem de São José de Botas,
hoje recolhida à igreja matriz.

cação, porquanto contemporânea das próprias origens do arraial, formado por volta de 1727 e elevado a vila em 1730. A capela atual poderia corresponder, entretanto, a uma presumível reedificação da segunda metade do século XVIII, o que estaria em maior conformidade com a alta erudição do partido poligonal adotado. A origem do gracioso templo como ainda da fase colonial está seguramente comprovada pelas menções a ele feitas em duas obras escritas anteriormente a 1822: a **Corografia brasílica**, de Aires do Casal, e as **Memórias históricas do Rio de Janeiro**, de Pizarro e Araujo, tomo dedicado à capitania de Minas Gerais.

Em relatório de 1854 sobre o estado das igrejas e capelas de Minas Novas, dirigido ao governo da província de Minas Gerais pelo vigário local, lê-se que a capela de São José possuía a importância de "200$rs. a premio com segurança legal", dispondo então, ao que se depreende, de recursos necessários para a respectiva conservação. Mais modernamente, consta a realização de restaurações em 1954 e 1965, promovidas pelo IPHAN.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 396 - Livro de História, fls. 64, datada de 27 de julho de 1967.

ARQUITETURA

A singularidade do partido arquitetônico da capela de São José de Minas Novas - a única de traçado octogonal do Brasil colônia - chamou a atenção de Sylvio de Vasconcelos, que o comparou ao da capela templária de Laon (França), construída no século XIII. Segundo o referido autor, em seu livro **Arquitetura no Brasil - pintura mineira e outros temas**, as plantas dos dois edifícios não são apenas semelhantes mas iguais, variando apenas as elevações, "numa utilizando soluções peculiares à colônia, com técnica de pau-a-pique e nártex em alpendre ou copiar, e noutra soluções medievais, em pedra, ogivais". Entretanto, esta coincidência poderia ser fortuita e resultante de inventividade local, não havendo documentação que autorize falar-se em influência ou transposição de modelo. Ademais, há que levar-se em conta a tendência geral de fins do século XVIII em Minas Gerais, quando o partido arquitetônico das pequenas capelas se dinamiza, com o aparecimento das fachadas chanfradas.

Na capela de Minas Novas, o corpo central do edifício é constituído pela nave de

forma octogonal, coberta por uma pequena cúpula em oito panos acompanhando as secções das paredes. Precede esta nave um vestíbulo tipo copiar ou alpendre, desprovido de forro e tendo à meia altura das paredes os vão fechados por grades de madeira recortada. A capela-mor, de planta hexagonal, liga-se à nave por um arco-cruzeiro de madeira, sendo coberta por teto apainelado e abobadado. Anexo a um dos lados da capela-mor, há um cômodo correspondente à sacristia. Também lateralmente vê-se uma delgada janela no corpo da nave, com o sino pendente.

ORNAMENTAÇÃO

O tratamento das superfícies internas é de grande refinamento, sobretudo no que diz respeito aos forros apainelados com arremates de talha. Por sua vez, a simplicidade da talha do único retábulo - o da capela-mor - é compensada pela excelente qualidade das pinturas existentes ao alto das duas ilhargas do altar, com a representação de cenas ligadas à iconografia de São José: Visitação, à esquerda, e Fuga para o Egito, à direita.

Igreja de Nossa Senhora do Amparo

HISTÓRIA

A igreja foi construída sob os auspícios da Irmandade dos Homens Pardos da antiga vila do Fanado e parece datar da segunda metade do século XVIII, época de apogeu das irmandades e confrarias religiosas do período colonial em Minas Gerais. Embora não se tenha localizado documentação sobre a data precisa da edificação do templo e a autoria de seus trabalhos de construção e ornamentação, sua antiguidade é comprovada pelas referências que fazem a essa igreja dois importantes autores de princípios do século XIX: Aires do Casal, na **Corografia brasílica**, datada de 1817, e Pizarro e Araujo, nas **Memórias históricas**, escritas por volta de 1820.

Diversas reformas e modificações foram realizadas no edifício, ao longo de sua história. Em relatório datado de 1854 e dirigido às autoridades da província de Minas Gerais, alegava o vigário de Minas Novas que a capela de Nossa Senhora do Amparo necessitava de "auxílio para impedir a ruína" que a ameaçava. O pedido foi atendido através de verba prevista na Lei provincial n. 869, de 5 de junho de 1858, tendo sido nomeada em 1860 uma comissão para supervisionar as obras. Já em nossos dias,



Minas Novas - Igreja de Nossa Senhora do Amparo - Altar-mor.

promoveu o IPHAN restaurações na igreja, levadas a efeito em 1956/1957 e 1962/1963, incluindo consertos no telhado e cobertura da torre, reconstrução da parede lateral direita, revestimento e caiação.

O monumento não é amparado por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

Apesar de construída presumivelmente em época posterior, a igreja ainda se filia ao partido tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, com planta quadrangular, torres ligeiramente em destaque, englobadas no retângulo da nave, e corredores-sacristias ao longo das paredes da nave e capela-mor. A fachada segue, em linhas gerais, o mesmo partido, apresentando torres de secção quadrada cobertas com telhadinho de quatro águas, empena lisa com pequeno óculo, porta almofadada, quatro janelas com balaústres de madeira recortada, notando-se, porém, a ausência de cunhais aparentes. Deve-se acrescentar que a igreja passou certamente por ampla reforma, que lhe descaracterizou o aspecto original. O aumento do espaço interno do templo parece ter sido o objetivo principal de tal reforma, aumento esse obtido pela integração dos corredores-sacristias à nave, com a demolição das paredes divisórias. Os telhados desses corredores foram, em conseqüência, levantados ao nível do telhado da nave, comprometendo a harmonia do jogo externo de volumes do edifício. Foi provavelmente também nessa mesma reforma que se verificou a destruição do forro da nave, ocasionando a irrecuperável perda das pinturas antigas que o recobriam.

ORNAMENTAÇÃO

Sendo a capela-mor a única parte da igreja primitiva conservada intacta, aí se localizam conseqüentemente as remanescentes peças de interesse do ponto de vista decorativo: o retábulo, a pintura do forro e algumas imagens em madeira policromada, entre as quais a da padroeira Nossa Senhora do Amparo e uma Santa Bárbara de excelente confecção. O altar-mor, em talha rococó de boa qualidade e características regionais, é estruturado em pilastras e quartelões, com delicados ornatos e dois pequenos nichos com dosséis nas laterais, e arrematado no coroamento por guirlandas de flores pintadas. No painel em pintura do forro, em forma de medalhão, acha-se representada a figura de Nossa Senhora do Amparo, com o Menino Jesus e flores nas

mãos, pisando em nuvens. A data - 1834 - é bem visível, juntamente com a inscrição latina **Refugium peccatorum**.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

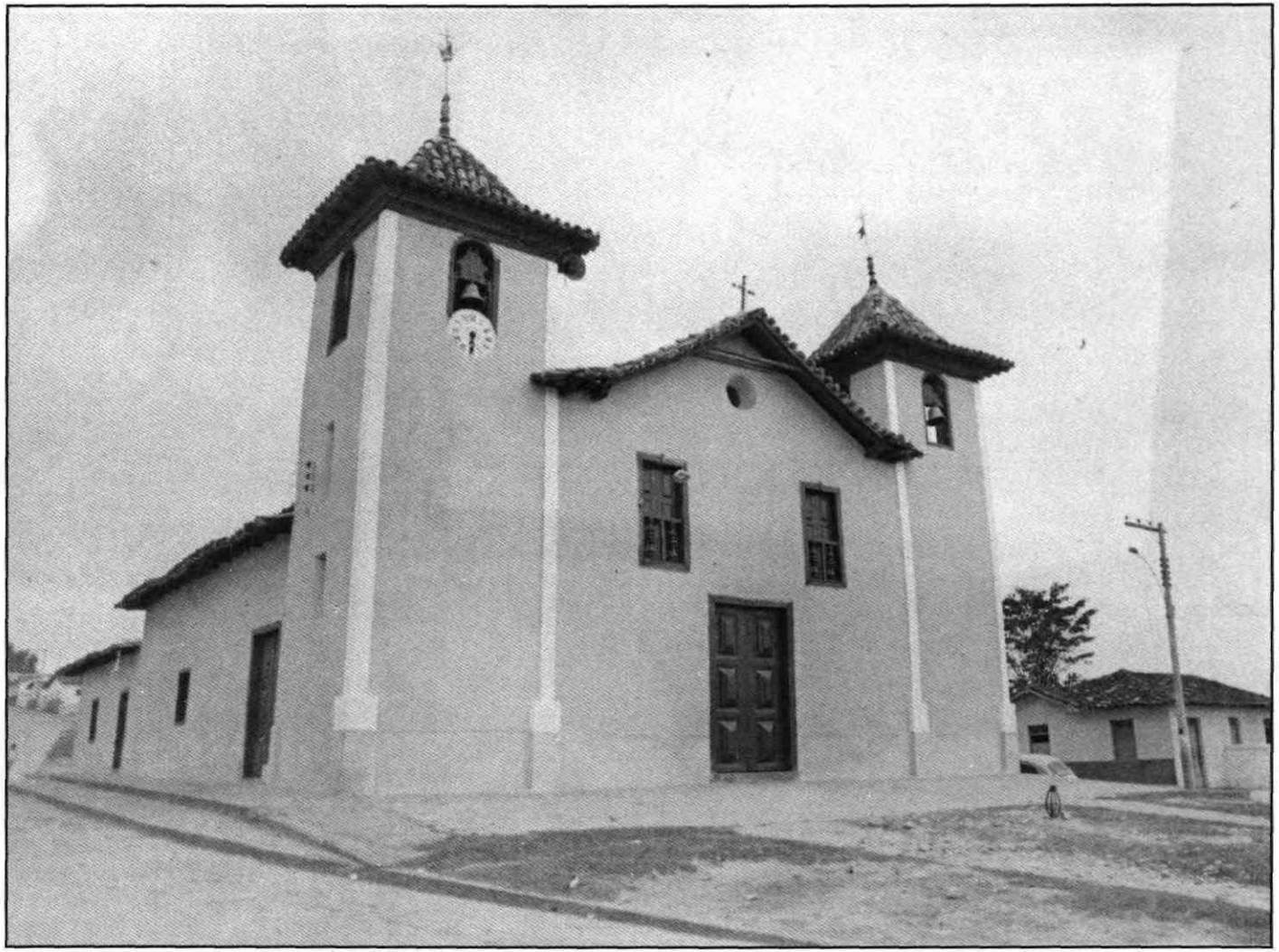
Não foram localizados elementos documentais esclarecedores sobre a data de construção da igreja. Pelas características construtivas e ornamentais, presume-se que sua edificação tenha ocorrido ainda no século XVIII, embora conste, por tradição local, que a instituição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da antiga vila do Fanado, responsável pela ereção do templo, se deu no ano de 1810. Pode-se todavia afirmar, com certeza, que se trata de construção do período colonial, porquanto existem referências à igreja em textos já de inícios do século XIX, como a **Corografia brasílica**, de Aires do Casal (1817), e **Memórias históricas** de Pizarro e Araujo (alturas de 1820).

A Irmandade do Rosário dos Pretos chegou a possuir valiosos "ornamentos em ouro e prata", segundo está registrado em documento de 1854, dirigido ao governo provincial mineiro pelo vigário local sobre o estado e número de igrejas e capelas da paróquia de Minas Novas. Este templo é ainda hoje um dos mais prestigiados pelos fiéis na cidade, especialmente por nele se realizar, anualmente, a Festa do Rosário, com celebrações religiosas e folclóricas, uma tradição que ali remonta ao ano de 1810.

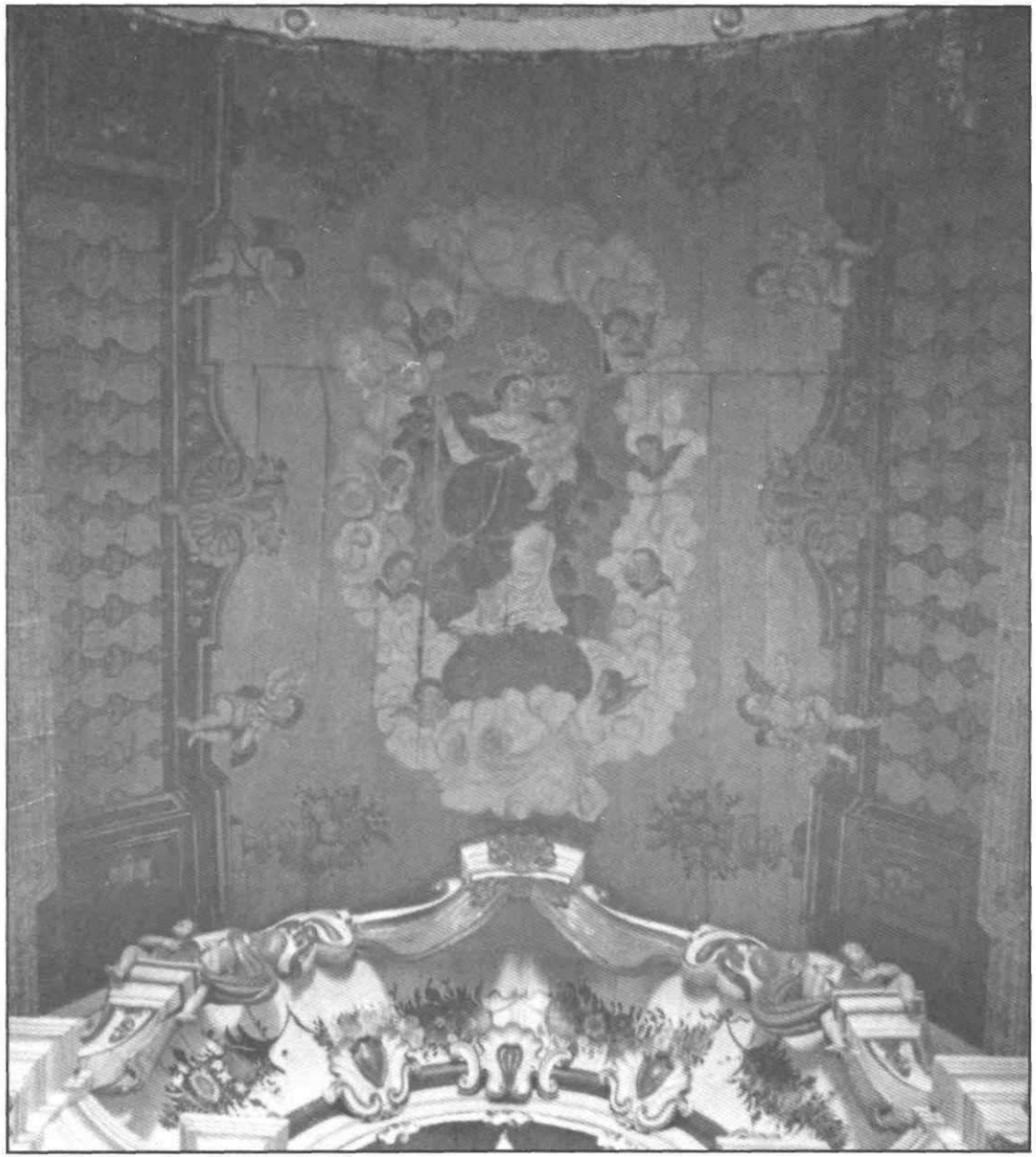
O monumento não é amparado por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

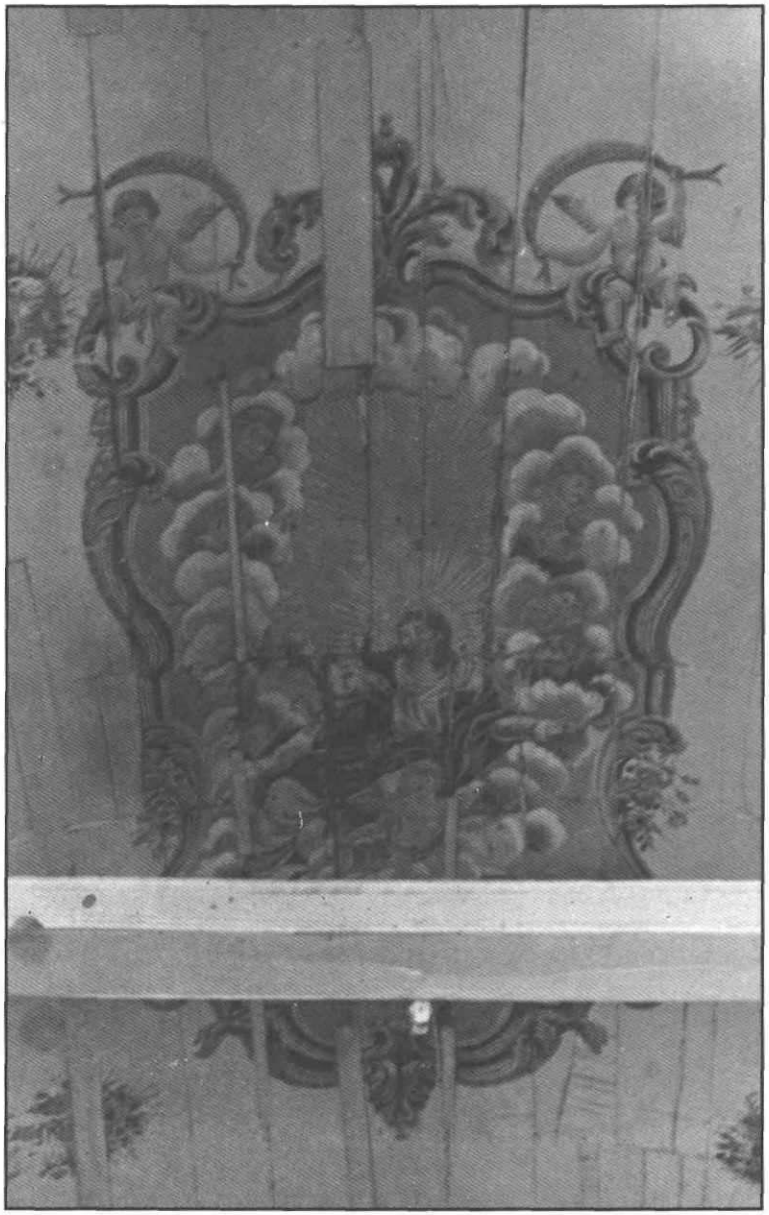
A igreja apresenta aspecto tradicional e retardatário, filiando-se ao partido das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, com planta quadrangular, divisão em nave, capela-mor e corredores-sacristias ao longo das fachadas laterais do edifício. A fachada principal compõe-se de torres de secção quadrada e cobertura em forma de telhado, empena lisa com pequeno óculo, porta almofadada e duas janelas com balaústres de madeira recortada. A estrutura da construção é em madeira e taipa, com telhado em duas águas e beirais em cachorros. Internamente, possui forros abobadados, de tabuado liso, com pintura decorativa, cimalhas e arco-cruzeiro em madeira, púlpito único e grade de madeira torneada separando a nave dos altares do arco-cruzeiro.



Minas Novas - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Minas Novas - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Pintura do forro da capela-mor.



Minas Novas - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
Pintura do forro da nave.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja conserva um conjunto de talha composto de três altares, sendo mais interessante o retábulo da capela-mor, em estilo **rococó** de interpretação provinciana, delimitado por colunas de fuste reto e mostrando em cada flanco um nicho terminado em dossel. Os altares do arco-cruzeiro são bastante singelos, com duas colunas continuadas por arquivoltas, numa imitação rústica dos retábulos de feição barroca. Nos forros da nave e da capela-mor, vêem-se painéis de pintura, representando respectivamente a Ressurreição de Cristo e a Virgem do Rosário, enquadrados por balaústres, figuras de anjos e flores, em trabalhos que evidenciam bom apuro pictórico. A igreja ainda possui excelentes peças de imaginária barroca, entre as quais se destacam as imagens de São João Batista, São José, Santo Antônio Catagerona, Santa Rita de Cássia, São Gonçalo, Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio e São Benedito, sendo os dois últimos invocações principais dos altares do arco-cruzeiro. A harmonia do interior do templo acha-se, no entanto, parcialmente prejudicada pela repintura de alguns elementos ornamentais e pelo piso cimentado em vermelhão.

Capela de São Gonçalo

HISTÓRIA

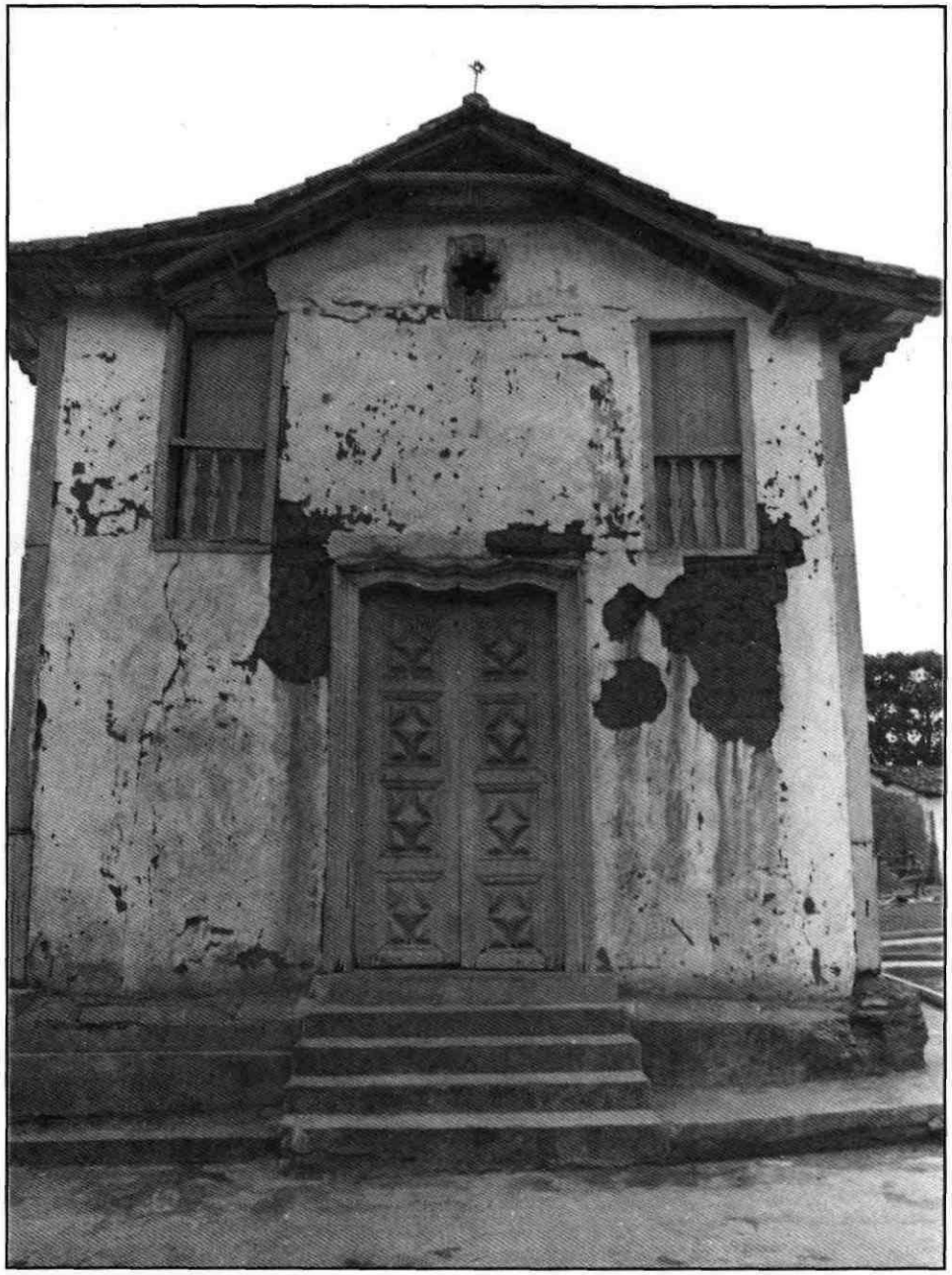
Segundo tradição local, a capela de São Gonçalo seria a mais antiga da cidade, devendo-se sua construção aos portugueses que se fixaram na então vila do Fanado. Estes a teriam edificado com a fachada principal voltada para o Morro de Contagem, onde se localizava a Casa de Fundição, cuja proteção estaria sob a invocação do santo padroeiro da capela. A conservação na mesma de um ex-voto datado de 1763 parece comprovar que o edifício servia ao culto por essa época. De qualquer forma, a menção à capela em livros escritos anteriormente à Independência - a **Corografia brasílica**, de Aires do Casal, e as **Memórias históricas**, de Pizarro e Araujo - confirma a existência do modesto templo de Minas Novas já no período colonial.

Na década de 1960, a capela foi inteiramente restaurada pelo IPHAN.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 20.557, de 13 de maio de 1980.

ARQUITETURA

O partido arquitetônico da capela apresenta aspecto geral de grande simplicida-



Minas Novas.
Capela de São Gonçalo.



Minas Novas - Capela de São Gonçalo.
Imagem do padroeiro.



Minas Novas - Capela de São Gonçalo.
Imagem de Nossa Senhora do Terço.

de. A planta se compõe de nave, capela-mor e duas sacristias laterais apostas às paredes da capela-mor, notando-se a ausência de torres ou sineiras. A estrutura da construção é em taipa e madeira, a cobertura em duas águas nos corpos principais e meia água nos cômodos das sacristias, enquanto as beiradas são em cachorros e madeira corrida. A fachada é singela, mas graciosa, com cunhais de madeira, duas janelas rústicas, à altura do coro, pequeno óculo de madeira em meio à baixa empena e uma bela porta com verga em desenho de curvas e vedação em folhas caprichosamente almofadadas. Internamente, nota-se interessante sistema de acesso ao coro e ao púlpito, que se faz através de estreito corredor embutido na espessura da parede de taipa, solução bem singular na arquitetura colonial mineira.

ORNAMENTAÇÃO

O único retábulo existente é de despojada confecção, em tábuas ajustadas e ornatos muito simples. Destaca-se, no entanto, no forro da capela-mor, um painel em pintura algum tanto retocada, representando a figura de São Gonçalo e que poderia datar do século XVIII. Entre as peças de imaginária pertencentes a esta capela, merecem referência as excelentes imagens do padroeiro São Gonçalo e de Nossa Senhora do Terço, parecendo esta última de procedência portuguesa, pela erudição do tratamento das formas. Ambas as imagens acham-se hoje recolhidas à matriz local.

Edificações Civis

Edifício do Antigo Fórum (Sobradão)

Construído em 1821, este edifício representa, por suas características e dimensões, um dos mais interessantes exemplares da arquitetura de linhas coloniais de Minas Gerais. Nada consta, na documentação pesquisada, sobre a iniciativa de construção do prédio, autoria do projeto e sua finalidade inicial, mas se sabe que teve por muito tempo função pública como sede do Fórum da comarca de Minas Novas. Quando, mediante projeto de lei de autoria do deputado Antônio Gabriel de Paula Fonseca, apresentado à Assembléia Geral do Império em 22 de agosto de 1856, se cogitou da criação da Província de Minas Novas, abrangendo parte do território do sul da Bahia e do norte-nordeste de Minas Gerais, com capital na antiga vila do Fanado, o chamado



Minas Novas - Sobradão (Antigo Fórum).

"sobradão" de Minas Novas foi lembrado para aproveitamento como palácio do governo da projetada província. Encontrando-se atualmente sem utilização, está naturalmente indicado para servir à instalação de um museu capaz de reunir o valioso acervo em imaginária religiosa e alfaias de ouro e prata ainda existente na cidade.

Localizado numa esquina da avenida Getúlio Vargas, o "sobradão" é formado por um único bloco de construção, em quatro pavimentos, com estrutura em madeira e taipa. A fachada considerada principal apresenta, no térreo, quatro portas de loja e quatro janelas em cada andar, todas em vergas alteadas e vedação do tipo calha. Nas laterais, há mais trinta e nove janelas, três portas de loja e a porta principal de acesso aos andares superiores, de altura incomum, atingindo até o segundo pavimento. Submetido a restaurações pelo IPHAN em 1952, 1961 e 1972, o prédio se acha bem conservado externamente, mas já não possui no interior as paredes divisórias dos cômodos, nem as divisões dos pavimentos, restando apenas as vigas de madeira das estruturas. Pelo grande significado histórico-arquitetônico para a época de sua edificação, tanto no que diz respeito ao aspecto funcional quanto ao construtivo, o edifício mereceu ser tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 28 - Livro Paisagístico, fls. 7, datada de 25 de setembro de 1959.

Sobrado da Rua São José, n. 7

Trata-se de uma das mais antigas construções existentes na cidade. Segundo tradição local, este sobrado teria sido edificado ainda no período colonial, com a destinação de Casa dos Contos. Pertenceu depois ao cônego José Pacífico Pelegrino e Silva, tendo sido mais tarde propriedade também da família Badaró. Estruturado em taipa e madeira, com parte das paredes em adobe, o prédio possui fachada composta, no térreo, de três janelas com almofadas e duas portas igualmente almofadadas. No andar superior, mostra quatro janelas rasgadas por inteiro, com vedação em folhas almofadadas e parapeitos entalados, de madeira recortada. Internamente, sua divisão obedece a planta interessante, com portas em barrote e uma varanda protegida por balaustrada de madeira.

Não é amparado por medida legal de tombamento.



Minas Novas.
Sobrado da rua São José, 7.



Minas Novas.
Casa da Família Badaró.

Casa da Família Badaró

Edificação térrea, que conserva as linhas arquitetônicas originais, sua construção primitiva remonta ao período colonial. É um dos prédios locais de maior expressão histórica, por ter pertencido ao inconfidente Domingos de Abreu Vieira, que alternava sua residência entre as atuais cidades de Minas Novas e Berilo. Segundo a tradição, ali se hospedou, por mais de uma vez, o herói maior da Inconfidência Mineira - Tiradentes. Pertence hoje à família Badaró, clã de políticos que desde o século XIX têm representado a região nos parlamentos de Minas e do país.

Construída em madeira e taipa, tem cobertura de telhas curvas, em quatro águas, e beiradas em cachorros. O jogo de vãos da fachada, em vergas retas, compõe-se de duas portas e quatro janelas, todas almofadadas. As portas apresentam a singularidade de possuir duas secções sobrepostas de folhas - uma superior, que funciona também como janela, e a inferior, que pode ser fechada à maneira de parapeito.

Não é amparada por medida legal de tombamento.

Outras Edificações

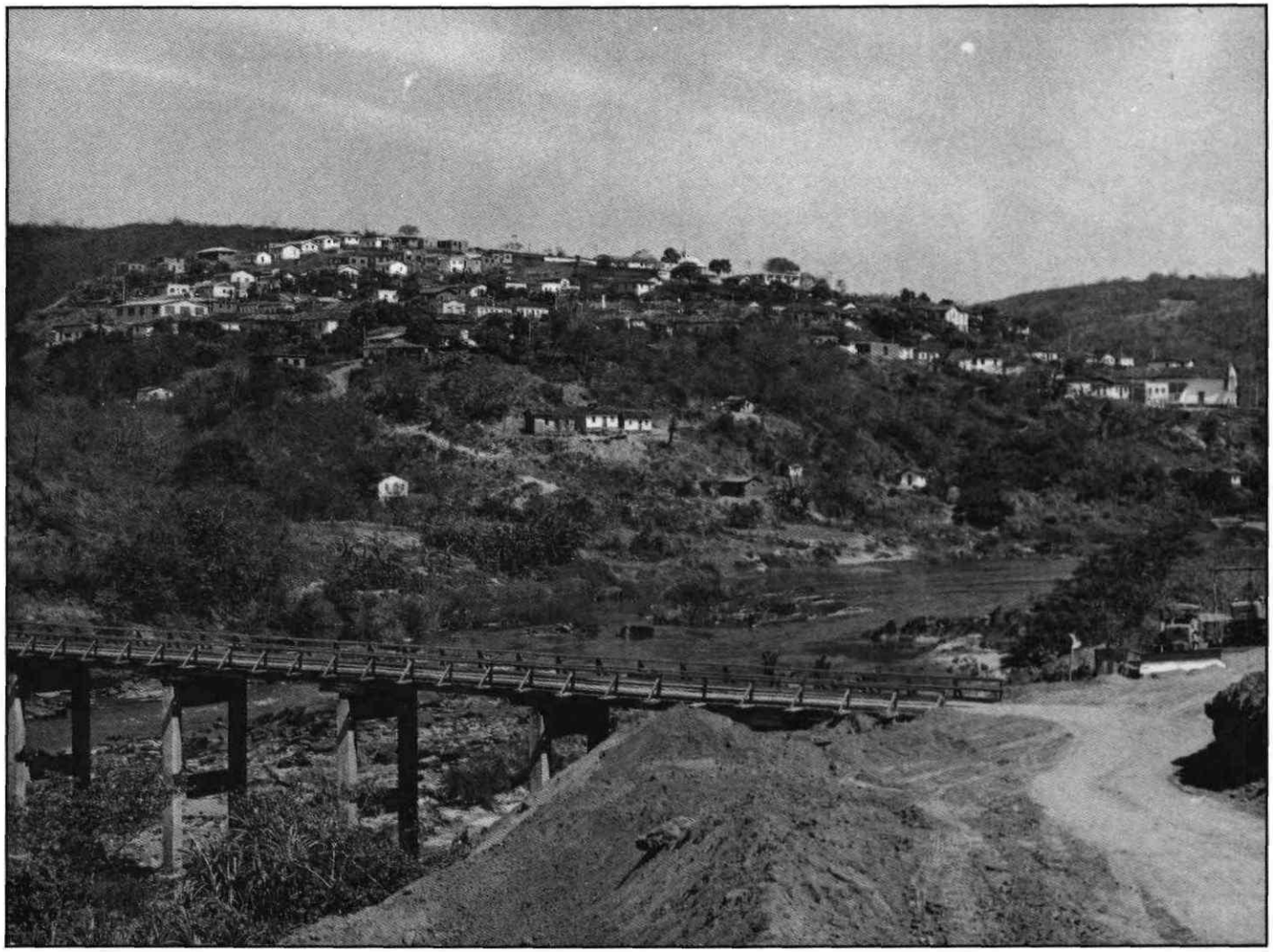
A cidade de Minas Novas possui ainda várias outras edificações, de sobrado ou térreas, que conservam, sem grandes alterações, as características arquitetônicas de feição colonial. A presença desses prédios concorre para que a antiga vila do Fanado conserve em parte a atmosfera urbana tradicional, em meio a velhas ruas, becos pitorescos com calçamento em capistranas e igrejas centenárias. Estão nesse caso os sobrados da rua São José n. 35, rua Manuel Fulgêncio nºs 6 e 20, rua Getúlio Vargas n. 100, praça Sebastião Leme do Prado entre nºs 148 e 172, praça Olegário Maciel n. 38, rua do Amparo nºs 3 e 7, além de várias construções de um só pavimento marcadas igualmente por fachadas simples, mas harmoniosas, com seus beirais em cachorros e as vergas dos vãos alteadas ou retas.

Berilo

O MUNICÍPIO

A primitiva povoação de Água Suja teve sua origem ligada às explorações auríferas, às margens do rio Araçuaí, por bandeirantes paulistas, em princípios do século XVIII. Por volta de 1727, quando Sebastião Leme do Prado e outros descobriram ricas minas na região de Minas Novas, surgiram em decorrência vários arraiais, dentre eles o de Água Suja, localizado na confluência do Araçuaí com o ribeirão Água Suja. Em 1759, a povoação já era mencionada como uma das freguesias da região de Minas Novas à época subordinada ao arcebispado de Salvador. Somava então a freguesia 464 casas (fogos) e 4.132 habitantes.

Em sua passagem pela localidade, em 1817, Saint-Hilaire assim a descreve: "situada ao pé de uma colina, no lugar em que um córrego também chamado Água Suja se lança no Araçuaí. Essa povoação é principalmente constituída de uma rua que se estende abaixo da confluência, ao longo do Araçuaí, e que, formando um cotovelo, remata um pouco sobre a margem do Água Suja. A rua é estreita e calçada. As casas são cobertas de telhas; a maioria é construída de adobes; têm poucas janelas, e os tetos, adiantando-se muito para fora das paredes das casas, tornam a rua um tanto sombria. Além desta última, duas igrejas e algumas casas esparsas alteiam-se sobre a encosta de um pequeno morro que domina a maior parte da povoação". Estavam praticamente esgotadas as lavras de ouro, e a população local se dedicava à pequena lavoura, cultivando milho e algodão. Com este último, fabricavam-se cobertas e tecidos grossos, além de "guardanapos bordados", estes feitos por encomenda e de alto custo. Segundo depoimento de outro viajante, o austríaco João Emanuel Pohl, o arraial contava por essa época cerca de 60 casas. A população do



Berilo - Vista geral.

antigo núcleo minerador era estimada em 760 habitantes, chegando o total da freguesia a 7.500 pessoas.

Em 1846 a freguesia foi transferida para o arraial de Sucuriú, sendo mais tarde novamente criada, modificando-se sua denominação em 1877 para Água Limpa. A denominação atual - Berilo - data de 1923, mas a criação do município, desmembrado de Minas Novas, só ocorreu em 1962. A povoação urbana se concentrava às margens do rio Araçuaí até inícios deste século, quando uma grande inundação destruiu parte da localidade, obrigando a transferência do centro comercial e residencial para lugar mais elevado. Berilo conserva três edificações do período colonial: a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, a capela de Nossa Senhora do Rosário e a casa do Inconfidente Abreu Vieira, todas elas carecendo, no entanto, de melhor conservação. O acervo local tem sido, por outro lado, bastante desfalcado ao longo do tempo, com o sucessivo desaparecimento de peças de grande valor artístico.

Ocupando uma área de 917 km², compõe-se o município dos distritos da sede e de José Gonçalves de Minas, antigo povoado de Gangorras. A população municipal em 1991 era de 17.749 habitantes, sendo 2.111 na sede.

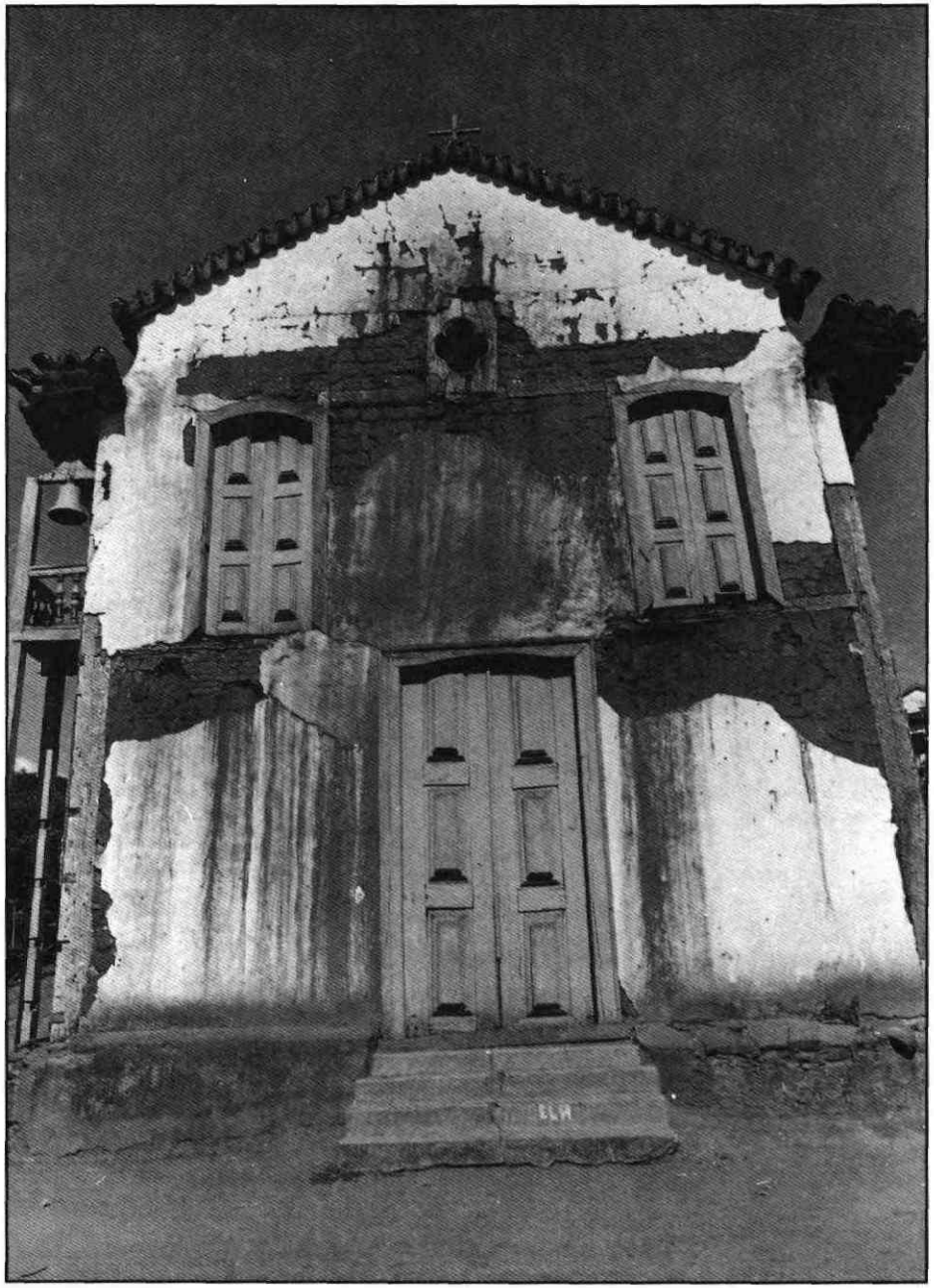
ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Matriz de Nossa Senhora da Conceição*

HISTÓRIA

Segundo o historiador Pizarro e Araujo, no capítulo dedicado à capitania de Minas Gerais das suas **Memórias históricas do Rio de Janeiro**, datadas das alturas de 1820, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Suja foi criada em 1729, um ano depois de fundado o arraial. A antiguidade da paróquia está também confirmada pelo historiador setecentista baiano José Antônio Caldas, que já a mencionava em 1759 como uma das freguesias da região de Minas Novas subordinadas então ao

* A Matriz de Nossa Senhora da Conceição sofreu um desmonte interno dos bens integrados, tendo sido colocadas à venda as partes desmontadas. Houve denúncia da comunidade, foi instaurado inquérito e embargada a venda. O prédio continua de pé.



Berilo.
Matriz de Nossa
Senhora da Conceição.

arcebispado de Salvador. Entretanto, nada se apurou, nas pesquisas realizadas, quanto à época precisa de edificação do atual prédio da igreja e aos responsáveis pelas suas obras de construção e ornamentação. A basear-se em informação datada de 1909 e constante do **Anuário de Minas Gerais**, número relativo a 1913, o atual edifício teria sido "ereto em 1822, antes de nossa Independência", certamente substituindo uma primitiva igreja de menores dimensões. A indicação da data - 1822 - deveria, porém, ser apenas aproximativa, porquanto, visitando algum tempo antes o arraial de Água Suja, o viajante austríaco João Emanuel Pohl já se referia à igreja matriz como uma das melhores construções locais, falando, ao que tudo indica, do novo edifício. A hipótese de ter sido erguido esse novo prédio em fins do século XVIII ou princípios do XIX parece reforçada pela análise comparativa dos retábulos existentes no templo, entre os quais os do arco-cruzeiro que evidenciam linhas de maior antiguidade, podendo ter pertencido à primitiva igreja.

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Suja fez parte da jurisdição do arcebispado da Bahia até a criação do bispado de Diamantina, em 1854, passando depois a integrar o bispado de Araçuaí, instalado em 1914. Há algumas referências a obras de reforma realizadas na matriz no curso do tempo, sendo que, entre os anos de 1853 e 1855, o governo da província de Minas Gerais já destinava duas sucessivas verbas de quinhentos e seiscentos mil réis para trabalhos de reparo então requeridos pela igreja. Por volta de 1909, o prédio se encontrava em péssimo estado de conservação, prestes a desabar, tendo sido porém devidamente recuperado. A igreja voltou a ser parcialmente restaurada, por iniciativa do IPHAN, entre os anos de 1954 e 1956.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 511 - Livro de Belas Artes, fls. 93, datada de 14 de março de 1974.

ARQUITETURA

A planta da igreja se divide em nave, capela-mor e dois corredores laterais, correspondentes às sacristias e que seguem paralelamente à capela-mor e a parte da nave. A estrutura da construção é em taipa e madeira e a cobertura em duas águas, com telhados independentes nos corredores laterais. Compõe-se o frontispício de porta principal, duas janelas a ela diagonais na altura do coro e, acima das mesmas,

um pequeno óculo na empena. As vergas dos vãos frontais são levemente alteadas e as dos vãos laterais, retas, todas elas com enquadramento em madeira. A porta e as janelas da fachada principal mostram belo trabalho em almofadas. Não há torres, existindo apenas uma rústica sineira isolada. Internamente, há que notar a presença de coro em madeira, com proteção trabalhada em treliças, e de balaústres em madeira torneada e pintada entre a nave e os altares do arco-cruzeiro, bem como nos vãos que separam a capela-mor dos corredores-sacristias. Também o espaço reservado à pia batismal é igualmente delimitado por grades de madeira torneada.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja possui um conjunto de talha composto de altar-mor e dos altares do arco-cruzeiro, mas sem qualquer unidade de estilo entre os mesmos. O retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho, é sem dúvida o de melhor acabamento, delimitado por colunas retas de fuste estriado, com a presença de camarim encimado por um dossel e a ocorrência de ornatos **rocaille** no coroamento. No lado oposto, um altar de menores dimensões repete, talvez tardiamente, a estrutura típica dos retábulos da primeira fase do barroco, marcada por colunas torsas e arquivoltas concêntricas. Quase rústico em seu aspecto geral e prejudicado por repinturas, esse pequeno retábulo está, no entanto, valorizado por interessante sanefa que mostra internamente pintura decorativa. Quanto ao altar-mor, trata-se de trabalho de boa confecção e harmoniosa policromia, mas em linhas estruturais já simplificadas, dentro de tendência que passou a predominar no século XIX. Dois nichos simples, inseridos nas paredes laterais, podem também ser vistos na capela-mor, cuja ornamentação é complementada pelo painel em pintura do teto, parcialmente arruinado, porém entremostrando ainda boa qualidade artística. Através das partes conservadas do forro, nota-se o partido da composição, limitada por balaustradas que partem da altura da cimalha e enquadram a figuração central, onde transparece a Virgem rodeada de anjos.

Capela de Nossa Senhora do Rosário*

HISTÓRIA

Nada se apurou, na documentação pesquisada, sobre a época precisa e autoria das obras de construção e ornamentação da capela. É presumível que a iniciativa de sua ereção tenha partido da população negra escrava ou livre do antigo arraial de Água Suja, não se sabendo, no entanto, se existiu no lugar uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, como comumente acontecia em outros povoamentos ou vilas da época da mineração. Em documento relativo a levantamento feito em 1949 na área de Minas Novas e circunvizinhanças pelo IPHAN, o então chefe do distrito daquele órgão em Minas Gerais, arquiteto Sylvio de Vasconcellos, sublinhou o fato de que, pelas características dos altares laterais então existentes na capela, poderia ser ela "talvez a mais antiga da região". Releva acrescentar que, visitando Água Suja em 1817 no roteiro de sua excursão científica pela região dos diamantes, o naturalista francês Saint-Hilaire assinalou a existência no arraial de duas igrejas, certamente a matriz e a capela do Rosário, o que comprova ser esta última datada ainda do período colonial.

Em outubro de 1956, o IPHAN realizou trabalhos de restauração parcial da capela, especialmente do telhado. Mais tarde, foram levadas a efeito novas obras de reforma na parte externa do edifício.

O monumento é tombado pelo IPHAN, conforme Inscrição n. 512 - Livro de Belas Artes, fls. 93, datada de 14 de março de 1974.

ARQUITETURA

A planta da capela se divide em duas secções, sendo a primeira correspondente à nave e a segunda à capela-mor e sacristias a ela laterais e ligadas por arcos. A estrutura da construção é de taipa e madeira, a cobertura em duas águas e os beirais em cachorros. O frontispício é extremamente singelo, compondo-se da porta principal e duas janelas a ela diagonais, na altura do coro. A capela é destituída de torres e não mais possui sua antiga porta em almofadas. Internamente, mostra forros abobadados,

---

* A capela de Nossa Senhora do Rosário, segundo informações obtidas junto ao IEPHA/MG, ruiu por falta de conservação e intervenção dos responsáveis pelo patrimônio. Todo o acervo (peças, móveis, imaginária, etc.) está em poder do Padre José Nuno de Castro e Silva, da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



Berilo - Capela de Nossa Senhora do Rosário.

com vestígios de pintura decorativa, curiosa porta-confessionário e interessante coro com proteção em treliças de madeira.

ORNAMENTAÇÃO

A capela possuía bom conjunto de talha, constituído do altar-mor e dos altares do arco-cruzeiro. Estes últimos, denunciando maior antiguidade, observavam o partido estrutural do primeiro barroco, apresentando colunas torsas e arquivoltas concêntricas, bem como camarins com panos de fundo pintados de figuras de anjos e santos, em meio a flores e outros motivos decorativos. Ambos os retábulos ostentavam sanefas sobrepostas, decoradas internamente por pinturas à maneira de um dos altares do arco-cruzeiro da matriz local. O altar-mor, de cuidada elaboração, já denotava a evolução para o gosto rococó, trazendo colunas retas de fuste estriado, belos nichos laterais à tribuna do trono e ornatos em **rocailles**. Todo o conjunto foi lamentavelmente alienado, encontrando-se hoje, segundo consta, em São Paulo, para onde teria seguido também a antiga porta almofadada da capela. Da valiosa ornamentação que possuiu, vêem-se apenas restos de pinturas nos arruinados forros da nave e da capela-mor, bem como parte de painel existente na superfície inferior do coro, no qual o desenho em grisalho, provavelmente não acabado, põe à mostra a qualidade e a delicadeza do trabalho.

Casa do Inconfidente Abreu Vieira

Minucioso como sempre, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire deixou o seguinte registro sobre a casa onde se hospedou no antigo arraial de Água Suja, quando por ali passou em 1817: "Fui alojado em uma bela casa que pertencia ao juiz de fora de Vila do Fanado; e da varanda dessa casa podia descortinar perfeitamente a encantadora posição do povoado". Pela referência à qualidade da construção e à respectiva situação de eminência no arraial, é provável que se tratasse da casa senhorial que pertencera ao inconfidente Domingos de Abreu Vieira, seqüestrada após 1789, entre outros bens de sua propriedade, pelas autoridades portuguesas. Esta casa integrava a parte antiga do povoado, junto ao rio Araçuaí, parte mais tarde quase totalmente destruída por uma grande inundação. Constitui ela o único exemplar que ainda resta do casario colonial de Berilo, e ao seu valor histórico-arquitetônico soma-se a

tradição de ter servido de residência àquele personagem da Inconfidência Mineira.

Transferido que foi o aglomerado urbano principal para um sítio mais elevado, a chamada casa de Abreu Vieira encontra-se hoje circundada apenas de moradias bem modestas, mas desfrutando ainda da mesma privilegiada posição em relação à paisagem dominada pelo rio. Construção assobradada, com estrutura em barro e madeira, apresenta no piso superior uma varanda em balanço, com balaustrada de madeira, que acompanha em sua extensão as fachadas principal e laterais. A fachada principal compõe-se, em cada pavimento, de duas portas e duas janelas, com vedação em madeira simples e vergas retas. A cobertura é em telhado de quatro águas, arrematado por beiradas em cachorros. O aspecto de maior interesse da edificação reside nas pinturas decorativas existentes em forros apainelados de duas salas. Os painéis se encontram bastante desgastados pelo tempo, mas em um deles ainda se nota bem nítida, ao centro, uma figura em traje militar envolvida por desenhos em **rocailles** e flores. Também no forro da varanda se percebem vestígios de antiga decoração em pintura.



Berilo.
Casa do Inconfidente Abreu Vieira.

Carbonita

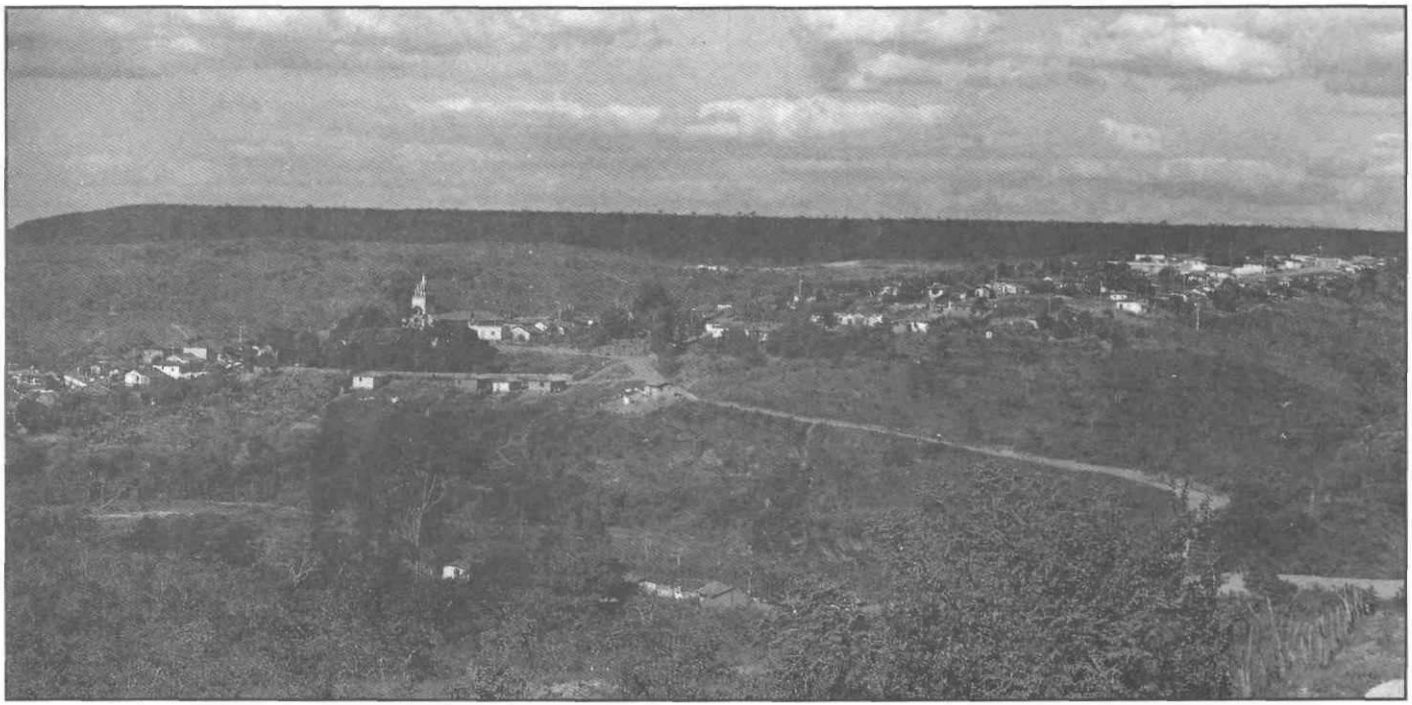
O MUNICÍPIO

O antigo arraial de Coração de Jesus das Barreiras - ou simplesmente Barreiras - surgiu ainda no período colonial. Por volta de 1820, já o mencionava o historiador Pizarro e Araujo como uma das capelas filiais da freguesia de São Pedro da vila do Fanado, atual Minas Novas. Com a criação do município de São João Batista, atual Itamarandiba, em 1862, passou a integrá-lo, tendo sido elevado a paróquia pela Lei n. 1.658, de 4 de setembro de 1870, e adquirindo no ano seguinte a condição de distrito. Pelos dados relativos ao recenseamento de 1890, contava em seu território uma população de 7.368 habitantes.

O município de Carbonita, denominação que data de 1943, alcançou sua emancipação administrativa em 1962, quando foi desmembrado de Itamarandiba. É banhado pelos rios Araçuaí e Tijucuçu, e o antigo nome de Barreiras se deveu à ocorrência ali de terrenos salitrosos ou de barro salgado. Seus habitantes se dedicam na maior parte à agricultura e à pecuária, sendo os principais produtos locais de exportação o milho e os suínos. Abrangendo uma área de 1.337 km², o município, segundo os dados demográficos de 1991, contava com 8.197 habitantes.

Matriz do Sagrado Coração de Jesus

A antiga capela do arraial de Coração de Jesus das Barreiras era já referida nas alturas de 1820 entre as então capelas filiais da freguesia de São Pedro da vila do Fanado, tendo sido erguida, portanto, ainda no período colonial. Nada se apurou, nas fontes documentais dos séculos XVIII e XIX, sobre possíveis alterações ou reconstruções sofridas por essa primitiva igreja. Conhece-se apenas esta informação do **Anuário de Minas Gerais**, datada de 1909, que revela ter sido o edifício realmente constru-



Carbonita - Vista geral.

ído ou modificado em data não indicada: "A igreja Matriz de Barreiras é espaçosa, asseada, bem paramentada, tem 7 altares, 2 capelas laterais modernas, um regulador público na torre". Mais tarde, construiu-se em seu lugar uma nova matriz, em estilo neo-românico, que, da antiga igreja, conserva apenas dois altares do arco-cruzeiro, em talha, provavelmente do século XIX, e algumas peças litúrgicas.



Carbonita.
Matriz do Sagrado Coração de Jesus.
Retábulo conservado da antiga igreja.

Edificações Civis

Pequeno núcleo urbano, a cidade de Carbonita compõe-se, na maioria de seu conjunto, de construções mais ou menos recentes, quase todas de pequenas dimensões e sem maior apuro arquitetônico. Em meio a esse casario, vêem-se, no entanto, algumas edificações tipicamente antigas, remanescentes dos primeiros tempos do arraial de Barreiras. São casas térreas, de estrutura simples, mas bem marcadas pelo partido tradicional das fachadas, dos vãos e coberturas. Uma dessas residências antigas, de número 361, numa das ruas principais, mostra, por exemplo, janelas em gelosias, vergas em canga de boi e beiradas em cachorros, elementos ainda de grande autenticidade que se harmonizam com o velho piso de seixos rolados da frente.



Carbonita - Uma das casas antigas da cidade.

Chapada do Norte

O MUNICÍPIO

A localidade denominada Chapada surgiu em decorrência direta da descoberta e exploração de ouro à margem esquerda do rio Capivari. Segundo Pizarro e Araujo, dois povoados, denominados Paiol e Itaipaba, que se formaram por volta de 1728, quando "se repartiu o ribeirão do Bom Sucesso" (atual Minas Novas), deram origem a Chapada, tendo seus moradores para aí se deslocado devido às descobertas auríferas na área. Criada a freguesia, com a denominação de Santa Cruz da Chapada, foi ela extinta e posteriormente restaurada em 1850. Subordinada à capitania da Bahia, administrativa e militarmente desde 1729, passa, mais tarde, em 1757 a integrar o território de Minas Gerais, devido aos problemas gerados pelas extrações diamantíferas. Eclesiasticamente continuou a pertencer ao arcebispado da Bahia, sendo nessa condição mencionada em fonte datada de 1759, quando a freguesia somava 286 fogos e 2.179 almas. Subordinou-se depois ao bispado de Diamantina, pertencendo atualmente ao de Araçuaí, criado em 1913.

Por quase um século, permaneceu a extração de ouro como atividade principal de Chapada do Norte. Em 1817, registrava o naturalista francês Saint-Hilaire: "Chapada não fornece atualmente tanto ouro como antigamente, e vários dos seus habitantes se retiraram para outra parte. Entretanto, existem ainda na região algumas lavagens bastante produtivas". Paralelamente à atividade de mineração, já então em fase de decadência, a população - composta de cerca de 600 indivíduos - se dedicava à agricultura, destacando-se o cultivo de arroz, feijão e milho. Em princípios do século XIX, o povoado passa a beneficiar-se de sua estratégica localização, à margem da estrada que servia às zonas de maior plantio de algodão, o que vem a propiciar-lhe grande movimento de viajantes



Chapada do Norte - Vista parcial, aparecendo a Matriz de Santa Cruz.



Chapada do Norte. Vista parcial, aparecendo a Capela do Bom Jesus da Lapa.

com destino ao Rio de Janeiro, os quais se utilizavam do local como ponto de descanso.

Localizada entre pequenas elevações, a cerca de 22 km de Minas Novas, o povoado contava entre 1817/1820 com cerca de 80 casas térreas construídas de adobe. No final do século XIX, esse total se elevaria a 192 casas, distribuídas por 6 ruas e 3 praças, "não tendo porém edifícios públicos". A população, nessa época (1899), ocupava-se sobretudo com a plantação de algodão, cana (principal produto exportado) e fumo e a criação, em pequena escala, de bovinos e muares, inclusive exportando para Teófilo Otoni, Diamantina e Serro. Entretanto, a produção agrícola não era suficiente para o consumo interno, sendo necessário importar diversos gêneros alimentícios.

Do seu período de apogeu, Chapada do Norte conserva rico patrimônio cultural, representado por monumentos religiosos como a igreja matriz de Santa Cruz e as capelas de Nossa Senhora do Rosário, Bom Jesus da Lapa e Nossa Senhora da Saúde. A capela de Sant'Ana, que era anexa ao desaparecido Recolhimento de Mulheres fundado no século XVIII, foi recentemente demolida. Tanto a matriz quanto a capela do Rosário apresentam trabalhos de pintura, talha e imaginária de excelente qualidade. Na arquitetura civil da cidade, onde predominam as casas térreas de beiradas em cachorros e vergas retas nos vãos, dispostas ao longo de ruas calçadas em capistranas, sobressai o sobrado da casa paroquial localizado em frente à matriz.

A população do antigo distrito de Chapada, que em 1920 era de cerca de 9.187 habitantes, elevou-se em 1970 para 14.073, dos quais 736 na sede municipal, enquanto os dados de 1991 apontam 15.784 habitantes para todo o município. Sua área é de 764 km² e a denominação atual foi dada pela Lei n. 2.764, de 30 de dezembro de 1962, que o emancipou, desmembrando-o do território de Minas Novas.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

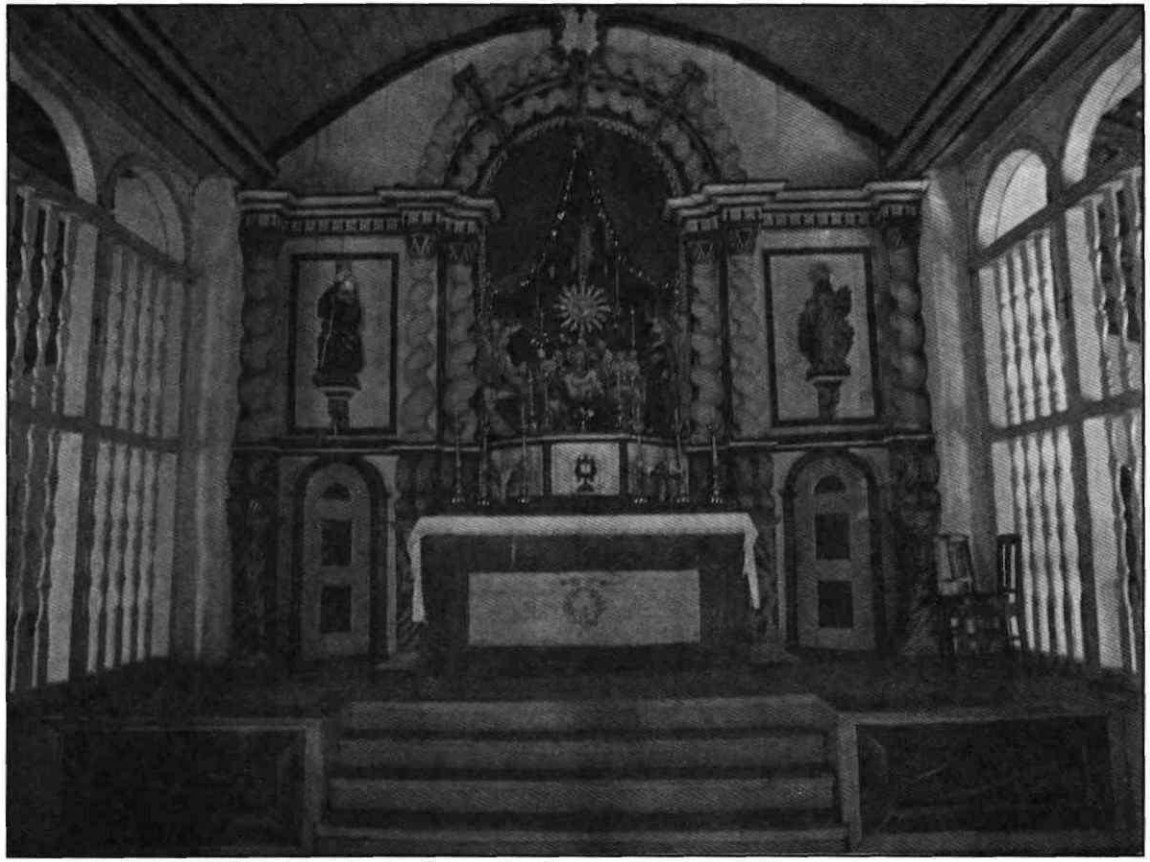
Matriz de Santa Cruz

HISTÓRIA

Fundado em 1728, o arraial de Santa Cruz da Chapada deve ter possuído em seus primórdios, a exemplo de outros núcleos de mineração, uma capelinha provisória, onde os habitantes pioneiros realizavam seus ofícios religiosos. Com o crescimento do povoado e o maior afluxo de gente, seria natural que se procurasse construir uma



Chapada do Norte - Matriz de Santa Cruz.



Chapada do Norte - Matriz de Santa Cruz - Capela-mor.

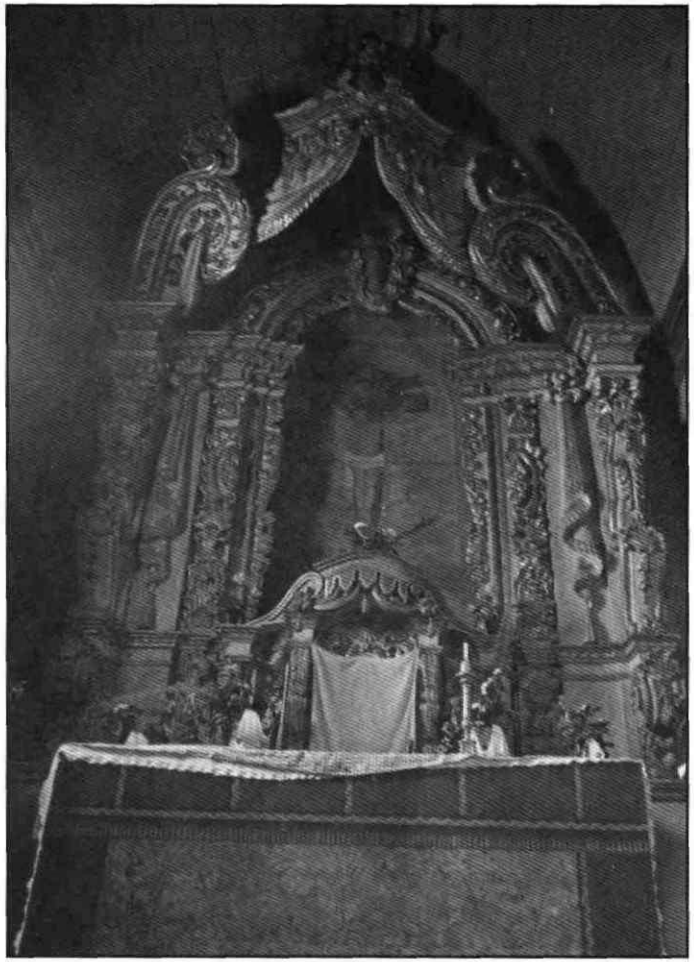
igreja mais ampla e definitiva, capaz inclusive de atender à função de matriz, tão logo as condições locais favorecessem ali a criação de uma freguesia. Embora não se tenha encontrado a respeito qualquer referência na documentação pesquisada, tudo faz crer que o atual edifício da matriz de Santa Cruz remonte ao século XVIII, com eventuais acréscimos ou modificações posteriores. A talha de seus retábulos, em linhas características da primeira e segunda fases do barroco, serve para confirmar essa suposição, podendo os mesmos serem datados talvez do período 1730/1760. Além disso, a existência de Santa Cruz da Chapada como uma das freguesias da região de Minas Novas, então subordinadas ao arcebispado de Salvador, era já referida, em meados do século XVIII, pelo historiador baiano José Antônio Caldas, no livro **Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. A qualidade de sede de uma freguesia, ou seja, de matriz, exigia que a igreja correspondesse a determinados requisitos, dentre eles a compatível condição do prédio.

A matriz de Santa Cruz é mencionada, em inícios do século XIX, por Diogo Pereira de Vasconcellos, nas **Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais** (1806), e Pizarro e Araujo, em suas **Memórias históricas do Rio de Janeiro**, datadas de 1820, bem como por Auguste de Saint-Hilaire. Na sua visita ao arraial, em 1817, anotou o sempre atento viajante francês: "No meio do grupo de casas que forma o centro da povoação está uma praça aproximadamente triangular. É lá que se vê a igreja paroquial; está isolada, como todas as das vilas e povoações; não ocupa porém o centro da praça". A freguesia de Santa Cruz da Chapada ainda pertencia ao arcebispado de Salvador em 1843, quando Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva publicou as suas **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Passou depois a integrar o bispado de Diamantina, criado em 1854, sendo mais tarde anexada ao de Araçuaí, instalado em 1914.

Documentos existentes no Arquivo Público Mineiro registram que, entre 1854 e 1863, o templo não se encontrava em bom estado, necessitando de reparos, ornamentos e alfaias. No ano de 1858, criou-se, em razão disso, uma comissão encarregada das obras da matriz de Santa Cruz, com a aplicação das verbas para o fim destacadas pelo governo provincial mineiro. Em 1949, foi a igreja vistoriada pelo IPHAN, tendo proce-



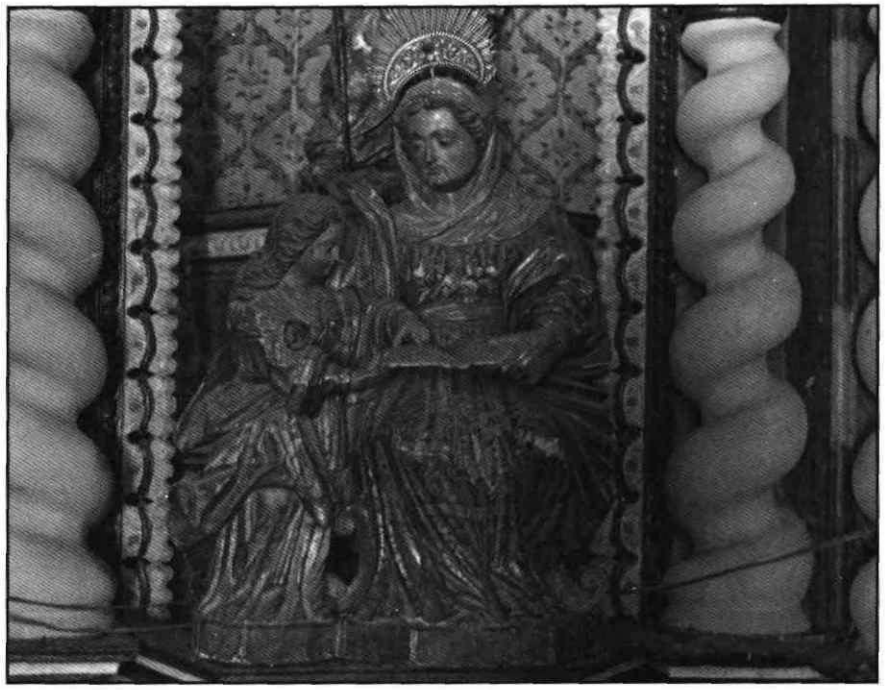
Chapada do Norte - Matriz de Santa Cruz.
Retábulo do arco-cruzeiro, lado do Evangelho.



Chapada do Norte - Matriz de Santa Cruz.
Retábulo da Capela do Santíssimo.



Chapada do Norte.
Matriz de Santa Cruz.
Pintura do forro da capela-mor
(1888).



Chapada do Norte.
Matriz de Santa Cruz.
Imagem de Sant'Ana Mestra.

dido o mesmo órgão, no ano de 1962, a um inventário acompanhado de levantamento fotográfico dos trabalhos de talha, imaginária e alfaia a ela pertencentes.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 20.689, de 23 de julho de 1980.

ARQUITETURA

A igreja obedece a original planta em cruz, resultante da inserção de duas capelas, à maneira de transepto. Compõe-se de nave, capela-mor, corredores-sacristias - anexos às paredes da capela-mor, e das referidas capelas projetadas lateralmente. A estrutura da construção é em madeira e taipa de pilão e a cobertura, em duas águas, com beirais em cachorros. Apresenta fachada harmoniosa, com uma torre central única, coberta de telhadinho de quatro águas, pequeno óculo na empena, porta almofadada e três janelas com balaustradas de madeira recortada. O interior mostra púlpito simples, forros abobadados de tabuado liso e pisos hoje revestidos de cimento. As sacristias são separadas da capela-mor por três arcadas, fechadas por grades, e na nave e no coro vêem-se belíssimas balaustradas de madeira torneada.

ORNAMENTAÇÃO

A igreja possui um conjunto de três retábulos - altar-mor e altares do arco-cruzeiro - constituídos de duas colunas torsas, desprovidas de decoração e continuadas por arquivoltas concêntricas de fatura idêntica no remate superior. Uma rústica repintura em tons de marrom-esverdeado e amarelo reforça o aspecto provinciano dessa talha, colocado ainda mais em evidência pela comparação com outro retábulo existente - o da capela do Santíssimo, do lado esquerdo do templo. Este retábulo, em padrão erudito, de estilo Dom João V e coroamento em forma de dossel, apresenta o douramento original, recuperado em restauração efetuada em época recente. O arco-cruzeiro, de estrutura de madeira, mostra interessante pintura de sabor primitivo, enquanto na nave, em painel bem simples de forro, datado de 1888, aparece o Sagrado Coração de Jesus. Bastante curiosa é, por sua vez, a pintura da entrada da Capela do Santíssimo, em desenho decorativo. A igreja conserva ainda excelente acervo de imaginária colonial em madeira policromada e dourada, incluindo peças de excepcional valor como a Santa Rita, do altar-mor, e Sant'Ana Mestra, do altar lateral da direita.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

Não foram localizados elementos documentais sobre a instituição e construção da capela, mas sua edificação pode ser datada presumivelmente de meados do século XVIII. A talha de seus altares, pelas linhas definidoras do estilo, é contemporânea da talha dos retábulos barrocos da matriz local de Santa Cruz, que se enquadram nas tendências formais vigentes em Minas até cerca de 1760. A antiguidade da capela é atestada igualmente pela seguinte referência que dela deixou o naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire, por ocasião de sua passagem pelo arraial de Santa Cruz da Chapada em 1817: "Além desse templo (a matriz) existe ainda um outro que pertence aos negros, e que, segundo o costume, é dedicado a Nossa Senhora do Rosário, cuja imagem é sempre negra". A ela também faria menção, no ano de 1820, o historiador Pizarro e Araujo. O estado de conservação do pequeno templo deveria ser bastante razoável em fins do século XIX, a deduzir-se de uma informação genérica constante de memória histórica sobre o então distrito de Santa Cruz da Chapada, publicada na **Revista do Arquivo Público Mineiro** de 1899, salientando "o bom gosto e o asseio" que na época apresentavam todas as capelas locais.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 20.689, de 23 de julho de 1980.

ARQUITETURA

A simplicidade do partido arquitetônico adotado nesta capela contrasta singularmente com a riqueza da ornamentação interna, que apresenta talha e pintura decorativa de excepcional qualidade. Sua planta é composta de nave, capela-mor e uma única sacristia lateral à esquerda, ao longo da parede da capela-mor. A estrutura da construção é de madeira e taipa de sebe e a cobertura, em telhado de duas águas, com beiradas em cachorros. A fachada mostra porta almofadada e encimada diagonalmente por duas pequenas janelas com balaústres de madeira recortada. Lateralmente à capela, vê-se uma rústica sineira, constituída de dois esteios de madeira ligados ao alto por pequena trave. O interior apresenta pisos em campas, telhado aparente na nave, forro abobadado na capela-mor e balaustradas de madeira torneada na divisão da nave e no coro.

ORNAMENTAÇÃO

A capela é dotada de excelente conjunto de talha, constituído pelo altar-mor e



Chapada do Norte - Capela de Nossa Senhora do Rosário.



Chapada do Norte - Capela de Nossa Senhora do Rosário - Arco-cruzeiro e retábulos.



Chapada do Norte.
Capela de Nossa Senhora do Rosário.
Pintura mural na capela-mor.



Chapada do Norte.
Capela de Nossa Senhora do Rosário.
Pintura mural na capela-mor.

dois altares laterais, junto ao arco-cruzeiro. O retábulo da capela-mor, estruturado em colunas torsas e arquivoltas concêntricas, numa interpretação provinciana da primeira fase do barroco, evidencia maior antiguidade em relação aos do arco-cruzeiro, que já apresentam elementos característicos de estágios mais evoluídos do estilo, como o dossel e as colunas retas com capitéis compósitos e fuste estriado. Esstes retábulos, que ainda não incluem soluções de gosto **rocaille**, poderiam ser datados de meados do século XVIII. Entretanto, mais do que na talha, é na pintura que reside o principal interesse ornamental da igreja, aparecendo composições figurativas de boa qualidade na parte superior do arco-cruzeiro e nas paredes laterais da capela-mor, bem como delicados trabalhos decorativos, em desenho simétrico e feição primitiva, no púlpito e na superfície inferior do coro. Acima do arco-cruzeiro, estão representados a Virgem do Rosário, padroeira da igreja, ao centro, e, lateralmente, os episódios da Fuga para o Egito, à direita, e do Sacrifício de Abraão, à esquerda. Na capela-mor, transpostas lateralmente as arcadas que delimitam dois corredores de exíguas proporções, vêem-se no paramento das paredes pinturas de cenas alusivas ao ciclo da infância do Cristo: Adoração dos Reis Magos e Adoração dos Pastores, à direita, e Circuncisão e Jesus entre os Doutores, à esquerda. Estes painéis acham-se, todavia, parcialmente prejudicados por repinturas e pela ação do tempo. Também merece referência pintura existente no friso inferior do altar-mor, com inscrição em espanhol. A igreja conserva bons exemplares de imaginária antiga em madeira.

Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa

HISTÓRIA

A construção da capela data da segunda metade do século XIX. Conforme se lê em memória histórica sobre o distrito de Santa Cruz da Chapada, então pertencente ao município de Minas Novas, publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro, número relativo ao ano de 1899, a edificação do templo teve início em 1874, "às expensas do povo do distrito". Suas obras se arrastaram por mais de vinte e cinco anos, pois em 1899 ainda não se encontrava inteiramente concluída, embora já ostentasse "mesmo assim o bom gosto e o asseio das outras capelas" locais, como informava a referida publicação. O arranjo arquitetônico bastante singular com que chegou até nossos dias

leva a supor que a construção talvez jamais tenha alcançado o seu término efetivo.

O monumento é tombado pelo IEPHA/MG, conforme o Decreto Estadual n. 21.217, de 20 de fevereiro de 1981.

ARQUITETURA

Em comentário a levantamento fotográfico de bens culturais da região de Minas Novas, efetuado em 1949 pelo IPHAN, assinalava Sylvio de Vasconcellos o fato de possuir esta capela um curioso "corpo extraordinário entre a nave e torre, como algumas igrejas jesuíticas", chamando a atenção também para a peculiaridade da colocação de portas laterais no plano interno das paredes. É realmente inusitado o partido arquitetônico nela adotado, porquanto aos compartimentos tradicionais - nave e capela-mor - foi anexado um longo corredor lateral à esquerda, cuja parte posterior, paralela à capela-mor, forma a sacristia. O sistema de vãos, completamente diverso nas duas fachadas laterais, confere ao edifício o aspecto de inconcluso. A fachada principal mostra também uma composição irregular de vãos, com duas janelas de balaústres entalados à altura do coro, diagonais à porta, e uma terceira janela mais simples e deslocada em relação às outras. Na extremidade esquerda do frontispício, a torre sineira única delimita pela frente o longo corredor lateral. Embora construída já no último quartel do século XIX, a estrutura da capela ainda observou o mesmo processo construtivo das mais antigas edificações religiosas da cidade, com o emprego da taipa.

ORNAMENTAÇÃO

O interior do templo é bastante despojado, o que se justifica pela época de sua construção, quando não mais prevaleciam o gosto e os recursos decorativos que remarcaram a ornamentação interna das igrejas locais de Santa Cruz e do Rosário, ainda no período colonial. Apesar disso, percebe-se, na organização interna da capela do Bom Jesus da Lapa, uma transparente harmonia, acentuada pela graciosa estrutura do telhado aparente da nave e as linhas singelas das grades em balaústres, do arco-cruzeiro e do retábulo em tabuado ajustado da capela-mor. Alguns exemplares de boa confecção compõem o seu pequeno acervo de imaginária em madeira.



Chapada do Norte - Capela do Bom Jesus da Lapa.

Capela de Nossa Senhora da Saúde

HISTÓRIA

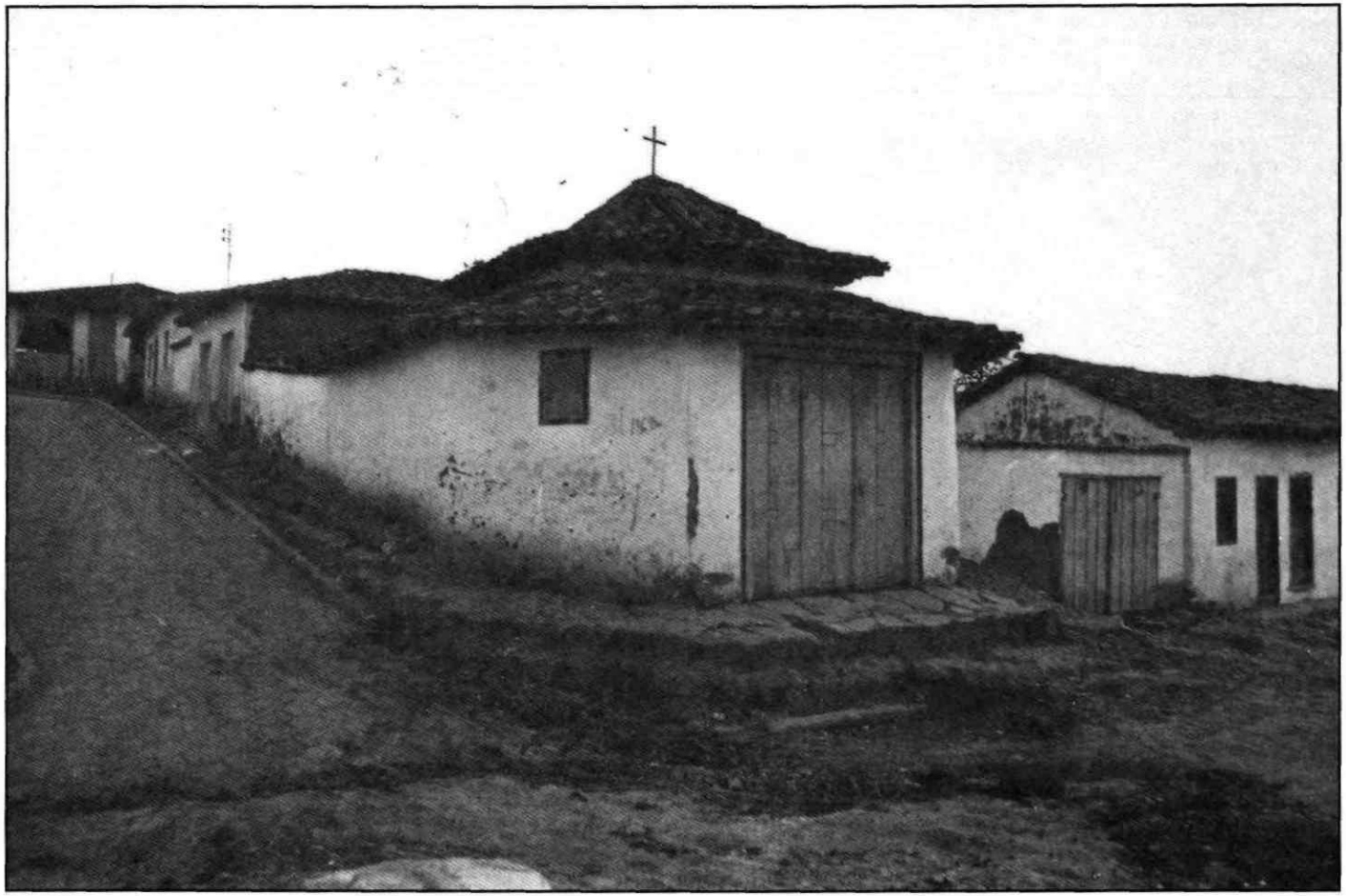
Nas pesquisas realizadas, nada se apurou sobre a iniciativa de ereção e a data precisa de construção desta singular capela, que, no entanto, ao que tudo indica, deve remontar ainda ao período colonial. Apesar de não ter sido mencionada pelo naturalista Saint-Hilaire e pelo historiador Pizarro e Araujo, ela já deveria existir nas alturas de 1817/1820. O viajante João Emanuel Pohl, que, por essa época, passou pelo antigo arraial de Santa Cruz da Chapada, deixou registrado que "o serviço divino" era ali "celebrado ricamente em três igrejas e uma capela", abrangidos certamente nessa referência todos os templos então existentes na localidade: Santa Cruz, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Saúde e a capela de Sant'Ana, anexa ao desaparecido Recolhimento de Freiras e recentemente demolida. O edifício parece não ter sofrido, a não ser no sistema de vãos, alterações substanciais ao longo do tempo, sabendo-se que se encontrava em bom estado de conservação em fins do século XIX, de acordo com menção feita em 1899 pela **Revista do Arquivo Público Mineiro**.

ARQUITETURA

A capela se destaca no conjunto das construções religiosas da região pela singularidade do partido arquitetônico adotado, apresentando corpo central em planta hexagonal, no que lembra a capela de São José de Minas Novas. Esta poderá ter servido de modelo ao construtor da pequena capela de Chapada do Norte, inclusive com a repetição de um vestíbulo à maneira de copiar, no caso inteiramente vedado por paredes em meio às quais se insere, no centro, a ampla porta de acesso. A fachada principal, em três faces chanfradas, segue ao mesmo tempo a tendência a uma maior movimentação de linhas observada em várias capelas mineiras de fins do século XVIII e princípios do XIX. Nota-se a ausência de torres ou sineiras, ficando o sino simplesmente pendente de uma janela na fachada do lado esquerdo. O corpo central do edifício, que abrange simultaneamente nave e capela-mor, é circundado por alas mais baixas correspondentes às sacristias e com telhado independente, cujo sistema de vãos se apresenta aparentemente alterado em relação ao possível aspecto original.

ORNAMENTAÇÃO

O aspecto interior da capela é bastante simples, salientando-se apenas o forro do tipo gamela e o despojado altar-mor constituído de uma superfície de tábuas ajustadas



Chapada do Norte - Capela de Nossa Senhora da Saúde.

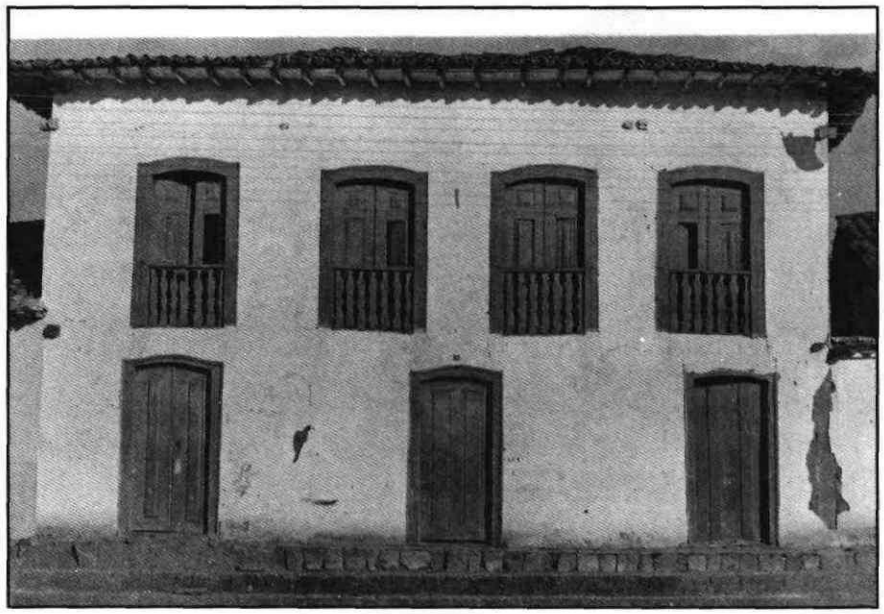


Chapada do Norte.
Capela de Nossa Senhora da Saúde.
Imagem da padroeira.

e tendo ao centro um largo nicho com o trono da padroeira. A imagem de Nossa Senhora da Saúde é um belo exemplar de confecção antiga em madeira.

Sobrado da Casa Paroquial

Quando de sua visita ao então arraial de Santa Cruz da Chapada em 1817, anotou o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire que a povoação era composta apenas de casas térreas, com exceção de um único prédio assobradado. É possível que esse sobrado seja o mesmo ainda hoje existente em frente à igreja matriz e que tem a destinação de casa paroquial. Apresenta ele, com efeito, todas as características de uma construção colonial, quer pelas linhas arquitetônicas, quer pelo material empregado. Construído de taipa e madeira, mostra em sua fachada principal uma equilibrada composição de vãos, com três portas no pavimento térreo e quatro janelas no superior, todas estas rasgadas por inteiro e abrindo-se para parapeitos entalados de madeira torneada. Os vãos têm enquadramento em madeira e as vergas são do tipo alteadas.



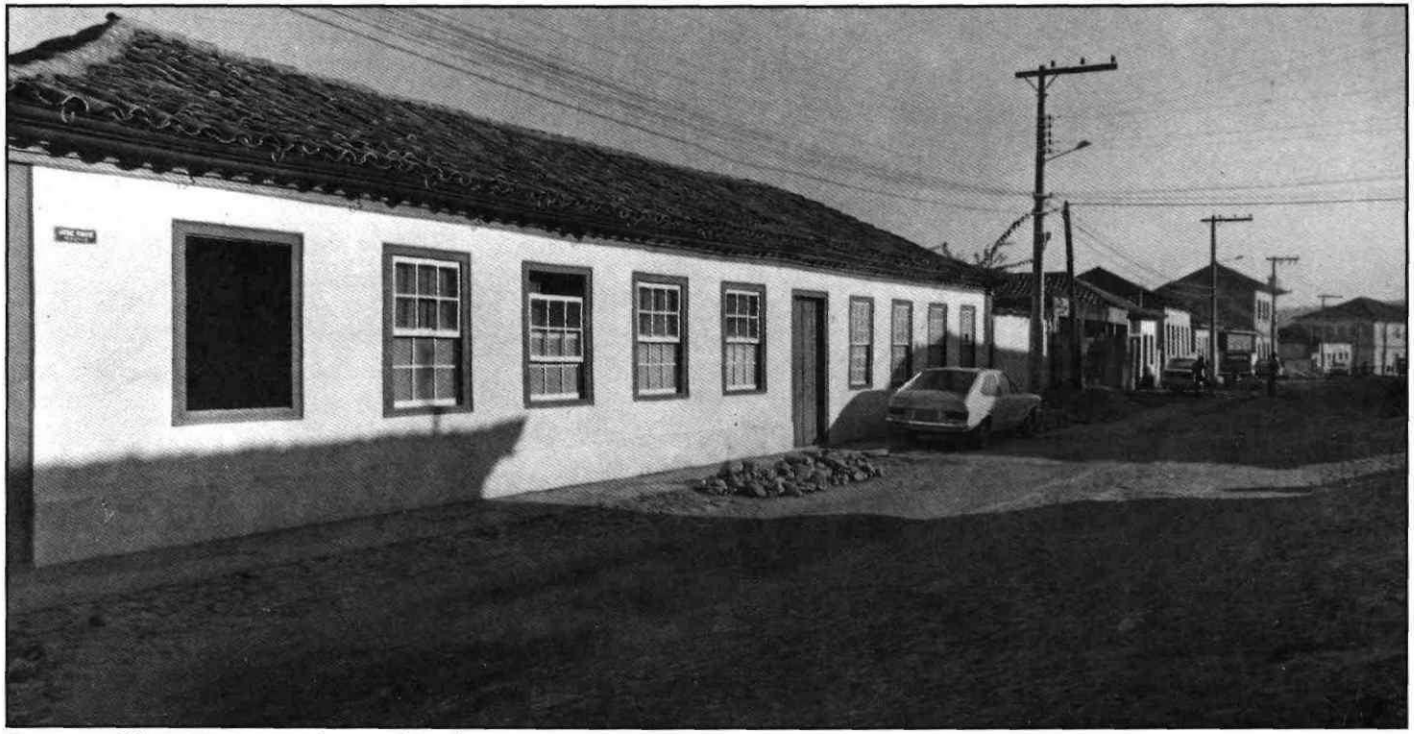
Chapada do Norte. Casa Paroquial.

Itamarandiba

O MUNICÍPIO

A fundação do arraial de São João Batista se deu por volta da metade do século XVIII, originando-se das intensas prospecções de ouro que então se faziam em todo o território do termo da vila do Fanado, atual Minas Novas. Entretanto, foi a fertilidade da terra que assegurou a fixação ali dos primeiros colonos. Favorecidas pela ocorrência de vários cursos de água, tributários do rio Itamarandiba, formaram-se então fazendas dedicadas à lavoura, cujos proprietários constituiram também os primeiros habitantes do arraial. Este se desenvolveu em torno de uma pequena capela consagrada a São João Batista, erguida em 1765 por iniciativa do sargento-mor Faustino Pires Chaves. Cerca de meio século depois, ao visitar o povoado, o viajante europeu João Emanuel Pohl dele deixaria, em seus relatos, a seguinte impressão: "avistamos o arraial de São João, que, pelo branco claro de suas casas recém-caiadas, se deixava adivinhar desde longe e era distintamente limitado pelo verde viçoso dos arredores. Depois de descermos ao vale e andarmos, nele, cinco léguas, chegamos ao arraial de São João, que é rodeado de serras por todos os lados. Consta de umas 80 a 90 pequenas casas de melhor construção que, edificadas no solo acidentado, formam uma rua em cujo centro se acha uma pequena igreja. Fica bem junto ao ribeirão de São João, que ali corre com a largura de uma braça".

Devido à existência de jazidas de minério de ferro nas proximidades do arraial, ali se instalaram, já a partir de 1780, algumas forjas ou pequenas fundições, de técnica rudimentar, que por muito tempo abasteceram a região de Minas Novas de vários artefatos como foices, ferraduras, machados, enxadas, etc. Outra atividade a que se dedicaram, em época mais remota, os habitantes de São João Batista foi a fabricação



Itamarandiba - Vista parcial - Rua Tiradentes.

artesanal de tecidos e de botões confeccionados de madeira. Essas atividades não chegaram, porém, a revestir-se de expressão como a agricultura e a pecuária, ainda hoje as principais bases econômicas do município de Itamarandiba, onde se processa também intenso trabalho de reflorestamento. A extração mineral tem sido, no entanto, bastante ativada nos últimos anos, exportando-se atualmente, com regularidade, além de minério de ferro, o quartzo, a mica e o cristal de rocha.

O povoado foi elevado à categoria de distrito em 1840, vindo vinte e dois anos depois a desmembrar-se do território de Minas Novas, como município autônomo. A criação da cidade ocorreu em 1871, e a presente denominação de Itamarandiba lhe foi atribuída pela Lei estadual n. 843, de 7 de setembro de 1923. O município, com uma área de 2.823 km², compõe-se atualmente dos distritos da cidade e de Aricanduva, Padre João Afonso e Penha de França, este último um antigo povoado que ainda conserva em parte sua velha feição colonial. Segundo os dados de 1991, a população do município somava 32.469 habitantes, sendo 6.471 na sede.

ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA CIDADE

Edificações Religiosas

Matriz de São João Batista

HISTÓRIA

Segundo Pizarro e Araujo, nas suas **Memórias históricas**, a primitiva "capela dedicada a S. João Batista" foi erguida em 1765, por iniciativa do sargento-mor Faustino Pires Chaves, um dos primeiros povoadores do lugar. Ainda no período colonial, esse primitivo templo deve ter sido objeto de ampliação, podendo ter ocorrido também a construção de nova igreja no mesmo local da antiga capela. Leva a esta suposição a seguinte referência feita em 1817 pelo naturalista francês Saint-Hilaire, quando de sua passagem pelo então arraial de São João: "A igreja é grande, bem conservada, e eleva-se no meio de uma praça irregular e mais ou menos elíptica, que se estende por um plano inclinado". Entretanto, até 1849 a igreja não tinha torres e estava por "acabar-se o forro do tecto", como acentuava, em relatório dirigido ao governo da província, o vigário Joaquim da Circuncisão do Senhor. Sete anos depois, a Lei provincial n. 791,



Itamarandiba - Matriz de São João Batista.



Itamarandiba - Matriz de São João Batista - Interior.

de 20 de junho de 1856, destinava auxílio para obras de reparo no templo. É possível que, por essa época, tenham sido levantadas as duas torres que a igreja possuiu por muito tempo, uma delas dotada de relógio.

Já em nosso século, sofreu o edifício outras grandes reformas. Conforme o **Anuário de Minas Gerais**, ano de 1909, foram introduzidas por essa altura várias modificações na igreja, então praticamente reconstruída. Em 1925, nova reforma geral se verificou. Mais recentemente, por volta de 1960 e 1970, realizaram-se outros trabalhos de restauração.

A igreja não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

A igreja encontra-se hoje bastante alterada em vários de seus aspectos, embora se tenha mantido, no partido geral, o sistema construtivo colonial. A fachada perdeu, numa das reformas posteriores a 1925, as duas torres laterais, possuindo hoje apenas uma, em posição central e de avanço, de construção conseqüentemente recente. Na base dessa torre, vê-se pequena galilé, que antecede a porta principal de acesso à nave. As vergas dos vãos das fachadas da frente e laterais são, na maioria, em forma ogival, provavelmente resultantes de alterações de fins do século XIX ou princípios do atual. Internamente, a igreja possui, além da nave central, duas outras laterais, a ela ligadas por arcadas. Os forros da nave e da capela-mor, delimitados por cimalhas de madeira, são em abóbada e os pisos em tabuado largo.

ORNAMENTAÇÃO

A decoração interior da igreja é bem despojada, mostrando apenas o conjunto de altares do arco-cruzeiro e da capela-mor. Os retábulos do arco-cruzeiro são de confecção muito simples, em tábuas ajustadas, à imitação de talha. Já o da capela-mor, embora de estrutura também simplificada, apresenta alguns elementos de ornato, destacando-se o coroamento em forma de dossel.

Capela de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA

Embora obedecendo a sistema construtivo ainda característico do período colonial, a capela data de meados do século XIX. Segundo informa Victor da Silveira, na publicação **Minas Geraes em 1925**, sua construção se deu a partir do ano de 1840. A bênção da capela foi procedida pelo cônego José Maria Versiani, "então Vigário do alto sertão da Bahia", em 1858. Não foram localizados elementos documentais sobre a iniciativa da edificação do templo, mas é provável que, a exemplo do ocorrido em quase todas as velhas localidades mineiras, tenha ela partido da irmandade local de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Em 1909, registrava o **Anuário de Minas Gerais** que todas as igrejas e capelas de Itamarandiba se achavam "caprichosamente tratadas", inclusive a capela do Rosário, anexo à qual se mencionava também a existência de um cemitério. Pelo aspecto atual do templo, deduz-se que o mesmo foi submetido a várias reformas e modificações ao longo dos anos. Numa dessas restaurações, verificou-se uma substancial alteração da fachada, com o avanço da parede de frontaria e o erguimento de nova torre central.

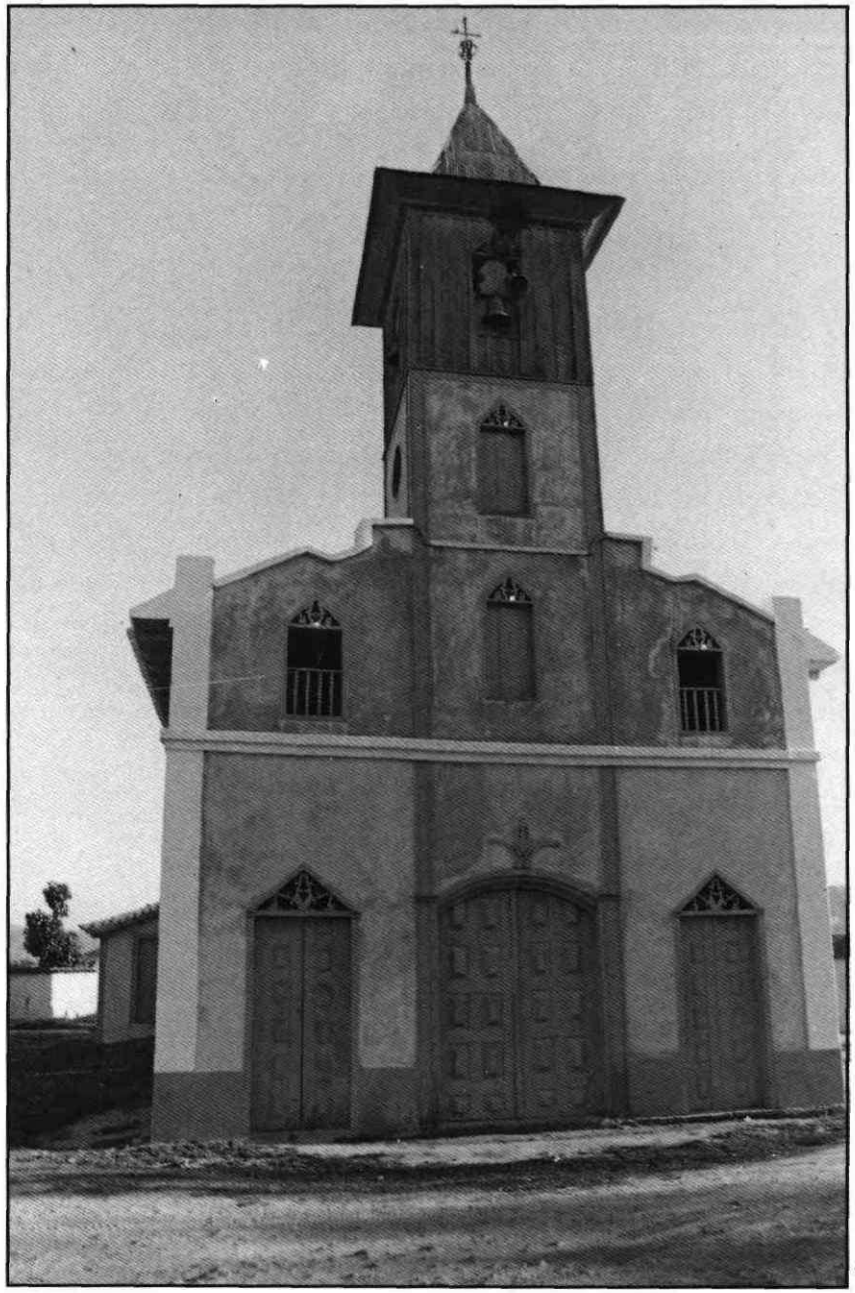
Não é amparada por medida legal de tombamento.

ARQUITETURA

A planta compõe-se de nave, capela-mor e, laterais a esta, dois puxados correspondentes às sacristias. A fachada, bastante modificada, mostra três portas de acesso, todas elas almofadadas, sendo a central de maior largura e o único vão terminado em verga de arco abatido. À altura do coro, vêem-se três janelas, sendo as laterais protegidas por balaústres de madeira torneada. A torre central e única, arrematada por pirâmide e esfera armilar, possui à frente duas janelas sobrepostas, sendo a superior destinada ao sino. Todos os vãos frontais, à exceção da porta principal, trazem vergas em ponta, com bandeiras trabalhadas em interessante desenho de madeira recortada. Internamente, a capela apresenta pisos de tabuado e forros em forma abobadada. A capela-mor se comunica com as sacristias por aberturas em arcos ogivais.

ORNAMENTAÇÃO

O interior da capela é simples, nele se destacando as grades do coro e de separação da nave, em balaústres de madeira torneada, e o altar único, na capela-mor. Este é um modesto retábulo, em madeira escura, curioso no entanto pela sua singular



Itamarandiba.
Capela de Nossa Senhora do Rosário.

estrutura, que parece formada de três oratórios conjugados. No nicho central, fica a imagem de Nossa Senhora do Rosário, peça de boa confecção. A pintura chapiscada e quase apagada dos forros denuncia, em discreta fantasia, um desejo de maior alegria decorativa do pequeno templo.

Edificações Civis

Itamarandiba ainda mantém em boa parte sua antiga fisionomia urbana, mostrando trechos de largos e ruas calçados de pedras irregulares e um casario que apenas parcialmente se modificou em relação aos primeiros tempos do arraial de São João Batista. Alguns conjuntos de sobrados e casas térreas guardam a tipicidade construtiva dos séculos XVIII e XIX, a exemplo da série de prédios residenciais da rua Tiradentes, próximo à capela de Nossa Senhora do Rosário. A sede da Prefeitura também está entre as construções mais interessantes da cidade, em dois pavimentos, com a fachada principal composta de porta e sete janelas de guilhotinas, cunhais de madeira e a cobertura de telhas coloniais, em quatro águas. O velho mercado municipal, construído à feição do de Diamantina, mas há pouco lamentavelmente demolido, era outra das edificações remanescentes do passado de Itamarandiba.

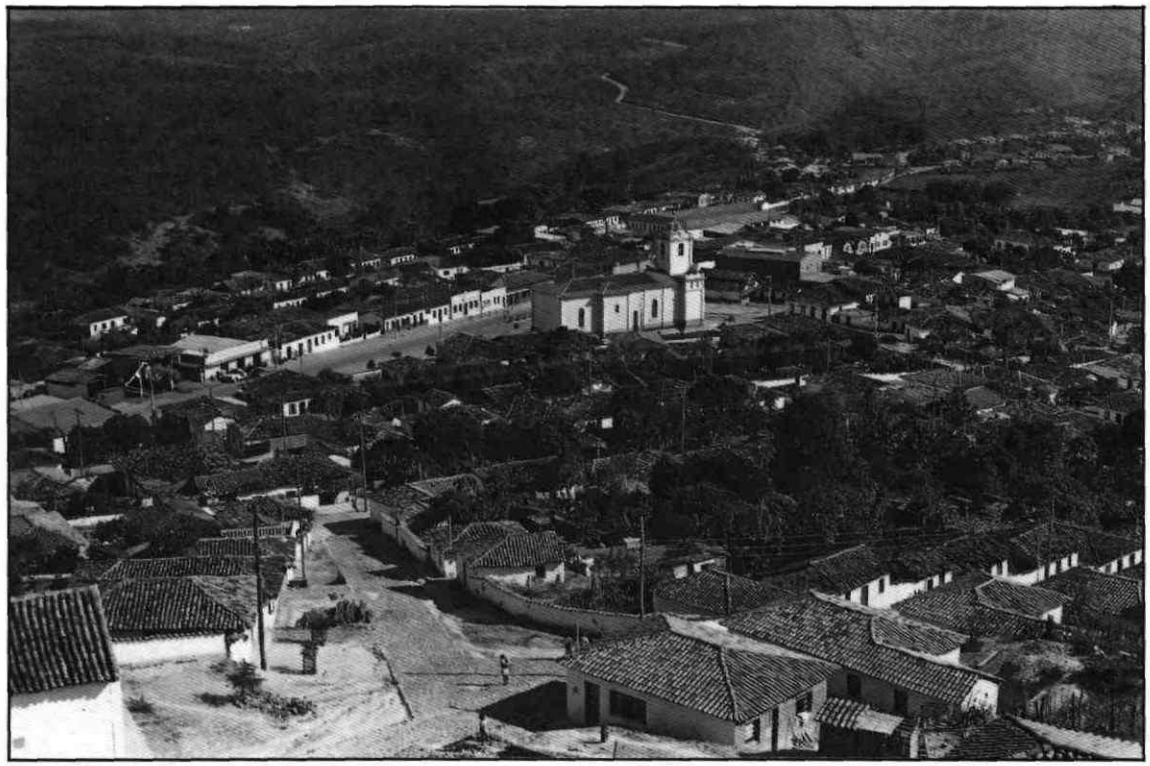
Turmalina

O MUNICÍPIO

O arraial de Piedade, fundado por volta de 1750/1760, teve como primeiros moradores fazendeiros que ali se fixaram com o objetivo de dedicar-se à agricultura e à criação de gado. Deve-se certamente a esses pioneiros a ereção de uma primitiva capela sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade. Refere o naturalista francês Saint-Hilaire, em sua passagem pelo povoado em 1817, que a igreja, então simples filial da matriz de São Pedro de Minas Novas e "construída à entrada da povoação, na parte mais elevada", teria sido aumentada, por não mais bastar para a população existente. Esta, por volta de 1820, devia estar em torno de 370 habitantes, como informava Pizarro e Araujo nas suas **Memórias históricas**.

Em seu depoimento sobre a localidade, descrevia o mesmo Saint-Hilaire a povoação de Piedade de inícios do século XIX como essencialmente agrícola, sendo os principais produtos cultivados o milho, o feijão, o arroz e o algodão, que eram comercializados no mercado de Minas Novas. As casas, segundo ele em número de apenas 94, eram "pequenas, porém muito bem conservadas, construídas de adobes, cobertas de telhas" e pertenciam a agricultores das vizinhanças, que só as habitavam aos domingos.

Em 1840, o arraial da Piedade foi elevado à condição de distrito, pertencente ao município de Minas Novas. Sua denominação foi alterada em 1923 para Turmalina, vindo depois sob esse nome a ganhar a autonomia de município pela Lei n. 336, de 27 de dezembro de 1948. Com uma área de 1.685 km², compreende hoje três distritos: o da sede, Caçaratiba e Veredinha, os dois últimos criados ainda no século XIX, mas incorporados a Turmalina por ocasião de sua emancipação. A população tem experi-



Turmalina - Vista geral.

mentado relativo aumento nos últimos vinte e cinco anos, sendo que em 1950 o município somava 14.373 habitantes, dos quais 948 na cidade, enquanto em 1970 esses números passaram a 16.490 em todo o município e 1.950 na sede. Isso refletiu também no crescimento urbano da cidade, que em 1974 acusava um total de 623 moradias, 257 a mais do que em 1950. A estimativa demográfica de 1991 indicava uma população global no município da ordem de 19.421 habitantes.

Além de suas tradicionais atividades agrícolas, Turmalina conta com um potencial de riquezas minerais constituído principalmente de cristais de rocha, diamante e água marinha, cuja extração, entretanto, ainda não se reveste de expressão econômica.

Edificações Religiosas

São escassas as informações sobre o acervo de arte religiosa que teria existido no antigo arraial de Piedade. Sabe-se apenas que a primitiva igreja do povoado, erguida em meados do século XVIII pelos primeiros habitantes e ampliada em inícios do século XIX, foi demolida, dando lugar à atual matriz, de construção moderna. Nada se conservou da ornamentação do velho templo, a não ser a imagem em madeira da padroeira Nossa Senhora da Piedade, ainda hoje cultuada na nova matriz.

Subsiste, no entanto, a capela de Nossa Senhora do Rosário, construção provavelmente do século XIX, devida por certo à devoção da população negra local. É uma edificação simples, restaurada em época recente, mas que mantém a feição tradicional. A fachada, de linhas singelas, compõe-se de porta principal, encimada por uma cruz, duas janelas à altura do coro, com parapeito entalado de madeira, e a janela-sineira ao centro da empena, sendo todos esses vãos com enquadramento rústico em madeira. O aspecto interior da capela é também despojado, com telhado aparente, coro com balaustrada e escada rústica e um único retábulo, em tábuas ajustadas e pintadas à maneira de talha.

Edificações Civis

Localizada num vale aprazível, com topografia mais ou menos plana, Turmalina ainda não perdeu de todo a fisionomia tranqüila de cidade centenária, que se esparrama em torno de uma praça central, onde se vê em destaque o edifício da igreja matriz. Apesar de várias construções mais recentes, a maior parte do casario conserva um partido construtivo tradicional, predominando as casas térreas, cobertas de telhas coloniais em duas ou mais águas. O verde dos quintais, com seus pequenos arvoredos e jardins, que em 1817 já chamavam a atenção de Saint-Hilaire, forma agradável contraste com o branco dos muros entelhados e das fachadas caiadas. A rua de acesso à capela do Rosário é bastante pitoresca, com seu calçamento em pedras irregulares e a seqüência de casinhas quase geminadas, que lembram o chamado bom-será da rua

das Cabeças em Ouro Preto. Pitoresco é também o velho mercado, onde a cada dia as tropas de burro, chegadas das roças vizinhas, descarregam como no passado as suas variadas cargas. Outros prédios e conjuntos ainda bem típicos, disseminados por várias ruas, ajudam a compor a acolhedora imagem urbana da cidade.



Turmalina - Capela de Nossa Senhora do Rosário.



Turmalina.
Casario da rua do Rosário.



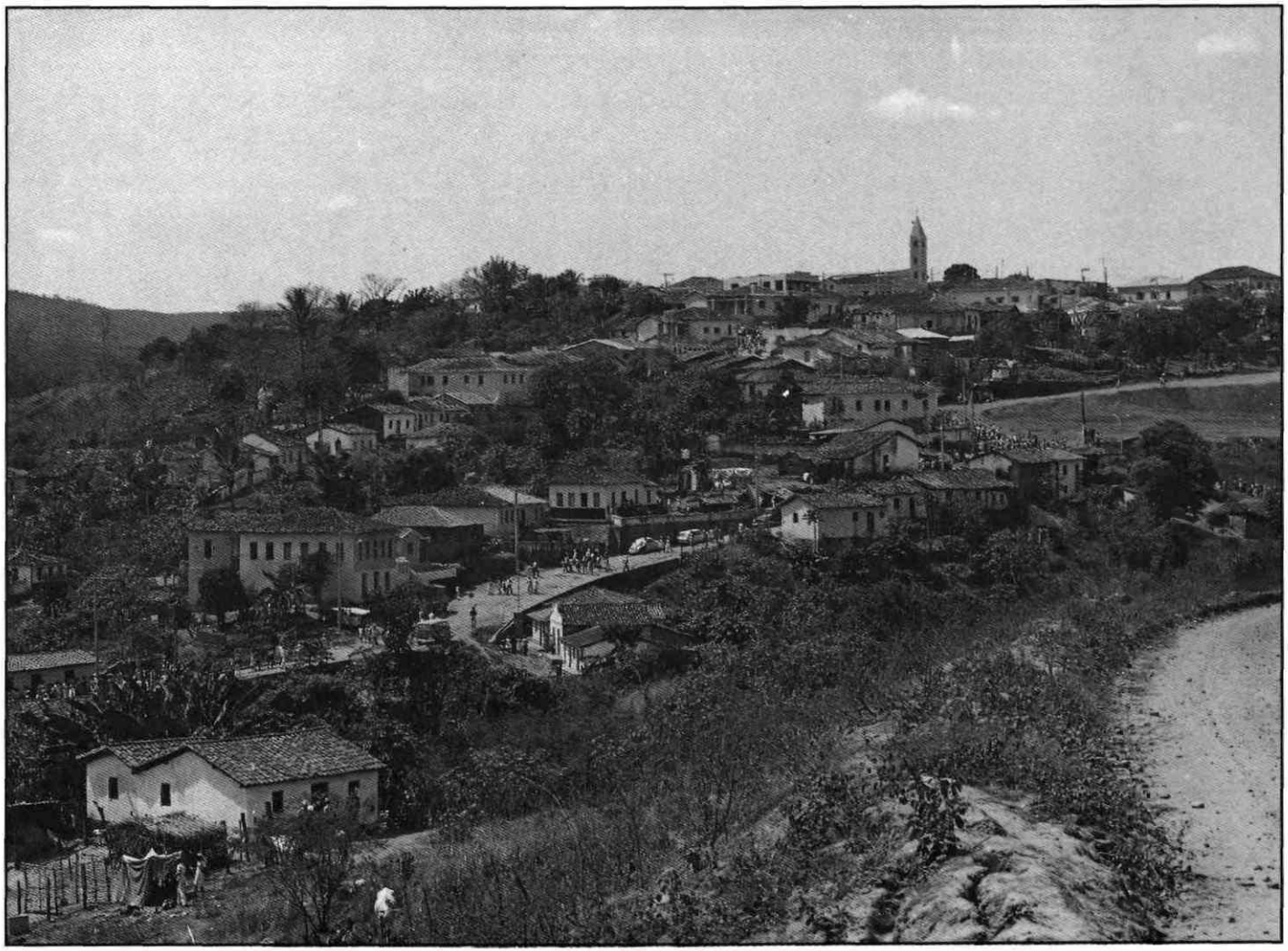
Turmalina.
Mercado.

Virgem da Lapa

O MUNICÍPIO

O arraial de São Domingos foi uma das primeiras povoações da região de Minas Novas, tendo surgido no ano de 1728 ou 1729. Sua fundação se deveu ao capitão-mor Antônio Pereira dos Santos, português que se estabeleceu com fazenda de lavoura e criação às margens do rio Araçuaí. Antes ali estiveram alguns bandeirantes, que exploraram o ouro no leito do ribeirão São Domingos, mas abandonando pouco depois o lugar por se terem esgotado seus pequenos depósitos auríferos. O povoado, formado portanto pela afluência de agricultores para a área, ganhou maior progresso após a introdução por volta de 1808 da lavoura do algodão nas fazendas locais. São Domingos se tornou, por quase um século, um dos principais centros de comércio desse produto no termo de Minas Novas. Além da exportação de algodão, os habitantes do arraial se dedicavam à fabricação de cobertores e panos de tecido grosso, que eram vendidos para a Bahia e o centro de Minas.

Até 1912, segundo o historiador Leopoldo Pereira, a fiação e tecelagem do algodão ainda constituía uma das atividades econômicas locais. Por essa época, o aglomerado urbano de São Domingos consistia numa praça central, onde se situavam duas velhas igrejas, e a partir da qual se irradiavam "algumas poucas e tortuosas ruas". Hoje o atual município de Virgem da Lapa, com uma área de 605 km², tem por bases de sua economia a pecuária bovina, a cultura do milho e, com relativa expressão, a exploração de pedras semipreciosas, em especial a turmalina. A cidade experimentou certa modernização urbana, possuindo atualmente cerca de 600 prédios. Como herança dos antigos tempos do arraial, permanece porém o mesmo arraigado espírito religioso do povo, evidenciado principalmente pela festa anual da Virgem da Lapa, quando a cida-



Virgem da Lapa - Vista geral

de se converte em centro de concorrida romaria.

O antigo arraial de São Domingos foi por muito tempo filial da paróquia de Água Suja, atual Berilo, tendo se tornado freguesia autônoma em 1813. A criação do município, com o atual nome de Virgem da Lapa, data de 1948, quando o distrito se emancipou de Araçuaí. Em 1991, a população somava 13.298 habitantes, dos quais 4.060 na área urbana.

Santuário de Nossa Senhora da Lapa

A população do antigo arraial de São Domingos é tradicionalmente religiosa. Quando por ali passou no remoto ano de 1817, Saint-Hilaire teve oportunidade de assistir a pomposas festas de igreja, que registrou em detalhes no seu diário de viagem. Tratava-se das famosas festividades do Divino Espírito Santo, realizadas com o mesmo brilhantismo que em outras localidades mineiras mais importantes da época. Mobilizando todos os habitantes do então pequeno povoado, as festas compreendiam, além de missa solene, a coroação do imperador do Divino, música, danças de negros, cavalhadas, luminárias e fogos de artifício. Na mesma ocasião, fez o naturalista francês a seguinte observação sobre os templos do arraial de São Domingos: "A igreja em que atualmente se celebra o ofício divino, é muita pequena e pouco ornada; mas há uma outra em construção que convirá melhor à população atual".

Essas primeiras igrejas infelizmente desapareceram e em seu lugar se construiu em nossos dias um novo edifício para a matriz. Entretanto, as tradições religiosas locais perduram com a mesma expressão popular de fé. A festa principal que hoje se celebra é o jubileu da Virgem da Lapa, comemorado anualmente no mês de agosto, com afluência de grande número de romeiros provenientes de toda a região. Para o culto da devoção, que já vem de algum tempo, ergueu-se em local aprazível, nos arredores da cidade, uma capela votiva a Nossa Senhora da Lapa, elevada depois à condição de santuário. É um edifício de construção recente, desprovido de interesse arquitetônico, mas que tem o significado religioso de constituir o centro da já famosa romaria. Por ocasião da festa anual, quando a cidade de Virgem da Lapa recebe extraordinário fluxo de visitantes, muitos dos devotos vindos de várias partes improvisam

barracas nas proximidades do templo, transformando o local em pitoresco e movimentado acampamento.



Virgem da Lapa - Santuário, vendo-se acampamento de romeiros.

Bibliografia

ANNUARIO DE MINAS GERAES. Direção de Nelson de Senna. Bello Horizonte, anno 2, 1907, p. 226/227; anno 3, 1909, p. 651/652, 659/660 e 951/953; anno 5, 1913, p. 534/537 e 789/790; anno 6, 1918, p. 941/943 e 1.382/1.384.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948, v. 8, t. 2, p. 134/146 e 163/164.

ATLAS Chorographico municipal. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1927, p. 21/24 e 269 a 272.

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos Machado e MACHADO, Reinaldo Guedes. **Barroco Mineiro - Glossário de arquitetura e ornamentação**. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1971, p. 50, 70, 111, 124/125, 228/229, 290/291, 521 e 538.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Edição fac-similar. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1951, p. 69.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais (notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista)**. São Paulo: Nacional, 1968. (Coleção Brasiliana), p. 334.

CASAL, Aires do. **Corografia brasílica**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, t. 1, p. 396/397.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, anno 8, Belo Horizonte, 1903, p. 428.

COLLECÇÃO de leis da Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes. Ouro Preto: Typographia Provincial de Minas, 1859, Livro da Lei Mineira, t. 24, parte 1ª f. 2.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

DISTRITO de Santa Cruz da Chapada. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, anno 4, Bello Horizonte, 1899, p. 693/694.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: 1959, v. 25, p. 259/262; v. 26, p. 94/97; v. 27, p. 387/390 e 435/438.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Itamarandiba - Minas Gerais**. Coleção de Monografias. Série B, n. 64. Rio de Janeiro, 1965.

PEREIRA, Leopoldo. **O municipio de Arassuahy**. Belo Horizonte: Typ. Beltrão & Comp., 1913, p. 80/84.

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o diccionario geographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, v. FO., p. 539/540.

POHL, João Emanuel. ***Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821***. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951, v. 2, p. 297 a 302.

S. JOÃO Baptista. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 15 de junho de 1914, p. 5.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes**. São Paulo: Nacional, 1938 (Coleção Brasiliana), v. 126-A, t. 2, p. 20/22, 32/33, 69 a 74, 76 a 80, 198 a 207, 210/212 e 224/226.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memorias historicas e políticas da Provincia da Bahia**. Mandadas reeditar e annotar pelo Governo deste Estado. Annotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1937, v. 5, p. 129/132.

SILVEIRA, Victor da. **Minas Geraes em 1925**. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926, p. 1.029/1.031 e 1.034/1.035.

SINOPSE municipal. Minas Novas e sua história - Um pouco da vida dessa parcela da antiga "aristocracia do Diamante e do Ouro". Minas Novas, s/d. Fonte: IBGE.

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. **História média de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948, p. 54 a 66.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Memorias sobre a Capitania de Minas Geraes (breve descripçao geographica, physica e politica). **Revista do Archivo Publico Mineiro**, anno VI, 1902, p. 757/853.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil** - Pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: Edições Escola de Arquitetura, 1959, p. 9/10 e 30.

Documentação Arquivística

ARQUIVO da Casa da Baronesa. Ouro Preto. Documentação do IPHAN sobre obras de restauração em Berilo e Minas Novas.

ARQUIVO de Informações Básicas dos Municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Belo Horizonte. Dados sobre Berilo, Carbonita, Chapada do Norte, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Virgem da Lapa, 1974/5.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Belo Horizonte. Documentação relativa a Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas.

ARQUIVO do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Rio de Janeiro. Documentação relativa a Berilo, Chapada do Norte e Minas Novas.

ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Protocolo de ofícios sobre obras de matrizes e capelas de diversas Comarcas. 1851/1858. Códice n. 1.104.

ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Registro de correspondência da Presidência da Província referente a obras e reparos em Matrizes e Capelas. 1860-1863. Códice n. 1.087, p. 15 v.

ARQUIVO Público Mineiro. S.G. (Secretaria do Governo). Registro: Officios e mais Actos do Governo sobre Matrizes e Igrejas. 1864/1867. Códice n. 1.073, p. 17 e v. 18.

ARQUIVO Público Mineiro. **Relatório do Vigário Joaquim da Circuncisão do Senhor**. Itamarandiba, 15 de junho de 1849.

ARQUIVO Público Mineiro. **Relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais**. Anos de 1845/1857, 1868/1874 e 1885.



A coordenação deste número especial da revista **BARROCO** agradece o apoio e a colaboração das seguintes pessoas e instituições:

Cândido Luiz de Lima Fernandes
Carlos Henrique Rangel
Haroldo Botelho
Jaime Paulino
Jason Barroso Santa Rosa
João Heraldo Lima
José Israel Vargas
José Mindlin
Ruth Villamarin Soares

Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro - CEI/FJP
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/Seção-MG

Coleção MINEIRIANA

CONSELHO EDITORIAL

Affonso Ávila, Affonso Romano de Sant'Anna, Amílcar Vianna Martins Filho, Ângela Gutierrez, Antônio Octávio Cintra, Aluísio Pimenta, Angelo Oswaldo de Araujo Santos, Bernardo Novais da Mata Machado, Celina Albano, Cyro Siqueira, Clélio Campolina Diniz, Douglas Cole Libby, Edgar de Godoy da Mata Machado, Fábio Lucas, Fábio Wanderley Reis, Fernando Correia Dias, Francisco Iglésias, Gerson de Britto Mello Boson, Guy de Almeida, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Isaías Golgher, Jarbas Medeiros, João Antônio de Paula, José Aparecido de Oliveira, José Bento Teixeira de Salles, José Ernesto Ballstaedt, José Israel Vargas, José Murilo de Carvalho, *Júlio Barbosa, Lucília de Almeida Neves Delgado, Luís Aureliano Gama de Andrade,* Maria Efigênia Lage de Resende, Maria Antonieta Antunes Cunha, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Norma de Góes Monteiro, Otavio Soares Dulci, Orlando M. Carvalho, Paulo de Tarso Flecha de Lima, Paulo Roberto Haddad, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Pio Soares Canedo, Roberto Borges Martins, Roberto Lúcio Rocha Brant, Rui Mourão, Vera Alice Cardoso, Vivaldi Moreira, Walter Moreira Salles.

Esta publicação registra sua homenagem à memória do bibliógrafo e pesquisador HÉLIO GRAVATÁ (* 3-6-1910 – † 14-6-1994), Secretário que foi da revista **BARROCO** e membro do Conselho Editorial da Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro.

Este número especial da revista **BARROCO** foi *impresso em papel westerprint 120grs., texto* principal em tipo Gatineau 11/16, software Page Maker 5. Fotolitos Policrom e impressão Editora Gráfica Formato.

Belo Horizonte - Primavera de 1994.
FJP/CEHC

PLANEJAMENTO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

CAPAS

Imagem de São Miguel Arcanjo
Matriz de São Francisco de Assis
Cidade de Minas Novas.

Silvestre de Almeida Lopes
Pintura do forro da capela-mor da Igreja
do Senhor Bom Jesus de Matozinhos
Cidade do Serro.

